

UNIVERSIDADE DE LISBOA
FACULDADE DE LETRAS



“Eu vi a luz em um país perdido”: o vencidismo para além dos Vencidos da Vida
(de 1888 à actualidade)

Elisabete Correia Campos Francisco

Orientador: Professor Doutor Sérgio Campos Matos

Tese especialmente elaborada para obtenção do grau de Doutor
no ramo de História, na especialidade de História Contemporânea

2022

UNIVERSIDADE DE LISBOA
FACULDADE DE LETRAS



“Eu vi a luz em um país perdido”: o vencidismo para além dos Vencidos da Vida
(de 1888 à actualidade)

Elisabete Correia Campos Francisco

Orientador: Professor Doutor Sérgio Campos Matos

Tese especialmente elaborada para obtenção do grau de Doutor
no ramo de História, na especialidade de História Contemporânea

Júri:

Presidente: - Doutor Luís Filipe Sousa Barreto, Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

Vogais: - Doutor José Cândido Oliveira Martins, Professor Associado da Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais e Humanas da Universidade Católica Portuguesa (1.º Arguente);

- Doutor Paulo Jorge Chalante Azevedo Fernandes, Professor Auxiliar da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (2.º Arguente);

- Doutor António Manuel Antunes de Matos Ferreira, Professor Auxiliar da Faculdade de Teologia da Universidade Católica Portuguesa (Vogal);

- Doutor António Adriano de Ascensão Pires Ventura, Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (Vogal);

- Doutor Sérgio Carneiro Campos Matos, Professor Associado com Agregação da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (Orientador).

2022

*Mal fora iniciada a secreta viagem,
um deus me segredou que eu não iria só.
Por isso a cada vulto os sentidos reagem,
supondo ser a luz que o deus me segredou.*

David Mourão-Ferreira, “Inscrição sobre as ondas”

Para a minha Mãe, Ilda Francisco,
que me ensinou que na Vida não
há lugar para vencidismos.

Para a Matilde e Carolina,
que são a luz no meu caminho.

Resumo: Num ambiente finissecular decadentista, os Vencidos da Vida marcaram a cultura de elite do tempo em que viveram, com uma atitude de vencidismo que contrastava com o lugar que ocupavam na sociedade. Através de fontes como debates parlamentares, imprensa periódica e textos literários, o foco deste trabalho tem um duplo propósito: proceder a um estudo prosopográfico e de sociologia cultural deste grupo informal de amigos e investigar prolongamentos de vencidismo em momentos posteriores ao tempo dos Vencidos, momentos de crise na modernidade em Portugal, desde 1888 (data do grupo) ao início do séc. XXI, tentando abranger o tempo longo, já que este permite uma melhor compreensão dos problemas. Mas também tentar compreender que formas assumiu esse vencidismo e que debates suscitou. A permanência de memórias críticas, positivas e negativas, dos Vencidos da Vida por parte da intelectualidade portuguesa, remete para a ambivalência entre pessimismo e convicção, crença e descrença na regeneração da sociedade portuguesa, numa dicotomia constante entre fim e reinício. Coloca-se também o vencidismo como problema moral, problema político ou problema de fé. Como evoluem os significados de “vencido” a partir de 1888? Em que sentidos o conceito de vencidismo acaba por se afirmar, na história da cultura e das mentalidades? Que debates suscitaram estes tópicos?

Palavras-chave: Vencidos da Vida; vencidismo; crise; modernidade; fim; decadência.

Abstract: In a decadent turn-of-the-century environment, the *Vencidos da Vida* marked the elite culture of the time in which they lived, with an attitude of defeatism that contrasted with the place they occupied in society. Through sources such as parliamentary debates, periodical press and literary texts, the focus of this work has an equivocal purpose: to carry out a prosopography and a culturally sociological study of this informal group of friends and to investigate extensions of defeatism in moments after the time of the *Vencidos*, moments of crisis in Modernity in Portugal, between 1888 (date of the group) to the beginning of the century XXI, trying to cover the long time, as this allows a better understanding of the problems. But also trying to understand what forms of defeatism took place and what debates it generated. The permanence of critical, positive and negative memories of the *Vencidos da Vida* by the Portuguese intelligentsia, draws attention to the uncertainty between pessimism and the conviction, belief and disbelief in the regeneration of portuguese society, in a constant dichotomy between end and recommencement. What arises is to consider defeatism as a moral problem, a political problem or a problem of faith. How do the meanings of “defeat” evolve after 1888? In what ways do the concept of defeatism end up asserting itself in the history of culture and mentalities? What debates raised these topics?

Keywords: Vencidos da Vida; defeatism; crisis; modernity; end; decadence.

Índice

Resumo/Abstract.....	v
Índice	vi
Agradecimentos	viii
Siglas e Abreviaturas.....	xi
Siglas.....	xi
Abreviaturas.....	xi
I – Introdução – “Que desgraça nascer em Portugal!”	1
1 – Problemática e objetivos	2
2 – Estado da arte e novas perspectivas	7
3 – Conceitos.....	15
II – O vencidismo como problema da modernidade.....	24
III – Os Vencidos da Vida.....	57
1 – Portugal no contexto finissecular	58
2 – O grupo dos “Onze do Bragança”.....	85
3 – Recepção e crítica do <i>vencidismo</i>	113
4 – Os Vencidos da Vida na memória pública: toponímia e estatutária.....	187
IV – Expressões de vencidismo	199
1 – Da crise da Monarquia à aurora da República.....	200
2 – Na crise da I República	221
V – “É meu e vosso este Fado – destino que nos amarra”.....	264
1 – A história – tribunal: o apontar de culpas.....	265
2 – Portugal: persistência de vencidismo?.....	277
3 – “Eu vi a luz em um país perdido”: desistência ou fé?.....	295

VI – Conclusão – “Falta cumprir-se Portugal!”	333
VII – Fontes e Bibliografia	345
Fontes	345
1 – Fontes manuscritas....	345
2 – Fontes impressas.....	345
2.1. Dicionários.....	345
1. Língua Portuguesa.....	345
2. Dicionários e Enciclopédias.....	347
2.2. Imprensa periódica.....	348
1. Portuguesa.....	348
2. Internacional.....	350
3 – Ensaaios, historiografia, crónicas.....	350
4 – Obras literárias.....	355
5 – Fontes digitalizadas	358
6 – Cartografia.....	359
Bibliografia	360
1 – Obras de carácter geral.....	360
2 – Teoria e método.....	360
3 – Portugal nos séculos XIX e XX.....	362
4 – Cultura política e literária.....	365
5 – Os Vencidos da Vida.....	371
6 – Referências bibliográficas electrónicas.....	373

Agradecimentos

Trazer esta tese à luz é acreditar que é possível trabalhar na adversidade. As muitas horas que uma tese de Doutorado implica – horas de pesquisa, de leitura, de escrita, de concentração e necessária solidão –, somadas em anos, contêm em si o que a vida vai trazendo sem avisar. Esta tese foi levada, passo a passo, ao lado da docência (quase) ininterrupta e do papel de mãe (sempre) omnipresente. E a clepsidra foi contando o tempo, o da tese e o da vida.

Aos que acreditaram, estiveram e, sobretudo, compreenderam os momentos difíceis e as privações que o estudo também traz, deixo os meus mais sinceros agradecimentos, não sem antes dizer que há um outro tipo de gratidão que me preenche: o de viver, sentir e respirar, num país cuja cultura, história e tradição são únicas. Um país que gerou uma panóplia de intelectuais, poetas, escritores e obras incontornáveis. Um país onde o pôr do sol traz nostalgia, onde as guitarras choram o Fado, onde a saudade tem um sentido único.

Ao meu Orientador, o Professor Doutor Sérgio Campos Matos, o meu agradecimento por todo o acompanhamento e luz que me guiaram ao longo deste moroso percurso, cheio de aprendizagem, rigor e exigência. Por ter acreditado nesta tese nos momentos em que eu duvidei. Foi uma honra tê-lo como orientador e manifesto, por isso, a minha profunda admiração e gratidão.

Os Vencidos da Vida e os da sua geração foram considerados como sendo uma “geração de gigantes”. Reclamo esta expressão para os extraordinários seres humanos, figuras ímpares, com quem tive o privilégio de aprender e a quem me cumpre deixar uma palavra de agradecimento: a todos os professores da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, com quem me cruzei no meu percurso académico, focando nomes que marcaram, como António Cordeiro Lopes (*in memoriam*) José Manuel Tengarrinha (*in memoriam*), A. Marques de Almeida (*in memoriam*), José Nunes Carreira, Luís Manuel de Araújo, Ana Leal de Faria, Carlos Margaça Veiga, António Ventura. Uma palavra sentida, de homenagem ao Professor Doutor Francisco Contente Domingues (*in memoriam*), que com nossa tristeza partiu na fase final desta tese.

O meu agradecimento especial ao Professor Doutor António Matos Ferreira, pela sua grandeza de alma, nas já tão distantes tardes em que falar dos Vencidos da Vida foi discorrer sobre a filosofia da vida e do tempo. Recordarei sempre com um sorriso as suas insistentes palavras, “não há investigação sem estudo”.

Ao Professor Doutor Vítor Viçoso, pela amabilidade dos seus conselhos literários, tão úteis para a compreensão da história da cultura contemporânea.

Ao estimado amigo Professor Doutor Miguel Corrêa Monteiro pelo seu exemplo de rigor académico e, sobretudo, de força de vida. Grata pela generosidade na leitura da tese. Ficam comigo os seus sábios conselhos e as palavras de S. Paulo, que com profundo humanismo trouxe até mim.

A Maria do Carmo Piçarra, presença que recordo com carinho no início desta jornada. Ao acolhimento e calor humano do C.E.H.R. da Universidade Católica de Lisboa. À Cátia Tuna, pela inspiração musical.

À Biblioteca Nacional de Portugal, onde realizei grande parte da minha pesquisa e a todas as Instituições Culturais a que recorri (Hemeroteca Digital, Arquivo Fotográfico da Câmara de Lisboa – um agradecimento à Sr.^a D. Alexandra Nunes –, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Parlamento...) que permitem a consulta *on line* das suas valiosas obras patrimoniais, o que constitui uma mais valia para o trabalho do investigador.

Aos amigos, que foram presença quando eu procurei “os signos da ausência”: Ana Luísa Paz, companheira de viagem nestes caminhos académicos, desde os nossos longínquos dezoito anos, quando os sonhos eram outros. Grata pela revisão da tese e pela presença serena nos momentos mais duros. Ricardo Sá Leão, pelo constante incentivo, e que pela partilha de experiência, a par e passo, tornou mais leve o trabalho solitário que é a escrita de uma tese. Salima Kassamo, pelo tamanho da sua generosidade e disponibilidade. Nuno Marques, amigo de sempre. Jorge Amorim, irmão d’além mar, que longe, permaneceu como farol.

A todas as crianças do “Cesário Verde” que ao longo destes anos cruzaram o seu caminho com o meu e que aprofundaram, entre muitos risos e carinho, a minha paixão pela História. Também elas me ensinaram o valor da resiliência. À Carla Ribeiro, cujos passos encheram de luz os meus, deixando marca nesta passagem. À Vera Alexandre (Verinha), pela ajuda imprescindível, pela nobreza de carácter e a grandeza dos abraços precisos nas horas precisas. À Sónia Baião, força da natureza, que muitas vezes, segurando-me as mãos, com a sua determinação, coragem e fé, instigou-me a seguir em frente, consciente da força – e da dureza – do ser mulher, mãe e profissional.

Aos meus queridos sobrinhos, Daniel e Sofia, que cresceram com esta tese, e que foram, desde muito cedo, pequenos grandes vencedores. À minha irmã, reduto de poesia e literatura.

Não posso deixar de lembrar, com gratidão e uma profunda estima, os Srs. João e Júlia Sarandezes ao longo destes anos. As Parcas cortaram-lhe nesta primavera os fios da vida, nos seus bonitos 89 anos, querida D. Maria Júlia, e eu já não fui a tempo de lhe mostrar o meu agradecimento...

À minha Mãe, o meu eterno porto de abrigo, a mão terna que me embala e segura, que sempre acreditou nos meus sonhos e a quem tudo devo. A eloquência das palavras esgota-se e o meu agradecimento não cabe na finitude de uma vida.

Ao meu marido, Paulo Papança, por ter completado de significado a minha história.

E, por fim, à minha fonte de inspiração e força, a luz que sempre brilha no escuro: as minhas filhas, Matilde e Carolina, a quem prometi não faltar, no cansaço dos dias e na vigília das (longas) noites. Quando as lágrimas caíam, na impotência de conciliar prazos e escrita com maternidade e emprego, e o silêncio da concentração era quebrado pelo chamamento insistente por “Mãe”, vinham ao meu pensamento as palavras de S. Paulo: “E ainda que tivesse o dom da profecia, e conhecesse todos os mistérios e toda a ciência, e ainda que tivesse toda a fé, de tal maneira que transportasse os montes, e não tivesse Amor, nada seria.”

Gratidão, por esta caminhada não ter sido solitária! A todos, por isso, o meu sincero agradecimento, pelo quinhão de sonho, carinho ou amor com que iluminaram o meu caminho e na certeza, nos dias que correm, que face à fragilidade da vida, a gratidão e o amor vencem.

Siglas e Abreviaturas

Siglas

A.C.C.P. – Arquivo de Cultura Contemporânea Portuguesa (Biblioteca Nacional)

A.M.L. – Arquivo Municipal de Lisboa

B.N.P. – Biblioteca Nacional de Portugal

M.N.A.C. – Museu Nacional de Arte Contemporânea

Abreviaturas

Cf. – Confrontar, confira

Coord. – Coordenação

Direc. – Direcção

Ed. – Edição

Esp. – Espólio

Idem – o mesmo

Ibidem – o mesmo lugar

Op. cit. – Obra citada

Org. – Organização

P. – Página

pp. – páginas

Pseud. – Pseudónimo

S.d – sem data

Vol. – Volume

“(...) esta minha desgraçada terra de Portugal.

Desgraçada – é a palavra certa.

O pessimismo suicida de Antero de Quental,
de Soares dos Reis, de Camilo, até do próprio Herculano
(que se suicidou pelo isolamento – como os monges),
não são flores negras e artificiais do decadentismo literário.

Essas estranhas figuras de trágico desespero
irrompem espontaneamente do seio da terra portuguesa.

São nossas, são portuguesas; pagaram por todos,
expiaram a desgraça de todos nós.”

Manuel Laranjeira, *cit. in* Miguel de Unamuno,
Por terras de Portugal e de Espanha.

“Raramente uma Geração terá implicado
o seu País num processo tão implacável, tão cruel,
como a dos homens das “Conferências do Casino”.

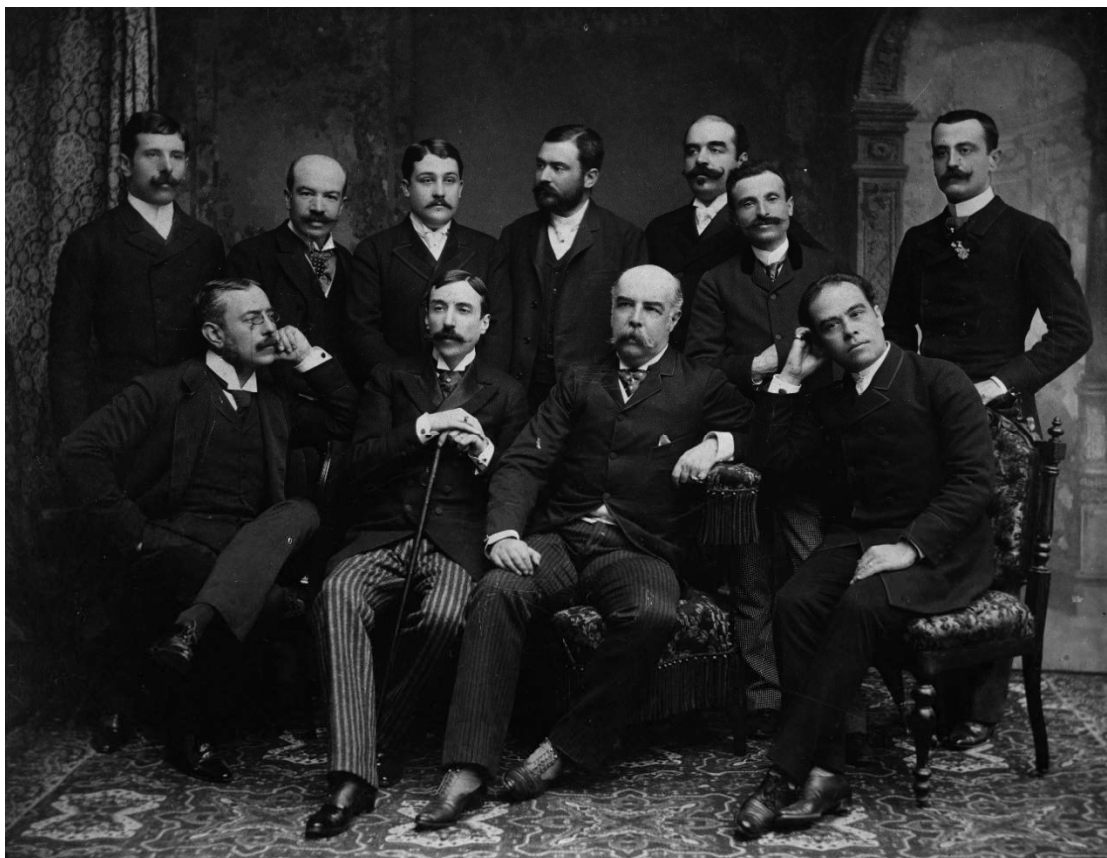
Nesse radicalismo estava já o germe da tragédia
cultural e humana (ou a tragédia inteira) ...”

Eduardo Lourenço, *O labirinto da saudade.*

“Dai-nos Senhor a paz que vos pedimos
A paz sem vencedor e sem vencidos
Que o tempo que nos deste seja um novo
Recomeço de esperança e de justiça.
Dai-nos Senhor a paz que vos pedimos

A paz sem vencedor e sem vencidos.”

Sophia de Mello Breyner Andresen, *Dual.*



Doc. 1 – Fotografia do grupo completo dos Vencidos da Vida ou “Os Onze do Bragança”, 1889. Autor: Eduardo Alexandre Cunha (187?-1959), A.M.L., Cota ACU002563.

I - Introdução

- “Que desgraça nascer em Portugal” (António Nobre, *Só*)

1 – Problemática e objetivos

“No país que viu Herculano (...) retirar para Vale de Lobos, que ouviu o fado lamuriento, e escutou as falas desalentadoras dos ‘Vencidos’, que animou a lenda do sebastianismo, neste país da saudade e do saudosismo vago, quando um António Sérgio estigmatiza sebastianices e um Rodrigues Lapa vitupera vencidismos, adquirem uma admirável estatura, uma heróica posição.”

“Sol a Sol”, in *Sol Nascente*, n.º 3, 2-III-1937, p. 16

Onze homens. Foram intelectuais, palacianos, políticos, aristocráticos. Foram os Vencidos da Vida, e ficaram também conhecidos, devido às suas reuniões gastronómicas no famoso e luxuoso Hotel Bragança, como os “Onze do Bragança”. Contrariamente às palavras do crítico Fialho de Almeida¹, a história fixou os seus nomes²: José Duarte de Ramalho Ortigão, Francisco Manuel de Mello Breyner (Conde de Ficalho), Joaquim Pedro de Oliveira Martins, Carlos Félix de Lima Mayer, José Maria Eça de Queiroz, António Cândido Ribeiro da Costa, Luís Maria Augusto Pinto de Soveral (Marquês de Soveral), Abílio Guerra Junqueiro, António Maria Vasco de Melo Silva César e Menezes (Conde de Sabugosa), Bernardo Pinheiro Correia de Melo (Conde de Arnoso) e Carlos de Orta Lobo d’Ávila.

Sobre cada um deles, na generalidade, há inúmeros estudos, obras publicadas, dissertações (foca-se a falta de material relativo a Carlos Mayer, que em vida nada deixou escrito³), todavia, como grupo, os estudos existentes não são, cremos, suficientes, para esclarecer muitas dúvidas e questões subjacentes à recepção e crítica, no seu tempo, bem como à marca que deixaram.

¹ “Que os Vencidos da Vida jantem em paz. E se a obscuridade os consola das amarguras da vida pública, fiquemos nisto: a história nem sempre fixa os nomes dos que bebem Champagne!”, Fialho de Almeida, *Os pontos nos ii*, 4-IV-1889, p. 7.

² A maioria destes homens, apesar da relevância que tinham na sociedade do seu tempo, estão hoje votados ao esquecimento.

³ Aquilo que se sabe sobre Carlos Mayer, sobretudo nos seus aspectos mais pessoais, ficamos a devê-lo à obra da sua filha Genoveva de Lima Mayer, *O único vencido da vida que também o foi da morte*, [Portugal?], 1945. A sua neta, filha da extravagante Veva de Lima (1886-1963) - que deu origem à Associação com o mesmo nome, o salão literário onde a escritora recebia os seus convidados da elite cultural lisboeta, em Campo de Ourique, - foi a famosa educadora Maria Ulrich (1908-1988), criadora da Escola de Educadoras de Infância (1954) que ainda hoje perdura sob o nome de Escola Superior de Educadores de Infância Maria Ulrich.

Sujeitos às críticas que sobre eles circulavam, estes homens jantavam e divulgavam com pouca discrição os seus encontros. Mas o que uniu como grupo? Por que razão se auto intitularam “Vencidos da vida”? Que vencidismo era o seu, que originou tanta polémica? Que marca deixaram, a ponto de, ainda no século XXI, permanecerem nos debates da intelectualidade nacional?

Os jantares e tertúlias entre intelectuais era algo comum e frequente na época, lembremos a título de exemplo o famoso “Grupo do Leão”, grupo de artistas, que também em finais do século XIX se reunia na cervejaria Leão d’ Ouro. Contudo, as críticas – muitas vezes irónicas e até cruéis – a que os Vencidos da Vida foram sujeitos, como um grupo informal de homens, sem qualquer cunho institucional – apesar da ligação de alguns deles à Casa Real e de outros à política –, testemunham as curiosidades e dúvidas que suscitaram na sociedade em que se moveram. E as questões que décadas depois se levantaram significam que há algo de inquietante, de inconformado, nestes homens, como grupo que continua a suscitar interesse, e sobretudo em épocas de crise, anunciadoras de modernidade. O debate sobre o problema da identidade de Portugal, na época finissecular – o tempo dos Vencidos –, assumiu-se como um problema cultural e profundamente moral. Herculano exilou-se, o que foi visto como uma desistência ou abandono⁴. Antero de Quental suicidou-se. O famoso grupo dos Vencidos da Vida afirmou, para lá de toda a aparente realidade vencedora, um profundo desalento moral e cepticismo face ao seu país. Unamuno chegaria a escrever que Portugal era um povo triste, um povo de suicidas.

Foram tempos difíceis para Portugal, época de crise financeira, política e social. Foi a época do *Ultimatum* britânico nos antecedentes do fim da monarquia. Fim de um regime, em que as elites intelectuais questionaram o fim da pátria, num fim de século. Entre o fim e o início, com termos que assumem uma simbólica escatológica, como morte, sombra e luz, e até calvário e redenção, os discursos da intelectualidade, em que se destacam os Vencidos da Vida, situavam-se nessa dualidade de pessimismo e esperança. É deste modo que se formulam várias questões que pretendem ser o fio condutor e orientador desta tese.

O nosso propósito é investigar prolongamentos desse sentimento de vencidismo nas elites intelectuais futuras, num Portugal que continuou, para além desse fim de século conturbado, a procurar um significado ou um lugar. Propomo-nos estudar ecos da recepção desse vencidismo e os seus reflexos no âmbito político dos debates

⁴ Segundo Oliveira Martins, “Herculano foi um vencido.”, *O Repórter*, 21-VI-1888, cit. in João Medina, *Herculano e a geração de 70*, Lisboa, 1977, p. 66.

parlamentares, na literatura, na imprensa, mas, também, no sentido de tentar compreender em que sectores mais se manifestou o vencidismo.

A escolha do título incide no início da obra *Clepsidra*, compilação de poemas de Camilo Pessanha, com o poema “Inscrição”, em que o poeta começa com a frase: “Eu vi a luz em um país perdido”. A partir deste mote, com a dupla leitura que pode ter, de um país entre regeneração e decadência, vida e morte, fé e descrença, e tendo em conta a época de crise que o país vivia, toda a linha de pensamento que se segue é a de encontrar paralelismos entre atitudes dos intelectuais em tempos de crise, a partir do momento da formação do grupo dos Vencidos da Vida. A época proposta para estudo, o período compreendido entre os anos de 1888 à actualidade, abrange, em longa duração, momentos de viragem na história nacional, momentos esses em que as elites intelectuais e políticas manifestaram um profundo cepticismo, descrença e mesmo pessimismo, em relação ao presente e ao futuro, entrecortado com momentos de esperança de regeneração nacional. Tempos de crise, que simbolizam, sobretudo, mudança com acontecimentos marcantes para Portugal.

Perante os estudos existentes, o nosso propósito está em situar historicamente a problemática em contextos de crise, bem delimitados, tendo em conta o cruzamento de tendências doutrinárias e políticas, configurando diferentes atitudes perante o passado, o presente e o futuro das elites intelectuais portuguesas. De facto, a questão ontológica da pátria cruzou-se com manifestações vencidistas por parte das camadas intelectuais, que se tornaram mais incisivas em determinadas épocas históricas: estudaremos o contexto finissecular, o período antes e pós implantação da República e a crise da I República até à afirmação do Estado Novo em 1933, tentando uma visão actualizada de alcance posterior. O foco no prolongamento à actualidade prende-se com a tentativa de uma visão mais abrangente, logo, uma melhor compreensão do problema.

A partir de tópicos centrais como crise, decadência, fim, progresso, regeneração, abordar-se-á, inicialmente, a questão da identidade pátria na modernidade, numa tentativa de explicar que problemas são os levantados pela intelectualidade a partir dum século pleno de mudanças e esperanças – mas também de desilusões – como foi o século XIX. Pertinente é o levantamento de referências ao grupo nas décadas de trinta e quarenta do século XX, em polémicas sobre o vencidismo.

Não é objectivo do nosso estudo aprofundar o percurso biográfico dos Vencidos da Vida, algo que já está sobejamente feito, salvo raras excepções, como é o caso de Carlos Lima Mayer, sobre o qual tanto ainda ficou por dizer. Pretendemos, contudo, alcançar

uma ligação entre o percurso das suas vidas e aquilo que os levou a assumir esse vencidismo, muito para além da ambição de grupo jantante e de reuniões amigáveis. Vencidismo esse que virá a revelar-se, num futuro próximo ao fim deste grupo, em desalento, ironia, afastamento político ou exílio pessoal e, até, no caso de Lima Mayer, no suicídio. Nas últimas décadas, a prosopografia, fruto do debate entre historiadores e cientistas sociais, tem resultado num sistema prático e conciso para determinados universos de estudo. Definido como “a investigação das características básicas comuns a um grupo de indivíduos na história por meio do estudo colectivo de suas vidas”⁵, o estudo prosopográfico será utilizado com o intuito de alcançar uma visão abrangente do perfil e da estrutura do grupo dos Vencidos da Vida, num contexto sociológico.

Num segundo momento, pretendemos revisitar o contexto temporal deste grupo e quem foram estes homens, os Vencidos da Vida, como viram o seu país – desde o *Portugal Contemporâneo* de Oliveira Martins ao *Finis Patriae* de Junqueiro, não esquecendo, neste conjunto, *Os Maias*, de Eça de Queiroz, símbolo da decadência de um país que falhou, como uma família. O objectivo central prende-se com a recepção desse vencidismo nas elites políticas e intelectuais do seu tempo – na imprensa periódica, na política, na poesia, em peças de teatro levadas a cena (o caso de Abel Botelho, Barros Lobos e J. Marques da Costa) ou em correspondência privada e diários pessoais, entre outras fontes. Trabalharemos riquíssima informação que nunca antes tinha sido trabalhada – o caso da pesquisa sobre os Vencidos nos debates parlamentares.

Num último momento, procurar-se-á encontrar ecos desse vencidismo em tempos posteriores, nomeadamente no primeiro quartel do século XX, em momentos de instabilidade social e política. No fundo, procurar entender de que modos se exprime o vencidismo nos seus prolongamentos, ou não. Que evolução semântica teve e que referências deixou, noutras gerações. Terá o vencidismo subsistido nos mesmos termos em que foi formulado (mas não conceptualizado) nos finais do século XIX? Muita tinta já correu sobre os Vencidos da Vida e o seu inconformismo valeu-lhes críticas quer na sua época, quer em tempos posteriores. O que representaram, afinal, como grupo? O que caracterizou esse vencidismo e que apropriações houve dele?

Procuraremos uma análise mais rigorosa do perfil sociológico do grupo dos Vencidos da Vida e uma resposta mais concisa e fundamentada a questões como: qual o perfil sociológico do grupo dos Vencidos da Vida; como evoluíram as representações dos

⁵ Arlette Farge, *Lugares para a História*, Lisboa, 1999, p. 129.

Vencidos da Vida e da atitude que, a partir de 1915, foi substantivada como *vencidismo*? Em que medida as representações dos Vencidos e o vencidismo estiveram associados a momentos de crise?

E, por fim, indagar se o vencidismo português se restringiu a uma complexa questão política e intelectual, ou, mais que isso, se se enquadra num problema profundamente moral, chegando mesmo ao teológico. Esta tese pretende ser um contributo para o estudo da história, consciente, contudo, de que existem inúmeras teorias e perspectivas sobre um assunto tão complexo e polémico.

Pretendemos, desta forma trazer à luz do conhecimento histórico uma abordagem mais aprofundada do vencidismo, remetendo para a visão que as elites intelectuais do período referido tiveram da sua época e do seu país e o que terá sido, afinal, o vencidismo como atitude. Tentaremos, assim, alcançar uma renovada compreensão do seu significado, no quadro da época contemporânea.

2 - Estado da arte e novas perspectivas

“(...) o historiador só não se enrederá na sedução consensualizadora da memória e na legitimação da ‘história dos vencedores’ se tiver a ousadia de também perguntar: que versão do passado domina e quem é que a pretende preservar? E porquê? E o que é que, consciente ou inconscientemente, ficou esquecido?”

Fernando Catroga, *Memória, História e Historiografia*.

A preocupação do nosso estudo incide no modo como a atitude do vencidismo foi recebida entre as elites, no seu tempo, e que apropriações dele construíram as vindouras. Antes de mais, torna-se imperativo afirmar que o termo ou conceito “vencidismo” não existia aquando dos encontros dos Vencidos da Vida. Não estava nem está contemplado em dicionários ou sequer em qualquer menção em debates parlamentares, até hoje. Longe de podermos afirmar com precisão a primeira vez que é utilizado, sabemos que o ‘vencidismo’ surge referenciado em António Sardinha, em 1915, na sua obra *O valor da raça* (Sardinha alude ao ‘vencidismo dos inúteis’, num sentido pejorativo, portanto).

Posteriormente a expressão é alvo de discussão e polémica intensa na imprensa periódica, em torno do tema dos Vencidos da Vida, inicialmente por parte de Sílvio Lima e Rodrigues Lapa, envolvendo outras figuras da época como Castelo Branco Chaves, na década de trinta do século vinte. É precisamente nas décadas de trinta e quarenta do século passado que o tema ganha novo relevo e enfoque. A discussão que se iniciou no *Diabo* em 1937, estendeu-se à *Seara Nova*: os Vencidos da Vida eram vencidos ou vencedores? Um grupo de dândis (“um bando de senhores, que desfrutavam todas as suas regalias materiais”), originando uma “brincadeira aristocrática” que escarneciam da sociedade do tempo em lautas patuscadas⁶, ou vítimas de um problema profundamente moral⁷? Após este debate centrado na expressão “vencidismo”, no ano seguinte viriam os Vencidos da Vida novamente à luz do dia, no *Diário de Lisboa*, num artigo assinado por F.A. de Oliveira Martins⁸ e que relembra, de forma apologética, quer o rei D. Carlos, quer o

⁶ Rodrigues Lapa, “A filosofia do vencidismo”, *O Diabo*, 7-II-1937, p. 1.

⁷ “Se houve fracasso, *ipso facto* houve vencidos. (...) a designação de Vencidos da Vida, longe de ser uma brincadeira foi uma designação séria, profundamente séria, dolorosa e auto-irónica.”, Sílvio Lima, “Em torno dos Vencidos da Vida”, *O Diabo*, 18-II-1937, p. 1.

⁸ “Num aniversário. D. Carlos e os Vencidos da Vida”, *Diário de Lisboa – Suplemento literário*, pp. 1-2.

grupo e a sua ligação ao monarca, “o vencido suplente”, a propósito do aniversário da sua formação. Para além da imprensa, também os estudiosos se dedicaram ao grupo dos Vencidos: Fidelino de Figueiredo, em 1930, publica a *História d’um Vencido da Vida*, abordando o pessimismo de Oliveira Martins e justificando-o devido às “características espirituais da sua época”⁹; e em 1931 é publicada a obra de Manuel da Silva Gaio, sobre os Vencidos da Vida, que retoma a expressão “vencidismo”, rebatendo os seguintes pontos face ao que de pejorativo havia sido dito sobre os Vencidos:

- “a) foram uns estrangeirados;
- b) foram demolidores, produzindo obras de efeitos dissolventes;
- c) destruíram, enfim, mais do que construíram.”¹⁰

A obra de Silva Gaio debruçou-se essencialmente sobre a vida de cada um dos Vencidos, e de alguma da crítica que estes sofreram no seu tempo, nomeadamente de Pinheiro Chagas, tentando ainda compreender a atitude do vencidismo num quadro de amizade e convívio e associando-a claramente aos encontros e postura crítica dos Vencidos da Vida face à sociedade da época. Durante os próximos anos, na década de quarenta do século XX, proliferaram as menções aos Vencidos da Vida, em artigos de imprensa periódica, mas sobretudo em publicações e até conferências. Gustavo de Matos Sequeira, em 1941, precisamente numa conferência organizada pelo jornal *O Século*, focou o papel dos Vencidos na arte, ciências e letras como crucial, e relevou o seu papel na História como “vítimas”:

“Os Vencidos da Vida têm sido vítimas (...). E cometeram-se e cometem-se contra eles todos os erros capitais da crítica – o tirá-los da sua atmosfera, o fragmentá-los na vida para a sua observação, e esquecer deles o que lhes convém esquecer para só pôr em foco o que lhes agrada que se veja. Houve quem sentenciasse e há quem sentencie, uns desviando para a esquerda, outros para a direita a sua análise (...).”¹¹

⁹ Fidelino de Figueiredo, *História d’um Vencido da Vida*, Lisboa, 1930, p. 20. Para o autor, todo o pessimismo de Martins, bem como a atitude crítica dos Vencidos da Vida para com a sociedade do seu tempo, prendia-se com as características dessa mesma sociedade: “A crítica severa, a sátira amarga e a concomitante injustiça foram a retaliação dos melhores espíritos desse tempo contra a geral imobilidade da vida portuguesa colectiva.”, idem, *ibidem*, p. 21.

¹⁰ Manuel da Silva Gaio, *Os Vencidos da Vida*, pref. de Joaquim de Carvalho, Coimbra, 1931.

¹¹ Gustavo de Matos Sequeira, “Fradique Mendes, símbolo dos Vencidos da Vida” - *Última conferência da série organizada pelo jornal O Século, feita no seu salão de festas, em 12 de Abril de 1941*, Lisboa, 1942, p. 20.

No mesmo ano, João V. Claro publicou *Os Vencidos da Vida – verdadeiras causas do derrotismo duma geração*, tomando as dúvidas do grupo como as de toda uma geração e tentando, numa perspectiva crítica, justificar um “qualquer são e oportuno propósito de revisão de valores, do qual se recolham fartos proveitos para o engrandecimento de Portugal, numa hora tão plena de possibilidades.”¹²

Quer as obras de F.A. Oliveira Martins¹³, quer a de Gomes Monteiro¹⁴ tratam a vida dos membros do grupo dos Vencidos da Vida e a forma como estes reagiram à sociedade da sua época, como por exemplo a ideia da afirmação do poder real e a ligação ao rei D. Carlos. São obras que retratam os meios envolventes ao grupo. E é neste seguimento que se enquadra *O Grupo dos Cinco, dramas espirituais*, do P. Moreira das Neves, que em 1944, afirma que sob o cunho inspirador de Antero, o grupo que almoçava junto no Palácio de Cristal, o chamado “grupo dos cinco”, de Ramalho a Eça, de Junqueiro a Martins, todos acabariam por fazer “acto de contrição”.

Por outro lado, em 1943, um artigo na imprensa intitulado “Maria Amália Vaz de Carvalho e os Vencidos da Vida”¹⁵, afirmou que seria esta figura feminina a mentora do grupo dos Vencidos. E em 1944, voltando à expressão “vencidismo”, Lopes d’Oliveira escreveu: “Muitos anos dobrados, quando quase todos haviam sido vencidos pela morte, é que se inventou o *Vencidismo*, num acesso macabro de extravagância.”¹⁶

Mas como se compreende essa persistência e os debates que suscitou? Se por um lado, na esteira do que proferiu o professor M. Paiva Boléo, em 1941, aquando das conferências sobre os Vencidos da Vida, pelo *Século*,

“Porque é que a geração dos Vencidos da Vida desperta ainda hoje tanto interesse? Será apenas porque se trata de algumas das maiores figuras da nossa história literária? Certamente que não. O verdadeiro motivo deve ser outro: o haver ainda nas suas obras qualquer coisa de vivo e moderno.”¹⁷;

por outro lado, as décadas de trinta e quarenta do século passado – em que se tornam incisivas as polémicas sobre o vencidismo e a lembrança do grupo dos Vencidos da Vida

¹² João V. Claro, *Os Vencidos da Vida. Verdadeiras causas do derrotismo duma geração*, Lisboa, 1941, p. 4.

¹³ D. Carlos I e os Vencidos da Vida, Lisboa, Lisboa, 1942.

¹⁴ *Vencidos da Vida. Relance literário e político da segunda metade do século XIX*, Lisboa,

¹⁵ “Maria Amália Vaz de Carvalho e os Vencidos da Vida”, *Diário de Notícias*, 20-X-1943, pp. 1-3.

¹⁶ Lopes d’Oliveira, *...E mesmo contra a maré!: memórias, crítica, paisagem*, Lisboa, 1945, p. 78.

¹⁷ M. Paiva Boléo, “O realismo de Eça de Queiroz e a sua expressão artística”, *Vencidos da Vida, 1.º Ciclo de Conferências promovido pelo Século*, Lisboa, 1941, pp. 91-92.

– foram épocas de afirmação profunda de um novo regime político, o Estado Novo. Anunciador de mudanças, este regime foi, acima de tudo, o afrontar da liberdade de expressão, época de ditadura, de falta de liberdade, e de medo, em que grande parte da intelectualidade se viu obrigada a calar as suas opiniões. Relembrando a intensa polémica entre Sílvio Lima e Rodrigues Lapa, sabe-se que ambos foram “vencidos” pelo regime: ambos professores universitários, foram afastados do ensino por oposição frontal ao Estado Novo¹⁸. A certo ponto da polémica, Rodrigues Lapa denuncia um “desespero” existente por parte da intelectualidade do seu tempo:

“ao inculcar uma filosofia, um drama, ao grupo jantante dos Vencidos da Vida, Sílvio Lima nada mais fez que olhar para si e para o seu desespero, transplantando a situação dos ajanotados intelectuais de 1889 para a dos intelectuais de hoje.”¹⁹

Por outro lado, é desta mesma época a polémica sobre o Fado: canção de vencidos ou vencedores (1936-1937)? A discussão entre Luís Moita, que defendia uma visão pouco abonatória sobre o Fado, caracterizando-o como uma canção monótona, lamechas, da desgraça e da fatalidade e, por isso mesmo, canção de vencidos, e Alberto Victor Machado, defensor desse tipo de canção, que dizia ser parte integrante da “alma portuguesa”, envolveu um número considerável de intelectuais da época, com visões opostas sobre o Fado, num tempo de afirmação do novo regime político. Em momentos de crise e mudança, anunciadoras de modernidade, a problemática envolvente aos Vencidos da Vida revela a diversidade e disparidade como são vistos e compreendidos, mas também de que modo o seu vencidismo é apropriado. De facto, e tendo em conta as obras atrás referidas, sabemos que durante o Estado Novo – a apesar das intensas polémicas sobre o tema –, os Vencidos da Vida são elogiados pela herança cultural, que deixaram, e entendidos como vítimas do seu tempo. As críticas de aspecto pessimista face aos Vencidos da Vida persistiram na intelectualidade da época, lembremos as palavras de António Sérgio: “os grandes homens da geração de Antero (...) não nos deixaram para a construção uma ideia concreta que se aproveitasse.”²⁰ Seria ainda Sérgio a afirmar que esses homens pertenceram a uma geração de “naufragados”²¹. Já para José Lins do Rego,

¹⁸ Veja-se, a este propósito, a parte II do presente estudo.

¹⁹ Rodrigues Lapa, “A filosofia do vencidismo”, *O Diabo*, 7-II-1937, p. 1.

²⁰ António Sérgio, *cit. in* Sílvio Lima, “Ainda os Vencidos da Vida”, *Seara Nova*, 1-IV-1937, p. 332.

²¹ António Sérgio, (pref.), Oliveira Martins, *Dispersos I*, Lisboa, 1923, p. 87.

foram “uns desajustados”²². Por sua vez, Antonio Trinidad Muñoz aponta-os como “inquietos”²³.

Muito posteriormente, a ideia de desconstrução está presente de forma fixa nos debates parlamentares da república democrática portuguesa, assumindo forma pejorativa e distanciando-se dos louvores e honras assumidas, sobretudo, pelo Estado Novo, em que, curiosamente, as polémicas sobre o vencidismo eram mais intensas. Neste sentido, torna-se pertinente questionar qual o sentido dessa mudança de representações dominantes nos distintos regimes.

Depois das décadas de trinta e quarenta do século XX, os estudos sobre os Vencidos da Vida continuaram, pelas décadas de cinquenta²⁴, setenta²⁵, oitenta²⁶, sobretudo num tom de problemática: face à época em que viveram, estes homens foram vítimas do seu tempo? Assumiram o vencidismo como uma atitude pessimista face à sociedade da época. Assim são descritos e entendidos os Vencidos da Vida. Sobre a problemática da época e a sua ligação a alguns dos Vencidos da Vida destacam-se as obras de Fernando Catroga²⁷, Amadeu Carvalho Homem²⁸ e João Medina²⁹, mas também os inúmeros estudos que tratam a problemática do tempo e da sociedade que deram origem aos Vencidos da Vida: António M. Machado Pires fala dessas “sequelas na memória cívica” e na dimensão da crise desse tempo, nesse anúncio de modernidade, em *Luz e sombras no século XIX em Portugal*³⁰. O historiador Sérgio Campos Matos recupera a memória historiográfica sobre os Vencidos da Vida, com “A ideia de ditadura no círculo dos Vencidos da Vida”³¹, aliada

²² José Lins do Rego (pref.e selecção), Fialho de Almeida, *Os Gatos, Publicação mensal, d'inquerito à vida portuguesa*, Rio de Janeiro, 1942, p. 17.

²³ Antonio Trinidad Muñoz, *Historia de la pintura portuguesa -1800-1940*, Cáceres, 2005, p. 24.

²⁴ Caetano Gonçalves, *As Conferências do Casino e os Vencidos da Vida*, Academia das Ciências de Lisboa, 1955.

²⁵ Com a publicação da *Obra completa de Joaquim de Carvalho*, em 1978, pela Fundação Calouste Gulbenkian. Na sua obra, Joaquim de Carvalho abordou os Vencidos da Vida, ainda sobre a Conferência dada sobre o tema pelo seu amigo, Manuel da Silva Gaio. Lendo as suas palavras, denota-se que os Vencidos da Vida não lembrados de forma apenas pejorativa, pelo contrário: “os homens que no século passado, depois da jornada romântica, mais honraram a inteligência e o primado das ideias sobre o sentimento.”, Joaquim de Carvalho, “*Os Vencidos da Vida* de Manuel da Silva Gaio”, *Obra Completa de Joaquim de Carvalho*, Vol. V, Lisboa, 1978, p. 103.

²⁶ Veja-se desta época, sobretudo, o *Ciclo de Conferências promovido pelo Círculo Eça de Queiroz: Os Vencidos da Vida*, em 1989.

²⁷ *O problema político em Antero de Quental, um confronto com Oliveira Martins*, Coimbra, 1981.

²⁸ “Razão e sentimento na evolução espiritual de Ramalho Ortigão”, *Revista de História das Idéias*, vol. XXI, Coimbra, 2000.

²⁹ *Eça de Queiroz e a Geração de 70*, Lisboa, 1980.

³⁰ *Luz e sombras no século XIX em Portugal*, Lisboa, 2007.

³¹ “A ideia de ditadura no círculo dos Vencidos da Vida”, *Clio*, Lisboa, 2000.

à questão central de crise³², a que a intelectualidade portuguesa continua a focar, chegando, portanto, o tema à actualidade. Prova disso, são as diversas áreas que se debruçam sobre Portugal como problema, desde a filosofia, da política à literatura: na filosofia, Pedro Calafate, José Gil; na História, Borges de Macedo, João Medina; na literatura Manuel Alegre, Miguel Real; nas artes Abel Manta, entre tantos, inúmeros outros. Eduardo Lourenço desenvolveu toda uma teoria sobre Portugal e a questionação da sua identidade, problema que persiste na intelectualidade, face à interrogação de António Machado Pires: “Não teria sido mesmo esta questão da qualidade e das vocações do povo português a grande questão do século XIX e até mesmo uma interrogação histórica? Povo sempre preocupado com uma imagem de si próprio (...)”³³. Por outro lado, João Medina afirma que o Zé Povinho (figura criada por Rafael Bordalo Pinheiro em 1875), revelador das dificuldades de uma época muito concreta como foi o final do século XIX português, continuava, afinal:

“mesmo mudando de pele e de base social, o nosso estereótipo se mantém no activo, sendo utilizado todas as semanas, na nossa Imprensa mais lida (*Visão, Público, Expresso*, etc...) pelos nossos *cartoonistas* mais talentosos.”³⁴

Desta forma, fundamenta-se que a sociedade e o tempo que criaram os Vencidos da Vida são, inevitavelmente inseparáveis da sua condição – ou não – de vencidos. E as polémicas que se inscrevem ao longo das décadas, pós Vencidos da Vida, inscrevem-se, precisamente, em épocas críticas e de questionação pátria, tal como o tempo dos Vencidos.

Nos últimos anos, algumas publicações têm-se debruçado sobre os Vencidos da Vida como grupo, nomeadamente em 2006 pela Editora Fronteira do Caos, *Os Vencidos da Vida*, ou ainda na comemoração dos 120 anos do seu aparecimento, realizada em 2008 pelo Turf Club, *Conversas no Turf em torno de Os Vencidos da Vida*. Na primeira, uma selecção de fontes primárias – textos dos Vencidos e da sua época sobre o grupo – o objectivo, segundo os Editores, foi o de mostrar a actualidade do alcance do pensamento deste grupo de intelectuais sobre Portugal:

³² Sérgio Campos Matos, “A crise do final de oitocentos em Portugal: uma revisão”, *Crises em Portugal nos séculos XIX e XX*, Lisboa, 2002.

³³ António M. Machado Pires, *Luz e sombras no século XIX em Portugal*, Lisboa, 2007, p. 248.

³⁴ João Medina, *Caricatura em Portugal – Rafael Bordalo Pinheiro, pai do Zé Povinho*, Lisboa, 2008, p. 100.

“dar a palavra aos Vencidos da Vida (...) não terá o sabor de uma visita nostálgica a um passado demasiado alheado das realidades em que hoje estamos mergulhados? Talvez não se admitirmos que continua a fazer sentido o que disse um dia Manuel da Silva Gaio: *nunca em Portugal se tornou tão necessário e foi tão oportuno – como no momento presente – apontar exemplos de tal significação e tal alcance (...).*”³⁵

Já a segunda publicação, fez questão de reunir uma série de intelectuais, estudiosos e pessoas ligadas por laços genealógicos aos Vencidos da Vida, com o propósito de relembrar a importância do grupo no seu 120.º ano de formação. Trata de uma introdução feita por Maria Filomena Mónica, em que esta autora refere que o mentor do grupo era, “sem dúvida, Oliveira Martins”³⁶, e com algumas referências aos jantares dos Vencidos³⁷, e a obra foca, numa rede de artigos, sobretudo a vida de cada uma das personagens pertencentes ao grupo.

A existência destas publicações e as menções aos Vencidos da Vida na actualidade, nos debates parlamentares, demonstram a persistência do tema até aos nossos dias, para além do seu lugar destacado na memória histórica. E essa permanência encontra registos nas mais diversas áreas. A título de exemplo, veja-se a recente obra cinematográfica, do português Rodrigo Areias, em 2020, que, inspirando-se na afirmação de Eça acerca do que era ser vencido ou derrotado, constrói uma trama: “Num velho cinema decrepito, várias histórias surgem como fantasmas. Uma compilação de filmes de diversos formatos projectam múltiplas versões de pessoas vencidas pela vida.”³⁸

Face a esta persistência do tema, deparamo-nos com novos desafios: a tentativa de compilação de tudo o que foi escrito sobre os Vencidos da Vida, de modo a ter a visão abrangente da recepção e crítica que sofreram, e fazer a sua análise, quer no seu tempo, quer em tempos posteriores, considerados de crise. Por outro lado, pretendemos abordar o grupo dos Vencidos do ponto de vista sociológico, dando importância à forma como eles se viam a si próprios, apesar da “aparente realidade” social que viviam. Numa perspectiva nunca até agora abordada, investigar prolongamentos dessa atitude de vencidismo. Adoptaremos a data de formação do grupo como sendo o ano 1888, apesar

³⁵ Fronteira do Caos Editora, “Advertência”, *Os Vencidos da Vida*, Porto, 2006, p. 8.

³⁶ Maria Filomena Mónica, “Introdução – Os Vencidos da Vida”, *Conversas no Turf em torno de os Vencidos da Vida*, Lisboa, 2008, p. 14.

³⁷ Arriscamos dizer que a cronologia dos encontros não estará correcta. Veja-se a pág. 19 da referida obra, que menciona, um jantar a 10 de Março. Esse jantar, no Hotel Bragança, ocorreu a 11 de Março, segundo o jornal *O Tempo*.

³⁸ <https://44.mostra.org/filmes/vencidos-da-vida>

de até hoje não haver consenso entre os autores que se debruçaram sobre o grupo. Um outro ponto a ser tratado é a diversidade de formas com que os Vencidos da Vida foram compreendidos, tentando provar que os juízos de valor sobre o grupo oscilaram, consoante os propósitos da época. E, por fim, face à complexidade do tema, reconhecer, tomando as palavras de Fernando Catroga, que “não será descabido defender que a representância historiográfica é uma poética da ausência, pois, no muito que dá a conhecer, sempre existirão passos do homem que ficarão no esquecimento (ir)reversível.”³⁹

³⁹ Fernando Catroga, *Os passos do Homem como restolho do Tempo. Memória e fim do fim da História*, Coimbra, 2009, p. 131.

3 – Conceitos

“L’Histoire est la reconstruction toujours problématique et incomplète de ce qui n’est plus.”

Pierrra Nora, *Les lieux de la memoire*

Face a esta problemática, vários são os conceitos delineadores e estruturantes desta tese. O que é ser “vencido”? Em pesquisa por vários dicionários⁴⁰, de épocas distintas (tentámos remontar à época um pouco anterior aos Vencidos, à sua época e até à actualidade), encontram-se referências ao termo, como adjetivo, sendo utilizado no português corrente a partir do séc. XIII. Ora vejamos alguns exemplos, cronologicamente, de modo a compreender a evolução semântica do significado:

Em 1852 - “Vencida⁴¹: vencimento, derrota – levar de – ir no encalço dos vencidos. Vencer: levar a melhor d’alguém, derrotar, subjugar as paixões, superar as dificuldades, levar a sua adiante. Oposto – refrear os ímpetos do génio, ser vencido, render-se.” (J. I. Roquette, *Dicionário de Língua Portuguesa*, Paris, 1852, p. 957.)

Em 1885 - “Vencido: subjugado, rendido, sumettido, debelado, domado, batido, derrotado, destroçado, abatido, humilhado, prostrado.” (J. I. Roquette e José da Fonseca, *Diccionario da Língua Portuguesa e diccionario de synonymos seguido do diccionario poético e de epithetos*, Paris, 1885, p. 284.)

Em 1891 - “Vencido: subjugado, superado, derrotado, desbaratado, perder a demanda, rendido.” (António de Moraes Silva, *Diccionario de Língua Portuguesa*, 8.^a ed., vol. II, Lisboa, 1891, p. 978.)

Em 1909 - “Vencer: ter vantagem sobre, triumphar, conseguir, subjugar, ganhar, atingir (...).

⁴⁰ A título de exemplo, contam-se os seguintes dicionários (fontes): José Inácio Roquette, *Diccionario da Língua Portuguesa de José da Fonseca: feito inteiramente de novo e consideravelmente augmentado*, Paris, 1852; António de Moraes Silva, *Diccionario da Língua Portuguesa*, 9.^a ed. ver.e melhorada, Lisboa, 1889; Cândido de Figueiredo, *Novo Diccionario da Língua Portuguesa*, 1.^aed., Lisboa, 1899; J. T. da Silva Bastos, *Diccionario da Língua Portuguesa: etymologico prosódico e orthographico*, 9.^a ed. correcta e augmentada, Lisboa, 1909; Artur Bivar, *Diccionario geral e analógico da Língua Portuguesa*, Porto, 1948; Academia das Ciências de Lisboa, *Diccionario de Língua Portuguesa Contemporânea*, Lisboa, 2001; António Houaiss, *Diccionario Houaiss da Língua Portuguesa*, Lisboa, 2003...

⁴¹ O termo vencido, masculino, não consta.

Vencida⁴²: acto de vencer ou ser vencido. Levar de vencida. Exceder.” (J. T. de Oliveira Bastos, *Diccionario de Língua Portuguesa: etymologico prosódico e orthographico*, Lisboa, 1.^a ed., Rio de Janeiro, 1909, p. 718.)

Em 1928 - “Vencido: o que foi vencido. Vencida – o mesmo que vencimento, derrota.” (J. T. Oliveira Bastos, *Diccionario etymologico, prosódico e orthographico da língua portuguesa, contendo grande cópia de novos temas e acepções e um suplemento*, Lisboa, 2.^aed., 1928, p. 1384.)

Em 1949 - “Vencido: aquele a quem alguém ou alguma coisa venceu.” (Cândido de Figueiredo, *Dicionário de Língua Portuguesa*, 10.^a ed., vol. II, Lisboa, 1949, p. 1286.)

Em 1956 - “Vencido: que sofreu derrota, que foi subjugado, dominado pelo adversário, persuadido, (...) atingido.” (Fernando J. da Silva, *Dicionário de Língua Portuguesa: ortoépico, ortográfico, etimológico e arcaico*, Porto, 1956, p. 1525.)

Em 1968 - “Vencido: que sucumbiu numa luta ou foi dominado pelo adversário.” (Jaime de Séguier (direc.), *Dicionário prático ilustrado*, Porto, 1968, p. 1235)

Em 1973 - “Vencido: aquele a quem alguém ou alguma coisa venceu.” (Cândido de Figueiredo, *Grande Dicionário da Língua Portuguesa*, 15.^a ed., vol. II, Amadora 1973, p. 1286)

Em 1981 - “Vencido: que se venceu. Diz-se do indivíduo a quem outrem venceu; que sofreu derrota; persuadido; convencido/dominado, subjugado, abatido, desanimado, enfraquecido, sem energia, débil, froixo, aquele que não triunfa em pugna, em batalha, em polémica, etc. (...) aquele que sofreu derrota e cada um dos membros dos Vencidos da Vida.” (José Pedro Machado (coord.) *Grande Dicionário de Língua Portuguesa*, vol. XII, Lisboa, 1981, p.456.)

Em 1999 - “Vencida⁴³ – acção ou acto de vencer ou de ser vencido, derrota, vencimento. Ir de vencida: ir vencido, destroçado.” (António de Moraes Silva, *Novo Dicionário compacto da Língua Portuguesa*, 9.^a ed., Mem Martins, 1999, p. 445.)

Em 2001 - “Vencido: que se venceu, que sofreu derrota, que não triunfou numa batalha, numa competição, numa contenda, que se encontra dominado, subjugado por alguém ou alguma coisa; que está enfraquecido; que não tem energia. Dar-se por vencido – reconhecer a derrota, render-se, desistir. 1 – que não triunfou num combate, 2 – pessoas que não têm ânimo para enfrentar as dificuldades da vida. *Ele é um vencido!*” (*Dicionário de Língua Portuguesa*, Academia das Ciências de Lisboa, vol. II, Lisboa, 2001, p. 3718)

⁴² O termo vencido, masculino, não consta.

⁴³ O termo vencido, masculino, não consta.

Em 2015 - “Vencido: que foi derrotado, enfraquecido, sem força, aquele que sofreu derrota.” (António Houaiss e Mauro de Salles Villar, *Grande Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*, Lisboa, 2015, p. 3877.)

Como sinónimos, sobressaem e repetem-se expressões como: “que sofreu derrota”; “derrotado”; “desanimado”; “abatido”; “que se venceu”; “diz-se do indivíduo a quem outrem venceu”; “aquele a quem alguém ou alguma coisa venceu”; “subjugado”; “superado”; “rendido”; “persuadido”; “aquele que perdeu a coragem, o ânimo”. Destacam-se, ainda, os seguintes sinónimos, encontrados nos dicionários: “que foi ultrapassado”; “que completou o tempo prefixado para a sua realização ou cumprimento”. Por outro lado, a expressão “dar-se por vencido” tem sinónimos como: “ceder”; “deixar de resistir”; “render-se”. Estes significados repetem-se em vários dicionários, do século XIX ao XXI.

Notamos que, em alguns dicionários, não surge a palavra vencido, mas vencida. Note-se, ainda, o caso do dicionário de Fr. Joaquim de Santa Rosa Viterbo, cuja primeira edição data de 1798 e a segunda de 1865, que passa da palavra vencilho para venda, caso que se repete na 1.^a edição crítica do mesmo dicionário, em 1966⁴⁴, já em pleno século XX. Notamos ainda que o *Dicionário etimológico da Língua Portuguesa com a mais antiga documentação escrita e conhecida de muitos dos vocábulos estudados*, de José Pedro Machado, na 8.^a ed., de 2003, refere as palavras vencer, vencilho, vencimento, vencível, sem constar a palavra vencido.

Existe ainda uma diferença significativa do número de dicionários ou enciclopédias de Língua Portuguesa em que a palavra ‘vencido’ surge com a referência ao grupo dos Vencidos da Vida, sendo raros. Repare-se em alguns desses exemplos:

Em 1949 – “Vencido: (...) Cada um dos membros do grupo dos Vencidos da Vida.” (Morais e Silva, *Grande Dicionário da Língua Portuguesa*, 10.^a ed. revista, corrigida, muito aumentada e actualizada, vol. XI, Lisboa, 1949, p. 587.) Esta será, possivelmente⁴⁵, a primeira vez que o termo é dicionarizado com referências ao grupo dos Vencidos da Vida.

Em 1966 – “Vencido: s.m. Loc.pros.m.pl.: Vencidos da Vida” (F. Rebelo Gonçalves, *Vocabulário da Língua Portuguesa*, Coimbra, 1966, p. 1059.)

⁴⁴ Fr. Joaquim de Santa Rosa Viterbo, *Elucidário das palavras, termos e frases que em Portugal antigamente se usaram e que hoje regularmente se ignoram*, 1.^a ed. crítica, vol. III, Porto-Lisboa, p. 627.

⁴⁵ Pelas pesquisas que efectuámos em variados dicionários, foi o primeiro registo encontrado.

Em 1981 – “Vencido: (...) Cada um dos membros dos Vencidos da Vida.” (José Pedro Machado, coord., *Grande Dicionário de Língua Portuguesa*, Lisboa, 1981, p. 456.)

Salientamos, nestas fontes, a ausência total de qualquer referência à palavra “vencidismo”, o que nos remete para uma problemática conceptual. Neste sentido, a apropriação do termo, pelos diversos autores, de épocas distintas, remete, essencialmente, para pessimismo, descrença, negação, abatimento e desalento, significados que se cruzam com os de “vencido”. Ainda em 1931, aquando da publicação da sua obra *Os Vencidos da Vida*, Manuel da Silva Gaio faz uso do termo, sem dúvida num tom diferente do de Sardinha e claramente associado aos Vencidos da Vida e ao sentimento de vivência do grupo:

“O que foi, o que é talvez ainda o *Vencidismo*? – Perguntava eu então. Um dos do grupo, Bernardo Pindela, respondeu-me: ‘coisa nenhuma, afinal’.

Veio dizer-me outro, o Conde de Sabugosa: ‘O *Vencidismo* é difícil de classificar. Foi um estado de espírito originado de afinidades já existentes e das que uma convivência, delas nascida, mais avolumou e multiplicou: estado feito de interesses intelectuais, de curiosidades artísticas, de cordeal sinceridade, de inteira independência de ideias e de convicções, de completa tolerância perante as crenças ou descrenças dos outros, de alegria no jogo e troca de teorias tantas vezes paradoxais, de tristeza ante o espectáculo de muita ruína social, de estima por algumas individualidades do tempo, de desdém por muitas....’ No fundo, as duas respostas podem conciliar-se, aceitando nós que o *Vencidismo* não foi cousa alguma no sentido de corresponder a um intuito de agremiação especial, com programma feito de antemão e com plano determinado.”⁴⁶

Neste sentido, apercebemo-nos de três pontos fundamentais: 1 – o termo vencidismo, foi usado num tempo posterior aos encontros dos Vencidos da Vida por Manuel da Silva Gaio, mas ainda em vida de alguns deles (pelo menos do Conde de Arnoso e do Conde de Sabugosa); 2 – cremos que este uso terá vindo inicial e originalmente de Silva Gaio e não dos Vencidos e que foi Gaio que terá indagado os Vencidos sobre o seu *Vencidismo*; 3 – por fim, a verificação do tom com que é revestida a palavra: em nada pejorativo, remete inteiramente para a atitude dos encontros dos Vencidos, diríamos até que Manuel da Silva Gaio não dissocia a palavra não só da postura conjunta do grupo, como do grupo, em si. Quando se refere à convivência que teve com Eça de Queiroz, Oliveira Martins e Ramalho Ortigão, Silva Gaio destaca estas três figuras no grupo e refere:

⁴⁶ Manuel da Silva Gaio, *Os Vencidos da Vida*, Coimbra, 1931, pp. 12-13.

“(...) visto terem figurado no *Vencidismo* essas três individualidades.”⁴⁷

No mesmo sentido, “Guerra Junqueiro marcava no *Vencidismo* pelas suas qualidades de eloquente multiforme.”⁴⁸

A forma como Manuel da Silva Gaio entendeu o vencidismo, sempre associado ao grupo, confirma-se nestas suas palavras:

“E tão alto puseram, entre si, o culto da amizade, que ainda – quando a morte já neles dizimara e a vida trazia separados os restantes – não sabiam ao certo dizer se o *Vencidismo* tinha acabado.”⁴⁹

Por outro lado, referindo-se à resposta de Eça de Queiroz n’*O Tempo* ao *Correio da Manhã*, sobre as críticas satíricas aos jantares do grupo, Manuel da Silva Gaio afirmou que “Eça de Queiroz, como sabemos, definiu o *Vencidismo* e lhe deixou traçado o programa”⁵⁰. Passamos a citar essa ‘definição’:

“O que de resto parece irritar o nosso caro *Correio da Manhã* é que se chamem *Vencidos* aqueles que para todos os efeitos públicos parecem ser realmente *vencedores*. Mas que o querido órgão, nosso colega, reflita que, para um homem, o ser vencido ou derrotado na vida depende, não da realidade aparente a que chegou, - mas do ideal íntimo a que aspirava.”⁵¹

Quanto ao ‘programa’:

“Homens que assim se reúnem poderiam logo, neste nosso bem amado país, ser suspeitados de constituir um sindicato, uma filarmónica ou um partido. Tais suposições seriam desagradáveis a quem se honra de costumes comedidos; e o respeito próprio obriga-os a especificar bem claramente, em locais, que, se em certo dia se congregam, é apenas para destapar a terrina da sopa, e trocar algumas considerações amargas sobre o Colares. (...) Eles comem – a sociedade, estupefacta, murmura. O que é, portanto, estranho não é o grupo dos Vencidos – o que é estranho é uma sociedade (...) assume as proporções dum escândalo histórico o delírio de 11 sujeitos que uma vez por semana se alimentam.”⁵²

⁴⁷ Idem, *ibidem*, p. 2.

⁴⁸ Idem, *ibidem*, p. 38.

⁴⁹ Idem, *ibidem*, p. 27.

⁵⁰ Idem, *ibidem*, p. 55.

⁵¹ Cit. in Manuel da Silva Gaio, *op. cit.*, pp. 59-60.

⁵² Cit. in Manuel da Silva Gaio, *op. cit.*, pp. 58-59.

Manuel da Silva Gaio, que privou com alguns dos Vencidos, afirmou saber em que condições esta resposta foi escrita n’*O Tempo*:

“Tive conhecimento das condições em que Eça de Queiroz o escreveu por carta do Conde de Arnoso, de 19 de Setembro de 1906, datada de Cascais:

Uma vez – comunicava-me esta carta – depois dum jantar dos Vencidos na minha casa da Rua de S. Domingos à Lapa, incidimos sobre *O Tempo* (Jornal do Carlos) e ahi o José Maria Eça de Queiroz, em artigo de fundo, lançou o programa dos Vencidos: para responder à inquietação da imprensa do tempo, com *t* pequeno, que todos os dias se ocupava de nós. Rimos muito com essa prosa, tão scintilante, mas não lhe poderei dizer o que era tal artigo. Tudo isso se me varreu da memória.”⁵³

Esta carta do Conde de Arnoso a Silva Gaio poderá confirmar uma dúvida que ainda hoje subsiste: estariam os Vencidos da Vida, como grupo, a par – e em concordância – com o que era publicado sobre eles n’*O Tempo*? Referimo-nos ao anunciar cronologicamente os seus encontros nos locais luxuosos do costume, como o Tavares, o Bragança e os palacetes de alguns deles. As palavras de Arnoso parecem confirmá-lo, bem como as palavras do próprio Eça, ao escrever o citado artigo em resposta ao *Correio da Manhã*:

“Não permitem eles, hebdomariamente, que as gazetas anunciem a sua reunião em torno da mesa festiva? É verdade. (...) (...) e o respeito próprio obriga-os a especificar bem claramente, em locais, que, se em certo dia se congregam, é apenas para destapar a terrina da sopa (...).”⁵⁴

Diante das informações que retiramos dos escritos de Manuel da Silva Gaio, e pelo que conseguimos encontrar, já Silva Gaio teria possivelmente usado a expressão antes de António Sardinha, todavia, a anotação que faz dela só posteriormente viria a público, não exactamente na data da publicação da obra *Os Vencidos da Vida*, em 1931, mas na conferência que tinha dado na Associação de Estudantes, em Coimbra, em 1928 e que seria a base para a futura publicação em texto. A questão torna-se mais relevante face ao tom com que a palavra é usada, contrariamente ao uso pejorativo que dela faz Sardinha. Dada a convivência de Silva Gaio com alguns membros do grupo, sabe-se que estas referências à palavra vencidismo foram feitas ainda em vida de alguns. Ora repare-se nas palavras de Gaio:

⁵³ Manuel da Silva Gaio, *Os Vencidos da Vida*, Coimbra, 1931, p. 56.

⁵⁴ *Cit. in* Manuel da Silva Gaio, *Os Vencidos da Vida*, Coimbra, 1931, pp. 58-59.

“No ano distante em que escrevi o meu primitivo artigo sobre os *Vencidos da Vida*, no ano de 1906, tinham já desaparecido quatro dos do grupo:

Oliveira Martins, em 1894;

Carlos Lobo de Ávila, em 1895;

Eça de Queiroz em 1900:

O Conde de Ficalho, em 1903.

Estavam porém vivos sete.”⁵⁵

Por outro lado, não encontramos em fontes qualquer registo de uso da palavra vencidismo por parte dos Vencidos, sem ser este registo oral que Gaio colocou por escrito na sua publicação, donde aceitarmos, em termos convencionais, que, na escrita (publicada) a expressão poderá ter sido pela primeira vez usada com Sardinha, em 1915, mas não associada directamente ao grupo dos Vencidos.

Castelo Branco Chaves, referiu-se ao “vencidismo da geração de 70.”⁵⁶ Contudo, “eles foram uma geração de gigantes”⁵⁷, nas palavras de Lins do Rego.



Doc. 2 - “A Geração de 70” (1971-1974), J. Abel Manta (1888-1982), in *João Abel Manta Cartoons (1969-1975)*, pref. de José Cardoso Pires, Lisboa, Ed. O Jornal, 1975, p. 158.

⁵⁵ Manuel da Silva Gaio, *Os Vencidos da Vida*, Coimbra, 1931, p. 9.

⁵⁶ Castelo Branco Chaves, “Os Vencidos da Vida”, *Seara Nova*, 18-II-1937, p. 283.

⁵⁷ José Lins do Rego (pref.e selecção), Fialho de Almeida, *Os Gatos, Publicação mensal, d'inquerito à vida portuguesa*, Rio de Janeiro, 1942, p. 17.

O próprio conceito de geração, muito usado em estudos literários, apesar de pertinente, poderá ser limitativo⁵⁸: o facto é que no grupo dos Vencidos nem todos tinham a mesma idade, da mesma forma que nem todos tiveram a mesma formação ou seguiram os mesmos ideais, o que mais uma vez remete para uma problemática. Segundo António Apolinário Lourenço, “uma geração o é pela coincidência estética e ideológica dos seus componentes, quer pela proximidade das datas de nascimento.”⁵⁹ O conceito de “Geração” é útil, mas não será suficiente quando se estuda um grupo tão complexo e heterogéneo, como o dos Vencidos da Vida. No entanto, há um factor comum que os une. Leia-se António Bettencourt Machado Pires:

“A combatividade é uma tónica definidora de geração. (...) A Geração de 70, foi, pois, um grupo de homens, em vários momentos diversamente reunidos, para contestarem e discutirem valores culturais mais ou menos assentes (...), mas foi também uma problemática, uma atitude mental, uma interrogação sobre a identidade nacional; falar desta geração é também abstrair dos homens e das obras e encarar uma temática comum, uma enunciação de problemas, uma definição do pensamento nacional.”⁶⁰

A atitude dos Vencidos da Vida, que daria origem à expressão vencidismo, insere-se num contexto de crise, em que a decadência era algo debatido (não só em Portugal, nesse fim de século XIX, aliás), e, por isso mesmo, de modernidade, numa constante problemática da identidade pátria, como nos demonstra este discurso de Neves Clara⁶¹ nos debates parlamentares, em 1958, e que recupera o significado de “vencido”, aludindo ao grupo dos Vencidos:

“(O Orador: Sr. Neves Clara) - A denúncia de decadência em relação à evolução de outras nações que nos foram inferiores, não era admitida pelo nosso orgulho. (...) Os que apareciam a comentar as coisas eram os vencidos e os derrotistas e a sua influência julgada nefasta, mesmo quando punham no confronto com o estrangeiro toda a amargura e desgosto que a conclusão impunha.”⁶²

⁵⁸ Sobre este assunto, veja-se António Apolinário Lourenço, “Geração ou gerações de 70? Argumentos e contra-argumentos”, *Colóquio Letras*, nº 204, Lisboa, Maio/Agosto 2020, pp. 81 – 106.

⁵⁹ António Apolinário Lourenço, “Geração ou gerações de 70? Argumentos e contra-argumentos”, *Colóquio Letras*, nº 204, Lisboa, Maio/Agosto 2020, p. 99.

⁶⁰ A. Machado Pires, *A ideia de decadência na Geração de 70*, Ponta Delgada, 1980. Também nos debates parlamentares, em 1977, houve referência a respeito do conceito de geração, na mesma linha: “(...) o conceito de geração não flui de uma concepção temporal, mas sim de uma linha de rumo comum (...)”, *Diário da Assembleia da República*, 26-IV-1977, p. 3368.

⁶¹ João Pedro Neves Clara foi um engenheiro electrotécnico, e político do Estado Novo. Ficou ligado às Obras Públicas e Comunicações do círculo de Santarém, zona onde nasceu, em 1920.

⁶² *Diário da Assembleia Nacional*, 30-X-1958, p. 1272.

É precisamente face à decadência, que se impõe a ideia de regeneração. Pretendemos, portanto, confirmar ressonâncias desse sentimento de derrota dos “vencidos”, em discursos com alusões à simbólica da morte e da vida, do fim e do início, da noite e do dia, da sombra e da luz. Seria o sentimento do vencidismo uma desistência ou uma luta continuada de uma esperança face à iminência de um fim? O “calvário” e a “redenção” - expressões utilizadas com frequência nos debates parlamentares na época dos Vencidos da Vida e pelo próprio Oliveira Martins -, quase como uma catarse, só podem ser explicados perante a iminência da derrota, de um fim, porém, podem também ser reveladores de fé num novo início, de uma esperança, de uma luz:

“Mas sempre que o vencidismo nacional, lá por baixo, mo inculca como único culpado de todas as nossas mediocridades económicas, artísticas, científicas e outras, perco a cabeça. Apetece-me arrastar os fatalistas aqui ao Doiro (...). Há gente cá na pátria que, em vez de cobrir de desânimo e renúncia as lajes onde nasceu, faz delas a peanha duma vontade fecunda. Pinhão, 1 de Janeiro de 1964, Miguel Torga.”⁶³

⁶³ Miguel Torga, *Diário X*, Coimbra, 1968, p. 26.

II

- O vencidismo como problema da modernidade

“Eu penso que o riso acabou
– porque a Humanidade entristeceu.
E entristeceu – por causa da sua imensa civilização.”

Eça de Queiroz, “A decadência do riso”,
Notas Contemporâneas.

Todas as épocas têm o seu modo de estar, de ver e sentir o mundo. Todos os tempos têm as suas angústias, as suas tragédias, as suas realizações e quimeras. Sendo o século do progresso e da “civilização”, anunciando a modernidade, o século XIX trouxe consigo a noção angustiante de que tudo é fugaz, em que o sentimento de perda e alienação tiveram lugar. Foi um tempo em que muitas vozes, desanimadas com um Portugal que ousou sonhar quimeras que não realizou, se fizeram sentir, ora messiânicas, ora pessimistas. As “cassandras” a que João Medina se refere⁶⁴, tão irónicas quanto plenas de esperança, fizeram parte do final de um Portugal oitocentista e de inícios de um inseguro século XX. E de um tempo que criara homens desajustados que, contudo, deixariam grandes poemas e grandes livros, crónicas ou panfletos. Seria a época de uma geração de gigantes, tomando as palavras de Lins do Rego⁶⁵, como Camilo Castelo Branco, Antero de Quental, Eça de Queiroz, Oliveira Martins, Gomes Leal, Fialho de Almeida, António Patrício, António Nobre... Homens que não se resumem a uma geração, mas que fizeram parte, no seu todo, de um tempo muito particular da história contemporânea.

Mas vieram outras décadas e, no entanto, um mesmo Portugal, ainda cheio de incertezas e dúvidas e questionações ontológicas. Já não era o mesmo regime. Possivelmente, algumas vozes também já não eram as mesmas. Mas era ainda na mesma pátria que a intelectualidade se debatia com o “nevoeiro” e a incerteza dessa “hora” de que falou Fernando Pessoa, na sua *Mensagem*.

Para trás, o tempo da revolucionária Geração de 70, mas também dos Vencidos da Vida. Tempo que colheu os frutos e consequências da Regeneração e que ouviu – ou criou – o desalento do desabafo de Herculano⁶⁶: “isto dá vontade de morrer!”. Foi o mesmo tempo do *Ultimatum*, da crise da Monarquia e do messianismo republicano, mas

⁶⁴ João Medina, *Eça político*, Lisboa, 1974, p. 35.

⁶⁵ “Era assim Fialho de Almeida, como os de sua geração, um descrente dos contemporâneos. (...) ele não acreditava em Portugal. Nós de hoje acreditamos porque vemos que eles próprios foram uma *geração de gigantes*.” (O sublinhado é nosso) José Lins do Rego, “Fialho de Almeida e a sua época”, (pref.) in Fialho de Almeida, *Os Gatos*, Rio de Janeiro, 1942, p. 17.

⁶⁶ “Arquétipo dos desterrados, Herculano cristaliza, na sua imagem, a exemplaridade do banido político e, num plano mais lato, de uma marginalização a que parecem votados todos aqueles que (...) fizeram da sua vida e obra uma gesta em busca da Pátria ideal.”, Vitor Viçoso, “Exílio”, *Dicionário do romantismo português*, Lisboa, 1997, p. 178.

também o de uma mitologia pátria em que sobressaia a sua questão ôntica. Assim findava o século do progresso e começava o século do futurismo e tantos outros ismos.

O modernismo que a Europa anunciara trouxera consigo ânsias de “civilização” que, por exemplo em Portugal, não se concretizou completamente. A vontade pelo moderno acarretava dramas, frustrações, mas não só:

“Lieé à une crise historique et de structure, la modernité n’en est pourtant que le symptôme. Elle n’analyse pas cette crise, elle l’exprime de façon ambiguë; dans une fuite en avant continuelle.”⁶⁷

Matei Calinescu, na obra *As cinco faces da Modernidade*, apresentou o sentimento de decadência como factor intrinsecamente ligado à modernidade, mais até, como sua consequência⁶⁸. De facto, indo às origens do termo “modernidade”, que remonta, segundo os especialistas, à Idade Média (com o latim *modernus*) e que significava “recentemente” ou “agora mesmo”⁶⁹, surge a analogia do gigante e do pigmeu: a ideia de gerações sucessivas simbolizadas por corpos humanos, aos ombros de cada um –

“os homens de uma nova era são mais avançados, mas ao mesmo tempo, menos meritórios que os seus predecessores; eles sabem mais em termos absolutos, em virtude do efeito cumulativo da aprendizagem, mas em termos relativos a sua própria contribuição para a aprendizagem é tão pequena, que eles podem com justiça ser comparados a pigmeus.”⁷⁰

Divulgada sobretudo a partir da primeira metade do século XIX, a ideia burguesa de modernidade – distinta da ideia estética – ligava-se às mudanças económicas e sociais do capitalismo, produto da revolução industrial e da crença na ciência e na tecnologia. Por outro lado, a modernidade trouxera, com todo o avanço da ciência, o culto da razão e, com este, dá-se a paradoxal e poética “morte de Deus”, tão apregoada pelo filósofo Nietzsche.

⁶⁷ Jean Baudrillard et Alain Brunn, “Modernité”, Encyclopedia Universalis [en ligne]. URL:<http://www.universalis.fr/encyclopedie/modernite/>

⁶⁸ Veja-se, sobretudo, na citada obra, os capítulos “Versões de decadência” e “A euforia decadente”.

⁶⁹ De acordo com o *Thesaurus Linguae Latinae*, o termo era descrito como significando “quic nunc, nostro tempore est, novellus, praesentaneus...”, cf. Matei Calinescu, *As cinco faces da Modernidade. Modernismo, vanguarda, decadência, kitsch, pós-modernismo*, Lisboa, 1999, p. 25. O conceito de modernidade não é linear e continua complexo: “La modernité n’est ni un concept sociologique, ni un concept politique, ni proprement un concept historique. C’est un mode de civilization caractéristique, qui s’oppose au mode de la tradition [...]. Pourtant, elle demeure une notion confuse, qui connote globalement toute une évolution et un changement de mentalité.”, Jean Baudrillard, Alain Brunn, Jacinto Lageira, *op. cit.*

⁷⁰ Matei Calinescu, *op. cit.*, p. 28.

Assim, modernidade associava-se a livre pensamento, descrença na religião e, por sua vez, a secularização. No entanto, nada mais longe, afinal, da verdade, afirmar que modernismo e religião se distanciam. O homem moderno, aquele que com a sua razão e com o culto ao cientismo “matou” Deus, acabou por cair num niilismo, desembocando numa crise moral. E é diante deste vazio, que acaba por procurar, muitas vezes com desespero, algo superior em que possa acreditar face à inquietação da vida. Por isso, para Matei Calinescu,

“a Modernidade, mesmo se tentou fazer isso, não conseguiu suprimir a necessidade e a imaginação religiosas do homem; e ao desviá-las do seu caminho tradicional, até as poderá ter intensificado sob a forma de um florescimento indizível de heterodoxias – na própria religião, na moral, no pensamento social e político e em estética.”⁷¹

A decadência instalou-se e com ela, a crise de identidade⁷². A existência humana, tal como a existência pátria eram postas em causa diante de um tempo que passava, tão fugaz quanto o próprio ritmo da modernidade. A visão organicista das sociedades, que se difundida com os avanços da ciência dava alento à noção de que tudo era passageiro e de que as nações também poderiam ter um fim. Por outro lado, essa visão de que, o presente, passa rápido diante da incessante busca e conquista do novo, levaria a uma desvalorização desse mesmo presente e a uma mitificação do passado, fazendo deste a era de ouro – daí a alegoria do gigante e do pigmeu. O futuro, esse, traria consigo a solução para a inquietude da vivência do presente. Desta forma, o tempo irreversível que passa e que traz a mudança, acarreta consigo a noção histórico-sequencial e diante deste cenário que se torna escatológico, o homem “moderno” que recusou Deus e a religião, acaba num dilema existencial. Assim, num tempo onde a novidade era uma constante, e a aceleração do quotidiano aliou-se à própria transformação das ideias, a vida tornou-se uma inquietação e difunde-se a consciência de que o declínio era uma fatalidade perante o progresso. A fugacidade do tempo leva a essa ideia, conhecida desde tempos remotos da Antiguidade, em mitos e religião. A consciência da decadência produz desassossego no ser humano, e quando o fim de século XIX coincide com tempo de progresso, do inquietante e móvel “novo” que por si acarreta a noção de que o presente, passa rápido, a mentalidade era de crise. No fundo,

⁷¹ Matei Calinescu, *op. cit.*, p. 67.

⁷² Se Matei Calinescu associa modernidade a decadência e crise cultural, Denys Cuche, na sua obra *A noção de cultura nas Ciências Sociais*, (pref. Fernando Gandra), Lisboa, 2006, aponta as crises culturais como crises de identidade.

decadência e modernidade conciliam-se, no sentido em que a ânsia pela novidade é sinónimo de recusa do presente, encarado como “decadente”. Por outro lado, a incessante busca de mudança, causadora de instabilidade e insegurança, gera, em suma, a crise de identidade, criando indivíduos “desenraizados” e assim, por sua vez, uma crise cultural.

A modernidade apresenta, então, duas faces: com o avanço da industrialização, o mundo moderno viu nascer uma maior facilidade e segurança para uma existência material mais compensadora (lembramos todos os aparelhos “facilitadores do conhecimento” do escritório do Jacinto, da criação literária de Eça). Por outro lado, o lado sombrio da modernidade⁷³ significava condições de vida degradantes para as classes trabalhadoras, sendo o progresso material conseguido à conta da gradativa ausência de criatividade e autonomia do ser humano – através do trabalho monótono e repetitivo⁷⁴. Mas o lado mais obscuro seria, sem dúvida, o sentimento crescente de perda: o homem moderno adquire a consciência do tempo como um itinerário. De onde a pergunta do historiador Fernando Catroga acerca da problemática da modernidade: “poder-se-á estar disponível para se acolher a experiência do novo quando a história é apresentada como um encadeamento necessário, no qual, em última análise, a ideia apriorística de fim se encontra insinuada desde a origem?”⁷⁵

A esta ideia de fim, alia-se ainda a de que a decadência é fruto do erro humano. O homem foi criado por Deus, mas na sua condição pecadora decaiu, o que também por si, implica a problemática da derrota. Aqui residem as raízes religiosas e espirituais da antropologia do *vencidismo*. Repare-se na questão da Geração de 70: quando arrefecem os ânimos revolucionários da juventude, avança o pessimismo e instala-se o desencanto. Se já Camilo Castelo Branco notara na literatura o dilema moral deste decair do homem moderno n’ “*A queda dum anjo*”, na prática, em temperamentos como o de Antero de Quental, a desistência leva ao suicídio, ou, em Oliveira Martins, por exemplo, o aprofundar das dúvidas e interrogações, que instalam o desencanto e a desilusão. Há todo um cansaço, que se nota em casos de correspondência de Oliveira Martins ou Manuel Laranjeira (“o cansaço, o tédio moral”, de que nos fala este autor) entre tantos

⁷³ Para Anthony Giddens, este lado sombrio da modernidade culminaria nos regimes políticos totalitários do século XX, com o fortalecimento do poder político. Veja-se a sua obra, *As consequências da Modernidade*, Oeiras, 1995, pp. 5-7.

⁷⁴ Cf. Anthony Giddens, *op. cit.*, p. 6.

⁷⁵ Fernando Catroga, *Os passos do Homem como restolho do Tempo. Memória e fim do fim da História*, Coimbra, 2009, p. 263.

outros, que denotam a problemática da modernidade em Portugal. De facto, a decadência, sintoma de início de fim, implica o problema da relativização dos tempos, a ideia de que às épocas de ouro, sucedem-se épocas de decadência. Uma das questões da modernidade em Portugal é a relativização do que foi o seu protagonismo ao longo das épocas. O diagnóstico que Garrett faz da decadência é um prenúncio daquilo que a Geração de 70, “vencida”, fará décadas mais tarde, mas num tom mais pessimista. Como é que a intelectualidade portuguesa do século XIX reagiu face à modernidade? Se entendermos o termo associado à industrialização e progresso material, os jovens intelectuais da década de 70 ousaram sonhar caminhos novos para Portugal e pô-lo a par dos avanços europeus. No domínio da teoria, do debate cultural, esta elite pretendia renovar o estado do país, e elevá-lo ao grau de “civilização” que percorria a Europa. Desde a literatura francesa tão elogiada por Eça, à questão dos avanços económicos defendidos por Martins, a Modernidade era revestida de sonhos de regeneração, para esta jovem geração. Contudo, com o avançar do tempo, e próximo de fim de século, a modernidade tornou-se sintoma de crise e aparecia já aliada à tão combatida – e por fim, assumida – decadência. Repare-se nestes “problemas morais contemporâneos” apontados por Oliveira Martins:

“As ilusões foram-se todas. Ditoso tempo em que os filósofos acreditavam na Ideia de Hegel e nas suas sucessivas revelações! A Ideia falhou. Ditoso tempo em que os juristas acreditavam no dogma da Liberdade (...)! A Liberdade falhou. (...) Ditoso tempo em que os economistas acreditavam na Harmonia do trabalho e da riqueza! (...) A ordem falhou, e a verdade é a progressão constante dos suicídios, da loucura e dos crimes *civilizados* científicos, é a progressão paralela do consumo do álcool e do tabaco, a generalização do ópio e da morfina, a introdução do uso do cloral, do clorofórmio, do éter – de todas as drogas anestésicas que façam esquecer a amargura dilacerante duma vida em que o maior mal é o vazio absoluto e a falta completa de razão suficiente.”⁷⁶

Que balanço, afinal, fizeram estes homens acerca da “civilização” do seu tempo? Diante da descrença no presente, afirmaram também a falência dos valores e, por fim, instala-se a desolação:

“...o que leva tanta gente para o nirvana moderno, ou budismo filosófico, é a teoria de que, em o homem atingindo uma consciência suficiente para se conceber e governar a si próprio, *ipso facto* concebe e reconhece o vazio de todas as cousas, a nulidade absoluta de toda esta vida que nos passa diante dos olhos como as visualidades de um caleidoscópio, iluminada às vezes pela fantasia alucinada. (...) É nisto que reside a

⁷⁶ Oliveira Martins, “Problemas morais contemporâneos. Pessimismo.”, *Dispersos*, Lisboa, 1923, pp. 5,6.

causa das mentiras sobre que vive o nosso tempo: todos representamos uma comédia (...) porque todos ignoramos em que verdade convém crer.”⁷⁷

A estas palavras de desencanto de Oliveira Martins, juntam-se as de Eça de Queiroz, uma década antes do fim do século: “Deus nos dê paciência para a civilização!”⁷⁸

Eça de Queiroz era em 1890 um desiludido. Desiludiu-se com o positivismo científico, com Proudhon, com o diletantismo poético. Por outro lado, a crença no determinismo que os anos de juventude teorizavam estava abalada. A desilusão, por fim, trouxe o cansaço da mesma “civilização” que a sua geração tanto admirara. As suas palavras são claras quanto ao desencanto por Paris desse fim de século:

“Já não é aquela cidade ligeira e luminosa. Agora está muito grosseira de aspectos, de modos e de ideias – e completamente negra! (...) Até exteriormente perdeu toda a graça e elegância. Nas ruas não se vêem senão homens de camisola de malha e mulheres de cações, pedalando furiosamente em velocípedes: as carruagens já não têm cavalos, são todos *automobiles*, fazem um barulho horrendo e deitam um cheiro abominável a petróleo (...) e logo ao começo da tarde é necessário acender uma luz que agora há, dum brilho muito *criard*, e que ordinariamente mata quem a acende!”⁷⁹

Nessa sequência, viria a desilusão com o seu país, acusando, nas próprias palavras o descrédito no que a juventude quisera impor à pátria, a “civilização”:

“De sorte que, quando eu lentamente fui emergindo dos farrapos franceses em que essa educação me embrulhara, e tive consciência do postigo estrangeiro da nossa civilização, eu pude dizer que Portugal era um país traduzido do francês - no princípio em vernáculo, agora em calão.”⁸⁰

Como artista vingador⁸¹, Eça acaba por confessar que desistira de se vingar da sociedade, pelas palavras de Eça, acerca da comédia *O Lodaçal*: “Abandonei-a. Era feroz de mais...E além disso, fazia-me remexer na podridão lisboeta, mergulhar outra vez na sarjeta humana.... Afligia-me.”⁸² Nas últimas obras do autor, notam-se já temas

⁷⁷ Idem, *ibidem*, pp. 84,85.

⁷⁸ Eça de Queiroz, “Carta à Condessa de Sabugosa”, 24-I-1897, *cit. in* A. Campos Matos, *Diálogos com Eça de Queiroz*, Lisboa, 1998, p. 185.

⁷⁹ Idem, *ibidem*.

⁸⁰ Eça de Queiroz, “O francesismo”, *cit. in* A. Campos Matos, *op. cit.* p. 22.

⁸¹ Eça de Queiroz, “Carta a Teófilo Braga”, 12-III-1891, *cit. in* A. Campos Matos, *op. cit.*, p. 166.

⁸² Eça de Queiroz, *Os Maias*, Lisboa, 2006, p. 389.

bem diferentes da crítica social da juventude: *S. Cristóvão, Suave milagre, A cidade e as serras...* O “riso que peleja” dava lugar à melancolia e desencanto:

“Eu penso que o riso acabou - porque a Humanidade entristeceu. E entristeceu - por causa da sua imensa civilização. (...) Foi a enorme civilização que nós criámos nestes derradeiros oitenta anos (...) que matou o nosso riso. (...) Tanto complicámos a nossa existência social, que a Acção, no meio dela, pelo esforço prodigioso que reclama, se tornou uma dor grande: - e tanto complicámos a nossa vida moral, para a fazer mais consciente, que o Pensamento no meio dela, pela confusão em que se debate, se tornou uma dor maior”.⁸³

E Eça conclui: “Os homens de acção e de pensamento, hoje, estão implacavelmente votados à melancolia.”⁸⁴

Desta forma, verificamos que num fim de século afirmado pela “civilização” da modernidade, os intelectuais assumiram uma postura de desânimo face ao presente, atitude de vencidismo, que confirmava um problema moral no seio do grupo da elite intelectual portuguesa. Seria esta mesma elite, neste tempo e ao longo das futuras décadas, que em épocas de crise – crise que a modernidade afirmara – ocuparam o lugar de liderança na mudança sonhada, mas nem sempre concretizada. Repare-se que eles se mantiveram num campo intelectual e muitas vezes com textos cáusticos e derrotistas, buscaram uma ética social que permitisse essa mudança necessária que tanto sonhavam para a pátria. Quando a desilusão se instala, a crise é já moral. Tomando os casos de Oliveira Martins e Eça de Queiroz, nota-se que, diante do “vazio” que essa “civilização”, fruto da modernidade, trouxe, procuraram uma religião cívica que não andasse ligada aos aspectos confessionais. Se quisermos ir mais longe, assim o fizeram também Teixeira de Pascoaes, bem como os homens da *Seara Nova*. Certamente Eça de Queiroz não escreveu sobre vidas de santos para ganhar dinheiro. Ele procurou modelos para a sociedade, a virtude “cívica”. Repare-se que quando pôs nas suas personagens a expressão: “isto é uma choldra!”, o objectivo era a mudança. Não concretizada essa mudança, a desilusão instala-se sob o estigma do vencidismo, e é precisamente aí que a busca de modelos acaba por ser a esperança última de uma regeneração possível. Não é à toa que Eça busca a figura de Jesus para os seus contos, apesar da aparente e paradoxal recusa da religião – recusa assumida nos seus aspectos confessionais. Martins toma o modelo de Nun’ Álvares, figura que o Estado Novo retomará, nessa atitude constante de

⁸³ Eça de Queiroz, “A decadência do riso”, *Notas Contemporâneas*, Lisboa, 2000, p. 266.

⁸⁴ Idem, *ibidem*.

renovação pátria em épocas de crise. Por isso, também, podemos afirmar que o vencidismo tem mais de romântico do que se imagina: o decadentismo alimenta-se do mito. A decadência, que se afirma como consequência da modernidade, só se explica face ao “tempo de ouro” do que passou. Há todo um problema de consciência cívica que acaba por tornar-se problema moral. A crise da decadência gera a falta de responsabilidade pelo que se tem: os modernismos, com a sua mudança constante e necessária, levam à insegurança e inquietação da recusa do presente. É neste contexto que em expoente máximo de vencidismo duas atitudes afirmam, em final de século XIX, diante da primeira crise da modernidade portuguesa, o sentir da intelectualidade, sempre dividida entre o pessimismo e a esperança na regeneração: o suicídio e o hedonismo. Tido como figura tipo da primeira atitude, Antero de Quental representou uma renúncia activa ao Portugal do seu tempo. A morte era vista como um acto catártico, um acto de fé, até. A desistência, problema moral da modernidade, era revestida, afinal, por uma acção de luta. Desta forma, a própria figura de Herculano com o seu “exílio” em Vale de Lobos, simbolizaria esta mesma renúncia que, silenciosa, não passava de uma atitude paradoxalmente activa⁸⁵. Para Vítor Viçoso,

“Herculano, viajante entre as turbulências da vida política portuguesa, desde a guerra civil até ao ‘fontismo’, desiludido, escolherá o exílio voluntário, em 1867, na sua *tebaida* de Vale de Lobos, para não pactuar com a corrupção da vida política. Este gesto eremítico – que poderia ter como modelo ficcional Eurico, o cavaleiro, monge e poeta, cujo exílio em Carteia representa um gesto de indignação perante a decadência moral do reino (Eurico, o Presbítero, 1844) –, acme de uma via sagrada em prol da Pátria, torna-lo-á uma figura mítica da nossa elite intelectual oitocentista, porque exprime uma consciência infeliz que, em moldes e conjunturas diferentes, se terá prolongado pelas ‘Gerações de 70 e 90’.”⁸⁶

Sobre o “Mestre” Herculano, escreveu Martins o seguinte:

“(…) passou à condição de caturra para os homens práticos, de orgulhoso para os simples, e de protesto simbólico contra a decadência portuguesa, e contra o abatimento universal da Europa, utilitária e imperialista, para os que, de fora do mundo, como críticos observam e classificam os fenómenos. Tornou-se o remorso vivo de uma nação

⁸⁵ “Nesta ordem de ideias, o ‘exílio’ ou a desistência seriam actos positivos de intervenção. Foi nesta linha que, num dos seus Ensaícos (vol. III), António Sérgio escreveu: ‘todo o grito de protesto tem em Vale de Lobos a sua fonte.’”, Fernando Catroga, “Portugal como ‘corpo’ e como ‘alma’ (sécs XIX e XX). Uma revisitação sintética.”, *Revista de História das Ideias*, vol. 28, Coimbra, 2007, pp. 255.

⁸⁶ Vítor Viçoso, “Exílio”, *Dicionário do romantismo literário português*, Lisboa, 1997, pp. 177-178.

degenerada. É neste momento que (...) principia a tornar-se um tipo característico da nossa vida contemporânea.”⁸⁷

Foi assim que a contemporaneidade acarretou consigo toda uma série de problemas morais, entre os quais esse “isolamento existencial”⁸⁸ de Herculano ou a “desistência” como renúncia activa no suicídio de Antero (bem como de outros). As palavras de Manuel Laranjeira ao seu amigo, o poeta espanhol Miguel de Unamuno, denotam a desilusão no seu país, e o acto do suicídio como a salvação moral possível:

“Em Portugal, chegou-se a este princípio de filosofia desesperada: o suicídio é um recurso nobre e uma espécie de redenção moral. Neste malfadado país, todo o que é nobre suicida-se; todo o que é canalha, triunfa.”⁸⁹

Encarado assim o suicídio como um grito de coragem dos que lutaram pela pátria, mais do que um acto assumido de desistência, o vencidismo não deixava de ter a dupla faceta, em que morte e regeneração se cruzavam. E é nesta vertente que uma segunda atitude caracterizaria a elite intelectual portuguesa de finais de século XIX: o hedonismo. Os encontros gastronómicos à volta das luxuosas mesas do “Tavares” ou do “Bragança” personalizados por figuras bem conhecidas da sociedade lisboeta intituladas por “Vencidos da Vida”, foram disso exemplo. Ninguém duvidaria da elegância de um Ramalho Ortigão ou das viagens dispendiosas ao estrangeiro de um Marquês de Soveral ou de um *chic* Carlos Mayer. A vida, com as próprias formas de divertimento que expressavam a modernidade em que viviam, era também feita de bom garfo e roupas chiques, à boa moda francesa, para além da dor pelo seu Portugal.

Assim, entre o binómio morte/regeneração preconizado pela elite intelectual oitocentista, a exaltação da vida foi uma outra faceta que revestiu esse “vencidismo”, contraposta ao suicídio⁹⁰.

⁸⁷ Oliveira Martins, *cit. in* Fernando Catroga, *op. cit.*, p. 256.

⁸⁸ Sobre este problema da modernidade, Anthony Giddens apontou o seguinte: “A ausência de sentido pessoal- o sentimento de que a vida nada tem a oferecer que valha a pena -, torna-se num problema psíquico fundamental nas circunstâncias da modernidade tardia. Devemos entender este fenómeno em termos de uma repressão de questões morais que a vida quotidiana coloca, mas às quais se recusam as respostas. O “isolamento existencial” não é tanto uma separação dos indivíduos uns dos outros, mas mais uma separação dos recursos morais necessários para viver uma existência plena e satisfatória.”, *Modernidade e identidade pessoal*, Oeiras, 1994, p. 7.

⁸⁹ Manuel Laranjeira *cit. in* Miguel de Unamuno, “Um povo suicida”, *Por terras de Portugal e de Espanha*, Lisboa, 2009, p. 71.

⁹⁰ No entanto, membro dos Vencidos da Vida, Carlos Mayer acabaria, também, mais tarde, por cometer suicídio. Sobre o isolamento, o mesmo aconteceria a Junqueiro. Já o “exílio” voluntário, que pode ser discutível como uma outra forma de “suicídio”, foi o destino de Ramalho e Soveral, por exemplo.

A crítica que estes homens fizeram ao seu país – crítica que, com vertentes diferentes, continuará em épocas posteriores – andava a par do “riso que peleja”. Com o riso, que incluía em si toda a atitude hedonista destes encontros, activamente atacavam a sociedade sua contemporânea. Mas por detrás do riso, uma estranha melancolia. Esta melancolia que professavam, contrastava com a atitude social que aparentavam. O próprio nome com que se intitularam, apresentava o paradoxo da sua atitude. Produto da sua época, da modernidade e de crise, os Vencidos da Vida deixaram marcas.

É importante lembrar que sobretudo a partir da década de trinta do século XX, o tema dos Vencidos e do *vencidismo* voltou a ser debatido entre as elites intelectuais. Se por um lado se assiste a uma panóplia de colóquios, conferências e publicações⁹¹ sobre os homens que compuseram o grupo dos Vencidos da Vida, por outro, na imprensa, o tema reinicia a sua polémica. Neste último caso, repare-se na questão acesa entre Sílvio Lima e Rodrigues Lapa no jornal *O Diabo*. Num primeiro artigo, intitulado “a filosofia do vencidismo”, datado de Fevereiro de 1937, Rodrigues Lapa contesta publicamente uma carta recebida de Sílvio Lima, acerca de uma resposta sua sobre os “Vencidos” a um estudante de Ílhavo⁹². Para Lapa, a opinião que a crítica oitocentista fez a estes homens, perdurava: eram “homens que se desforravam do tédio que a sociedade do seu tempo lhes inspirava comendo óptimas e elegantes jantaradas.”⁹³ E o mesmo autor prossegue:

“os Vencidos abancavam para cultivarem em fraterno convívio uma alegria simples, evitando o contacto com uma sociedade pútrida, onde dominava o reles: era uma fuga desdenhosa, um verdadeiro acto de ‘vencidos’. Daí a justeza do título.”⁹⁴

Nesta perspectiva, o vencidismo era encarado como uma “insuportável atitude de intelectuais”, uma “brincadeira aristocrática de homens bem instalados na vida”. Assim, contrariamente à opinião de Sílvio Lima, para Lapa, o vencidismo não era nem uma filosofia, nem um drama. Para ele, no vencidismo encontrou-se a “impotência”, “delicado snobismo” e “traição amável”: os Vencidos da Vida, impotentes ao decorrer

⁹¹ Vejam-se as várias obras referentes aos ‘Vencidos da Vida’, de Moreira das Neves, Manuel da Silva Gaio, Joaquim de Carvalho (que prefaciou *Os Vencidos da Vida*, de Silva Gaio), a publicação d’*O Século*, sobre o colóquio organizado em torno d’Os Vencidos, em 1941, entre outras.

⁹² Segundo a notícia, esta resposta veio no “Consultório”, no semanário de Rodrigues Lapa, datado de 24 de Janeiro desse mesmo ano.

⁹³ Rodrigues Lapa, “A filosofia do vencidismo”, *O Diabo*, 7-II-1937, p. 1.

⁹⁴ Idem, *ibidem*.

dos tempos e do avançar da situação crítica do país, nada mais fizeram que “negar” sem nada “edificar”, apesar das suas inegáveis qualidades artísticas. Segundo Rodrigues Lapa, os homens que constituíram o grupo dos Vencidos, encontraram no vencidismo uma reconciliação “com os ídolos que tinham derrubado, regressando à vetusta tradição”. Mas Lapa vai mais longe. Num novo artigo publicado no mesmo jornal, nesse mesmo mês, e em primeira página, com o título: “O processo do vencidismo em *Os Maias* de Eça de Queiroz”, atribui o “vencidismo” desses homens às mesmas razões que fizeram falhar Carlos e Ega:

“não souberam ou não diligenciaram intervir eficazmente na vida do país que tão corajosamente tinham denegrido. Em vez de actuarem e de actuarem de acordo com os seus primitivos princípios, preferiram a posição cómoda do vencidismo.”⁹⁵

E Lapa relembra a passagem d’*Os Maias*, na qual o velho Afonso da Maia perante a atitude de Ega e Carlos - que afirmavam que a única revolução digna em Portugal era a de plantar legumes⁹⁶ - responde: “Pois então façam vocês essa revolução. Mas pelo amor de Deus, façam alguma coisa!” Entre outras passagens que Lapa refere, destacamos ainda esta, quando Carlos da Maia diz ao seu amigo Ega que não nasceu para “fazer civilização”. Ega responde-lhe: “Nasceste (...) para colher as flores dessa planta de civilização que a multidão rega com o seu suor. No fundo, também eu, menino!”

Neste artigo de Rodrigues Lapa, a mensagem fulcral é a de que o vencidismo, longe de ser um drama, foi, acima de tudo, falta de intervenção, “glorificação da inércia ou da impotência”⁹⁷. Lapa vai mesmo buscar a citação de Denis de Rougemont, que atribuiu o epíteto de “letrados de mãos débeis”⁹⁸ aos Vencidos da Vida.

Sobre esta “elegante capitulação”⁹⁹, a resposta de Sílvio Lima não se fez tardar, no mesmo periódico: “longe de ser uma fórmula brincalhona, essa designação (“Vencidos da Vida”) era uma autêntica forma de auto-ironia, dramática, pungente: representava

⁹⁵ Rodrigues Lapa, “O processo do vencidismo em *Os Maias* de Eça de Queiroz”, *O Diabo*, 21-II-1937, p.1. Repare-se que este artigo já foi escrito após a resposta de Sílvio Lima ao primeiro artigo de Lapa.

⁹⁶ A passagem é a seguinte: “- A única coisa a fazer em Portugal – dizia ele – é plantar legumes, enquanto não há uma revolução que faça subir à superfície alguns dos elementos originais, forte, vivos, que isto ainda encerre lá no fundo. E se se vir então que não encerra nada, demitamo-nos logo voluntariamente da nossa posição de país para que não temos elementos, passemos a ser uma fértil e estúpida província espanhola, e plantemos mais legumes!”, Eça de Queiroz, *Os Maias*, cit. in Rodrigues Lapa, “O processo do vencidismo em *Os Maias* de Eça de Queiroz”, *O Diabo*, 21-II-1937, p.1.

⁹⁷ Rodrigues Lapa, “O processo do vencidismo em *Os Maias* de Eça de Queiroz”, *O Diabo*, 21-II-1937, p. 1.

⁹⁸ Idem, *ibidem*.

⁹⁹ Id., *ib.*

uma vivência psico-moral *sui generis* brotando como efeito da resistência maciça oferecida por uma certa mentalidade europeizante.” Para Sílvio Lima, que contrariava as afirmações do colega Rodrigues Lapa, considerando-as “erróneas”, os Vencidos da Vida sentiram-se, efectivamente, falhados, pois viram que “os seus planos de renovação nacional tinham-se gorado em face do reaccionarismo e do jacobinismo reinantes”.¹⁰⁰ Neste seguimento, Lima continua:

“Era precisamente a lúcida *prise de conscience* desse fracasso que servia de base vivencial à designação de vencidos: designação subtilmente auto-irónica, claro está, porque a vivência subjectiva de vencidos contrastava com a real aparência formosa das suas posições na sociedade. Demais, ainda por outro lado se poderia aceitar a fórmula dos Vencidos, notório como é que todo o homem, por definição é - em relação aos seus ideais – um vencido *in actu*, um insatisfeito, um inquieto eterno.”¹⁰¹

Apesar das visões contrapostas dos dois autores se cruzarem com o que já no passado havia sido dito sobre os vencidos, na verdade, torna-se fulcral compreender a razão desta polémica. Nestas visões parciais do “vencidismo”, estaria imanente todo um problema de cariz moral. Estava-se na década de 30, em contexto histórico de ditadura. Rodrigues Lapa e Sílvio Lima faziam parte da elite intelectual portuguesa. Ambos professores universitários – Lapa em Lisboa, ligado à Filologia¹⁰² e Lima em Coimbra ligado à Psicologia¹⁰³ – sofreram a repressão à intelectualidade que o recém regime salazarista havia decretado: em Maio de 1935¹⁰⁴, por razões políticas¹⁰⁵, são expulsos dos cargos

¹⁰⁰ Sílvio Lima, “Em torno dos Vencidos da Vida”, *O Diabo*, 18-II-1937, p. 1.

¹⁰¹ Idem, *ibidem*.

¹⁰² Manuel Rodrigues Lapa (n. 22-IV-1897; m. 28-III-1989), filólogo, foi professor catedrático da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

¹⁰³ Sílvio Vieira Mendes Lima (n. 5-II-1904; m. 6-VI-1993) foi professor na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, na área de Psicologia e Ciências da Educação. Expulso do ensino em 1935, em 1942 é readmitido como um dos “tolerados do regime” e em 1957 passa a reger a disciplina de Teoria da História, na mesma Faculdade. Conhecido pela introdução da filosofia moderna em Portugal, foi também um importante e reconhecido ensaísta. Veja-se, a este propósito, os estudos de Paulo Archer de Carvalho: *Sílvio Lima, um místico da razão crítica* (2009) e *Sílvio Lima ou o retorno do recalcado* (2011).

¹⁰⁴ No mesmo ano é encerrada a imprensa da Universidade de Coimbra.

¹⁰⁵ Ambos foram afastados por oposição frontal ao regime do Estado Novo. Nos seus escritos, Rodrigues Lapa salientava com frequência os termos “tristeza e vergonha” para adjectivar o regime salazarista. Já Sílvio Lima, convidado para ingressar no ensino pela mão de Joaquim de Carvalho e do Cardeal Cerejeira, pelo seu dezanove final de licenciatura, acabaria por marcar a ruptura com o regime precisamente com um ensaio filosófico em que criticava a postura político-religiosa do Cardeal Cerejeira: *Notas críticas ao livro do Sr. Cardeal Cerejeira ‘A Igreja e o pensamento contemporâneo’*. Sobre esta situação, escreveu Paulo Archer de Carvalho: “Porém, foi violentamente obstruída a brilhante carreira do ensaísta e do pedagogo. Sabe-se como a polémica (ainda) universitária em 1930-31, com Gonçalves Cerejeira, antigo mestre e então já cardeal, descambou na caça ao homem, embora nenhum dos tiros *ad haereticum* lhe acertasse: maçom, apoucado, exaltado, tudo serviu para exorcizar o autor de *Notas críticas* e a sua séria hermenêutica do

de ocupavam na Universidade e considerados inaptos para a docência pública. Viviam-se tempos difíceis para a intelectualidade e para o livre pensamento. Afastados do ensino, Rodrigues Lapa e Sílvio Lima refugiaram-se na escrita, incluindo a jornalística, sendo que o primeiro passou a substituir Ferreira de Castro na direcção do jornal *O Diabo*.¹⁰⁶

Homens de luta e de acção, o olhar pela sua pátria era, também, de desalento. Notem-se as palavras que Lapa escreveu no *Diário de Lisboa*, em 1949, um dia antes de ser preso pela PIDE:

“É chegada a oportunidade de acabar sem sobressalto com este estado de coisas, que nos envergonha como europeus – continuamos a ser os cafres da Europa, como nos alcunharam no século XVII”¹⁰⁷.

É importante notar nesta afirmação a questão da preocupação com a situação de Portugal face à Europa: um Portugal sempre aquém. Não foi esta, afinal, a grande preocupação – e desolação – dos Vencidos? Se a questão da europeização já tinha sido importante para a Geração de 70 no século da modernização, em época de ditaduras e lutas pela democracia como foi o século XX, a mesma questão mantinha-se acesa. E, se por outro lado, a europeização implicava uma integração e inevitável comparação de Portugal face a um estrangeiro “civilizado” – para o século XIX –, ou “democrático” – para o século XX –, por outro, consistia, também no mesmo factor gerador de desolação. Os tempos corriam e a modernidade não trouxe consigo apenas vantagens, comodidades materiais ou progressos científicos e técnicos. O maior problema da modernidade era, afinal, profundamente moral. Escrevia Sílvio Lima no *Diário de Lisboa*, em 1937:

“Este é o mal tremendo ‘século velociférico’, o mal da improvisação, da precipitação, a escassez da reflexão cuidada sobre os acontecimentos. O homem (e mormente, o governante) vê-se obrigado a agir rapidamente, a enfrentar sem pausa as questões que avançam (...). Quase não existe tempo para a interiorização reflexiva do pensamento, para o sazonal profundo das ideias, para o intercâmbio mental, etc; tal o ritmo

autoritarismo e do dogmatismo sem freios, como o problema estrutural da intolerância que persistia numa sociedade iletrada e periférica, que fazia do subdesenvolvimento arma mesmo de arremesso de uma ideologia do «eterno retorno» contra o progresso e a democracia.” P. Archer de Carvalho, *Sílvio Lima, o retorno do recalcado*, Coimbra, 2011, pp. 240-241.

¹⁰⁶ Em 1957, Manuel Rodrigues Lapa exilou-se no Brasil e só voltou à pátria depois do 25 de Abril de 1974, para dirigir a *Seara Nova*.

¹⁰⁷ *Diário de Lisboa*, 5-I-1949, p.7. Veja-se a entrevista, na íntegra, para perceber a frontalidade das acusações de Manuel Rodrigues Lapa ao regime - afirmando também que apoiava o movimento do general Norton de Matos -, afirmações que o conduziram à prisão, um dia depois.

celerado da vida, o velociferismo da hora presente. (...) Século velocíferano, século de trepidação, século não goethiano! Como é difícil manter nele a serenidade do juízo e a serenidade do coração!”¹⁰⁸

Repare-se no início do mesmo já citado artigo de Rodrigues Lapa:

“As considerações aqui bordadas em torno do famoso grupo aristocrático dos Vencidos da Vida tiveram seu fundamento: não se julgue que foram ditadas por preocupações de actualidade, em que a simples ideia do ‘vencidismo’ representa quasi uma afronta neste prélio ardente em que todos andamos empenhados.”¹⁰⁹

E aproveitando as palavras de Eça sobre a justificação do “vencidismo”, Lapa afirma: “Efectivamente morto está na alma todo aquele que, abdicando da acção, se confessa prematuramente vencido, sem jogar a última cartada, sem combater o seu último combate.”¹¹⁰ Esta afirmação nos tempos que corriam, era assumida por um homem de acção, como o foi Rodrigues Lapa. E para contrapor a visão do seu colega Sílvio Lima nesta polémica, considerando que o drama que Lima atribui aos Vencidos, não seria mais que o seu próprio drama:

“Temos para nós que, ao inculcar uma filosofia, um drama, no grupo jantante dos Vencidos da Vida, Sílvio Lima nada mais fez que olhar para si e para o seu desespero, transplantando a situação dos ajanotados intelectuais de 1889 para a dos intelectuais de hoje (...)”.¹¹¹

Sobre esta afirmação, o ensaísta responde:

“A minha nótula crítica visou apenas este alvo: interpretar de um modo objectivo, impessoal, histórico, a razão (ou as razões) por que os Vencidos se chamaram a si mesmos vencidos da vida. Nunca pensei em mim, ao escrever a nótula, porque... não tinha que pensar em mim, claríssimo está; tinha que pensar, sim, nos motivos íntimos que levaram os Vencidos a chamarem-se vencidos. Esse era o problema a solucionar”.

¹¹²

¹⁰⁸ Sílvio Lima, “O século velocíferico”, *Diário de Lisboa*, 8-I-1937, p. 1.

¹⁰⁹ Rodrigues Lapa, “O processo do vencidismo em *Os Maias* de Eça de Queiroz”, *O Diabo*, 21-II-1937, p. 1.

¹¹⁰ Idem, *ibidem*.

¹¹¹ Rodrigues Lapa, “A filosofia do vencidismo”, *O Diabo*, 7-II-1937, p. 1.

¹¹² Sílvio Lima, “Em torno dos Vencidos da Vida”, *O Diabo*, 18-II-1937, p.1.

Por que razão esse “problema” terá sido lembrado com tanto ênfase nesta época? Uma época que para além de ser um tempo de ditaduras na Europa (e de recuo do sistema liberal), é também marcada pelas dificuldades económicas em países do Ocidente, o que remete, novamente, para o conceito de crise.

Que inquietações e dúvidas tinham estes intelectuais para tal abordagem tão acesa sobre o vencidismo?

Sílvio Lima insistiu na visão de um “vencidismo” como “jeito moral de vida” e termina a sua contraposição a Lapa da seguinte forma:

“Se vencidos da vida não foram vencidos de verdade (...) para que falar então – como fez o caro Lapa – do seu fracasso revolucionário? Se houve fracasso, *ipso facto* houve vencidos.”¹¹³

Castelo Branco Chaves junta-se à polémica e, na *Seara Nova*, dedica um artigo aos “Vencidos da Vida”, concordando com Lima, que o vencidismo era, efectivamente um problema de cariz moral. A “moral” foi, aliás, termo recorrente sobre este assunto, nesta época¹¹⁴, sobretudo no que concerne à indagação dos intuitos dos Vencidos. Sobre estes homens, Castelo Branco Chaves diz o seguinte:

“Aqui temos uma geração extraordinariamente rica em valores, como outra não houve em Portugal desde o século XVI, que entra na vida intelectual e social do seu país lutando apaixonada e ardorosamente para o reformar. (...) Após a sementeira, verificavam que a semente não germinara, e a outros deixavam, como de outros haviam recebido, a mesma aridez, a mesma desolação (...)”¹¹⁵

Importa reter destas afirmações a questão dos “valores”, bem como a da *herança* dos Vencidos. Repare-se nesta afirmação do mesmo autor:

“E então, ante a inutilidade do seu esforço, não considerando a realidade parente que atingiram mas o ideal íntimo a que aspiravam, esses homens confessaram-se vencidos. O vencidismo neles não é um ponto de partida, não é uma atitude deliberadamente

¹¹³ Idem, *ibidem*.

¹¹⁴ Neste seu artigo, Castelo Branco Chaves começa por referir-se à polémica entre os dois professores universitários, sobre o vencidismo, desta forma: “É lógico que assentando a vida social em valores fiduciários, se combatam todas as doutrinas e atitudes que a empobrecem pela revelação da realidade. Cabe porém ao espírito o dever de ser livre e independente da utilidade transitória desses valores, e de ser sincero consigo próprio. Nisto verdadeiramente reside a Moral.”, Castelo Branco Chaves, “Os Vencidos da Vida”, *Seara Nova*, 18-II-1937, p. 283.

¹¹⁵ Idem, *ibidem*.

assumida; é o reconhecimento de uma realidade, é a nobre confissão de uma derrota, é o melancólico fim de uma jornada”¹¹⁶

Adianta: “E note-se que não foram só eles. Este tem sido, em Portugal, o fim de todos aqueles que, valendo superiormente, se têm empenhado na mesma luta.”¹¹⁷

Nesta afirmação, denota-se também alguma mágoa por uma pátria que vê a sua intelectualidade falhar, numa luta que, implicitamente, sempre sai vencida. Serão, assim, os que lutam, os “vencidos”? Castelo Branco Chaves termina o seu artigo com estas palavras: “Onde o espírito se afirma é na luta, não é na vitória: e é quase certo que, ao fim, serão os vencidos os verdadeiros vencedores.”¹¹⁸ Por outro lado, em 1941, F. A. de Oliveira Martins escreveria, no *Diário de Lisboa*:

“Na verdade, ao grupo dos Vencidos da Vida assistiu um ideal comum de regeneração nacional. Porque assim foi, esse grupo tem de ficar na História como o arauto da ressurreição nacional. À distância de quase meio século a minha geração ouve ainda o eco dessas vozes.”¹¹⁹

Ainda pela época do Estado Novo, uma outra polémica deu que falar, desta vez sobre o Fado¹²⁰: canção de vencidos ou de vencedores? Fazendo parte do grupo de intelectuais hostis à canção do Fado¹²¹, tida como canção de gente “pouco culta” e de grupos populares e até marginais, Luís Moita escreve, em 1936 o livro *O Fado, canção de vencidos*, que consistiu numa série de palestras – oito, no total – que foram divulgadas na Emissora Nacional. O seu objectivo era provar a “inferioridade genética” do Fado, cujos antecedentes históricos e culturais eram marcados pela marginalidade. Em entrevista ao *Diário de Lisboa* acerca desta obra, Luís Moita responde à questão directa que o jornalista coloca, “O que o levou a combater o Fado?”¹²²:

¹¹⁶ Id., *ibidem*.

¹¹⁷ Id., *ibidem*.

¹¹⁸ Id., *ibidem*.

¹¹⁹ F. A. Oliveira Martins, “O ideal dos Vencidos da Vida, no 47.º aniversário da morte de Oliveira Martins”, *Diário de Lisboa*, 24-VIII-1941, p. 5.

¹²⁰ Polémica que, aliás, prolonga-se pelas três primeiras décadas do século XX. Veja-se, a este propósito, Rui Vieira Nery, *A propósito do Fado, Lisboa, Público*, Corda Seca, 2004, pp. 140-152. Segundo Luís Moita, o Fado começou a suscitar mais interesse entre críticos, musicólogos e escritores, a partir de finais do século XIX e inícios do século XX. Cf. Luís Moita, *O Fado, canção de vencidos, Oito palestras na emissora Nacional*, Lisboa, Emissora Nacional, 1936, p. 20.

¹²¹ Neste grupo destacamos as figuras de António Arroio, Armando Leça, Forjaz de Sampaio ou Luís de Freitas Branco, entre outros.

¹²² “Suplemento literário”, *Diário de Lisboa*, 8-I-1937, p. 3.

“Ausência de ingenuidade que há no Fado (...) a sua melodia monótona, tão enjoativa; o seu cenário de desgraça e de fatalidade; (...) o ridículo, enfim dessa canção urbana, reveladora dum ambiente mental estreito (...) que outra coisa poderia surgir, na hora em que estamos vivendo em Portugal, além da mais formal reprovação? Poderemos erguer, acaso, a vida nacional, se não formos todos, mas todos, ao encontro dos defeitos portugueses, com vontade firme e definitiva de sermos europeus? (...)”¹²³

Num regime que tinha o nacionalismo como característica, o certo é que o Fado se tornava, cada vez mais, uma canção difundida entre a classe média-alta e passou a fazer parte de espectáculos, ultrapassando, aos poucos, na sua exclusividade, os ambientes populares urbanos. Era reconhecido como canção nacional. Na perspectiva, de Moita, contudo, o Fado não trazia nada de benéfico ao “ser português” e era uma oposição à tradição, pois as suas raízes históricas iam ao encontro dos tempos coloniais no Brasil¹²⁴. Atente-se às expressões “defeitos portugueses” e “a vontade firme (...) de sermos europeus” que o autor utiliza. Novamente, na visão dos intelectuais, encontra-se a preocupação com a europeização e o papel de Portugal nessa Europa moderna. E na “hora em que estamos vivendo em Portugal”, as dúvidas persistem: é um Portugal sempre aquém, um país de um povo “vencido”, com os seus “defeitos” a combater.

Refutando a tese da origem do Fado e das suas lamúrias na lenda das guitarras de Alcácer-Quibir¹²⁵, Moita escreveu:

“Ainda que o Fado houvesse sido cantado antes ou depois da calamitosa batalha do norte de África pelos vencidos soldados portugueses, nós deveríamos hoje, quatrocentos anos depois, *hoje que ainda somos portugueses*, opor à canção dos *vencidos* de Alcácer-Quibir uma canção viva, que desse notícia do bater dos nossos corações, uma canção de hoje, que perfumasse de poesia, de poesia alegre, os nossos dias.”¹²⁶

Por um lado, as palavras de Luís Moita denotam um desejo de nacionalismo, um ainda querer ser português na actualidade, nesses “nossos dias” que, nas entrelinhas, se afiguram tristes ou pessimistas, para que precisassem de ser “perfumados” de poesia ou de canções mais alegres. Por outro, Portugal precisaria de uma “canção viva” para esquecer esse vencidismo em que *ainda* se encontrava? Seria por isso, para Moita, o Fado uma canção de “vencidos”?

¹²³ Idem, *ibidem*.

¹²⁴ A questão sobre a origem do Fado também é motivo de polémica. Veja-se, a este propósito, Luís Moita, *op. cit.* Veja-se, ainda, a obra de Rui Vieira Nery, em especial, *Para uma história do Fado*.

¹²⁵ “O povo teria ficado, assim, chorando os seus males colectivos e servindo-se desde então, das guitarras de Alcácer-Quibir para extrair delas as suas queixas, os seus males individuais.”, Luís Moita, *op. cit.*, p. 22.

¹²⁶ Luís Moita, *op. cit.*, pp.22-23. O sublinhado é nosso.

Numa intensa campanha de desagrado contra essa canção triste e queixosa que se deparava nesse tempo como sendo “canção nacional”, o autor apresenta no final do seu livro “testemunhos” de figuras conhecidas da intelectualidade portuguesa da época, que partilhavam do mesmo desagrado¹²⁷:

“(…) O que sei é que é uma canção de vadios, um hino ou um desabafo de criminais. Apoteoisa o crime, o calão, o degredo, a miséria, a prostituição. É uma canção de degenerados, de esgotados (...). Monótono, arrastado, langoroso, não é uma canção é um lamento. (...) O Fado é a canção da decadência”. (Albino Forjaz de Sampaio – *Prosa Vil*, 4.º milhar, Santos e Vieira, ed., Lisboa, 1917. pág. 11)

“(…) Tem-se apresentado o Fado no estrangeiro como o nosso caso típico, num desconhecimento completo do nosso cancionário. Assim, não é para admirar que por essa Europa fora nos encarem como faias, lamurientos ou misantropos. Isso não nos dignifica.” (Armando Leça, *Da música portuguesa*, Lumen ed., Lisboa, 1922, pág. 37 e seg.)

“Um integralista não poderá, portanto, conceder foros de nacional a uma canção popularizada nestes últimos cinquenta anos, visto ela ter nascido e se ter desenvolvido exactamente quando nós nos desnacionalizávamos”. (Luiz de Freitas Branco, “Música e instrumentos”, *A questão ibérica*, Lisboa, 1916, pág. 142)

“E por destrutivo o tenho igualmente, porque de pessimista e desolado, só pode infiltrar-se na alma o desalento (...) embalar-nos num ocioso fatalismo. Poderá assim ser compatível com o espírito moderno, audaz e construtivo?” (Manuel da Silva Gaio, resposta a ‘O nosso inquérito sobre o Fado’, in *Notícias Ilustrado*, n.º 44 de 14 de Abril de 1929, Lisboa)

Muitas mais poderiam ser dadas como exemplo, no entanto, estas citações denotam claramente uma imagem desnacionalizadora, desmoralizadora e fatal do Fado para Portugal. Uma canção de “vencidos”.

Como reacção à obra de Luís Moita, Alberto Victor Machado¹²⁸ manifesta-se com o livro *Ídolos do Fado*¹²⁹. Numa época em que o Fado ganhou estatuto, Victor Machado, a par de outros intelectuais¹³⁰ defendeu-o como sendo parte integrante da tradição

¹²⁷ Luís Moita, *op. cit.*, pp. 338-345.

¹²⁸ Alberto Vítor Machado (1892-1939) - Poeta popular, conhecedor do Fado, escreve poemas para serem cantados por conhecidos fadistas, como a jovem Lucília do Carmo (1919-1999).

¹²⁹ A obra é publicada em 1937.

¹³⁰ Nomes como Artur Arriegas, Avelino de Sousa ou Artur Inês fizeram parte de um grupo que defendeu o Fado. Artur Inês chegaria a recolher testemunhos favoráveis ao Fado numa campanha de resposta pública face à postura de Luís Moita. Este último autor, nas “Notas” da referida obra, utilizou também uma colectânea de citações de famosos contra o Fado, como acima é demonstrado. Neste seguimento, o jornal *A Revolução Nacional*, em 1934, publica nos números 134, 141, 143 e 146, uma série de artigos

portuguesa. Neste livro, apresenta o seguinte poema, para contrariar as afirmações de Luís Moita:

*“Não é canção de vencidos,
É mentira, meus senhores!
Quem canta o Fado e trabalha
Faz parte dos vencedores*

*O Fado, linda canção
Que a alguém fere os ouvidos,
Tem a sua tradição,
Não é canção de vencidos.*

*Resposta das mais amenas,
Eu dou a tais detractores
Quatro palavras apenas:
-É mentira, meus senhores!*

*Porque tamanho alarido
Contra quem o canta e espalha?
Não pode ser um vencido
Quem canta o Fado e trabalha.*

*E sendo o Fado a mais qu’rida
Canção dos trabalhadores,
Quem lhe dá alento e vida
Faz parte dos vencedores.”¹³¹*

Alberto Vítor Machado inicia, inclusivamente o primeiro capítulo do livro com o título “Vencidos, não!...” Por outro lado, o mesmo autor prossegue, na defesa do Fado, utilizando uma citação de Júlio Dantas, presidente da Academia das Ciências¹³²:

“Uma canção não faz degenerados; os degenerados é que podem ter predilecção por esta ou aquela canção. (...) Porque chamar-lhe canção de vagabundos, de degenerados e de vencidos, se os vagabundos, os degenerados e os vencidos tanto podem cantar o

contra o Fado, bem como o *Diário de Notícias* do mesmo ano (11-VIII-1934). Já em 1929, surge em *Notícias ilustrado*, o artigo “O nosso inquérito sobre o Fado”, n.º 44, 14-IV-1929. Veja-se, ainda, Bourbon e Menezes, “O veneno do Fado”, *A Voz do Operário*, Lisboa, n.º 2167, 6-VIII-1936.

¹³¹ Alberto Victor Machado, *Ídolos do Fado*, Lisboa, 2012, pp. 249-250. (Sublinhados nossos). Este Fado, “Canção de Vencedores”, foi escrito em 1937 para Lucília do Carmo, que a 1 de Abril desse ano se estreara no Café Mondego.

¹³² Estas palavras terão sido proferidas anos antes desta polémica, segundo A. Victor Machado, que menciona que por essa altura também terão surgido “alguns inflamados plumitivos a desancar sem dó nem piedade o pobre Fado”. A. Victor Machado, *op. cit.*, p. 13. Desta forma, a polémica verifica-se antiga.

Fado como qualquer outra canção em voga, aprendida num cinema ou em qualquer teatro de Revista?”¹³³

E, referindo-se, a todos aqueles que defendem o Fado e o cantam, Dantas adiantava: “Serão vencidos os que assim triunfam no seio da sociedade e da maioria da opinião pública?”¹³⁴

E claramente em resposta àqueles que se opunham ao Fado, Victor Machado apresenta longos trechos¹³⁵ com citações de defensores dessa canção – que diz ser parte da “alma portuguesa” –, dos quais se destaca esta expressão de Norberto de Araújo, n’ *O Diário de Lisboa*: “Não há canções de vencidos. O que há é vencidos.”¹³⁶ Nesta intensa polémica, muitos foram os intelectuais que dela participaram. É importante notar, ainda, que também a imprensa, numa forma alargada, fez questão de deixar nítidas as várias e divergentes opiniões¹³⁷.

Mas ainda na literatura e poesia, o Fado teve o seu lugar de destaque, fazendo, mais uma vez, emergir, pela voz dos intelectuais – em tempos que foram de crise – a sua polémica questão. David Mourão Ferreira, poeta dum tempo muito particular marcado pela repressão do Estado Novo, caracterizou Lisboa como a “cidade triste do Fado”:

“Era a cidade, serena...?
Ou o tempo, desolado...?
Era o cansaço? Era o Fado?
Fosse o que fosse! Era pena
A Vida ter-me deixado
Longe de ti, na serena
Cidade triste do Fado...”¹³⁸

Num tempo que, para o poeta, parece “desolado” – o poema que pertence ao conjunto “A secreta viagem” foi escrito entre 1948-50, em tempo de ditadura –, a cidade mantinha-se “serena”¹³⁹, essa cidade do Fado, reduto de memórias (de *naus partidas*, de *naus paradas*) e de saudades. Muitas vezes, a tristeza aparece associada ao mar, também pelo Fado: para Pinto de Carvalho, o fado tem uma origem marítima,

¹³³ Alberto Victor Machado, *op. cit.*, pp.12-13.

¹³⁴ Idem, *ibidem*, p. 14.

¹³⁵ Cf. Alberto Victor Machado, *op. cit.* pp. 14-17; 261-266.

¹³⁶ Idem., *ibidem*., p. 15.

¹³⁷ A este respeito, o capítulo II da referida obra de A. Victor Machado trata da imprensa que se dedicou ao Fado: “Do passado ao presente - Boémias do Fado; Guitarristas e Violistas; Poetas; *Jornais do Fado*”.

¹³⁸ David Mourão Ferreira, “Romance da beira-Tejo”, *Obra Poética (1948-1988)*, Lisboa, 2006, p.27. O sublinhado é nosso.

¹³⁹ Em comparação a essa cidade serena, Manuel Alegre, no mesmo tempo, viu uma Lisboa parada: “Vi minha pátria parada/ à beira de um rio triste”, “Trova do vento que passa”, *Praça da Canção*, Coimbra, 1965, p. 90.

“origem que se lhe vislumbra no seu rythmo onduloso como os movimentos cadenciados da vaga, balanceante como o jogar de bombordo a estibordo nos navios sobre a toalha liquida florida de phosphorescencias fugitivas ou como o vae-vem das ondas batendo no costado, ofeguento como o arlar do Grande Azul desfazendo a suatunica franjada de rendas espumosas, triste como as lamentações fluctivogas do Atlântico que se convulsa glauco com babas de prata, saudoso como a indefinível nostalgia da pátria ausente. Das suas notas mestas e lentas,(...) de uma suavidade tépida, parece emanar uma estranha emoção, impregnada, a um tempo de melancholia e de amor, de bonito sofrimento e de moribundo sorriso. O fado nasceu a bordo, aos rythmos infinitos do mar, nas convulsões d’essa alma do mundo, na embriaguez murmurante d’essa eternidade e da agua.” ¹⁴⁰

O Fado, que encerra em si uma complexa teia de questões, como já atrás referido, levanta aqui duas situações que denotam, de novo, essa ambiguidade e dicotomia dos intelectuais, face a tempos diferentes, mas marcados por crise: canção de um povo “do fado e da navalha” como apontava Eça, uma canção triste de lamentos e queixumes, ou um tipo de canção de cariz metafísico, que fala da “alma” portuguesa (ou pela “alma” portuguesa)? Repare-se na forma como Eça através de um dos seus personagens se referia ao Fado, na sua obra *Os Maias*, em 1888: “No fundo, todos nós somos fadistas! Do que gostamos é de vinhaça, e viola, e bordoadas, e viva lá seu compadre! Aí está o que é!”¹⁴¹

Já Florbela Espanca, a poetisa da dor e da saudade, do amor exaltado e sofrido, chegaria a desabafar (em carta datada de 12-VIII-1930): “Não gosto de lágrimas, de fados nem de guitarras, gosto das belas coisas claras e simples, das grandes ternuras perfeitas, das doces compleições silenciosas (...)”.¹⁴² Caracterizando-se como “uma céptica que crê em tudo, uma desiludida cheia de ilusões”¹⁴³, Florbela viveu os tempos conturbados do fim da I República. Em 1930, aquando das palavras acima citadas, encontrava-se no mesmo quadro temporal em que o Fado timidamente começava a mudar o registo: de canção de mendigos e marginais, passará, aos poucos a canção de um regime¹⁴⁴. O mesmo tempo próximo das polémicas em torno desta canção (canção de vencidos ou vencedores?). Importa ainda reter a questão do Fado como problema teológico ou espiritual. Sendo o Fado muitas vezes tido como a canção do fatalismo (“Aquilo que

¹⁴⁰ Pinto de Carvalho, *História do Fado*, Lisboa, 1903, pp. 24-25.

¹⁴¹ Eça de Queiroz, *Os Maias*, Lisboa, 2006, p. 331.

¹⁴² Florbela Espanca, *cit. in* Ângela Marques, “Introdução”, *Sonetos*, Lisboa, 2001, p. 16.

¹⁴³ *Idem, ibidem*, p. 15.

¹⁴⁴ Veja-se, a este propósito o estudo de Cátia Tuna, “Contributos para a compreensão da relação inicial entre o fado e o Estado Novo”, *‘Não sei se canto se rezo’: ambivalências culturais e religiosas do Fado (1926-1945)*, Lisboa, 2020, pp. 289-303.

Deus destina, bom ou mau é nosso Fado”¹⁴⁵), dos queixumes, da saudade, da nostalgia, da melancolia e da tristeza tornada em música, terá em si uma componente mística.

O que nos importa focar, é esse queixume, que, como já verificámos, para lá do subjetivismo individual do intelectual, sempre se insere no contexto específico da sua determinada época, e poderá assumir contornos vencidistas, no sentido de desalento face ao presente, a recusa desse presente e, cruzando-se com a saudade (a visão do que passou e que foi grande, como o caso das épocas da glória de Portugal, frequentemente ligadas à questão do Império) - quer no caso do amor, como o de um qualquer passado saudoso –, originar a canção de tal modo fatalista e, por isso mesmo, espiritual, do fado. Escreveu o poeta Júlio Guimarães, na sua *História do Fado*:

«Sedento da aventura, amante da conquista,
O povo português foi sempre fatalista
E sempre acreditou, com respeitosa unção,
N’um arbitro supremo e predestinação...
Foi sempre heroico, audaz, afoito mas doente,
Obedecendo á sorte e sendo dela um crênte.
E assim, p’ra celebrar o seu destino irado
No idioma pôz esta palavra: - Fado!
Para dar mais relevo ao seu cruel lamento,
Adotou a guitarra; o divinal instrumento...»¹⁴⁶

Repare-se nos termos “povo afoito mas doente”. O dualismo que caracteriza o ser português é, na verdade, uma constante. Sendo o fado essa exteriorização da saudade, de um povo heróico, mas ao mesmo tempo frágil e nostálgico, cioso do que viveu e perdeu, muitos dos queixumes e lamentos revelam-se, precisamente, no Fado que, nessa sua dimensão espiritual, não deixa de revelar uma luz, uma esperança - na perdição e desalento –, quanto mais não seja, no incontestável papel de ativador de consciências ou mobilizador social, que é também o papel da música (como o de todas as artes, no fundo, bem como o de todo o intelectual, cujo papel interventivo é quase omnipresente). Tomemos como exemplo este fado de Amália Rodrigues, “Tudo isto é Fado” (datado de

¹⁴⁵ Cit. in Cátia Tuna, *op. cit.*, p. 304.

¹⁴⁶ Cit. in Cátia Tuna, *op. cit.*, p. 415. Segundo Cátia Tuna, “outra conclusão é a relevância simbólica e ritual da guitarra portuguesa, que é profusamente apresentada como objeto religioso. Sobressaem na sua caracterização a associação aos seguintes elementos: «altar» e «sinos» (os mais frequentes), «santuário», «catedral», «deusa», «santa», «relicário» ou ainda se subentende como uma «religião» (a «religião da guitarra») ou representativa da religião do fado. As cordas da guitarra são comparadas a «sinos», «“fitas” do rosário» ou «rosário», «velas», «orações», «confissão», etc. Em suma, a guitarra é alvo de uma substancial fetichização religiosa”, *op. cit.*, p.307.

1951, com letra de Aníbal Nazaré e Fernando Carvalho), que fala da realidade do que é o fado e do vencidismo das “almas”:

“Perguntaste-me outro dia
Se eu sabia o que era o fado
Eu disse que não sabia
Tu ficaste admirado

Sem saber o que dizia
Eu menti naquela hora
Disse-te que não sabia
Mas vou-te dizer agora

Almas vencidas, noites perdidas, sombras bizarras
Na Mouraria, canta um rufia, choram guitarras
Amor ciúme, cinzas e lume, *dor e pecado*
Tudo isto existe, tudo isto é triste, tudo isto é fado
(...)”

As palavras (sublinhadas) utilizadas neste fado, e no fado em geral, coincidiam com as usadas pelos poetas, presentes e passados como, por exemplo, em António Nobre. Havia afinidade e cruzamento, portanto, entre a música e a poesia nesse sentimento de “desgraça”, “fatalidade”, “saudades”, repleto de “noite”, “sombras”, “névoas”, em que o “mar” também muitas vezes está presente. Qualquer que seja o caso, sempre está enraizado no seu contexto temporal, e quase sempre de crise. Tomemos como exemplo flagrante deste cruzar de realidades, o poema “Abandono ou Fado Peniche”, de David Mourão Ferreira, que faz parte de um conjunto de poemas a que o poeta deu o nome de “À guitarra e à viola”, escritos nos anos de ditadura entre 1954 e 1960, e dedicados a Amália Rodrigues e a Margarida Homem de Sousa:

“Por teu livre pensamento
Foram-te longe encerrar.
Tão longe que o meu *lamento*
Não te consegue alcançar.
E apenas ouves o vento.
E apenas ouves o mar.

Levaram-te, era já de *noite*:
a *treva* tudo cobria.
Foi de *noite*, numa *noite*
de todas a mais *sombria*.
Foi de *noite*, foi de *noite*,

e nunca mais se fez dia.

“Ai dessa noite o *veneno*
Persiste em me envenenar.
Ouço apenas o *silêncio*
Que ficou em teu lugar.
Ao menos ouves o vento!
Ao menos ouves o mar!”¹⁴⁷

A noite, a falta da luz que ilumina e o silêncio, marcam presença constante, nesta escrita – tornada Fado – que, além do lamento e desalento, pretendia ser interventiva num tempo difícil para Portugal, em que liberdade parecia ser esperança e luz na “sombra”. Tempo de descrença, que teimava em falar de luz:

“Imensa, a *luz* proibida
No centro da catedral;
Imensa, a *voz diluída*
Além do bem e do mal;
Imensa, por toda a vida,
Uma *descrença total!*”¹⁴⁸

Não podendo reduzir-se o fado a uma expressão ou a problemas de intelectuais, certo é que neste contexto, o fado apresentava-se como símbolo de vencidismo para uns, em lamentos monótonos e tristes, mas para outros, canção de vencedores, debatendo-se a questão: nacionalização ou desnacionalização/tradição ou modernidade?

E quando os tempos avançaram e, com eles, a mudança das próprias instituições, outros intelectuais lembraram esse vencidismo que parecia já ser problema intrínseco do ser português na modernidade. Lembremos o caso de Ruy Belo, que em 1970 escreve o poema “Nós, os vencidos do catolicismo”:

“Nós, os vencidos do catolicismo
que não sabemos já donde a luz emana
haurimos o perdido misticismo
nos acordes dos carmina burana
Nós que perdemos na luta da fé
não é que no mais fundo não creiamos
mas não lutamos já firmes e a pé
nem nada impomos do que duvidamos

¹⁴⁷ David Mourão Ferreira, “Abandono ou Fado Peniche”, *Obra poética (1948-1988)*, Lisboa, 2006, p. 155. O sublinhado é nosso.

¹⁴⁸ David Mourão Ferreira, “Noite apressada”, *op. cit.*, p. 156. O sublinhado é nosso.

Já nenhum Garizim nos chega agora
depois de ouvir como a samaritana
que em espírito e verdade é que se adora
Deixem-me ouvir os carmina burana

Nesta vida é que nós acreditamos
E no homem que dizem que criaste
Se temos o que temos o jogamos
‘Meu deus meu deus porque me abandonaste?’¹⁴⁹

Palavras que espelham a desilusão de um grupo de militantes católicos que, críticos perante a posição da Igreja Católica nessa adaptação aos novos tempos e regime, também deixam nítido o seu vencidismo face ao catolicismo¹⁵⁰.

Neste seguimento, João Bénard da Costa¹⁵¹, mais tarde, pegaria no mesmo poema com a autorização de Ruy Belo, para deixar o seu testemunho sobre todo um processo de militância católica pessoal que culminaria com a ruptura com a Igreja¹⁵². “Nós, os vencidos do catolicismo”, ficou como o estigma de “poema de uma geração”¹⁵³. Uma geração que, num período de mudanças, assumiu o papel activo de confronto com a Igreja na actualidade.

Donde a questão: vencidismo, atitude de intelectuais, atitude de crítica e de questionação, mas atitude de luta ou desistência? Lembremos, a este propósito, a obra escultórica de Leopoldo de Almeida¹⁵⁴: “O Vencido da Vida”, de 1922. Conhecido como escultor do regime (Estado Novo), anos antes desse mesmo regime, nuns conturbados finais de I República, Leopoldo de Almeida expressa através da arte a imagem de um homem prostrado, derrotado pelo desânimo, vencido, que esconde o rosto e demonstra pela sua atitude física, o ensimesmamento.

¹⁴⁹ Ruy Belo, *Homem de palavra[s]*, Lisboa, 1997, p. 51.

¹⁵⁰ Segundo Jorge Revez, nesse grupo estaria uma “grande maioria silenciosa e anónima” que se considerava ‘vencida’, “Os vencidos do catolicismo”, *Lusitânia Sacra*, 2.ª série, 19-20, 2007, 2008 p. 401.

Veja-se, sobre este assunto, a tese de Jorge Revez, “*Os vencidos do catolicismo*”. *Militância e atitudes críticas (1958-1974)*, Lisboa, C.E.H.R., U.C.P., 2009.

¹⁵¹ João Bénard da Costa (1935-2009) foi uma figura de relevo no Cinema português do século XX. Em 1997, João Bénard da Costa publicou um conjunto de crónicas n’*O Independente* que daria origem ao livro com o mesmo nome, em 2003: “Nós, os vencidos do catolicismo”. Contudo, anos antes, em 1983, o autor utilizou a mesma expressão num artigo de *O Tempo e o Modo*, que inspiraria vários sectores católicos a “deixar a Igreja ou a deixar que a Igreja nos deixasse a nós”. Cf. Jorge Revez, *op. cit.*, pp. 22-23.

¹⁵² Ruptura, essa, que poderá ou não ter significado uma desistência.

¹⁵³ Jorge Revez, *op. cit.*, p. 22.

¹⁵⁴ Leopoldo de Almeida (1898- 1975) foi um escultor que, em tempo de vanguardas optou por temas convencionais, daí ser conhecido como o escultor do regime. Dele são conhecidas as esculturas de D. João I, António José de Almeida, Sidónio Pais, de Marechal Carmona, do próprio Oliveira Salazar, entre tantas outras. Veja-se, a este propósito, Paulo Henriques, “Modernismo – 1912-1945”, *Imagens da Família – Arte Portuguesa*, 1801-1992, Caldas da Rainha, 1994, p. 43.



Fig. 1 - “O Vencido da Vida”, Leopoldo de Almeida (1898-1975), 1922. M.N.A.C., Lisboa, *in* Museu Nacional de Arte Contemporânea do Chiado, <http://www.museuartecontemporanea.gov.pt/pt/pecas/ver/198/artist>

Que intuito teria o escultor com esta obra que lembra uma outra, “O Desterrado”, de finais do século XIX, dos tempos dos “originais” Vencidos da Vida?



Fig. 2 - “O Desterrado”, António Soares dos Reis (1847-1889), 1872. M.N.A.C., Lisboa, *in* Museu Nacional de Arte Contemporânea do Chiado, <http://www.museuartecontemporanea.gov.pt/pt/pecas/ver/441/artist>

E que lembra, ainda, as palavras posteriores de Sebastião da Gama com o poema “Meu país desgraçado”: “Meu povo/ de cabeça perdida, mãos caídas, de olhos sem fé.../ busca, dentro de ti, fora de ti, aonde/ a causa da miséria se te esconde.”¹⁵⁵

Polémicas são estas visões subjectivas e pouco isentas de imparcialidade, afinal, sobre o “vencidismo”. Repare-se que, se, como disse António Sérgio, “os grandes homens da geração de Antero... não nos deixaram para a construção uma ideia concreta que se aproveitasse”¹⁵⁶, o certo é que houve algo desse vencidismo que permaneceu para além do grupo, quanto mais não seja, como se disse acima, pela discussão sobre esse mesmo vencidismo, que se torna, de facto, bastante evidente em vários períodos críticos do século XX.

São significativas as diferentes opiniões sobre os Vencidos e o seu vencidismo, bem como acerca do seu possível legado ou mensagem. Repare-se nas palavras de Lapa no seu artigo “A filosofia do vencidismo”:

“Ficam de pé as altas qualidades artísticas dos escritores referidos: mas *a sua derradeira lição, a sua mensagem, como se diz hoje*, foi uma coisa lamentável se por lição entendermos a harmonia austera entre a obra e a vida, a abonação do presente pelo passado.”¹⁵⁷

E ainda, a frase que se segue:

“E ainda assim os seus livros, pelo forte acento particularista e racial que neles punha, haveriam de fecundar todo um movimento tradicionalista, de regresso à terra e às antigas fontes: mais ou menos o sentido do *vencidismo*.”¹⁵⁸

Se a época de Lapa foi a da defesa pelos valores nacionais (pela situação política vigente) e pela tradição¹⁵⁹, nota-se, na sua afirmação, para lá da conotação negativa sobre o vencidismo, a clara associação deste ao tradicionalismo. Poderemos, nas suas palavras,

¹⁵⁵ Sebastião da Gama, “Meu país desgraçado”, *Cabo da Boa Esperança. Obras Completas de Sebastião da Gama*, Lisboa, 1993, pp. 62-63.

¹⁵⁶ António Sérgio *cit. in* Sílvio Lima, “Ainda os Vencidos da Vida (carta a Castelo Branco Chaves)”, *Seara Nova*, 1-IV-1937, p. 332.

¹⁵⁷ Rodrigues Lapa, “A filosofia do vencidismo”, *O Diabo*, 7-II-1937, p. 1. O sublinhado é nosso.

¹⁵⁸ *Idem, ibidem*.

¹⁵⁹ Lembremos exemplos como a valorização da ruralidade e do incentivo económico aos produtos nacionais, da tradição familiar, a expressão “Deus, Pátria, Família”, ou, indo mais longe, na questão do colonialismo, expoente da glorificação do passado heróico de Portugal durante o Estado Novo, sintoma de nacionalismo.

entender uma oposição a esse “movimento tradicionalista” que também predominava na sua época? A questão sobre a tradição e a modernidade continuava, porém, polémica.

Por outro lado, se no vencidismo se encontrava a negação do presente, haveria, sem dúvida, um saudosismo do passado, da “época de ouro”, aquela em que Portugal teria sido “grande”.

No vencidismo dos intelectuais, que apesar de criticado por outros não deixou de assumir também nesses a forma do desalento, da crítica, da questionação – como o caso de Lapa –, estaria então a “luta” falhada de que nos falava Castelo Branco Chaves, que escreveu que “em Portugal há que principiar sempre, e, se uma tradição existe, é a da inutilidade do esforço.”¹⁶⁰ Estaria o problema na visão dos intelectuais sobre o seu país, nos governantes ou na *gente* que faz Portugal – “aquela mesma gente que provocara o queixume camoniano (...) e a mesma que leva Herculano para Vale de Lobos e Antero para o suicídio”?¹⁶¹

Não estaria nesse saudosismo, no culto ao passado, no culpar os outros em vez de olhar para dentro ou no gastar-se em críticas, mas não arranjar soluções, a raiz cultural desse vencidismo? Vencidismo esse sentido pelos intelectuais, numa luta tida por falhada, em momentos críticos da história nacional? E problema dos tempos ou dos homens?

Esta questão foi abordada na mesma polémica sobre os Vencidos da Vida e tanto Castelo Branco Chaves, como Sílvio Lima, na *Seara Nova*, viam, também, nas *gentes* portuguesas a raiz da problemática do vencidismo: para o primeiro,

“Não creio na excessiva culpa do poder. O governante, se se mantém no governo, é porque os governados consentem, é porque os governados aplaudem. O *vencidismo* da geração de 70 não é pois uma causa; - é um efeito, e há que considerar esses homens, não como responsáveis nem como culpados, mas sim como vítimas.”¹⁶²;

para Lima:

“O fracasso duma obra, seja ele qual for, onde, como e quando deve ser sempre olhado de ambos os lados: do lado dos autores da obra e do lado do público ou da massa. (...) A razão da derrota dos Vencidos deve ser buscada tanto do lado dos Vencidos como do lado do público luso.”¹⁶³

¹⁶⁰ Castelo Branco Chaves, *op. cit.*, p. 283.

¹⁶¹ Idem, *ibidem*.

¹⁶² Id., *ibidem*.

¹⁶³ Sílvio Lima, “Ainda os Vencidos da Vida”, *Seara Nova*, 1-IV-1937, p. 332.

Dai a questão: seria o vencidismo português, sentido e analisado pelos intelectuais portugueses – mas sentido também na prática do dia-a-dia por todas as *gentes* –, fruto de causas e circunstâncias políticas e sociais do nosso percurso histórico, ou seria, porventura obra colectiva de toda uma nação que, ao invés de abrir caminhos, olhava com mágoa e saudade, um passado cheio de glória, afundando-se em queixumes?

No fundo, no vencidismo, fosse ele oitocentista ou das décadas críticas do século XX (para lá das décadas de trinta e quarenta) residiu um problema profundamente moral. A questão andava em torno do “ser português” na modernidade: o papel de Portugal face aos outros e face a si mesmo assumia lugar de destaque nesta problemática. E quando a modernidade traz consigo a decadência, torna-se mais fácil atribuir uma causa política a todo este problema¹⁶⁴. De facto, e como escreveu Jorge Borges de Macedo,

“em todas as intervenções, a cultura portuguesa preferiu a fácil polémica ideológica e acusatória, dirigida, sempre ao objectivo de diagnosticar responsáveis. Não se hesitava em designá-los: eram sempre os mesmos: os *outros*!”¹⁶⁵

Neste contexto inscreve-se o vencidismo: ideais nunca concretizados numa pátria que vivia sempre aquém, porque, comparando-se, diluía a sua identidade, ao mesmo tempo que se desgastava em críticas sem, contudo, encontrar soluções.

Enquanto a partir do século XIX a Grã-Bretanha se definia como a potência industrial europeia, as nações ibéricas viram perder o seu protagonismo na História. Cheio de incertezas sobre a sua “existência”, Portugal assume, com a modernidade, em anos cruciais de crise político-social, a pergunta dramática e incisiva: que futuro? Teria a pátria continuidade? Como reencontrar-lhe o destino?¹⁶⁶ E quando o desespero nacional se instala e a preocupação se centra no processo de responsabilização pela situação do país, a esperança estava, para alguns, na tradição. Dai também o saudosismo de um povo que não viu regressar o seu D. Sebastião, que viu passar a glória das grandes conquistas marítimas... Um povo luso que viu chegar a modernidade e com ela um desenvolvimento considerado aquém quando comparado com outras nações.

¹⁶⁴ Veja-se, a este propósito, Jorge Borges de Macedo: “É certo, porém, que desde o século XIX, essa decadência se revelava de consequências políticas. (...) acaso pode ter destino promissor quem continua a ser governado por tais responsáveis? Só ‘corrigindo-os!’ (...) Tornava-se, na verdade, assim, muito mais fácil dar finalidade política e social ao debate da decadência (...).” J. Borges de Macedo, *Portugal – um destino histórico*, Lisboa, 1990, p. 274.

¹⁶⁵ J. Borges de Macedo, *op.cit.*, p. 275.

¹⁶⁶ Cf. J. Borges de Macedo, *op. cit.*, p. 313.

Desenvolvimento cuja falta esse mesmo povo traduziu em crise de mentalidade, o que levaria António Sérgio, a afirmar:

“O problema da cultura, o problema da mentalidade: este é, se me não engano, o problema característico do Portugal moderno, e o mais grave dos problemas da sociedade portuguesa. Com efeito, se olharmos para o nosso passado, ver-se-á que até o fim do Quinhentismo Portugal acompanha galhardamente o melhor espírito europeu, a mentalidade dos povos cultos; então pode-se dizer que ele está na Europa, e a muitos respeitos na vanguarda dela; mas depois... Depois, desde essa data, o fecho apaga-se; (...) O espírito português do Quinhentismo – foi promessa que não se cumpriu.”¹⁶⁷

Assim, o profundo dilema moral dos portugueses na questão “Somos ou não somos?”, passava pela consciência amarga daquilo que se teve e que se perdeu, encarando o seu “atraso” face ao estrangeiro “desenvolvido” fruto de razões políticas, quando, no fundo, tratava-se de uma questão cultural. Portugal aceitou a República, tal como aceitou a Ditadura Militar ou posteriormente o Estado Novo¹⁶⁸. Eram regimes “novos”, encarados como promissores, precisamente porque o que eles prometiam era, regionalizar, nacionalizar. Para grande parte das elites ou sectores da elite intelectual, o grande problema que estava em foco era a desnacionalização. O exemplo do Estado Novo e toda a polémica que nele houve sobre o vencidismo apontam para uma questão: o que faltou aos Vencidos foram soluções, o que o Estado Novo propôs foi repor a ordem.

A rejeição ao presente foi uma constante neste pessimismo dos intelectuais, que os conduzia não raramente, diante das exigências da modernidade¹⁶⁹, à sobrevalorização

¹⁶⁷ António Sérgio, *Ensaio*, Tomo I, Lisboa, 1972, p. 27.

¹⁶⁸ Cf. J. Borges de Macedo, *op. cit.*, p. 315.

¹⁶⁹ Segundo Vitorino Magalhães Godinho, o problema da identidade de uma nação era “a dependência do presente em relação ao passado nas suas múltiplas trajectórias, principalmente nas estruturas e relações económicas e sociais. (...) No caso de Portugal poder-se-ia apontar ao longo dos tempos a imutabilidade do seu rectângulo de fronteiras, a sua não urbanização – estamos perante um país de vilas, com a macrocefalia de Lisboa -, o desnível entre o litoral e o interior (basta ver o mapa dos supermercados) desde o século XVI, o fraco rendimento da sua agricultura empurrando massas de gente para longas terras a buscar o que na sua não encontram, o predomínio do mercantil sobre o industrial, a dialéctica do guerreiro, do clérigo e do mercador, a demasiado fácil aceitação de modelos estrangeiros e a persistente recusa em mudar de raiz, a que haveria de acrescentar o analfabetismo prolongado tardiamente, a sua religião acentuadamente clerical e ritualista, menos de fé e mais de crença, o fraco impacto da ciência na sua cultura (...)” Vitorino Magalhães Godinho, “Diversidade, identidade e integração”, *Jornal de Letras*, 24-X-2007/ 6-XI-2007, p. 37.

do passado¹⁷⁰. Portugal foi uma nação que não soube esquecer, para poder recomeçar¹⁷¹. Relembrem-se as amargas palavras de Antero aquando do tricentenário de Camões: “há nações para as quais a epopeia é ao mesmo tempo o epitáfio.”¹⁷²

A questionação da decadência e o assumir o vencidismo sob a forma de desalento e desistência, estiveram sempre ligados, como fruto de um problema metafísico e moral. Que país foi esse, em que alguns intelectuais, aparentemente vencedores se declararam “Vencidos”, que teve a “peculiaridade de chamar ‘Prazeres’ a um dos seus cemitérios mais sombrios, ‘Boa Hora’ a um tribunal que condena crimes maiores e ‘Necessidades’ a um palácio conhecido pelos excessos da realeza?”¹⁷³...

¹⁷⁰ “Se há um tema que de antigo, pelo menos desde meados do século XV, afecte o pensamento dos portugueses, esse é o da significação, sentido e valor da saudade.” Joaquim de Carvalho, “Problemática da saudade”, *Obra completa*, vol. V, p. 107.

¹⁷¹ Veja-se, a este propósito, a obra de Ernest Renan, *Qu’est-ce qu’une Nation? Et autres écrits politiques*, que foca a importância do esquecimento para uma nação.

¹⁷² Antero de Quental, “No tricentenário de Camões”, *Prosas-II*, cit. in João Medina, *Eça político*, Lisboa, 1974, p. 58.

¹⁷³ Cf. Armando Labra Carvajal, “Os Vencidos da Vida. El Conde de Sabugosa”, in *Conde de Sabugosa, in memoriam*, Lisboa, 1924, p. 144. Essa peculiaridade do ser português justificou as seguintes palavras de Armando Carvajal: “Era aquel calificativo [Vencidos da Vida] una espécie de signo de raza, una muestra de la psicologia lusitana: triste, romântica, escéptica, com un sello de ironia en el fundo del alma.” Armando Labra Carvajal, *op. cit.*, p. 144.

III - Os Vencidos da Vida

1 – Portugal no contexto finissecular

“Invadiu-me a alma uma piedade vaga pelas desgraças pátrias e, sem saber porquê, senti-me tomado de uma saudade angustiosa, a saudade de alguma coisa que desaparecera, que findara para sempre e que eu não sabia bem o que era...”

Eça de Queiroz, *A catástrofe*.

A “decadência” é um dos grandes temas do séc. XIX. Todavia, particularizou-se em Portugal, sobretudo em fim de século.

Uma consciência aguda do declínio e da crise da nação, levantou interrogações sobre a viabilidade da autonomia de Portugal e da sua existência. *Finis Patriae*? É a interrogação de Guerra Junqueiro na última década do século XIX.

Visões pessimistas e interrogações dramáticas geraram evocações de glórias passadas, com misto de saudosismo e pessimismo, mas também esperanças messiânicas e regeneradoras para um Portugal que se “perdia”, um Portugal decadente.

Vejamos o conceito de decadência:

“estar em decadência inculca um juízo de valor de irreversível desqualificação; pressupõe um processo de deteriorização, de queda, de degradação progressiva, tendente à aniquilação.”¹⁷⁴

Por outro lado,

“decadência provém do latim medieval *DECADENTIA* (o termo não existe no latim clássico), com os sentidos de deteriorização, ruína, colapso (...). Em última análise, decadência [DE/CAD_] prende-se ao verbo latino *CADERE*, cair; o prefixo DE inculca a ideia de cima para baixo.”¹⁷⁵

Segundo o *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*, decadência é “o ato ou efeito de decair; estado do que está começando a se degradar e se encaminha rapidamente

¹⁷⁴ António Bettencourt Machado Pires, *A ideia de decadência na Geração de 70*, Lisboa, 1980, p. 17.

¹⁷⁵ Idem, *ibidem*, p. 18. Sobre a evolução semântica da palavra “decadência” e no que diz respeito à história literária, veja-se A. E. Carter, *The idea of Decadence in French Literature – 1830-1900*, University of Toronto Press, 1958, pp. 1444-145.

para o fim, para a ruína; época em que ocorreu alguma regressão no plano político e/ou artístico; (...).¹⁷⁶

Estas referências remetem-nos para a ideia do “decair” de algo que tivera, outrora, glória. De um país, de uma pátria, que coloca agora a questão da sua existência¹⁷⁷. E que existência? Subjugada a um estrangeiro “opressor” que lhe trará a redenção, como na obra de Eça, *A catástrofe*? Ou ficando sempre aquém nas modas, ideias e “civilização” de uma Europa em progresso e a ser alvo de chacota de um mundo civilizado, à mercê das críticas ora irónicas e pessimistas, ora sebastiânicas e redentoras, de uma elite intelectual nacional, jamais resignada a um Portugal tido e visto – e pior, sentido! – como “sítio” e “choldra”?

É facto que o tema do decadentismo marca o século XIX. Termos como “decadência”, “degenerescência”, “fim”, “morte” foram percorrendo, como um paradoxo ao século do progresso, a literatura, a poesia, a política, a arte. *O desterrado*, de Soares dos Reis, será, talvez, a imagem exemplar do homem oitocentista “desterrado” da sua pátria. Vítor Viçoso diz-nos que

“Em o Desterrado (1872-1874), escultura de Soares dos Reis, exprime-se simbolicamente o drama de um povo que foi compelido a afirmar-se como ser no trânsito da sua negação – a diáspora.”¹⁷⁸

De Herculano a Oliveira Martins, o tema da identidade portuguesa ocupa o pensamento nacional do século XIX¹⁷⁹.

¹⁷⁶ António Houaiss, *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*, Rio de Janeiro, 2001. Apesar do termo não ter sido usado antes da Idade Média, a obsessão pelo fim traria, no século XIX, um alargamento do conceito, originando neste século uma derivação de palavras relacionadas com decadência. Evoluindo ao longo do século XIX, o termo acabaria por exprimir a tendência cultural do decadentismo. Segundo Matei Calinescu, “mesmo se ele fruiu de um certo tipo de circulação esporádica antes de 1850, foi significativamente depois dessa data que *decadente* passou por um processo de enriquecimento semântico, o qual durante a década de 80 resultou numa série de novas conotações irónico-imaginárias, tais como o verbo *decader*, ou os rótulos *décadisme* ou *decadentisme*.”, *As cinco faces da Modernidade*, Lisboa, 1999, p. 151. Segundo o mesmo autor, em França o termo alcançou bastante desenvolvimento, originando a ideia da criação da revista *Le Décadent*, em 1886.

¹⁷⁷ Este “agora” referente ao século XIX não se insere num contexto imediato, mas a um percorrer de tempos e de História que foi “minando”, segundo vários autores, a *alma* nacional. A este propósito, é referência a obra de Antero de Quental, *Causas da decadência dos povos peninsulares*.

¹⁷⁸ Vítor Viçoso, “Exílio”, *Dicionário do romantismo literário português*, Lisboa, 1997, p. 179.

¹⁷⁹ “Somos ou não somos? – interrogam-se os nossos escritos tomados pela entrega decadentista.” João Medina, *Eça político*, Lisboa, 1974. Nessa discussão, destaca-se o papel da acção da Geração de 70, quando se preocupa em reformar os costumes ou “fazer a revolução” e que apresentava, já, factores de decadência do país. O autor António Machado Pires reduz os grandes factores da decadência nacional, apresentadas pela Geração de 70 a três: “a) A ‘educação romântica’; b) O Liberalismo, o ‘parlamentarismo’ e a vida política’; c) A perda do carácter nacional e o francesismo.” António M. Pires, *A ideia da decadência na Geração de 70*, Ponta Delgada, 1980, p. 54.

Por questões históricas ou por fatalidade do destino, por razões endêmicas ou não, segundo a perspectiva de vários autores da época, há uma crítica metafísica ao problema de Portugal¹⁸⁰. E se a convicção da decadência se agudiza na segunda metade do século XIX, é certo que já encontramos referências a certos prenúncios de “catástrofe” na primeira metade do mesmo século. Quando em 1830, na aurora do liberalismo, Garrett colocou Portugal na balança de uma Europa em progresso e desenvolvimento, aludia, já, ao indiferentismo do povo português¹⁸¹. A situação nacional – Portugal sofreu de 1808 a 1820 o jugo da ocupação estrangeira – agudizou a *fragilidade histórica*¹⁸² e o sentido do “ser português”.

Note-se, também, uma incerteza do lugar de Portugal na História, na obra *Frei Luís de Sousa*. Ao responder à pergunta “quem és tu?”, D. João (de Portugal) assume-se como *ninguém*, encarnando o drama da própria pátria, espectro fantasmagórico, que se cruza entre a glória do passado e os seus erros, e a incerteza de um futuro. Era a existência de Portugal enquanto pátria que se questionava, com esta “não existência” de alguém que se assumia como *ninguém*¹⁸³. Existiria *de facto*, ou era apenas uma sombra do passado?

Por outro lado, ao marcante *isto dá vontade de a gente morrer*¹⁸⁴, de Herculano, seguir-se-á, anos mais tarde, pelas palavras de Manuel Laranjeira, um *isto dá vontade de morrer – de vergonha. Isto*, a que Eça afirmou como “choldra”¹⁸⁵ ou *isto*, a que Antero de Quental designou como uma “nação enferma”, e termo que Junqueiro usou no poema *Pátria*¹⁸⁶, era Portugal¹⁸⁷.

¹⁸⁰ Para Joel Serrão, “qualquer ideologia respeitante à decadência de um povo ou de uma civilização assenta na perspectiva cultural e social de quem a formula e, em última instância, num confessado ou tão-só implícito conjunto de fins de teor e de fundamentação metafísicos.” Joel Serrão, *Dicionário da História de Portugal*, Lisboa, 1971, p. 784.

¹⁸¹ “Dessa fatal corrupção das sociedades nasce o maior inimigo da liberdade – o indiferentismo.” Almeida Garrett, *Portugal na balança da Europa*, Lisboa, 2005, p. 12.

¹⁸² A expressão é de Eduardo Lourenço, n’ *O labirinto da saudade*, Lisboa, 2007, p. 86.

¹⁸³ Da mesma forma, também no poema *Pátria*, de Junqueiro, a figura do Doido apresenta-se, questionando: “Quem reconhece o cavaleiro antigo/ Neste mendigo/ Roto e doido...quem há-de adivinhar?!...” E mais adiante, quando Opiparus pergunta-lhe o nome, o Doido, “absorto”: “Como me chamo...como me chamo?...Ai! não me lembro...perdi o nome na escuridão... [...] Não tenho alma...não tenho pátria...não tenho lar...” Guerra Junqueiro, *Pátria*, Porto, 1945, pp. 39, 47-48.

¹⁸⁴ As últimas palavras de Herculano terão sido estas, segundo a versão transmitida por Bulhão Pato. Cf. Fernando Catroga, “Portugal como corpo e como alma (séculos XIX e XX)”, *Revista de História das Ideias*, Coimbra, 2007, vol.28, p. 257.

¹⁸⁵ N’ *As Farpas* de 1872, Eça também alude a Portugal como um simples território, um “sítio”, “chata e vil porção de terra que uma imprudência da civilização permite que seja um país em lugar de ser um pasto.”

¹⁸⁶ “Envenenaram-no, eis o facto, eis a verdade. / E às escuras, extinta a moral claridade,/ Louco autómato errante, alma cega e funérea,/ Veio andando através do campo e da miséria,/ Mendigo como um cão e mártir como um Cristo, /Até chegar, meu Deus, vergonha eterna, a isto!”, Guerra Junqueiro, *op.cit.*, pp. 63-64.

¹⁸⁷ Após o Ultimato, perante a contestação geral e a situação do país, o próprio Ramalho Ortigão, n’ *As Farpas*, escreveu: “Sente-se que se está num período de transição, que tudo se vai transformar amanhã, ou depois, porque evidentemente, isto não pode continuar assim. E todos estamos aqui, mais ou menos, à

Já Manuel Laranjeira escreveu, em correspondência com Unamuno: “Nem falta por aí quem diga que *isto* já não é um povo, mas apenas o cadáver de um povo.”¹⁸⁸

Assim, de uma maneira intensa, o século XIX inscreveu essa consciência de declínio, que não será tanto ideológico como ôntico, através de vozes como Garrett, Herculano, Oliveira Martins, Eça, Guerra Junqueiro, mas também Manuel Laranjeira, Pascoaes – num tom mais saudosista –, António Nobre, Sampaio Bruno.

Segundo João Medina,

“Em todo o nosso século XIX e começos do século seguinte se escutam as Cassandras, ora irónicas, ora patéticas, a vergastarem o ar com os brados, as maldições, os trenos e as súplicas dum verbo que, de indignado, se fez rouco e, por fim áfono.”¹⁸⁹

Esse sentimento e consciência de declínio a que João Medina optou por designar como “miséria portuguesa”¹⁹⁰ e a que Joel Serrão expressou como “ideológica decadentista”¹⁹¹, acentuou-se na consciência nacional, através do bode expiatório que foi considerado o mal histórico de Portugal: os Descobrimentos, a Inquisição e os Jesuítas, apocalipticamente referidos por Antero, na sua obra *Causas da decadência dos povos peninsulares*. De facto, a ideia de decadência é algo que se generalizou neste século, e a que a nossa vizinha Espanha também não escapou: morte e regeneração, tal como a expressão “crisis de la pátria” abundavam no discurso dos intelectuais espanhóis. O historiador Santos Juliá diz-nos sobre esta situação:

“Degeneración vino a substituir a decadência como imagen de lo que estaba ocurriendo, una degeneración por cierto, que no afectaba unicamente al pueblo o la raza españoles, sino que, como el desastre ponía de manifiesto, abarcaba también a la nación.

espera, inquietos, nervosos, desapegados de tudo, imobilizados (...) por essa paralisação terrível da vontade, que cada um traduz pela frase *não vale a pena*.”

¹⁸⁸ Manuel Laranjeira *cit. in* Miguel de Unamuno, *Por terras de Portugal e de Espanha*, Lisboa, 2009, p. 73.

¹⁸⁹ João Medina, *Eça político*, Lisboa, 1974, p. 35.

¹⁹⁰ Veja-se, a este propósito, a obra de João Medina, *Eça Político*, em particular o cap. III, “*Finis Portugaliae?* – Eça de Queirós e a miséria portuguesa (a obsessão decadentista)”, Lisboa, 1974, pp. 33-48. Já em 1884, José Júlio Rodrigues, homem de ciência e professor na Escola Politécnica, utilizava o termo “miséria nacional”, numa conferência realizada no Teatro da Trindade que originaria a obra *Coisas Portuguezas*, para além de palavras que outros intelectuais seus contemporâneos – e futuros – viriam a utilizar, como “apatia”, “anemia”, “decadência”, “inferioridade”, aludindo a características do ser português.

¹⁹¹ Joel Serrão, “Decadência”, *op. cit.*

Argumentos no faltaban para reforzar el diagnóstico de una pronta muerte de la nación española y de su desaparición del número de naciones civilizadas.”¹⁹²

Nação enferma, povo degenerado, “morte”, “raça” e “degenerescência”, eram termos que se divulgavam entre as elites intelectuais, dotadas de uma consciência de tragédia eminente. A questão de 98 agravou a situação, tornando a Espanha numa “pátria de luto”. Procuravam-se as causas da decadência da nação e o seu fim parecia iminente. Também terá sido o caso da França¹⁹³. Nas décadas de setenta e oitenta, publicavam-se obras como *Des causes de la decadence française*, *La France dégénérée*, ou *La chute de la France*. Sobre a perda da Alsácia e Lorena, Ernest Renan refere-se a uma possível *Finis Patriae*¹⁹⁴. A própria expressão “fin de siècle” teve a sua originalidade em França, abrangendo uma dualidade de sentidos: quer o da modernidade em que o século findara, quer o sentimento de declínio da época¹⁹⁵. Assim, percebe-se que Portugal não foi, a este respeito, caso isolado¹⁹⁶. Como vimos, França também o sentiu, tal como a vizinha Espanha, onde eram comuns as expressões *Finis Galliae*, no primeiro caso, e *Finis Hispaniae*, no segundo. No caso português, a expressão *Finis Portugalliae* divulga-se sobretudo a partir da questão do ultimato britânico, em 1890, facto que revela alguma importância, dada a questão da perda das colónias ou de territórios para aumentar este sentimento de “declínio” no fim do século, em que a mentalidade apocalíptica se difundia. O sentimento da perda da glória de outrora, fazia antever receios do futuro, enquanto o presente se afigurava “decadente”. Repare-se na afirmação de Sergi, sobre aquilo que ele chamara de morte da história:

¹⁹² Santos Juliá, “Retóricas de muerte y resurrección”, *Debates en torno al 98: Estado, Sociedad y Política*, Madrid, 1998, p. 168. Este autor foca ainda que a obsessão decadentista, mais que espanhola, abundava entre os franceses e ingleses.

¹⁹³ “Na França, numa maior dimensão do que em outro lugar, a ideia de decadência, com todas as suas velhas e novas ambiguidades, forneceu uma ocasião para uma auto-identificação cultural. A linha de abertura do famoso soneto de Verlaine, “Langueur” (1834) – ‘Je suis l’empire à la fin de la décadence’ – sintetiza poeticamente os sentimentos de uma parte significativa da intelligentsia francesa, especialmente depois do fracasso da revolução de 1848, e, com crescente dramatismo, depois do colapso da França na guerra Prussiana de 870 e o subsequente levantamento que conduziu à efémera Comuna de Paris de 1871.” Matei Calinescu, *op. cit.*, p. 145.

¹⁹⁴ Veja-se, a este propósito, Ernest Renan, *Qu’est-ce qu’une nation? Et autres écrits politiques*, Paris, 1996, pp. 179-189.

¹⁹⁵ Como já vimos, anteriormente, modernidade e progresso estavam intimamente ligados a decadência.

¹⁹⁶ Sobre este assunto, é pertinente o estudo de Jacques Dugast, “Aspects d’une crise des cultures européennes au tournant du siècle. 1890-1910.”, *La crise de la modernité européenne*, Rennes, 2001. Neste estudo, o autor salienta a problemática da crise da modernidade, demonstrando que várias foram as grandes cidades europeias a sofrer do “mal da civilização”, acentuando o clima de “degenerescência” e “inquietude” da época.

“La historia es un desastre para las naciones que han tenido un passado glorioso; sería oportuno, patriótico, no enseñarla, porque aguza los recuerdos de la pasada grandeza y crea el afán de renovar-se en la misma forma y com iguales médios. Los pueblos que no tienen historia miran al porvenir y se desenvuelven lenta y solidamente hacia esa meta como organismos noveles.”¹⁹⁷

O próprio espírito da época agudizou essa sensibilidade: as teorias nietzscheanas ou a poética decadentista – simbolista e autores pessimistas como Kierkegaard ou Schopenhauer estavam em voga, tal como os prenúncios de fim de século, que se aproximava e, com ele, as assustadoras ideias de *fim* e *morte*, temas frequentes na época¹⁹⁸. Se é certo que pela influência da filosofia de Nietzsche, a ideia de que após a morte – necessária –, com as cinzas da destruição, viria a nova vida, a ressurreição e um novo começo, é importante referir que, paradoxalmente num século que “matara” Deus e que apregoara a civilização como triunfo da Humanidade, o mesmo século XIX trazia consigo enraizadas crenças na tradição judaico-cristã. A questão da intelectualidade, uma elite que questionava a viabilidade da existência da nação, é fulcral para entender que, diante de massas analfabetas e ignorantes (por mais que o liberalismo tentasse a escolarização), passivas, portanto, e sob o descrédito na política que manipulava a condição do país, era precisamente essa pequena minoria intelectual que, a par das teorias de morte e fim, falavam em esperança e ressurreição, sob a égide do messianismo. Curiosamente essa elite era a intelectualidade positivista que rejeitara Deus. Mas, curiosamente, também, era o próprio organicismo do seu pensamento que traria as chamadas “patologias” que aludiam constantemente à morte e consequente ressurreição, como se uma nação, ou sociedade, de um organismo vivo se tratasse. Essa crença na renovação, ou redenção, cruzava-se, assim com esse caminhar do tempo, o caminhar para um fim de século, em que algo de novo, de messiânico ou redentor necessariamente surgiria. Porque condição da própria vida diante da morte, ou do tempo

¹⁹⁷ G. Sergi, *La decadência de las naciones latinas*, Barcelona, 1901, p. 75.

¹⁹⁸ Veja-se Fernando Catroga, *O céu da memória. Cemitério romântico e culto cívico dos mortos*, Coimbra, 1999. É importante, ainda sobre este assunto, o estudo do Professor Vítor Viçoso, “A literatura portuguesa e a crise finissecular”, *Crises em Portugal nos séculos XIX e XX* (coord. de Sérgio Campos Matos), Lisboa, 2002, pp. 117-138.

diante da humanidade¹⁹⁹. Repare-se no seguinte excerto dum artigo da revista *Occidente*, em 1898:

“Há nações moribundas, como disse o célebre político inglês, não sei se pensando em Portugal, se na Espanha, mas a agonia d’uma nação dura anos, e do estertor, ainda às vezes se arriba. Não se morre assim, quando há razões para se ter apego à vida. As nações são mais comparáveis a certas árvores do que propriamente à humanidade. Decepem à vontade uma oliveira, rasguem-lhe os ramos, cortem-lhe o tronco, façam-lhe com as achas uma fogueira em cima; as raízes conservam a vida e duas folhinhas verdes, que um beijo do sol na primavera faça rebentar sobre as cinzas, serão o nuncio da nova árvore que há-de crescer (...).”²⁰⁰

Por outro lado, relembrem-se as palavras de Unamuno, sobre a situação de uma Espanha “agonizante”: “Hemos de salvar a España, quieralo o no.”²⁰¹

É a consciência do intelectual que vai fazer o contraponto entre uma maioria passiva, subjugada e uma minoria política que subjuga. Desta forma, o papel do intelectual seria justamente a tomada de consciência da pátria, era ele que, com uma função muito própria, indicava “caminhos” teóricos, distanciando-se dos políticos que, na prática, mudavam todos os dias o país. Apontava causas da decadência, mas apontaria, também, projectos de futuro, quando falava em salvação? Muitos destes intelectuais aludiam ao messianismo através de figuras salvíficas de heróis passados. Mas um Nuno Álvares do passado não teria as mesmas características no presente, e Oliveira Martins sabia-o, apesar de tudo. Talvez por isso a sua desilusão futura e o “refúgio” nas glórias passadas, através dos grandes feitos de grandes homens. E, talvez por isso, a frase: “ir vivendo, resignadamente, à espera do que está para vir.”²⁰²

Face a este ambiente, sabe-se que, no caso português, o liberalismo não vingou nos seus ideais, originando, com a tão esperada Regeneração – o próprio nome é significativo – dívidas e encargos financeiros²⁰³, aliados a um atraso rural e a uma lenta

¹⁹⁹ Veja-se, a este propósito, o estudo de Fernando Catroga, *Os passos do Homem como restolho do tempo. Memória e fim do fim da História*, Lisboa, 2009.

²⁰⁰ “Chronica Occidental”, *Occidente*, 20-VI-1898, p. 1.

²⁰¹ *Cit. in* Santos Juliá, *op.cit.*, p. 163.

²⁰² Oliveira Martins, *Portugal Contemporâneo*, vol. III, Lisboa, 1953, pp. 310-311.

²⁰³ A partir de determinada altura, os empréstimos serviam, entre outras coisas, para pagar os juros de outros empréstimos: “A redução forçada de juros de 1892, que recaindo sobre a dívida interna, quer sobre a externa, foi a primeira consequência grave da crise.” Augusto Fuschini, *O Presente e o Futuro de Portugal*, Lisboa, 1899, p. 58. A falta de dinheiro tornou-se, assim, um dos principais factores da política portuguesa na década de 90. Factor que Fuschini aponta como “ruína inevitável”, *op. cit.*, p. 23. O sector mais afectado terá sido, por isso mesmo, o das Finanças. Segundo Fuschini, daí derivaram cisões partidárias e escândalos públicos, sendo sempre os ministros da Fazenda os mais postos em causa. A questão da quebra dos câmbios, do chamado “ágio do ouro” e a diminuição substancial das transferências no Banco de Portugal, pela quebra do ouro brasileiro, bem como a desvalorização da moeda nacional face à libra, agravaram a situação da

industrialização, a par de um rotativismo político pleno de corrupção partidária²⁰⁴. O país vivia à sombra de um “rei sonâmbulo” (D. Luís²⁰⁵), na expressão de Antero e o parlamento era, para Eça, uma “farsa” e uma “feira”²⁰⁶.

Lembremos as palavras de Manuel Laranjeira – desalentadas no seu fatalismo – ao poeta Miguel de Unamuno: “O nosso mal é uma espécie de cansaço moral, de tédio moral: o cansaço e o tédio de todos os que se fartaram de crer. Crer!... Em Portugal, a única crença ainda digna de respeito é a crença na morte libertadora.”²⁰⁷

Nas palavras do amigo suicida²⁰⁸, Unamuno viu Portugal como um país de um povo triste, um povo de suicidas²⁰⁹ – Soares dos Reis (1889), Júlio César Machado (1890),

“política de endividamento”, que muitos acusavam vir do Fontismo. A depressão económica nacional em fim de século e a crise, que era já “total”, reflectiu-se no desemprego, falência de empresas e dívida pública. Depois de França, Portugal tinha a segunda maior dívida pública da Europa e uma das maiores do mundo. Veja-se, a este propósito, José Mattoso (direc.), “A política do dinheiro”, *História de Portugal. A segunda fundação (1890-1926)*, Lisboa, 1994, pp. 153-178. Por outro lado, diz-nos António Sérgio, no seu prefácio a *Dispersos*, de Oliveira Martins: “Mariano de Carvalho, sob a presidência de João Crisóstomo, estava ministro da Fazenda. Acusado de abusos escandalosíssimos que indignaram a opinião pública, demitiu-se em Janeiro de 92, - revelando, súbito, a grande mentira em que se vivera. O ex-ministro, num discurso na Câmara. Expôs desoladamente as misérias do Tesouro, muito mais negras do que se supunha. Vistos pois os remédios crus que a situação estava exigindo, partido que subisse ao poder condenava-se ao suicídio.” António Sérgio (pref.), Oliveira Martins, *Dispersos*, tomo I, Lisboa, 1923, p. 68.

²⁰⁴ Acerca da situação política do país, escrevia, a 13 de Abril de 1889, *A Comédia Portuguesa*, o seguinte: “E afinal de contas para que serve estar a gente a dar-se ares de espantada, com coisas que estão a acontecer todos os dias? Há ainda no paiz quem tenha a ingenuidade de acreditar que há oposição. Desengane-se esse alguém. No paiz, há apenas uma grande oposição, decidida e valiosa; essa é realmente séria e positiva: é a oposição systematica, em politica, a tudo quanto seja honrado e honesto.” Já n’*As Farpas*, Eça de Queirós observava a política com atmosfera de chalaça, que faz rir. Chamava-a de “clown”. Por outro lado, a imprensa nota que “Espectadores pacíficos, mas um pouco scepticos, d’estas temerosas tempestades politicas, que não fazem bem a cousa nenhuma, mas cujos efeitos mais desastrosos também não passam além da bolsa do contribuinte, torna-se-nos sobremodo indifferente que o paiz se governe com Pedro ou se governe com Paulo, vista a arreigada convicção em que estamos de que Pedro e Paulo governam igualmente mal.” “Ainda a crise”, *A Comédia Portuguesa*, 23-02-1889, p. 6.

²⁰⁵ Sobre o governo de D. Luís, a imprensa escrevia: “Para os progressistas, Sua Majestade el-rei, era, em tempos, capa de ladrões (...), fazia governo pessoal.” *Revista Crítica Ilustrada*, 29 -VI-1881, p. 21. Por outro lado, “o rei já não governava. Segundo a Carta Constitucional de 1826, nomeava o chefe de governo, escolhendo indivíduos capazes de reunir o apoio de uma maioria de deputados e pares do rei no parlamento. (...) O que quer dizer que, embora o rei não governasse, o governo acabava por ser da responsabilidade do rei. Por isso, os descontentes com qualquer governo sentiam-se no direito de o culpar.” Rui Ramos, Prefácio, *Cartas D’El-Rei D. Carlos I a João Franco Castello-Branco, seu último presidente do Conselho*, Lisboa, 2006, p.18.

²⁰⁶ No jornal *O Tempo*, em 1889, lia-se no artigo “O Parlamento”: “A violência transformou-se em galhofa e agora vae tudo à matroca, mas vae tudo de risota, na camara dos srs deputados.” *O Tempo*, 29-I-1889, p. 1. Sobre o Estado, n’ *As Farpas* de Maio de 1871, Eça diz o seguinte: “Fomos outrora o povo do caldo da portaria, das procissões, da navalha e da taverna. Compreendeu-se que esta situação era um aviltamento da dignidade humana: fizemos muitas revoluções para sair dela. Ficamos exactamente em condições idênticas. O caldo da portaria não acabou. (...) Este caldo é o Estado.”

²⁰⁷ Manuel Laranjeira in Miguel de Unamuno, *Escritos de Unamuno sobre Portugal*, Paris, 1985, p. 173.

²⁰⁸ Mais tarde, em 1912, Manuel Laranjeira, com quem Unamuno se correspondia, acabaria também por suicidar-se. A sua análise sobre a situação do povo português encontrou-se compilada numa série de quatro artigos (1907-1908) publicados inicialmente n’*O Norte*, em vésperas de regicídio: “O pessimismo nacional ou de como os portugueses procuram soluções de esperança em tempos de crise social.”

²⁰⁹ Este clima suicidário por parte da intelectualidade do século XIX português foi, muitas vezes, apontado como um sintoma doentio da sociedade portuguesa ou da sua “decadência”. Contudo, Fernando Catroga

Camilo (1890), Antero de Quental (1891), Trindade Coelho (1908), o próprio Herculano, cuja solidão em Vale de Lobos foi também um suicídio²¹⁰... —, e cujo destino parecia caminhar agora para um fim...

Em busca de uma morte libertadora – no sentido mais trágico – ou através de uma redenção pela catástrofe²¹¹, entre pessimismos e esperanças messiânicas, assim via Eça de Queirós a pátria no fim de século.

À problemática *Fin de siècle*, a que a Europa não ficou alheia, Portugal sentiu a iminência do *fim de um mundo*, através de visões apocalípticas de uma pátria que entrou em decadência: “O século vai findar na orgia e na demência/ Reina o luxo e o canção. Caem bancos aos pares/ - Façamos a tua autópsia, ó louca decadência.”²¹²

A ideia de fim que percorreu a cultura ocidental agudizou-se num Portugal em “progresso de decadência”²¹³, que via assim, associada à ideia de crise, uma marcada sensibilidade apocalíptica. É desta forma que, entre a insegurança do presente, num imprevisível quadro de transformação das sociedades, e o olhar sobre um passado de glória, Portugal procurava o seu papel no contexto internacional do século XIX. Daí a importância das comemorações dos grandes heróis ou de acontecimentos de glórias passadas, como são exemplo o das comemorações camonianas (1880) ou do centenário da chegada à Índia (1898). Incontestável será também a figura de Nun’Álvares, enaltecida pelos intelectuais da época, dos quais se destaca Oliveira Martins. O olhar

diz não se saber se este facto era exclusivo português, chegando mesmo a afirmar que Portugal não era um povo suicida: “(...) será aconselhável evitar-se interpretações mecânicas no que concerne ao valor sociológico do fenómeno (...). Onde o desenvolvimento e o progresso seriam indiscutíveis, alguns vultos também acabaram com a própria vida e as taxas de suicídio eram maiores, como a provar a pertinência das teses daqueles que, nessa conjuntura, procuravam demonstrar o funcionamento, nas sociedades mais urbanizadas e massificadas, quer de leis de imitação (Gabriel Tarde), quer de ondas suicidógenas objectivas (Durkheim). E, ao contrário do que Miguel de Unamuno pensou, sob o impacto de muitos dos mencionados gestos, Portugal não era (e não é) um povo de suicidas.” Fernando Catroga, “Portugal como corpo e como alma (séculos XIX e XX)”, *Revista de História das Ideias*, Coimbra, 2007, vol.28, p. 257.

²¹⁰ Este isolamento de Herculano, Ramalho Ortigão interpretou-o, n’ *As Farpas* de Setembro de 1877, como “um dos mais tristes fenómenos da *decadência portuguesa*”. Relembre-se que Oliveira Martins, antes da morte, em 1894, terá proferido um mesmo “isto dá vontade de a gente morrer”, que Herculano pronunciara anos antes.

²¹¹ Para Eça, o peso de uma catástrofe, seria uma lição para a Pátria e a força motora para uma nova atitude. Repare-se no seguinte excerto d’*A Catástrofe*: “Sempre o Governo! O Governo devia ser o agricultor, o industrial, o comerciante, o filósofo, o sacerdote, o pintor, o arquitecto – tudo! Quando um País abdica assim nas mãos de um Governo toda a iniciativa, e cruza os braços, esperando que a civilização lhe caia feita das secretarias, como a luz lhe vem do Sol, esse País está mal: as almas perdem o vigor, os braços perdem o hábito do trabalho, a consciência perde a regra, o cérebro perde a acção. E como o Governo lá está para fazer tudo – o País estira-se ao sol e acomoda-se para dormir. Mas quando acorda – é como nós acordámos – com uma sentinela estrangeira à porta do Arsenal. (...) Hoje vê-se nas atitudes, nos modos, uma decisão.” Eça de Queiroz, *A Catástrofe*, Lisboa, 2006, p. 209.

²¹² Gomes Leal, *Fim de um mundo, sátiras modernas*, Lisboa, 2000, p. 52.

²¹³ Eça de Queiroz, *As Farpas*, Maio de 1871, Cascais, 2004, p. 17.

sobre o passado – de glória – tornava Portugal pequeno face ao presente, sobretudo quando este se afigurava inseguro, porque acima de tudo, Portugal tornava-se pequeno face à industrialização e o progresso que percorriam, pelo século XIX, a Europa. O problema da modernização trouxe consigo dúvidas às nações, que não eram só no âmbito político. Num estudo sobre a crise na consciência espanhola, Santos Juliá escreveu:

“La obsesión por la degeneración de la raza fue también, más que española, francesa e inglesa y no debe vincularse demasiado estrechamente con acontecimientos políticos ni atribuirse en exclusiva a una moda el espíritu, al contundente éxito del darwinismo social ni a la crisis general del positivismo. Venía de antes, de la multitude de informes sobre los efectos que la introducción del maquinismo y de las grandes fábricas producían entre la nueva clase trabajadora (...).”²¹⁴

Apesar de economicamente caracterizado pela ruralidade, Portugal não ficou alheio ao que se passava na Europa. A elite intelectual tinha contacto com a “civilização” e foi através desta elite que a consciência de um Portugal em decadência começou a divulgar-se, inicialmente de uma forma revolucionária (a tentativa que a Geração de 70 apregoara, através da revolução dos costumes – o que por si só denota que a principal questão não era só política, mas tinha um cariz muito mais profundo) e depois, caminhando para o fim do século, de uma forma mais angustiante, com vozes que ecoavam cheias de desalento.

No fundo, tratava-se de uma questão da própria modernidade, por isso, Teixeira Bastos, ao estudar a crise portuguesa e comparando-a com a crise geral contemporânea desse fim de século, terá escrito:

“A crise actual, na sua multiplicidade de manifestações, mal pode ser atenuada, quaisquer que sejam os processos governamentais adoptados. Antes, pelo contrário, tudo tende a agravá-la. E isto, porque não é uma crise passageira, mas uma das crises gerais e profundas que (...) têm marcado os fins dos séculos nos tempos modernos.”²¹⁵

À lúgubre profecia de Eça, n’ *As Farpas* de 1871, Portugal “não é uma existência, é uma expiação”²¹⁶, seguiu-se todo um conjunto de factores que, neste fim de século, prolongou ou agudizou a consciência de declínio – cultural e político –, “gerando mesmo ora complexos de inferioridade, ora nostálgicas evocações de grandeza perdida,

²¹⁴ Santos Juliá, *op.cit.*, p. 164.

²¹⁵ Teixeira Bastos, *A crise. Estudo sobre a situação política, financeira, económica e moral da nação portuguesa nas suas relações com a crise geral contemporânea*, Porto, 1894, p. 7.

²¹⁶ Eça de Queiroz, *op. cit.*, p. 17.

pessimismos, amarguras ou até messiânicas e redentoristas promessas de esperança perante o sofrimento da hora presente.”²¹⁷ Face a uma crise “que deixou marcas profundas na consciência nacional”²¹⁸, proliferam metáforas alusivas à decadência e ao pessimismo: morte, crise, nevrose, suicídio²¹⁹...

Desta forma, e muito devido ao Decadentismo²²⁰ da época e à própria visão organicista das sociedades, que o positivismo trouxe, Portugal debateu-se com o problema da sua viabilidade como país²²¹. E, face à “civilização” de uma Europa industrializada, a consciência pátria agudizou-se numa outra questão: Portugal estava decaído em relação a si próprio porque em relação/comparação com os outros²²².

Repare-se no discurso de Antero de Quental, aquando das Conferências do Casino: “Que pois é necessário para readquirirmos o nosso lugar na civilização? Para entrarmos outra vez na comunhão a Europa culta?”²²³ Por outro lado, “gememos sob o peso dos erros históricos. A nossa fatalidade é a nossa história.”²²⁴ A opinião dos intelectuais sobre a sua pátria não era, propriamente, abonatória. Vejamos o que Basílio Teles observou sobre o povo português:

“Todo o mundo reconhece que somos fracos de carácter (...). Não temos meios, nem força para destinos (...) altos: o nosso território é breve, a nossa população é escassa, a nossa têmpera branda. Jamais seremos, por certo, nem Amos de homens, nem Educadores de povos.”²²⁵

²¹⁷ António Bettencourt Machado Pires, *A ideia de decadência na Geração de 70*, Ponta Delgada, 1980, p. 29.

²¹⁸ Sérgio Campos Matos, “A crise de final de oitocentos em Portugal: uma revisão”, *Crises em Portugal nos séculos XIX e XX*, Lisboa, 2002, p. 99. Segundo o autor, “No sentido original (do grego *krisis*), o termo crise significa escolha, decisão (...) o sentido etimológico da palavra crise, adequa-se à conjuntura portuguesa do decénio de 1890.”, *op. cit.*, p. 99.

²¹⁹ Ver a este respeito o estudo de Fernando Catroga, Portugal como “corpo” e como “alma” (sécs. XIX/XX), *Revista de História das Ideias*, vol. 28, Coimbra, 2007.

²²⁰ Sobre os decadentistas da sua época, Gomes Leal escreveu o seguinte: “Agora eis uns carões de homens magros, doentes, com ar de dor de dentes, / que ingerem ópio, haxixe, o láudano, a morfina./ Dizem lá dentro ter reservatórios largos/ de venenos amargos./ Não há tal!..Têm até muito açúcar na urina!”, *op. cit.*, p. 143.

²²¹ “O nosso mal, na verdade, será de morte? Estará isto, como se diz expressiva e resumidamente, irremediavelmente perdido? Estará a raça portuguesa (deixem-me exprimir assim), como agregado autónomo, como individuo colectivo, condenada a desaparecer integralmente, isto é, a ser dissolvida na massa comum da espécie humana? Será Portugal, na frase cruel do lord inglês, - uma nação morta, destinada a ser devorada pelas nações vivas?” Manuel Laranjeira, *O pessimismo nacional ou de como os portugueses procuram soluções de esperança em tempos de crise social*, Lisboa, 2008, p. 23.

²²² “Realmente o nosso mal sobretudo nos amarga quando contemplamos ou imaginamos o bem do nosso vizinho – porque nos sentimos escolhidos e destacados para a infelicidade, podendo, como ele, ter nascido para a Fortuna. Quem se queixaria de ser coxo – se toda a humanidade coxeasse?”, Eça de Queiroz, *A cidade e as serras*, Lisboa, 2004, p. 163.

²²³ Antero de Quental, *Causas da decadência dos povos peninsulares*, Lisboa, 2001, p. 67.

²²⁴ Idem, *ibidem*.

²²⁵ Basílio Teles, *Do Ultimatum ao 31 de Janeiro*, Lisboa, 1905, pp. 161-162.

A literatura proliferava com temas pessimistas: *Flor de Pântano* de José de Lacerda (1891), *Alma póstuma* (1891) e *Os malditos* (1892) de D. João de Castro, *Nada* (1896) de Júlio Dantas, *Náufrago* (1899) de Afonso Lopes Vieira, *Fim de um mundo* (1899) de Gomes Leal, entre tantos outros. A expressão “Que desgraça nascer em Portugal”, do poema de António Nobre no seu *Só*²²⁶, data, de 1889, uma data que converge com o período áureo dos Vencidos da Vida. Sobre esta sua obra, Nobre diria que *é o livro mais triste que existe em Portugal*. Notemos o seguinte poema de “Sonetos”:

“Falhei na vida. Zut! Ideais caídos!
Torres por terra! As árvores sem ramos!
Ó meus amigos! *Todos nós falhámos...*
Nada nos resta. Somos uns perdidos.

Choremos. Abracemo-nos, unidos!
Que fazer? Porque nos não suicidamos?
Jesus! Jesus! Resignação... Formamos
No Mundo, o Claustro-Pleno dos *Vencidos*.

Troquemos o burel por esta capa!
Ao longe, os sinos místicos da Trapa
Clamam por nós, convidam-nos a entrar:

Vamos semear o pão, podar as uvas,
Pegai na enxada, descalçai as luvas,
Tendes bom corpo, Irmãos! Vamos cavar!”²²⁷

Este poema, incluído no conjunto de *Só*, e em que Maria de Lourdes Belchior detectou um “desespero manso”²²⁸, foi escrito um ano depois da primeira edição de *Os Maias*, de Eça de Queiroz, e dos famosos encontros dos Vencidos da Vida, num conturbado final de século, em que as ideias de fim prosperavam. Anotamos alguns paralelismos: Nobre escreve “*todos nós falhámos.*” N’*Os Maias*, “Ega ergueu-se, atirou num gesto desolado: - Falhámos a vida, menino!”²²⁹ Por outro lado, no poema de Nobre, caídos os ideais, “ *vamos cavar!*”. Lembremos, neste seguimento, as palavras de Afonso da Maia, símbolo da força e valentia do passado, acerca da inércia do neto Carlos e do seu amigo Ega, no presente:

²²⁶ A obra seria editada em 1892, com poemas compilados de anos anteriores.

²²⁷ António Nobre, “Sonetos”, n.º 12, *Só* (introd. Augustina Bessa Luís), Porto, 1999, p.143. O sublinhado é nosso.

²²⁸ Veja-se Maria de Lourdes Belchior, *Os homens e os livros II (séc. XIX e XX)*, Lisboa, 1999.

²²⁹ Eça de Queirós, *Os Maias*, Lisboa, 2006, p. 722.

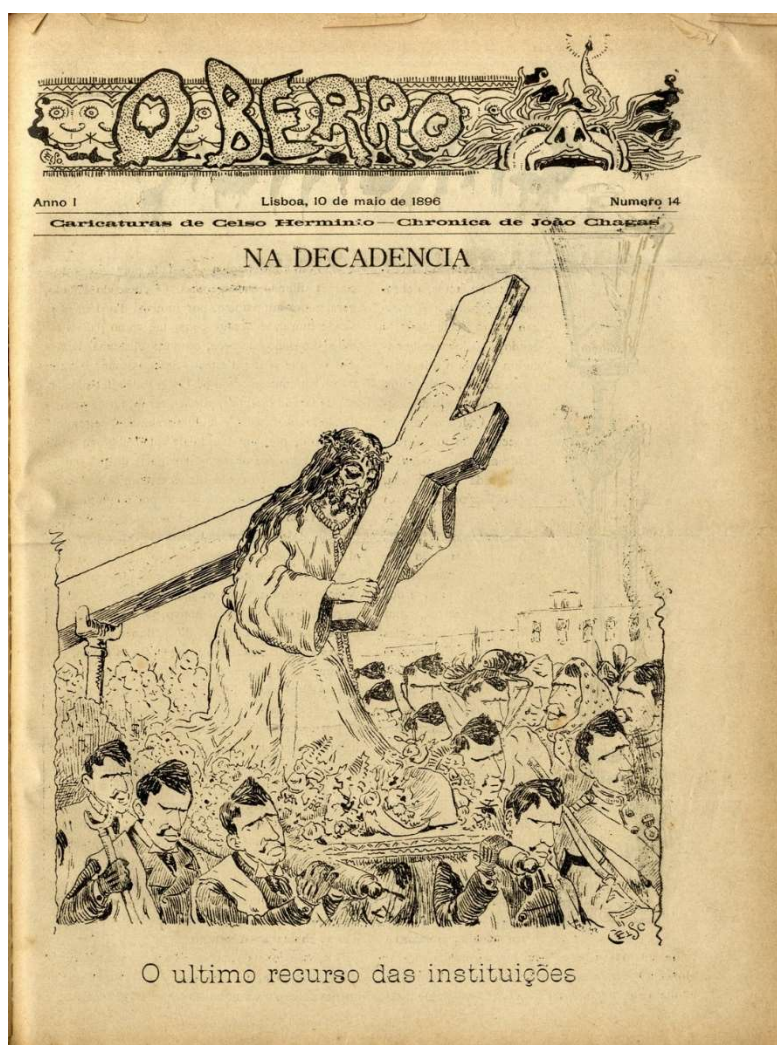
“Neste país, no meio desta prodigiosa imbecilidade nacional, o homem de senso e gosto deve limitar-se a plantar com cuidado os seus legumes. Olhe o Herculano...

- Pois então – acudiu o velho – planta os teus legumes. É um serviço à alimentação pública. Mas tu nem isso fazes.

Carlos, muito sério, apoiava o Ega.

- A única coisa a fazer em Portugal – dizia ele – é plantar legumes, enquanto não há uma revolução que faça subir à superfície alguns dos elementos originais, fortes, vivos, que isto ainda encerre lá no fundo. E se se vir que não encerra nada, demitamo-nos logo voluntariamente da nossa posição de país para que não temos elementos, passemos a ser uma fértil e estúpida província espanhola e plantemos mais legumes!”²³⁰

É assim que, sob o peso da “decadência”, multiplicavam-se representações da queda por parte das elites intelectuais.



Doc. 3 – “Na decadência”, capa do Jornal *O Berro*, 10-V-1896.

²³⁰ *Idem, ibidem*, p. 391.

Com o fim das invasões francesas, da revolução liberal, a perda do Brasil, Portugal tentou a Regeneração, com uma relativa pacificação da vida política. No entanto, a modernização ficou aquém do que era esperado pelo liberalismo e a crise financeira não se fez esperar²³¹:

“A construção de obras publicas, n’um paiz ignorante e pobre, tornou-se ao mesmo tempo uma aprendizagem cara, um campo a explorar por toda a casta de aventureiros estrangeiros, e um mercado rendoso para os bancos, encarregados por nós de nos angariar um dinheiro que não tínhamos para as obras que projectávamos. Da reunião das causas antigas e modernas proveio o desordenado acréscimo da divida nacional e a veracidade correspondente do imposto.”,

escrevia Oliveira Martins.²³²

Num país endividado, eminentemente rural, onde as taxas de natalidade e mortalidade eram muito elevadas²³³ - bem como a de emigração ²³⁴ - e em que, à data de 1890, a taxa de analfabetismo²³⁵ era a maior da Europa ocidental, Portugal via-se

²³¹ Veja-se, a este propósito os seguintes estudos: David Justino, *A formação do espaço económico nacional: Portugal (1810-1913)*. 2 vol. Lisboa, Vega, 1988-89; Jaime Reis, *O atraso económico português em perspectiva histórica: estudos sobre a economia portuguesa na segunda metade do século XIX (1850-1930)*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1993; Pedro Lains, *A economia portuguesa no séc. XIX: crescimento económico e comércio externo (1851-1913)*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1995.

²³² J. P. Oliveira Martins, *História de Portugal*, tomo I, Lisboa, 1913, p.295.

²³³ “Maior riqueza na época contemporânea, queria dizer melhores condições de vida e hábitos diferentes. A população portuguesa não era das mais saudáveis. Em 1885, quase metade dos mancebos presentes à inspecção militar foram dados como incapazes por falta de altura, de peso ou de saúde (*Anuário estatístico*, 1886, p. 688).” Rui Ramos (direc. de José Mattoso), *História de Portugal, a segunda fundação* (1890-1926), vol. VI, Lisboa, 1994, p. 29.

Para além das anedóticas figuras que Eça faz desfilar nas suas obras, a caricatura do português frágil verifica-se na própria imprensa. Repare-se nas seguintes palavras noticiadas sobre o estado pouco salutar do povo português: “Quanto ao apuramento das raças cavaleares achamos bom empenho, mas decerto menos preciso do que o apuramento da raça portuguesa, que nos parece estar n’um período de degeneração deveras lamentável. As mulheres verdadeiramente bellas são raras entre nós e quanto à organização geral, à riqueza muscular e sanguínea, entramos num pauperismo assustador, sobre que a nevrose, o rachitismo e a escrófula dançam o can-can esgrouviado da victoria.”, *A Comédia Portuguesa*, 20- IV-1889, p. 6.

²³⁴ Para José Júlio Rodrigues, “A emigração, que pode não ser um mau symptoma na historia de um povo, é para nós, desgraçadamente, o melhor e o mais eloquente testemunho da miséria nacional. Pela migração, essa espécie de cancro que devasta a população portuguesa, perdemos anualmente uma boa parte d’aquelles que, em regra, melhor poderiam contribuir para o incremento da fortuna nacional. E no entanto quasi sempre succede que a resolução, que tomam os emigrantes, de abandonar a pátria, não é boa para nós, nem para eles!”, *Coisas portuguesas*, Lisboa, 1885, p. 27. Por outro lado, leiam-se as palavras de Eça, pela boca de um dos seus personagens: “(...) a desgraça de Portugal é a falta de gente. Isto é um país sem pessoal. Quer-se um bispo? Não há um bispo. Quer-se um economista? Não há um economista. Tudo assim! Veja Vossa Excelência mesmo nas profissões subalternas. Quer-se um bom estofador? Não há um bom estofador...” Eça de Queirós, *Os Maias*, Lisboa, 2006, p. 148. No final da frase citada, a crítica de Eça vai além da, literalmente, “falta de gente”.

²³⁵ Na visão crítica de Manuel Laranjeira ao estado do país, “(...) em Portugal existe um povo, em que há, devoradas por uma polilha parasitária e dirigente, uma maioria que sofre porque não a educam e uma minoria que sofre porque a minoria não é educada.”, *op. cit.*, pp. 52-53. Também Oliveira Martins, na sua *História de Portugal*, aponta a falha na educação: “Vê-se, pois, uma educação aparentemente mais extensa,

confrontado com uma conjuntura de crise que não era já só económica e financeira, como também política e, sobretudo, moral: “A crise não era simplesmente económica, política ou financeira. Muito mais: nacional. Não havia apenas em jogo o trono do rei ou a fortuna da nação. Perigava a existência, a autonomia da pátria. Hora grande, momento único. A revolução impunha-se.”²³⁶ Sobre esta “revolução” a que se referia Junqueiro no poema *Pátria*²³⁷, diria Eça através do personagem João da Ega: “À bancarrota seguia-se uma revolução, evidentemente.” Para o autor, essa revolução passaria pela dura humilhação pelo estrangeiro:

“Sovados, humilhados, arrasados, escalavrados, tínhamos de fazer um esforço desesperado para viver. E em que bela situação nos achávamos! Sem monarquia, sem essa caterva de políticos, sem esse tortulho da “inscrição”, porque tudo desaparecia, estávamos novos em folha (...). E recomeçava-se uma história nova, um outro Portugal, um Portugal sério e inteligente, forte e decente, estudando, pensando, fazendo civilização como outrora...Meninos, nada regenera uma nação como uma medonha tarefa... Oh! Deus de Ourique, manda-nos o castelhano!”²³⁸

mas de facto sem intensidade, nem vigor, condenada a uma decadência fatal. (...) Desde que o saber falta, os erros acumulam-se precipitando a ruína.”, *op. cit.*, pp. 296-297.

A 23 de Julho de 1888, o jornal *O Repórter* ao noticiar as *Conferências* de Júlio Rodrigues, salientou o seguinte, acerca do que o autor falou do problema da educação e ensino: “Tem frases amargas contra os enormes programas de instrução primária e secundária, cuja acumulação de matérias cansa o cérebro e atrofia o são juízo; ele professor, se fizesse hoje exame de instrução primária, ficaria fatalmente reprovado!” Note-se ainda que Júlio Rodrigues, nas suas *Conferências*, foca o fracasso do ensino português, excessivamente teórico e que conduz a insucessos práticos, visíveis, assim, no mundo político e parlamentar: “Infelizmente no nosso país impera a mediocridade que se atavia com os falsos brilhos da política, e por isso se levantam de momento grandes clamores contra o parlamentarismo. Não se vê, neste sistema, outro inconveniente senão o de se trazer ao parlamento indivíduos alheios à ciência de legislar e que especulam com a posição a que os eleitores os guindaram.” *O Repórter*, 23-VII-1888, p. 1. Torna-se curioso observar, que as críticas acabam por cair sobre todo o sistema, da educação à sociedade e são vindas de uma elite intelectual que se insurge contra a política, foco ou origem de todos os problemas. Estes intelectuais pretendem, desta forma, chamar à atenção, para que algo no país se regenere. A sua chamada de atenção é em forma de crítica e esta passa, indubitavelmente, ora pela ironia de Eça de Queirós, ora pela pena amarga de Fialho ou pessimista de Oliveira Martins, mas também extremamente racional, ou até científica, como Júlio de Matos ou Júlio Rodrigues. Por outro lado, é a própria imprensa que atesta o pessimismo moral que perpassa em Portugal: “Quer-me parecer que estas sementes produzirão bons frutos, e que elas e outras lições ajudarão a levantar-nos deste *abatimento* a que o país parece estar de há muito *condenado*, mercê da nossa política mesquinha, individualista, acabada de vistos e eminentemente dissolante!”, *op. cit.* (o sublinhado é nosso.) Repare-se no final deste artigo, colocando a culpa final de todos estes problemas, na política. A crítica ao mundo parlamentar era, pois, uma constante nas diversas camadas intelectuais.

²³⁶ Guerra Junqueiro, *A Pátria*, Porto, 1945, p. 190.

²³⁷ Neste caso, quando referiu a palavra “revolução”, o poeta aludia à República.

²³⁸ Eça de Queiroz, *Os Maias*, Lisboa, 2006, p. 172.



Doc. 4 - "O estado do paiz...", *O António Maria*, 2-IV-1891, p. 4.

Tal como na literatura ou no teatro, as revistas, semanários e, no geral, a imprensa periódica, não pouparam críticas aos que “faziam” o país. Para além d’*As Farpas*, de Eça e Ramalho, também *A Comédia Portuguesa* (1888-1892), *Os Gatos* (1889-1890) ou os *Pontos nos ii* foram críticas mordazes ao estado de Portugal²³⁹. Muitas vezes a ironia e a comédia impunham-se, sob a forma de adjetivos pouco simpáticos ao país, como se nota neste excerto d’*A Comédia Portuguesa*: “Porque nós somos o que há de mais curioso, de mais infantil, para não dizer de mais ridículo entre os povos da Península.” (8-VI-89). Ou então, no mesmo jornal, sobre os protestos em vão sobre inúmeras situações que a imprensa acusa:

“Isto é o paiz dos protestos. Dos protestos e dos pretextos! Dos primeiros ninguém faz caso, dos ultimos todos se servem. (...) Os periódicos gemeram raivas, doestos, recriminações, frases amargas, ameaças de futuros castigos. O paiz já muito massado destes acessos periódicos de patriotismo pyrothecnico, sorria bonacheironamente, sceptico, descrente.” (13-IV-89).

Entre o fim e o reinício, entre a morte e a esperança²⁴⁰, as elites intelectuais portuguesas colocaram a questão da existência pátria. E nesse contexto de crise, o messianismo ressurgiu, quer pelo sonho republicano²⁴¹, quer nas expectativas de *Vida Nova* de Oliveira Martins ou nas irónicas reflexões dos farpistas Eça e Ramalho. Contudo, é a partir dos anos 80 que a questão africana e o sonho expansionista imperial surgem como alternativa a este sintoma de mal estar de fim de século. O sentimento patriótico avivava-se numa nação agonizante em que o continente africano (encarado como um novo Brasil)²⁴² era tido como um sonho de regeneração nacional. Segundo o historiador António Telo:

“Tal como o período de ruína nacional e perda de prestígio está associado ao fim do império brasileiro, o ressurgimento nacional tem de passar pela redescoberta das

²³⁹ A imprensa soube, como nunca, aproveitar esse momento crítico para também ela, sem saber, fazer e marcar a história. Hoje, estes jornais e revistas constituem testemunho precioso ao historiador sobre a época em causa.

²⁴⁰ Veja-se, a este propósito, o estudo *Regards sur deux fins de siècle (XIXème-XXème)*, textes réunis par Marie Hélène Piwnik, Bordeaux, 1996: “En effet il y a toujours une tension entre ceux qui appellent de leurs vœux une résurrection nationale, par le biais d’une identité redéfinie, ou d’un ressourcement dans les valeurs de l’histoire, et ceux qui, déstabilisés par la désagrégation de l’édifice symbolique de la patrie, se réfugient dans la speculation messianique ou l’autodestruction.”, *op. cit.*, p. 6.

²⁴¹ Os jornais republicanos como *A Barricada* ou *A Batalha* assumiram, na época, papel de relevo nos meios de difusão das ideias republicanas.

²⁴² “Salvar-nos-á, no século XIX, Angola, como nos salvou o Brasil no século XVIII? Caber-nos-á essa fortuna a ponto de prevenir-nos o esfacelamento pela fome? Virá antes que nos assaltem complicações graves de ordem externa?”, Oliveira Martins, *Portugal Contemporâneo*, Prefácio à 3.ª ed., 1893.

fórmulas que fizeram a grandeza nos séculos de ouro. É em África que as humilhações passadas podem ser curadas (...) é essa a chave do ressurgimento nacional.”²⁴³

Mas a catástrofe que Eça anunciara – ou desejara – na sua obra, chegou a 11 de Janeiro de 1890 com o peso apocalíptico do fim. Fim de uma possível regeneração pátria, fim dos sonhos imperialistas, fim do mapa cor-de-rosa. Fim da Pátria.

“Her Britannic Majesty’s Government cannot accept as satisfactory or sufficient the assurances given by the Portuguese Government as they interpret them (...). What her Majesty’s Government require, and must insist upon, is the following: the telegraphic instruction to be sent to the Governor of Mozambique at once that all and any Portuguese military forces which are actually on the Shiré, or in the territory of the Makololos, or in the Mashona territory, are to be withdrawn. The Government consider that without this the assurances given by the Portuguese Government are altogether illusory.”²⁴⁴

Este foi o texto – o *memorandum* britânico que ficou conhecido como o *Ultimatum* –, escrito pelo próprio Lord Salisbury, que se tornou, à luz da opinião pública portuguesa, um ultraje, uma humilhação, um roubo, um fenómeno que agitou magotes que

“movediços e frementes, manchavam o pavimento das ruas e das praças; os cafés da Baixa, repletos, estavam em ardente ebulição; as vociferações, os protestos, as injúrias, as propostas mais radicaes e extravagantes entraram a cair como granizo, communicando e agravando a effervescencia.”²⁴⁵

Para além do mais, quando o documento foi despachado para Lisboa, já esta se encontrava em risco de ser bloqueada, através de esquadras britânicas posicionadas em Gibraltar.

Diante do que foi considerado uma hecatombe nacional, proliferaram reacções²⁴⁶, como esta de que nos dá conta *A Ilustração Portuguesa*:

²⁴³ António José Telo, *Lourenço Marques na política externa portuguesa*, Lisboa, 1991, p. 145-149.

²⁴⁴ Salisbury, 10 de Janeiro de 1890, *Public Record Office, Foreign Office*, FO 179/276, cit in Maria Teresa Pinto Coelho, *Apocalipse e regeneração. O ultimatum e a mitologia da Pátria na literatura finissecular*, Lisboa, 1996, p. 15. A tradução é a seguinte: “O Governo de sua Majestade não pode dar como satisfatórias ou suficientes as seguranças dadas pelo Governo Português (...). O que o Governo de Sua Majestade deseja e em que mais insiste é no seguinte: que se enviem ao Governador de Moçambique instruções telegráficas imediatas para que todas e quaisquer forças militares portuguesas no Chire e no país dos Macololos e Machonas se retirem. O Governo de Sua Majestade entende que sem isto todas as garantias dadas pelo Governo Português são ilusórias.” Os primeiros a terem acesso ao documento terão sido Barros Gomes e Ressano Garcia.

²⁴⁵ Manuel Pinheiro Chagas e J. Barbosa Cohen, *Historia de Portugal*, XII volume, Lisboa, 1907, p. 583.

²⁴⁶ A 9 de abril de 1891, n.º *O António Maria* lia-se o seguinte: “Passamos agora ao 2.º acto da comédia *Por causa duma carta*. (...) Aparece o velho Portugal acabrunhado ao peso da injúria e da afronta que acaba de receber d’uma velha egoísta e beberona chamada Inglaterra, que n’um assomo de alcool lhe manda pelo

“Como era de presumir, o orgulho nacional, acirrado pela política deprimente e idiota dos corrilhos, sentiu-se ferido. A alma da pátria explodiu arrancos de dôr sagrada. Mas como quasi sempre as grandes dores não deixam reflectir, de envolta com as lágrimas houve desmandos e soltaram-se blasphemias.

- Façamos imediatamente a guerra ao espoliador infame! Bradaram uns.

- Cotisemo-nos todos para armar até aos dentes o paiz indefezo! disseram outros.”²⁴⁷

O ódio ao inglês adensou-se: os ingleses ganhavam epítetos como “bandidos”, “bêbedos” ou “covardes”. Em Lisboa, a “Travessa das Inglesinhas” passa a “Travessa dos Ladrões” e a “Travessa do Enviado de Inglaterra” muda para “Travessa do Diabo que os carregue”. Por decreto nacional, no ano de 1890, os alunos foram dispensados do exame de língua inglesa. As reacções foram de todo o género: revoltas estudantis, tumultos populares²⁴⁸, o luto da Sociedade de Geografia, a queda do gabinete progressista e a subida do regenerador, a estátua de Camões envolta em crepes²⁴⁹, a formação da Liga Patriótica do Norte e da Liga Liberal, as estrofes d’ *A Portuguesa*,

telegrapho um *ultimatum*. O paiz inteiro clama vingança.” Também a facção católica reagiu ao *Ultimatum*, sendo relevantes as consequências que daí porviram. Para além do apelo a um reforço nas missões ultramarinas, aquela que se tornou por *coase africana*, levaria intelectuais do catolicismo como D. Manuel Agostinho Barreto, bispo do Funchal a posições indignadas e “paradigmáticas”. Veja-se António Matos Ferreira, “Repercussões do *Ultimatum* no meio católico: notas acerca do nacionalismo católico”. Separata de *Lusitânia Sacra*, 2.^a série (6), Lisboa, 1994, pp. 31-45. Sobre este assunto é relevante ainda a figura do Padre Pais Pinto, um dos mais activos agitadores católicos aquando da questão inglesa. Note-se, desta forma, que a reacção ao Ultimato foi, de facto, um movimento geral de manifestação patriótica em todas as áreas, da política à religião. Por outro lado, na imprensa liam-se artigos como este, intitulado “Novos insultos da Inglaterra”: “De tudo o que se está passando, resulta que o Sr. Hintze Ribeiro faltou à verdade quando afirmou no Parlamento que a Inglaterra estava procedendo correctamente com Portugal, e que procedeu assim para ser agradável ao governo da tia do sr. D. Carlos, quando só devia inspirar-se nos interesses nacionais. É uma vergonha que o paiz tolere isto. (...) Entretanto, da parte do governo português não há senão fraquezas e submissões revoltantes ante a vontade de lord Salisbury! Nunca o governo duma nação civilizada desceu tanto.”, *Os Debates*, 15-VI-1890, p. 1. Neste mesmo jornal, lia-se o artigo “Outra infâmia dos ingleses”: “Vê-se pois, que os gatunos britânicos abusam em demasia da fraqueza e da imbecilidade do nosso governo. E o paiz está disposto a permitir as novas expoliações que os piratas nos preparam?”, Idem, *ibidem*. É interessante verificar que estes artigos figuram na primeira página do jornal.

²⁴⁷ “Chronica”, *A Illustração Portuguesa*, n.º 47, 10-III-1890, p.2. O artigo foi assinado por “Santillana”.

²⁴⁸ “Em Aveiro, em Barcelos e em muitos outros pontos do país se foram ouvindo, nos comícios, vozes clamorosas contra o tratado...e, disfarçadamente, contra as instituições... Em Lisboa, o ambiente era terrífico. No Martinho e no Suíço houvera tiros e murros, pelo que os cafés em questão foram mandados encerrar à ordem da polícia.” F.A., Oliveira Martins, *D. Carlos I e os Vencidos da Vida*, Lisboa, 1942, p. 66.

²⁴⁹ “No edificio da Sociedade de Geographia a bandeira nacional drapejava a meia haste, alguns jornaes appareceram tarjados de lucto e o antigo deputado progressista, dr. Eduardo de Abreu, à frente d’um crescido numero de estudantes e populares, foi pôr largos crepes nas estatuas que ornem o monumento de Camões, fixando alli im impresso bem visível em que se lia: ‘Estes crepes que envolvem a alma da pátria são entregues ao respeito e guarda do povo, da mocidade académica, do exercito e da armada nacional. Quem os arrancar ou mandar arrancar é considerado como o ultimo covarde vendido à Inglaterra’.” Manuel Pinheiro Chagas, *op.cit*, p. 584.

de Henrique Lopes de Mendonça, que Alfredo Keil tornou hino²⁵⁰, e a revolta do 31 de Janeiro²⁵¹.

Com esta, estalou a bancarrota²⁵². Mais tarde, Manuel Pinheiro Chagas chegaria a escrever: “houvermos de soffrer injurias sobre injurias, sendo a ultima, e maior de todas o *ultimatum*.”²⁵³ À crise social, acrescida pelas dificuldades económicas e financeiras, juntou-se uma crise política²⁵⁴ que significaria, por fim, uma crise de regime²⁵⁵, pois este era acusado de compactuar com a atitude - considerada um “roubo” – de Inglaterra. Sobre este “roubo”, escrevia a imprensa da época: “Vê-se, pois, que os gatunos britânicos abusam em demasia da fraqueza e da imbecilidade do nosso governo. E o país está disposto a permitir as novas expoliações que os piratas nos preparam?”²⁵⁶

²⁵⁰ “*A’s armas! A’s armas! Sobre a terra/ Sobre o mar!*... Immediatamente, este hymno foi adoptado como o canto nacional e, em toda a parte, executado e ouvido de pé. Na rua, as creanças cantavam-no; os gaiatos assobiavam-no. Esta peça musical teve uma tal significação, que acabou por ser expressamente banida do repertório das bandas militares (...). A Portuguesa deu mais popularidade ao seu auctor do que toda a sua obra de compositor.” João Chagas e Ex-Tenente Coelho, *História da Revolta do Porto*, Tomo I, Lisboa, 1901, p. 13.

²⁵¹ No Porto, a Câmara Municipal foi ocupada pelo Regimento de Infantaria 10, apoiado pelos populares. Aí, foi proclamada a República pelo advogado Dr. Alves Veiga. O golpe, rapidamente dominado, teria, contudo, como consequência, a difusão em grande escala das ideias republicanas no país. Os principais revoltosos – como Pinheiro Chagas e Santos Cardoso – foram punidos com prisão e degredo. Verificou-se um debate político complexo quer de solidariedade com os “criminosos”, quer de crítica ao governo pela “benignidade” da punição. Cf. Duarte de Castro, “António Cândido”, *Conversas no Turf em torno de Os Vencidos da Vida*, Lisboa, 2008, pp. 54-56.

²⁵² “A revolta do 31 de Janeiro, que não foi apenas a aventura de *duzentos maganões decididos* e que não quebrou apenas candieiros, fez estalar a bancarrota. O credito, graças ao qual se mantinha o régimen ruinoso do empréstimo, desapareceu (...). No mesmo anno, o ouro começava a desaparecer e os câmbios subiam. Em 1892, o thesouro suspendia pagamentos. Com a crise do thesouro, iniciava-se a crise política.” João Chagas, *op. cit.*, introdução.

²⁵³ Manuel Pinheiro Chagas, *op. cit.*, p. 583. O *Ultimatum* foi o culminar de vários incidentes e tensões que cresciam, sob o ministério de Barros Gomes, entre Lisboa e Londres, devido, entre outros factores, a uma aproximação diplomática de Portugal a outras potências, nomeadamente a Alemanha. Isto originaria vários incidentes entre Portugal e Inglaterra, sendo o mais dramático e decisivo, o famoso *Ultimatum*. Sobre a reacção inglesa a este acontecimento, veja-se o estudo de Maria Teresa Pinto Coelho, *Apocalipse e regeneração. O Ultimatum e a mitologia da Pátria na literatura finissecular*, Lisboa, 1996, p. 61-75.

²⁵⁴ Durante o ano de 1890, o país viveu em eleições autárquicas e legislativas. É por esta época que António Cândido forma governo com a Pasta do Reino. Ficaria conhecido como o primeiro gabinete nefelibata da história política portuguesa. Por outro lado, leiam-se as palavras de João Chagas: “A data afrontosa - 11 de Janeiro de 1890 – não poderá mais ser esquecida; porque pelo facto abrupto a que está ligada e pelas suas consequências, fixa o momento da convulsão profunda e da crise decisiva em que se acha a Nação portuguesa.” João Chagas & Ex-Tenente Coelho, *História da revolta do Porto de 31 de Janeiro de 1891 (depoimento de dois cúmplices)*, Lisboa, 1901, p. 154. Curiosamente, segundo Eça de Queirós, o Ultimato não arrancou o país da sua apatia, mas antes, agudizou o seu sentimento de “fraqueza” e “desorganização”: “Aqui está onde nós chegámos!”, foi então a dolorida exclamação que resumia o sentir público.” Eça de Queirós, *Novos factores da política portuguesa*, Lisboa, 2007, p. 7.

²⁵⁵ O ódio à Monarquia, particularmente à figura do rei, adensou-se neste clima geral de crise. Sobre a incompreensão à figura do monarca e dos seus esforços bem sucedidos na diplomacia internacional, veja-se o artigo de Filipe Luís, “O Rei que viveu depressa demais”, *Visão História*, n.º 7, Fevereiro de 2010, pp. 55-61.

²⁵⁶ “Outra infamia dos inglezes”, *Os Debates*, 15-VI-1890, p. 1.

Abalado o sonho imperial (“Agora tudo se foi!”, na expressão do crítico Fialho de Almeida²⁵⁷), a propaganda republicana e a oposição dos Regeneradores não tardou a fazer-se sentir²⁵⁸. Neste ano, 1890, divulga-se a expressão *Finis Portugalliae*, recorrente na colectânea *Portugal em África*²⁵⁹ e que os estudantes republicanos colocariam na primeira página d’ *A Pátria* a par de um já conhecido “isto dá vontade de morrer!”²⁶⁰. Assim, ao fim da Pátria, num fim de século, havia a iminência de um outro fim, o da Monarquia: o ódio ao Governo²⁶¹, não era tanto como a um rei que “falando da pátria em que reinava, costumava dizer: *isto é uma piolheira*.”²⁶² Rei que Guerra Junqueiro não poupou no seu poema *Finis Patriae*, no mesmo ano do *Ultimatum*:

“(…) Cospe o estrangeiro afrontas assassinas/sobre o rosto da Pátria a agonizar.../Rugem nos corações fúrias leoninas,/erguem-se as mãos crispadas para o ar!.../ Papagaio real, diz-me, quem passa?/ - É el-rei D. Simão que vai à caça [...] Tiros ao longe numa luta acesa!/Rola indomitamente a multidão.../Tocam clarins de guerra a Marselhesa.../Desaba um trono em súbita explosão!.../ Papagaio real, diz-me, quem passa?/ -É alguém, é alguém que foi à caça/ Do caçador Simão!...”²⁶³

²⁵⁷ *Os Gatos*, 3.º vol., Lisboa, 1911, p. 21. Impiedoso, o crítico Fialho atacou ainda Hintze Ribeiro, pela sua política colonial: “O miserável! Vende o seu país como um cigano!”, Fialho de Almeida, *op. cit.*, p. 23. Referiu-se, também, ao tratado anglo-português de 20 de Agosto “que dois imbecis subscreveram sob as vistas de lord Salisbury, nas condições de nem sequer salvarem para o país, uma aparência de vantagem.” *Id.*, *ibidem*, p. 61.

²⁵⁸ Ainda sobre a figura do rei e as consequências do ultimato, escreve Filipe Luís: “O Conselho de Estado reuniu entre as 22 e a 1 hora da manhã (José Luciano de Castro, progressista, era então o primeiro ministro). E Portugal cedeu. Não havia outra saída, mas a cedência foi imediatamente aproveitada pelos regeneradores e pelos republicanos. O Rei e o governo eram “traidores à pátria”. O episódio marca profundamente o infeliz reinado de D. Carlos.” Filipe Luís, *op. cit.*, p. 58.

²⁵⁹ J. P. de Oliveira Martins, “O Tratado I”, *Portugal em África*, Lisboa, 1953, p. 77.

²⁶⁰ *A Pátria*, 02-IX-1890, p. 1.

²⁶¹ Em Abril de 1890, Eça de Queirós, na sua *Revista de Portugal*, escrevia o seguinte: “Um tal desenvolvimento do republicanismo é obra recente destes últimos anos. E a sua causa tem sido simples e unicamente o descontentamento: isto é, o Partido Republicano tem-se alastrado, não porque aos espíritos democratizados aparecesse a necessidade de implantar entre nos as instituições republicanas, como as únicas capazes de realizar certos progressos sociais – mas porque esses espíritos sentem todos os dias uma aversão maior pela política parlamentar, tal como ela se tem manifestado, com o seu cortejo de males, nestes derradeiros tempos.” Eça de Queirós, *Novos factores da política portuguesa*, Lisboa, 2007, p.7.

²⁶² Miguel de Unamuno, *Por terras de Portugal e de Espanha*, Lisboa, 2009, p. 28.

²⁶³ Guerra Junqueiro, “Finis Patriae” *Antologia poética*, Lisboa, 1998, p. 90-91.



Doc. 5 - "O julgamento de Guerra Junqueiro", *A Paródia*, 13-IV-1907, p. 4. Anos mais tarde, Guerra Junqueiro reconheceu, com amargura, as duras e fatídicas palavras proferidas contra o rei D. Carlos.

Neste trocadilho em drama crescente sobre uma das actividades preferidas de D. Carlos, a caça²⁶⁴, o poeta marca com um tom apocalíptico a situação de Portugal (figura do Doido), tendo este poema um carácter trágico, que acentuava a teoria de decadência nacional. A edição de seis mil exemplares, que em cinco dias se esgotaram²⁶⁵, constituiu, afinal, uma “arma” não propriamente contra o “inimigo” inglês, mas contra o inimigo interno, o rei, ou mais concretamente a monarquia. A obra - dedicada a outro “inimigo” da monarquia, Fialho de Almeida²⁶⁶ - seria, assim, aproveitada pelos republicanos, acentuando esse ódio ao regime e ao governo que se vivia no final do século, profetizando o futuro assassinio de D. Carlos.

Mas o ódio ao rei e ao governo bem como a revolta quanto ao estado do país, não fizeram acordar esse povo que, tido como ultrajado e humilhado, sentia-se roubado pelo inimigo britânico. Eça de Queiroz chamou a atenção para esse facto na *Revista de Portugal*: era a hora de “reconstituir a Pátria”, em vez de fazer mal à Inglaterra²⁶⁷. Por outro lado, lia-se na mesma revista o seguinte: “É com efeito mais importante para Portugal possuir vida, calor, energia, uma ideia, um propósito – do que possuir a terra de Mashona: mesmo porque, sem as qualidades próprias de dominar, de nada serve ter domínios.”²⁶⁸ Ainda no mesmo texto, aludia-se a Portugal como uma nação “sem força, sem alma, sem vontade”²⁶⁹. Eça de Queiroz, conclui na sua Revista, em 1890, sob o nome de “um espectador”, que Portugal tinha a vida “duríssima”²⁷⁰. Oliveira Martins seguiu-se-lhe no mesmo espaço literário, e escreveu, como “Spectator”, “O Tratado com a Inglaterra e a situação de Portugal”. Os artigos na *Revista de Portugal* sucederam-se,

²⁶⁴ “Para António Álvaro Dória, Junqueiro ter-se-ia inspirado em *Les Châtiments* (1853) de Vitor Hugo, mais propriamente o Livro VII, onde se encontra uma poesia intitulada *Le Chasseur Noir*.”, Maria Teresa Pinto Coelho, *Apocalipse e Regeneração. O Ultimatum e a mitologia da Pátria na literatura finissecular*, Lisboa, 1996, p.283. A citada autora recomenda, sobre este assunto, António Álvaro Dória, “Vitor Hugo e Guerra Junqueiro (a propósito de duas poesias)”, Separata do n.º 13 do *Boletim da Academia Portuguesa de Ex Libris*, s.l., 1960, 7-30, p. 21.

²⁶⁵ Cf. João Medina, *Caricatura em Portugal*, Lisboa, 2008, p. 153.

²⁶⁶ Tal como Guerra Junqueiro, ou Oliveira Martins, apesar da proximidade deste a D. Carlos, também Fialho de Almeida não poupou críticas à dinastia de Bragança, acusando-a do estado presente de Portugal e, sobretudo, pela dependência de Portugal face à Inglaterra, tendo, como consequência final, o *Ultimatum*. N’ *Os Gatos* a sua crítica chega a ser mordaz, acusando não só os políticos, como o rei e a sua dinastia. Também Gomes Leal segue a mesma linha de pensamento e crítica, no que diz respeito à dependência de Portugal para com a Grã-Bretanha.

²⁶⁷ “Porque não se trata infelizmente de destruir a Inglaterra, mas de conservar Portugal.”, Eça de Queiroz, Um exemplo da reacção portuguesa face à Inglaterra, foi no domínio económico: “No entanto, nós portugueses, vamos procedendo como melhor entendemos, sem deixar de acatar as ordens do governo. Nada compramos que seja inglês, ou vendido por eles, e igualmente nada lhes vendemos.”, “Novos insultos da Inglaterra”, *Os Debates*, 15-VI-1890, p.1.

²⁶⁸ Eça de Queiroz, “Notas do mez”, *Revista de Portugal*, vol. II, Porto, Fevereiro de 1890, p. 264.

²⁶⁹ Idem, *ibidem*.

²⁷⁰ Eça de Queiroz, *Novos factores da política portuguesa*, Lisboa, 2007, p.16.

verificando-se ainda “Uma lição de história (a propósito da questão inglesa)”, assinado por Isabel Leite²⁷¹.

Muitos foram os intelectuais que reagiram à questão do Ultimato, seja através de ironias sobre os britânicos, como o caso de Rafael Bordalo Pinheiro, seja com agressividade para com o regime, como o caso de Fialho ou Junqueiro ou quer com argumentos de que o fracasso da nação portuguesa residiu, afinal, na falta de força e de vontade de um povo que acabou por perder os últimos resquícios de uma glória passada: os territórios coloniais.

E é com os sonhos findados, que a questão da decadência da “raça”²⁷² do povo português sobressaiu, e que Eça tão bem retratou nas suas obras, através de um rol de personagens características, desde o Conde de Abranhos ao Dâmaso. Sobre este último, atente-se no seguinte excerto d’ *Os Maias*, em torno de uma conversa patriótica com João da Ega, colocando-se a questão da invasão estrangeira:

“– Se as coisas chegassem a esse ponto, se se pusessem assim feias, eu cá, à cautela, ia-me raspando para Paris... Ega triunfou, pulou de gosto na cadeira. Eis ali, no lábio sintético de Dâmaso, o grito espontâneo e genuíno do brio português! Raspar-se, pirar-se! (...) – Meninos, ao primeiro soldado espanhol que apareça à fronteira, o país em massa foge como uma lebre! Vai ser uma debandada única na História!”²⁷³

E sobre a “raça” portuguesa, Ega reage:

²⁷¹ Sabe-se apenas que este nome foi usado como um pseudónimo. Até hoje, os estudiosos não conseguiram descobrir-lhe autor. Veja-se, a este propósito, Ricardo de Andrade, “Eça de Queirós e a Revista de Portugal”, *Ocidente*, v. XLIVXLV, n. 177-183, Lisboa, 1953, p. 191.

²⁷² Vários são os autores que abordam a questão da “raça”. Veja-se o caso de António Sardinha, na obra *O valor da Raça – Introdução a uma campanha nacional* (1915) e ainda Teixeira de Pascoaes, nos seus vários escritos (*O génio português*, 1913, *A Águia*, Fevereiro de 1912...). Ainda sobre o mesmo assunto, e num tom pessimista, aludindo ao sebastianismo, escreveu Luís de Magalhães: “De resto, todas as raças inferiores e oprimidas criam os seus Messias – um deus ou um heroe libertador”, *D. Sebastião*, 1898, Lisboa, p. 272. Num tom desiludido, Oliveira Martins escreveu: “Até hoje todas as sucessivas tentativas para descobrir a nossa *raça* têm falhado: latinos, celtas, lusitanos e afinal mosárabes, têm passado: ficam os portugueses, cuja *raça*, se tal nome convém empregar, foi formada por sete séculos de história. Ora o patriotismo das raças assim constituídas exprime-se na acção e não em enganadoras miragens de um passado que a história acaba.” Oliveira Martins, *História de Portugal*, tomo II, Lisboa, 1880, p. 308. Já após a implantação da República, também Ramalho Ortigão n’as suas *Últimas Farpas*, dedica um capítulo (XV) à questão da “raça”, afirmando mesmo que a raça portuguesa existe: “Que essa raça (portuguesa) realmente existe é para mim uma verdade que debalde teem por vezes contestado alguns dos nossos próprios e pessimistas ethnologos.” Ramalho Ortigão, *Últimas Farpas*, Rio de Janeiro, 1916, p. 248. Curiosamente, nesse capítulo, mesmo após a “promissora” República ter triunfado, a questionação da viabilidade da pátria perdura, não apenas pelo antigo “vencido”, mas pelo próprio Jornal *Times*, que se debruçava num artigo sobre o destino de Portugal, focando a palavra “raça”.

²⁷³ Eça de Queiroz, *Os Maias*, Lisboa, 2006, p. 173.

“Para que estavam eles fazendo essa pose heróica? Então ignoravam que esta raça, depois de cinquenta anos de constitucionalismo, criada por esses saguões da Baixa, educada na piolhice dos liceus, roída de sífilis, apodrecida no bolor das secretarias, arejada apenas ao domingo pela poeira do Passeio, perdera o músculo como perdera o carácter, e era a mais fraca, a mais cobarde raça da Europa?”²⁷⁴

Ainda n’ *A Catástrofe*, Eça continua:

“não tínhamos exército, nem esquadra, nem artilharia, nem defesas, nem armas!... Qual! O que não tínhamos era almas... Era isso que estava morto, apagado, adormecido, desnacionalizado, inerte... E quando num Estado as almas estão envilecidas e gastas – o que resta pouco vale.”²⁷⁵

Na dramática visão decadentista de um povo “doente”, o “enfermo da Europa”, surgem metáforas como “choldra”, “país impossível”, “isto é um país que só suporta hortas e arraiais” ou “chata e vil porção de terra”. Num fim de século que anunciara um cansaço pela mesma civilização que fizera nascer, a consciência do homem finissecular, desgostoso de si mesmo²⁷⁶ é também, em Portugal, a consciência de um país à beira do fim.

²⁷⁴ Idem, *ibidem*, p. 173-174. A crítica aos portugueses, como fazedores de uma pátria foi tema generalizado pelas elites intelectuais, fossem escritores ou jornalistas, quer monárquicos, quer republicanos. Se tivermos em mente as críticas que o próprio Oliveira Martins, sendo figura próxima ao rei, teceu à dinastia de Bragança, não é de estranhar que outras menos leves viessem da vertente republicana. Repare-se nesta descrição de Fialho de Almeida acerca do “português” e a crítica à monarquia: “Mas não lancemos sobre a cabeça do rei todas as culpas, nem tornemos um homem só responsável pelos erros de todo um paiz rotinario e de caracter incerto (...). Em Portugal onde está essa multidão intelectualmente disciplinada e consciente? (...) Povo? Não há povo. A turba acéfala, alternadamente feroz (...) que em Portugal faz as vezes de povo, é uma força de inércia sem a menor consciência de si própria, e que no estado de bestialidade africana em que jaz, tão cedo póde ter papel na marcha do paiz, restando-lhe continuar a ser explorada por caciques (...). A classe média é um aglutinado social com escassas luzes de civismo, subalternizado à procura do pão, e sem mais virtudes que não sejam uma sórdida defeza de interesses pessoas. (...) E o Bragança ficou só, entre os dois grandes partidos que se disputavam o mando, e cercado d’uma camarilha que, à parte intrigas de prato, não fazia falar de si pelas ideias.” Fialho d’ Almeida, *Saibam quantos... (cartas e artigos políticos)*, Lisboa, 1924, pp. 92-96.

²⁷⁵ Eça de Queiroz, *A Catástrofe*, Lisboa, 2006, p. 199.

²⁷⁶ Cf. J. Carlos Seabra Pereira, *Decadentismo e Simbolismo na poesia portuguesa*, Coimbra, 1975, p. 22. Segundo o autor, “quando nos abeiramos do homem decadentista, resalta-nos facilmente que, na sua época, o real circundante se tornara cada vez mais agitado, perturbador e inquietante, não lhe oferecendo qualquer ilusão de paulatina reconquista do paraíso e impedindo-o mesmo de construir um equilíbrio pacificante: sentindo-se dolorosamente vitimado por uma civilização alienatória.” *Op. cit.*, p. 23-24. Desta forma, o próprio processo de “civilização” conduziria o homem decadente, angustiado de si mesmo, a um cansaço e a uma falta de equilíbrio diante do instante inseguro e quase imperceptível do momento presente, repleto de agitação. Durante o período realista, Eça, tal como outros pensadores – quer portugueses, quer mesmo franceses – espelham na literatura um sintoma mais profundo da decadência dos próprios tempos. Paradoxalmente à reforma que preconizavam, são visíveis nas suas obras constantes alusões ao “mal du siècle”. Em França, Gautier irá caracterizar os seus contemporâneos, de onde se destaca Zola, com termos como: ‘primitif’, ‘bizare’, ‘exalté’ e ‘décadent’. Acentua-se, assim, um clima de crise geral que conduziria

No final d' *O crime do Padre Amaro*, Eça fala num país que sobrevive como memória, mas uma “memória quase perdida”. Repare-se nas desoladoras palavras “pátria para sempre passada” e “memória quase perdida”, com que o autor termina o romance. Por outro lado, quando, na mesma obra, Eça acrescenta a imagem de Camões, que aparece carregada de simbologia, pretende imprimir a ironia de que a pátria portuguesa morreu com Camões, poeta “solitário” que “cantou numa língua morta um povo agora morto”. A figura de Camões (cujas simbologia Eça aproveitou nesta década do tricentenário do poeta), volta a aparecer no final d' *Os Maias*, quando Carlos e Eça se passeiam por uma Lisboa parada, onde nada mudou. A decadência permanecia, passados dez anos:

“Nada mudara. A mesma sentinela sonolenta rondava em torno à estátua triste de Camões. (...) E Carlos reconhecia, encostados às mesmas portas, sujeitos que lá deixara havia dez anos, já assim encostados, já assim melancólicos. Tinham rugas, tinham brancas. Mas lá estacionavam ainda, apagados e murchos, rente das mesmas ombreiras...”²⁷⁷

A morte de Afonso, no final da obra, coincide, simbolicamente, com a decadência do país, à beira da morte: “vejam vocês, filhos, se se encontra ainda uma gente como estes Maias, almas de leões, generosos, valentes!... Tudo parece ir mudando neste desgraçado país!”²⁷⁸ Nas palavras de Alencar, estaria o desalento do próprio autor.

Mas a maior carga de melancolia completa-se na visita final de Eça e Carlos da Maia ao velho casarão abandonado. Note-se a seguinte passagem:

“(...) a curta paisagem do Ramalhete, um pedaço de Tejo e monte, tomava naquele fim de tarde um tom mais pensativo e triste: na tira de rio um pacote fechado, preparado para a vaga, ia descendo, desaparecendo logo, como já devorado pelo mar incerto; no alto da colina o moinho parara, transido na larga friagem do ar; e nas janelas das casas, à beira da água, um raio de sol morria, lentamente sumido, esvaído na primeira sombra do crepúsculo, como um resto de esperança...”²⁷⁹

Repare-se nos termos: “fim de tarde”, “tom triste”, “o pacote que desaparece”, “o raio de sol que morre” ... O fim de algo. O fim.

à ideia de “o fim dum mundo”, expressão que surge com mais frequência a partir da década de oitenta do século XIX. Cf. J. Carlos Seabra Pereira, *op. cit.*, p. 24.

²⁷⁷ Eça de Queiroz, *Os Maias*, Lisboa, 2006, p. 706.

²⁷⁸ Idem, *ibidem*, p. 684.

²⁷⁹ Id., *ibidem*, p. 719.

Ao anemismo e indiferentismo com que Eça caracterizou o povo português, aliou-se o decadentismo próprio de um fim de século e, por fim, o vencidismo dos intelectuais. Manuel Laranjeira escreveu, em correspondência com Amadeo de Souza-Cardoso:

“Eu sou um filho deste século, deste século de tristeza, de ansiedades impossíveis de satisfazer, - e tédio, em suma. O espírito do homem contemporâneo voou muito alto, a uma altura que o coração humano não pôde atingir. O resultado é o homem pedir à vida coisas que ela não pode dar. Exigir à vida impossíveis é falhar: é, como aconteceu ao Dr. Fausto, cair no abismo ao tentar abraçar o infinito: é a desgraça dos que só sabem viver a vida idealmente concebida.”²⁸⁰

Um país que colocava, em fim de século, o drama da sua questão ôntica e que foi a pátria de homens que, desiludidos com Proudhon, refugiaram-se em Nun’Álvares, que desiludidos com a civilização, encontraram a tranquilidade em Tormes. Entre o drama de Antero, a ironia de Eça, o messianismo de Oliveira Martins e os trágicos prenúncios de Junqueiro, Portugal findava o século. Fim de século, fim de regime, fim de império. Fim de Portugal?

Para Laranjeira, as dúvidas de muitos persistiam, neste seu desabafo a Unamuno:

“Portugal atravessa uma hora indecisa, cinzenta, crepuscular, do seu destino. Será o crepúsculo que precede o dia e a vida, ou o crepúsculo que antecede a noite e a morte? Não sei, não sei, não sei...”²⁸¹

²⁸⁰ Manuel Laranjeira, *Cartas*, Lisboa, s.d., p.72-73.

²⁸¹ Manuel Laranjeira *cit. in* Miguel de Unamuno, *op. cit.*, p. 73.

2 – O grupo d’ “Os onze do Bragança”

“Íamos para os cafés, para o Grémio, traçar a perna,
e entre duas fumaças, dizer indolentemente:
- Isto é uma choldra! Isto está perdido!
Isto está aqui, está nas mãos dos outros!...
E em lugar de nos esforçarmos por salvar *isto*,
pedíamos mais conhaque e partíamos para o lupanar.
Ah!, geração covarde, foste bem castigada!”

Eça de Queiroz, *A Catástrofe*.

Foi no ambiente decadentista de final de século que surgiram os Vencidos da Vida. Numa Lisboa e num Chiado onde Eça fez passar Dâmasos, Conselheiros Acácios, Padres Salgueiros, figuras “reais” criadas pelo “manto diáfano da fantasia”. É nessa mesma Lisboa que Eça descreve como “pachorrenta” que ele e o seu grupo, à boa maneira de Carlos da Maia e João da Ega se confessam “vencidos”. Onze homens que, aparentemente vencidos, concretizam as palavras dos dois amigos d’ *Os Maias*: “Falhámos a vida, menino!”

Foram eles o Conde de Ficalho, Oliveira Martins, Ramalho Ortigão, António Cândido, Eça de Queiroz, Conde de Sabugosa, Bernardo Arnoso, Guerra Junqueiro, Carlos Mayer, Luís de Soveral e Carlos Lobo d’ Ávila, onze homens, com ideias, origem social e formação distintas.

Apesar de muitas vezes se assumirem como um mero grupo jantante, o facto é que muitos destes homens, senão todos, possuíam ideias bem formadas acerca do destino pátrio, da sua história e da sua conduta. Alguns, com ideias políticas, ousaram a reforma, uma “Vida Nova”. Outros, pelas letras, pela poesia, ou pela dedicação à causa monárquica, tentaram uma reconstrução de um Portugal que se afigurava “decadente”. Como intelectuais, acabaram por ter um papel interventivo na sociedade em que viveram.

Numa época densa em acontecimentos, que acentuavam o clima de “degradação” pátria, estes homens, assistiram ao rotativismo entre o Partido Regenerador e o Progressista, à ineficácia do Parlamento, ao peso do *deficit*, à posterior humilhação do *Ultimatum*. No campo cultural, o romantismo de Garrett, Herculano, Camilo, tinham dado prevalência a Renan, Taine, Proudhon. As concepções de Hegel e o pessimismo de Schopenhauer tinham caminho aberto para os pensadores nacionais, num contexto que salientava a identidade portuguesa de uma forma muito particular.

De facto, *ridendo, castigat mores*, o grupo dos Vencidos apontou, denunciou, criticou muitos aspectos de uma degradação nacional, “neste triste país da pedrada, do apito, da cutilada, do tiro”, nas palavras de Eça.

Ante a desilusão do estado vigente do país, surgiu, em 1888 o grupo que agitaria a imprensa de Lisboa: os Vencidos da Vida. Poderemos, no entanto, e em concordância com autores como Maria Filomena Mónica, Carlos Lemonde de Macedo, António Cabral, entre outros, apontar a semente do vencidismo, ou por outras palavras, os antepassados dos Vencidos, no chamado Grupo dos Cinco, que em 1885, no Porto, fizeram-se fotografar num almoço conjunto, no Palácio de Cristal: Eça, Ramalho, Antero, Oliveira Martins e Junqueiro. Apesar de Antero não vir a pertencer ao futuro grupo dos Vencidos, sabemos, contudo, que a sua influência foi notória em diversos aspectos.



Doc. 6 – “Um grupo célebre”, Cliché da Phot. União. Postal, Porto, Fabri (Tip. Progresso), 1907. B.N.P., Iconografia, Cota P.I. 27825 P.

Estes cinco indivíduos reuniam-se na cidade do Porto e quando em 1885 Martins propõe a “Vida Nova”, contaram-se os restantes quatro no seu núcleo de partidários.

Deixando o Porto e já em Lisboa, juntaram-se frequentemente para jantar em casa de Ramalho, nas suas águas furtadas do n.º 6, na Rua dos Caetanos, alternando com

reuniões no palácio do Conde de Ficalho, na mesma rua, onde para além de Oliveira Martins e Ramalho, se contavam Eça e outros amigos.

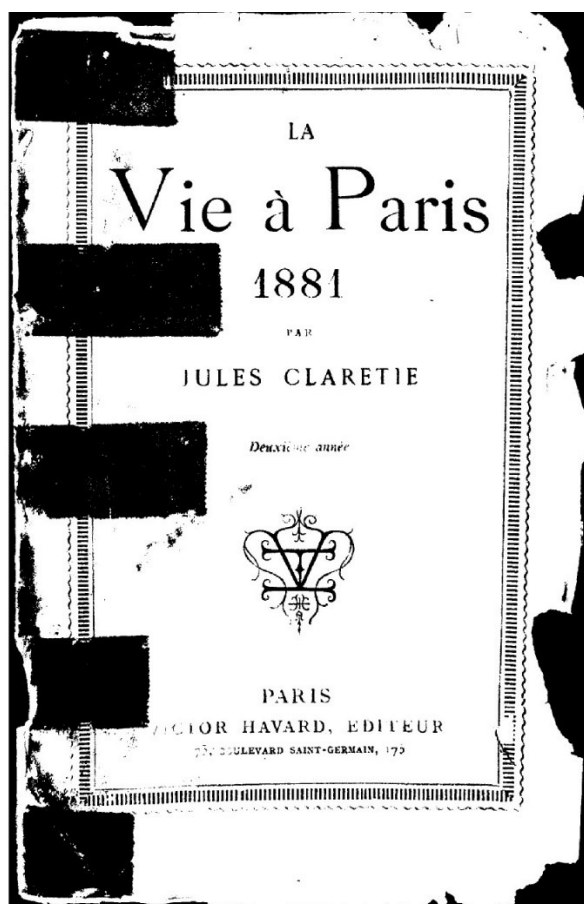


Doc. 7 – Rua dos Caetanos [entre 1890 e 1945], onde moraram no mesmo prédio, Ramalho Ortigão (nas águas furtadas) e Oliveira Martins (no primeiro andar). Autor: José Artur Leitão Bárcia (1873-1945), A.M.L., Cota BAR000111. Esta rua situa-se no Bairro Alto e é actualmente a rua João Pereira da Rosa.

No entanto, terá sido em finais de 1887 e em casa de Ramalho, que surge a ideia de reuniões gastronómicas à moda dos antigos *clubs* ingleses e dos *cercles* franceses, à boa maneira de uma sociedade literária. Influenciado pelos costumes franceses, e num desses

jantares, Ramalho, pretendendo fundar um *diner* à moda de Paris, relata o intitulado *diner du 9*, da revista francesa *La vie à Paris*, de Jules Claretie:

“...tous ces peintres, ces musiciens, ces graveurs, ces sculpteurs qui ont à la Villa Médicis, vécu d’une vie commune, tiennent à se retrouver ici, et ont fondé, par groupes de contemporains, et je dirai par fournée de lauréats, des diners où ils se revoient, *attristés souvent, bien changés, les uns glorieux, les autres battus de la vie.*”²⁸²



Source gallica.bnf.fr / Bibliothèque nationale de France

Doc. 8 – O vol. de 1881 da revista *La vie à Paris* (1880-1895), de Jules Claretie, com o texto que inspiraria as reuniões (gastronómicas) e o nome do grupo: “les uns glorieux, les autres battus de la vie!” (pág.29).

²⁸² Jules Claretie, *La vie à Paris: 1880-1885*, vol.1881, Paris, 1881, pág. 29. O sublinhado é nosso.

Terá exclamado Oliveira Martins: “*battus de la vie!*, eis afinal o que todos nós somos: vencidos da vida!” Nasceria assim a divisa que os caracterizou. No entanto, os estudos e fontes apontam-nos um segundo momento para o surgimento do grupo: quando um grupo de quatro amigos, conde de Ficalho, Oliveira Martins, António Cândido e Carlos Lobo d’Ávila, desalentados com a política e saindo do Parlamento, se dirigem para o restaurante Tavares. Neste sentido, as datas não convergem nos autores. Para Manuel da Silva Gaio,

“seria arriscado estabelecer aqui datas rigorosas. Apenas sei que, à entrada de Março de 1888, estava de fresco o título Vencidos da Vida. Havia pouco que Oliveira Martins - o padrinho - assim baptizara humoristicamente, durante um jantar, este grupo (...) cujo melhor período desde aquele ano até 1891.”²⁸³

Jorge Borges de Macedo, refere-se, igualmente, ao ano de 1888.²⁸⁴ Na mesma linha, segue Amadeu Carvalho Homem: “1888, ano provável em que tal grupo de amigos começou a saciar fomes e sedes requintados no hotel Bragança, no restaurante Tavares e nas hortas suburbanas.”²⁸⁵

Também Maria Filomena Mónica remete para a data de 1888: “Nesse verão de 1888...”, e mais adiante: “Em Junho de 1888, Oliveira Martins abandonava o partido. Foi então que apareceram os *vencidos da vida*.” Mas a autora confirma o já escrito: “Descontando o repasto fundador, que teve lugar no verão de 1888, no Tavares, eis o que temos.”²⁸⁶

Já Lopes d’Oliveira em carta a Gomes Monteiro, dá-nos o seguinte relato: “conta-se que em certo dia de 1887 foram dar ao Tavares o conde de Ficalho, António Cândido, Oliveira Martins e Carlos Lobo d’Ávila.”²⁸⁷ Contudo, nesta mesma obra, mais adiante, Monteiro escreve: “Por aqui se avalia a acção do grupo durante esses dois folgados anos (1888 e 1889).”²⁸⁸

Em João Patrício, na conferência sobre o conde de Arnoso, lê-se o seguinte: “quer no Tavares (onde foi germinada a ideia e alargado o agrupamento reduzido então a quatro:

²⁸³ Manuel da Silva Gaio, *Os Vencidos da Vida*, Coimbra, 1931, p.14.

²⁸⁴ Jorge Borges de Macedo, *Eça de Queirós – os Vencidos da Vida e as responsabilidades do escritor.*, *Os Vencidos da Vida, Ciclo de Conferências promovido pelo Círculo Eça de Queirós*, Lisboa, 1989.

²⁸⁵ Amadeu Carvalho Homem, *Razão e sentimento na evolução espiritual de Ramalho Ortigão*, Coimbra, 2000, p. 210.

²⁸⁶ Maria Filomena Mónica, “Introdução”, *Conversas no Turf em torno de os Vencidos da Vida*, Lisboa, 2008, pp. 11-12.

²⁸⁷ Gomes Monteiro, *Vencidos da Vida, relance literário e político da segunda metade do século XIX*, Lisboa, s.d., p. 11.

²⁸⁸ Idem, *ibidem*, p. 174.

o conde de Ficalho, António Cândido, Oliveira Martins e Carlos Lobo d' Ávila, no ano de 1887)” e mais adiante: “os Vencidos da Vida não foram paridos exclusivamente no Tavares: numa comunhão de ideias à distância, três anos antes, no verão de 1884, almoçaram, no Porto, no Palácio de Cristal, cinco velhos amigos...”²⁸⁹

Mais contraditório será, porém, Joaquim Veríssimo Serrão:

“Foi nesse estado de espírito que em Março de 1886 quatro amigos se reuniram para jantar no restaurante Tavares (...). Com eles iam ter início as reuniões do grupo depois conhecido por Vencidos da Vida”.²⁹⁰

Veja-se, ainda, o relato de Carlos Lemonde de Macedo sobre a criação do grupo:

“(...) detenhamo-nos um pouco no momento da criação dos ‘Vencidos da Vida’. Estamos em fins de 1887. Aquela sigla seria a tradução de termo figurando num artigo da revista francesa *La Vie à Paris* (...). E daí, vertida para português, a divisa sob cuja égide se começaram efectuando jantares semanais no Café Tavares, no Hotel Bragança (...). A primeira ideia desses repastos nascera tempos antes no Tavares, quando se achavam à volta da mesa o conde de Ficalho, António Cândido, Oliveira Martins e Carlos Lobo D’Ávila, vindos do Palácio das Cortes, onde todos tinham assento. (...) E as sessões gastronómicas foram-se sucedendo ao longo de 1888 para atingirem o auge em 1889.”²⁹¹

Fernando Catroga refere-se, também, ao ano de 1887:

“Todavia, se o grupo dos Vencidos da Vida (...) que se formou entre 1887-1889, não foi nem pretendeu ser o embrião de um novo partido político, não foi também um mero grupo jantante.”²⁹²

Todavia, a resposta a esta questão cremos que foi dada pelos próprios Vencidos, quando, através de Eça, *O Tempo* responde às críticas mordazes do *Correio da Manhã* acerca dos jantares do grupo, a 29 de Março de 1889:

“11 sujeitos que há mais de um ano formam um grupo, sem nunca terem partido a cara uns aos outros (...).”²⁹³

²⁸⁹ João Patrício, *Os Vencidos da Vida, Ciclo de Conferências promovido pelo Círculo Eça de Queiroz*, Lisboa, 1989, p. 100.

²⁹⁰ Joaquim Veríssimo Serrão, “Oliveira Martins, um vencido da Vida Nova”, *Os Vencidos da Vida, Ciclo de conferências promovidas pelo Círculo Eça de Queiroz*, Lisboa, 1989, p. 25.

²⁹¹ Carlos Lemonde de Macedo, “Os Vencidos da Vida no quadro geral da época”, *Os Vencidos da Vida, Ciclo de conferências promovidas pelo Círculo Eça de Queiroz*, Lisboa, 1989, pp. 14-15.

²⁹² Fernando Catroga, *O problema político em Antero de Quental. Um confronto com Oliveira Martins*, Coimbra, 1981, pp. 437-438.

²⁹³ *O Tempo*, 29-III-1889, p. 1.

A mesma situação acontece relativamente à datação sobre o fim do grupo. António Cabral refere o ano de 1893, o que não consideramos muito viável se tivermos em conta que o grupo, no seu todo, não voltaria a reunir a partir de 1889, até porque em 1893, já Guerra Junqueiro teria cortado relações com alguns membros do grupo jantante. Inspirado na obra de António Cabral, também António Sérgio referiu o mesmo ano nas notas aos *Dispersos*, de Oliveira Martins: “Chamaram-se a si mesmas *Vencidos da vida* onze notáveis personalidades que durante o ano de 88, em que Oliveira Martins dirigiu o *Repórter*, e ainda depois, até 1893, se reuniam semanalmente, à mesa do almoço ou do jantar...” Por seu turno, Gomes Monteiro refere os anos de 1888 e 1889 como os “folgados” anos de existência dos Vencidos da Vida. Já Francisco Assis de Oliveira Martins viria a referir-se ao período entre 1888-1891:

“Decorria o período (1888-1891) em que os Vencidos da Vida (grupo notável, bem conhecido de todos os medianamente versados nas coisas de antanho) fazia vibrar a curiosidade lisboeta, sempre impregnada do vírus político, e vendo, desconfiadamente, em todos os grupos de homens, conversando animadamente entre si, manobras políticas de alto alcance ou partido novo em formação.”²⁹⁴

As informações são dispersas e, por vezes, confusas, nem sempre se apresentando coerentes. Por outro lado, os relatos dos jantares do grupo, tema a que nos dedicaremos mais adiante no presente estudo, começaram apenas a surgir em 1888 em jornais como *O Repórter*, ou, mais detalhadamente, em 1889, n.º 1 d’*O Tempo* (o n.º 1 d’*O Tempo* é de 2 de Janeiro de 1889). sendo o próprio grupo referido nos debates parlamentares, pela primeira vez, em honras de discussão na Câmara dos Senhores Deputados, em 12 de Junho deste mesmo ano. Não há datas certas quanto à formação do grupo: o encontro informal dataria do verão de 1888, não documentado em jornais, segundo a pesquisa até agora realizada. Adoptaremos, assim, o ano de 1888 como o mais consensual, até porque é o próprio Oliveira Martins, um dos membros do grupo, que noticia o início do novo “partido” nesse mesmo ano, no artigo que redige a 3-VII-1888, no jornal *O Repórter* (foi exactamente em 1888, a 21 de Janeiro, que Martins tomou a direcção deste jornal). Por outro lado, António Cândido, ao referir-se mais tarde, em 1922, ao grupo, confirma a data de 1888: “(...) Dos

²⁹⁴ *Diário de Lisboa*, 23-IX-1933, p. 1.

meus dez queridos companheiros que, agitando a flâmula do bom humor, arrelhiaram a velha Lisboa de 1888...”²⁹⁵

Seria, portanto, desta forma, que do Tavares, os jantares e o grupo se alargaram ao famoso Hotel Bragança (de onde lhes virá o nome “os onze do Bragança”, epíteto que surgiu com Eça), e daí à casa dos mais abastados como Carlos Mayer e Lobo d’ Ávila, às “hortas arrabaldeiras” como S. Domingos de Benfica, Carriche, à ideia – não realizada – de Oliveira Martins que chegou “a propor, um dia, que todos os onze amigos, em vez de jantarem num doce convívio, fossem fazer um retiro espiritual no austero convento da serra da Arrábida.”²⁹⁶ Sobre estes jantares, escreveu, no *Diário de Lisboa*, em 1933, F.A. de Oliveira Martins:

“Porém, os Vencidos tinham, unicamente, o propósito simples de se divertir jantando semanalmente em sítios diversos: no fidalgo palácio dos Ficalhos, aos Caetanos, na vivenda do conde de Arnoso, à Lapa, donde se disfrutavam belas vistas sobre o Tejo, no Bragança, elegante, frequentado pela diplomacia, ou ainda nos retiros arrabaldeiros em que o succulento jantar, bem regado a Champagne, era servido em mesas de pinho, assentes sobre preciosos mosaicos de terra batida.”²⁹⁷

Mas quem foram estes homens que agitaram a sossegada Lisboa, que tidos como um grupo político despertaram críticas nas elites da época? Quem foram estes “Onze do Bragança”, de origem social e intelectual tão distinta e de quem, para além dos relatos dos jantares e da recepção e crítica que sofreram da imprensa, ficaria *apenas* a memória dos homens que foram, para além da sua obra individual?²⁹⁸ Quem seriam eles, a quem a história fixou como “vencidos” e que deixaram obra como vencedores? Para lá da origem espontânea do nome do grupo, com raiz na tradução literal e rápida de Martins, o que levou estes homens a considerarem-se vencidos? Terá sido pretensão de dignos vencedores? Ou terá sido, de facto, vencidismo do tempo que viviam? E o que teriam eles em comum para se considerarem vencidos?

²⁹⁵ António Cândido, “Os Vencidos da Vida”, *ABC*, n.º 88, 16-III-1922, pp.12-13.

²⁹⁶ António Cabral, *Eça de Queiroz*, Lisboa, 1916, p. 156. A ideia apareceu referenciada em jornais da época como *O Tempo* ou no *Novidades*, chegando também a falar-se no Palácio do Calhariz para um eventual retiro do grupo. Esse encontro nunca chegou a realizar-se.

²⁹⁷ F.A. Oliveira Martins, “Homens de ontem, glórias de hoje”, *Diário de Lisboa*, 23-IX-1933, pág. 3.

²⁹⁸ Os jantares que as fontes ora defendiam, ora criticavam, “passaram como a espuma irisada e leve do champagne que os acompanhava”, escreveu Manuel da Silva Gaio, *Os Vencidos da Vida*, Coimbra, 1931, p. 23. Pela sua obra, pelos seus escritos e acções, estes homens não ficariam votados ao esquecimento. Curiosas as palavras de Eça, no prefácio à obra de Arnoso, e que acabariam por caracterizar aquilo que todos do grupo viriam a alcançar, ainda que posteriormente: “A única esperança que nos resta de não morrermos absolutamente como couves – é a Fama, essa Imortalidade relativa que só dá a Arte.”, Eça de Queiroz, “Prefácio”, in Conde de Arnoso, *Azulejos*, Lisboa, s.d., pp. 37-38.

Vejamos quem foram eles, através de uma análise sociológica:

Os “onze do Bragança”	Local de nascimento	Formação académica	Idade (à data dos primeiros jantares: 1888)
José Duarte Ramalho Ortigão (24.X.1836 - 27.IX.1915)	Porto	Direito-Coimbra (curso inacabado)	52 anos
Francisco Manuel de Mello Breyner, Conde de Ficalho (27.VII.1837 - 19.IV.1903)	Lisboa	Botânica - Escola Politécnica, Lisboa	51 anos
Joaquim Pedro de Oliveira Martins (30.IV.1845 - 24.VIII.1894)	Lisboa	Estudo liceal incompleto Matric. na Academia de Belas Artes (incompleto)	43 anos
Carlos Félix de Lima Mayer (11.II.1846 - 28.II.1910)	Lisboa	Curso de matemática e filosofia- Coimbra Medicina-Lisboa Universidade de Gand (Bélgica)	42 anos
José Maria de Eça de Queiroz (25.XI.1845 - 16.VIII.1900)	Póvoa de Varzim	Direito-Coimbra	42 anos
António Cândido Ribeiro da Costa (29.III.1850 – 9.XI.1922)	Amarante	Teologia-Braga Direito-Coimbra	38 anos
Luís Maria Augusto Pinto de Soveral, Marquês de Soveral (28.V.1851 – 5.X.1922)	Viseu (S. João da Pesqueira)	Escola Naval e Academia Politécnica do Porto Doutor em Ciências Políticas e Administrativas- Universidade de Lovaina	38 anos
Abílio Guerra Junqueiro (17. IX.1850 – 7.VII.1923)	Coimbra (Freixo de Espada à Cinta)	Teologia, Coimbra-curso inacabado Direito-Coimbra	38 anos
António Maria Vasco de Melo Silva César e Menezes, Conde de Sabugosa (13.XI.1854 – 21.V.1923)	Lisboa	Direito-Coimbra	34 anos
Bernardo Pinheiro Correia de Melo, Conde de Arnoso (27.V.1855 – 21.V.1911)	Guimarães	Matemática - Coimbra Escola Politécnica-Lisboa Escola do Exército- Engenharia Militar	33 anos
Carlos de Orta Lobo d'Ávila (17.III.1860 – 9.IX.1895)	Lisboa	Direito-Coimbra	28 anos

Tabela 1 – Os Vencidos da Vida

Os “onze do Bragança”	Ocupação profissional	Cargos públicos	Associações culturais e científicas	Tendências políticas
Ramalho Ortigão	Bibliotecário da Biblioteca da Ajuda	Inspector das Escolas Industriais da Circunscrição do Sul	2º Oficial da Academia das Ciências de Lisboa	Monárquico
Conde de Ficalho	Mordomo da Casa Real Gentil homem da Câmara de D. Luís Camarista de D. Carlos	Par do Reino Director do Instituto Agrícola Inspector Geral de Belas-Artes Professor Universitário Embaixador na corte russa	Presidente da Academia Real das Ciências Fundador do Jardim Botânico	Monárquico - Partido Regenerador
Oliveira Martins	Empregado de escritório	Deputado Ministro da Fazenda Encarregado de escrituração Director da Exploração do Caminho de Ferro Director do Museu Industrial e Comercial do Porto Administrador das Fábricas de Tabacos	Sócio da Academia Real das Ciências, da Sociedade de Geografia, da Real Academia de Espanha Presidente da Sociedade Comercial do Porto	Progressista Socialista
Carlos Mayer	Médico	_____	_____	Não manifestava
Eça de Queiroz	Jornalista	Administrador do concelho de Leiria Diplomata	Sócio da Academia Real das Ciências	Monárquico
António Cândido	Procurador Geral da Coroa e Fazenda	Par do Reino Ministro e conselheiro de Estado Titular da pasta do reino e da Instrução Pública e Belas-Artes	Vice-Presidente da Academia Real das Ciências Membro do Instituto de Coimbra	Monárquico - Partido Histórico/Partido Progressista Adepto da Vida Nova (À data dos jantares, sem vinculação partidária)
Marquês de Soveral	Embaixador em Londres	Deputado Par do Reino Ministro dos Negócios Estrangeiros Adido de legação (Viena, Berlim, Madrid)	_____	Monárquico - Partido Regenerador
Guerra Junqueiro	Embaixador (1911-14)	Deputado Secretário Geral do governo civil de Angra do Heroísmo	_____	Filiado no Partido Progressista (que abandonou em 1890) Republicano
Conde de Sabugosa	_____	Deputado Par do Reino Segundo oficial na Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros	Primeiro Presidente da Associação dos Arqueólogos Portugueses Presidente da Sociedade de Bibliófilos Diogo de Machado Membro do Instituto de Coimbra, da Sociedade literária Almeida Garrett e da Associação dos Arquitectos Civil	Monárquico - Partido Progressista/ Partido Histórico
Conde de Arnoso	Engenheiro (Militar)	Par do Reino Secretário particular do rei D. Carlos	Presidente da Assembleia Geral e sócio fundador do clube <i>Turf</i>	Monárquico
Carlos Lobo d'Ávila	_____	Deputado Ministro das Obras Públicas Ministro dos Negócios Estrangeiros Ajudante do Governador Geral da Coroa e da Fazenda	_____	Monárquico - Partido Progressista/Regenerador

Tabela 2 – Caracterização social

Totais (análise gráfica):

Locais:	N.º dos Vencidos da Vida
Lisboa	5
Porto	1
Póvoa de Varzim	1
Amarante	1
Viseu	1
Coimbra	1
Guimarães	1

Tabela 3 - Origem geográfica

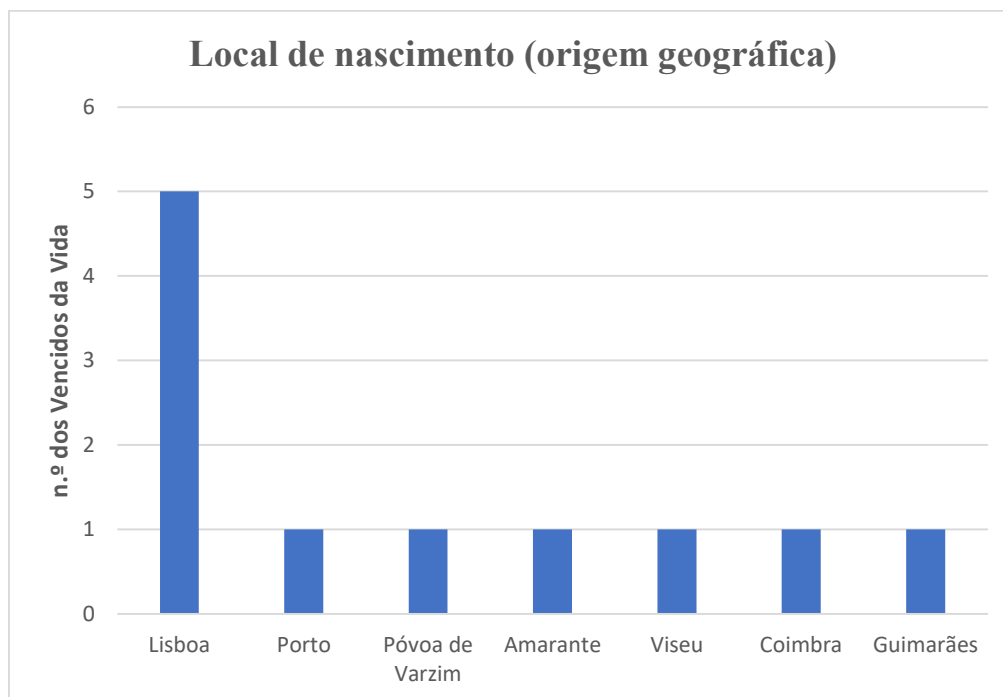


Gráfico 1 – Origem geográfica

Formação Académica	Vencidos da Vida
Direito	6
Teologia	1
Medicina	1
Matemática	1
Ciências Políticas e Administrativas	1
Engenharia Militar	1
Estudos Botânicos	1

Tabela 4 – Formação Académica

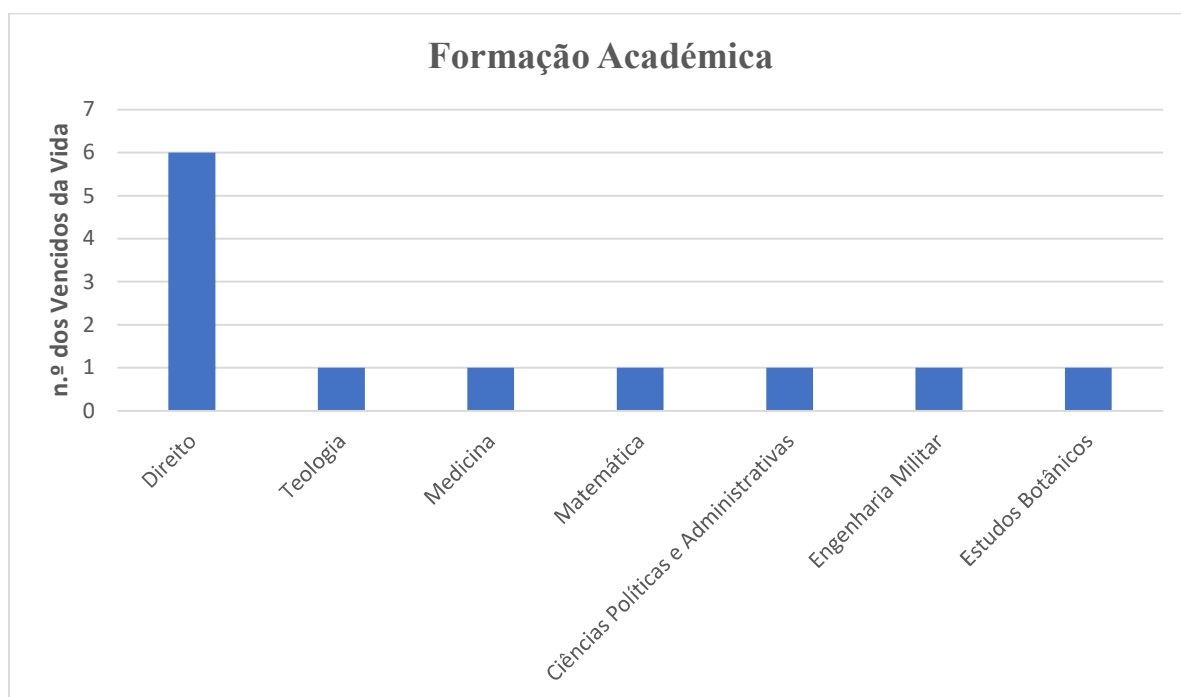


Gráfico 2 – Formação Académica

Cargos públicos	Vencidos da Vida
Par do Reino	5
Ministro	4
Deputado	4

Tabela 5 – Cargos públicos

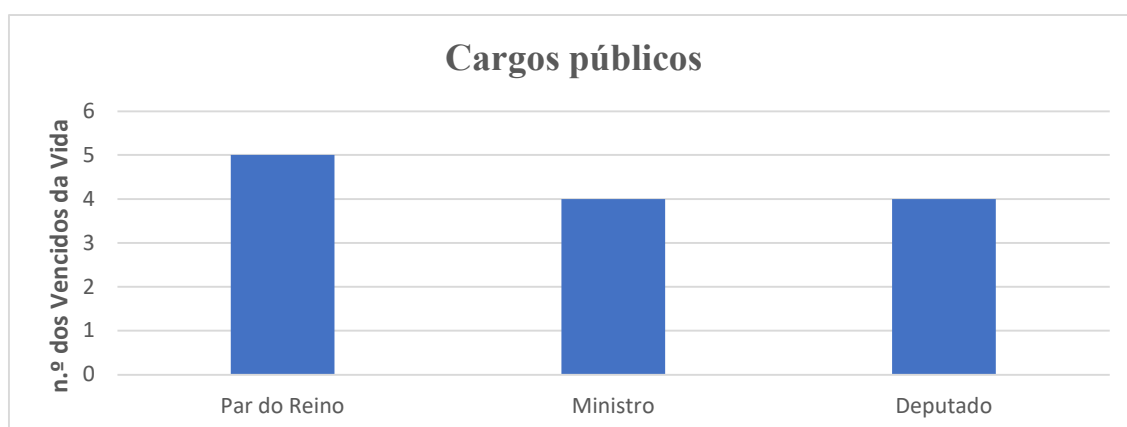


Gráfico 3 – Cargos públicos

Idade na época dos jantares (à data de 1888)	Vencidos da Vida
21-30	1
31-40	5
41-50	3
>50	2

Tabela 6 – Idade na época dos jantares

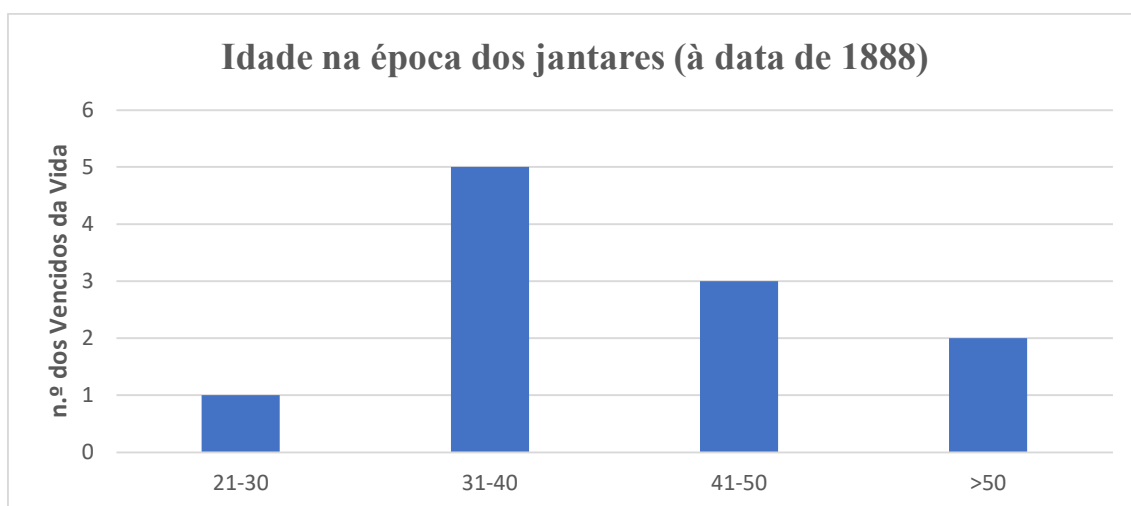


Gráfico 4 – Idade na época dos jantares

Associações culturais ou científicas	Vencidos da Vida
Associação dos Arqueólogos Portugueses	1
Associação dos Bibliófilos Portugueses	1
Sociedade Literária Almeida Garrett	1
Associação dos Arquitectos Civil	1
Club Turf	8
Academia Real das Ciências	5
Sociedade de Geografia	1
Instituto de Coimbra	1
Real Academia de Espanha	1
Sociedade Comercial do Porto	1
Jardim Botânico	1

Tabela 7 – Associações culturais ou científicas

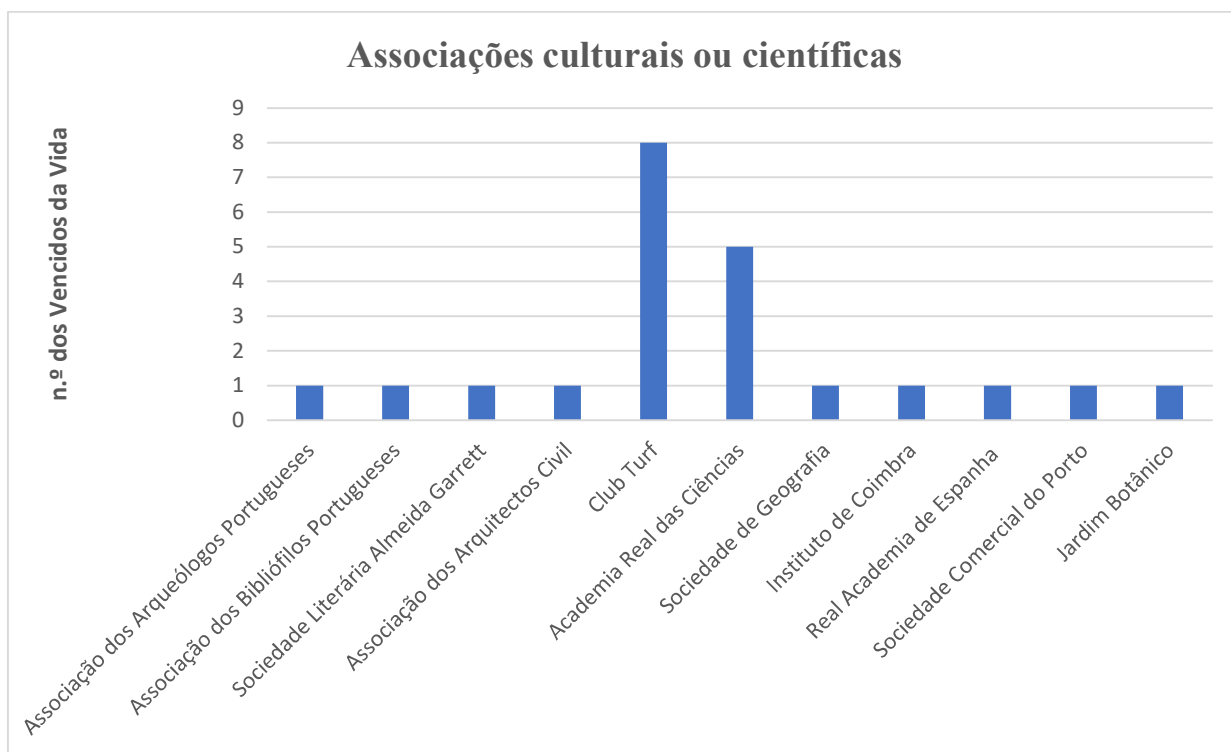


Gráfico 5 – Associações culturais ou científicas

Tendências Políticas	Vencidos da Vida
Partido Progressista (Monárquicos)	5
Partido Regenerador (Monárquicos)	3
Partido Histórico (Monárquicos)	2
Republicanos	1

Tabela 8 – Tendências políticas

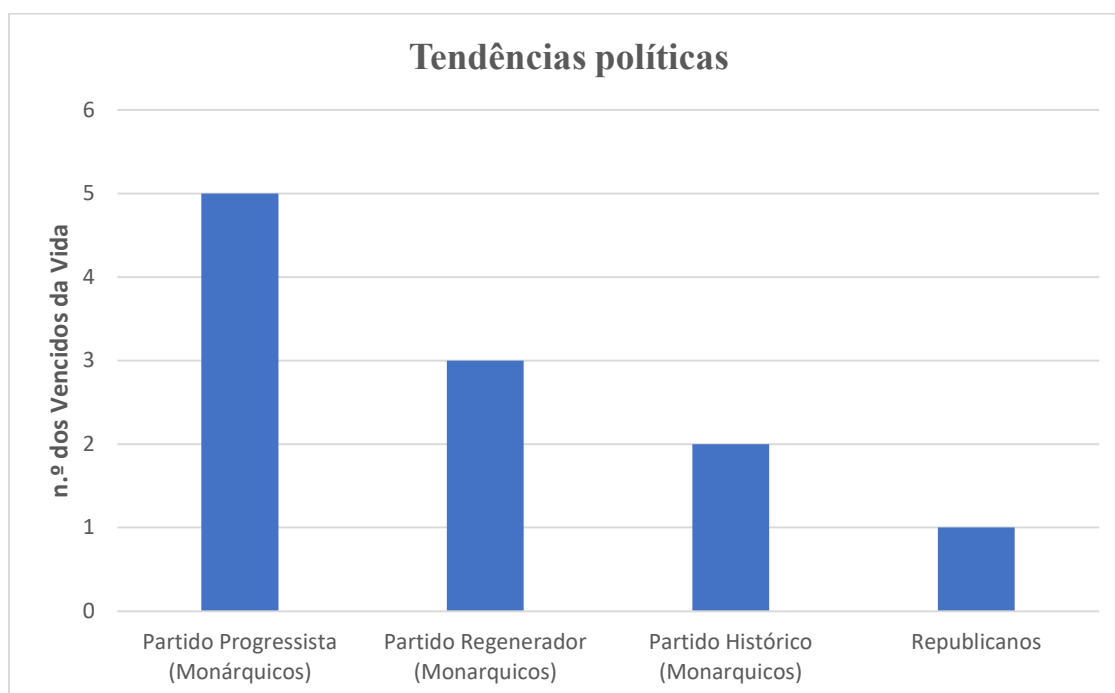
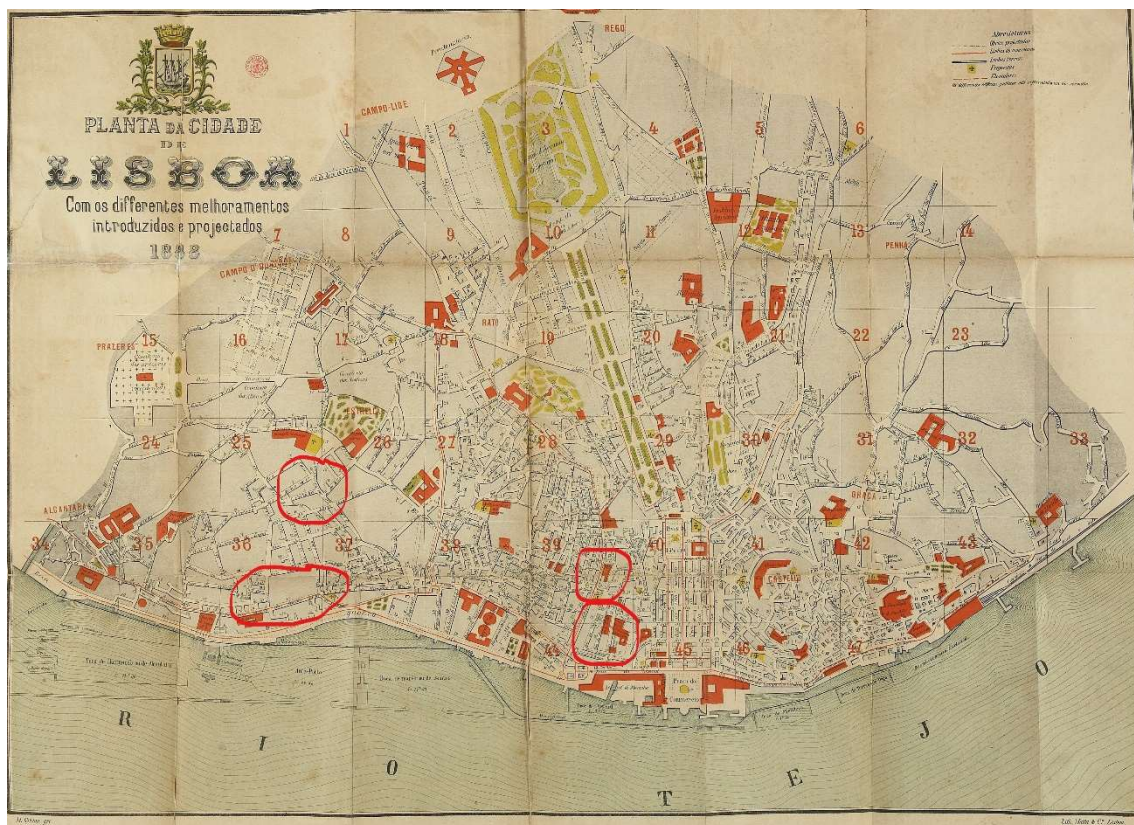


Gráfico 6 – Tendências políticas



Mapa 1 – Lisboa em 1888: as zonas mais frequentadas pelos Vencidos da Vida assinaladas com um círculo (vermelho), que abrangem as zonas da Lapa, Santos –o–Velho, Janelas Verdes, Misericórdia, Chiado, onde se encontravam quer os restaurantes referenciados nos seus encontros, quer as casas de alguns membros do grupo por eles frequentadas, quer ainda os círculos culturais, como o Teatro S. Carlos. Fonte: B.N.P., Cartografia, Cota C.C.d. 65 A.

Como se vê, foram homens de certa influência e estatuto na sociedade do seu tempo. Através da análise quantitativa, constata-se que há algum tipo de “regularidade” num grupo tão disperso. Neste universo de onze homens, quase todos estavam ligados à política, quer fosse por relações e cargos diplomáticos, quer pela presença no parlamento ou pela proximidade ao rei. Os que não estavam subordinados ao mundo da política, como o caso de Eça, terão tecido duras críticas à sociedade da época, através da escrita – literária ou jornalística. Desta forma, destacamos o papel do intelectual no seio do grupo. Esta é, aliás, uma época em que a figura do intelectual nasce como interventor²⁹⁹. Sobre o seu papel, no século XIX, repare-se nas seguintes palavras de Almeida Garrett:

“Os poetas fizeram-se cidadãos, tomaram parte na coisa pública como sua; querem ir como Euripiides e Sófocles, solicitar na praça os sufrágios populares (...). Os leitores e os espectadores de hoje querem pasto mais forte (...) é povo, quer verdade. (...) no drama e na novela da actualidade ofereci-lhe o espelho em que se mire a si e ao seu tempo (...) e o povo há-de aplaudir, porque entende; é preciso entender para apreciar e gostar.”³⁰⁰

Repare-se que o jornalismo (prática que muitos dos Vencidos tiveram) era uma forma interventiva em que o intelectual ganhava destaque, quer social, quer, também, muitas vezes, político:

“O jornalismo, se, por si só, não assegurava ao intelectual condições de independência económica, oferecia-lhe possibilidades de obter um capital social interessante (popularidade, apoios políticos, frequência dos meios intelectuais...), capital esse que, por sua vez, lhe poderia proporcionar acesso a uma carreira política ou burocrática.”³⁰¹

Neste sentido, é curioso notar que na época, a oratória e o jornalismo estavam intimamente ligados: a escrita jornalística da época sofria a influência do discurso parlamentar³⁰².

²⁹⁹ A este propósito, vejam-se os seguintes estudos: *La naissance des intellectuels - 1880-1900*, de Christophe Charle e *Sobre os intelectuais portugueses no século XIX (do Vintismo à Regeneração)*, de M. de Lourdes Lima dos Santos.

³⁰⁰ *Cit. in* M. de Lourdes Lima dos Santos, *Sobre os intelectuais portugueses no século XIX (do Vintismo à Regeneração)*, Lisboa, 1979, pp. 69-116.

³⁰¹ M. de Lourdes Lima dos Santos, *op. cit.*, p. 75.

³⁰² Cf. Eduardo da Cruz, “O século da imprensa n’*Os Maias*”, *Revista Convergência Lusíada*, Centro de Estudos do Real Gabinete Português de Leitura, n.º 28, julho/dezembro 2012, pp. 94-107. A este propósito, o historiador José Tengarrinha diz-nos que, de facto, o desenvolvimento da imprensa, neste período, “foi verdadeiramente prodigioso, constituindo porventura a fase mais brilhante do nosso jornalismo”, José

Para Gramsci, “o filósofo verdadeiro é, e não pode ser de outro modo, político.”³⁰³ Se seguirmos esta linha de pensamento, talvez este aspecto da ligação íntima do jornalismo à política, também justifique as teorias de que os Vencidos da Vida eram, efectivamente, um grupo político e, por isso mesmo, fossem não só criticados ou invejados, mas também temidos.³⁰⁴ Em suma, o papel do intelectual andava a par com o mundo político e a sua capacidade de intervenção, apesar de aparentemente mais subtil ou discreta, não deixava de ter um cunho forte na sociedade em que se movia. Os Vencidos da Vida teriam sido, desta forma, intelectuais orgânicos? Cremos que não. Os vencidos não estavam ligados a nenhuma classe social específica, nem tinham lealdade a nenhum grupo político específico³⁰⁵.

Tomando como base a análise prosopográfica acima, compreendemos que, no todo do conjunto do grupo, estes homens foram todos intelectuais, no fundo, e deixaram obra escrita, à excepção de Carlos Mayer. Três foram jornalistas e vários deles colaboradores em jornais da época, um foi poeta, um romancista, dois deixaram obras de literatura histórica, um de estudos botânicos, um deles foi historiador e outro deixou escritas peças de teatro. Dois deles deixaram estudos políticos.

Quatro destes homens foram ministros, quatro seguiram a carreira diplomática (um só, Guerra Junqueiro, depois da implantação da República³⁰⁶) e sete tiveram presença no parlamento. Três eram condes e um marquês. Apenas dois deles não eram bacharéis, Ramalho Ortigão e Oliveira Martins, tendo sido este último um autodidacta. A maioria estudou em Coimbra e dois deles, Soveral e Carlos Mayer, estudaram em universidades estrangeiras. Quase todos viajaram e conheceram as cortes europeias (nove deles, segundo a sua biografia e fontes). Dois conheceram o Oriente e um destes, o Egipto e Cuba.

Manuel M. Tengarrinha, *História da imprensa periódica portuguesa*, 2.^a ed. revista e anotada, Lisboa, 1989, p. 148.

³⁰³ António Gramsci, *A formação dos intelectuais*, Amadora, 1972, p. 80.

³⁰⁴ Sobre este tema, veja-se o capítulo do presente estudo: “Recepção e crítica do vencidismo”.

³⁰⁵ Segundo a sociologia de António Gramsci, os intelectuais de tipo orgânico, em contraste com os de tipo tradicional, engendram a mudança no círculo onde se movem, círculo social esse, estabelecido pelas relações complexas dos indivíduos entre si, que é determinado pela possibilidade da contínua mudança e movimento da história, das ideias e do querer do próprio homem singular, que se insere em toda esta teia de relações indivíduo/sociedade. Veja-se, António Gramsci, *op. cit.*

³⁰⁶ Guerra Junqueiro foi nomeado embaixador em Berna pelo governo republicano, entre 1911 e 1914.

À data dos primeiros jantares tinham, em média, trinta e nove anos³⁰⁷. O mais novo, Carlos Lobo d'Ávila, tinha vinte e oito anos e o mais velho, Ramalho Ortigão, cinquenta e dois.

Em termos de pensamento político, as ideias divergem. Nem todos foram adeptos da Vida Nova, de Oliveira Martins, por isso também não se pode afirmar que fossem “orgânicos”. A maioria não partilhava interesse pelas ideias republicanas. Junqueiro foi o único que viria a assumir-se republicano, com mordazes críticas à monarquia. No âmbito de uma análise socioprofissional destes homens, conclui-se que não existe um perfil único.

No seio do grupo não existiam mulheres. Relembramos que Maria Amália Vaz de Carvalho foi uma das personagens influentes que com eles terá jantado, mas não pertencia ao grupo propriamente dito. O jornal *O Tempo*, dá conta de um desses encontros, na secção “Vida elegante”, em que Maria Amália Vaz de Carvalho se encontrava presente:

“O Sr. Jorge O'Neill deu hontem um magnífico jantar na sua elegante casa da rua das Flôres. (...). Os convidados eram conde e condessa de Vila Real, condessa de Sabugal, D. Maria Amália Vaz de Carvalho, Oliveira Martins, António Cândido, Bernardo de Pindella, Jorge de Mello e Carlos Lobo d'Ávila.”³⁰⁸

Um artigo do *Diário de Notícias*, de 20-X-1943, sobre Maria Amália Vaz de Carvalho, fazia crer que esta figura feminina era a mentora do famoso grupo dos Vencidos da Vida:

“E assim surgiu, naturalmente, o grupo dos Vencidos da Vida, dirigido, orientado e consagrado pelo nome prestigioso de Maria Amália Vaz de Carvalho – a Valentina de Lucena do *Repórter*.”³⁰⁹

³⁰⁷ A esperança média de vida não era longa, no final do século XIX. A principal causa da morte era a tuberculose que atingia as idades entre os vinte e os quarenta anos. A partir dos quarenta até aos cinquenta e dois anos, crescia o nível de mortalidade na população portuguesa, verificando-se, ainda, que se morria mais no campo do que na cidade. Veja-se, a este propósito, os estudos de Teresa Rodrigues: *Nascer e morrer na Lisboa oitocentista*, Lisboa, 1995; *População Portuguesa no século XIX*, Porto, 2004; *Lisboa no século XIX: dinâmica populacional e crises de mortalidade*, Lisboa, 1993. Desta forma, estes homens já não eram considerados propriamente jovens ou novos. Além de já terem carreiras consideráveis, tinham também uma idade de certa forma avançada, para a época em estudo.

³⁰⁸ *O Tempo*, 20-III-1889, p. 1.

³⁰⁹ “Uma figura dominante. Maria Amália Vaz de Carvalho e os Vencidos da Vida”, *Diário de Notícias*, 20-X-1943, pp.1-3.

O artigo, que foi assinado por “Fidelis”, insistia na afirmação de Maria Amália como a verdadeira inspiradora do famoso grupo dos Vencidos:

“Quais eram as aspirações políticas dos Vencidos da Vida? É preciso conhecer toda a obra notável de Maria Amália, as suas primorosas *Cartas a Luiza*, as suas admiráveis *Cartas a uma noiva*, os seus profundos estudos sobre *Alguns homens do meu tempo*, em que se revelou uma historiadora consumada, pela documentação (...) para compreender os seus fins e ficar suficientemente orientado quanto às suas intenções.

O grupo desejava a transformação moral, intelectual e cívica da sociedade portuguesa, segundo plano gizado nos livros de Maria Amália.”³¹⁰

Cremos que esta notícia seja tendenciosa, e consideramos exemplo único referente ao assunto: em nenhuma outra fonte encontrámos menção a Maria Amália como possível mentora do grupo. Apesar da busca em dicionários de pseudónimos, desconhecemos o nome original do pseudónimo “Fidelis”.

No grupo, também não existiam eclesiásticos (apesar de António Cândido ter estudado Teologia, é como político que faz carreira). É importante ainda notar que a maioria não era originária das grandes cidades, eram maioritariamente originários de província, apesar de ser um grupo urbano. Destaca-se, neste grupo, o homem de origem burguesa (Ramalho, Eça, Oliveira Martins...). Existe, contudo, uma significativa componente de aristocratas. É relevante a figura do político e do escritor. Todos, assumidamente – mesmo que não explicitamente Carlos Mayer – foram intelectuais. Analisando o percurso de cada um destes homens, talvez possamos concluir que o perfil do político tenha sido o mais envolvido ou destacado do grupo. Por isso, ainda que não tenha sido formado com objectivos políticos, este grupo ficaria marcado – e até temido e criticado – como tendo cariz político. Muitos eram figuras próximas do rei, outros intervieram na Câmara dos Pares. Outros foram ministros. E ainda que não intervindo directamente na política, como intelectuais, escritores, poetas, jornalistas, intervieram directamente no mundo da opinião pública. E o seu eco fez-se sentir. Por isso, talvez tanta tinta tenham feito correr na imprensa da época: terá sido inveja de outros intelectuais diante dum grupo tão brilhante e afamado, feito por homens indiscutivelmente muito inteligentes, ou receio da formação de uma elite política, de um grupo “perigoso” para a oposição, de tal forma era constituído por homens ligados à

³¹⁰ Idem, *ibidem*, p. 3.

política e influentes na opinião pública? Há que lembrar que estes homens não constituíram um grupo oficial. Foi um grupo informal de amigos que, juntando-se aos poucos³¹¹, acabariam por sair, jantar, conversar e discutir os problemas do país. Acontece que por não serem figuras secundárias no palco da vida intelectual portuguesa, os seus encontros acabariam por causar impacto e curiosidade entre o seio da intelectualidade³¹².

Foram amigos, companheiros de uma geração que viu falhar os seus ideais de juventude. Mas o próprio conceito de “geração” será insuficiente para agrupar ou caracterizar estes homens. É importante verificar que por pertencerem ao grupo dos Vencidos da Vida, não é forçoso que tenham pertencido, à Geração de 1870, dada a questão da diferença de idades – o que não é, de todo, condicionante para a definição de “geração”³¹³ –, sobretudo se falarmos de Lobo d’Ávila, Sabugosa ou Arnoso. Contudo, teoricamente, alguns deles, sofreram a influência desses anos revolucionários que marcaram a história nacional. E os Vencidos foram, na maioria, homens pertencentes, na sua juventude, a esses tempos em que se preconizava a possível mudança do país. Mudança que não chegou, afinal. Pertenceram, no seu conjunto, a um tempo em que um grupo de elite intelectual significativa partilhava os mesmos ideais de regeneração pátria e por isso caracterizam-se como fazendo parte de uma “geração”³¹⁴, ainda que tal definição possa parecer limitadora – e apesar de tudo, extremamente complexa³¹⁵. Por “geração”, entende-se

³¹¹ Aos parlamentares, Ficalho, Martins, Lobo d’Ávila e António Cândido, seguiram-se os literatos, Ramalho, Eça e Junqueiro, e, a estes, juntaram-se os palacianos, Bernardo Pindela, Sabugosa, Soveral e Mayer.

³¹² Veja-se, na imprensa da época – por exemplo *Os Pontos nos ii* e, em particular, *O Correio da Manhã* - as notícias que corriam sobre o grupo. Fialho de Almeida, também ele, jornalista, foi um crítico mordaz e feroz a estes homens, não só como grupo, mas atingindo-os individualmente, como veremos mais adiante.

³¹³ Repare-se nas palavras de José Lins do Rego no prefácio a *Os Gatos*, de Fialho de Almeida: “Às vezes, muitos anos separam Gide de um Green, um Lawrence de um Huxley, um Verlaine de um Rimbaud, mas eles são, pelos caminhos subterrâneos da alma, da mesma geração, do mesmo tempo, da mesma vida.”, *op. cit.*, p. 15.

³¹⁴ O mesmo autor continua: “Dez anos não separam gerações. Eram da mesma época, do mesmo fim de século, respiravam o mesmo ar de um mundo que nascia, tinham a mesma fibra de combatentes, e amavam Portugal com o mesmo amor. O que faz justamente uma geração é este contacto com ideias, com sentimentos, com as paixões.”, José Lins do Rêgo, *op. cit.*, p. 15.

³¹⁵ “S’agit-il d’un lieu de mémoire aussi abstrait que la notion de génération? Elle est matérielle par son contenu démographique; fonctionnelle par hypothèse, puisqu’elle assure à la fois la cristallisation du souvenir et sa transmission; mais symbolique par définition, puisqu’elle caractérise par un événement ou une expérience vécus par un petit nombre une majorité qui n’y a pas participé.” Pierre Nora, “La République”, *Les lieux de la mémoire*, vol. 1, Paris, 1984-1992, p.35.

“cada grau de descendência de pai para filho; os que geraram, os ascendentes, os antepassados; gente, nação; conjunto de homens que vivem em determinada época; conjunto dos homens que têm aproximadamente a mesma idade ou que foram educados juntos; aplica-se a certas cousas que nascem umas das outras: geração de ideias (...)”³¹⁶

Em termos históricos, e segundo Ortega Y Gasset, mas também Julián Marías, uma geração abarcaria um período sensível de margem de quinze anos³¹⁷. Por outro lado, diz-nos Rodrigo do Prado Bittencourt, acerca da chamada “Geração de 70”:

“não se estabelece o termo Geração de 70 apenas pelas idades próximas destes intelectuais e artistas. Se assim fosse, Pinheiro Chagas deveria ser considerado como seu membro e não há ninguém mais distante do grupo do que este ‘homem fatal’ que fustigava Eça com suas críticas enfatuadas e pobres. A comunhão de interesses é essencial para que se possa entender a Geração de 70 e isso sobressai na trajetória de seus membros, ainda que cada um se dedicasse a atividades distintas, com interesses e focos mais ou menos díspares. No meio da diversidade, entretanto, une-os a percepção comum dos males do país e a vontade de combatê-los a partir de contribuições ao mesmo tempo críticas e modernizadoras.”³¹⁸

Seria o mesmo ideal que uniu os “Onze do Bragança” como grupo? O que houve, de facto, de comum entre estes homens que se encontravam para jantar, assumindo-se como “vencidos”? Convergiram eles numa conjuntura pátria comum? Uma pátria em fim de século em que, para lá dos sonhos da Vida Nova e das tentativas de regeneração, os ideais sucumbiram e deram origem a um ideal comum de vencidismo, que se impôs como atitude, para além de toda uma aparente realidade vencedora. À data dos jantares, todos eles tinham já obra publicada ou carreira afirmada.

Os propósitos redentores da Geração de 70 falharam. “Resolver problemas”: eis o quis essa “geração”, a “grande geração” por excelência em Portugal, no dizer de Manuel da Silva Gaio, e que colocou em causa o problema de Portugal. Foram homens que ousaram obras como *A morte de D. João* (1874), *A velhice do Padre Eterno* (1885), de Junqueiro, *Portugal Contemporâneo* (1881), de Oliveira Martins, *As Farpas* (1871-1882), de Eça e de Ramalho Ortigão, ou a milícia socialista de Antero, agitando o cenário cultural do país.

No início d’ *As Farpas*, em Maio de 1871, Eça escreveu sobre o país, o seguinte: “todas as consciências certificam a podridão, mas todos os temperamentos se dão bem na

³¹⁶ *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. XII, Lisboa-Rio de Janeiro, 1998, pp. 330-331.

³¹⁷ “Com certidumbre, solo sabemos que son de la misma generación que nosotros los que han nacido el mismo año; que son de otra generación contigua los que han nacido a quince años de distancia”, Julián Marías, *El método histórico de las generaciones*, Madrid, 1967, p. 169.

³¹⁸ Rodrigo do Prado Bittencourt, “Geração de 70 e responsabilidade social”, “*Geração de 70*” – *Colóquio Letras*, n.º 204, Lisboa, Maio-Agosto 2020, p. 72. Mantivemos a ortografia original da citação.

podridão! Nós não quisemos ser cúmplices na indiferença universal!” A geração que, vinte anos antes do Ultimato britânico, se reclamava exactamente “pela revolução e para a revolução”, resignou-se, pelas palavras de Eça: “Resta, como esperança, o sabermos que as nações têm a vida dura, e que o nosso Portugal tem a vida duríssima.”³¹⁹

Um acontecimento como o *Ultimatum*, não arrancou o país da sua apatia, pelo contrário, Portugal reagiu apenas com o ódio aos ingleses. O sentimento da sua fraqueza não trouxe o acordar esperado. “Aqui está onde nós chegámos!, foi então a dolorida exclamação que resumia o sentir público.”³²⁰ Quando, em Abril de 1890, Eça escreveu estas palavras na *Revista de Portugal*³²¹, assumiu a desilusão de quem “chegou a crer que realmente existia no fundo da nação, sob a sua aparente apatia, uma grande reserva de força.”³²² Parece, contudo, que Eça e os da sua geração (no sentido atrás referido), à semelhança das personagens d’ *Os Maias* (a obra mais descrente de Eça), falharam individualmente e colectivamente, como Portugal.

Falharam os seus ideais íntimos, mas eram vistos, aparentemente, como vencedores. Acabaram por afastar-se, por dissidências ou pelo encaminhamento político e da própria vida. Nada, nunca mais, voltou a ser igual. Também eles falharam, como grupo³²³. Da

³¹⁹ Eça de Queiroz, *Novos factores da política portuguesa*, Lisboa, 2007, p. 16.

³²⁰ Idem, *ibidem*, p. 9.

³²¹ À ilusão perdida de uma reorganização do Estado, pós - *Ultimatum*, juntar-se-á, para Eça, em 1892, a falência do seu projecto com a *Revista de Portugal*.

³²² Eça de Queiroz, *op. cit.*, p. 16.

³²³ “Junqueiro, depois de cortar relações com Oliveira Martins, indispusera-se com Carlos Mayer que o melindrara gravemente com uma das suas piadas cáusticas. Carlos Lobo d’ Ávila, após Oliveira Martins ter feito gorar o ministério do Conde de Valbom, que tantas probabilidades lhe daria, entrou no campo das represálias, procurando prejudicá-lo em tudo e por tudo. António Cândido, desavindo com o Conde de Arnoso, esquivava-se a aparecer onde este se encontrasse. [...] Oliveira Martins, desiludido, afastou-se para morrer em paz, não chegando a ver os seus rivais Carlos Lobo d’ Ávila e marquês de Soveral arvorados em ministros dum governo presidido por Hintze Ribeiro. Pouco tempo se gozou Lobo d’ Ávila do alto do cargo que, desde menino, sonhara. Sentindo-se doente, tentara uma cura de águas no Gerez, mas, no seu regresso, faleceu subitamente, tendo apenas trinta e cinco anos de idade. Isso não impediu Junqueiro de publicar o seu poema *Pátria* que, tratando do *Ultimatum* inglês, feria duramente o rei, os ministros e os partidos políticos de então.”, Gomes Monteiro, *Vencidos da Vida*, Lisboa, 1944, pp. 237-238. Apesar dos desentendimentos vários que marcariam essa cisão do grupo, destacou-se a forte reacção contra Junqueiro aquando da publicação d’ “O caçador Simão”. A 10 de Abril de 1907, Guerra Junqueiro viria mesmo a ser julgado por ofensas jornalísticas ao rei. D. Carlos. A postura do poeta relativamente ao rei nunca deixara de ser irónica e mordaz. Mesmo quando os restantes membros do grupo viram em D. Carlos a solução para a situação política vigente do país, Junqueiro escreveu no prólogo ao poema *Pátria*: “A segurança da pátria exigia inadiavelmente à frente do governo um homem de superior inteligência, de carácter altivo, de ânimo heróico e resolutivo. Era-o D. Carlos I? Obedeceríamos a D. Carlos. Uma alma, uma vassoura e uma carroça, de nada mais precisava.” Guerra Junqueiro, *Pátria*, Porto, 1945, p. 195. Relembremos, contudo, que, no geral, o grupo assumiu-se como monárquico e, muitos deles, eram amigos pessoais do rei, como os condes de Ficalho, Sabugosa, Soveral e Arnoso. Será precisamente graças a este último que D. Carlos, ainda príncipe real, seria depois muito identificado com o grupo dos “Onze de Bragança” (em 1889, Arnoso foi escolhido como secretário particular do rei). Assim, o próprio grupo foi vencido não pelo tempo ou pela distância, mas pelas cisões entre os seus próprios membros. Irónicas, sem eles saberem ainda, as palavras sobre o seu último jantar, escritas a 22 de Maio de 1889: “Aos *vencidos* que partem, dão os *vencidos* que

mesma forma que passou a geração de 70 e, com ela, o tumulto revolucionário da juventude, passaram também os anos da década de 90. Eça morreu em 1900, em Paris, após vinte e sete anos de “exílio”, de onde recusou ver a sua pátria de uma forma “patriotarreca” ou “patriotaça”, apesar das críticas que sofreu em contrário. Os seus ideais, vencidos, desiludidos ou falhados, persistiram, para além do homem, na obra. Como os da sua geração, teve sonhos, ideais, pensou possível a regeneração da pátria, ao problematizar, em toda a sua obra, a viabilidade de Portugal.

Em 1896, Junqueiro observou Portugal como “um povo messiânico mas que não gera o Messias. Não o pariu ainda. Em vez de traduzir o ideal em carne, vai-o dissolvendo em lágrimas. Sonha a quimera. Não a realiza.”³²⁴

Na *Decadência do Riso*, Eça escreveu que o homem que “busca as realidades através das aparências (...) a cada passo perde um sonho, e que por fim não sabe para onde vai, e nem mesmo quem é.”³²⁵ O sonho sonhado pelos Vencidos, Fradique Mendes, “autor que nunca existiu, de cartas que nunca escreveu, recolheu-se, por fim, como eles, à Arte, e como artista acabou.”³²⁶ Por fim, quando o próprio riso esmoreceu, já só a Arte se afigurava como redentora.

Sobre estes homens, escreveu António Cândido Franco o seguinte:

“O que é novo nisto é a decadência, que levou estes escritores a deixar de lado a forma entusiástica que até aí era comum e a procurar uma posição distanciada e sarcástica, mesmo que em Junqueiro isso nunca seja o bastante. Uma geração escreve muitas vezes com a mesma tinta, mas não com a mesma caneta.”³²⁷

Valeram-se da ironia para criticar uma sociedade e um país que esperou, messianicamente, um Nun’ Álvares, figura que, muitos defenderam e espelharam no então jovem Rei D. Carlos. Simbolizaram o movimento intelectual de 70 com as suas

ficam o abraço mais fraternal e d’elles esperam por seu turno a recordação mais profunda e mais viva.”, *O Tempo*, 22-V-89, p. 1.

Lopes d’Oliveira, em carta a Gomes Monteiro, lembrou o seguinte: “E agora me está ocorrendo uma passagem de Jules Claretie. Conta que em 1824 se fundou em Paris um *diner* de vinte convivas, vinte artistas – pintores, escultores, gravadores – que juraram não se separar enquanto houvesse um deles que não tivesse entrado no Instituto. Era o *Diner de la soupe à l’oignon*, pois que todos os jantares começavam por um caldo de cebola. L’oignon fait la force! E com esta divisa, de jantar em jantar, todos se foram empurrando, até que em 1845 o último ostentou as palmas verdes sob a augusta Cúpula! É uma história verdadeira e maravilhosa que não se repetiu com os Vencidos, por mais que digam...”, Gomes Monteiro, *Vencidos da Vida*, Lisboa, s.d., pp. 14-15.

³²⁴ Guerra Junqueiro, *Pátria*, posfácio, Porto, 1945, p. 193.

³²⁵ Eça de Queiroz, “A decadência do riso”, *Notas Contemporâneas*, Lisboa, s.d., p. 166.

³²⁶ Cf. Gustavo de Matos Sequeira, *Fradique Mendes, símbolo dos Vencidos da Vida*, Lisboa, 1942, p. 17.

³²⁷ António Cândido Franco, *op.cit.*, p. 34.

insurgências e os valores vigentes do constitucionalismo rotativista e do plebeísmo demagógico-republicano³²⁸.

Sobre os seus sonhos e os da sua geração, Eça escreveu:

“Com um intenso poder de idealização, revestíamos todos os entes, os mais triviais, de beleza ou grandeza, de poesia ou de terror, no desejo incessante de que a realidade correspondesse ao nosso sonho. [...] Assim era essa geração.”³²⁹

Mas os sonhos acabaram em desilusão. E o desencanto sintomático destes homens, daria origem a visões parciais e recorrentes sobre o seu pessimismo. Numa tentativa de explicação imparcial daquele que foi um grupo carismático na história político cultural portuguesa, relembramos que o nome do grupo surgiu, num desses iniciais jantares em casa de Ramalho, de uma forma espontânea. Contudo, nessa tradução rápida de Oliveira Martins, vinha já uma grande dose de real pessimismo, não pela leitura que muitas vezes se faz da influência de Schopenhauer em Martins, mas porque, desiludido com a política, “não só o grupo, mas todos os valores do seu tempo, ele os considerava vencidos, porque tal fora a conclusão a que chegara ao estudar a História de seu país e ao pronunciar um julgamento sobre o seu tempo.”³³⁰

Pretendemos, contudo, esclarecer que o grupo jantante no seu geral, não se considerava, efectivamente vencido, à data dos primeiros jantares, em que reinava a alegria e a boa disposição, com hinos e as boas chalaças de Carlos Mayer. Entre risos e ironias, quer individualmente quer em grupo – e não *como grupo*, pois não tinham regras, o grupo formou-se por amizades e interesses comuns – pretenderam denunciar a situação de um Portugal em “progresso de decadência”, tomando as palavras de Eça. Antes da tristeza, eles riram. De si próprios. Dos outros. Sobre estes homens, o grupo dos “Onze do Bragança”, diria, posteriormente, um seu contemporâneo, Luiz de Magalhães: “fizeram todos acto de contrição e cumpriram a sua pena.”³³¹

Oliveira Martins viu falhar a Vida Nova e dele se conhecem as palavras: “morro triste: não levo saudades do mundo”³³². Carlos Lobo d’Ávila, o mais jovem do grupo, viria a

³²⁸ Cf. Rafael Gomes Filipe, “Carlos Lobo d’ Ávila e os Vencidos da Vida”, *Os Vencidos da Vida, ciclo de conferências promovido pelo Círculo Eça de Queiroz*, Lisboa, 1989, p. 46.

³²⁹ Eça de Queiroz, “Um génio que era um santo”, *Notas Contemporâneas*, Lisboa, 2000, pp. 256-257.

³³⁰ Cf. João V. Claro, *Os Vencidos da Vida, verdadeiras causas do derrotismo de uma geração*, Lisboa, 1941, p. 5.

³³¹ *Cit. in* Manuel G. Cerejeira, *A igreja e o pensamento contemporâneo*, vol. I., Coimbra, 1944, p. 340.

³³² *Cit. in* Fernando Catroga, “Portugal como corpo e como alma, séculos XIX e XX,” *Revista de História das ideias*, Coimbra, 2007, vol. 28, p. 258. Oliveira Martins morreu tuberculoso, com 49 anos, desgostoso da vida política. A sua última obra foi *O Príncipe Perfeito*, que deixou incompleta.

falecer aos trinta e cinco anos, no auge de uma brilhante carreira. Eça sucumbiu à doença, longe da pátria. Carlos Mayer, conhecido outrora como “un parisien des bords du Tage”³³³, suicidou-se, cego e sem dinheiro³³⁴. Ficalho, o homem a quem competiu comunicar à corte a morte do rei D. Luís, faleceu em 1903³³⁵, anos antes do fim da monarquia e também ele foi um desiludido com a política. António Cândido, a “Águia do Marão” terminou em 1910 a sua carreira de uma forma dolorosa³³⁶. Soveral, embaixador em Londres, demitiu-se, a 13 de Outubro do mesmo ano, com o seguinte telegrama: “Considerando a minha missão como finda entreguei os arquivos ao Primeiro secretário.”³³⁷ Nunca mais voltou a Portugal após a implantação da República. O conde de Sabugosa, no silêncio da sua surdez, retirou-se, também após a implantação da

³³³ Devido à sua elegância e finos hábitos franceses, Carlos Mayer tornou-se conhecido com este epíteto, em França. Veja-se, a este propósito, a obra da sua descendente, Veva de Lima, *O único vencido da vida que também o foi da morte*, [Portugal?], 1945.

³³⁴ “Estancou-se um dia o seu sorriso, que parecia perene. A cegueira começou a cair sobre ele, moralmente tão devastadora como a praga de gafanhotos que havia destruído a sua plantação de cana-de-açúcar na Zambézia. (...) A comédia que fora toda a sua vida dava lugar à tragédia.” António Maria Zorro, “Carlos Lima Mayer desmente Fialho de Almeida”, *Os Vencidos da Vida, Ciclo de Conferências promovido pelo Círculo Eça de Queiroz*, Lisboa, 1989, p. 163. A Carlos Mayer, o crítico da *Gazeta* dedicou este epitáfio: “Aqui jaz o ruído do vento que passou derramando perfume, calor e semente em vão...” Cf. Gustavo de Matos Sequeira, *Fradique Mendes, símbolo dos Vencidos da Vida*, Lisboa, 1941, p. 16.

Após abandonar a medicina, actividade que lhe foi pouco rentável, Carlos Mayer viu falhar todos os negócios em que se envolveu. Gradualmente, foi perdendo a visão. Expropriado pela Câmara Municipal de Lisboa da sua Quinta Cruz Taboado – entre o antigo Vale do Pereiro e o Largo do Andaluz –, outrora palco de serões com os seus amigos, passou a viver numa pequena casa na Rua das Janelas Verdes. Já não podendo viajar e longe da riqueza de juventude, sentindo-se solitário, já sem os seus amigos e filhos, Carlos de Lima Mayer acaba por pôr termo à vida a 28 de Fevereiro de 1910, com uma bala na cabeça. A sua filha, Veva de Lima, designá-lo-ia como “o único vencido da vida que também o foi da morte”, frase que daria o título ao seu livro (acima referido).

³³⁵ Apesar do prestígio que tinha a nível internacional, tendo cartas publicadas da correspondência que trocava com Isaac Newton, Schweinfurth e Alphonse de Candolle, o conde de Ficalho morreu, sem ver reconhecida a sua obra literária.

Até ao fim da vida, fiel à Monarquia, diz-se que: “O Conde de Ficalho morreu detendo nas suas mãos a negrinha símbolo do poder dos seus senhores, hoje tornada curiosidade artística inútil depositada na vitrine dum museu, de mistura com velharias quejandas.”, F.A. de Oliveira Martins, “Homens de ontem, glórias de hoje”, *Diário de Lisboa*, 23-IX-1933, p. 3.

³³⁶ António Cândido acabou por pedir a demissão de vice-governador do Crédito Predial, cargo que ocupava com Eduardo Burnay, a 8 de Abril de 1910, aquando do escândalo sobre a Companhia. Os ataques políticos fizeram sentir-se em todos os sectores, à excepção do Partido Progressista. Veja-se, sobre este assunto, Duarte de Castro, “António Cândido”, *Conversas no Turf em torno de Os Vencidos da Vida*, Lisboa, 2008, pp. 43-68 e Pedro Tavares de Almeida, “António Cândido Ribeiro da Costa (1850-1922)” in *Dicionário Biográfico Parlamentar*, vol. I, Lisboa, 2004, p. 850. Pouco antes da sua morte, a 11 de Maio de 1922, escreveu António Cândido a Domingos Pinto Coelho, seu antigo colega e amigo da Faculdade de Direito: “Suspendi a minha vida sacerdotal (que foi curta e insignificante, e quasi só no ministério o púlpito se cifrou) por julgar que não possuía as qualidades e virtudes precisas a essa vida. Por nenhuma outra razão. E essa subsiste ainda. Foi-me sempre impossível, em todo o decurso da minha vida, permanecer muito tempo numa situação que eu, bem ou mal, entendesse não poder servir e honrar.”, *cit. in* Duarte de Castro, *op. cit.*, p. 64. Consta-se que no final da vida, António Cândido tenha reunido a sua correspondência, que distribuiu entre o rei D. Manuel (já no exílio), Eduardo Burnay e o Conde de Sabugosa. As cartas doadas a Sabugosa talvez se encontrem no espólio da sua biblioteca, no Palácio de Santo Amaro.

³³⁷ *Cit. in* Paulo Lowndes Marques, *op. cit.*, p. 245. O Marquês de Soveral morreu depois dos difíceis anos da Grande Guerra, acompanhando, até ao fim, a família real no exílio.

República, para a sua biblioteca, onde conviveu com histórias de tempos idos. Ramalho Ortigão destituiu-se do cargo que ocupava na Biblioteca da Ajuda, atribuído pelo rei D. Carlos, ainda por ocasião do fim da monarquia e acabaria por exilar-se, ele próprio³³⁸. Arnoso, talvez o amigo mais íntimo do rei, foi proibido de estar presente no enterro real e após o regicídio, ficaria conhecido, em jeito de troça, como o “Conde da lápide”, devido à sua insistência na colocação de uma lápide no local do atentado, na Rua do Arsenal³³⁹. Morreria meses depois da implantação da República. Junqueiro ficaria, irremediavelmente, ligado até ao fim da sua vida, às suas proféticas e fatídicas palavras d’ “O caçador Simão”³⁴⁰...

Ficaram conhecidos, na história, como “Os Vencidos da Vida”.

³³⁸ Nas *Últimas Farpas*, em 1912, Ramalho Ortigão escreveu o seguinte: “É com efeito bem amargo o pão do exílio, mas mais incomportavelmente amargas seriam as doçuras da consoada saboreadas sob o inclemente céu da pátria, que neste momento cobre tanta iniquidade e tanta desolação (...). Poderão velhos, de olhos enxutos, coração leve, sorriso de indiferença nos lábios, conciliar-se com tal destino? Nem todos.” Ramalho Ortigão, “Como nós éramos, como eles são”, *As Últimas Farpas*, Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves, 1916, pp.178-179.

³³⁹ Lápide que hoje existe, entre o Terreiro do Paço e a entrada da Rua do Arsenal, no local onde, a 1 de Fevereiro de 1908, ocorreu o crime. Foi descerrada em 2006, 98 anos após o regicídio, por iniciativa da Real Associação de Lisboa, sendo a Comissão presidida pelo Dr. Ricardo de Abranches que, nessa ocasião homenageou o Conde de Arnoso, referindo-o como um “grande Português, patriota e fiel a Sua Majestade Fidelíssima El Rei Dom Carlos I de Portugal”. Sabe-se que Arnoso, após o regicídio, insistiu na Câmara dos Pares na tentativa de conseguir pena para os assassinos e conspiradores do atentado real. Acabaria mesmo por ser alvo de chacota, no parlamento, onde teve, entre 1908 e 1909, vinte e seis intervenções. Sobre ele, escreveu, mais tarde, F.A. Oliveira Martins: “(...) o distintíssimo conde de Arnoso, cuja figura abatida pelo desgosto, se ergueu na Câmara, pedindo castigo para os assassinos do seu rei, insistentemente. Em torno dele, ao levantar-se, aqueles para quem a sombra do rei desaparecido só representava um empecilho, quase se riam já, mas não importava isso, e Arnoso continuava sempre no mesmo tom, exigindo aquilo que já ninguém queria – o apurar das responsabilidades, o castigar dos culpados.” F.A. Oliveira Martins, “D. Carlos e os Vencidos da Vida”, *Diário de Lisboa*, 1- IX-1938, p. 2.

³⁴⁰ Segundo António Cândido Franco, “Ele que se vira sempre como moralista rigoroso (...) julgava-se, a partir daí como carrasco impiedoso e sem desculpa. Como castigo, decide deliberadamente cegar de um olho, se não dos dois, fazendo-se cego para a poesia.” António Cândido Franco, *O essencial sobre Guerra Junqueiro*, Lisboa, 2001, p. 43. Após a implantação da República, Junqueiro nunca mais escreveu nenhum livro nem poema. Em 1921, ao lado de Luís de Magalhães, o poeta reviu o seu poema *Pátria*, a que cortou partes: “Nesta nova edição da ‘Pátria’ (...) cortei várias passagens, umas inúteis, outras injustas, outras de mau gosto. A balada do Doido a D. João IV suprimi-a, conservando do monólogo do rei apenas o que era bom e verdadeiro. (...) Cortei todos os versos deprimentes para a figura moral de Astrologus. (...) Meditando hoje o meu poema, de olhos em Deus, serenamente, continuo a julgar D. Carlos um rei nefasto, mas que eu ataquei bastantes vezes com imerecida, com hiperbólica dureza.”, Guerra Junqueiro, “Nota à 4.ª ed. da *Pátria*”, *Pátria*, Porto, 1925, pp. 172-173. Romanticamente, sobre ele escreveu F.A. Oliveira Martins, num artigo dedicado aos Vencidos da Vida: “Na frase de Verlaine, os mortos vingam-se – e Junqueiro, velho, alquebrado, desiludido, teve de viver muito, muito ...lembra-me um peregrino vergado ao peso de pecados graves percorrendo caminho longo em busca de salvação. (...) e assim desapareceu da vida o último dos vencidos, cuja personalidade ficou ligada à de D. Carlos – o martirizado – pela palma de martírio que ajudou a colocar-lhe nas mãos ao empurrar, com a pena virulenta, o povo para a caçada ao caçador Simão...”, “D. Carlos e os Vencidos da Vida”, *Diário de Lisboa*, 1-IX-1938, p. 2.

3 – Recepção e crítica do vencidismo

“Para um homem, o ser vencido ou derrotado na vida,
depende, não da realidade aparente a que chegou –
mas do ideal íntimo a que aspirava.”

“Os Vencidos da Vida”, *O Tempo*, 1889.

Os Vencidos da Vida, grupo de intelectuais, formado, em 1888, terão dado origem àquilo que se designa por “vencidismo”. Foram homens que marcaram o seu tempo. Aquilo que sentiram, escreveram ou disseram, suscitou reacção no meio cultural português. Vistos como “dândis”, muitas vezes foram criticados pela forma como, alegremente, se reuniam ou falavam da situação do país. Homens críticos que foram, também sofreram a crítica por parte da intelectualidade do seu tempo. Mas que vencidismo era o seu? Como é que a atitude desse vencidismo foi recebida? De que modo se viam estes homens à data dos primeiros encontros do grupo? E de que modo eram vistos, como vencidos ou vencedores?

Sabendo quem foram eles, importa fazer a história do grupo, de dentro para fora. Sendo figuras ligadas à política e à cultura, que ideia tinham eles sobre a sua pátria? E que termos utilizavam?

Convém desmistificar a ideia de um mero grupo de amigos que se juntavam apenas para conviver e beber uns copos de Colares. Este grupo era formado por homens que tinham claras intenções políticas. Em última instância, o próprio nome, irónico ou não, pressupunha já uma certa opinião sobre o destino pátrio, misto de sentimento de regeneração falhada e esperanças na identidade do seu país.

Apesar das datas não serem consensuais nos autores, sabemos que os primeiros jantares, como grupo formado, datam de 1888, sendo o ano de 1889 o mais exuberante ou activo. Nesse ano é fundado o jornal *O Tempo* ³⁴¹, dirigido por Carlos Lobo d’Ávila que, na secção “Vida Elegante” dava notícias sobre os jantares dos Vencidos. Estes jantares noticiados, realizados quer no Hotel Bragança, quer em casas de alguns do

³⁴¹ O jornal *O Tempo*, cujo n.º 1 data de 2 de Janeiro de 1889, como atrás foi referido, era o “órgão da troupe”, assim denominado pela crítica: “Lia-se ontem no Tempo: *Ontem no Bragança, jantar dos vencidos da vida (...). Esta notícia é autêntica por ser publicada no órgão da troupe. Por ela ficámos sabendo que o número de vencidos da vida se eleva em Portugal a 11.*”, *Correio da Manhã*, 28-III-1889, p. 1.

grupo³⁴², contam-se em onze³⁴³ - precisamente o número dos Vencidos -, ao longo desse ano: 16 de Fevereiro (casa de Bernardo Pindela, em S. Domingos, Lapa), 11 de Março (Hotel Bragança), 20 de Março (Hotel Bragança), 26 de Março (Hotel Bragança), 29 de Março (casa de Carlos Lima Mayer), 2 de Maio (casa de Bernardo Pindela³⁴⁴), 9 de Maio (Hotel Bragança), 10 de Maio (casa de Jorge O'Neil, na rua das Flores), 14 de Maio (casa dos Condes de Valbom), 17 de Maio³⁴⁵ (casa dos Condes de Valbom) e, o último, a 21 de Maio (casa de Bernardo Pindela). Sobre este jantar, *O Tempo* escreveu o seguinte:

“Esta festa tinha o particular interesse de ser uma das últimas em que todos os vencidos se achavam reunidos, antes da natural dispersão ocasionada pelo verão, e pela partida para o estrangeiro d’alguns dos mais simpáticos membros deste grupo jantante”³⁴⁶.

O autor Carlos Lemonde de Macedo referiu-se ainda a jantares “nas hortas arrabaldeiras” (lugares de Perna de Pau, Colete Encarnado, Feiteiras, Carriche, São

³⁴² Foram frequentes, por exemplo, os jantares em casa de Bernardo Pindela. Sobre a sua hospitalidade chegou a escrever, mais tarde, um contemporâneo do grupo, Alberto d’Oliveira: “Oiço vozes queridas que para sempre se calaram, oiço a de Eça de Queiroz modelando mais um agudo dito, oiço a do Conde d’Arnoso dando a cada hóspede, ao levantar-se dessa meza – que era a sua – a saudação final tão portuguesa, abraçando-nos quantas vezes contra o peito e fitando-nos com aquele olhar ardente e profundo (...)”, Alberto d’Oliveira, *Pombos Correios*, Coimbra, 1913, p. 131.

³⁴³ Encontramos no jornal *O Tempo*, referência a estes onze jantares, sendo o último relatado, o de dia 21 de Maio. Não se voltam a encontrar registos de encontros colectivos depois desta data. Apesar de não encontrarmos qualquer referência em fontes ao jantar de 10 de Abril, Gomes Monteiro refere-se a este jantar na sua obra *Os Vencidos da Vida, relance literário e político da segunda metade do século XIX*, Lisboa, 1944, pág. 178, alegando ter sido realizado no café Tavares.

³⁴⁴ Deste encontro resultou a famosa fotografia do grupo, tirada por Augusto Bobone, onde apenas figuram dez dos Vencidos, pela ausência de António Cândido.

³⁴⁵ Este jantar terá sido dos mais animados do grupo. Comemorou-se o 29.º aniversário de Carlos Valbom, tendo sido composto o “Hino” dos Vencidos, com versos do Conde de Sabugosa e música da cantiga popular “Rosa Tirana”: “Aqui estão os dez vencidos, Oh, Carlos! Tirano! Com presuntos escolhidos, Tró-la-ró, laró, laró. Este ramo e parabém, Oh, Carlos! Tirano! Cada um dá o que tem! Tro-la-ró, laró, laró. O Ficalho, presidente, Oh, Carlos! Tirano! Dá-te um conto alentejano, Tró-la-ró, laró, laró. O Mayer da Medicina, Oh, Carlos! Tirano! Dá licor de tangerina, Tró-la-ró, laró, laró. Soveral vem ofertar, Oh, Carlos! Tirano! Regras de pontificar, Tró-la-ró, laró, laró. E o filósofo que se espreme, Oh, Carlos! Tirano! Dá piadas do O.M., Tró-la-ró, laró, laró. O Bernardo, a fresca flor, Oh, Carlos! Tirano! Dá cada dia um amor! Tró-la-ró, laró, laró. Ó Ramalho, o Ortigão, Oh, Carlos! Tirano! Traz da Holanda um requeijão, Tró-la-ró, laró, laró. O Junqueiro, trovador, Oh, Carlos! Tirano! Dá-te a lira do Senhor! Tró-la-ró, laró, laró. Triste Cândido, um tesouro, Oh, Carlos! Tirano! Dá-te as suas falas de ouro, Tró-la-ró, laró, laró. E o Queiroz, a meiga fada, Oh, Carlos! Tirano! Bacalhau de cebolada. Tró-la-ró, laró, laró. Sabugosa arrebatado, Oh, Carlos! Tirano! Um verso de pé quebrado, tró-la-ró, laró, laró.”, cit. in Gomes Monteiro, *Os Vencidos da Vida*, Lisboa, 1944, p. 179.

³⁴⁶ “Vida Elegante”, *O Tempo*, 22- V-1889, p. 1.

Domingos de Benfica...) ³⁴⁷. Também Rodrigues Lapa refere-se ao “Perna de Pau” e ao “Colete Encarnado”:

“Ao todo, onze janotas das letras e da política, que se reuniam semanalmente em lauto jantar, que ora se efectuava num faustoso palacete, ora à mesa dum hotel da moda, ora num restaurante das hortas, o ‘Perna de Pau’ ou o ‘Colete Encarnado’.” ³⁴⁸

O *Diário de Notícias* corroborou essa ideia, num artigo sobre os Vencidos da Vida: “(...) era nos banquetes famosos do Tavares, do Bragança e fora de portas que eles caprichavam em se tornar notados por ementas extravagantes e por atitudes excêntricas.” ³⁴⁹ No jornal *O Tempo*, descritivo dos encontros, não se encontram referências a tais locais.

Como é que estes onze homens se viam colectivamente? Caracterizaram-se como um mero “grupo jantante”. Leia-se, a título de exemplo, este excerto de uma carta escrita por Arnoso, em 1900, para a Revista *Brasil-Portugal* quando lhe pediram para que falasse de Eça e do grupo d’ Os Vencidos da Vida:

“Meu amigo. Pede-me um artigo para acompanhar, no *Brazil-Portugal*, o retrato do meu querido e grande amigo Eça de Queiroz, explicando e contando ao mesmo tempo o que tinham sido os Vencidos da Vida. Os Vencidos da Vida! Onze amigos, hoje já tão dizimados pela morte, que de quando em quando pacatamente jantavam juntos para conversar, e que, ao mesmo tempo, tanto ruído em volta deles fizeram!” ³⁵⁰.

³⁴⁷ Carlos Lemonde de Macedo, “Os Vencidos da Vida no Quadro Geral da época”, *Os Vencidos da Vida. Ciclo de conferências promovido pelo Circulo Eça de Queiroz*, Lisboa, 1989, p. 15.

³⁴⁸ Rodrigues Lapa, “A filosofia do vencidismo”, *O Diabo*, 7-II-1937, p.1.

³⁴⁹ *Diário de Notícias*, 20-X-1943, p. 1.

³⁵⁰ *Revista Brasil-Portugal*, n.º 39, 1-IX-1900, p. 0226.

Feitas estas rápidas impressões, que julgámos indispensaveis esboçar, por nos juntarmos ao côro de tristeza que sentimos ser o echo de todos os admiradores do grande Morto, o *Brasil-Portugal* entendeu dever prestar-lhe uma homenagem condigna. Por isso dirigiu-se a Fialho d'Almeida, pedindo-lhe um estudo critico sob a obra de Eça, e ao Conde de Arnoso, amigo intimo do grande romancista, sollicitando-lhe um artigo sobre o que tinham sido *Os vencedores da Vida*.

Fialho accedeu logo ao nosso desejo, mas só para o proximo numero, e o Conde de Arnoso teve a amabilidade de nos enviar esta carta, que ligeiramente explica o que foram esses *Vencedores da vida*, um grupo de amigos reunindo-se de quando em quando, em jantares intimos:

Meu amigo.

Pede-me um artigo para acompanhar, no *Brasil-Portugal*, o retrato do meu querido e grande amigo Eça de Queiroz, explicando e contando ao mesmo tempo o que tinham sido os «Vencedores da Vida». Os «Vencedores da Vida»! Onze amigos, hoje já tão dizimados pela morte, que de quando em quando pacatamente jantavam juntos para conversar, e que ao tempo, tanto ruido em volta d'elles fizeram!...

Impossivel satisfazer ao seu desejo, que não pôde alinhar palavras quem, deante de tamanha desventura, não tem tido até hoje senão lagrimas para chorar. E' que eu perdi no José Maria um irmão estremecidissimo. Quanto mais releio a ruma de encantadoras cartas que d'elle me ficaram, cartas onde a sua inexgotavel bondade falsa em cada linha, mais se me afigura sem limites o enorme vazio que a sua morte deixou no meu retalhado coração. Tão grande, que nem as saudades de mais de vinte annos de intima convivência, lembradas uma a uma, seriam capazes de encher! Isto, se n'um egoismo de amizade desculpavel, não penso senão em mim. Se porém como portuguez e patriota considero a sua falta, então até me parece que o velho e amado galeão das quinas, onde, desde seculos, todos nós vimos embarcados, ficou, pelo seu desapparecimento, com a bôrda ao lume d'agua! Tamanha, tão consideravel é a sua falta!

Saiba desculpar quem é

De v. etc.

Conde de Arnoso

Vejamos como se viam a si próprios:

“(...) o respeito próprio obriga-os a especificar bem claramente, em locais, que, se em certo dia se congregam, é apenas para destapar a terrina da sopa e trocar algumas considerações amargas sobre o *colares*. (...) Os *Vencidos* oferecem o mais alto exemplo moral e social de que se pode orgulhar este país. 11 sujeitos que há mais de um ano formam um grupo, sem nunca terem partido a cara uns aos outros; sem se dividirem em pequenos grupos de direita e de esquerda³⁵¹; (...) estes homens constituem uma tal maravilha social que certamente para o futuro, na ordem das coisas morais, se falará dos onze de Braganza, como na ordem das coisas heróicas se fala dos doze de Inglaterra.”³⁵²

Os “locais” a que esta resposta (a uma crítica da oposição) se refere (crê-se que a resposta seja de Eça³⁵³), seriam, certamente, os órgãos periódicos que acolhiam os seus escritos. Por outro lado, o sentido moral que perpassa nestas palavras, cruza-se com o que Oliveira Martins anunciara, ainda em 1888:

“Nasceu do trigo o *partido* novo; mas compromete-se solenemente a não ir jogar na bolsa dos cereais, a não fazer sindicatos para especular com a redução dos direitos, a não pedir empregos na manutenção do Grilo, a não pagar nem um ceitil na alfândega para um fisco pauperizador, a não entrar, numa palavra, em nenhuma das malhas da urdida complicada lei dos cereais.”³⁵⁴

Com estas palavras, Martins noticiava um grupo que aparentava distanciar-se da política: “Pois aqui janta-se! é o que os Vencidos, amassando o seu partido, podem responder aos denunciantes desse caso pavoroso e negro.”³⁵⁵

Curiosa a imagem que passavam de si mesmos, um grupo de alto “exemplo moral” que se reunia apenas para encontros gastronómicos, sem quezílias ou sequer intenções nacionais ou políticas. Essa imagem, contudo, não foi aceite, quer pela crítica da época, quer por posteriores correntes historiográficas: os Vencidos da Vida teceram

³⁵¹ Apesar de tudo, as cisões viriam a manifestar-se, mais tarde, entre os membros do grupo, como atrás foi referido.

³⁵² “Os Vencidos da Vida”, *O Tempo*, 29-III-1889, p. 1.

³⁵³ Veja-se, a este propósito, João C. Reis (org., introd. e notas de), *Polémicas de Eça de Queiroz*, 1887-1890, vol. IV, tomo II, Lisboa, 1988, p. 87. Vários são os autores que atribuem estas respostas d’*O Tempo* a Eça. Jorge Borges de Macedo é um deles: “Foi Eça de Queiroz quem, em face desta campanha impertinente, mas inevitável, (...) teve oportunidade de, em 1889, caricaturar a efectiva finalidade do grupo. Num artigo resposta, publicado no jornal *O Tempo*, define o grupo dos ‘Vencidos da Vida’ (...)” Jorge Borges de Macedo, *Eça de Queiroz: os Vencidos da Vida e as responsabilidades do escritor*, *Os Vencidos da Vida. Ciclo de conferências promovido pelo Circulo Eça de Queiroz*, Lisboa, 1989, p. 140.

³⁵⁴ Oliveira Martins, “Um partido novo: os Vencidos da Vida, 3-VII, 1888”, *O Repórter. Obras completas de Oliveira Martins*, II, Guimarães, 1957, p. 130.

³⁵⁵ Idem, *ibidem*.

considerações amargas sobre a política nacional ou o estado vigente do país, mas não, certamente, sobre o famoso vinho de Colares. Curiosa, também, a expressão “exemplo moral”. Tal sugere-nos um problema de cariz bem mais profundo que o político, uma questão humana de crise moral que, em última instância, perpassava nas críticas que estes homens faziam ao estado de Portugal. De facto, a crítica era algo imanente a estes homens, e por isso, também, os seus encontros eram criteriosamente seguidos pela “oposição” que os considerava politicamente perigosos, sem saber ao certo os seus intuitos. Esta “oposição” – a que podemos incluir imprensa como o *Diário de Notícias*, *Os Gatos*, *O Jornal da Noite*, ou o *Correio da Manhã*, entre outros – nunca aceitou a aristocracia e altivez com que este grupo se fechou à entrada “oficial” de outras individualidades. Eram vistos com suspeitas e olhos críticos, porque amigos íntimos do príncipe D. Carlos, futuro rei, porque membros da Câmara dos Pares, porque ministros como Carlos Lobo d’Ávila ou Oliveira Martins³⁵⁶, ou, simplesmente, porque jantavam com figuras ligadas à política, como António de Serpa Pimentel³⁵⁷, líder do Partido Regenerador. Assim, as críticas que teciam ao país, também era algo que deixaram antever na opinião que tinham de si, como grupo:

“Os Vencidos da Vida continuavam a executar, rigorosamente, o seu programa, espargindo, prodigamente, as suas risadas argentinas, espirituosas, e causticantes sobre os variadíssimos achaques sobre a vida nacional de então e organizando os seus jantares solenes ...”³⁵⁸

Apesar de quererem passar uma imagem de meros encontros gastronómicos de um grupo de amigos, as palavras de António Cândido reforçam que essa ideia não era a mais real, quando analisados, à luz da época histórica, os factos referentes às características do grupo e às individualidades que o compunham. Eram jantares de amigos, feitos de risadas e críticas, mas por parte de figuras relevantes no palco da vida nacional. Que “programa” era o deles? E por que razão Oliveira Martins terá atribuído o nome de “vencidos” a este grupo, quando ouvia a leitura de Ramalho sobre encontros de intelectuais, “les uns glorieux, les autres battus de la vie”? Por que não, “glorieux” ou “vencedores da vida”? E que *vencidismo* era, afinal, o seu?

³⁵⁶ Carlos Lobo d’Ávila teve a pasta de ministro das Obras Públicas, Comércio e Indústria em 1893, transitando em 1894 para ministro dos Negócios Estrangeiros, pasta que detinha à data da sua morte, nesse mesmo ano. Oliveira Martins ocupou a pasta de Ministro da Fazenda de Portugal, de 1892 a 1893.

³⁵⁷ O jantar em que Serpa Pimentel participou, vem descrito n’ *O Tempo* de 10-V-1889.

³⁵⁸ António Cândido, *ABC – Revista Portuguesa*, 16-III-1922, n.º 88, pp. 12-13.

Parecia que o vencidismo que lhes era atribuído (o do pessimismo inútil de um grupo de dândis bem posicionados na sociedade) era bem diferente daquele que eles viviam: um ‘estado de espírito’ de amizade e partilha de ideias, em que, sem dúvida, a crítica e a desolação face à sociedade do tempo era inevitável. Seria essa amizade e essas ‘afinidades’ na ‘convivência’, que justificariam a afirmação de Arnoso à pergunta de Silva Gaio acerca do que foi o vencidismo do grupo: “Coisa nenhuma, afinal.”³⁵⁹

A personagem de Carlos Fradique Mendes, criada por Eça de Queiroz (e que passou por tantas metamorfoses como o próprio Eça), simbolizaria não só o heterónimo de Eça, como o conjunto dos Vencidos da Vida: Fradique foi um dândi, um elegante cidadão cansado da civilização do século, foi um filósofo, um viajante, teve o mesmo nome do vencido Carlos (Mayer), a erudição própria de muitos dos Vencidos e a elegância e postura de todos eles. Era, pelos seus atributos, ‘o português mais interessante do século XIX’³⁶⁰. Mas trazia em si, acima de tudo, o cepticismo que o grupo assumiu. Notem-se as palavras de A. Campos Matos, ao reconhecer o Fradique-Eça:

“Através de Fradique, Eça exprimiu também um amargo ceticismo perante angústias sociais para que não encontrou remédio, através desse ‘Não há nada a fazer’ com que o poeta das Lapidarias respondeu ao narrador quando este lhe propôs esta utópica solução: ‘Era necessário que viesse outro Cristo!’ (...) parecendo que o romancista não consegue superar o obstáculo embaraçoso que é construir uma personagem superior a si próprio, em originalidade de pensamento e em profundidade de cultura.”³⁶¹

O cepticismo de Fradique seria o cepticismo de todos eles. Neste sentido, salientem-se as palavras de Sabugosa, “o vencidismo foi um estado (...) de tristeza ante o espectáculo de muita ruína social [...]”³⁶²

Críticos atentos da situação de Portugal, e situados num contexto histórico em que se colocava em causa, por parte dos intelectuais, a identidade do país ou a viabilidade da sua existência como pátria, estes homens não foram isentos de opinião – e intervenção – política e, por isso mesmo, o grupo não foi visto como isento de intenções

³⁵⁹ Cit. in Manuel da Silva Gaio, *Os Vencidos da Vida*, Coimbra, 1931, p. 12.

³⁶⁰ Assim o definiu Oliveira Martins. Cf. A. Campos Matos, “Fradique Mendes (Carlos), *Dicionário de Eça de Queiroz*, Lisboa, 2015, p. 631.

³⁶¹ Idem, *ibidem*, p. 631.

³⁶² Cit. in Manuel da Silva Gaio, *Os Vencidos da Vida*, Coimbra, 1931, p. 13.

políticas³⁶³. As correntes historiográficas são, contudo, diversas a este respeito, apesar de a maioria estar de acordo acerca das intenções políticas do grupo. Em 1938, numa década em que o tema “Vencidos da Vida” veio de novo ao de cima, F. A. de Oliveira Martins escrevia, no *Diário de Lisboa*:

“Na realidade, os Vencidos da Vida não foram nunca um partido político; no entanto, o papel representado pela actividade da maioria dos seus componentes, no desenvolver da crise política do fim do reinado de D. Luís e princípios do de el rei D. Carlos, justificam por completo a epígrafe que cobre estas linhas.”³⁶⁴

Ainda acerca deste assunto, o historiador Sérgio Campos Matos escreveu o seguinte:

“Grupo jantante de amigos, lugar de sociabilidade? Sem dúvida. Mas, como não podia deixar de ser, essa sociabilidade desenvolveu uma dimensão política, em larga medida centrada no pensamento de Oliveira Martins e na intenção de dar resposta à profunda crise que já se fazia sentir nos finais do decénio de 1880.”³⁶⁵

Na mesma linha situa-se Fernando Catroga.³⁶⁶

Polémicas, contudo, revelam-se as afirmações de Maria Filomena Mónica, numa compilação de escritos sobre os Vencidos:

“Passaram então a ser olhados como um grupo de inocentes que fora maltratado pelos políticos. Nada poderia estar mais longe da verdade. Desde o início que a sua intenção foi destronar os partidos ‘rotativos’. Só não o conseguiram porque D. Carlos não lhes deu apoio. Apesar das declarações em contrário, os Vencidos da Vida eram um grupo político. Não se viam, aliás como uns políticos vulgares: consideravam-se mais aptos, mais inteligentes e mais cultos do que os profissionais que, há décadas, dominavam as máquinas partidárias.”³⁶⁷

Por outro lado, Jorge Borges de Macedo aponta uma diferente perspectiva, que não apenas a política:

³⁶³ Veja-se, a este propósito, o estudo de Fernando Catroga, *O problema político em Antero de Quental, um confronto com Oliveira Martins*, Coimbra, 1981.

³⁶⁴ F.A. Oliveira Martins, “Suplemento literário - D. Carlos e os Vencidos da Vida”, *Diário de Lisboa*, 1-IX- 1938, p. 1.

³⁶⁵ Sérgio Campos Matos, “A ideia de ditadura no círculo dos Vencidos da Vida”, *Revista Clio*, vol.5, Lisboa, 2000, p. 74.

³⁶⁶ Veja-se “Portugal como corpo e como alma (sécs. XIX/XX). Uma revisitação sintética”, *Revista de História das Ideias*, vol. 28 (2007), pp. 245-275.

³⁶⁷ Maria Filomena Mónica, “Introdução - Os Vencidos da Vida”, *Conversas no Turf em torno de Os Vencidos da Vida*, Lisboa, 2008, p. 24.

“(...) quando em 1888 esse grupo ocasional, grupo inquieto (...) se forma quase vegetalmente, desde logo se fixa na memória de todos, pelas mudanças europeias, pela pressão tecnológica, pelas rivalidades mundiais, vivendo numa sociedade como a portuguesa desorientada pela renúncia com que via surgir as dificuldades, dotada de tanta gente lúcida com meios eficazes de diagnóstico, mas incapaz de ver outras soluções que não as políticas, que julgava suficientes e redentoras. Logo se apercebeu da importância didáctica, digamos assim, que o grupo podia constituir nesta sociedade angustiada, politizada e descontente.”³⁶⁸

Não poderemos afirmar que o grupo dos Vencidos fosse um grupo político, no sentido partidário. Por outro lado, os intuitos do grupo seriam, efectivamente, políticos? Ou falamos de um grupo de amigos, constituído por *alguns* homens com intenções políticas? Poderemos sim, talvez afirmar que o grupo no seu todo preconizava intuitos regeneradores para a pátria, mas esses intuitos já vinham da outrora “Geração de 70”. Intuitos que não se resumem à política, mas sim a toda uma situação ontológica da pátria. Obviamente, a ligação deles a D. Carlos estreitava-os ao mundo político. Quando em 1888, Oliveira Martins dá conta sobre a formação do grupo n’*O Repórter*, refere-se a um “partido novo”:

“Multiplicam-se como os pães, os partidos. Há-os de todas as cores, de todos os feitios, de todos os moldes. Porque não haverá o dos Vencidos da Vida, ou o do Rato? (...) Porque não será um jantar semanal, um jantar alegre e até um bom jantar, a carta constitucional de um partido novo? A política não passa de um banquete: o caso é saber quem o paga. Ora os Vencidos têm por costume pagar o seu.”³⁶⁹

E adianta: “porque é pois que a alegria semanal de uns certos indivíduos não há-de ser também o ponto de origem para um partido?”³⁷⁰ Se António Cândido falou em “programa”, estas palavras escritas por Oliveira Martins soavam a ligação à política. Ao dar conta deste novo grupo, ou “partido”, Martins levantara a suspeita viva de que os Vencidos eram um grupo de cariz político. Daí, as palavras que o cronista Mussy escreveu, no seu tom irónico, em 1889: “Por isso, o partido, a sociedade, o grupo, ou como lhe queiram chamar é muito divertido.”³⁷¹ As dúvidas quanto ao objectivo destes encontros adensavam-se, suspeitando-se, cada vez mais, das suas intenções políticas.

³⁶⁸ Jorge Borges de Macedo, “Eça de Queirós – Os Vencidos da Vida e as responsabilidades do escritor”, *Os Vencidos da Vida, ciclo de conferências promovido pelo Círculo Eça de Queiroz*, Lisboa, 1989, p.140.

³⁶⁹ Oliveira Martins, “Um partido novo: os Vencidos da Vida, 3-VII-1888”, *O Repórter. Obras completas de Oliveira Martins*, II, 1957, p. 129.

³⁷⁰ Idem, *ibidem*.

³⁷¹ “Crónica alegre: Os Vencidos da Vida”, *Jornal da Noite*, 21-III-1889, p. 3.

De facto, se a ligação de alguns à política era inegável, porque não ser um grupo com objectivos políticos, pensava a crítica?

Oliveira Martins criara em 1885 (quando eleito deputado pelo Partido Progressista) um projecto, a Vida Nova, que almejava pôr em prática para tentar solucionar muitos dos problemas – sobretudo na área financeira – do país, com a reforma do Partido Progressista. A sua visão organicista das sociedades e a crença no socialismo, levaram-no a defender várias medidas, sobretudo no âmbito económico e social, que nunca chegaram a ser postas em prática³⁷². As rivalidades e intrigas no seio político eram muitas³⁷³ e os seus intentos reformistas, dentro do Partido Progressista não foram tidos em conta. Vencida a “Vida Nova”, o historiador desiluiu-se com a política partidária, assumindo o seu anti-parlamentarismo³⁷⁴. Martins, ao lado de Carlos Lobo ‘Ávila, que apoiava o projecto da “Vida Nova”, bem como António Cândido e o Conde de Ficalho³⁷⁵ – conhecidos como os deputados “amuados” da “Vida Nova”³⁷⁶ –, tinham uma visão política profundamente focada na figura de D. Carlos como o possível salvador dos erros constitucionais que, segundo ele, teriam levado à derrocada política do país.

³⁷² O programa social da “Vida Nova”, de Martins, está delineado no texto “O Trabalho Nacional” (1885), nos seus *Dispersos*.

³⁷³ Era sobejamente conhecida, entre outras, a questão entre Emídio Navarro e Mariano de Carvalho.

³⁷⁴ A desilusão da Vida Nova e a “repulsa” pelos partidos, é manifestada por Oliveira Martins no prefácio de *Portugal em África*, de 1891. Sobre este assunto, em Abril de 1890, Eça de Queirós, no artigo “Novos factores da política portuguesa”, partilhava a ideia de que a nação perdera a fé no parlamentarismo e nas classes dirigentes, de modo que queria substituir o regime por “outra coisa”. Neste caso, Eça referia-se à República.

³⁷⁵ O movimento da “Vida Nova” atraiu homens da política, por parte do Partido Progressista, como Anselmo Braancamp, Barros Gomes, Emídio Navarro, Joaquim António Gonçalves, mas também do mundo da literatura, como Eça de Queirós, Ramalho Ortigão, Jaime de Magalhães Lima, entre outros. Também nas ciências, este movimento deixou influências. Foi o caso de Sousa Martins.

³⁷⁶ Designação por que eram conhecidos os deputados da Vida Nova. Cf. Francisco A. Oliveira Martins, *Eça de Queiroz, Oliveira Martins e a “Vida Nova”*, Lisboa, 1950, p. 18.



Doc. 10 – Caricatura de António Cândido, por Rafael Bordalo Pinheiro, onde se lê: “Farto de assistir à lucta egoista dos homens (...) António Cândido affasta-se d’essa ridícula politiquice de partidos...”, *Os Pontos nos ii*, 14-III-1889, p. 1. Note-se a relevância das palavras ‘farto’ e ‘ridícula politiquice de partidos’: remetem para um cansaço e, de certa forma, atitude de impasse, mais do que desistência, bem como um afastamento do partidismo político. A posição de Cândido, na caricatura, face à confusão instalada atrás, é significativa.

Martins, não era, portanto, o único que via em D. Carlos essa solução. E, na expectativa do “engrandecimento do poder real” (ideia centralizadora e fortalecedora do poder do monarca que já a “Vida Nova” pressupunha), com a ideia de que o rei reina e governa³⁷⁷, cria-se um certo messianismo não só à volta do novo rei, mas também em torno de Oliveira Martins. Tempos antes, a 9 de Janeiro de 1885, Martins escrevera no *Novidades*, no artigo “Quem faz os republicanos?”, que os cidadãos portugueses não manifestavam interesse pela política e quando o faziam, “cheios de visões sebastianistas ou pombalinas diziam gravemente: um homem, um homem é que é necessário.” Para Martins, esse *homem*, seria D. Carlos. Mas não consideraria também o historiador, face à desilusão da “Vida Nova”, que chegara, enfim, a sua hora? Para os seus amigos, não só os que acreditaram na tentativa de reforma do Partido Progressista, mas os restantes que viriam a compor o grupo dos Vencidos, e que depositavam esperanças de regeneração nacional no recém monarca, Oliveira Martins era também esse *homem*. Vários são os escritos que o testemunham³⁷⁸, mas detenhamo-nos neste, uma carta do Conde de Arnoso a Martins, em 1890: “Cada vez me convenço mais que V. é o único homem que tem este desgraçado país. *Finis Portugaliae*: dolorosa verdade!”³⁷⁹ Repare-se, ainda, nas palavras que Eça dirigiu a Martins, em Janeiro do mesmo ano (em contexto de pós *Ultimatum*): “O País parece-me agora, neste instante, um espírito que acorda estremunhado e que olha em redor, procurando um caminho: é esse caminho que alguém lhe deve indicar.”³⁸⁰ A agitação em torno do *Ultimatum*, ao adensar a ideia de crise nacional, faz ressurgir, desta forma, simultaneamente a ideia de apocalipse e de regeneração. Neste dualismo, cruzaram-se republicanos e a linha

³⁷⁷ Ramalho Ortigão chegaria a utilizar a expressão como “o Rei reina e tem obrigação de governar”. “Rei D. Carlos, o Martirizado (1908)”, *Últimas Farpas*, Lisboa, 1964, p. 227.

³⁷⁸ Referimo-nos a escritos não só de membros do grupo d’Os Vencidos da Vida, e nestes, são de salientar os elogios de Junqueiro a Oliveira Martins (à época, seu admirador e amigo pessoal) mas ainda de homens que compartilhavam as mesmas ideias políticas ou crenças “messiânicas”, como Luís de Magalhães, Antero de Quental ou Alberto Sampaio, figuras que também tinham sido adeptas da “Vida Nova”. Por outro lado, pela mesma época em que surge o grupo dos Vencidos, Martins dirige *O Repórter* e nele, assinam nomes como “Eça, Ramalho, Fialho de Almeida, António Cândido, Anselmo de Andrade, Júlio César Machado, Guerra Junqueiro, Luis de Magalhães, Maria Amália, Lobo de Ávila, Conde de Ficalho, Benalcanfor, Rodrigues de Freitas, Cirilo Machado, Sabugosa, Cristovam Aires, Sousa Monteiro, Moniz Barreto, Mariano Pina (...). Basta olhar para aqueles nomes, e juntar-lhes os de Antero, Jaime de Magalhães Lima, Alberto Sampaio, Rocha Peixoto, para concluirmos que tinha com ele a elite intelectual do seu país.” António Sérgio (pref.), Oliveira Martins, *Dispersos*, tomo I, Lisboa, 1923, p. 67.

³⁷⁹ BN, A.C.C.P., *Espólio de Oliveira Martins*, carta de 23-VIII-1890, E20, doc. 541-548, p. 543.

³⁸⁰ Eça de Queirós, “Carta a Oliveira Martins, 28-I-1890”, *Correspondência*, Lisboa, 2001, p. 162.

seguidora da Geração de 70³⁸¹: a imprensa republicana aproveitou como nunca a fragilidade e os ataques ao governo, para anunciar a um país humilhado uma nova e promissora salvação, a República; por outro lado, a ideia messiânica de regeneração estava sempre omnipresente, a par do desalento – ou vencidismo – de muitos intelectuais, nomeadamente os do grupo dos Vencidos da Vida.

Ao ambiente decadentista das elites, era assim indissociável um clima de messianismo³⁸², enraizado na cultura portuguesa e emergente em épocas de crise. É desta forma que, a par da figura de D. Carlos, próxima ao grupo dos Vencidos, também a figura intelectual e política de Oliveira Martins aparecia envolta em promissoras esperanças de redenção nacional³⁸³. Analisando as palavras de Arnoso a Martins, verificamos um misto de ideia de fim e de dúvida – até de desalento – entrecortado de esperanças salvíficas. Ecoava a expressão *Finis Portugalliae* Mas havia esperança num homem, que seria Martins. Já na carta de Eça, quem apontaria o caminho? Igualmente o historiador?

O espírito implícito no grupo dos Vencidos da Vida era o de homens que partilhavam ideias de regeneração pátria, alguns com ambição de atitudes políticas concretas. Quando a “Vida Nova” falhou, em 1887, quando os quatro desalentos ou “amuados” da Vida Nova saíram do Parlamento e foram jantar ao Tavares, ainda restava a esperança em D. Carlos, o jovem, promissor e culto rei. O epíteto do grupo não estaria, dessa forma ligado à ambivalência “Vencidos da Vida (Nova)”?

Repare-se que quando D. Carlos chega ao poder, aviva-se a convicção de que chegara a hora de Oliveira Martins pôr em prática as suas medidas reformistas e regeneradoras³⁸⁴. Estava-se em 1889. O grupo não se considerava, pois, efectivamente,

³⁸¹ Cf. Maria Teresa Pinto Coelho, *op. cit.*, p. 99. Para a autora, “o Ultimatum transforma-se no Fim dos fins, o Apocalipse dos Tempos Derradeiros, simultaneamente destruidor e renovador.”, *idem, ibidem*.

³⁸² Para Guerra Junqueiro, Portugal era caracterizado por “um povo messiânico mas que não gera o Messias. Não o pariu ainda. Em vez de traduzir o ideal em carne, vai-o dissolvendo em lágrimas. Sonha a quimera, não a realiza.”, Guerra Junqueiro, *Pátria*, Porto, 1945, p.193. 6.ª ed. posfácio não datado do poema *Pátria* (1896.)

³⁸³ O historiador não foi apenas sujeito a elogios. Para lá das intrigas políticas, em que foi duramente injuriado, a figura de Martins também sofreu a ironia e a comédia da imprensa da época. Já o vencido Junqueiro não o poupou a críticas, aquando da sua saída do Partido Progressista (que ocorreu na sessão parlamentar de 8 de Julho de 1890) e após a obra *Finis Patriae*, onde lembraria ao rei D. Carlos que D. Luís nunca vira com bons olhos o historiador e as “lindas coisas” que este escrevera sobre os Bragança. A longa carta que escreve a Luciano Cordeiro, despedindo-se do Partido Progressista, e publicada na imprensa, valer-lhe-ia o afastamento e a hostilidade do jornal *A Província*, que pouco tempo antes lhe publicara em primeira página “O Caçador Simão”. Cf. Gomes Monteiro, *Os Vencidos da Vida*, Lisboa, s.d., pp. 194-195.

³⁸⁴ A crença em Oliveira Martins para tal empresa, nota-se nestas palavras de António Cândido dirigidas a Martins: “Em 1886, a ignorância dos ministros e a má vontade do rei foram as causas do insucesso: temos agora um rei que *quer*, e só falta um ministério que *queira* e que *saiba*.”, “Carta de António Cândido a

vencido, à data dos mais activos encontros. No entanto, este grupo viveu uma época densa em acontecimentos significantes no país e o desalento e a consciência amarga ou “dolorosa” – utilizando as palavras de Arnoso – do destino pátrio cruzava-se com esperanças de futuro. O culto “messiânico” ligado à “Vida Nova”, resistia ainda na crença do fortalecimento do poder real, que o grupo partilhava³⁸⁵. E essa crença encontrou terreno fértil na ideologia por parte desta elite intelectual, porque inserido num contexto histórico bem particular de crise. O antiparlamentarismo, o cesarismo ou a ideia de “ditadura”³⁸⁶ ganharam alento perante os apontados erros – ou fragilidade – de um constitucionalismo monárquico e neutralidade do rei. Assim, vemos discursos como o de Eça de Queirós a Oliveira Martins, sobre a emergência de um poder centralizado:

“Em todo o caso, não vejo senão uma solução simplista – uma Tirania. É necessário um *sabre*, tendo ao lado um *pensamento*. Tu és capaz de ser o homem que pensa – mas onde está o homem que acutilla? Em antigas cavaqueiras falámos por vezes do rei. Mas ele é um *Homem*? Ou ele é simplesmente um *Cepto*?”³⁸⁷

Por outro lado, confessava António Cândido a Oliveira Martins:

“(…) é inquestionável que nas sociedades modernas a aristocracia é constituída pela capacidade intelectual, pelas magistraturas oficiais e pela riqueza; e eu cada vez menos radical, prefiro mil vezes que a lei fixe os representantes dessa aristocracia a que os escolha e exalte o que aí se chama a vontade popular.”³⁸⁸

Oliveira Martins defendera n’*O Repórter* e depois n’*O Tempo*, o seguinte pensamento:

Oliveira Martins, 21-IX-1890”, *cit. in* F. A. de Oliveira Martins, *D. Carlos e os Vencidos da Vida*, Lisboa, 1942, p. 146.

³⁸⁵ Veja-se, a este propósito, o estudo do historiador Sérgio Campos Matos, “A ideia de ditadura no círculo dos Vencidos da Vida”, *Revista Clio*, vol. 5, Lisboa, 2000, pp. 73-91.

³⁸⁶ Conceito que no século XIX assumia significado bem diferente daquele que hoje lhe atribuímos, apesar da sua pluralidade de sentidos. Veja-se Sérgio Campos Matos, *op. cit.*, p. 77. Por outro lado, a ideia de ditadura também foi difundida na vizinha Espanha, onde a esperança salvífica num ditador, “um cirujano de hierro”, nas palavras do intelectual Joaquín Costa, aludia também a um certo messianismo. Veja-se, a este propósito, José Luis Comellas, *Del 98 a la Semana Trágica (1898-1909). Crisis de consciência y renovación política*, Madrid, 2002.

³⁸⁷ Eça de Queirós, “Carta a Oliveira Martins, 7 de Outubro de 1890”, *Correspondência*, Lisboa, 2001, p. 173.

³⁸⁸ “Carta de António Cândido a Oliveira Martins, 6- III- 1882” in F. A. de Oliveira Martins, *op. cit.*, p. 142.

“Porque o parlamentarismo é aristocrático e porque essa aristocracia nos arruína, impõe-se a intervenção real para democratização da monarquia, e ainda a intervenção da coroa em nome da salvação pública.”³⁸⁹

Já Ramalho, após a morte de D. Luís, escrevera: “Isto não pode continuar! A revolução há-de vir feita ou pela sublevação do povo, ou pelo exército, se antes disso estadistas sábios, honestos e valorosos a não fizessem por via da ditadura.”³⁹⁰

Carlos Lobo d’Ávila, n’*O Repórter*, sob o pseudónimo de Viriato, demonstrava pretender influenciar o jovem rei à tendência da centralização do poder e chegou a escrever: “(...) Vossa Majestade não pode sujeitar o seu governo ao capricho das votações parlamentares.”³⁹¹

A ideia de ditadura era, aliás, um tema que suscitava polémicas acesas nestes tempos. Na sessão de 15 de junho de 1887, na Câmara dos Deputados, António Cândido, defendendo a ditadura, declarou que não houvera ainda em Portugal um só ministro que não fosse ditador. A sessão noturna prolongou-se com o mesmo tema. Repare-se ainda que, na sessão de 20 de Maio de 1890 – um ano depois dos famosos jantares do grupo – a questão continuava a ser discutida, desta vez, pela voz de Manuel de Arriaga:

“Como vêem a questão no fundo é quasi a mesma. Uns querem o poder absoluto do Rei sem disfarces; outros sob aparências enganadoras de liberdade; uns não aceitam outra soberania senão a que vem de cima, a do direito divino; outros querem salvar também esta confessando ao mesmo tempo a soberania do povo para depois a sacrificarem áquella.”

A urgência de um governo forte, que trazia à luz da discussão o tema da “ditadura”, prendia-se com a questão do messianismo, sendo uma ideia que regressa sempre em épocas de crise. E é precisamente quando a crise se adensa que Martins se refugia, também ele, no messianismo das suas figuras históricas, desalentado, mais uma vez, com a política³⁹² e a situação do país. Quando exalta os *filhos de D. João I*, não deixa, no entanto, de evidenciar o carácter do destino fatídico e “malogrado” de algumas dessas figuras:

³⁸⁹ Cit. in F.A. Oliveira Martins, “Homens de ontem, glórias de hoje”, *Diário de Lisboa*, 23-IX-1933, p. 3. Este conceito de aristocracia remetia para uma aristocracia intelectual/elite intelectual.

³⁹⁰ Cit. in F.A. Oliveira Martins, “O ideal dos Vencidos da Vida no 47.º aniversário da morte de Oliveira Martins”, *Diário de Lisboa*, 24-VIII-1941, p. 5.

³⁹¹ “Carta de Carlos Lobo d’Ávila a D. Carlos I, in F.A. de Oliveira Martins, *op.cit.*, p. 116.

³⁹² Já em 1888, após a desilusão e o fracasso da “Vida Nova”, Oliveira Martins deixara nítido o seu “descrédito na política”, no artigo que escreveu para o *Repórter*, a 19 de Janeiro.

“Antes morrer, que faltar: pode também ser este o lema geral que designe a geração malograda [...] na constancia de um infortúnio que se diria fatídico. Essa desgraça comum, desgraça que parece herdada, coroa-os com a auréola dos mártires (...)”³⁹³

Por outro lado, apesar da obra pretender relatar o histórico dos factos, o historiador não se inibe em deixar a sua opinião e descrença sobre a vida, aproveitando os percalços vividos pela Dinastia de Avis para salientar o sentimento de *derrota*:

“Dos infelizes martirizados pela sede do ideal, uns caminham tropeçando sem cessar na dúvida extenuante, outros seguem rectilineamente no encalço de uma ilusão, levados atrás de miragens (...). Na derrota d’esta vida, o mundo é como o mar, ou como o deserto, feito de água ou feito de areia, que ambas se levantam em ondas, ambas enganam (...)”³⁹⁴

Importante lembrar que na primeira edição da *Revista de Portugal*, em 1889-90, Oliveira Martins dedica um capítulo ao mesmo tema, com o nome “A descendência do condenado”, referindo-se ao Infante D. Pedro. Exatamente nos anos mais críticos ou intensos desse “vencidismo” como atitude por parte do grupo dos Onze, constata-se que há uma criação literária abundante, por parte dos intelectuais do grupo, com figuras também elas “vencidas” ou “derrotadas”. O enfoque dado a esse tipo de personagens e aos seus destinos podem denunciar um tipo de pensamento efetivamente mais desalentado ou descrente. São acusados, portanto, de “envenenarem” o país com os seus “livros doentios”, como foi notado no parlamento, em 1890, por Manuel de Arriaga. E Oliveira Martins lançara uma “arma” inevitável de que os republicanos se apropriaram, como o caso da *História de Portugal* ou o controverso *Portugal Contemporâneo*, onde Martins, anos antes, retratara uma dinastia de Bragança em declínio e os erros do sistema político. Para além da história, todo um rol de personagens como os Gouvarinhos, os Pacheco, Souza Neto, Artur Corvelo ou o supremo Alípio Severo, denunciadores da “corja institucional do país” são personagens criadas por um Eça descrente. Um Eça que resume a sociedade do seu tempo a um tipo único. Em carta a Fialho, em jeito de defesa, o escritor explica as suas personagens:

“V. distingue os homens de Lisboa uns dos outros? V. nos rapazes do Chiado acha outras diferenças que não sejam o nome e o feitio do nariz? Em Portugal há só *um* homem – que é sempre o mesmo ou sob a forma de dândi, ou de padre, ou de amanuense, ou de capitão: é um homem indeciso, débil, sentimental, bondoso, palrador, *deixa-te ir*; sem

³⁹³ Martins, Oliveira, *Os Filhos de D. João I*, Lisboa, 1901, p. 153.

³⁹⁴ Idem, *ibidem*, p. 118.

mola de carácter ou inteligência (...). É o homem que eu pinto, - sob os seus *costumes* diversos, casaca ou batina. E é o português verdadeiro. É o português que tem feito esse Portugal que vemos.”³⁹⁵

Esta visão sobre a pátria, ou sobre a sociedade do seu tempo, não era positiva. Dentro deste contexto, interessante lembrar que a obra mais pessimista de Eça, *Os Maias*³⁹⁶, foi escrita em 1888, exactamente no ano em que os Vencidos formaram o grupo que tanta polémica gerou. “Falhámos a vida, menino!”, exclamou Eça a Carlos da Maia...

Terá sido ironia ou coincidência o nome de “Vencidos”, com que Oliveira Martins baptizara, diante de uma rápida tradução, o grupo de amigos que partilhava as mesmas dúvidas, críticas e esperanças sobre uma pátria finissecular, em contexto de crise?

O certo é que, para além do derrotismo ou negativismo das suas personagens, reais ou fictícias, e para além da literatura, no grupo, nem todos se votavam a um sucesso real. Carlos Mayer acabou por nunca exercer Medicina. O papel de Arnoso, na Corte, sabe-se hoje que não foi o de um lugar de destaque: Bernardo Pinheiro de Melo foi escolhido pelo rei D. Carlos para seu secretário particular³⁹⁷, já depois da formação do grupo dos Vencidos, no entanto, e apesar do critério afetivo da escolha, o estatuto de Arnoso na Corte ficava abaixo do dos camaristas, situação que o próprio Conde lamentava ao amigo Sabugosa:

“(…) Já vês que me não enganei quando te disse que eu nunca seria feito Camarista. (...) A servidumbre (com várias excepções) estima imensamente ver-me posto de parte. Eu não me escandalizarei para não fazer de Marquês de Pombal, mas a ti confesso-te que tendo-se passado o que da outra vez se passou quando foi da nomeação do Pombal e fronteira, El-Rei não me dissera o menor cavaco. É claro que eu estaria a esta hora camarista e quando El-Rei me disse que ia nomear o Tarouca eu lhe tivesse dito que estimaria sê-lo. Como que ali não disse, nem nunca lho direi, continuarei como um reles oficial às ordens ao serviço de Sua Secretaria Particular.”³⁹⁸

³⁹⁵ Eça de Queiroz, “A crítica aos Maias”, *Polémicas de Eça de Queiroz*, Lisboa, 1988, p. 316.

³⁹⁶ Nesse mesmo ano, num artigo intitulado “O pessimismo”, n’*O Repórter*, Oliveira Martins descreveu *Os Maias* como “uma caricatura da sociedade portuguesa, e cujo valor literário (...) acentuou um sintoma que se denunciara já entre nós com outros livros pessimistas. (...) Essas obras, nascidas da fantasia ou da análise, teem de comum a reprovação implícita do estado actual das cousas.” Oliveira Martins, “O Pessimismo”, *O Repórter*, 29-IX-88. É interessante notar como este artigo foi seleccionado e integrado nos *Dispersos*, de Oliveira Martins, no capítulo “Problemas morais contemporâneos”, por António Sérgio e Faria de Vasconcelos.

³⁹⁷ O Conde de Arnoso viria substituir, em 1891, o Conde de S. Mamede, no cargo de secretário particular do Rei.

³⁹⁸ Carta do Conde de Arnoso ao Marquês de Soveral, Lisboa, 19-III-1901, AHCB, Arquivo Soveral, p. 27, 2. *Cit. in* Machuqueiro, Pedro Urbano da Gama, “*Nos bastidores da Corte*”, *O Rei e a Casa Real na crise da Monarquia 1889-1908*, 2013, pp. 91-92.

O Conde de Arnoso foi várias vezes delegado para segundo plano, quer em termos de remuneração³⁹⁹, quer ainda de questões protocolares de precedência, notada em várias visitas ao estrangeiro, em que acompanhou o rei D. Carlos⁴⁰⁰.

Pertencia, contudo, ao grupo dos onze janotas que despertava olhares muito atentos. As críticas a este grupo de “peraltas” – uns aristocratas, íntimos do rei, outros, figuras bem conceituadas no plano literário, outros, activos no mundo político, com projectos que pretendiam mudar o rumo nacional – não tardaram a fazer-se sentir. O grupo despertou invejas, críticas ora irónicas ora cómicas, reacções hostis, mas nunca estes homens ficaram votados à indiferença. Quem foram, afinal, os Vencidos da Vida diante do público? Eram um grupo de elite, quer intelectual, quer social, que, paradoxalmente, afirmavam-se “vencidos”, com tudo o que o termo implicava.

Repare-se que, auto-intitulando-se com tal epíteto, este grupo de homens começou por reunir-se em encontros gastronómicos um quanto dispendiosos. Em jantar, chegaram a gastar “dezoito vinténs de pão e bacalhau e dezoito mil reis de champagne”⁴⁰¹. Em 1943, num artigo sobre os Vencidos da Vida, o *Diário de Notícias* escreveu sobre estes repastos:

“Esta *élite*, que o era autenticamente, de homens de ciência, fôra conhecida do grande publico e mesmo de muitas pessoas gradas da época, como uma tribu de comilões, pois era nos banquetes famosos do Tavares, do Bragança e fora de portas que eles caprichavam em se tornar notados por ementas extravagantes e por atitudes excêntricas. Sardinhas de caldeirada, com vinho do Porto; bacalhau com batatas e grelos, regado com champagne; bifes de cebolada com rascante amarantino e de Bastos.

Os ovos moles de Aveiro eram servidos de joelhos, com reverencias ritualistas. O criado que os servia no Bragança apresentava-se com todo o aprumo, na sua impecável casaca. Junqueiro propôs que se lhe concedesse o titulo de conselheiro honoris causa, ao que os outros acederam solenemente. Enfim, uns autênticos pandegos.”⁴⁰²

³⁹⁹ Auferia um rendimento de 90 contos de reis, valor abaixo de um camarista.

⁴⁰⁰ Veja-se a tese de Pedro Urbano da Gama Machuqueiro, *op. cit.*, pp. 92-93. O autor fez um estudo aprofundado sobre “os bastidores” da Corte na crise da monarquia, observando as intrigas palacianas e a questão das “abelhas palatinas”. Será por isso que Arnoso não esteve presente no enterro real? Questão protocolar de precedências ou proibição efetiva da sua presença na despedida oficial ao rei e ao príncipe D. Luís Filipe? Não conseguimos encontrar qualquer referência que dê certeza acerca da ausência de Arnoso no enterro real.

⁴⁰¹ António Cândido, “Os Vencidos da Vida”, *ABC*, n.º 88, 16-III-1922, pp. 12-13. Um vintém equivale a dois centavos, sendo que mil reis equivalem a um escudo, em termos comparativos. Segundo Conceição Andrade Martins, na época, o rendimento médio de uma família de operários lisboeta rondava os dezanove mil reis. “Trabalho e condições de vida em Portugal (1850-1913)”, *Análise Social*, vol. XXXII, 1997, p. 514. Seria, por isso, o montante despendido nos jantares do grupo algo quase escandaloso para a sociedade.

⁴⁰² “Uma figura dominante. Maria Amália Vaz de Carvalho e os Vencidos da Vida”, *Diário de Notícias*, 20-X-1943, p.1. Mantivemos a ortografia original do artigo.

É importante salientar os locais onde jantavam estes homens: inicialmente, “o repasto fundador” deu-se no Tavares, local onde prosseguiram outros sequentes jantares. Note-se que o restaurante Tavares, fundado em 1784⁴⁰³, foi o primeiro restaurante do país e um dos mais antigos do mundo (o segundo, da Península Ibérica), sendo transformado, a partir da década de sessenta do século XIX, em restaurante de luxo, não sendo acessível a qualquer indivíduo da sociedade, por razões puramente económicas. Era considerado, nesta época, “o templo da gastronomia”⁴⁰⁴. Por outro lado, seguiu-se-lhe – ou alternou-se-lhe – o restaurante “Hotel Bragança”, de onde, como dissemos atrás, derivou o célebre nome “os onze do Bragança”. Situado onde outrora era o local da Casa do Tesouro ⁴⁰⁵ – espécie de arrecadação onde se guardavam as preciosidades da Casa dos Bragança –, era, na época, o melhor hotel de Lisboa, com vista panorâmica sobre o Tejo e parte da cidade⁴⁰⁶. Nele, não só jantaram os mais famosos intelectuais e figuras reais nacionais, como estiveram hospedadas outras personalidades importantes, como os embaixadores do Japão e a actriz Sarah Bernhardt.

É importante notar que a própria localização dos hotéis escolhidos para os jantares era privilegiada em termos de política urbana e do estilo de vida dos frequentadores desses espaços⁴⁰⁷. O Tavares, no Chiado, e o Bragança, na zona baixa da cidade, pertenciam, por excelência, a esses “espaços de sociabilidade que expressam a cultura urbana da

⁴⁰³ Situado na rua da Misericórdia. n.º 37, no Chiado, este espaço foi inicialmente adquirido e tornado restaurante por um italiano, Nicolau Massa, em 1784. Em 1823, assume a sua designação actual, quando passa a pertença dos irmãos Tavares. Quando comprado por Vicente Caldeira, na década de sessenta do século XIX, passa, efectivamente a ser um dos restaurantes de luxo mais caros de Lisboa. Ainda hoje existe, sendo a sua gastronomia muito apreciada, mantendo, contudo, os preços bastante elevados para a actual considerada “classe média”. Na época, era frequentada apenas por uma clientela bastante endinheirada. O espaço mantém, também, um grande salão reservado, ainda com os candelabros e mobiliário oitocentista, onde se realizaram grandes banquetes.

⁴⁰⁴ Cf. Ana Maria Alves Pedro Ferreira, “Os hotéis de Lisboa no contexto das políticas e das culturas urbanas do século XIX”, *Revista Turismo e desenvolvimento*, n.º 21/22, 2014, p. 358.

⁴⁰⁵ O Hotel Bragança outrora situado na Rua do Ferragial de Cima, depois Rua Vítor Cordon, n.º 45 a 47, era um edifício do século XIII, pertencente à Casa de Bragança e chamado de Casa do Tesouro, ou chamado como o lugar da “casa do Tesouro”, por albergar os tesouros dos Duques de Bragança. Foi destruído pelo terramoto de 1755 e logo a área danificada serviu para construção de barracas, por parte dos mais pobres e sem abrigo, o que deu ao local um aspecto degradante. Por essa mesma razão, a Câmara Municipal de Lisboa acabaria por intervir e ali voltar a edificar um edifício, fundado antes de 1850, sendo assim, construída uma hospedaria, a “Hospedaria Bragança”, mais tarde, “Hotel Bragança”, o melhor da cidade de Lisboa e cuja ementa gastronómica era luxuosa. A partir de 1915 o edifício acabaria por transformar-se em sede dos escritórios das “Companhias reunidas do Gás e Electricidade” (mais tarde, a E.D.P.).

⁴⁰⁶ A sua fachada dava para o Largo do Corpo Santo.

⁴⁰⁷ Os hotéis de maior qualidade, em Lisboa, situavam-se nas três zonas consideradas nobres: Chiado, Cais do Sodré e algumas ruas da Baixa Pombalina. Cf. Campos, Carlos Augusto de (dir.), *Almanach Comercial de Lisboa*, Lisboa, 1884, p.140.

época.”⁴⁰⁸ Uma cultura centrada no gosto parisiense e na tendência “*flaneur*” que o próprio Eça descrevia nas suas obras, quase como um reflexo da sua realidade.



Doc. 11 – Restaurante Tavares [191-?]. Autor: Alberto Carlos Lima (1872-1949), A.M.L., Cota LIM001054



Doc. 12 – Restaurante Tavares [19-], interior de uma sala. Autor não identificado, A.M.L., Cota LSM000966

⁴⁰⁸ Cf. Ana Maria Alves Pedro Ferreira, *op.cit.*, p. 363.



Doc. 13 – O Hotel Bragança, visto do Arsenal de Marinha [entre 1858 e 1910]. Autor: Francesco Rocchini (1821-1893), A.M.L., Cota ORI000740.

Basta verificar a indumentária dos homens do grupo, para entender as críticas que sofreram face ao nome⁴⁰⁹: Ramalho era conhecido pela sua vaidade, sempre com a fresca e fina flor na lapela; Carlos Mayer era um dândi muito elegante; os da aristocracia, junto ao Rei, não poderiam destoar do cargo que exerciam, enfim, todos eles eram homens bastante cuidados na aparência, sendo que a maioria vestia de acordo com a moda parisiense e costumes ingleses, o que justificava uma evidente boa posição social. Notemos os seguintes documentos, como exemplo dessa impecável aparência:

⁴⁰⁹ “De modo incomparável irritavam, no entanto, a Lisbôa que os supunha um grémio de *dandies*, de epicuristas requintados e cheios de altivo desprezo pela outra gente. (...) Tudo o mais lhe perdoariam, enfim; porém, a bela presença física de alguns dos Vencidos (...) enchiam de despeito (...)”, Manuel da Silva Gaio, *Os Vencidos da Vida*, Coimbra, 1931, p. 24.



DEPOSITADO

Lith. Godes. Rua de Vasco da Gama, 9.

GRANDE ESTILO NA «TOILETTE» E NA ESCRITA

Doc. 14 – Ramalho Ortigão, por Rafael Bordalo Pinheiro, *Álbum das Glórias*, vol. I, n.º 6, Maio de 1880, p.025.



DEPOSITADO

.HONNY SOIT QUI MAL Y PENSE.

Lithographia Guedes, rua de Vasco da Gama, 9.

Doc. 15 – Eça de Queiroz, por Rafael Bordalo Pinheiro, *Album das Glórias*, vol. I, n.º 9, Julho de 1880, p.0037.

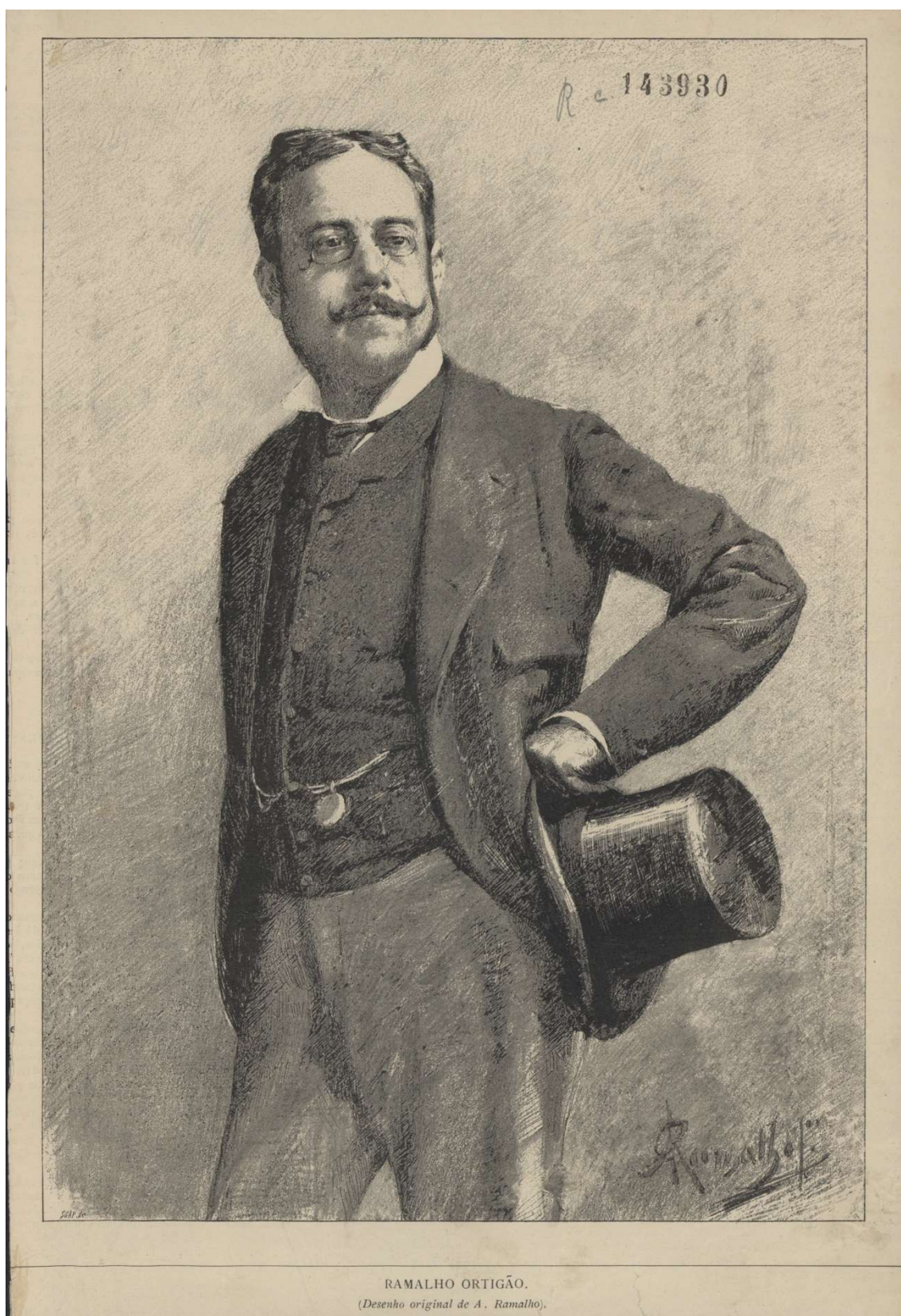


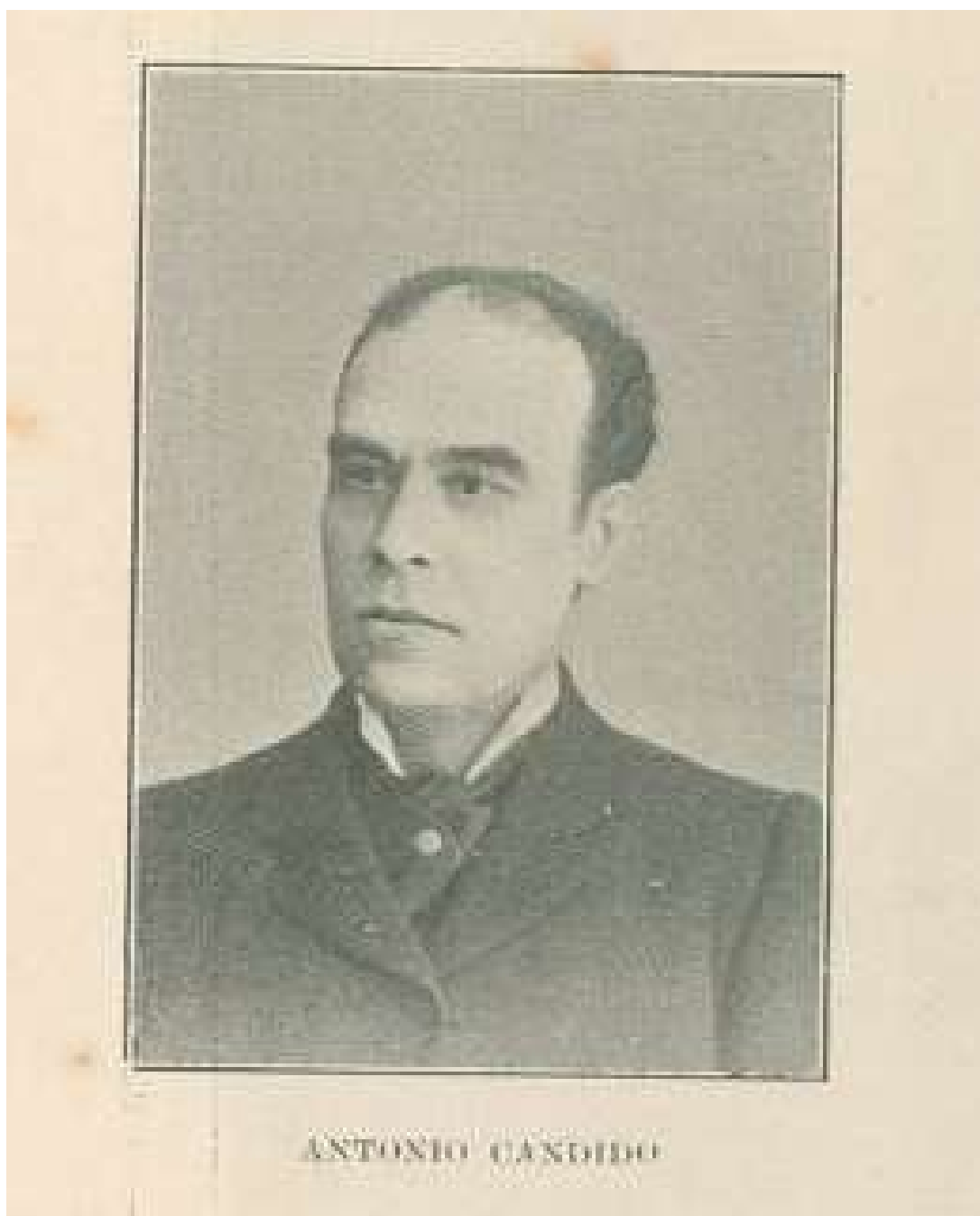
DEPOSITADO

Lithographia Guedes, rua da Oliveira n.º 41,...

A VAPOR!

Doc. 16 – Oliveira Martins, por Rafael Bordalo Pinheiro, *Álbum das Glórias*, vol. I, n.º 20, Setembro de 1881, p. 0021.





Doc. 18 – Fotografia de António Cândido, *Ilustração Portuguesa*, 16-XI-1903, p. 0021.



Reprinted by permission of the publishers, Ward & Lock

By "RUTH"

Unlike Wilkes, who was only half-an-hour behind the handsomest man in Europe,
M. de Soveral is usually a minute or two ahead of him.

(M. de Soveral.)

Doc. 19 – Caricatura do Marquês de Soveral, *Vanity Fair*, 02-X-1907, onde se lê a frase: “Unlike Wilkes, who was only half-an-hour behind the handsomest man in Europe, M. de Soveral is usually a minute or two ahead of him.”

Por outro lado, as fotografias em grupo, evidenciam claramente não só o cuidado de todos eles com a aparência, mas ainda o modo como se deixaram fotografar. Parece haver um meticuloso cuidado com as poses que tomaram: sendo todas elas diversas, denotam como que uma afirmação do lugar próprio que cada um ocupava na sociedade do seu tempo. Mas, mais do que isso, o semblante totalmente sério e fechado (ousamos até afirmar que há uma certa nostalgia) que cada um imortalizou nesses retratos conjuntos. Reparemos nas seguintes fotografias do grupo, deixadas para a posteridade, num dos seus jantares na casa do Conde de Arnoso, onde apenas faltou António Cândido:



Doc. 20 - Os Vencidos da Vida fotografados por Augusto Bobone, em casa do Conde de Arnoso, na Rua de S. Domingos à Lapa, em 1889 (António Cândido não esteve presente neste jantar), A.M.L., Cota ACU002561.



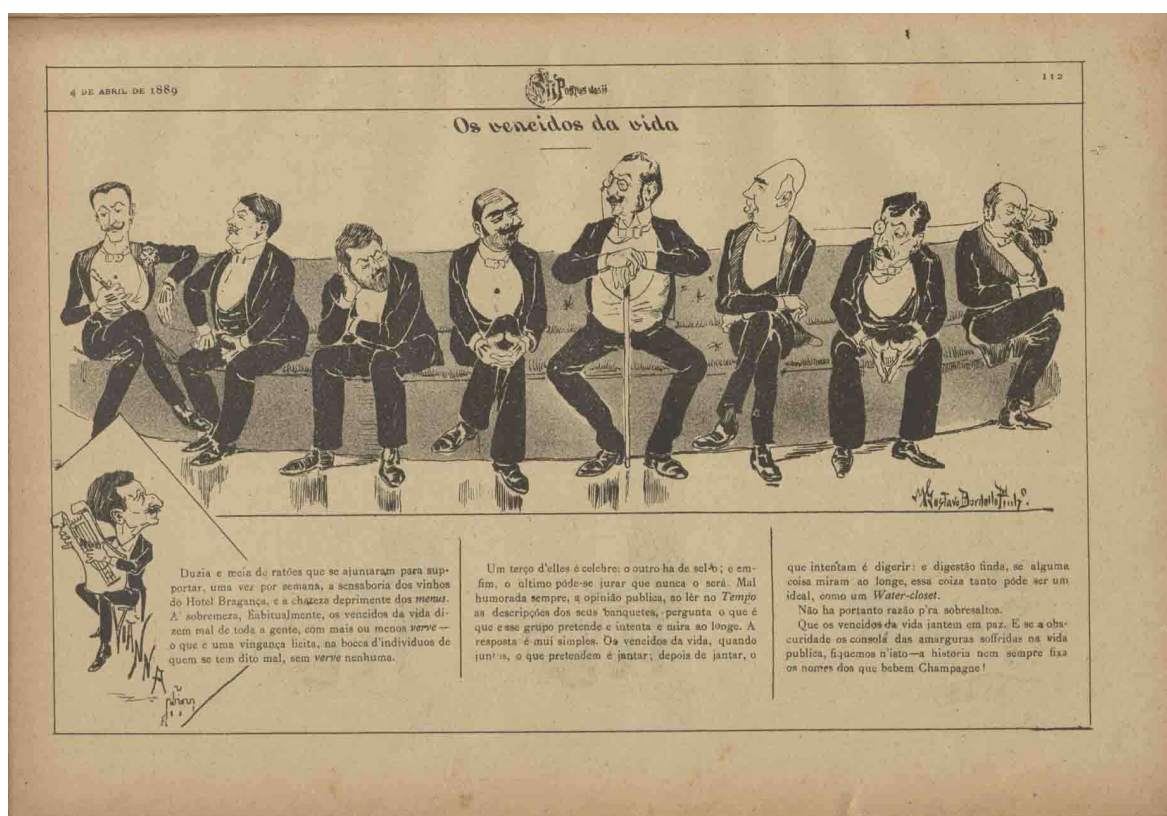
Doc. 21 – “*Os Vencidos da Vida*”, *Revista Brasil Portugal*, ano II, n.º 39, 1 – IX-1900, p. 0233.



Doc. 22 – O grupo dos Vencidos da Vida, *Ilustração Portuguesa*, 2-VI-1923, p.0690.

Além das posições muito diversas, olhavam ainda em direcções várias, nem todos fixavam o fotógrafo, sendo que essa distância assumida (ou um alheamento propositado), pode ser facilmente confundida com altivez. Assumiram-se como um grupo de amigos, com afinidades, e nas fotografias onde se deixaram fotografar, todos assemelharam-se nessa postura séria. Não cremos, ainda, que mesmo a escolha do fotógrafo. Augusto Bobonne – o fotógrafo da Casa Real – tenha sido deixada ao acaso, na ocasião de marcar a posteridade do grupo.

A postura física que os Vencidos assumiram nas fotografias, também ela não passou despercebida aos críticos da época, que reproduziram os Vencidos nessa mesma forma diversa, e que demonstra um aparente alheamento face à lente com que são olhados. Ora vejamos:



Doc. 23 – “Os Vencidos da Vida”, *Os Pontos nos II*, 4-IV-1889, p.7.

Outro aspecto relevante na postura dos *onze do Bragança* é que, quando saiam dos referidos restaurantes, frequentemente dirigiam-se ao Teatro, o que não era, na época,

algo acessível à maioria da população⁴¹⁰. Atente-se nesta irónica crítica do cronista “Mussy”:

“Perante a galantine *marbré* e o *fois gras à l’aspie*, esses peraltas da política, da literatura e da diplomacia, derramaram em lágrimas douradas de Champagne os pesares que lhes causam as contrariedades da vida. (...) Eles dão-se o supremo *chic* de almas desalentadas, e colocam a máscara do tédio com o mesmo cuidado com que põem sobre o peitilho o largo *plastron* à inglesa. Neste carnaval constante da vida andam ininterruptamente disfarçados, e passeiam pelos salões, mostram-se pelos teatros e pelos clubs (...) sorrindo com a tristeza dos desalentos.”⁴¹¹

Apesar de fugazes, os jantares deste grupo que se auto-intitulou por “Vencidos da Vida”, despertaram muita atenção e foram amplamente criticados, por diversos sectores.

Que tipo de críticas, receberam? E quem os criticou? Sofreram críticas na imprensa: *Correio da Manhã* (de Pinheiro Chagas), *Jornal da Noite* (de Caldas Cordeiro), *Pontos nos ii* (de Rafael Bordalo Pinheiro), *Má Língua* (de Barros Lobo), *Os Gatos* (de Fialho de Almeida), entre outros. As críticas foram diversas.

A 21 de Março de 1889, no *Jornal da Noite*, “Mussy” dedicou uma coluna inteira aos Vencidos da Vida, caracterizando estes homens como “blasés”, “nostálgicos” e “desalentados” e fazendo o quadro geral da sua situação: os da política,

“Uns são os *flaneurs* da política, os que esgrimem no parlamento sem ódios, sem represálias, como poderiam fazê-lo n’uma sala d’armas, com completa tranquilidade, sem ímpetos, sem rancores. No jornal afectam o mesmo dandysmo, conservando a linha impecável nas discussões mais acaloradas. Como que escrevem de luva branca.”;

os da diplomacia,

⁴¹⁰ É curioso analisar o tipo de peças que existiam na época e para que público eram dirigidas. Sabe-se que, numa população que rondava os 200 000 habitantes, existiam apenas oito teatros em Portugal: “Em 1871 funcionavam em Lisboa – para uma população ligeiramente superior a 200 000 habitantes, ou seja, cerca de 5% da população total do país, segundo o censo de 1864 – oito teatros, três deles construídos ainda no século XVIII (os Teatros da rua dos Condes, do Salitre e de S. Carlos) e cinco inaugurados entre 1846 e 1870 (D. Maria II, Ginásio, Príncipe Real, Trindade e Taborda). [...] em 1899 a população de Lisboa subira para 356 000 habitantes e o número de Teatros para dez, abstraindo das salas suburbanas de Alcântara e Belém, quase todas aliás de efémera duração, e das salas destinadas a espectáculos de circo e variedades, porquanto aos oito que havia em 1871, desfalcados de um que, entretanto fora demolido (o antigo Salitre, que em 1858 passara a denominar-se Variedades), vieram acrescentar-se três (os Teatros do Rato, Avenida e D. Amélia).” Luís Francisco Rebello, *O Teatro naturalista e neo-romântico (1870-1910)*, Lisboa, 1978, p. 29.

⁴¹¹ Mussy, “Chronica alegre – Os Vencidos da Vida”, *Jornal da Noite*, 21-III- 1889, p. 3. Seria esta crónica, onde “Mussy” os classificava de “blasés”, que originaria a resposta de Carlos Lobo d’Ávila n’*O Tempo*, no dia seguinte.

“Passeiam no *Prater* ou no *Bois* habitualmente, bigodes retorcidos, monóculo perscrutador, olhares desafiando as deusas do Olympo. De quando em quando vêm a Lisboa *poser*; aparecem em S. Carlos pela superior e pelas frizas (...) Aqui aparentam a nostalgia dos países onde habitualmente vivem; têm um ar enjoado, acham burgueses todos os nossos costumes; descobrem ridículos em tudo (...)”;

e os da literatura,

“É lá que se encontram os da *haute gomme*, a espuma da literatura. Há o contista delicado e fino, cujos períodos rescindem perfumes estranhos, muito cheios de adjectivos sonoros, recheados de epítetos bárbaros da ciência, de termos peculiares das artes. A observação desce neles à mais insignificante minúcia; as descrições são miúdas, excessivamente detalhadas, falam muito em psicologia, em nervosismos, em análises profundas da alma humana, de que aliás pouco entendem. As suas peças literárias são mais analíticas do que sintéticas e revelam uma paciência educada a par d’uma alma *blasé*. Destaca-se também o escritor aguarelista (...). É um colorista nas letras e na *toilette*; um excêntrico fino, um *dandy* da arte.”

Perante tais descrições, Carlos Lobo d’Ávila reagiu no dia seguinte (22 de Março de 1889), n’ *O Tempo*:

“Um espirituoso cronista do *Jornal da Noite* consagra quase uma coluna de prosa cintilantemente irónica, embora com laivo de amabilidade, à desditosa sociedade dos Vencidos da Vida, que costumam suavizar a amargura da sua derrota com um *modesto* ágape semanal (...). Quanto não dariam muitos triunfadores, que por aí se banqueteiavam opiparamente, pela honra de inspirarem ao gracioso cronista do *Jornal da Noite* duas linhas do seu estilo, em que faíscam ironias mais brilhantes do que os astros do céu (...). Há só uma injustiça na crónica de Mussy – assim vem assinada a chistosa crítica – e essa injustiça não podem os Vencidos deixar de protestar contra ela: é chamar-lhes *blasés*! *Blasés*, segundo o dicionário, quer dizer cansados, fartos de coisas boas. Ora os *pobres* Vencidos que, salvo nos dias de regabofe no Bragança, nunca provaram senão o caldo negro, de que fala o nosso amigo Baracho, os pobres Vencidos que passam para aí o suplício de Tântalo e vão para S. Carlos, como o cronista observa, com cara triste, quer dizer com cara de fome, não estão fartos de coisas boas: antes pelo contrário, querido Mussy!”

Se a crítica era irónica e espirituosa, a resposta não menos o foi. Repare-se que os Vencidos não abdicaram de responder publicamente às críticas a que eram directamente sujeitos na imprensa. E perante respostas como esta, de Carlos Lobo d’Ávila, as críticas adensavam-se em torno dos Vencidos, que pareciam ostentar cada vez mais, perante a curiosa Lisboa, os talentos de dignos vencedores.

A 28 do mesmo mês, o *Correio da Manhã* fazia a minuciosa análise de cada uma das figuras dos Onze, “justificando”, pelo tom do sarcasmo, por que razão eles eram “vencidos”, como mostram estes exemplos:

“(…) Bernardo de Pindela. Tudo neste nome quer dizer triunfo ...até a partícula de. (...) Carlos Lobo d’Ávila. (...) Não se perde e se se finge um vencido...é cá por coisas. (...) Pormenor curioso: quando todos os Vencidos gostam de se recolher a bastidores para não darem nas vistas, este gosta do contrário, mostra-se em três vitrines – S. Bento, o Tempo e a terceira frisa de S. Carlos, à direita. (...) Conde de Ficalho. Pode lá julgar-se vencido quem sempre timbrou em vencer nas mais diversas batalhas, cujo campo se estende desde a Ajuda até Estremoz, incluindo a Academia, a Escola, o Conto, o Livro e S. Bento? (...) Guerra Junqueiro. O poeta de fraque, badine e rica bota. Não é um vencido não; em Viana é um janota. (...) Luis de Soveral. O monóculo, a calça que nunca viu joelheiras, os bigodes retorcidos, etc, etc, tudo faz crer que pela vida adiante nunca se julgou senão um vencedor. (...) Ramalho Ortigão. Pelo alfabeto é o último e tem juízo o alfabeto. Seria o último dos vencidos da vida quando caíssem derrotados todos os vencedores.”

Por outro lado, o artigo não poupou o ataque frontal a alguns deles, para lá da ironia:

“Carlos Mayer. O único em que o adjectivo assenta como uma carapuça. Não acredita na clínica, nem na vida, nem no talento do sr. Ministro da guerra, nem na finura do sr. José Luciano e cremos que nem mesmo no espírito que desbarata em cem ditos por dia. (...) Oliveira Martins. É verdade: vencido e bem vencido! Vencido depois de ser vencedor, o que é a pior das derrotas. (...) Este deve ser o director da troupe.”

A Eça coube a crítica com tom pessimista, onde se avizinhava uma certa inveja: “No consulado de Paris venceu, como vencera com os romances. Fazemos votos para que lhe aconteça o mesmo com a Revista. Em todo o caso, chamarem-lhe vencido antes de ela aparecer, mau gosto e... mau sinal.” A resposta foi imediata. N’*O Tempo*, no dia seguinte lia-se:

“O amável *Correio da Manhã* fazendo hoje o retrato social dos vencidos da vida, um por um, para lhes contestar este título acabrunhante, continua e engrossa o ruído de publicidade que a imprensa tem erguido ultimamente em torno deste grupo jantante, com considerável desgosto dos homens simples que o compõem.”

O facto é que adjectivando-se desta forma, e sabendo-se quem eram eles, os Vencidos aumentavam “o ruído” em torno de si. Por outro lado, afirmava *O Tempo* que este grupo “permitia” as notícias que sobre si circulavam,

“para que a opinião se não possa, de modo algum, equivocar sobre o motivo íntimo que todas as semanas os arranca dos seus buracos, para os juntar num gabinete de restaurante, ao lusco fusco de quatro cortinas de repes. Homens que assim se reúnem poderiam logo, neste nosso amado país, ser suspeitados de constituir um sindicato, uma filarmónica ou um partido. Tais suposições seriam desagradáveis a quem se honra de costumes comedidos. (...)”⁴¹²

A 31 de Março, o *Correio da Manhã* daria a resposta:

“É realmente de fazer chorar as pedras nos tempos áureos e egoístas que vão correndo este exemplo de abnegação e de pureza de costume. Onze bons que podiam ser maus, onze simples que podiam ser...compostos, onze Cincinatos que podiam ser Josés do Telhado, e que não são nada disso, e que deixam o luxo e os prazeres, as *Farpas* e o Turf, o Paço e a Régie, S. Carlos e *O Tempo*, tudo, tudo e para quê! Para jantarem uma vez por semana, num isolamento...de onze, ao lusco-fusco com cortinas de repes. Também só um ideal sublime, o que há em que quer que seja da santa abnegação de irmãos de caridade, e que é como que o último esforço dos vencidos da vida, seria capaz de arrancar o sr. Eça ao seu consulado de Paris, o sr. Soveral à sua legação de Londres e ao sr. Mayer...à sua clínica, para Succis compatriotas, virem alimentarem-se só uma vez por semana à *tasca* do Bragança, sem luz eléctrica, sem reposteiros de seda, (...) sem perdizes trutadas, bom champagne Clicquot, isolados, macambúzios, escamados até... É de fazer rachar as pedras.”

As palavras, que seriam de Pinheiro Chagas ou de Fialho de Almeida deixam antever uma certa inveja, apesar da ironia frontal com que expõem o “vencidismo” aparente deste grupo de homens “simples”.

Chagas e Fialho não terão sido, certamente, os únicos intelectuais a ressentir-se da sua não inclusão neste grupo⁴¹³. De facto, afirmando-se amigos e com ideais e afinidades em comum, os Vencidos da Vida foram onze sujeitos de boa situação social que, jantando com personalidades influentes da época e aceitando o amigo D. Carlos como o “vencido suplente” (o que mais invejas, dúvidas e curiosidade fez suscitar), não incluíram outras, algumas do seu meio social, outras do seu meio político. Crê-se que Fialho de Almeida nunca terá perdoado Oliveira Martins por não ter sido incluído no grupo. O primeiro era secretário de redacção d’*O Repórter*, onde o segundo exercia o cargo de redactor-chefe. Neste jornal surgiram várias notícias sobre acontecimentos ligados aos homens que compunham o grupo dos vencidos: foi noticiado pela primeira vez a publicação d’*Os*

⁴¹² *O Tempo*, 29-III-1889, p. 1.

⁴¹³ António Sérgio escreveu: “Os Vencidos atraíram críticas, suspeitas, ironias, más vontades, e sobretudo despeitos de intelectuais que não conseguiram pertencer ao grupo; chegaram a supô-los um partido político.”, António Sérgio (pref.), Oliveira Martins, *Dispersos*, vol. I, 1923, p. 295.

Maias (10 de Julho de 1888), ou contos de Bernardo Pindela (30 de Julho de 1888), ou acolheu artigos do Conde de Ficalho (13 de Setembro de 1888); a *Revista de Portugal* também foi anunciada n’*O Repórter* (21 de Setembro de 1888) e sobre esta *Revista*, Eça escreveu o seguinte, em correspondência com Sabugosa:

“V. sabe, ou não sabe, que eu me encontro director de uma revista, uma coisa considerável, chamada *Revista de Portugal*, que a Casa Chardron vai editar. Pretendo, entre outros fins, reunir nessa revista, além de colaboradores especiais, um grupo de amigos e dedicados, daqueles com quem é um prazer, além de colaborar, jantar! (...) Na Revista V. encontra todos os nossos amigos, desde Bernardo, o *Pekinez*, até Martins, o Subtil. É como a mesa do Tavares ou do Bragança – com a diferença de o champagne *extra-dry* não ser servido em copos, mas em frases!”⁴¹⁴

Assim, verificamos que n’ *O Repórter*, as actividades respeitantes aos elementos do grupo eram prontamente divulgadas e que, de facto, este era um grupo fechado. Pelas palavras de Eça, concluímos que os Vencidos, agruparam-se por afinidades e amizade em comum, a ponto de não terem “convidado” outras personalidades do seu meio a participarem nos encontros. Fialho de Almeida, contudo, não pertencia nem ao mesmo grupo social, nem tão pouco alcançara as “glórias” que fizeram com que os vencidos fossem tidos como vencedores. Por isso mesmo, este talvez tenha sido um grupo elitista, o que lhes terá valido as invejas, ódios e críticas mordazes.⁴¹⁵

Os *Pontos nos ii* de Rafael Bordalo Pinheiro, deu conta acerca da crítica aos Vencidos, numa notícia de Fialho, não assinada, posteriormente publicada n’*Os Gatos*:

“Mal humorada sempre, a opinião pública, ao ler n’*O Tempo* as descrições dos seus banquetes, pergunta o que é que esse grupo pretende e intenta e mira ao longe. A resposta é mui simples. Os vencidos da vida, quando juntos, o que pretendem é jantar; depois de jantar, o que intentam é digerir; e digestão finda, se alguma coisa miram ao longe, essa coisa tanto pode ser um ideal, como um *water-closet*. Não há portanto razões para sobressaltos.”⁴¹⁶

Contudo, apesar de querer desmistificar os intentos “perigosos” dos Vencidos, esta notícia não deixa de utilizar a mesma ironia de outras:

⁴¹⁴ Eça de Queiroz, *Correspondência*, Lisboa, 2001, pp.142-143.

⁴¹⁵ Um outro caso de não inclusão no grupo foi Silva Pinto, jornalista que em *Combates e Críticas* e *A Torto e a direito* não poupou Oliveira Martins, bem como a outros vencidos, a duras críticas.

⁴¹⁶ “Os Vencidos da Vida”, *Os Pontos nos ii*, 4-IV-1889, p. 7.

“Dúzia e meia de ratões que se ajuntaram para suportar, uma vez por semana, a sensaboria dos vinhos do Hotel Bragança, e a chateza deprimente dos menus. À sobremesa, habitualmente, os vencidos da vida dizem mal de toda a gente, com mais ou menos verve – o que é uma vingança lícita, na boca d’indivíduos de quem se tem dito mal, sem verve nenhuma.”⁴¹⁷

E continua, adjectivando os homens do grupo, com o mesmo tom sarcástico com que a imprensa costumava escrever sobre os Vencidos: “Um terço d’elles é célebre; o outro há-de sê-lo; e enfim, o último pode-se jurar que nunca o será.”⁴¹⁸

A imprensa, de facto, não poupou este grupo de “vencidos”. N’ *A Comédia Portuguesa*, lia-se, em jeito de piada, mas sempre ironizando o título com que se adjectivaram estes homens:

“Vencido ou vencedor sempre supôs combate. Hoje não é assim. (...) Chega o povo à janela, a ver se já tem rosas, Que é mimo da estação, n’uns pobres alegretes, E vê os tais, os onze, a trescalar pivetes, Sem terem filiação em Marte ou em Minerva: Vencidos, como a flor que não chegou a erva. Diz o vulgo profano: ‘Ó Deus, pois estes *onze*, Estes varões de ferro, e de platina e bronze, Estes *onze* d’hotel, estes que são vencidos, Que jantam no Bragança uns ovos remechidos, Pois são estes, Senhor, que vêm dias a dias, Sahindo da Havaneza e geito de Isaias, Bradar que o lôdo vil conspurca o mundo inteiro?...’ Ora, cêbo de grilo! E cança-se o padeiro!”⁴¹⁹

Num tom pouco simpático e em jeito de graça, também se leu, no mesmo periódico:

“Os Vencidos da Vida devem ser parentes próximos dos inseparáveis na morte. Estes, segundo o contracto de António e Cleópatra, banqueteavam-se em qualquer hotel Bragança do Egypto, com a condição de morrerem juntos, quando se lhes dissipasse o seu ideal luminoso. Os modernos, à falta de Cleópatras e de triumviratos, chegaram a ganhar tédio à vida, segundo eles afirmam, a qual os venceu, sem que se desse pelo rumor do combate; e vão curtir mágoas e desalentos com vários decilitros de Colares. (...)”⁴²⁰

⁴¹⁷ Idem, *ibidem*.

⁴¹⁸ Id. *ibid*.

⁴¹⁹ “Vencidos da Vida”, *A Comedia Portuguesa*, 13-IV-1889, p. 6.

⁴²⁰ “Vencidos da Vida”, *A Comedia Portuguesa*, 6-IV-1889, p. 7.

A Comedia Portuguesa abordou, de facto, com bastante frequência o tema “Vencidos da Vida”:

“Sob o título de – Vida Elegante – um colega dá-nos a extraordinária notícia de que os ‘vencidos da vida’, para festejar a chegada de Eça de Queiroz, jantaram no ‘Braganza’. Que elegância de ideia e que elegância de jantar! Contas do Porto, sim? Mas não é tudo. Guerra Junqueiro, - continua o informador que é necessariamente um elegante - o único ‘vencido’ que faltou, mandou dois alexandrinos! Ignorantes das pragmáticas dos jantares d’hotel, entre vencidos, pasmámos da remessa. Dois alexandrinos para um jantar! Demónio de ideia! Qualquer mortal teria enviado – duas pêras. E então alexandrinos, ao toast, devem ser indigestos como ade rabanetes! Segredos da elegância. Que cómicos!”⁴²¹

Entre a ironia e a comédia, a alusão aos banquetes deste grupo de “peraltas”, sucediam-se na imprensa, quase diariamente, sobretudo ao longo do ano de 1889 - considerado o ano mais activo do grupo e em que este dignou-se noticiar os seus próprios encontros ao público. Aliás, os Vencidos já eram incluídos em todo o tipo de artigo como este é um exemplo, sob o título de “Apocalipse de S. João (cap. XIX)”:

“E bradou a nova companhia do gaz, de cima do gasómetro: vinde ó febre typhoide, e dizimai esta ruim cidade, cujos pecados nem o canarim Lourenço é já capaz de dosear, e cujas iniquidades o Senhor Deus Fernando Palha manda-lhe sejam descontadas. Vinde e multiplicai por esta ruim cidade os seus tormentos e as suas dores, porque ella se elevou na sua soberba e se engolfou nas suas delícias. E nesse mesmo dia ella haverá de sofrer todas as pragas: a morte, o pranto, os *vencidos da vida*, e o Turf-Club – porque eu sou o Todo Poderoso, e em minha magnificiencia a condemnei. (...)”⁴²²

A Comedia Portuguesa tinha como particular “alvo” dos membros dos vencidos, Ramalho Ortigão, sendo que num dos vários artigos dedicados a esta figura⁴²³, por ocasião em que Ramalho surge vestido de toureiro no Carregado para assistir a uma tourada (promovida pelo sr. Visconde da Várzea), o periódico implica numa notícia de Julião Machado todo o grupo, com uma caricatura de Ramalho vestido de jaleca à toureiro,

⁴²¹ *A Comedia Portuguesa*, 30-III-1889, p. 2. O alexandrino a que a notícia se refere foi o telegrama enviado por Junqueiro, de Viana, que dizia o seguinte: “Onze da noite. Chega o telegrama. Tudo já neste Éden do Lima é silencioso e mudo, astros e bacharéis, rosas e vereadores, na assembleia a espadilha e no jardim as flores. E enquanto que vocês, hidrópicos de Ayala, no fim de um Trimalcão híper, de grande gala, discutem – ó joviais caóticos banzés! – o infinito, o governo, e a via láctea, os Zés Luciano e Dias, o turbilhão de grandeza que vai por essa Europa e por essa Havaneza, de Bismark a Burnay, de Moser a Renan, eu, numa santa paz ideal de Lourinhã, vou deitar-me e sonhar de certo – ó sonho lindo! – que já no meu quintal tenho o ervilhal florindo.”, *O Tempo*, 29-III-1889, p.1.

⁴²² *A Comedia Portuguesa*, 6-IV-1889, p. 6. O sublinhado é nosso.

⁴²³ Veja-se, em particular, *A Comedia Portuguesa* de 6 e 13 de Abril de 1889.

“A sociedade portuguesa está ameaçada d'uma profunda transformação, mercê dos onze paladinos do Braganza. Entre as notas vivas e alegres com que nos tem deliciado, nos últimos tempos da sua existência, cheia d'uma distincção, refinada, verdadeiramente afastada dos tramites vulgares de peonagem victoriosa, destaca-se a da maneira gentil porque acabam de revolucionar os costumes, depois de inverterem a grammatica. Assim é da pragmática, hoje, entre as pessoas de bom tom, que perfumam de verbena as ceroulas, e a bretanha dos lenços no subtil perfume de alho hortelão (...) concorrer aos diversos typos, escolhidos no seio do grupo reformador, o gracioso da idéa. Achamos adorável que se vá aos touros de toureiro, às corridas de jockey (...) quando eu sair de minha casa para tomar banho no Tejo, devo ir vestido de linguado ou de bezugo? Devo levar escamas como o bacalhau, ou ir de corpinho bem feito, como a branca lula? Dizei-o ó vós, ó onze patriarcas do chic. O verão chega e a população espera. – Que pandegos!”⁴²⁴



150

Veja-se, ainda, o seguinte documento, aludindo à frequência assídua dos Vencidos da Vida no S. Carlos:



Doc. 25 – “Croquis de S. Carlos - Dois Vencidos da Vida”, *Os Pontos nos ii*, 21-III-1889, p. 3.

Assim parecia que a opinião pública não deixava passar nada sobre este famoso grupo de homens que, vistos como vencedores, afirmavam-se vencidos. Repare-se no seguinte exemplo, que se afirma como uma “página dedicada aos Vencidos da Vida, em “Carta dedicada a El-Rei D. Luís”, numa série de caricaturas, em crítica ao estado do país:



Doc. 26 - “Carta dedicada a D. Luís I – Página dedicada aos Vencidos da Vida”, assinada por Sá de Miranda (pseudónimo de Urbano de Castro, redactor do *Correio da Manhã* e cronista do *Jornal da Noite*), *A Comédia Portuguesa*, 23-III-1889, pp. 4-5.

As críticas que sofreram na imprensa eram ora irónicas, ora cómicas, tão sarcásticas quanto mordazes e impiedosas. O *Pontos nos ii* dedicaram-lhe estas estrofes:

“Mais triste que o som de bronze
Tangendo os mortos na ermida
Corre a vida àquelles onze,
Onze vencidos da vida! (...)

Há por aí tanto estupor
Que trabalha, bem sabeis,
Mas que ao cabo do labor
Abiscoita uma de seis.

E eles então, constrangidos
A ganhar libras aos centos!

- Que desgraça, pr'os vencidos
Ter tamanhos vencimentos! (...)⁴²⁵

1 DE ABRIL DE 1889

107

Vencidos da vida

Mais triste que o som do bronze
Tangendo a mortos na ermida
Corre a vida áquelles onze,
Onze vencidos da vida!

Nos sujos beccos d'Alfama
Ha tanta ventura infinda!
—Põe-se o pé fora da cama
Quando o sol resona ainda!

Quem lhes dera essa alegria
Dos matinaes arrebóes!
—Mas sómente ao meio dia
Saltam de val' de lençóis...

E—peior que em catre infame
Mais duro de que o ligedo—
Dormem nos colchões d'arame
Da loja do Figueiredó!

Ha gente, a que a sorte amima,
Que almoça assorda sem magoa,
E lhe atipa, inda por cima,
Succulentos copos d'agua!

P'ra elles, fados ingratos
Dão apenas por delcete
Ao almoço cinco pratos,
Por cima café com leite!

Ha felizardos sem conta,
E que eu de inveja arcnego,
A que o fato não afronta
—Porque está todo no prego!

E elles, curvados ás lides
D'uma vida como aquella,
Tê têm falta de cabides
P'ra pendurar a farpella!

Ha outros, que entre o regalo
Do mais farto passadio,
Até vão ao Gargamalo
Jantar um bife sombrio!

E elles, co' a falta de parne
Que lhes faz gemer a pança,
Tem de castigar a carne
Co' as bodegas do Bragança!

Ha por hi tanto estupor
Que trabalha, bem sabeis,
Mas que ao cabo do labor
Abiscoita uma de seis.

E elles então, constrangidos
A ganhar libras aos centos!
—Que desgraça, p'ra os vencidos
Ter tamanhos vencimentos!

.....
Mais triste que o som do bronze,
Tangendo a mortos na ermida,
Corre a vida áquelles onze
Onze vencidos da vida!...

João de Deus

De raspão...



Trata-se de saber 'se em Lisboa ha ou não ha uma epidemia de typhos.

— Toda a Lisboa diz que sim...

— O conselho de hygiene diz que não...

Rataplá!

Cataplá!

E entretanto a procissão das victimas continúa, e a cidade sobressalta-se, mau grado as affirmativas dos cerberos da saude publica, cujas benignas palavras não logram espantear-lhe do espirito, o primitivo desasocego.

Por exemplo:

Na ultima sessão do conselho de hygiene apurou-se o seguinte — que por um lado, a imprensa exagera a importancia da epidemia, acrescentando obitos de sua casa, á exigua cifra dos victimados pelo typho, durante os dois ultimos mezes — e que por outro, o conselho rebata, em proporção egual, a importancia da mesma epidemia, descontando em cada duzia de typhosos mortos, um certo numero d'obitos, como é praxe fazer-se no commercio, com os artigos de revenda — quer sejam garrafas de vinho, quer sejam sapatos d'ourello.

A verdade do caso, por força deve estar n'um justo meio, em que nenhum d'estes dois potentados quer bulir. Venho a dizer! Ha menos typhos do que os jornaes affiançam. Ha mais typhos do que o conselho de hygiene nos quer fazer acreditar. Embalde uns e outros interesiã na disputa, derivantes amargas, quanto á competencia do outro em se deitar a fazer affirmações absolutas. Por exemplo, os jornaes de Lisboa defendem os exageros da sua statistica, dizendo — os delegados de saude não podem saber se ha epidemia de typhos ou não, porque nenhum d'elles tem clinica particular. Vae, os delegados de saude recalçitram, clamando contra os jornalistas, que fallaciosos e ignorantes, intervem na opinião, por fórma a desorientar-a, lançando o descredito sobre o veredictum de tribunaes scientificos e... inviolaveis.

— Sabem vocês, seus patetas de jornalistas, diz um: sabem vocês o que é que preoccupa actualmemente a attenção dos delegados de saude de Lisboa? Não é a epidemia de typhos, seus ignorantes! É a endemia, seus burros!



Doc. 27 – “Vencidos da Vida”, *Os Pontos nos ii*, 4-IV-1889, p. 3.

⁴²⁵ “Os Vencidos da Vida”, *Pontos nos ii*, 4-IV- 1889, p. 3.

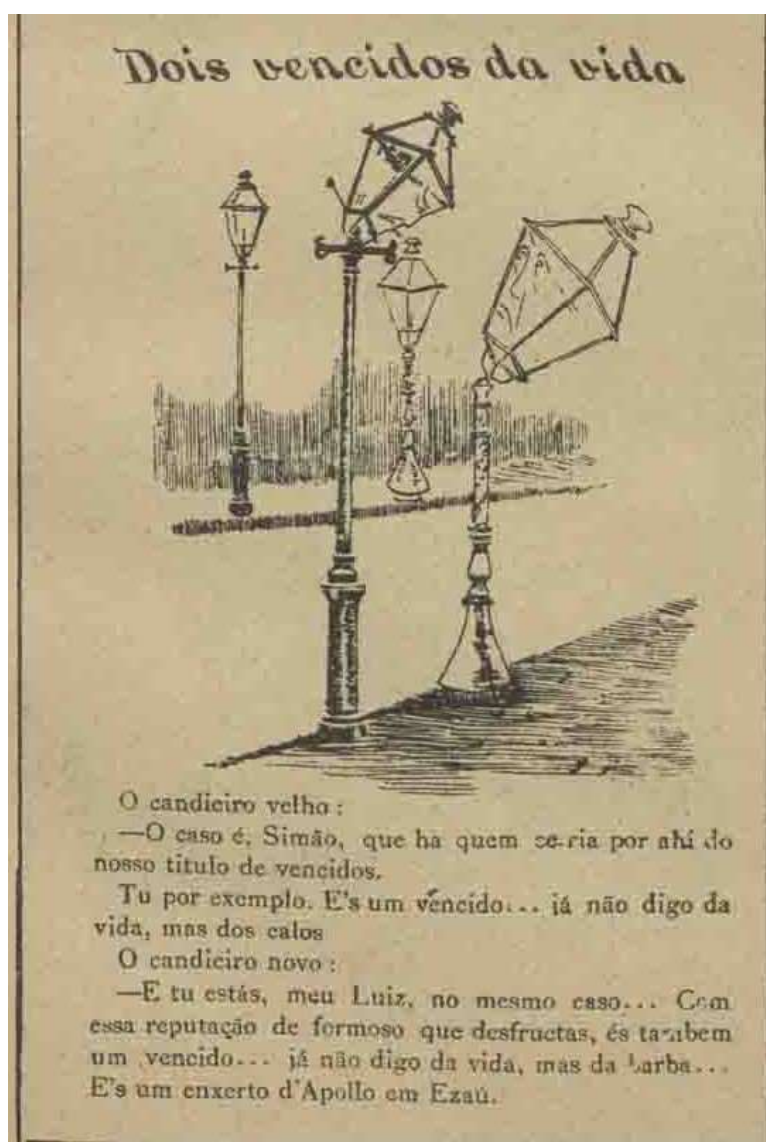
Em tom cómico, o *Pontos nos ii* retrataram os Vencidos sob a alusão de dois candeeiros, ambos vencidos da vida:

“O candeeiro velho:

- O caso é, Simão, que há quem se ria por ahi do nosso título de vencidos. Tu por exemplo. És um vencido... já não digo da vida, mas dos calos.

O candeeiro novo:

- E tu estás, meu Luiz, no mesmo caso... Com essa reputação de formoso que desfructas, és também um vencido... já não digo da vida, mas da barba... És um enxerto d’Apollo em Ezaú.”⁴²⁶



Doc. 28 – “Dois vencidos da vida”, *Os Pontos nos ii*, 28-III-1889, p. 3.

⁴²⁶ *Pontos nos ii*, 28-III-1889, p. 3.

Sobre todo o impacto que estas notícias causavam, quer na opinião pública, quer no próprio grupo, reagiria Eça, n' *O Tempo*: “(...) o sussurro atónito que de cada vez levantam estas refeições periódicas, não é obra sua, mas da sociedade que, com tanto interesse os espreita. Eles comem – a sociedade estupefacta murmura.”⁴²⁷

E perante as críticas d' *O Correio da Manhã*, Eça responde:

“O que de resto parece irritar o nosso caro *Correio da Manhã*, é que se chamam Vencidos àqueles que, para todos os efeitos públicos, parecem ser realmente vencedores. Mas que o querido órgão, nosso colega reflecta que, para um homem, o ser vencido ou derrotado na vida depende, não da realidade aparente a que chegou – mas do ideal íntimo a que aspirava. Se um sujeito largou pela existência fora com o ideal supremo de ser oficial de cabeleireiro, este benemérito é um vencedor, um grande vencedor, desde que consegue ter nas mãos uma gaforina e a tesoura para a tosquiar, embora atravesse pelo Chiado cabisbaixo e de boas cambadas. Por outro lado, se um sujeito, aí pelos vinte anos, quando se escolhe uma carreira, decidiu ser um milionário, um poeta sublime, um general invencível (...) e se, apesar de todos os esforços e empurrões para diante, fica a meio caminho do milhão, do poema ou do penacho – ele é para todos os efeitos um vencido, um morto da vida, embora se pavoneie pela Baixa amortalhado numa sobrecasaca de Poole e conservando no chapéu o lustre da resignação.”⁴²⁸

A crítica não perdoou a resposta de Eça:

“Ilude-se *O Tempo* se julga que *O Correio da Manhã* se irrita com estes casos...alegres, e mais ainda se engana ao pensar que a sociedade está voltada para esse gabinete do Bragança quando os onze lá jantam. Se ela, que tem mais que fazer, alguma vez olha, é ao barulho que eles fazem, e à insistência com que atraem os olhares. Se são simples, como afirmam, vê-se pelos *sueños* que não querem ser obscuros, e se é um motivo íntimo que os arranca dos seus buracos, o natural é que desabafassem uns com os outros, sem chamarem a atenção de quem vai seguindo o seu caminho. De resto, a denominação que escolheram tem valor pelo espírito de *blague*. *Vencidos da Vida* o sr. Carlos Lobo d'Ávila, que tem pouco mais de vinte anos, o sr. Ramalho Ortigão, o sr. Bernardo de Pindela! Pois francamente isto não faz rir? Vencidos os que não tendo chegado ainda a meio caminho, não realizaram o ideal sonhado da mocidade. Mas desta forma em Portugal não há onze vencidos, há quatro milhões, porque não há entre nós todos um simples, um obscuro, que pela vida adiante, não veja afastar-se o ideal sonhado, grande ou pequeno, da realidade conseguida.”⁴²⁹

⁴²⁷ “Os Vencidos da Vida”, *O Tempo*, 29-III-1889, p. 1.

⁴²⁸ *Idem, ibidem*.

⁴²⁹ *O Correio da Manhã*, 31-III-1889, p. 1.

Em suma, *O Correio da Manhã* terá apontado os principais pontos por que os Vencidos eram “atacados” pela opinião pública que, criticando-os ora pela inveja, ora pela curiosidade e riso, sempre os manteve sob mira, em grande parte devido à própria postura que estes homens, como grupo, manifestavam. Repare-se que respondiam às críticas a que eram sujeitos – não a todas –, noticiavam os seus encontros e adjetivavam-se com termos como “simples”.

É importante lembrar que os jantares do grupo, conhecidos, foram, de facto, divulgados no jornal *O Tempo*. Mas apesar de não se terem encontrado noutras fontes referências a mais encontros, o certo é que alguns autores, como atrás referimos, apontam outros locais não tão elegantes, mas tidos como igualmente recorrentes, destes retiros gastronómicos: “lugares de Perna de Pau”, “Colete Encarnado”, Feiteiras”, “Carriche” e “S. Domingos de Benfica”: “Assim os encontramos no Perna de Pau, no Colete Encarnado e nas ‘Teifeiras’, onde Ramalho Ortigão aparece inanerravelmente vestido.”⁴³⁰



Doc. 29 – Retiro “A Perna de Pau” [19-], nos arredores da cidade, onde possivelmente se encontraram os Vencidos da Vida. Autor: Paulo Guedes (1886-1947), A.M.L., Cota PAG000251.

⁴³⁰ Francisco A. Oliveira Martins, *D. Carlos e os Vencidos da Vida*, Lisboa, 1942, p. 31.



Doc. 30 – Retiro “A Perna de Pau”, junto ao Apeadeiro do Areeiro, na antiga estrada de Sacavém [19-]. Autor: Casa Fotográfica Garcia Nunes, A.M.L., Cota A442277.

Se essas afirmações tiverem fundamento, novas questões e abordagens sobre a postura dos Vencidos podem vir ao de cima: porque efetivamente apenas documentaram descritivamente e de forma pouco discreta os encontros em locais luxuosos? Repare-se que o próprio nome da secção “Vida elegante” do jornal, aludia a esse dandismo e snobismo que o grupo procurou mostrar, sem qualquer preocupação. Mas e os locais realmente “simples”? Estariam à altura desses homens que se diziam “simples”? Porquê a escolha desses locais? Por que razão não aparecem documentados oficialmente como os outros lugares chiques o foram? Até que ponto lhes seria benéfico, face aos distintos cargos e carreiras que ocupavam na sociedade, divulgar encontros em tascas e casas de pasto, onde se comiam torresmos e sardinhas fritas? Seria nas sombras arrabaldeiras da cidade, longe dos olhos mais curiosos, onde se esperavam as largadas de touros e onde se

ouviam cantar o Fado⁴³¹ - música, considerada na época, para marginais e “vencidos” -, que se encontrava realmente o lado simples dos Vencidos da Vida? Sobre estes ambientes noturnos e de patuscadas, José Pedro do Carmo escreveu o seguinte:

“Até à uma hora da madrugada dessas noites de estúrdia, a que não faltavam aqueles fidalgos em evidência: Vimioso, Castelo Melhor, Avilezes, Lumiares, Galveias, Maniques e outros, e enquanto os toiros não levantavam em direção à praça do Campo de Sant’Ana, regorgitavam de aficionados e apreciadores das esperas, as casas de pasto e retiros de Carriche ao Arco do Cego, Nova Sintra, Patusca, Quebra-Bilhas, Colete Encarnado, António da Joana e outras locandas similares, onde o Fado tinha predomínio e as suas leis falavam alto pelas bocas das guitarras.”⁴³²

Mais adiante, Pedro do Carmo confirma o acima citado:

“Conquistaram larga popularidade, sobressaindo de entre as demais, tanto pela concorrência sempre numerosa, como pela frequência muito escolhida, os retiros situados entre Carriche; o *António da Rosa*, o *Quebra bilhas* e o *Colete encarnado*, no Campo Grande; o *António da Joana*, o *Salgado* e o *Frade*, no Arco do Cego.

Era aí nesses retiros, e aos sábados, nas esperas para a Praça do Campo de Santana, que os fidalgos, os toureiros e as figuras marcantes do fado e muitas individualidades em evidência, se reuniam em alegre convívio, até de madrugada, quando os touros levantavam em direcção àquela praça.”⁴³³

Com esta informação, confirmamos que os Vencidos, se realmente faziam retiros nestes locais, não eram os únicos homens de elite no meio “simplório” da guitarra e das toiradas. Interessante verificar que mais tarde, em pleno séc. XX, se levantou a polémica em torno do “vencidismo” dos Vencidos da Vida e na mesma época, “o vencidismo” do Fado: “canção de vencidos ou vencedores”?⁴³⁴ Haverá viabilidade para questionar a ideia dos Vencidos se ligarem a locais onde se cantavam as músicas tidas à época como “marginais” e “tristonhas” da Lisboa oitocentista? Ou procuravam o convívio em sítios de pura distração e lazer, como o Fado e as toiradas, típicas da capital, como tantos

⁴³¹ “A partir de 1846 já se guitarreava o fado (...) nas hortas e retiros populares (...) como sucedia na Moita das Tripas, no Escoveiro, no Ezequiel do Dafundo, no Miséria da Estrada de Palhavã, no Campo Pequeno, no Arco do Cego e no Beato António...no Nova Sintra da Calçada de Carriche, na Joana do Colete Encarnado, ao Campo Grande (...) e no retiro do Quebra Bilhas ao Campo Grande (...) onde se fadejava (...) nas noites das esperas de toiros.” Pinto de Carvalho, *História do Fado*, Lisboa, 1903, p.27-28.

⁴³² José Pedro do Carmo, *Evocações do passado*, Lisboa, 1943, pp.19-21.

⁴³³ Idem, *ibidem*, p. 118.

⁴³⁴ Vide cap. II do presente estudo.

outros fidalgos? Em 1909, o periódico *As Quadras do Povo*, publicava umas estrofes com referência a essa frequência da fidalguia nas “hortas”⁴³⁵:

“Ó terra de crenças mortas,
Tens brigões afadistados...
São fidalgos que nas hortas
Bebem vinho e cantam fados.”⁴³⁶

Pinto de Carvalho aponta, todavia, a crítica de Eça de Queiroz ao fado:

“Eça de Queiroz, criticando o fado, os bairros píffios de Lisboa e o faditismo escreveu: -‘Athenas produziu a escultura, Roma fez o direito, Paris inventou revolução, a Allemanha achou o mysticismo. Lisboa que creou? O *Fado*... *Fatum* era um deus no Olympo; nestes bairros é uma comedia. Tem uma orchestra de guitarras e uma iluminação de cigarros. Está mobilada com uma enxerga. A scena final é no hospital e na enxovia. O panno de fundo é uma mortalha’.”⁴³⁷

Todavia, é importante recordar que o “vencidismo” do grupo dos Vencidos era apregoadado sem grande humildade: os locais mais luxuosos dos encontros foram criteriosamente escolhidos para serem oficialmente documentados. Daí a tinta que estes homens já fizeram correr e as inúmeras teorias que circularam. Em todas as áreas o grupo era comentado, portanto. Na política, várias vezes foram alvo de chacota. Nos debates parlamentares⁴³⁸, não foram poupados, como no caso da sessão de 12 de Junho de 1889, quando se discutiu a questão do imposto sobre o consumo, que incidia sobre determinados alimentos em classes: após mostrar uma lista de alimentos e o seu imposto, Augusto Fuschini acabaria por proferir em tribuna as seguintes palavras:

⁴³⁵ Segundo José Pedro do Carmo, as “hortas” eram definidas da seguinte forma: “os retiros arrabaldinos a que o povo chamava *Hortas*, com as suas variedades de petiscos e o jogo do chinquillo presidido pelo bojudo canjirão e respectivas canecas (...)”, *Evocações do passado*, Lisboa, 1943, p. 23. Veja-se, a este propósito, o artigo “Os antigos retiros das hortas. Palestra proferida no Quebra Bilhas no dia 26 de Abril de 1986”, Eduardo Sucena, *Olisipo: Boletim do Grupo “Amigos de Lisboa”*, n.º 149, Lisboa, 1986, pp.117-122.

⁴³⁶ “Ao Povo”, *Quadras do Povo*, n.º 1, 1909, p. 3.

⁴³⁷ Pinto de Carvalho, *op. cit.*, p. 35.

⁴³⁸ Várias são as referências aos “Vencidos da Vida” nos debates parlamentares da Monarquia Constitucional: vejam-se, a título de exemplo, a sessão de 31-V-1893 no *Diário da Câmara dos Pares do Reino*; as sessões de 12-VI-1889, 20-V-1890 e 21-V-1890 no *Diário da Câmara dos Senhores Deputados*. Nos regimes políticos que se seguiram, continuam a registar-se referências aos Vencidos da Vida nos debates parlamentares, como mais adiante poderemos ver.

“Ora, sr. presidente, aqui tem v. Ex.^a os elementos principaes dos banquetes dos *vencidos da vida*. (Hilaridade.) É com esta mesa parca de Sparta, que elles dão ao paiz o sábio exemplo de abnegação política e philosophica.”⁴³⁹

Mesmo após a dissolução do grupo, este deu que falar e não foi esquecido, tal tinha sido o seu impacto na crítica. Assim, continuaram a ser referidos, nos debates parlamentares, como neste exemplo, passado numa sessão da Câmara dos Senhores Deputados, em que se comparavam os alegres convivas gastronómicos com D. João VI e o seu apetite:

“Porque como os vencidos da vida costumam, banquetear-se, o melhor que podem, a aproximação entre um e outros vem não de um traço histórico mas de um traço culinário culinário. (Riso). Não é talvez muito, mas já é alguma coisa...à falta de melhor. Uma voz - Quem são os *Vencidos da Vida*? O Orador (Barão de Paços Vieira) – São os que mais se divertem.”⁴⁴⁰

Nesta sessão, Guerra Junqueiro estava presente e retorquiu: “Eu cedo-lhe o meu lugar.”⁴⁴¹ Ao que o orador respondeu: “V. Ex.^a sabe bem que é apenas vencido honorário. Não pode, pois, ceder-mo.”⁴⁴² Importante revela-se a resposta do poeta: “já perdi o estômago e as ilusões.”⁴⁴³ Este excerto demonstra que muito provavelmente em 1890 o grupo já se encontrasse disperso (confirmando a falta de divulgação já existente sobre os encontros), provavelmente por quezílias internas⁴⁴⁴ por outro lado, coloca-se, assim, em causa, o lugar ou o papel que Junqueiro ocuparia no grupo.

As referências aos Vencidos da Vida ora eram jocosas ou irónicas. Em 1893, continuaram a ser referidos, num discurso de Jerónimo Pimentel acerca do pedido do restabelecimento das ordens religiosas:

“N’esses tempos considerava apenas o convento como um abrigo para os golpes da fortuna, para a tempestade do próprio coração; como um conforto para todas as dores

⁴³⁹ *Diário da Câmara dos Senhores Deputados*, 12-VI-1889, p. 1191.

⁴⁴⁰ *Diário da Câmara dos Senhores deputados*, 21-V-1890, p. 0350.

⁴⁴¹ *Idem, ibidem*.

⁴⁴² *Idem, ib.*

⁴⁴³ *Idem, ib.*

⁴⁴⁴ Em 1943, surge no *Diário de Notícias* um artigo assinado por Fidelis, sobre os Vencidos da Vida, dizendo o seguinte: “Mas dir-se-á: porque é que o grupo que representou uma forte corrente de opinião no seu tempo, e com elementos tão notáveis, se desencorporou quasi abruptamente? Há quem atribua o seu fracasso a um conflito entre o Conde de Arnoso e Guerra Junqueiro. Talvez, em parte, mas apenas como sintoma. As causas do seu insucesso devem ser, porém, mais remotas e mais profundas: não é difícil discriminá-las. Não quero entrar no assunto.”, “Uma figura dominante – Maria Amália Vaz de Carvalho e os Vencidos da Vida”, *Diário de Notícias*, 20-X-1943, p. 3.

moraes, como um refugio, onde se iam acolher os *vencidos da vida* que não tinham coragem para lactar no meio da sociedade contra os rigores da sorte adversa.”⁴⁴⁵

Não estaria no tom do orador, uma outra perspectiva sobre a atitude dos Vencidos, talvez de aceitação sobre o seu possível vencidismo moral? É importante notar a diversidade de olhares e interpretações que por eles passava, na sua época.

Note-se outro exemplo, numa imagem pouco abonatória:

“ O orador (Manuel de Arriaga) fez a critica das reformas de Mousinho da Silveira e de Passos Manuel, cuja dictadura denominou de redemptora para a regeneração do seu paiz; e bem assim das luctas grandiosas que a nação inteira empenhara para acabar com o imperio da carta de 1826, e affirmar a sua soberania perante o mundo, e pediu *aos scepticos de hoje, aos vencidos da vida* que envenenam a educação da mocidade e o povo com os seus livros doentios, mais nascidos d'elles proprios, do que da observação justa dos factos, que aprendessem na historia patria o que vale a fé viva de um povo no ideal da justiça, na defeza do seu direito, da sua soberania, da sua dignidade para a qual desarmarem e vencerem tiveram de recorrer em defeza da mesma carta, à colligação armada de três nações poderosas.”⁴⁴⁶

Também em escritos direccionados à figura do monarca e porque vistos como politicamente perigosos, os Vencidos foram alvo de atenção. Repare-se nestes exemplos: quando em 1889 D. Carlos é aclamado rei, *O Repórter* noticiava uma “Carta a Sua Majestade El Rei”:

“O parlamentarismo, Senhor, teve o seu tempo (...). Reconhecido que o sufrágio, como significação da vontade nacional, é uma utopia generosa e irrealizável, Vossa Majestade não pode sujeitar o seu Governo ao capricho das votações parlamentares, que, quando não se explicam por ambições inconfessáveis, resultam da mal entendida disciplina, de preconceitos injustificáveis ou de simpatias pessoais”⁴⁴⁷.

Ora, tais conselhos pareciam perigosos, diante dum suposto ministério “vencidista” por isso, Coelho de Carvalho⁴⁴⁸ escreve, assinando “C.C.” uma carta a D. Carlos, pretendendo dissuadi-lo da influência dos *Vencidos*: “Os Vencidos da Vida, os lépidos

⁴⁴⁵ *Câmara dos Pares do Reino*, 31-V-1893, pág. 0146.

⁴⁴⁶ *Diário da Câmara dos Senhores Deputados*, 20-05-1890, p. 10. O sublinhado é nosso.

⁴⁴⁷ *O Repórter*, 30-X-1889, p. 1.

⁴⁴⁸ Joaquim José Coelho de Carvalho (1855-1934) foi um jurista e diplomata português que, inspirado em Cesário Verde, também se dedicou à poesia e literatura, tornando-se dramaturgo e tradutor de obras estrangeiras. Foi reitor da Universidade de Coimbra em 1919. A abertura e fecho de *Impressões* esteve a seu cargo, obra que dedicada a Eça de Queiroz. Nas suas obras denota-se um claro espírito anticlerical, ligado ainda ao protesto social. Foi um intelectual que lutou contra o conservadorismo social.

peraltas, aconselham, talvez, cavalarias altas. Desgraçados de nós se acaso os atendeis (...)⁴⁴⁹

Por outro lado, o crítico Fialho de Almeida não deixou este grupo passar impune, tocando os intuitos políticos de Martins face ao recém-empossado monarca:

“Oliveira Martins que, cerca do trono, era o último duma certa estatura intelectual, envolveu-se ao chegar a Lisboa n’uma tertúlia de janotas e *snoobs* que lhe diminuíram a acção, se alguma pudesse ter no ânimo do rei. E o Bragança ficou só, entre os dois grandes partidos que se disputavam o mando, e cercado d’uma camarilha que, à parte intrigas de prato, não fazia falar de si pelas ideias.”⁴⁵⁰



Doc. 31 – O rei D. Carlos I, *A Comédia Portuguesa*, 26-X-1889, p. 4.

⁴⁴⁹ C. de C., *Carta de Conselho a El-Rei*, Lisboa, 1889, p. 7.

⁴⁵⁰ Fialho de Almeida, *Saibam quantos... (cartas e artigos políticos)*, Lisboa, 1924, p. 96.

Mas o sarcasmo teve também lugar no teatro, onde os Vencidos mais uma vez não foram poupados. No Teatro da Trindade, o actor Joaquim Silva exhibia a cançoneta “Os Vencidos da Vida”, com a música do *Amigo Banana* e letra de Alfredo Morais Pinto⁴⁵¹. Em cada representação cantava coplas novas, de que estas são exemplo:

“Em diversos jornais leio há muito tempo
Que *vencido da vida*, em geral,
É quem tenha qualquer contratempo
Que lhe anule uma espr’rança ideal...

(...)

Escorrega, porém, vai ao chão
Inda a meio da longa subida:
Temos, pois, o animal, sem questão,
Reputado – um *vencido da vida*.”⁴⁵²

Por outro lado, a comédia em três actos *Os Preciosos*, de João Marques da Costa⁴⁵³, também se debruçava sobre o famoso grupo⁴⁵⁴. Aliás, “Mussy” já em 1889, na imprensa, tinha utilizado o termo “preciosos” para qualificar os Vencidos:

“Oh! Céus! Como eles são *preciosos* com o seu ar nostálgico, o seu temperamento derreado pelo *spleen*, que contrasta profundamente com a impertinência dos seus monóculos e dos seus bigodes retorcidos.”⁴⁵⁵

Este exemplo é dos poucos que faz clara alusão às figuras dos Vencidos, caracterizando-os depreciativamente pelo seu ar “nostálgico” em contraste com a pose aperlada.

⁴⁵¹ Alfredo de Morais Pinto foi um dos colaboradores humorísticos de Rafael Bordalo Pinheiro no seu *António Maria* (1879-1899) e depois no *Pontos nos iis* (1885-1891). Assinava como *Pan Tarântula*.

⁴⁵² Alfredo Morais Pinto (*Pan Tarântula*), 1889, *cit. in* Gomes Monteiro, *op. cit.*, p. 189.

⁴⁵³ João Marques da Costa (1863-1920) foi um intelectual português, que participou como jornalista na imprensa nacional, utilizando um pseudónimo, à semelhança de outros jornalistas da época. Assinava como Mussy. Veja-se Adriano de Gama Andrade, *Dicionário de Pseudónimos e iniciais de escritores portugueses*, Lisboa, 1999, p. 198.

⁴⁵⁴ A comédia, entregue ao Teatro D. Maria II, segundo noticia o *Correio da Manhã* de 23 de Março de 1892, nunca terá subido a cena. A peça encontra-se para consulta na Biblioteca Nacional. De entre vários personagens, contam-se, um ministro dos estrangeiros (Marquês de Fontella, dono da casa onde se passa a comédia, em Lisboa), um romancista, um crítico, um diplomata, um poeta e um ministro do Reino. Atente-se a esta passagem, qual comparação real com as actividades dos Vencidos: “J. Falcão (cumprimentando Mário): - Felicito-o duplamente, pelo seu discurso no parlamento em que a singeleza de phrase soube aliar a clareza da dicta, o vigor do raciocínio, e pelo jantar que organizou que estava delicioso.” João Marques da Costa, *Os preciosos*, Lisboa, 1894, p. 74.

⁴⁵⁵ Mussy, “Crónica alegre – Os Vencidos da Vida”, *Jornal da Noite*, 21-III-1889, p. 3.

Mas a mais extrema foi, sem dúvida, a peça de Abel Acácio Botelho⁴⁵⁶, conhecido na literatura por Abel Acácio (redactor do *Correio da Noite*, órgão do Partido Progressista). Estreou a 23 de Março de 1892 no Teatro do Ginásio e teve apenas duas representações, sendo proibida pela polícia⁴⁵⁷, pela violência das críticas.



Doc. 32 – Alusão à peça de teatro de Abel Botelho, sobre os Vencidos da Vida, proibida pela polícia. Caricatura de Rafael Bordalo Pinheiro, *O António Maria*, 26-III-1892, p. 3.

⁴⁵⁶ Depois d'*O Primo Basílio*, de Eça de Queiroz, Abel Acácio Botelho escondeu, cautelosamente, o seu apelido Acácio. Cf. Jorge Borges de Macedo, "Eça de Queiroz: os Vencidos da Vida e as responsabilidades do escritor", *Os Vencidos da Vida, Ciclo de Conferências promovido pelo Círculo Eça de Queiroz*, Lisboa, 1989, p. 140.

⁴⁵⁷ Rafael Bordalo Pinheiro faz a caricatura da situação, n'*O António Maria* de 26 de Março desse ano, revelando Abel Botelho de luto, junto a uma cova aberta, os personagens da peça cobertos por uma parra e um caixão com o nome da peça. A legenda da imagem era a seguinte: "Ruborizada, a polícia pôs uma folha de vinha na peça do sr. Abel Botelho. Requite de honestidade foi velar as escabrosidades da peça quando esta já tinha ido de caixão à cova." *O António Maria*, 26-III-1892, p. 3.

A peça foi considerada pela imprensa como “decotada e imoral”⁴⁵⁸. Mais tarde, foi apreendida pela Comissão de Censura Teatral⁴⁵⁹. As reacções de Abel Botelho surgem n’*O Repórter*, a 24 de Março:

“Acabo de chegar do Ginásio, onde fui surpreendido com a notícia da proibição de representação da minha peça, Vencidos da Vida...por ofensas à moral pública! (...) A verdadeira, a fundamental, a triste razão do arresto policial estamos a ver qual seja – É o propósito de evitar a todo transe que a farpa da alusão roce pela vaidade de certas personalidades, hoje em evidência no nosso meio, personalidades que se julgaram com o direito de beliscar, de ridicularizar, de deformar, de demolir tudo, - (Das *Farpas* aos *Maias* não têm feito outra coisa), mas que no entanto querem para si o direito da inviolabilidade.”⁴⁶⁰;

e a 5 de Abril, argumentando que a atitude da polícia era

“abafar, custasse o que custasse, o escândalo; evitar que na crua luz da ribalta voltassem a aparecer, grotescamente desfigurados, meia dúzia de heróis do nosso tempo, pelos modos, a despeito da sua pretensa invulnerabilidade, bem mais vulneráveis e bem menos heróis que o lendário Achiles.”⁴⁶¹

⁴⁵⁸ O certo é que, apesar de escrever em sua defesa, é o próprio Abel Botelho quem conclui sobre a sua peça: “(...) foram violentamente sustadas as representações duma peça que o público aplaudira (...) e que apenas provocara, ao findar o 2.º acto, demonstrações de desagrado (...). As taes caricaturas, - dos Vencidos, ou não, mas cujo crime, cuja intenção se me não perdoa, - as taes caricaturas perpassam muito ao de leve, anonimamente, sem se ver ainda bem o que sejam. Só depois, no 2.º acto, quando os ângulos ressaltaram, então é que caiu o Carmo, então é que a moralidade gemeu, então é que esfusiam as indignações.”, Abel Botelho, “Serenamente...”, *O Repórter*, 5-IV-1892, p. 1.

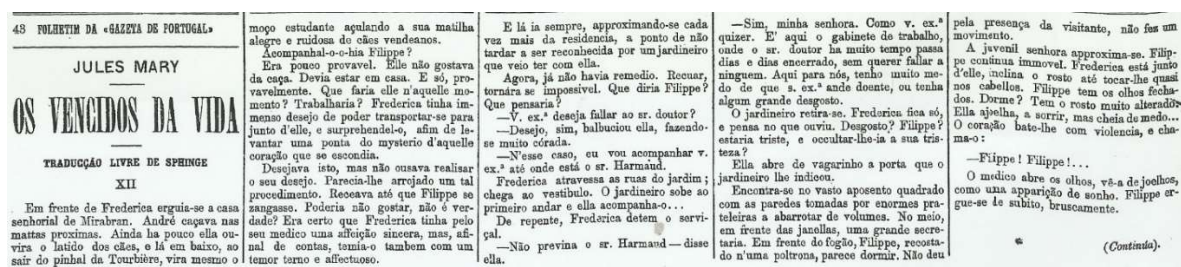
⁴⁵⁹ Sabemos que a peça não existe, sequer, no espólio do escritor. Terá sido, provavelmente, destruída pela Censura. A única informação que conseguimos descobrir sobre o conteúdo desta peça foi uma breve síntese em forma de crítica, feita pelo jornalista Rangel de Lima Júnior: julgando as peças teatrais de Abel Botelho como “desprezando a verdade” e “lapidando as conveniências”: “Na sua comédia, o lar doméstico e o prostíbulo confraternizam. A amante e a esposa, a mulher que se dá e a mulher que se vende, formam uma e a mesma sociedade. Relacionam-se em casa do pintor, dão-se as mãos em um gabinete reservado do Hotel Bragança e, com liberdade de fim de século, eles e elas reúnem-se todos em casa de um comendador cuja mulher se lhe safá de quando em quando e cuja irmã não viu o Papa mas dá o cavaquinho por viver em Roma.”, *O Repórter*, 24-III-1892, p. 1.

N’*A voz pública* de 27 de Março de 1892 consta o seguinte: “Reune na segunda feira no ministerio do Reino a comissão de censura para a apreciação da peça ‘Os Vencidos da Vida’. Fazem parte della os snrs, José de Azevedo de Castello Branco, Zacharias d’Aça, Alberto Pimentel, Fernandes Costa e Luiz Augusto Palmeirim.”, p. 3. No *Diário do Governo* de 8 de Abril de 1892, lêem-se as seguintes conclusões do parecer da comissão: “1.ª- Que a peça Os Vencidos da Vida contém caricaturas e imitações pessoais; ofensas no poder e à moral pública: 2.ª – Que por todas estas razões está legalmente justificada a sua proibição.” Abel Botelho reage, dando o título de “Difamadores” aos membros da comissão de censura teatral, num artigo publicado n’*O Repórter* a 24 de Abril. A 25 o Director Geral de Instrução Pública, José de Azevedo Castello-Branco, tendo presidido à comissão, representando o ministro José Dias Ferreira, responde à crítica no *Novidades*. Botelho responde n’*O Repórter* a 27, com o título *Sursum corda* e José de Azevedo termina no *Novidades* a 28 de Abril, tendo o primeiro corrido o risco dum duelo e ficado muito mal visto perante o público.

⁴⁶⁰ Abel Botelho, “Vencidos da Vida”, *O Repórter*, 24-III-1892, p. 1.

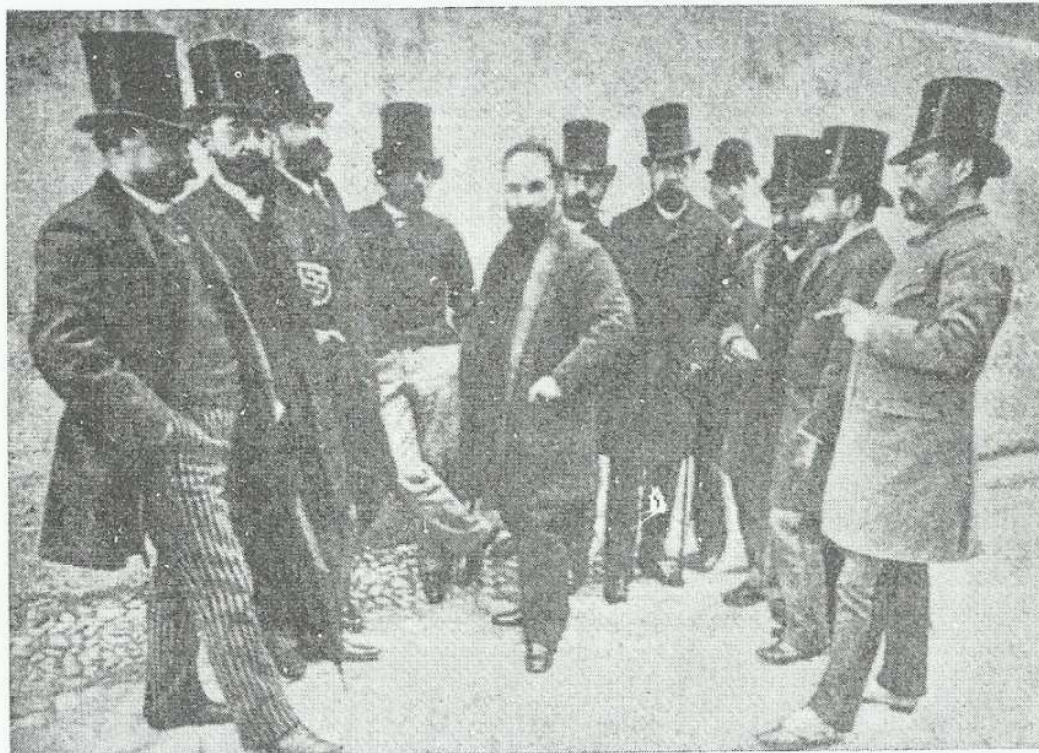
⁴⁶¹ Abel Botelho, “Serenamente...”, *O Repórter*, 5-IV-1892, p. 1.

A fama deste grupo era tal, que chegaram a sair folhetins ou novelas no jornal *A Tarde*, em 1892, com o título “Os Vencidos da Vida”⁴⁶².



Doc. 33 – Folhetim “Os Vencidos da Vida”, de Jules Mary, *A tarde*, 11-IV-1892, p. 2.

Ainda no seu tempo, constituiu-se o grupo “Os Vencedores da Medicina”, em contraponto ao grupo dos Vencidos da Vida:



Doc. 34 – O grupo “Os Vencedores da Medicina” em 1890, “Grupo célebre constituído na última década do séc. XIX, por alguns médicos ilustres de Lisboa, em oposição ao celebrado grupo dos ‘Vencidos da Vida’. Da esquerda para a direita: Drs. João Reis Campos, Bettencourt Rodrigues, Cupertino Ribeiro, Prof. Sousa Martins, Alfredo Luís Lopes, Fragoso Tavares, Gregório Fernandes, Teixeira de Queirós, Prof. Carlos Tavares, José Eduardo de Oliveira, Prof. José António Serrano.”, *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, Lisboa - Rio de Janeiro, [195-], vol. XXXIV, p. 522.

⁴⁶² O autor destes folhetins era Jules Mary e cremos que eram “contos” ou “novelas” estrangeiras que foram traduzidas com este título (seguido ao título surge: “tradução livre de Sphinge”), precisamente porque o nome se tornara tão badalado. De facto, o conteúdo destes folhetins nada tinha a ver com a história dos Vencidos da Vida. Veja-se, por exemplo, o episódio narrado n’*A tarde*, 11-IV-1892, p. 2.

As décadas passaram, mas os Vencidos não foram esquecidos. A questão em torno deste grupo persistiu para lá do próprio grupo e do fim do século. Em pleno século XX, como já atrás foi referido, os Vencidos voltaram a causar polémica, sobretudo nas décadas de trinta e quarenta. Assim, as críticas que estes homens sofreram por parte dos intelectuais portugueses continuaram e contam-se em exemplos como estes: “há que considerar esses homens, não como responsáveis nem como culpados, mas sim como vítimas.”⁴⁶³; “eles próprios, pelos seus defeitos, foram outro sim, vítimas deles mesmos (...)”⁴⁶⁴;

“Que era feito daquele entusiasmo juvenil e demolidor da Geração de Coimbra? Onde tinham ido parar os votos pendentes nos altares da Democracia, do socialismo, da Humanidade? (...) Temos pois no ‘vencidismo’ muitas e variadas coisas que podemos rotular de impotência, delicado snobismo e até de traição amável. (...) Negaram à toa sem edificarem coisa nenhuma.”⁴⁶⁵

Apesar de posteriores, as críticas não deixaram de ser igualmente mordazes e acusadoras. Rodrigues Lapa, no século XX, viria a escrever:

“Efectivamente morto está na alma todo aquele que, abdicando da acção, se confessa prematuramente vencido, sem jogar a última cartada. Foi o que fizeram, dum modo geral, como grupo, os nossos simpáticos Vencidos. Mas fizeram mais, e nisso é que está uma das faces menos atraentes do seu snobismo delicado e inoperante: (...) não souberam ou não diligenciaram intervir eficazmente na vida do país que tão corajosamente tinham denegrido.”⁴⁶⁶

E Lapa continua:

“A sociedade do tempo repontou e com razão: porque a sociedade compreende que a ataquem em nome dum princípio construtivo, contra o qual aliás se defende com unhas e dentes: mas não aceita sem irritação, que um bando de senhores, que desfrutem todas as suas regalias materiais, a escarneça em lautas patuscadas.”⁴⁶⁷

⁴⁶³ Castelo Branco Chaves, “Marginália. Os Vencidos da Vida”, *Seara Nova*, 18-II-1937, p. 283.

⁴⁶⁴ Sílvio Lima, “Ainda os Vencidos da Vida (carta a Castelo Branco Chaves)”, *Seara Nova*, 1-IV-1937, p. 332.

⁴⁶⁵ Rodrigues Lapa, “A filosofia do vencidismo”, *O Diabo*, 7-II-1937, p.1.

⁴⁶⁶ Rodrigues Lapa, “O processo do ‘vencidismo’ em Os Maias de Eça de Queiroz”, *O Diabo*, 21-II-1937, p. 1.

⁴⁶⁷ Rodrigues Lapa, “A filosofia do vencidismo”, *O Diabo*, 7-II-1937, p. 1.

As críticas fizeram sentir-se, ao longo dos tempos, pelas mesmas razões: o nome do grupo e a ironia que este representava face às condições sociais – e não morais – dos seus membros.

Mas sendo um grupo que teve tal eco e dimensão na opinião pública, como reagiram estes homens à crítica? “Eles comem – a sociedade estupefacta murmura.” Os Vencidos da Vida tiveram n’*O Tempo* um aliado e nele encontraram o modo mais próprio de se “defenderem” da crítica, ora mordaz, ora cómica:

“Se alguma coisa pode compensar os *Vencidos da vida* da sorte mofina que os persegue, são esses generosos reflexos de celebridade com que, ora a pena dum escritor malicioso, ora o lápis dum caricaturista amável, os favorecem benevolmente. Bebendo o champagne da desgraça e comendo as trufas do ostracismo, os Vencidos da Vida merecem ainda assim a consagração suprema da pilhéria nacional.”⁴⁶⁸

E conforme descrito n’*O Tempo*:

“Esquecidos por um momento das responsabilidades da pesada missão que o Público teima em lhes atribuir, os Vencidos tiveram algumas horas daquela alegria simples, que é no fundo a sua ambição suprema.”⁴⁶⁹

Mas a sua “ambição suprema”, levou a críticas, invejas, ironias, curiosidade e incompreensão que se prolongariam muito além do ano dos mais activos encontros, como vimos.

Reagiram com elegância, é certo, e com a convicção de que foram um mero grupo jantante de amigos. Mas não foi assim que ficaram conhecidos na história e não foi assim que a história os reconheceu. Em que medida se distanciam de outros grupos que se reuniam na época?⁴⁷⁰ Repare-se que a ideia de encontros ou reuniões informais entre intelectuais era corrente desta época. Era uma forma de convivência que se tornara habitual⁴⁷¹. Mesmo o próprio “Grupo dos cinco” correspondia a essa forma mais ou

⁴⁶⁸ *O Tempo*, 22-III-1889, p. 1

⁴⁶⁹ *O Tempo*, 30-III-1889, p.1.

⁴⁷⁰ Entre outros, relembremos o famoso Grupo do Leão, constituído por figuras importantes da arte nacional, como José Malhoa, Columbano Bordalo Pinheiro, Henrique Pousão ou Silva Porto, que se reuniam, no café “Leão de Ouro”, no Rossio, entre 1881 e 1889.

Por outro lado, no *Diário de Lisboa* de 1-IX- 1938, p. 1, surge uma foto do grupo dos Vencidos da Vida, com a legenda com o nome dos homens que o compunham, afirmando que “Este é o único grupo em que se encontram todos os Vencidos da Vida”, aludindo ao facto de existirem outros grupos em que estes homens se foram reunindo.

⁴⁷¹ A estes encontros, António José Saraiva daria o nome de “tertúlia”. Veja-se a sua obra, *A tertúlia ocidental: estudos sobre Antero de Quental, Oliveira Martins, Eça de Queiroz e outros*, Lisboa, 1990.

menos habitual de grupos reunirem-se, grupos com interesses comuns, frequentemente da mesma área cultural ou política, para contestação ou debate de ideias, que se confundia com prazerosos e amenos encontros muitas vezes, gastronómicos. Jorge Borges de Macedo diz-nos, inclusive:

“Antes tinha sido o ‘Cenáculo’, agora eram os ‘Vencidos da Vida’. E nesta mesma altura, nem sequer era este o único grupo conhecido em que participava Eça de Queirós. Outro havia que se reunia no restaurante “Augusto”, onde se encontrava com Antero de Quental.”⁴⁷²

Mas este grupo de homens distinguiu-se, precisamente por aquilo por que ficaram conhecidos, por que foram criticados e até temidos: intitularem-se *vencidos*, paradoxalmente quando eram vistos como vencedores. Algo os deixava insatisfeitos. Cremos que, à luz dos factos e do contexto da época, diante dos seus escritos, obras literárias, discursos políticos e posições sociais, estes homens não seriam, na verdadeira acepção do termo, vencidos, mas deixaram antever uma nítida desilusão perante a situação de Portugal. Colocaram-se expectativas em Oliveira Martins, outros seguiram-no directamente nos seus intuitos reformadores, e todos creram, apesar da desilusão quanto ao estado vigente do país, na possibilidade da regeneração. Mas esta falhou. Tal como a “Vida Nova” e como os intuitos políticos de Martins⁴⁷³. Tal como os intuitos de juventude da revolucionária geração a que pertenceram estes homens. E o que falhou, talvez tenha sido o seu grau de consciência e a sua capacidade de agir. As esperanças de futuro que eles tinham falharam. O seu vencidismo reflectia-se em relação a um passado recente (não para Oliveira Martins: para o historiador, a decadência não veio, afinal, só do fracasso do constitucionalismo e da Regeneração, como muitos apontavam, mas antes, repercutia-se desde os erros anteriores dos Bragança) e a um presente de crise. Tinham a ideia de um passado glorioso de um país que entrou em decadência, reflectida no presente. Mas até que ponto havia expectativas, ou soluções, de futuro nestes homens?

⁴⁷² Jorge Borges de Macedo, “Eça de Queirós: os Vencidos da Vida e as responsabilidades do escritor”, *Os Vencidos da Vida. Ciclo de Conferências promovido pelo Círculo Eça de Queiroz*, Lisboa, 1989, p.141.

⁴⁷³ Sobre a desilusão da política em Martins, conta Silva Cordeiro: “Sabe-se como ele entrou na câmara e como logo viu frustrada a sua iniciativa pela resistência de uns, pela inveja de outros, até pelas fraquezas dos que deveriam ser os primeiros a sustentá-lo. Vi-os ali formar um quadrado sempre que o intruso, o ‘transfuga’, como lhe chamavam, dava sinal de entrar na lide (...); vi-o, enfim, descrente de tudo e de todos, refugiar-se no impassibilismo dos diletantes e dos scépticos... (...) as posições estavam tomadas e cada um, atropelando o vizinho, defendia a sua com o prestígio da fôlha de serviços que o *trânsfuga* não tinha. (...) Choviam as decepções, a quimera do Messias evolava-se.”, *cit. in* António Sérgio (pref.), Oliveira Martins, *Dispersos*, Tomo I, Lisboa, 1923, pp.72.73.

As crenças messiânicas nas figuras, quer de Oliveira Martins na política, quer no rei D. Carlos, bem como as esperanças na centralização do poder e uma possível ditadura - por parte de alguns dos Vencidos -, como aliás, já referimos, não deram os frutos pretendidos. Martins chegou a confessar, pouco tempo após a dissolução do grupo, em correspondência privada, ao seu amigo Eça⁴⁷⁴:

“Esta crise, meu caro José Maria, veio com efeito provar que Portugal pede um tirano, mas a nossa desgraçada pátria nem tiranos produz. Tudo é papas! Temos a consistência de alforrecas.”⁴⁷⁵

Após a ocasião do *Ultimatum*, é Eça que diz a Martins: “O País parece-me agora, neste instante, um espírito que acorda estremunhado e que olha em redor, procurando um caminho: é esse caminho que alguém lhe deve indicar.”⁴⁷⁶

Por outro lado, poderemos supor que, tal como outros “vencidos”, também Junqueiro chegara a crer em D. Carlos, sabendo-se das suas palavras acerca do poema “Pátria”: “D. Carlos falhara”⁴⁷⁷. Tal denota uma possível esperança na mudança, esperança que degenerou em palavras amargas e proféticas.

Repare-se que, apesar de todas as tentativas no âmbito político, a desilusão impôs-se e a forma como a maioria deles apontou ou denunciou os erros do país, não foram, contudo, soluções para a saída da crise. Muitas críticas que foram feitas a estes homens – mesmo em épocas posteriores –, é que eles acabaram por ficar no domínio da teoria. Criticaram um país em “decadência”, queriam soluções, mas nunca as concretizaram. Depois de ver vencidas as suas expectativas no mundo da política⁴⁷⁸, Oliveira Martins refugia-se na biografia de um messiânico Nun’Álvares, figura heróica dum período particular da história pátria. O recurso, ou refúgio, ao passado, parece ser a solução para uma desistência que se assume como vencidismo. Sobre esse Nun’Álvares, escreveu Eça

⁴⁷⁴ O historiador Sérgio Campos Matos data a referida carta com o ano de 1891. Veja-se Sérgio Campos Matos, “A ideia de ditadura no círculo dos Vencidos da Vida”, *Revista Clio*, vol. 5, Lisboa, 2000, p. 89.

⁴⁷⁵ Oliveira Martins, “Carta a Eça de Queiroz”, *Correspondência de J.P. de Oliveira Martins*, Lisboa, 1926, p. 140.

⁴⁷⁶ Eça de Queiroz, “A Oliveira Martins”, 28-I-1890, *Correspondência*, Lisboa, 2001, p. 163.

⁴⁷⁷ *Cit. in* F.A. Oliveira Martins, “O ideal dos Vencidos da Vida no 47.º aniversário da morte de Oliveira Martins”, *Diário de Lisboa*, 24-VIII-1941, p. 5.

⁴⁷⁸ E apesar de todo o seu pessimismo corrente, talvez Martins, perto da morte, ainda tivesse esperanças de conseguir valer as suas ideias no parlamento, com projectos políticos, teoria que não está, de todo, confirmada. Veja-se, a este propósito, F.A. Oliveira Martins: “Da sucessão dos acontecimentos instruído pela correspondência valiosa que em nossas mãos detemos, chegámos à conclusão de que o “vencido” O. M., quando a morte o procurou, estava, por vontade régia, novamente em vésperas de atingir os conselhos da coroa.”, “D. Carlos e os Vencidos da Vida”, *Diário de Lisboa*, 1-IX-1938, p. 2.

de Queiroz, directamente ao historiador: “Enquanto ao Condestável, que era o teu objecto, haveria a discutir se não lhe meteste na alma muita coisa que é só do nosso século, quase só destes últimos cinquenta ou sessenta anos.”⁴⁷⁹

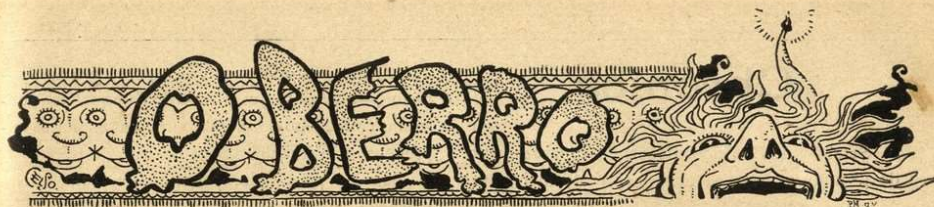
Já Guerra Junqueiro, denunciaria Nun’Álvares, qual figura redentora para Martins, como um homem “de hoje”, sem cota nem escudo e já não combatendo castelhanos, mas sim portugueses.⁴⁸⁰ Para o poeta, havia, desta forma, que combater o “perigo” nacional, a própria inércia ou decadência moral dos portugueses, que não os levavam a reagir, e já não o inimigo externo, fosse ele o castelhano, a civilização ou o progresso – ou a falta de ambos, para Portugal –, ou os próprios tempos, que mudaram. Mas seria Nun’Álvares, de facto, uma solução de futuro? Por outras palavras, podemos afirmar que este Nun’Álvares não constituía solução para os males de Portugal, antes, residia no mito messiânico da esperança numa salvação. Salvação essa que não viria, afinal, dum passado glorioso ou duma figura heróica irrepetível.

Na capa do jornal *O Berro*, de 8 de Março de 1896, surgem duas caricaturas de Celso Hermínio, que, sob o título “Perante o futuro”, divergiam: uma representava “o homem que Guerra Junqueiro reclama para salvar a nação (o Condestável Nun’Álvares)”, a outra, à direita, “o homem que se poudo arranjar (o Condestável Fervilha)”⁴⁸¹.

⁴⁷⁹ “Carta de Eça de Queiroz a Oliveira Martins, 26-IV-1894”, Eça de Queiroz, *op. cit.*, pág.200.

⁴⁸⁰ Cf. Guerra Junqueiro, *Pátria*, posfácio, Porto, 1945, p. 197.

⁴⁸¹ *O Berro*, 8-III-1896, p. 1.



Anno I

Lisboa, 8 de Março de 1896

Numero 5

Caricaturas de Celso Herminio—Chronica de João Chagas

PERANTE O FUTURO



O homem que Guerra Junqueiro
reclama para salvar a nação
(O condestavel Nini'Alvares)



O homem que se poudé arranjar
(O condesiavel Fervilha)

Doc. 35 – Capa do jornal *O Berro*, 8-III-1896.

Em tempos de crise, como estes o foram, parte da intelectualidade nacional, desiludida com o presente, procurou, no passado, um refúgio, e seria o próprio Oliveira Martins que o assumiria, ao escrever que a convivência com os homens de Avis foi um “refúgio” para a “aspereza dos tempos”.⁴⁸² Conforme escreveu o historiador Sérgio Campos Matos: “Outro sentido muito frequentemente atribuído à história no século XIX é o de constituir um meio de consolação, diríamos hoje, de compensação para uma vivência desiludida do presente.”⁴⁸³

Para estes homens, relembrar a história, ou mais propriamente o passado glorioso e as grandes figuras que fizeram a nação, constituiu uma forma de estímulo para o presente. Repare-se na afirmação de Eça a Oliveira Martins:

“(…) o *Nun’Álvares* é uma boa acção. Estas monografias que empreendeste, são o maior serviço que neste século se tem feito a Portugal. (...) A mim mesmo me dou por exemplo: têm sido os *Filhos de D. João I*, e agora o *Nun’Álvares* que me têm feito patriota. Tu reconstróis a Pátria, e ressuscitas, com esses livros, o sentimento esquecido da Pátria. E não é feito pequeno *reaportuguesar* Portugal.”⁴⁸⁴

Famosa é a polémica entre Eça e Pinheiro Chagas sobre a questão do patriotismo, em que o primeiro, face à crítica de Chagas acerca dos *Maias* como uma obra de desdém pela pátria, qualifica de “brigadeiro” o seu “opositor”, tendo-o como um patriota passadista e passivo - com um patriotismo que representava uma “fuga ao presente”⁴⁸⁵. Muitas são as referências a uma glória que não mais voltaria, nas suas obras. Guerra Junqueiro aludia a esse passado, na sua poesia:

“Que é da grandeza heróica do passado,/Que é das torres d’outrora olhando o mar?!./Blocos no chão, vestidos d’horas,/Ameias, gárgulas, esferas,/Poeiras de sonhos, de quimeras.”⁴⁸⁶;

⁴⁸² Carta a D. Carolina Michaelis de Vasconcelos (não datada), *Correspondência de J.P.de Oliveira Martins*, Lisboa, 1926, p. 163.

⁴⁸³ Sérgio Campos Matos, *Historiografia e Memória nacional no Portugal do século XIX*, Lisboa, 1998, p.224.

⁴⁸⁴ Carta a Oliveira Martins, 26-IV-1894, *Correspondência*, Lisboa, 2001, p. 201. É relevante o termo “reaportuguesar” Portugal. De facto, gerações posteriores tentarão o mesmo, precisamente em épocas críticas da nossa História, em que a busca da identidade parece factor preponderante, como se de uma salvação se tratasse, face à situação vivida.

⁴⁸⁵ Cf. Álvaro Júlio da Costa Pimpão, “O nacionalismo na obra de Eça de Queiroz”, *Vencidos da Vida*, 1.º Ciclo de Conferências promovidas pelo “Século”, Lisboa, 1941, p. 29.

⁴⁸⁶ Guerra Junqueiro, “Pátria” (1896), cena XXII, *Antologia Poética*, Lisboa, 1998, p. 149.

tal como Eça nas suas obras: “Mas Gonçalo, espalhando os olhos tristes pelas sombras ondeantes, voltou: Oh, Avós, de que me servem as vossas armas – se me falta a vossa alma?”⁴⁸⁷ Relembre-se ainda o final d’*O Crime do Padre Amaro*:

“(…) todos três em linha (...) ali ao pé daquele pedestal, sob o frio olhar de bronze do velho poeta (...) cercado dos cronistas e dos poetas heróicos da antiga pátria – pátria para sempre passada, memória quase perdida!”⁴⁸⁸

É importante lembrar que a figura de um passado D. Pedro V, estava ainda viva na mente de alguns deles, em particular de Oliveira Martins⁴⁸⁹. Esse rei, o “Esperançoso” era visto como o rei que prometia o que o seu irmão D. Luís, num longo reinado, não conseguiu, com uma missão que a fatalidade não deixara cumprir. Foi exaltado, tendo sido o rei que não foi.

Os Vencidos foram, assim, homens que apontaram erros ao país, em duras críticas diante de um presente “decadente” ... Eça respondeu a Pinheiro Chagas que os patriotas verdadeiros, os não “brigadeiros”,

“amam a pátria, não dedicando-lhes estrofes, mas com a serenidade grave e profunda dos corações fortes. Respeitam a tradição, mas o seu esforço vai todo para a nação viva (...); e, deixando para trás as glórias que ganhámos nas Molucas, *ocupam-se da pátria contemporânea* (...) admiram, decerto, Afonso Henriques, mas não ficam para todo o sempre petrificados nessa admiração: *vão por entre o povo, educando-o e melhorando-o* (...).”⁴⁹⁰

Relembremos, então, as palavras de Ramalho Ortigão, anos depois, no seu “exílio”, nas *Últimas Farpas*, quando reflectia sobre o que eles (“eu e alguns do meu tempo”) fizeram para a tão ambicionada “regeneração nacional”:

“(…) deliberámos acordar do seu letargo a consciência pública, a duches, a ventosas, a pontas de fogo, buscapés, a empurrões e cartoladas. [...] trouxemos (...) a um por um, todos os homens públicos do seu tempo. Quebrámos-lhes os narizes de cera com que eles discursavam nas assembleias (...). Demonstrámos por a mais b que eles nem eram homens de ciência nem eram sequer homens do mundo.”⁴⁹¹

⁴⁸⁷ Eça de Queiroz, *A ilustre casa de Ramires*, Lisboa, s.d., p. 280.

⁴⁸⁸ Eça de Queiroz, *O crime do Padre Amaro*, Lisboa, 2008, p. 504.

⁴⁸⁹ Veja-se, a este propósito, *O Repórter*, que ao longo de 1888 publica vários artigos em tom apologético sobre o rei D. Pedro V, com a assinatura de Oliveira Martins.

⁴⁹⁰ Eça de Queiroz, *cit. in* Álvaro Júlio da Costa Pimpão, *op. cit.*, p. 30. O sublinhado é nosso.

⁴⁹¹ Ramalho Ortigão, “Como nós eramos – como eles são”, *Últimas Farpas*, Rio de Janeiro, 1916, p. 171.

Afirmando que não pretendiam provocar nenhuma mudança de regime político, pois não era pela mudança de governantes que se transformavam as civilizações, Ramalho continua: “é pelo saneamento dos indivíduos que se consegue a saúde das colectividades.”⁴⁹²

As duas citações cruzam-se nos seus intentos: o que fez esta “geração” que ousou a reforma dos costumes? “Saneou” ou pretendeu “educar e melhorar” os indivíduos, através d’*As Farpas* – relembre-se a expressão de Eça: *mostrar que triste país, eles e elas formam* –, em que se apontava a decadência da nação, ou se afirmava que Portugal “não é uma existência, é uma expiação”⁴⁹³; através d’*A Catástrofe*, a chamada de atenção para o cataclismo e humilhação colectiva pela invasão estrangeira, que significaria a redenção dum Portugal novo; ou, então, num completo “niilismo”⁴⁹⁴, a história trágica da degenerescência nacional através da metáfora da história de uma família, *Os Maias*. Aqui, entre a tradição e os antepassados, os símbolos da esperança acabam, todos eles, por degenerar em alegorias de tragédia e morte – do casarão Ramalhete, ao fio de cascata que chora no jardim, junto à estátua coberta, no fim, de ferrugem. O tempo passou e os jovens promissores do romance, Carlos e Ega, com a educação “civilizada” que tiveram, falharam tanto quanto o frágil Eusebiozinho, produto da tão criticada educação nacional. Cada personagem acaba por falhar e, segundo o historiador João Medina, “este romance podia intitular-se *Os Maias* ou *Os Vencidos da Vida*.”⁴⁹⁵ A morte abateu-se sobre os Maias. E os Maias, simbolizavam Portugal. O tempo que passou, no romance, significa, também, o tempo que passou na geração da revolucionária geração de 70 aos Vencidos da Vida. Findas as ilusões, resta o vencidismo, como atitude. Contudo, esta foi a geração da qual fizeram homens que propuseram “educar e melhorar” o povo, farpeando todo um país. “Entremos só com a tendência humana de resolver problemas”, escrevia Eça n’*As Farpas* de 1871. Apontaram um país, com termos e obras, com indiscutível pessimismo. Foram homens que defenderam um verdadeiro patriotismo, mas talvez tenham falhado tanto quanto os “brigadeiros”, ficando no domínio da teoria, não conseguindo, afinal, apontar estratégias ou soluções de futuro, apesar de todas as esperanças que tinham. Terá sido este o fracasso destes homens? “Temos o coquetismo da degradação própria”, são as palavras

⁴⁹² *Idem, ibidem*, p. 176.

⁴⁹³ Eça de Queiroz, *As Farpas* (Maio de 1871), Cascais, 2004, p. 17.

⁴⁹⁴ “Livro niilista, livro desesperado mesmo, *Os Maias* são o dobre a finados duma nação retratada com vitriólica ironia e vingativa sátira.”, João Medina, *Eça de Queiroz e a Geração de 70*, Lisboa, 1980, p. 79.

⁴⁹⁵ *Idem, ibidem*, p. 80.

marcantes de Luciano Cordeiro anos antes, em 1880⁴⁹⁶, palavras que se cruzam com as de Oliveira Martins: “Quando uma nação se condena pela boca de seus próprios filhos, é difícil, se não impossível, descortinar o futuro de quem perdeu por tal forma a consciência da dignidade colectiva.”⁴⁹⁷

Repare-se nesta observação de José Lins do Rêgo acerca desta “geração”:

“Todos eram em certo sentido sebastianistas e críticos desapiedados do seu Portugal, que tanto já dera ao mundo. Queriam um Portugal com o sangue quente de 1500, com naus correndo os mares, com ímpeto de conquistador, projectando-se pelo mundo. Queriam uma nação de gigantes sem terem o senso crítico para compreender que tudo era do passado. O Portugal que eles queriam não podia existir, a não ser como uma ficção quixotesca.”⁴⁹⁸

E mais adiante, o autor continua:

“A paixão por um Portugal que não podia existir mais, fizera Ramalho, Eça, Oliveira Martins e Fialho (...) criarem homens pequenos demais, os acácios e os pachecos, como se fossem espécimes exclusivos da terra lusa, quando eram espécimes de todo o mundo. Foram pessimistas. Foram críticos às vezes de injustiça cruel contra a realidade portuguesa.”⁴⁹⁹

Lembremos, assim, que no discurso de Eça a Chagas, ainda sobre a polémica do verdadeiro patriotismo, Eça afirmava que o patriota, ao ocupar-se da pátria contemporânea, procura “elevá-la entre as nações.”⁵⁰⁰ Afirmação que se torna paradoxal, diante das obras destes homens e dos termos com que, ora sob o tom da ironia ora da tragédia (o caso de Junqueiro), qualificaram a sua pátria. Assim, as palavras de Martins, tornam-se irónicas, ao afirmar uma nação que se “condenou” pela boca dos seus próprios filhos. Não podemos esquecer, ainda, o papel preponderante que o passado glorioso de Portugal ocupava no mito messiânico ou nas esperanças de futuro destes homens, mas que não consistiram, afinal, em soluções para o realizar desse futuro. É o caso da figura de Camões, presente no final de duas das obras de Eça de Queiroz: a ideia de que o tempo passa, mas, impiedoso, lembra aos homens, que já tiveram um período áureo. Mais uma

⁴⁹⁶ Luciano Cordeiro, “As nossas coisas”, *Almanaque dos teatros para 1881*, pp. 8-9.

⁴⁹⁷ Oliveira Martins, *História de Portugal*, Lisboa, 1913, p. 298.

⁴⁹⁸ José Lins do Rêgo, “Fialho e o seu tempo” (pref.) in Fialho de Almeida, *Os Gatos*, Rio de Janeiro, 1946, p. 16.

⁴⁹⁹ Idem, *ibidem*.

⁵⁰⁰ Eça de Queiroz, *cit. in* Álvaro Júlio da Costa Pimpão, *op. cit.*, p. 30.

vez, foi Eça quem ao apontar que o verdadeiro patriota não se contenta na contemplação do passado, foi buscar esse mesmo passado, exaltando a tradição como o genuíno, onde residiu (mas não reside mais) o valor da nação. Repare-se, também, nas palavras do Conde de Ficalho, num artigo intitulado “Cartas do campo”, publicado n’*O Repórter* e assinado como “F. de Mello”:

“E vivo bem, tranquilo e adormecido (...) embalado por uns sonhos do passado, longe das tristes realidades do dia. Giram em volta de mim umas ideias novas à força de serem velhas, umas ideias portuguesas, vindas dos avós e dos bisavós, que não foram importadas nem bebidas em livros traduzidos, nem inculcadas em compêndios mal compilados, nem ensinados em artigos de fundo de fancaria. Rodeia-me o que ainda nos resta de nacional.”⁵⁰¹

Um outro exemplo: em 1909, já após a morte de D. Carlos e em vésperas de República, Sabugosa terminava da seguinte forma uma conferência na Liga Naval:

“(...) é de esperar que o nome português seja inscrito em letras de ouro, como é também de esperar que um futuro Camões, pela boca d’um futuro Gama, possa clamar aos netos dos nossos netos: esta é a ditosa pátria minha amada.”⁵⁰²

Em 1909, ainda era viva a esperança de um “vencido”. Entre um passado heróico e um presente “decadente”, o grupo dos Vencidos da Vida não apontou, assim, soluções efectivas de futuro, apesar de todas as propostas que alguns deles ousaram lançar no seio da política. Acabariam por ficar, afinal, no domínio da teoria. Poderemos até afirmar que uma teoria contraditória, e talvez tenha sido precisamente esse o ponto que os fez “falhar”: vinte anos antes, numa atitude de “revolução dos costumes”, alguns deles pretenderam igual o inigualável, colocar o seu Portugal, com o que este tinha de seu, original e tradição, na balança desajustada de uma Europa dita “civilizada”. Mas com uma “civilização” que, no dizer de Eça, nos ficava curta nas mangas. Vinte anos depois, esta “geração” viu falhar os seus ideais: Portugal não podia ser comparado, porque tinha características únicas. Atente-se nas palavras do “vencido” Ficalho, em 1888:

“Porque isto de ser nacional, de ser português, ou sueco, ou árabe, ou o que quer que seja, significa simplesmente ser uma coisa à parte, sem imitação e sem cópia; significa

⁵⁰¹ Francisco de Mello, “Cartas do campo”, *O Repórter*, 4-IX-1888, p. 1.

⁵⁰² Conde de Sabugosa, *Historiadores portugueses. Conferência.*, Lisboa, 1909, p. 31.

ter uma língua própria, e um traje especial, e um modo de pensar e de sentir particular, lentamente fixado pela tradição.”⁵⁰³

Estas palavras coincidem com o mesmo tempo dos Vencidos, com a obra *Os Maias*, com palavras e expressões pouco abonatórias para a dignidade pátria, com o descrédito no positivismo e na “civilização” ...com o “refúgio” em Tormes e em vidas de santos e em propostas de retiros na Arrábida...E quando, perante o decorrer dos tempos, das intrigas políticas, do mal estar económico e social, a crise instala-se, num âmbito muito mais profundo, que é o da moral, o vencidismo assume-se como atitude. Podemos dizer que fizeram parte de uma época que criou – talvez como nenhuma outra na nossa história cultural – uma elite intelectual contestatária, por excelência. Não comparando a genialidade de uns e outros, o certo é que da mesma época, surgem-nos nomes como o revolucionário Antero, o crítico Fialho de Almeida, o caricaturista Rafael Bordalo Pinheiro, entre tantos outros, de tantas áreas – da cultura à política – homens que não deixaram, apesar do grau de crítica mais ou menos exacerbado da sua obra, de demonstrar grande lucidez sobre a situação da sua pátria. Não menos ciente terá sido Soares dos Reis, com o seu *Desterrado*.

Uns riram, outros suicidaram-se, outros “exilaram-se”, da comédia à tragédia, mas a descrença numa pátria à beira de fim de século afigurou-se comum entre a intelectualidade, muito além dos Vencidos da Vida. Contudo, como grupo, eles deixaram marca. Podemos, por isso, talvez, afirmar que o vencidismo terá surgido com eles como reacção e como atitude. Daí a contínua polémica – que se manteve em décadas posteriores – acerca do nome com que se auto-intitularam, paradoxalmente à sua condição social ou política.

O pessimismo que demonstraram através da crítica severa – e por vezes, amarga – que fizeram ao seu país, foi a reacção face ao tempo em que viveram, tempo que eles próprios consideraram de crise, mas também ao estado do “ser” português. As suas dúvidas e angústias não eram já só as políticas. Eram também, e sobretudo, morais. Existem trechos das suas obras, ou de correspondência, que deixam antever que nestes homens, ou pelo menos em alguns deles, existia uma questão de fundo que ia além do mal estar político de Portugal. Colocou-se uma questão ontológica, da viabilidade da existência pátria, que eles tomaram como problema seu. E a interpretação deles do problema da existência foi

⁵⁰³ Francisco de Mello, “Cartas do campo”, *O Repórter*, 4-IX-1888, p. 1.

algo profundamente moral. Foram homens que fizeram de Portugal, o seu grande tema. E o resultado foi um desalento que - para lá de toda a aparência de vencedores ostentada no Havaneza, no Bragança e pelas ruas do Chiado - demonstraram nas suas obras e palavras, não se tratando de meros desabafos perante a situação vivida. Repare-se nas palavras de Oliveira Martins em correspondência a Bulhão Pato, diante da morte de Herculano:

“Duas vezes choro todos os dias a falta do nosso Mestre: Herculano era um homem que aquecia o coração e a inteligência. Os fracos e os pequenos de espírito, como eu, necessitam de alguém que lhes sirva de amparo e exemplo. Sê-lo aos pequenos é a missão dos grandes homens. Foram de junto de nós, todos, e vivemos no meio de uma mediocridade tão insonsa tão banal, tão ignorante e tão mesquinha...que decerto o melhor é ainda viver longe de tudo e de todos.”⁵⁰⁴

Já para Ramalho, o isolamento de Herculano era visto como “um dos mais tristes fenómenos da decadência portuguesa”⁵⁰⁵ O pessimismo de Oliveira Martins reflectiu-se na sua obra, que exerceria inegável influência noutros “vencidos”, como o caso de Junqueiro. De facto, este foi buscar à *História de Portugal* de Martins, com as suas lúgubres profecias e negativismo histórico, argumentos para a *Pátria* e o *Finis Patriae*. A tragédia e o fatalismo abatiam-se sobre Portugal, sob a pena do poeta.

Mas o pessimismo destes homens não era algo apenas político ou literário. Mais tarde, n’*A marcha do ódio*, Junqueiro chegaria a escrever a conhecida estrofe: “Ódio ao pirata, ódio ao bandido/ ódio ao ladrão!/ ódio do estóico, que é *vencido*!...” Não estaria aqui a chave para a escolha do nome do grupo?⁵⁰⁶ O desânimo que sentiam face à situação pátria, reflectia o seu dilema moral, o mesmo que levou Junqueiro a afirmar, já na segunda

⁵⁰⁴ Oliveira Martins, *Correspondência*, cit. in Fidelino de Figueiredo, *História d’um Vencido da Vida*, Lisboa, 1930, p. 38.

⁵⁰⁵ Segundo João Medina, o “isolamento” de Herculano, foi visto como “desistência” para Ramalho, que o manifestou n’*As Farpas*: “Para Ramalho, em suma, o grande dia de luto nacional não teria sido o 13 de Setembro de 1877, mas antes aquele em que, desistindo da vida pública, Herculano se retirara, dez anos antes, para o ‘remanso estéril do diletantismo bucólico’, comprometendo assim o ‘destino mental duma geração inteira’. (...) Resumindo, Ramalho vê no isolamento herculiano, mais do que um simples fenómeno biográfico, um verdadeiro ‘facto social’ (...) o resultado duma ‘fatalidade sociológica’, aquela que levaria pois os nossos mais elevados espíritos a desistirem, a exilarem-se na própria pátria, ou, como o repetiria Unamuno, a suicidarem-se por isolamento, como os monges.” João Medina, *Herculano e a Geração de 70*, Lisboa, 1977, pp. 46-47.

⁵⁰⁶ Cf. João V. Claro, *Os Vencidos da Vida. Verdadeiras causas do derrotismo duma geração*, Lisboa, 1941, p.16.

ditadura franquista, que o poema “Pátria” era religioso. O mesmo que fez Eça desabafar em correspondência com a esposa:

“Concorre para isso talvez a atmosfera de pessimismo em que os nossos amigos vivem. A ideia geral é que o país está na véspera da ruína. Oliveira Martins não cessa de profetizar catástrofes com voz sombria. Todas as noites é o mesmo sermão. Sai a gente de casa dele aterrado. *Não é só pelos males do país, mas pelos males individuais, que se devem seguir como consequência dos males públicos.* Segundo esse O. M. à bancarrota pública vai seguir-se a miséria de todos.”⁵⁰⁷

E seguindo a mesma linha, relembre-se o seguinte pensamento de Eça: “Não sei às vezes como me resta coragem para entender os desgostos das minhas personagens quando tenho de as observar através da espessura dos meus.”⁵⁰⁸ O escritor acabaria por denunciar todo o seu desalento moral, bem como o dos homens do seu tempo.

O seu vencidismo, problema profundamente humano e existencialista, terá sido, porventura, a descrença na regeneração nacional, que tinham como ideal. O seu tempo era o do pessimismo do passado e um messianismo sem concretas propostas de futuro, entre um mundo que finda e um mundo que não chega, que se sonha apenas.

Repare-se, assim, que os Vencidos da Vida viram falhar os seus ideais, tal como a geração que os criou, vinte anos antes. Foram homens que fizeram parte de uma geração que questionou a identidade nacional. Que tiveram projectos que não vingaram, que utilizaram termos como “povo doente”, Portugal como “o enfermo da Europa”, “choldra”, “país que só suporta hortas e arraiais”, “decadência”, ... Homens que puseram em causa a existência de Portugal, em obras como *Os Maias*, *Pátria*, ou *Portugal Contemporâneo*⁵⁰⁹. Que tal como Carlos e Eça, assumiram que falharam, como, afinal, toda a geração. Através dos seus escritos, estes homens espelharam as suas desilusões. E mostraram que a crise maior, ainda é a moral, fruto do dilema da humanidade, diante

⁵⁰⁷ Eça de Queiroz, “Carta n.º 185, 9 de Maio de 1890”, *Emília de Castro, Correspondência epistolar*, Porto, 1996, p. 251. O sublinhado é nosso.

⁵⁰⁸ Eça de Queiroz, *cit. in* A. Campos Matos, *Diálogo com Eça de Queiroz*, Lisboa, 1998, p. 148.

⁵⁰⁹ Se o próprio Oliveira Martins insere a obra *Os Maias* no pessimismo literário nacional, um seu contemporâneo, Alberto d’Oliveira, mais tarde, dezoito anos após a morte do historiador, classificaria o *Portugal Contemporâneo* como um “livro amargo”, chegando mesmo a afirmar, sobre os “oportunos gritos de alarme” de Martins: “Resta saber se o pessimismo, mesmo justificado, é bom sistema de cura. (...) Dizer a um povo que elle vem errando o seu caminho há quatro seculos, isto é, durante metade da sua vida, é tirar-lhe toda a coragem de viver, toda a esperança de se salvar, e precipitá-lo numa apathia fatalista, ao fim da qual só o espera a morte.” Alberto d’Oliveira, *Pombos Correios*, Coimbra, 1913, pp. 316-317. Foram obras profundamente pessimistas que mostraram um Portugal a abeirar-se da “catástrofe”. Oliveira Martins, na sua História, seguiu a esteira de Herculano e Antero quando colocava a problemática de Portugal – em processo de decadência desde o século XVI – em que o país, visto como um organismo, entrava em decomposição, manifestando o historiador inúmeras alusões a “morte” e “decadência” da nação.

da modernidade. “Vamos rir pois. O riso é um castigo; o riso é uma filosofia. Muitas vezes o riso é uma salvação.”⁵¹⁰, escreveu Eça, quando jovem, em 1870 nas *Farpas*. Foram homens que riram de si, dos outros, do país. Mas por detrás do riso, o desalento.

Nas suas *Notas Contemporâneas*, Eça escreveu, em 1891, quando o grupo dos *Vencidos* já estava disperso:

“Eu penso que o riso acabou – porque a Humanidade entristeceu. E entristeceu – por causa da sua imensa civilização. (...) Tanto complicámos a nossa existência social, que a Acção, no meio dela, pelos esforços prodigiosos que reclama, se tornou uma dor grande: - e tanto complicámos a nossa vida moral, para a fazer mais consciente, que o Pensamento (...) se tornou uma dor maior. Os homens de acção e de pensamento, hoje, estão implacavelmente votados à melancolia.”⁵¹¹

De facto, Eça não se reconhece mais nas décadas de oitenta e noventa, num fim de século já longe dos seus ideais redentores e críticos de juventude, quando a tradição dava lugar à modernidade e ao novo.

Diante da crise moral, que o contexto geral de crise nacional trouxe, não terá sido o *vencidismo* destes homens também uma opção, ou uma forma de “isolamento”, tal como Herculano em Vale de Lobos, tempos antes? Nesse “labirinto humano e pátrio”⁵¹², as palavras de Oliveira Martins, trazem a alusão ao decair do Homem, quando a própria Pátria vai diluindo a sua identidade, nesse conturbado fim de século XIX, onde se notam afirmações como esta: “Viver é ignorar, é esquecer, é deixar seguir os dias e os anos, assistindo ao crescer ou ao decair deste ser que somos como assistimos ao medrar e ao morrer de uma planta.”⁵¹³ Evidencia-se uma alusão ao organicismo, fruto da desilusão face ao positivismo e ao cientismo que o século XIX criara – e matara – e uma questão que foi fruto da própria modernidade.

Estes homens pertenceram a uma geração preocupada com a busca da identidade nacional e, por isso, foram inquietos, inconformados, desajustados. Quando, em época de crise, reflectem sobre o destino da nação e colocam a questão da solução desse problema e a ilusão dissipa-se, resta, nas palavras de Eça, aquando do pós-*Ultimatum*, “como esperança, o sabermos que as nações têm a vida dura, e que o nosso Portugal tem a vida

⁵¹⁰ Eça de Queirós, *As Farpas - Maio de 1871*, Lisboa, 3.ª ed., 2004, pág. 19.

⁵¹¹ Eça de Queirós, “A decadência do riso”, *Notas Contemporâneas*, Lisboa, 2000, pp.162-167.

⁵¹² Cf. João Medina, *Eça de Queiroz e a geração de 70*, Lisboa, 1980, p. 79.

⁵¹³ J. P. de Oliveira Martins, *Os filhos de D. João I*, Lisboa, 1901, p. 274.

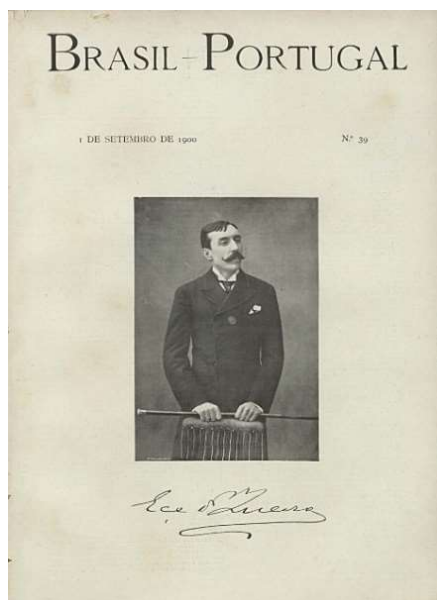
duríssima.”⁵¹⁴ A esperança não se finda, mas as “ilusões sumiram-se”⁵¹⁵ para dar lugar ao vencidismo, desilusão, desencanto. Repare-se no início do poema *Finis Patriae*:

“É negra a terra, é negra a noite, é negro o luar
Na escuridão, ouvi! há sombras a falar.
Por terra, a túnica em pedaços
Agonizando a Pátria está. (...)”

Eles deixaram marcas na literatura, no mundo político, na história. Fizeram parte de uma geração de “gigantes”, mas de uma geração descrente da sua época, do seu país e dos seus contemporâneos. E que, num contexto bem delineado de crise nacional, entre rasgos de messianismo e de pessimismo, fez vingar o vencidismo como atitude.

Fizeram parte de uma elite intelectual cuja visão da pátria traria um legado único, testemunho, para além de tudo o mais, de um Portugal entre o medo do fim e o sonho de um novo início. E foram, por isso, e acima de tudo, anunciadores da modernidade.

A sua marca e presença mantém-se, até à actualidade. A importância que tiveram, individualmente e como grupo, foi notória, inclusivamente, por ocasião das suas mortes. Repare-se nos vários exemplos:



Doc. 36 – A capa da *Revista Brasil-Portugal*, de 1-IX-1900, dedicada a Eça de Queiroz, por ocasião da sua morte.

⁵¹⁴ Eça de Queiroz, *Novos factores da política portuguesa*, Lisboa, 2007, p. 16.

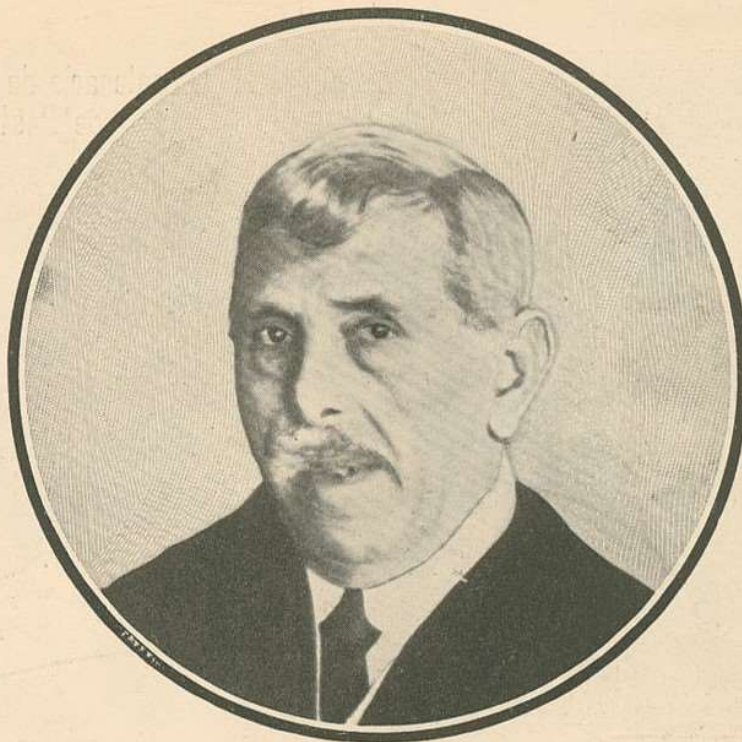
⁵¹⁵ Idem, *ibidem*, p. 1.



Doc. 37 – “A tranladação dos restos mortais de Oliveira Martins...”, *Ilustração Portuguesa*, 30-XI-1903, pp. 56-57. A multidão presente no momento fúnebre confirma a notoriedade do historiador, quase dez anos após a sua morte.



Doc. 38 - “Homenagem a Guerra Junqueiro”, *A Águia*, Julho-Agosto de 1923, n.º 14, Porto, 1923, p. 49.



CONDE DE SABUGOSA

FALECIDO NA MADRUGADA DE 21 DO CORRENTE, O SR. CONDE DE SABUGOSA (ANTONIO MARIA JOSÉ DE MELO CESAR E MENEZES) ALÉM DE FIGURA DE GRANDE E JUSTIFICADO DESTAQUE NO EXTINCTO REGIMEN; FOI UM DOS MAIS BRILHANTES E ERUDITOS CULTORES DA NOSSA LINGUA. A ELE FICOU DEVENDO, A LITERATURA PORTUGUEZA UM PUNHA-DO DE OBRAS DE INDISCUTIVEL VALOR, TAES COMO «EM-BRECHADOS», «NEVES DE ANTANHO», «A RAINHA D. LEONOR», «POEMETOS», «DE BRAÇO DADO», (EM COLABORAÇÃO COM O CONDE DE ARNOSO) «O PAÇO DE CINTRA», (ILUSTRADO PELA SR.^a D. AMELIA DE ORLEANS E PELOS SR.^s. CASANOVA E RAUL LINO), ETC., ALÉM DO CONHECIMENTO DE UM AUTO IGNORADO DE GIL VICENTE, DESCOBERTO PELO ILUSTRE TITULAR NA SUA BIBLIOTECA. CONTAVA 69 ANOS, ERA BACHAREL EM DIREITO, GRÃ-CRUZ DE CRISTO, COMENDADOR E GRÃ-CRUZ DE SÃO TIAGO E SOCIO EFECTIVO DA ACADEMIA DE SCIENCIAS DE LISBOA, TENDO NO TEMPO DA MONARQUIA, SIDO PAR DO REINO E EXERCIDADO OS CARGOS DE MORDOMO-MOR DA CASA REAL E VEADOR DA CASA DA RAINHA SR.^a D. AMELIA. O SR. CONDE DE SABUGOSA FEZ TAMBEM PARTE DO CELEBRE GRUPO DOS «VENCIDOS DA VIDA», DO QUAL FICA AGORA EXISTINDO UM UNICO MEMBRO: GUERRA JUNQUEIRO. A' F. MILIA ENLUTADA, APRESENTA A «ILUSTRAÇÃO PORTUGUEZA» AS SUAS CONDOLENCIAS

Repare-se, ainda, no seguinte destaque, em primeira página, da imagem do Marquês de Soveral, em dois anos seguidos, salientando-se a persistência por parte da imprensa na importância de Soveral:



Doc. 40 – O Marquês de Soveral, na capa da *Ilustração Portuguesa*, de 10-IV-1903 e de 9-V-1904.

4 – Os Vencidos da Vida na memória pública: toponímia e estatutária

“Não há representação memorial
sem traços.”

Fernando Catroga, “*Memória e monumento*”,
Memória, História e historiografia

Uma das mais importantes formas de preservar a memória histórica de uma colectividade é, sem dúvida, a toponímia. Ciência auxiliar da História⁵¹⁶, a toponímia contribui para a memória colectiva de um povo. Os Vencidos da Vida ocuparam posição de destaque na sua época, e deixaram marca na posteridade. A sua lembrança permanece, também, através da toponímia nacional, como lugar de memória:

Os Vencidos da Vida	N.º Ruas	N.º Travessas	N.º Avenidas	N.º Alamedas	N.º Becos	N.º Praças	N.º Pracetas
Ramalho Ortigão	37	3	0	0	0	0	2
Conde de Ficalho	1	0	0	0	0	1	0
Oliveira Martins	20	2	1	0	0	0	3
Carlos Mayer	1	0	0	0	0	0	0
Eça de Queiroz	56	1	1	1	1	1	2
António Cândido	6	0	0	0	0	0	0
Marquês de Soveral	1	0	1	0	0	0	0
Guerra Junqueiro	44	5	3	1	0	0	4
Conde de Sabugosa	1	1	0	0	0	0	0
Conde de Arnoso	3	0	1	0	0	0	1
Carlos d’Ávila	1	0	0	0	0	0	0

Tabela 9 – Os Vencidos da Vida na toponímia nacional. Fonte: <https://ruas.openalfa.pt/>

⁵¹⁶ A toponímia - do grego “lugar” e “nome”.

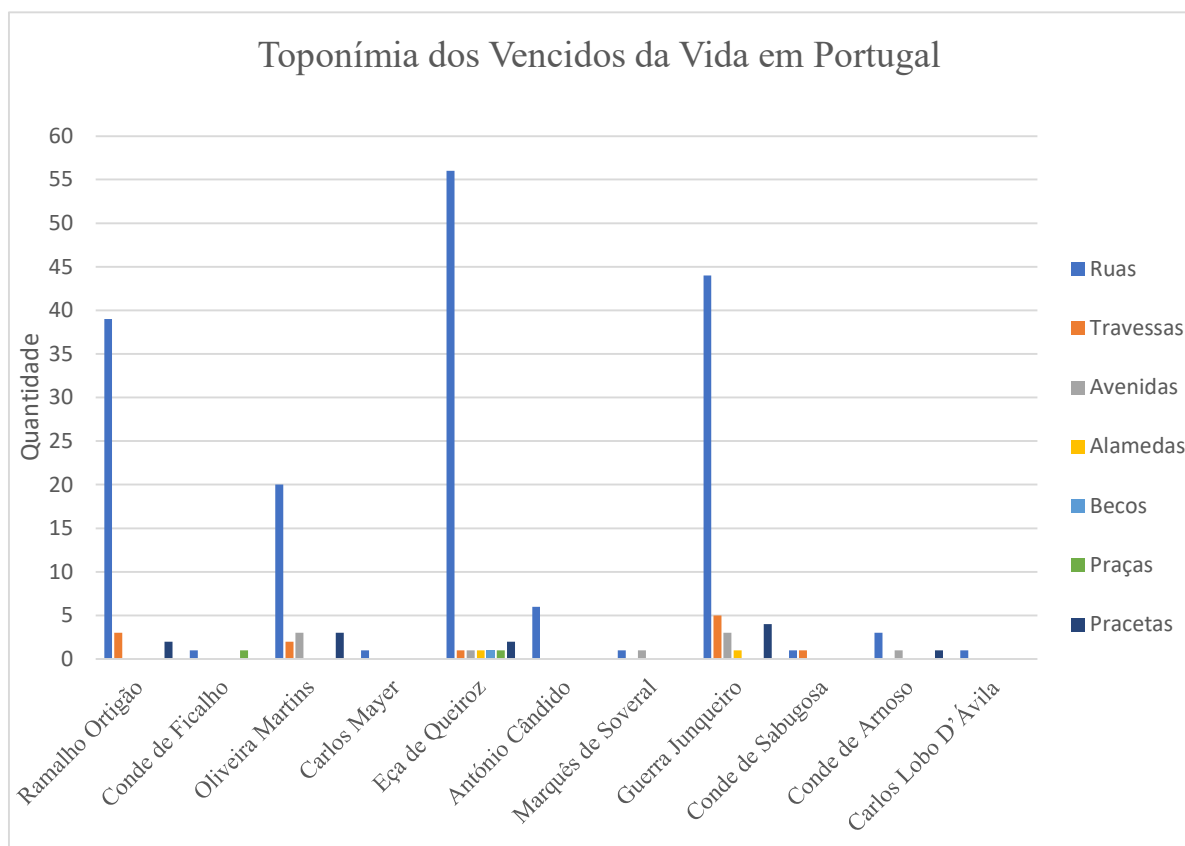


Gráfico 7 - Os Vencidos da Vida na toponímia nacional

De norte a sul do país, existem locais com os nomes dos membros dos Vencidos da Vida. Ora vejamos os indicadores por distrito:

Os Vencidos da Vida na toponímia nacional - indicador por distritos							
Vencidos da Vida	Alamedas	Avenidas	Becos	Praças	Pracetas	Ruas	Travessas
Ramalho Ortigão					Lisboa – 1 Setúbal - 1	Aveiro – 1 Braga- 1 Évora – 1 Faro – 2 Leiria – 2 Lisboa – 13 Porto – 8 Santarém – 1 Setúbal – 5 Viana do Castelo – 1 Viseu – 2	Lisboa- 1 Porto – 2
Conde de Ficalho				Beja – 1		Lisboa – 1	
Oliveira Martins		Porto - 1			Lisboa – 2 Setúbal - 1	Faro – 3 Lisboa – 5 Porto – 6 Setúbal – 6	Porto - 2
Carlos Mayer						Lisboa - 1	
Eça de Queiroz	Porto – 1	Setúbal – 1	Lisboa – 1	Lisboa – 1	Lisboa – 2	Aveiro – 6 Beja – 2 Bragança – 1 Coimbra – 1 Évora – 4 Faro – 5 Lisboa – 10 Leiria – 2 Portalegre – 1 Porto - 5 Santarém – 2 Setúbal - 15 Viseu – 2	Lisboa – 1
António Cândido						Braga – 1 Lisboa – 4 Porto - 1	
M. de Soveral		Porto – 1				Lisboa – 1	
Conde de Sabugosa						Lisboa - 1	Leiria- 1
Guerra Junqueiro	Setúbal – 1	Lisboa – 1 Setúbal– 2			Lisboa – 4	Aveiro – 5 Braga – 2 Bragança – 3 Beja – 2 Coimbra – 1 Évora – 3 Faro - 3 Guarda – 1 Lisboa – 8 Porto – 6 Santarém – 2 Setúbal – 7 Viana do Castelo – 1	Aveiro – 1 Braga -1 Coimbra – 1 Porto – 2
Conde de Sabugosa						Lisboa – 1	Leiria- 1
Conde de Arnoso		Porto – 1			Lisboa – 1	Lisboa- 2 Porto – 1	
Carlos Lobo d'Ávila						Lisboa - 1	

Tabela 10 – Os Vencidos da Vida na toponímia nacional, indicador por distrito. Fonte: <https://ruas.openalfa.pt/>

Vejam os indicadores, para cada um dos Vencidos da Vida:

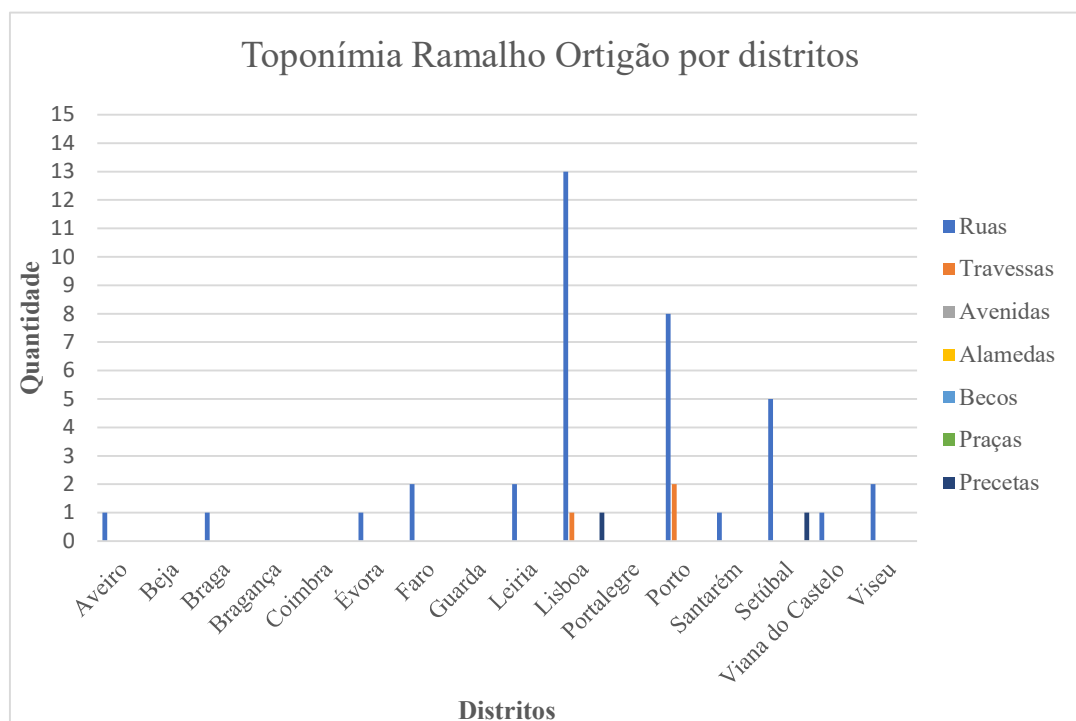


Gráfico 8 – Toponímia de Ramalho Ortigão por distritos

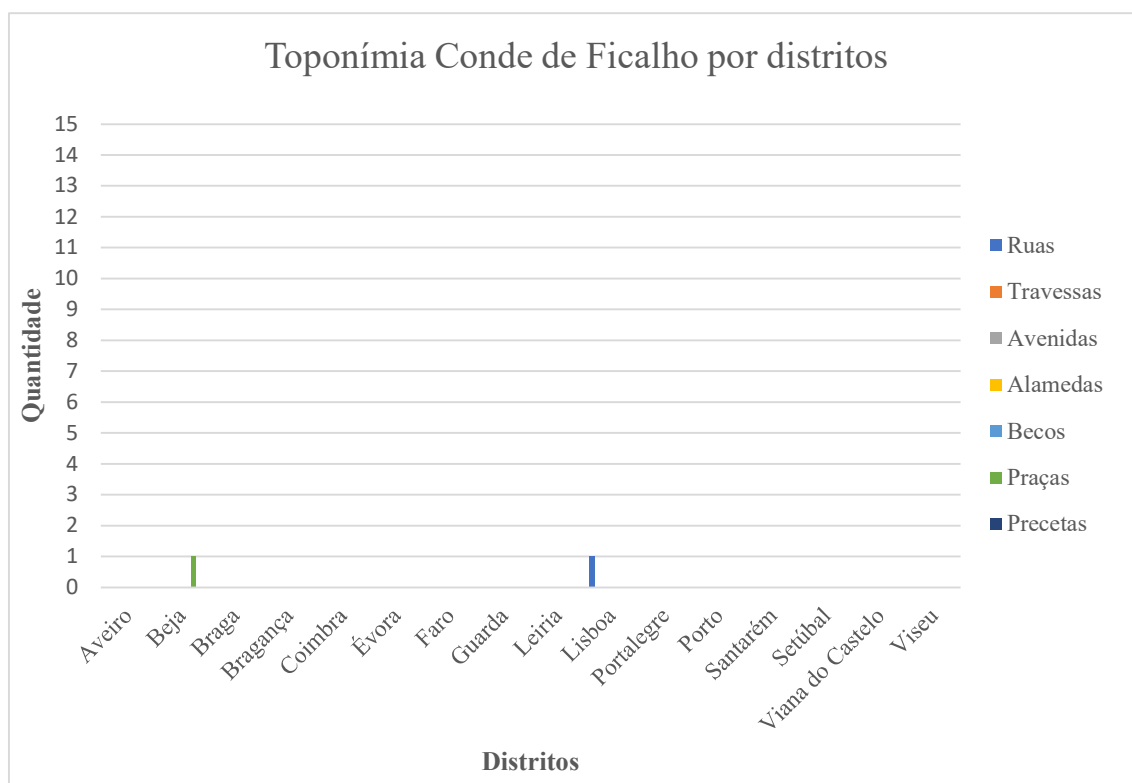


Gráfico 9 – Toponímia do Conde de Ficalho por distritos

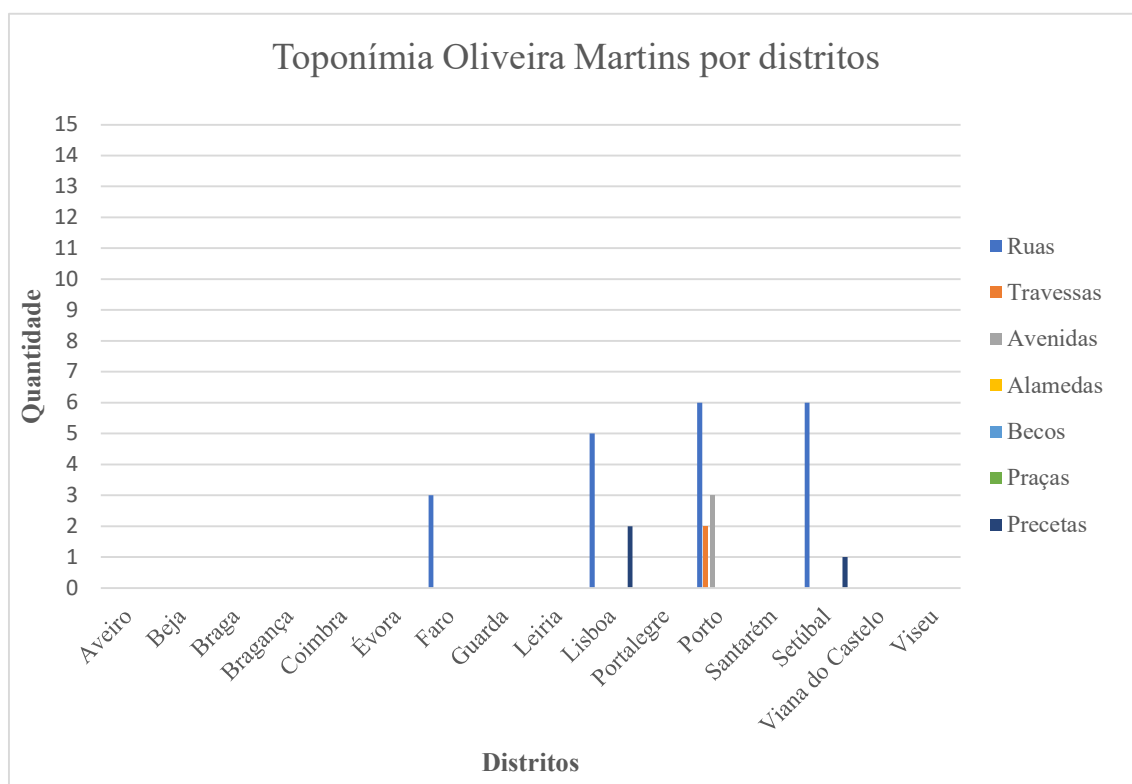


Gráfico 10 – Toponímia de Oliveira Martins por distritos

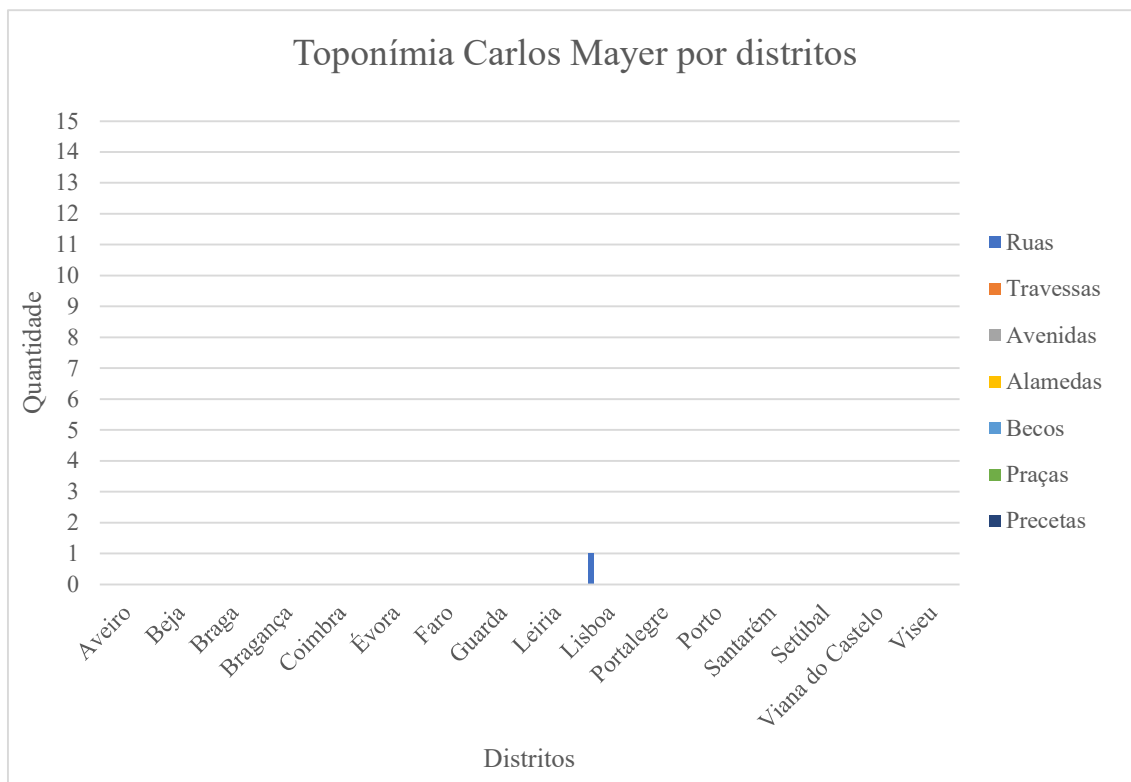


Gráfico 11 – Toponímia de Carlos Mayer por distritos

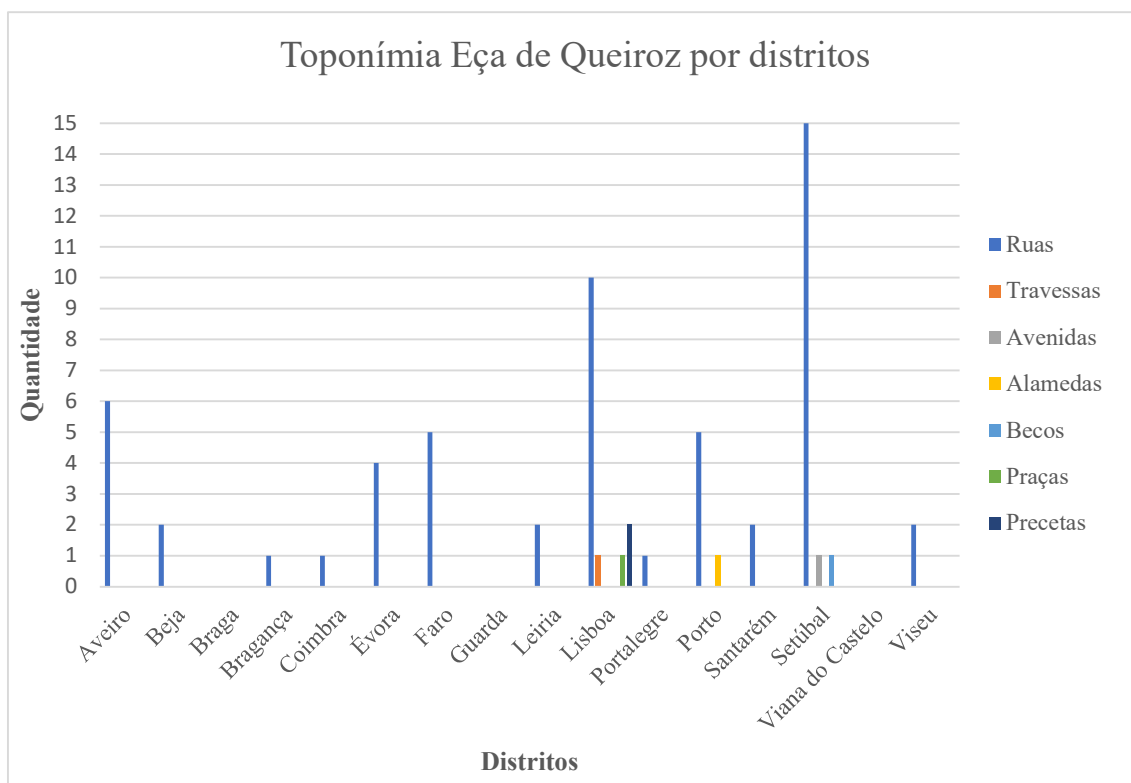


Gráfico 12 – Toponímia de Eça de Queiroz por distritos

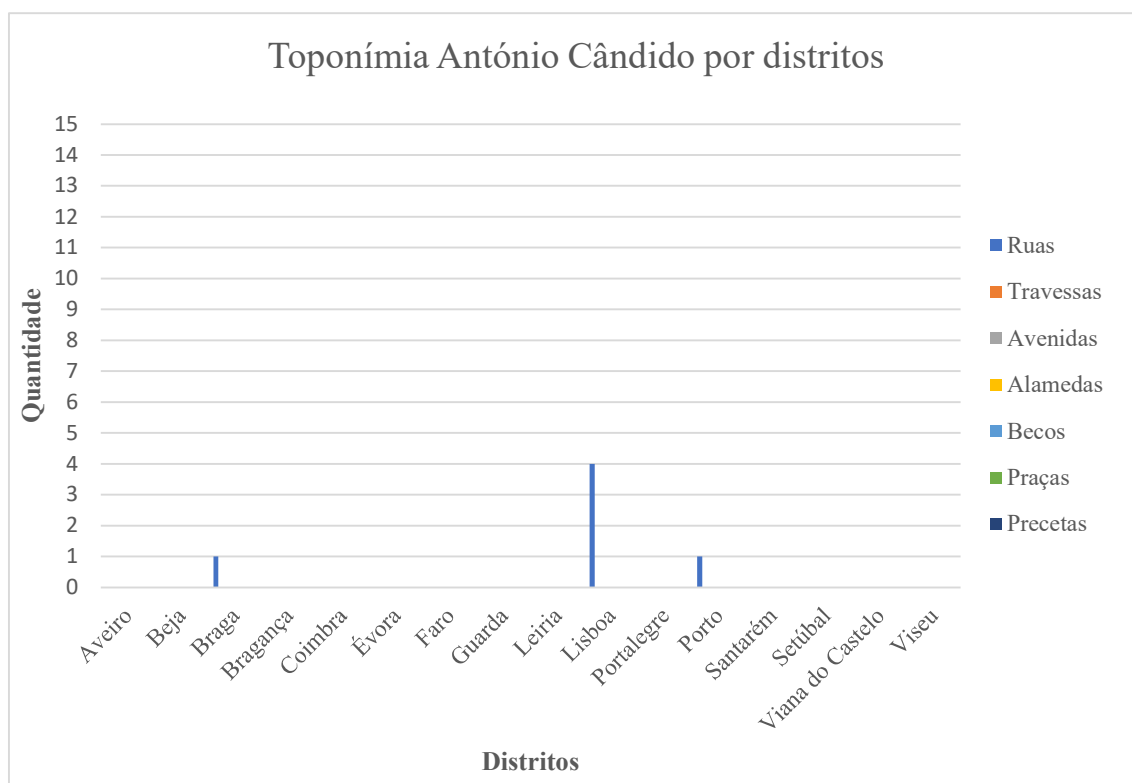


Gráfico 13 – Toponímia de António Cândido por distritos

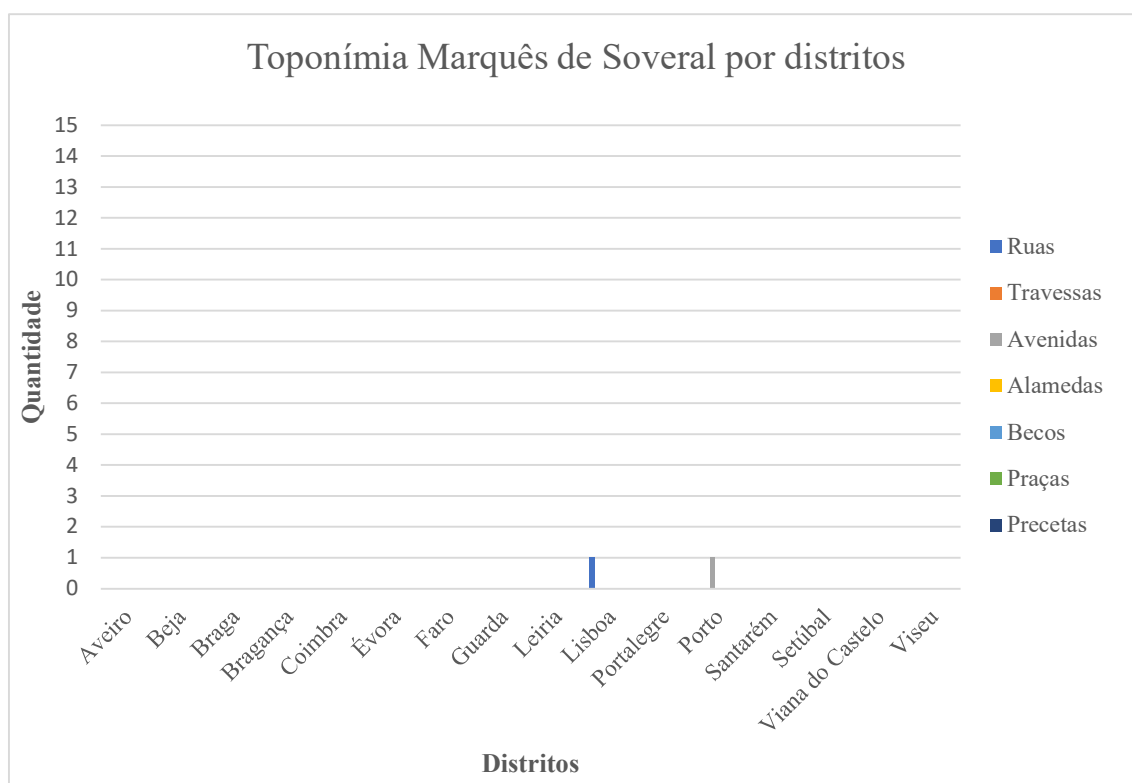


Gráfico 14 – Toponímia do Marquês de Soveral por distritos

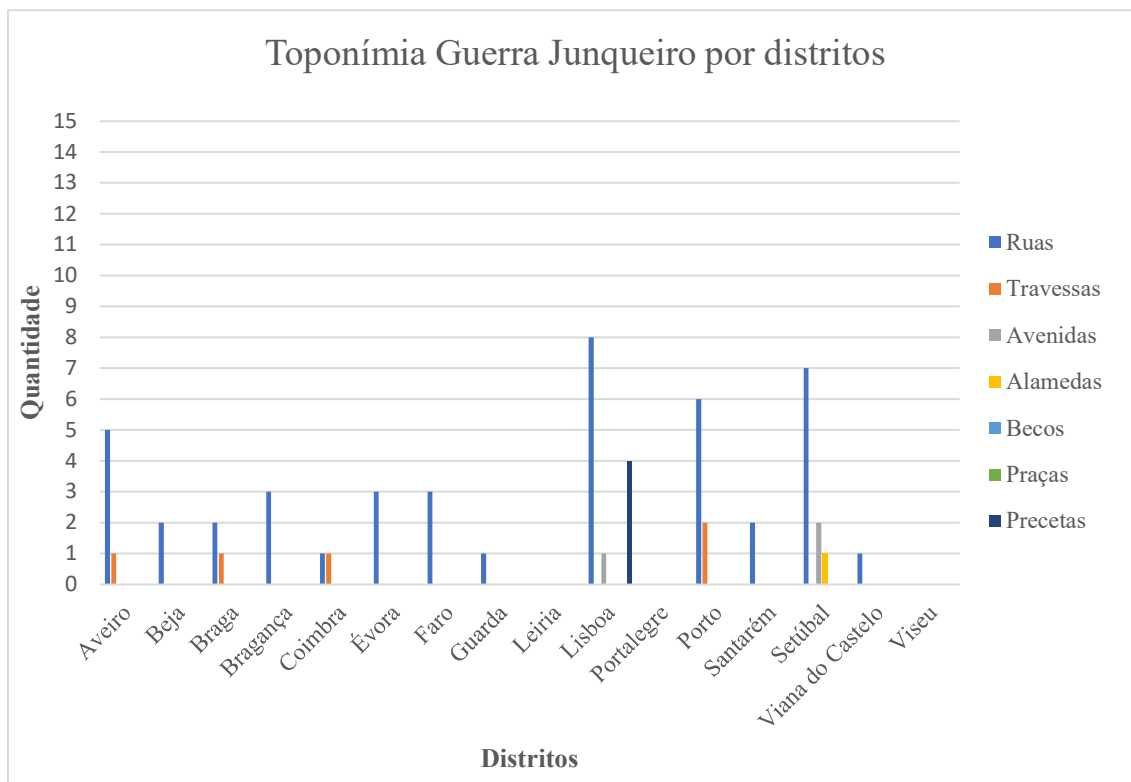


Gráfico 15 – Toponímia de Guerra Junqueiro por distritos

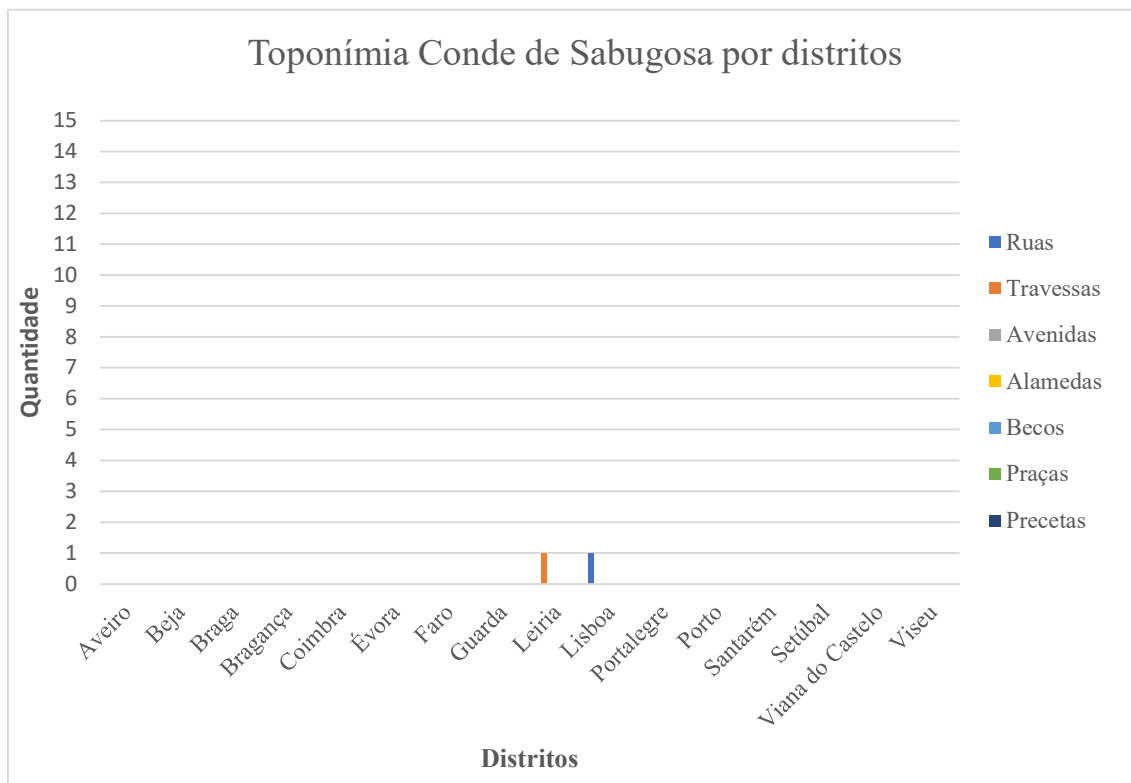


Gráfico 16 – Toponímia do Conde de Sabugosa por distritos

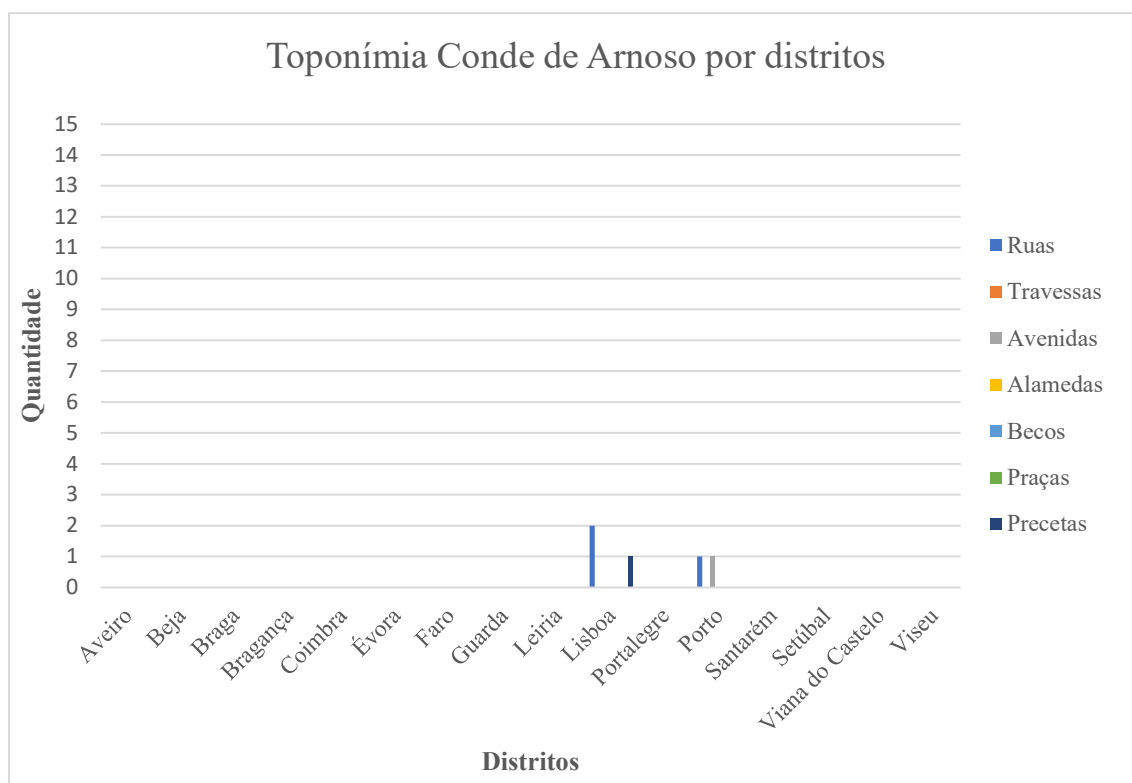


Gráfico 17 – Toponímia do Conde de Arnoso por distritos

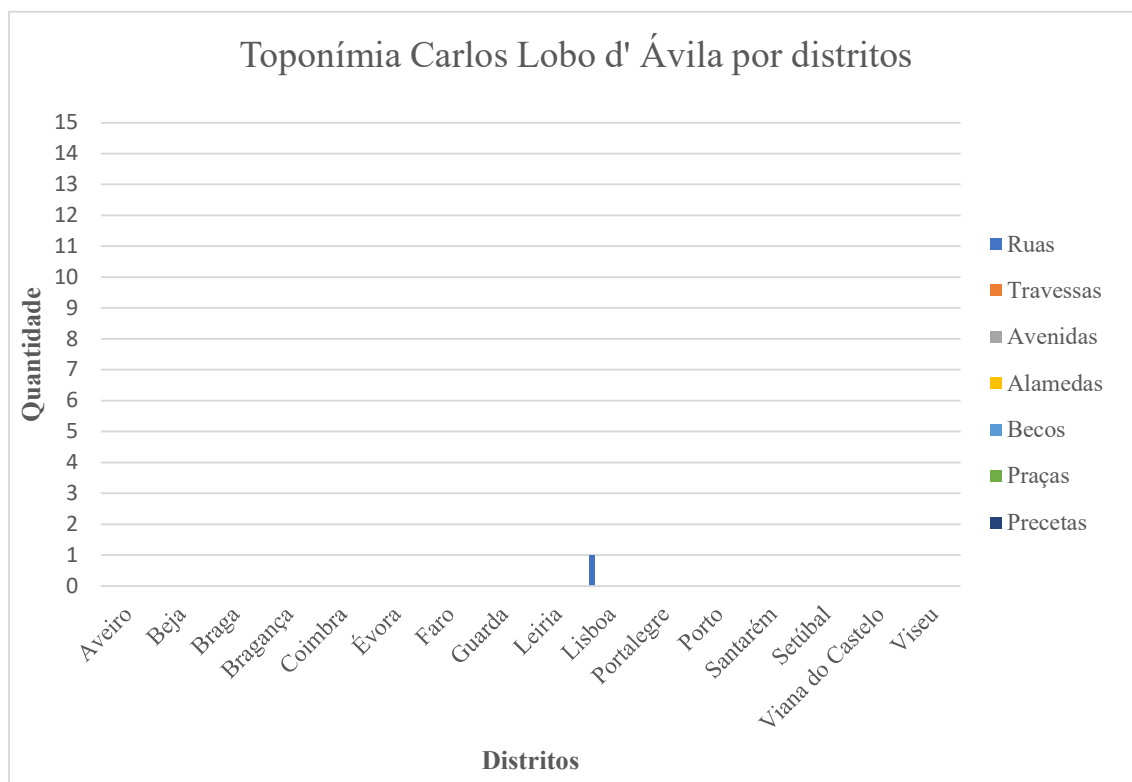


Gráfico 18 – Toponímia de Carlos Lobo d'Ávila por distritos

O registo memorial através da toponímia revela-nos que todos os membros dos Vencidos da Vida têm nomes de ruas. Através do gráfico 7, conseguimos perceber que Eça de Queiroz, Guerra Junqueiro, Ramalho Ortigão e Oliveira Martins são os elementos com maior destaque neste âmbito, respectivamente, abrangendo não só nomes de ruas, mas também avenidas, praças, praças... Esta posição dever-se-á, sobretudo, ao lugar que ocuparam na sociedade do seu tempo e da importância que tiveram nas diferentes áreas. Carlos Lobo d'Ávila é o vencido que tem menos registos. Relativamente aos distritos, destacam-se os distritos de Lisboa, Porto e Setúbal com a maior incidência, havendo um equilíbrio equitativo no resto do país, que em muito excede as expectativas da circunscrição à área natal de cada um dos Vencidos. Desta forma, e em termos gerais, a geografia da antroponímia mostrará a tendência para os lugares relacionados com a vida daqueles que são evocados (lugar de nascimento, vivência de parte das suas vidas – possivelmente o caso de Oliveira Martins no Porto ou Setúbal, onde passou uma temporada no final da vida. Todavia, há interpretações a fazer, que neste momento nos ultrapassam, face aos objectivos do presente estudo. Não correndo o risco de extrapolar, deixaremos para futuras investigações: como explicar que Ramalho Ortigão e Guerra Junqueiro sejam mais referenciados do que Oliveira Martins? E como explicar que o nome de Eça de Queiroz esteja tão presente no distrito de Setúbal? Teríamos que ter em conta dados como a época em que determinado nome é atribuído a determinado local, para entender as variantes. A presença destes autores na literatura também pode ter sido decisiva: Junqueiro era um poeta muito considerado à época da sua morte, em 1923 e muito lido ainda nas décadas de 40 e 50. Possivelmente Ramalho também seria uma presença assídua na literatura, donde a sua valorização na toponímia, face a Oliveira Martins.

Constatamos, efectivamente, que na toponímia a maioria dos Vencidos da Vida acabaram por cair no esquecimento, o que prova a importância que Eça, Martins, Junqueiro e Ortigão tiveram na projecção do grupo.

Vejamos o caso da estatuária pública, onde os Vencidos da Vida também tiveram um lugar. Sendo uma presença física que articula o passado com o presente⁵¹⁷, as estátuas integram o quotidiano dos indivíduos, no espaço da esfera pública, com a sua história, fazendo permanecer a memória. Neste caso – o da estatuária –, a distribuição das representações dos Vencidos da Vida pelo território nacional, prende-se, sobretudo, por

⁵¹⁷ Cf. Mónica Oliveira, “Qual o papel da escultura pública para a educação do cidadão?”, ERAS, *European review of artistic studies*, 2015, vol. 6, n.2 pp. 55.

razões de origem natal e de homenagem local aos respectivos Vencidos. Notamos, todavia, novamente maior incidência em Lisboa e Porto. Repare-se nos seguintes dados:

Os Vencidos da Vida	Estatuária pública dos Vencidos da Vida em Lisboa	...Porto	...Póvoa de Varzim	...Amarante	...Guimarães
Ramalho Ortigão	1	1	0	0	0
Conde de Ficalho	1	0	0	0	0
Oliveira Martins	1	0	0	0	0
Carlos Mayer	0	0	0	0	0
Eça de Queiroz	1	0	1	0	0
António Cândido	0	0	0	1	0
Marquês de Soveral	0	0	0	0	0
Guerra Junqueiro	1	1	0	0	0
Conde de Sabugosa	1	0	0	0	0
Conde de Arnoso	0	0	0	0	1
Carlos Lobo D'Ávila	0	0	0	0	0

Tabela 11 – Estatuária pública dos Vencidos da Vida. Fonte:
<https://www.igogo.pt/estatuas-e-esculturas/>

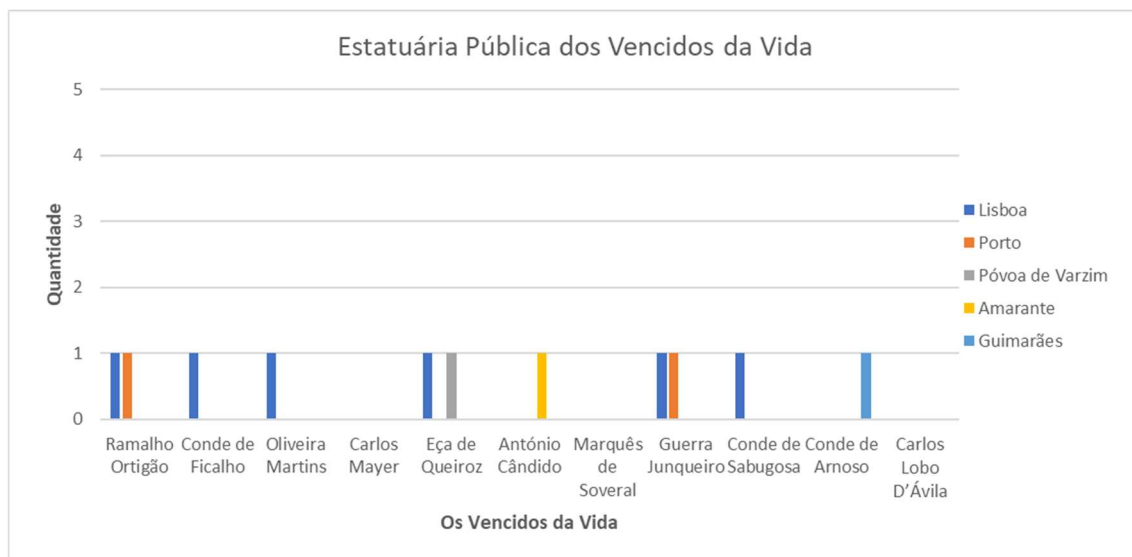


Gráfico 19 – Estatuária pública dos Vencidos da Vida

Nota-se o grande contraste entre a presença de Eça de Queiroz, Guerra Junqueiro, Ramalho Ortigão e Oliveira Martins com a dos outros Vencidos – também os mais esquecidos na memória social e na história – uma presença discreta quase limitada à dimensão local.

Constatamos, por fim, que a influência dos Vencidos da Vida não só se estendeu às mais variadas áreas, em diferentes épocas, como ainda permaneceu a sua marca no domínio do espaço público, marca essa que se prolonga na actualidade.

III - Expressões de vencidismo nas primeiras décadas do século XX português

1 – Da crise da Monarquia à aurora da República

“Portugal salva-se com a República ou não se salva.”

João Chagas, *Cartas políticas*.

Segundo Fernando Catroga, a geração de 70 declarou com coesão e unanimidade que a sociedade portuguesa estava decadente⁵¹⁸. Assim,

“o presente português (e ibérico) situar-se-ia no fim de um *corsi*, isto é, estaria num momento de decadência que só uma profunda transformação do cerne espiritual da sociedade poderia impelir para o início de uma nova fase ascendente. Caso contrário, seria a morte, ou melhor, o auto-suicídio.”⁵¹⁹

Nos últimos anos do século XIX, a ideia de decadência abundava nas mentalidades, a que as alusões a fim ou morte, não eram alheias. *A Ilustração Portuguesa*, no verão quente de 1888, dava conta do seguinte cenário, em Lisboa:

"Comprehendemos agora, porque as almas contemplativas, pedem simultaneamente aos céos e ao parlamento o restabelecimento dos frades. Estão influenciadas pelo meio soberanamente morno d'esta magnífica cidade, onde toda a gente se aborrece. Prova-o, com uma eloquência um pouco sinistra, o número prodigioso de suicídios que a chronica diária registra. Desde o amor louco até à dor sombria do desespero e da desilusão.”⁵²⁰

Por outro lado, o “mal denominado decadência portuguesa” era abundantemente mencionado na imprensa da época. Atente-se neste exemplo do periódico *O Berro*, em 1896:

“- Não, amigo Celso (...). A *decadência* portuguesa é uma apprehensão, um preconceito, uma superstição, uma mentira. Para me exprimir melhor: a *decadência* portuguesa é uma mystificação. Na realidade, que vê? Um povo decadente? – de maneira alguma! O espectáculo que você tem perante os seus olhos (...) é apenas o de um povo esterilizado, – quatro milhões e meio de analfabetos, deixando-se conduzir há séculos

⁵¹⁸ Fernando Catroga, “Decadência e Regeneração no Imaginário do Republicanismo Português dos finais do século XIX”, *Los 98 Ibéricos y el mar. El Estado y la Política* – Actas, Tomo III, Lisboa, 1998, p. 428.

⁵¹⁹ Idem, *ibidem*.

⁵²⁰ *A Ilustração Portuguesa*, 12-VII-1888, p. 1.

como quatro milhões de carneiros. Onde está pois a *decadência*? Nas classes que o dirigem? – diz vossê muito bem: nas classes que o dirigem. E em que consiste essa decadência? – Diga comigo, Celso: - na incapacidade, na insuficiência, na mediocridade, na estupidez e, por último, na inevitável corrupção d’essas classes.”⁵²¹

Esta “Chronica”, assinada pelo republicano João Chagas, enunciava ainda um rol de nomes, de políticos a escritores, anunciando-os como indicadores da decadência mencionada acima:

“Foi em política o Rodrigo da Fonseca, o Costa Cabral, o Fontes, o Carlos Bento, o Martens, o Casal, o Serpa, o Ávila, o Corvo, o Amaral, o Seabra, o Barjona, o Lopo e, por fim, o Hintze, com o liberalismo, o cartismo, o setembrismo, o reformismo, e por último o extra-partidarismo, fórmula final da absoluta ausencia de princípios, como foi em litteratura o Castilho, o Mendes Leal, o João de Lemos, o Palmeirim, o Biester, o Benalcanfôr, o Vidal, o Rodrigues Cordeiro, o Soares de Passos, e esres e aquelles que nós não dizemos para não levantar polemicas literárias com defuntos, despejando sobre a precária, a consumida intelligencia publica a sua rançosa ideologia de exportação, que mais tarde nos havia de conduzir aos excessos funestos do possibilismo matreiro do Magalhães Lima, e à desiludida filosofia do Oliveira Martins.”

E, mais adiante, Chagas continua a lista:

“No fim de contas quem está decadente é o Marianno, o Navarro, o Sérgio, o Arroyo, a Mala Real e o Norte e Leste, conjuntamente com meia dúzia de jornalistas mãos e uma groza de poetas fracos. O que está em decadência é ali um pedaço da Arcada, metade da do Ouro, o lado oriental da Avenida e a esquina da Havaneza, pouco mais.”⁵²²

João Chagas afirmava que decadente estava uma pequena porção da sociedade portuguesa, “a chamada classe ou classes preponderantes”, e acusa factores recentes que consolidaram essa decadência:

“Propalada a cabala, de que o paíz estrava perdido, o paiz, isto é os noventa e cinco por cento – suppoz-se perdido. Viu falhar o Marianno, que prometterta restaurar-lhe as finanças, viu falhar o Dias Ferreira, que prometterta restaurar-lhe as liberdades, viu falhar o Oliveira Martins que lhe prometterta a redempção, viu falhar o João Franco, que lhe prometterta a Tyrannia, viu falhar a probidade dos homens de bem e viu falhar a intrepidez dos homens da força, viu falhar espíritos, viu falhar almas (...).”⁵²³

No mesmo periódico, opinava-se sobre a literatura nacional da época:

⁵²¹ “Chronica”, *O Berro*, 19-IV-1896, p. 2. O sublinhado é nosso.

⁵²² Idem, *ibidem*, p.3.

⁵²³ Idem, *ib.*

“A litteratura patria continua esmorecida, como a mesma Patria. (...) As inteligências, como as almas, desiludidas, debruçam-se para o Mysterio. O espirito portuguez está delirante. Affirma-se o Nada, pelas esquinas, em tenebrosos caracteres de impressão, como já o faz um moço escriptor que aparece sob o nome de Julio Dantas.”⁵²⁴

No mês seguinte, o jornal *O Berro*, continuou as mesmas críticas:

“A vida portugueza, para o escriptor, tem isto de horrível: é insignificante. Por isso, os jornaes e os jornalistas não tem interesse, porque não valham talvez uns e outros, mas porque, com efeito, a vida que eles pretendem representar nada vale em si.”⁵²⁵

Afirmava-se o país como “arruinado”:

“Os grandes delapidadores da fazenda pública, por seu turno, foram-se tornando familiares e n’este paiz arruinado, segundo é voz geral, por um bando de quadrilheiros, esses quadrilheiros passaram a fazer parte do pessoal da nação, onde é corrente conhecerem-n’os por alcunhas, como se conhecem os reis por cognomes.”⁵²⁶

As críticas e o tom continuaram de tal forma exaltados neste periódico, em ânimo crescente, que, em virtude do regime especial de imprensa, instituído durante a esquadra inglesa em Lisboa, o número 18 foi apreendido pela polícia e interrompido “por alguns dias”, até à esquadra se retirar e cessar o exercício da censura prévia. Assim, a 27 de Junho de 1896, *O Berro* voltava à carga:

“O Portugal d’hoje mudou. Não mudou ainda de governos, o que é lamentável, mas mudou de character, o que é essencial. Vive como outr’ora sob um regímen de servidão, mas já não é um servo. Não o já um povo d’escravos, a ‘pobre pátria d’escravos’ de que fallava Byron, mas um povo de oprimidos, o que é diferente.”⁵²⁷

E tocando no ponto fraco, que foi o *Ultimatum* inglês, acende de novo a lembrança ao “ódio”, “(...) um que se chama Inglaterra. Esse é o ódio histórico, o ódio inspirador.”⁵²⁸ O Ultimato inglês terá provocado, segundo o historiador António Matos

⁵²⁴ “Livros & Jornaes”, *O Berro*, 19-IV-1896, p. 6.

⁵²⁵ “Chronica”, *O Berro*, 10-V-1896, p. 2.

⁵²⁶ Idem, *ibidem*.

⁵²⁷ “Chronica”, *O Berro*, 27-VI-1896, p. 2.

⁵²⁸ Idem, *ibidem*.

Ferreira, uma “guerra total da colectividade para defender o seu património”, não no sentido militar, mas na exacerbação de sentimentos que levariam a três atitudes, segundo o historiador:

“a revolução republicana, pela emergência de uma outra legitimidade, recusando o papel do Rei e da monarquia (o 31 de Janeiro); a regeneração anti-revolucionária, sobrepondo a Nação à questão do regime político; e a monarquia procurando a todo o preço conciliar a manutenção das possessões coloniais com a procura de contenção dos impulsos revolucionários, mas vendo minguar o seu espaço de manobra.”⁵²⁹

João Chagas chegaria a escrever, ao relatar a história da revolta do 31 de Janeiro:

“A data afrontosa – 11 de Janeiro de 1890 – não poderá mais ser esquecida; porque pelo facto abrupto a que está ligada e pelas suas consequências, fixa o momento da convulsão profunda e da crise decisiva em que se acha a Nação portuguesa. Desde esse dia até ao completar-se um anno, a crise nacional só tem apresentado os francos caracteres de decomposição inevitável; os esforços para uma reorganização e revivescencia da nacionalidade tem consistido em explosões sentimentais, sem plano e sem vontade de acção.”⁵³⁰

Republicano, João Chagas aponta as causas desse mal estar nacional, não se inibindo, portanto, de criticar a monarquia:

“E, por último, que os partidos monarchicos, que monopolizam a governação, se exautoram, dando as provas peremptorias de absoluta incapacidade governativa, defrontando-se com a questão vital a que está ligado o destino da Nação portuguesa, o qual neste momento obscuro da historia e acha-se entregue ao acaso dos acontecimentos e não à vontade deliberada de altos caracteres.”⁵³¹

Em carta a Mariano Machado de Faria e Maia, acerca do acontecimento posterior ao *Ultimatum*, que foi a revolta do 31 de Janeiro, Antero de Quental desabafou:

“Isto aqui entrou em período de liquidação de muitos erros políticos e económicos acumulados durante trinta anos. Todos o sentem e isso mesmo agrava a situação. O estado do exército é deplorável e podes crer que o que se passou no Porto foram só os primeiros tiros, os tiros da guarda avançada; e como o republicanismo, que desde Janeiro de 90 tem tomado extraordinário incremento, explora a situação militar, e como por cima

⁵²⁹ António Matos Ferreira, “Repercussões do *Ultimatum* no meio católico: notas acerca do nacionalismo católico”, *Lusitânia Sacra*, 2.ª série (6), Lisboa, 1994, p. 43.

⁵³⁰ João Chagas & Ex-Tenente Coelho, *História da Revolta do Porto de 31 de Janeiro de 1891 (depoimento de dois cúmplices)*, Lisboa, 1901, p. 154.

⁵³¹ Idem, *ibidem*, p. 155

disso a crise financeira, ainda quando seja adiada agora, é inevitável, uma grande convulsão social parece iminente. Tal é a triste perspectiva que se apresenta a quem pensa neste pobre Portugal.”⁵³²

Presidindo à Liga Patriótica do Norte⁵³³,

(“em 27 do mesmo mez, tinha lugar um importantíssimo comicio no teatro do Príncipe Real, do Porto, promovido pelos académicos da mesma cidade, e d’elle brotava espontânea e cheia de fé a Liga Patriotica do Norte, a cuja frente se colocou Anthero de Quental a instancias de Luiz de Magalhães.”)⁵³⁴

Antero de Quental, era encarado com fé pelos grupos estudantis para um “renascimento da pátria”:

“Anthero de Quental, pedindo silencio, proferiu algumas palavras de agradecimento àquella briosa classe académica que soubera manifestar-se tão nobremente contra o indigno procedimento do governo de Inglaterra. Fazia este agradecimento como presidente da Liga Patriotica do Norte, de quem a pátria tanto esperava.

Estava convencido do bom êxito d’esta campanha patriótica do renascimento da pátria, pois que os estudantes haviam feito d’elle, o descrente de hontem, o crente sincero de hoje.”⁵³⁵

Porém, em carta a Alberto Sampaio, em Março desse mesmo ano, escreveu: “A Liga não tem elementos de vida e já agora apenas vegeta. Creio que dentro em breve voltarei à minha vida ordinária.”⁵³⁶

⁵³² Antero de Quental, “31 de Janeiro – Carta a Mariano Machado de Faria e Maia, 4-III-1891, *cit. in* Câmara Municipal de Lisboa, 1991, *1.º Centenário da morte de Antero de Quental - Catálogo*, 3.ªed., Lisboa, 1995, p. 41.

⁵³³ Sobre a figura de Antero à frente da Liga Patriótica do Norte, Luís de Magalhães escreveu o seguinte: “Numa dessas manifestações rompeu a ideia vaga e indefinida duma Liga Patriótica. Era o caos aspirando pela ordem, a massa amorfa procurando um órgão... Tudo, porém, dependia da direcção superior, tudo dependia dum homem. Era preciso que à frente dessa Liga se pusesse uma consciência absolutamente pura e imaculada, um grande coração generoso e heróico, um nome que a todos inspirasse uma absoluta confiança e fosse já aureolado duma gloriosa popularidade. Pensei em Antero e lembrei-o ao elemento académico, que em todo o movimento tomara um papel preponderante. A indicação foi recebida com alvoroço.” Luís de Magalhães, “A vida de Antero”, *in* *Memorian de Antero*, *cit. in* Câmara Municipal de Lisboa, 1991, *1.º Centenário da morte de Antero de Quental - Catálogo*, 3.ª ed., Lisboa, 1995, p. 39.

⁵³⁴ Manuel Pinheiro Chagas, *História de Portugal popular e ilustrada*, XII vol., Lisboa, 1907, p. 587.

⁵³⁵ “Notícia de manifestação feita pela Academia, ao Presidente da Liga Patriótica do Norte”, *Comércio do Porto*, 7-II-1890, *cit. in* Câmara Municipal de Lisboa, *op.cit.*, p. 40.

⁵³⁶ Antero de Quental, “Carta a Alberto Sampaio, Março de 1890”, *cit. in* Câmara Municipal de Lisboa, *op. cit.*, p. 39.

Acabaria por suicidar-se no ano seguinte⁵³⁷. Não terá sido o único vencido por estes tempos. Em 1949, em pleno Estado Novo, nos debates parlamentares, o orador Armando Cândido ressuscitou a figura de Hintze Ribeiro, a propósito do centenário do seu nascimento⁵³⁸, como um “vencido” da época em causa:

“No fim da sua vida caiu, vencido. Alguém que o conheceu muito de perto, traçou esta legenda: ‘Vencido, mas imaculado’. (...) Sentindo rugir o vulcão que havia de cobrir de lava a monarquia, pede ao Rei, em Maio de 1906, um adiantamento das Cortes. Recebe um não redondo e ostensivo. Era a queda do partido regenerador. Era o tormo da monarquia. Hintze sentiu profundamente o golpe. Doente, vai à Suíça retemperar-se. Regressa depois. Os seus partidários fervem. Vão ao Entroncamento esperá-lo. Querem desagrar o Chefe. Mas Hintze defende a monarquia (...). Um jornal republicano – *O Mundo* – que se publicava então em Lisboa comenta o facto assim: *Aquela devoção à monarquia estava fora do nosso tempo e da nossa lógica. Não se compreende, por exemplo, que Hintze tivesse sido escoraçado pela monarquia e, ao voltar ao seu País, após uma viagem ao estrangeiro, gritasse, antes de mais nada: ‘Viva El-Rei!’*”⁵³⁹

Sobre Hintze Ribeiro, João Chagas é impiedoso, quando no jornal *O Berro*, em 1896, escrevera: “Não se iludam. (...) O poder chama-se Hintze e Hintze não é Portugal – é a imbecilidade humana.”⁵⁴⁰ E indo mais longe, Chagas continua, atacando o Marquês de Soveral, então embaixador em Londres,

“Soveral não é portuguez. É de toda a parte. É internacional como a própria aventura política que representa. Em França chama-se *rastaquouère*, e ser *rastaquouère* conduz a tudo – à policia e ao poder a Mazas e à gloria. O resto não se define. É figuração. Vae a toda a parte onde se coma e se beba e tem sempre uma casaca ou uma farda prompta para aparecer onde quer que os requisitem. São as comparsas da infâmia.”⁵⁴¹

Também Basílio Teles não poupou Soveral e, desta forma, o grupo dos Vencidos da Vida:

⁵³⁷ Antero Tarquínio de Quental suicidou-se com 49 anos a 11 de Setembro de 1891, em Ponta Delgada, sua terra natal. “Às 17 horas de 11 de Setembro de 1891 compra um revólver Lefauchaux, na loja Férein. Suicida-se pelas 20 horas no Campo de S. Francisco, lado norte, junto ao muro do Convento da Esperança.”, Câmara Municipal de Lisboa, *op. cit.*, p. 45.

⁵³⁸ Ernesto Rodolfo Hintze Ribeiro nasceu em Ponta Delgada, a 7-XI-1849 e faleceu em Lisboa a 1-VIII-1907, aos 58 anos de idade, vítima de morte súbita, quando acompanhava o funeral do seu amigo, o Conde Casal Ribeiro, no cemitério do Alto de S. João. A sua saúde e estado emocional encontravam-se fragilizados, desde a sua demissão no Parlamento, acedida por D. Carlos em Maio de 1906, e a sua sucessão por João Franco.

⁵³⁹ *Diário da Assembleia Nacional*, 30-XI-1949, p. 0025.

⁵⁴⁰ “Chronica”, *O Berro*, 27-VI-1896, p. 3.

⁵⁴¹ *Idem, ibidem.*

“Ostensivamente, era o ministro dos Estrangeiros, Barbosa du Bocage, auxiliado em Londres pelo diplomata improvisado Luís de Soveral, irmão anónimo de uma confraria de sujeitos, de alma definhada e bom estômago, que se apelidavam *vencidos da vida*, quem dirigia as negociações; (...)”⁵⁴²

Os Vencidos da Vida foram, ainda, depreciativamente lembrados em 1894, neste contexto de crise, nos debates parlamentares:

“(O Orador: Sr. Marquez de Vallada) – (...) desde já declaro que não hei-de votar a ruína do paiz, por caso nenhum da vida. Posso ser vencido, mas não da vida. *E creio que também já não ha vencidos da vida, morreram, desappareceram*. Eu meditei muito sobre este partido dos vencidos, julgando que eles estariam todos muito magros e com fome, mas não estavam. Já n’um antigo poeta latino eu fui encontrar alguma cousa que me denunciava que n’aquelles tempos também havia alguma cousa parecida com *vencidos da vida*, foi na *Pharsalia*, de Lucano, quando elle diz: *Victriae causa Diis placuit sed victa Catoni*; depois achei-os em Marcial que se queixava da sua posição de laudator, e depois em Voltaire, que se lamentava de estar no paço, apesar de o tratarem muito bem, mas obrigado à lisonja palaciana e *l’a reine m’appelle son pauvre Voltaire*, mas apesar d’isso lamentava-se. Mas há outra cousa: é que esta denominação de ‘vencidos da vida’, que era um mote que eles adoptavam por modéstia, colocando-se na passiva, permanecendo na activa. Elles eram como certos verbos passivos na voz, mas activos na significação, ou antes verbos deponentes, os que têm terminações passivas e significação activa. Assim, todos os vencidos da vida passaram para a activa, tornando-se vencedores, assimilando-se, d’esta arte aos verbos de poentes, como por exemplo *Reor* (eu cuido ou julgo) *ratus sum*.

Eu é que não estou *vencido da vida* (...).”⁵⁴³

Os anos que antecederam o final da monarquia foram particularmente inquietos e decisivos na história nacional. Quer a nível interno, quer a nível externo, a monarquia aparentava fragilidades (aproveitadas pelo Partido Republicano) que apontavam, à luz da opinião pública, a monarquia como a culpada última do estado do país. As críticas à situação nacional faziam-se ouvir, em todas as áreas - da literatura, ao jornalismo ou à política -, quase sempre em tom pessimista ou acusador. No parlamento, os discursos foram carregados de críticas, afirmando a denominada decadência, em vários sectores (da economia, ao ensino e à política), ao longo destes últimos “anos agonizantes” da Monarquia. Ora vejamos os seguintes exemplos:

1892 – “(O Orador: Sr. Manuel de Arriaga) – (...) esta minha linguagem é a tradução tão fiel quanto amarga da verdade dolorosíssima que nos assombra e nos esmaga!

⁵⁴² Basílio Teles, *Do Ultimatum ao 31 de Janeiro. Esboço de história política*, Lisboa, 1968, p. 228.

⁵⁴³ *Diário da Câmara dos Dignos Pares do Reino*, 24-XI-1894, p. 232. O sublinhado é nosso.

Compreendo que um ou outro individuo possa salvar-se na sua vida transitória sem um ideal, próprio ou emprestado, que lhe norteie o pensamento ou os actos. O que não compreendo é que uma collectividade, e a collectividade por excellencia, uma nação, possa subsistir sem o seu ideal político!

(...) Accentuemos, se queremos salvar-nos como povo, a nossa individualidade na navegação, na exploração (...) dos nossos ainda vastos domínios colloniaes, no commercio e na industria (...), e teremos ainda teatro vastíssimo para empregarmos a nossa actividade, recursos e forças para repelirmos a atonia que nos subjuga, e ainda dias de orgulho e de gloria para antepormos aos de vergonha e de luto em que estamos sepultos!”⁵⁴⁴

1902 – “(O Orador: Sr. Fuschini) – Hoje é manifesta certa decadência nas novas gerações, que enchem as nossas escolas. Não é a intelligencia que lhes falta, é a disciplina do trabalho. Variadas causas vão deprimindo o character português, criando até nas crianças esse horrível scepticismo infantil; (...). Ora, se muitas d’essas cousas não podem ser vencidas senão por longos esforços (...) concentremos tanto quanto for possível a vida académica, reunamos os rapazes para lhes desenvolver o espirito de fraternidade e igualdade (...) para combater, enfim, na origem esta pulverização de vontades e esta ignorância de princípios que são os maiores males de que está enferma, e gravemente, a sociedade portuguesa.”⁵⁴⁵

1909 – (O Orador: Sr. Pinheiro Torres) – (...) uma das grandes causas, senão a maior, da decadência portuguesa foi a decadência do Parlamento (...).”⁵⁴⁶

Sobre a “crise ministerial”, *A Comedia Portuguesa* dizia o seguinte:

“Continua a falar-se ainda em crise ministerial, thema obrigado dos cavacos n’estes últimos dias, nos soalheiros da capital, e o prato de resistência do jornalismo político.

Para nós estes graves acontecimentos da intriga constitucional teem um mero interesse de curiosidade. Espectadores pacíficos, mas um pouco scepticos, d’estas temerosas tempestades politicas, que não fazem bem a cousa nenhuma, mas cujos efeitos mais desastrosos também não passam além da bolsa do contribuinte, torna-se-nos sobremodo indifferente que o paiz se governe com Pedro ou se governe com Paulo, vista a arreigada convicção em que estamos de que Pedro e Paulo governam igualmente mal.”⁵⁴⁷

Teófilo Braga, descreveu a situação política como não tendo “uma solução clara”:

“Os partidos monárquicos estão desacreditados; mentiram sempre à nação e esgotaram-lhes as fontes vivas da sua riqueza, arvoraram o empréstimo em sistema económico de existência, e reduziram a governação a expedientes de partido que visa exclusivamente a sustentar-se no poder. Não desceremos à descrição minuciosa desses

⁵⁴⁴ *Diário da Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa*, 26-I-1892, p.19.

⁵⁴⁵ *Diário da Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa*, 14-I-1902, p. 3.

⁵⁴⁶ *Diário da Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa*, 21-IV-1909, p. 17.

⁵⁴⁷ “Ainda a crise”, *A Comédia Portuguesa*, 23-II-1898, p. 6.

mil sofismas com que a liberdade é atropelada e por meio dos quais esta pobre nação se reconhece *decadente* (...).”⁵⁴⁸

Homem Christo, em 1889, dizia que os partidos monárquicos eram “agências de negócios sujos, onde todos entram com o propósito exclusivo de encher os bolsos. Brio, independência, dignidade, patriotismo, tudo isso é retórica.”⁵⁴⁹

No ano em que se comemorou o centenário da implantação da República em Portugal, a *Revista Visão História*⁵⁵⁰, que compilou uma série de artigos sobre Portugal há cem anos, publicou uma cronologia dos principais acontecimentos do país, desde 1889 a 1910, com o título “20 anos vertiginosos”. De facto, ao longo desses conturbados anos, a política não o foi menos, e, sobretudo a partir de 1904, várias são as vezes em que é dissolvida a Câmara dos Deputados e o parlamento deixa de funcionar.

Se a situação de alegada decadência não era favorável à forma como a Monarquia era encarada, certo é que um conjunto de factores lhe foi adversa e adensou este clima tenso e de apontadas fragilidades, como já atrás a Geração de 70 começara a enunciar. Se por um lado, é certo que o Ultimato inglês foi o aguilhão impulsionador para as acções do Partido Republicano Português (na prática já se insurgia com um novo programa) que começou, então, a ganhar papel de relevo na oposição à Monarquia, o rebentar da crise financeira (em 1891), a demissão dos governos, as conspirações e as greves (sobretudo de operários e estudantis), alargaram, de forma extraordinária a visão que as elites tinham acerca do Portugal da época e dos portugueses, uma visão não determinista de fim, mas abundantemente pessimista. Em 1908, Manuel Laranjeira afirmava, perante todo este contexto, que

“o diagnóstico impõe-se de *per si*. O desalento e a descrença alastram. No ar respira-se o cepticismo. E, à medida que o mal-estar colectivo se vai resolvendo quotidianamente em tragédias individuais, o sentido da vida, em Portugal, parece ser cada vez mais fúnebre e mais indicativo de que vamos arrastados, violentamente arrastados por um mau destino, para a irreparável falência e de que nos vamos afundando definitivamente”⁵⁵¹

⁵⁴⁸ Teófilo Braga, “Os estímulos conscientes: centenário de Camões”, *História das ideias republicanas em Portugal*, Lisboa, 1983, p. 171. O sublinhado é nosso.

⁵⁴⁹ Homem Christo, *Monarchicos e Republicanos (Apontamentos para a História Contemporânea)*, Porto, 1928, p. 85.

⁵⁵⁰ *Visão História – Portugal há 100 anos*, n.7, Fevereiro de 2010.

⁵⁵¹ Manuel Laranjeira, *O pessimismo nacional - ou de como os portugueses procuram soluções de esperança em tempos de crise nacional*, Lisboa, 2008, pp. 22, 38-39.

Apesar de rejeitar a visão generalista da fatalidade histórica de Portugal, Laranjeira aponta o pessimismo português como legítimo e acusa várias razões para ele existir, um dos quais, o messianismo, que sempre surge, aliás, em épocas de crise:

“O mal na verdade é profundo. E de facto, o povo português tem amargas razões, razões de sobra, para ser pessimista. (...)”

Um dos aspectos mais típicos da vida portuguesa e um dos seus males mais funestos é a sua prodigiosa fertilidade messiânica. A cada passo surge um homem que se sente com envergadura e ventre de messias. Por cada messias que aborta, pululam inesgotavelmente centos de messias, toda uma falperra de messias. E, enquanto a nação rola à aventura de messianismo em messianismo, a sociedade portuguesa, lentamente, infatigavelmente, vai-se dissolvendo e desagregando.”⁵⁵²

Na mesma esteira, situa-se Sampaio Bruno (José Pereira de Sampaio, 1857-1915). Na introdução que faz à sua obra *O Encoberto*, em 1904, inicia com uma crítica negativa ao *Portugal Contemporâneo* de Oliveira Martins e à construção mítica que este faz do sebastianismo:

“O *Portugal Contemporâneo* parece-me como que pensado e escrito na hiperacuidade da febre; e dessa obra doente o cap. III (O Romantismo) do livro quarto (A Anarquia Liberal) figura-se-me um dos mais quiméricos, na idealidade pervertida e degenerescente de suas secções metafísicas, sob títulos românticos: A Voz do Profeta; A Poesia das Ruínas... Neste n.º precisamente, Oliveira Martins escreve: ‘O Frei Luís de Sousa é a tragédia portuguesa, sebastianista. O fatalismo e a candura, a energia e a gravidade, a tristeza e a submissão do génio nacional, estão ali. Não é clássico, nem romântico - é trágico (...). Garrett (...) sentiu o palpitar das entranhas portuguesas (...).’”⁵⁵³

Para Manuel Laranjeira, o messianismo seria uma ilusão:

“Não nos iludamos. Ou nos salvamos nós, ou ninguém nos salva. Eu não estou duvidando da redenção messiânica da nação, somente porque me repugne acreditar que os milagres lendários de Moisés se repitam nestes escabrosos tempos de determinismo. A razão é sobretudo outra: a experiência da nossa salvação messiânica está tristemente feita. O messianismo em Portugal fez as suas provas e faliu.”⁵⁵⁴

Nos últimos anos da Monarquia, a situação do país estava caótica, mas era uma situação que já se vinha arrastando, muito antes do malogrado Ultimato inglês. Em 1875,

⁵⁵² Idem, *ibidem*.

⁵⁵³ Sampaio Bruno, “Introdução”, *O Encoberto*, Porto, 1983, p. 5.

⁵⁵⁴ Manuel Laranjeira, *op. cit.*, pp. 58-59.

na *Lanterna Mágica*⁵⁵⁵, surge pela primeira vez, pela mão criativa de Rafael Bordalo Pinheiro (1846-1905), a figura do Zé Povinho, que o republicano Sebastião de Magalhães Lima (1850-1928), caracterizou da seguinte forma:

“na sua encarnação lorpa e boçal, não é apenas uma figura qualquer para despertar o riso e a gargalhada das multidões. Longe disso, ele por si personifica uma sociedade aviltada pela opressão dos grandes e dos poderosos e em que o abuso é lei e a imoralidade norma de vida, a ignorância e a miséria o único fim dos governos.”⁵⁵⁶

Para o historiador João Medina, o Zé Povinho era

“muito mais do que uma mera forma política de denúncia dos defeitos de um regime ou de um sistema de governação de ‘liberdade outorgada’, uma poderosa e realista caricatura satírica do modo-de-ser e do psiquismo nacional, um estereótipo que antes de mais, e acima de tudo, exprimia o nosso *ethos*, a nossa alma mais íntima e verdadeira, ainda que disfarçado de labrego analfabeto: 79,2% de iletrados em 1878 e 61% de agricultores na população activa, em 1890.”⁵⁵⁷

João Medina descreveu o “nosso Zé Povinho”, como sendo

“uma personagem psicológica, um símbolo colectivo, o Português com todas as suas taras e algumas qualidades, um retrato mais psíquico do que sociológico do ‘português tal e qual’, ao longo de muitas décadas.”⁵⁵⁸

Em inúmeras representações, o Zé Povinho apareceu na imprensa nacional, para retratar a sociedade, a política, o estado da economia e, sobretudo, o estado moral em que Portugal se encontrava (do *António Maria* aos *Pontos nos ii*, “a voz do Zé Povinho só se calaria em 1907, estrangulado pela censura que suspende *A Paródia*”⁵⁵⁹). De tal modo, que Magalhães Lima aproveitaria para escrever, na sua *Galeria Republicana*:

“Cada caricatura d’este artista é um grito de revolta contra a conspiração secular do espirito monarchico – fradesco, que fez de Portugal esta nação molle e incaracterística, sem vida e sem alma, que ahi anda à matroca no grande mar da civilização europeia,

⁵⁵⁵ A figura do Zé Povinho surge, pela primeira vez, no n.º 5 de *A Lanterna Mágica*, a 12-VI-1875, pp. 36-37.

⁵⁵⁶ “Raphael Bordallo Pinheiro”, *Galeria Republicana*, n.º 11, Junho de 1882, p.1.

⁵⁵⁷ João Medina, *Caricatura em Portugal. Rafael Bordalo Pinheiro, pai do Zé Povinho*, Lisboa, 2008, p. 96.

⁵⁵⁸ Idem, *ibidem*, p. 97.

⁵⁵⁹ Sílvia Souto Cunha, “A mão sem dono”, *Visão História - Portugal há 100 anos*, n.º 7, Fevereiro de 2010, p. 95. O excerto refere-se à lei da imprensa, decretada por João Franco, em 1907.

sem rumo e sem individualidade. Bordalo Pinheiro vingá-nos de toda esta espantosa dedacencia (...).⁵⁶⁰

A par das caricaturas de Bordalo Pinheiro, muitas eram as publicações que emergiam para dar voz à República ou, simplesmente abalar a monarquia, com as suas críticas. Periódicos como *A Lucta*, dirigido na época por Brito Camacho, *O Século*, dirigido inicialmente por Sebastião de Magalhães Lima, ou o *Dia*, dirigido então por António Ennes, eram apenas alguns dos muitos órgãos que, com sucesso, proliferavam, a dar voz activa aos descontentamentos vividos pela época. Em 1906, Eduardo Metzner (1886-1922) fez circular folhetos de poesia política, como *No agonizar da Monarchia (ao ultimo dynastia de Bragança)*, em que falava num “cataclismo”. A sua prisão foi tema da primeira página de *O Século*, que apelava à sua libertação, num texto que tinha como título: “Quem é a pessoa de bom senso que toma a sério as imprecações de um poeta de 20 anos contra a sociedade?”⁵⁶¹

Num dos versos que Metzner fez circular, lembrando os trágicos prenúncios da *Pátria*, de Guerra Junqueiro, lia-se

“Sifilitico Rei, tombarás do teu plinto,
Quando a hora soar! A hora está bem perto
E a Vingança também...
O teu destino é certo!...
O terminus do mal, o fim da monarquia.”⁵⁶²

A ideia de fim⁵⁶³, que também já tinha sido tema para Gomes Leal, quando em 1899 escreve a obra *Fim de um mundo*, repete-se em Leal, em 1907, na Revista *Nova Silva*, abordando, implicitamente, o fim da monarquia:

“Eu vejo-a ir ao longe perseguida,
Como dum vento lívido varrida,
Cheia de febre, rôta, muito além,
- Pelos caminhos ásperos da História –
Enquanto os Reis e os Deuses entre a glória,
Não ouvem a ninguém.

⁵⁶⁰ “Raphael Bordallo Pinheiro”, *Galeria Republicana*, n.º 11, Junho de 1882, p. 1.

⁵⁶¹ Cf. João Pacheco, “Os escritores da moda”, *Visão História - Portugal há 100 anos*, n.º 7, Fevereiro de 2010, p. 90.

⁵⁶² Idem, *ibidem*, p. 91.

⁵⁶³ Veja-se, a este propósito o artigo de Fernando Catroga, “Decadência e regeneração no imaginário do republicanismo português dos finais do século XIX”, *Los 98 Ibéricos y el mar. El Estado y la política* – Actas, Lisboa, 1998, pp. 424-445.

(...)
Têm trabalhado, ocultos, noite e dia,
O'reis!...O'reis....! as luzes da orgia,
De súbito, que vento apagará
- Corre no ar um éco subitâneo...
E escuta-se, no seu subterrâneo,
O riso de Marat!”⁵⁶⁴

Fosse em poemas, folhetins, manifestações (em que a revolta do 31 de Janeiro atingiu o expoente nestes tempos), a revolta contra a monarquia aumentava. João Chagas escreveu que,

“Diante d’este quadro de decomposição, é preciso ver claro. A monarquia que já não proclama a ficção de manter a nossa integridade, e que sustenta provisoriamente pelo nosso desmembramento, não tem apoio moral; mantém-se apenas pela indiferença geral. (...) Somente as naturezas tímidas ou insensatas e que podem confiar-se na esperança já formulada pelos jornaes conservadores: - *Isto cae por si*. Cae por si, é verdade, mas depois de nos ter infeccionado com o vírus de uma decomposição irremediável.”⁵⁶⁵

Luiz de Magalhães, na sua obra *A crise monarchica*, diria, sobre estes últimos tempos de monarquia:

“Atribuiram-se-lhe os maiores malefícios, taxaram-n’a de corrupta e corruptora, negou-se o valor dos seus estadistas, amesquinhou-se toda a sua obra de reorganização e restauração nacional. Ella fôra a desordem, a anarchia, a instabilidade, um artifício politico sem correlação com as nossas tradições e com o genio da raça.”⁵⁶⁶

Por outro lado, justifica as acções revolucionárias e a implantação da República:

“Mal a Monarchia caíu, em 1910, não em consequência d’esses pretensos fermentos de dissolução, como se afirmou, mas pela incapacidade e a fraqueza d’aquelles a quem superiormente incumbia o dever de defende-la, recrudescu essa campanha de menosprezo, de infamação, de infundada imputação de responsabilidades, dando até, inconsideradamente, aos republicanos, razões e argumentos insuspeitos com que justificassem o seu acto revolucionário.”⁵⁶⁷

⁵⁶⁴ Gomes Leal, “A canalha”, *Nova Silva*, n.º 5, 10-IV-1907, p. 2.

⁵⁶⁵ João Chagas & Ex-Tenente Coelho, *op. cit.*, p. 157.

⁵⁶⁶ Luiz de Magalhães, “A questão doutrinária – discórdia de princípios”, *A crise monarchica. Documentos para a História e liquidação de responsabilidades*, Lisboa, 1934, p. 11.

⁵⁶⁷ Idem, *ibidem*, p. 12.

Dir-se-ia que, face a todo um contexto pouco abonatório para a monarquia, que apresentava fragilidades que pareciam, já, incontornáveis, e com o boato que rapidamente se espalhou que o rei D. Carlos chamara ao seu reino “choldra” numa entrevista dada ao *Temps*, de Paris⁵⁶⁸, o ponto chave para o descontentamento geral terá sido a ditadura instaurada por João Franco em 1907. Como escreveu António Machado Pires,

“Estes homens de 70 e outros um tanto mais novos, como Fialho, assistiram ao crítico fim de século que desembocaria na República em 1910. Não eram só os factos, mas um pesado sentimento que rodeava os factos; não é só a abstracção da análise histórica, mas uma aura cívica negativa, que faz operar grandes viragens. Eram a corrupção, os despesismos da Coroa, o grande choque do *Ultimato*, o endividamento, a infeliz escolha e actuação de João Franco e a ditadura, o sentimento geral de solução urgente.”⁵⁶⁹

O tema da ditadura era algo já discutido nos últimos decénios do século XIX. Em sessão parlamentar, em 1887, é dito:

“Aqui está a razão porque ao paiz tanto importa, que os ministros façam como que não façam dictadura, porque está desenganado de que os nossos homens de governo tanto empenho põem em fazer administração, como em desorganizar tudo, se assim lhes for necessário para augmentar clientela.”⁵⁷⁰

Por outro lado, por ocasião da subida ao trono do rei D. Carlos, a questão – e a esperança – do fortalecimento do poder real emerge. Ramalho Ortigão seria uma das vozes que se fez ouvir sobre este assunto:

“Remédio para evitar o regime absorventemente parlamentar? O fortalecimento do poder real ligado a um governo de organização técnica, pois as sociedades haveriam de compreender que a função do governo é puramente científica.”⁵⁷¹

Esta ideia não passava apenas pelo grupo dos Vencidos, que acreditavam na jovem figura de D. Carlos como promissora para o fortalecimento do poder real. Sobre esta questão, mais tarde, Carlos Malheiro Dias, chegaria a escrever: “o papel político do grupo foi nenhum” e que “dos jantares dos Vencidos da Vida nunca saíram conspirações”⁵⁷².

⁵⁶⁸ Cf. “20 anos vertiginosos”, *Visão História*, n.º 7, Fevereiro 2010, p. 18.

⁵⁶⁹ António Machado Pires, “Manuel de Arriaga e a Geração de 70”, *O tempo de Manuel de Arriaga*, Lisboa, 2004, p. 40.

⁵⁷⁰ *Diário da Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa*, 13-VIII-1887, p. 2555.

⁵⁷¹ *O Tempo*, 21-X-1889, p. 1.

⁵⁷² Carlos Malheiro Dias, *Cartas de Lisboa (1905-1906)*, Lisboa, 1907, p. 260.

Sobre a ditadura, se atentarmos em exemplos que a imprensa periódica fornece, facilmente concluímos que esta era uma ideia que se ia difundindo entre os intelectuais da época, curiosamente mesmo após o “fracasso” de D Carlos na questão do *Ultimatum*, o que nos leva a crer que se tornara uma ideia generalizada face a toda a situação incontrolada do país, não residindo a hipótese desta “ditadura” afinal apenas na figura do rei, mas num governo forte. Repare-se neste exemplo, d’*O António Maria*, a 9 de Abril de 1891:

“Havia a questão inglesa, que tendo tão feio exórdio, precisava com certeza, p’ra desatar, mais presteza, de que a questão do nó gordio. (...) Simultaneamente, dá-se, ensejo p’ra nova lide: o erário, lívida a face, não tinha com que comprasse, nem cinco réis de pevide. / O governo acode presto, p’ra o livrar de pedir chuvas; empenha o tabaco – o resto -, e arranja um juro modesto: dez por cento fora as luvas! (..) Co’ esta dita sobredita, quem só durezas procura, é justo que se permita, desejar que a dita dita, se transforme em dita...dura.”⁵⁷³

No próprio jornal *A Província*, quando é publicado “O caçador Simão”, em 1890, em primeira página, surge um longo artigo sob o título “A dictadura”.⁵⁷⁴

A 31 de dezembro de 1891, último dia desse ano, *O António Maria* publicava o seu *Finis Laus Deo*:

“Agonias do anno...
Tivesse o anno uma bocca e um hálito, fossem pôr um espelho em face d’essa bocca, que um leve, imperceptível embaciamento, apenas, atestaria no crystal os restos dessa vida expirante.

À cabeceira do doente, fieis amigos, velamos. Velamos, e para atenuar o aborrecimento da vigília, folheamos, recolhidamente, a nossa obra dos últimos doze mezes.

(...) Folheamos, folheamos...As folhas do nosso jornal não são, é certo, uma visita de pêsames. Há risos. Mas as boccas que riem são desbotadas, como rosas de novembro. E, magoados, o notamos: o volume do *Antonio Maria* de que este numero será o *finis laus Deo* dá-nos a impressão de um inaudito hospital onde os moribundos expirassem jogando o entrudo...

Veio isto, esta feição que o nosso jornal tomou, do ar doentio e desconsolado, que desconsoladamente aspirámos ao ar triste desfiar dos últimos trezentos e sessenta e cinco dias, - rosario negro cuja ultima conta está a passar...”⁵⁷⁵

⁵⁷³ *O António Maria*, 9-IV-1891, p. 5. O artigo é assinado por *Pan-Tarantula*, pseudónimo de Alfredo de Moraes Pinto.

⁵⁷⁴ Veja-se *A Província*, 9-IV-1890, p. 1.

⁵⁷⁵ *O António Maria*, 31-XII-1891, p.2.

Sérgio Campos Matos, que estudou a ideia de ditadura no círculo dos Vencidos da Vida, aponta vários momentos-chave de uma primeira aproximação às noções de ditadura e cesarismo, sobretudo através do autor Oliveira Martins, “aquele que levou mais longe a reflexão e a apresentação de propostas concretas neste domínio”⁵⁷⁶: primeiro momento – de 1872-73 a 1880, em tempos de reflexão social e política; segundo momento – em finais de 1883, na segunda edição do *Portugal Contemporâneo*, em que, face às dificuldades que Portugal atravessava, a ideia de ditadura surgiu como uma necessidade; terceiro momento – em 1886, com o fracasso da Vida Nova – e diante das fragilidades da experiência parlamentarista portuguesa, formulou-se a ideia da aproximação directa entre o rei e o povo; quarto momento – na crise de 1890-92, com, a ideia afirmada do cesarismo régio⁵⁷⁷.

A ditadura chegaria pelas mãos de Hintze Ribeiro e de João Franco em 1894-95, e posteriormente, por João Franco, em 1907, sendo que esta última, segundo Sérgio Campos Matos, redundaria “num indiscutível insucesso”⁵⁷⁸.

A primeira grande revolta contra o sistema, que apesar de vencida deu ímpeto para o prosseguimento das acções republicanas, para abalar a monarquia, foi a do 31 de Janeiro⁵⁷⁹.

Panfletos, comícios e revoltas prosperavam. Os tempos eram de convulsão social. Manuel Pinheiro Chagas descreveu um desses momentos:

“O governo adoptou diferentes medidas militares e policiaes, e fez fechar o teatro onde devia realizar-se o comicio. Muito antes da hora marcada para a reunião, já as ruas e logares próximos do local regorgitavam de povo, havendo quem calculasse em mais de quarenta mil as pessoas alli reunidas.

Pela tarde, após uma expectativa vã d’algumas horas, estando o Rocio coagulado de gente, que não cessava de victoriar os oradores republicanos que deviam falar no comicio, Manuel d’Arriaga subiu a um banco, para aconselhar ao povo serenidade, mas foi imediatamente preso e conduzido ao governo civil conjunctamente com Jacinto

⁵⁷⁶ Sérgio Campos Matos, “A ideia de ditadura no círculo dos Vencidos da Vida”, *Clio*, Lisboa, 2000, p. 89.

⁵⁷⁷ Cf. Sérgio Campos Matos, *op. cit.*, p. 90.

⁵⁷⁸ Idem, *ibidem*, p. 91.

⁵⁷⁹ A 31 de Janeiro de 1989, em finais do século XX, é lembrada esta histórica revolta, nos Debates Parlamentares, da seguinte forma: “(O Orador: Sra. Deputada Natália Correia) - Sampaio Bruno, pelo panfletismo aliciante de João Chagas, por quantos, como Fialho de Almeida e Basílio Teles, acreditavam que no fim dos Braganças estava a redenção da pátria. A chefia civil da revolta é protagonizada por Alves da Veiga. Conseguido no Porto, por entre vivas à República, o levante militar, breve foi o sonho inaugurado com a proclamação, nos Paços do Concelho, por Alves da Veiga, da extinção da monarquia em Portugal e o anúncio da Constituição do governo provisório. Em poucas horas consumava-se a derrota das tropas sublevadas inflingida pela Guarda Municipal, que se mantivera fiel à Monarquia. A prisão e o exílio esperavam os vencidos.”, *Diário da Assembleia da República*, 01-II-1989, p. 1168.

Nunes, que na ocasião o acompanhava, d'onde, no dia seguinte, foram levados para bordo do couraçado Vasco da Gama. Bastou a prisão d'aquelles dois caudilhos do partido republicano, para pôr n'um momento, em completa debandada, toda essa enorme multidão que enchia a praça.”⁵⁸⁰

A precipitação dos acontecimentos dava-se, sobretudo, segundo Sanches de Baêna, pelo “inábil comportamento de João Franco em todo este processo como o principal responsável pelas paixões que então se desencadearam e prepararam o terreno para o regicídio.”⁵⁸¹ A questão dos “adiantamentos” à Casa Real foi fatídica na actuação de João Franco, que revelou o caso - no intuito de o resolver – na Câmara dos Deputados. A partir daí, os republicanos souberam aproveitar-se como nunca da melindrosa situação, que se tornava dramática para a monarquia. O parlamento era encerrado. Em 1906-07, de norte a sul do país, proliferavam associações secretas revolucionárias pela mão do Partido Republicano⁵⁸², que escapavam à polícia e às autoridades monárquicas. O 28 de Janeiro é noticiado na primeira página do *Diário de Notícias*:

“Na noite de anteontem foram atacados em vários pontos da cidade, muitos agentes da autoridade, sendo assassinado um guarda civil e ficando feridos outros. A forma como se deram os acontecimentos não deixa dúvidas sobre a existência de um plano dum louco atentado contra a segurança do Estado, concertado largamente entre os mesmos elementos que intervieram em ocorrências anteriores. Realizaram-se bastantes prisões de indivíduos que tomaram parte nos factos, contando-se entre os presos algumas das individualidades mais em vista dos partidos Republicano e dissidentes. Fez-se a apreensão de muitos revólveres e outras armas.”⁵⁸³

O escritor Aquilino Ribeiro deu conta de situações como esta, na primeira pessoa, nas suas memórias em *Um escritor confessa-se* (escrito em 1960, mas publicado postumamente):

“Por meias palavras surpreendidas aos guardas, compreendi que me levavam ao juiz Veiga, o célebre juiz Veiga, o grande papão dos republicanos, o terror dos anarquistas (...).

- O quarto era meu, sim, senhor. Ontem no Rossio um sujeito das minhas relações, o Dr. Lopes, chegou-se a mim e pediu-me para guardar em casa uns pacotes com propaganda

⁵⁸⁰ Manuel Pinheiro Chagas, *História de Portugal popular e ilustrada...*, Lisboa, XII vol., 1907, pp. 587-588.

⁵⁸¹ Cit. in António Reis (dir.), Miguel Sanches de Baêna, *Diário de D. Manuel e Estudo sobre o Regicídio*, Lisboa, 1990, p. 14.

⁵⁸² Cf. Carlos Ferrão, “prefácio da 1ª edição”, *Relatórios sobre a Revolução de 5 de Outubro*, Lisboa, 2010, p. 35.

⁵⁸³ Cit. in Miguel Sanches de Baêna, *op. cit.*, p. 98.

impressa. Nem discuti por tão pouco. Em vez, porém, de propaganda, quando esta manhã procederam à abertura dos caixotes, note V.Ex.^a eu não esperava caixotes, mas simples embrulhos, saíram todos os ingredientes com que se fazem bombas. (...)

- Eram anarquistas como o senhor?

Não tornei a responder e ele insistiu:

- Diga lá, eram ou não eram?

Baixinho, como se renegasse com a confidência a seita a que tinha jurado a minha fê, murmurei:

- Sim, senhor.

- E para que eram as bombas?

Encolhi os ombros.

- Então recebe em sua casa coisas altamente defesas e os seus amigos não lhe dizem para que as destinam? O senhor não teve sequer a curiosidade de lho perguntar?

- Nestas sociedades não se pergunta, obedece-se – e, dizendo isto, afivelei a máscara mais compungida que soube pedir ao melodrama, mas, ao contrário do que escreveu Rocha Martins, não chorei. Chorar, num caso destes, é proferir um homem a sua exautoração, para além de toda a escala moral. A minha máscara era, aliás, toda obra de contracção artificiosa. O que eu pretendia era persuadi-lo que falava verdade até aos cotovelos.”⁵⁸⁴

Diante deste contexto conturbado, em final de Monarquia, Fialho de Almeida descrevia Portugal como

“um país rotinário de carácter incerto, com inveterados vícios de educação e formação, deploráveis misérias de orgulho, monomanias de grande, basófias – preguiçoso, invejoso, aborrecido do trabalho e da penúria.”⁵⁸⁵

João Chagas, por sua vez, aproveitava as palavras de Oliveira Martins, para intensificar um discurso anti-monárquico e acusatório:

“Um escriptor ilustre (Oliveira Martins) afirmou que o actual chefe de Estado era um rei ‘infeliz’. O sr. D. Carlos é evidentemente um rei pouco afortunado, mas se é certo que a fortuna não o favorece, também é certo que de nenhum modo elle procura captal..”⁵⁸⁶

E, dirigindo-se ao Rei, como se numa carta fictícia, prossegue:

“Mas veio a adversidade, isto é, o momento de mostrar intrepidez, força, cavalheirismo, lealdade (...) e na surpresa do acidente que o vinha colher em plena festa, o sr. – permita-me que lh’o diga – é tão falho d’animosidade ou tão falto de inspiração que

⁵⁸⁴ Aquilino Ribeiro, *Um escritor confessa-se*, Lisboa, 2008, pp. 194-196.

⁵⁸⁵ Fialho de Almeida, “A morte do Rei”, *Saibam quantos...*, ed. de 1920, p. 94 cit. in “Fialho de Almeida e a Monarquia”, *História*, n.º 73, Março de 2005, p. 29.

⁵⁸⁶ “D. Carlos I”, *O Berro*, n.º 15, 17-V-1896, p. 5.

nem estabelece a sua reputação como homem, nem garante o seu prestígio como rei. Homem fraco, a sua ideia é fugir; rei fraco, o seu primeiro pensamento é capitular. Não se coloca ao lado da nação e faz pior: coloca-se ao lado de uma nação estrangeira. A traição; e quando se lembra pela primeira vez do povo é para o mandar espingardear. Funesta inspiração! A partir do dia em que tão francamente se revelou, a sua situação estava definida e os embaraços que tem acompanhado o seu reinado eram de prever. O amigo não tem, pois, de que se queixar, e os seus panegyristas fazem mal em o considerar infeliz, porque o sr. é apenas desastrado, com um concurso de circunstâncias moraes e intellectuaes que podem torna-lo muitíssimo funesto se não tiver mão em si.”⁵⁸⁷

Após o regicídio, “o enterro do rei e do príncipe foi um triste espectáculo”⁵⁸⁸: à proibição do Conde de Arnoso em participar nas exéquias fúnebres, a pouca gente nas ruas e aos caixeiros de gravatas encarnadas a que se refere a marquesa de Rio Maior⁵⁸⁹, a opinião do estrangeiro acerca de Portugal não era a melhor. Paulo Lowndes Marques, num estudo acerca do Marquês de Soveral, dá conta das dificuldades deste para procurar pretendentes para o rei D. Manuel, já no exílio:

“Mas nada resultou. Mesmo com a vontade do rei inglês, havia, por parte dos respectivos pais e de muitos outros, a forte opinião de que não se deveria casar uma princesa inglesa com um rei dum país onde os reis eram assassinados e nada acontecia em consequência! O desprestígio de Portugal resultante do regicídio foi, infelizmente, grande!”⁵⁹⁰

Após o regicídio, Ramalho Ortigão atribuiu a D. Carlos o epíteto de “o Martirizado”⁵⁹¹.

As críticas à situação do país persistiram, não obstante a demissão de João Franco, contra sua vontade. No Parlamento ouviam-se discursos como este:

“Os homens são os mesmos, e cada dia estão piores. Os partidos desaparecem, e são hoje meras associações de interesses. A monarquia não possui, pois, os elementos necessários para bem governar. A um reinado novo, a um regime novo, seriam precisos homens novos, e não o que ali está, desorganizado e disperso, sem fé, sem entusiasmo, sem competência, sem espírito de sacrifício. (...) Depois de algumas semanas ou meses

⁵⁸⁷ Idem, *ibidem*, p. 6.

⁵⁸⁸ Cf. Paulo Lowndes Marques, *O marquês de Soveral. Seu tempo e seu modo*, Lisboa, Lisboa, 2009, p. 216.

⁵⁸⁹ Idem, *ibidem*.

⁵⁹⁰ Idem, *ibidem*, p. 234.

⁵⁹¹ Cf. F.A. Oliveira Martins, *D. Carlos e os Vencidos da Vida*, Lisboa, 1942, pp. 122-123. A expressão surge em Junho de 1908, na obra de Ramalho Ortigão, *S.M. El-Rei D. Carlos I, a sua obra artística e científica*.

de ilusões (...) tudo isto liquidará, estrondosamente. (...) O mal, cada dia agravado, acabará por matar o organismo monárquico.”⁵⁹²

Em 1909, surgem, na imprensa periódica, *As Quadras do Povo*, que contou com a participação de nomes como Teófilo Braga, Guerra Junqueiro, Afonso Lopes Vieira, Bulhão Pato, Gomes Leal, Augusto Gil, entre outros, e que se iniciava, em todos os números com o mote “Protesto dos poetas portugueses”. Do número um, damos conta das seguintes estrofes iniciais:

“Ao Povo!

Ó Portugal d’outras eras
Como agora estás mudado...
Povo de heroes, porque esperas,
Esquecendo o teu passado?

Cospem-te os filhos na face
Com hypocritas lamurias;
Ó Patria, quem te vingasse
Dessas infames injurias.

(...)

Vós, ministros e banqueiros,
- Horda de sangue nutrida –
Sois os pálidos coveiros
D’esta nação já sem vida!”⁵⁹³

Ainda de 1909, data a publicação da dramática obra de António Patrício, *O Fim*, cuja protagonista foi D. Maria Pia, figurada de doida mediante a catástrofe. Esta tragédia era uma alegoria ao fim da monarquia.

Já Aquilo Ribeiro, nas suas memórias, falava na “decrepitude” do regime monárquico perante a iminência duma revolução que em nada surpreendia:

“Se bem estou lembrado, no decorrer daquele mansíssimo dia de Outubro, a nossa ansiedade não foi grande. Sabíamos que a monarquia estalava de decrepitude e que ninguém a defenderia com denodo. Era uma causa morta para as iniciativas generosas, e tal certeza dava-nos tranquilidade. No dia 5 confirmou-se o nosso palpite: a revolução,

⁵⁹² “Legislatura de 1908-1910, Discurso de 19-V-1908”, *Obras de Afonso Costa. Discursos Parlamentares I, 1900-1910*, (comp., pref. e notas de A.H. de Oliveira Marques), Lisboa, 1973, p. 312.

⁵⁹³ “Ao Povo”, *Quadras do Povo*, n.º 1, 1909, pp. 3-4.

que se aguentasse mais de trinta horas, teria fatalmente de vencer. Nenhum regime, como nenhum organismo depauperado, resistia a um abalo de tão longa duração.”⁵⁹⁴

Assim sucumbiu a Monarquia, num clima denso e de profundo pessimismo e cepticismo, em que a República se afigurava promissora.

⁵⁹⁴ Aquilino Ribeiro, *op.cit.*, p. 324.

2 – Na crise da I República

“A nossa época é horrível porque já não cremos
– e não cremos ainda.
O passado desapareceu, do futuro nem alicerces existem.
E aqui estamos nós, sem tecto, entre ruínas.”

Raúl Brandão, *Memórias*.

As expectativas de implantação de uma República tiveram algo de messiânico⁵⁹⁵. A 5 de Outubro de 1910, anunciava-se um novo regime, tentando a ruptura com um passado marcado pelo decadentismo do fim do século XIX. Era um novo regime, num século novo. A República prometia trazer consigo, um novo início de pátria, depois dos prenúncios de fim, mas parecia prometer, também o fim do pessimismo que se vinha fazendo sentir, como um ressurgimento de fé como escreveu João de Barros:

“Digam o que disserem os adversários da República, foi a Revolução de Cinco de Outubro a expressão política desse ressurgimento de fé. Não unicamente, por ter sido inspirado em princípios republicanos. Mas, sobretudo, porque vinha armada dum ideal de vida, de reorganização nacional, de confiança no futuro, da certeza no esforço da actividade do povo. Os propagandistas republicanos, na sua grande maioria, não eram teóricos nem filósofos: - eram homens de acção, envergonhados da inacção do seu país.”⁵⁹⁶

De facto, anos depois da revolução do 5 de Outubro, João de Barros escreveu, na sua condição de republicano, que

“...num certo momento, desde o coração mais rude aos mais altos representantes da nossa cultura – todos deram à República, senão a sua adesão, a sua simpatia sincera. Ela chegava, como um vento saudável que varre os miasmas, como uma força construtiva entre a inércia aborrecida das almas. Erros que, depois se tenham cometido, falhas e culpas que depois tenham prejudicado este movimento e este aspecto principal – não invalidam os factos. A República, o seu advento, significou a vitória do sentimento optimista sobre o pessimismo doentio que ameaçava subverter todos e tudo.”⁵⁹⁷

⁵⁹⁵ Em 1890, as palavras de Paulino de Oliveira, anunciando profeticamente a República, eram as seguintes: “Demos cabo, para todo o sempre, dos interesses dinásticos e cuidemos exclusivamente e fervorosamente da nossa querida pátria, começando por dotá-la com a REPÚBLICA, que há-de ser a nossa suprema redenção.”, cf. *A Opinião*, Setúbal, ano I, n.º 38, 2-III-1890, p. 1.

⁵⁹⁶ João de Barros, *Portugal, Terra do Atlântico*, Paris-Lisboa, p. 40.

⁵⁹⁷ Idem, *ibidem*, pp. 40-41.

Durante todo o final do século XIX, adensou-se em Portugal um sentimento de crise, associado ao ambiente finissecular que perpassava pela Europa. Assim, à problemática de fim de século, Portugal sentiu a iminência de um fim de um mundo – tomando à letra a obra de Gomes Leal, datada de 1899. O contexto histórico colocava em causa a viabilidade da existência pátria. À ideia de crise e de fim, associava-se uma dicotomia entre decadência e regeneração. Assim, a esperança que se pretendia realidade, era, para muitos, a República. Sobre esta *Res Publica*, a I República Portuguesa – parlamentar –, escreveu o historiador João Medina:

“Nascida no meio das mais frementes e messiânicas esperanças – de um messianismo, note-se, de cepa mariânica lusa, já que a imagem da Mulher- regime que a simbolizava tinha mais de Virgem Maria do que de Mariana gaulesa -, a I República portuguesa, aquela que durou, no meio de tão árduos e turbulentos caminhos e atalhos desde 1910 a 1926, (...), foi, em larga medida, na sua essência de drama colectivo vivido por cinco milhões de almas neste recanto do sudoeste europeu (...) uma autêntica tragédia, no sentido mais clássico e técnico do termo, com todos os elementos que definem esse género entre os gregos, (...) a sua *nemesis* sucedendo à sua *hybris*, com a sua final *catharsis* (...).”⁵⁹⁸

Concluindo que, “só o malogro final podia rematar a obra daquele regime que durou de 1910 a 1926, fadado que estava ao descalabro, a desagradar a quase todas as classes sociais.”⁵⁹⁹, João Medina traça assim um retrato da I República, definindo-a como um “regime sempre propenso a criar inimigos em todos os quadrantes sociais”⁶⁰⁰:

“como a média burguesia urbana e a pequena burguesia do artesanato (...), desde a igreja e os seis fiéis até aos operários e as suas frágeis organizações sindicais, passando pelos grupos industriais e capitalistas que viam com desconfiança o funcionar coxo e sempre atarantado de um regime que não conseguia sequer manter a ordem nas ruas e nas contas públicas, acabando por concitar contra ele quase todos os demais grupos, forças, interesses e individualidades, desde as mulheres (...), aos padres, que foram tratados como inimigos fidalgos a abater, proibidos até de vestirem fora dos templos católicos as suas vestes talares e forçados a viverem na sociedade como se tivesse voltado o tempo das catacumbas, aos analfabetos que se quedaram no seu analfabetismo secular, às crianças – se acaso estas pudessem exprimir o seu sentir em termos públicos ou eleitorais...– que não tinham escolas para ali aprenderem, a todos os grupos carecidos de assistência do Estado, da sociedade, da *Res Publica*, entre os quis convém não

⁵⁹⁸ João Medina, “Manuel de Arriaga, o Rei Lear da República”, *O Tempo de Manuel de Arriaga*, Lisboa, 2004, pp. 65-66.

⁵⁹⁹ Idem, *ibidem*.

⁶⁰⁰ Idem, *ibidem*, p. 67.

esquecer os emigrantes, que continuavam a partir em massa para os Brasis, os políticos escorraçados, (...).”⁶⁰¹

Face a este descrito quadro, também ele pouco positivo, e na possibilidade – ou esperança – de um fim de um mundo e o recomeçar de outro, que se viveu entre o fim da Monarquia e o início da República, atente-se nas memórias de Raúl Brandão, coladas a este tempo:

“O que me pesa é a inutilidade da vida. Agarro-me a um sonho; desfaz-se-me nas mãos; agarro-me a uma mentira e sempre a mesma voz me repete: - É inútil! inútil! (...) *A nossa época é horrível porque já não cremos* (...). Não entendo nada da vida. Cada dia que avança entendo menos da vida. Contudo, *há horas, as horas perdidas – e só essas – que queria tornar a viver e a perder.*”⁶⁰²

Em Fevereiro de 1910, Raúl Brandão escreveu estas notas, nas suas memórias. Tendo sido jornalista, as suas notas pesam com um valor não documental, contudo, apesar do registo memorial⁶⁰³ muitas vezes esbater as fronteiras entre o real e o fictício (“Só vemos máscaras, só lidamos com fantasmas, e ninguém, por mais que queira, se livra de paixões.”⁶⁰⁴), é certo que há aqui a ideia fundamental da ruptura com um passado (um antes e um depois). Por outro lado, pelas certezas que parecem ruir e na vertigem do que se vive “hoje” (“hoje acordei com este grito: eu não soube fazer uso da vida!”⁶⁰⁵), Brandão permite-nos, de alguma forma, uma reconstituição desse passado, como ele próprio escreveu:

“Então com que destino público tantas páginas desalinhadas, de que eu próprio sou o primeiro a duvidar? É que elas ajudam a reconstituir a atmosfera duma época; são, como dizia um grande espírito, o lixo da história.”⁶⁰⁶

E nessas suas memórias que focam um tempo muito particular da história pátria, um tempo de crise – política, social, económica, de valores – Raúl Brandão transmite a sensação da sua existência entre dois mundos: um passado e um futuro que há-de vir:

⁶⁰¹ Id., *ib.*, p. 67.

⁶⁰² Raúl Brandão, Fevereiro de 1910, *Memórias*, vol. I, Lisboa, 2017, p. 16. O sublinhado é nosso.

⁶⁰³ Sobre o valor das memórias e o papel das “memórias oficiais” e “memórias subterrâneas”, veja-se Enzo Traverso, *O passado, modos de usar: história, memória e política*, 3.ª ed., [s.l.], 2020.

⁶⁰⁴ Raúl Brandão, Fevereiro de 1910, *Memórias*, vol. I, Lisboa, 2017, p. 19.

⁶⁰⁵ Raúl Brandão, *op. cit.*, p. 15.

⁶⁰⁶ Raúl Brandão, *op. cit.*, p. 18.

“A vida antiga tinha raízes, talvez a vida futura as venha a ter.”⁶⁰⁷ E mais adiante, confessa: “Não grito de desespero porque nem de desespero sou capaz.”⁶⁰⁸

Ora diante destas dúvidas, muito focadas no existencialismo, que vários autores da época denunciavam, detenhamo-nos um pouco nos testemunhos da imprensa da época. Pouco depois da implantação da (messiânica) República, é criado o número um do jornal *A Sátira* (1 de Fevereiro de 1911), uma revista humorística de caricaturas (editada por Stuart Carvalhaes) e que começa por denunciar a sua ‘função’:

“Ridendo castigat... (...) Podia pôr-se sobre o pórtico. Aqui vive o riso em oposição à tremebunda porta do Inferno do Dante: *Deixai aqui toda a esperança*. Não. Nós preferimos (...) o riso franco e jovial de Demócrito um galhofeiro que (...) ‘...ria do que a nós nos causa dor’. A função vae começar.”⁶⁰⁹

Exactamente no mesmo número, um artigo coloca “Uma pergunta – Que diferença há entre a monarchia e a Republica?” As respostas são as seguintes:

“varias respostas:

Alpoim: Nenhuma.

Padre Mattos: Apenas uma. Na monarchia dizia-se viv’ó rei, na Republica viv’á Republica. P.S. – Na monarchia insulta-se a republica, na Republica adhire se à sobredicta.

Teixeira de Sousa – Na monarchia corria a massa e a agua de Vidago. Agora corre o sangue da coxa e corre perigo a integridade do physico. Pois que corra.

José Luciano – A monarchia adeanta-nos e a republica atraza-nos as finanças com fianças.

Júlio de Vilhena – É tudo o mesmo. Não chego nunca a chefe effectivo, *de verdade*. ‘Dorme que eu velo...’ de grande gala...

Campos Henriques – A monarchia foi lyrio que pendeu, a republica papoila que floriu...na coxa do Sr.Teixeira de Soisa.

Almeida Azevedo – A diferença é só de clima. A guarda é bem mais fria do que Lisboa. Mas... Viva a Republica.

Wenceslau de Lima – Quando um parente foge uma republica aparece, nova, no velho concerto das nações...Um foge. A outra fica.

João Franco – Na monarchia dizia assim: Eu. Na republica digo: *Elle* são 2.000:000\$000...de fia.”⁶¹⁰

⁶⁰⁷ Idem, *ibidem*.

⁶⁰⁸ Id., *ib.*

⁶⁰⁹ “Ridendo castigat”, *A Sátira*, Lisboa, 1-II-1911, p. 1.

⁶¹⁰ “Uma pergunta”, *A Sátira*, 1-II-1911, p. 0036.

Parece que no Portugal da época, a imprensa dava conta de que pouco mudara, não obstante, a mudança de regime. A continuidade do uso da palavra “decadência” nos Debates Parlamentares era, também, notória e persistente. Os exemplos são abundantes⁶¹¹: fala-se em “decadência da vida portuguesa”⁶¹² associada a vergonha, desonra, decadência da ‘raça portuguesa’, atraso do país, parasitismo burocrático, decadência do regime parlamentar, dos tribunais... Em 1916, Alfredo de Magalhães afirma que “a 5 anos da revolução está sucedendo à república o que sucedeu à monarquia em 1916”⁶¹³ Já em 1919, João Crisóstomo falou numa “assombrosa crise de decadência”⁶¹⁴ em Portugal.

Atente-se, com particular atenção, neste excerto dos debates parlamentares, ocorrido em 1926 que dá conta, quer dos assuntos abordados na política, quer numa forma muito explícita, da situação vigente do país, salientando este sintoma de decadência:

Em 1926 – “(O Orador: Sr. Homem de Melo) – (...) a administração pública chegou a um tal estado de *decadência*, para não empregar uma palavra mais própria, que só uma mão de ferro pode restituí-la à sua antiga regularidade e impedir que essa administração resvale no abismo, em que com ela também todos resvalaremos.”⁶¹⁵

Na mesma sessão acima, de 12-I-1926, o Orador, Homem de Melo, prossegue o seu discurso, manifestando saudades do tempo da Monarquia, comparando-o com o seu tempo actual.

Ainda em 1926, pouco tempo antes do golpe militar que poria fim à I República, notemos este último exemplo:

“(O Orador: Sr. Dinis da Fonseca) – (...) numa hora e num Estado em que a indisciplina tam facilmente se gera, em que a convulsão social tam facilmente se acende, como na nossa sociedade em *decadência*.”⁶¹⁶

⁶¹¹ Podemos verificar a abundância significativa da palavra “decadência” em muitos outros discursos ao longo da primeira parte da década de vinte do século passado, e que marcam o período em causa.

⁶¹² Em 1912 - “(O Orador: Sr. Francisco Tavares) - Explico toda a *decadência* da vida portuguesa pela centralização excessiva (...).”⁶¹²; *Diário da Câmara dos Deputados*, 06-III-1912, p. 0021.

⁶¹³ *Diário da Câmara dos Deputados*, 19-V-1916, p. 33.

⁶¹⁴ *Diário da Câmara dos Deputados*, 25-II-1919, p. 17.

⁶¹⁵ *Diário da Câmara dos Deputados*, 12-I-1926, p. 22. O sublinhado é nosso.

⁶¹⁶ *Diário da Câmara dos Deputados*, 03-II-1926, p. 21. O sublinhado é nosso.

É notório o clima tenso, agitado e, paradoxalmente, saudoso, nestes primeiros tempos de República, aludindo-se, em ambiente parlamentar, a termos como tristeza, decadência, miséria... Os exemplos acima denotam e confirmam que é precisamente o contexto dos tempos que reavivam este tipo de expressões. Por outro lado, no discurso de Homem de Melo, atente-se na simbologia das palavras “mão de ferro”: a necessidade de uma força que travasse essa dita “decadência” e estado do país parecia emergente, aos olhos das elites, situação que na história do país já não era nova.

Em 1913, três anos após a revolução que terminou com a monarquia em Portugal, Alberto d’Oliveira publicava *Pombos Correios (Notas quotidianas)*, obra em que lembrava, saudoso, alguns dos Vencidos da Vida com quem privou⁶¹⁷:

“Oiço vozes queridas que para sempre se calaram, oiço a de Eça de Queiroz modelando mais um agudo dito, oiço a do Conde d’Arnosso dando a cada hóspede, ao levantar-se dessa meza – que era a sua – a saudação final tão portuguesa, abraçando-nos quantas vezes contra o peito e fitando-nos com aquelle olhar ardente e profundo, cuja luz e calor eram alimentados noite e dia pelo reservatório inexgotavel do seu coração...”⁶¹⁸

Conhecido o seu papel na defesa do nacionalismo, é ainda nesta obra que lembra a *História* de Oliveira Martins, e o pessimismo a ela inerente:

“Faz hoje, 24 de Agosto, dezoito anos que morreu Oliveira Martins. Relê-se a sua obra, ainda nos capítulos julgados mais pessimistas, e verifica-se que foi, em muitos pontos, genialmente prophetica. Quem não tenha voltado a ler o *Portugal contemporaneo*, desde a data da sua primeira edição, descobrirá agora nesse livro amargo muitas verdades novas, confirmadas pelos factos.”⁶¹⁹

Repare-se na utilização do adjectivo “amargo” sobre o livro de Martins. Por outro lado, aludindo ao pessimismo da obra, Alberto d’Oliveira acaba por destacar que “a nossa decadência” persiste, para além do tempo dos Vencidos da Vida:

“Não poderá negar-se que Oliveira Martins procurou acordar, por mil oportunos gritos de alarme, os seus compatriotas incuravelmente adormecidos. Resta saber se o pessimismo, mesmo justificado, é bom systema de cura. Convém ameaçar com a morte os doentes graves (...). Dizer a um povo que elle vem errando o seu caminho há quatro

⁶¹⁷ Alberto d’Oliveira (1873-1940), poeta português, foi colaborador da *Revista de Portugal*, de Eça de Queirós.

⁶¹⁸ Alberto d’Oliveira, *Pombos Correios (Notas quotidianas)*, Coimbra, 1913, p. 131.

⁶¹⁹ Idem, *ibidem*, p. 316.

seculos, isto é, metade da sua vida, é tirar-lhe toda a coragem de viver, toda a esperança de se salvar, e precipita-lo numa aphantia fatalista, ao fim da qual só o espera a morte. (...) Mas o *espectaculo angustioso da nossa decadência* não lhe deixou talvez apreciar em todo o seu relevo a vitalidade tenaz de que não cessamos, apesar de tudo (...).”⁶²⁰

Se por um lado, Alberto d’Oliveira encara a obra de Oliveira Martins como pessimista, não deixa, contudo, de verificar características positivas do povo português, como essa “vitalidade tenaz”, mau grado o tempo em que se encontra. Por outro lado, e apesar de reconhecer as fragilidades da pátria, considera a felicidade possível:

“Fomos grande potência e hoje somos apenas um Estado fraco e de limitados recursos. Mas nem por isso temos de ser infelizes. A nossa missão é mais simples e mais acessível que outrora.”⁶²¹

Paradoxalmente, o mesmo autor ressalva que:

“Nós já não nos contentaremos em ter paz, harmonia e ordem, navegando tranquilos em águas mansas e contemplando de longe e sem inveja as grandes naus, expostas às grandes tormentas.”⁶²²

Alberto d’Oliveira dava, assim, conta, de que Portugal, em 1913, ainda permanecia em período crítico, onde a “paz” não se encontrava. Em carta a Teixeira de Pascoaes, datada desse mesmo ano, 1913, o poeta espanhol Miguel de Unamuno utilizou a expressão “suicídio espiritual”, para falar do povo e das gentes portuguesas:

“Recibo normalmente *A Aguia* y la repaso. Nihilísimo esfuerzo! pero, respondem las gentes? Y no hay en todo eso algo de turrieburnismo, tal vez de *suicidio espiritual* cuando la pátria portuguesa passa por lo eu está? No lo sé (...).

Hace unos dias envié a Ramiro Morurão, de Espinho, el paquete de cartas que tengo del pobre Laranjeira y volvi a pensar en esa terrible plaga del suicidio (...). Pues ya sabe usted que Oliveira Martins dijo que el retiro de los últimos años de Herculano fué un suicidio. Y la huida de Guerra Junqueiro a la Legación de Suiza qué es sino un suicidio?”⁶²³

E sobre os escritos de Pascoaes, entre tantos versos,

⁶²⁰ Id., *ib.*, pp. 316-317. O sublinhado é nosso.

⁶²¹ Id., *ib.*, p. 318.

⁶²² Id., *ib.*

⁶²³ Miguel de Unamuno, “Carta a Teixeira de Pascoaes, 28-VII-1913, *Epistolário Ibérico – Cartas de Pascoaes e Unamuno*, Lisboa, 1957, p. 49. O sublinhado é nosso.

“Hay uno que me impresionó: *Quando me deito ao pé da minha dor.*”-⁶²⁴

Ainda de 1913, parecendo simbolizar um uso político da memória dos Vencidos da Vida, é o *Álbum dos Vencidos*, publicação periódica⁶²⁵ cujo objectivo foi, através de muitas conhecidas colaborações, dar a conhecer o cativoiro de presos políticos (“na maioria sacerdotes, antigos ministros e conselheiros, titulares, advogados, médicos, professores, officiaes do exercito, farmacêuticos, comerciantes, e algumas damas da primeira sociedade”⁶²⁶). A esses foi, assim, atribuído o nome de “Vencidos”:

“Muito longe iríamos – decerto – se nos propuséssemos desfiar, uma a uma, as contas d’este rosario d’amarguras...Fallemos, agora, um pouco dos *Vencidos*: o seu estoicismo e a sua altivez são dignas de registo. É obscura demais a nossa penna para poder traçar-lhes o perfil; essa falta que nos desejáramos que a não houvesse, supre-a, em parte, a nossa boa vontade e outros bem mais competentes do que nós se encarregarão de fazer a biografia d’esses briosos descendentes de Nun’Álvares, aos quaes não esquecemos n’esta hora amarga de provações cruéis.”⁶²⁷



Doc. 41 - *Álbum dos Vencidos* (1913-1914), capa do n.º 1, Março de 1913.

⁶²⁴ Idem, *ibidem*, p. 50.

⁶²⁵ Publicada em Lisboa, entre 1913 e 1914, sendo o seu editor, director e proprietário Alberto Pereira d’Almeida, também ele um antigo preso político.

⁶²⁶ Alberto Pereira d’Almeida, “Introdução”, *Álbum dos Vencidos*, n.º 1, Lisboa, 1913.

⁶²⁷ Ayres de Mendonça, “Tres anos de sobressaltos; O Passado e o Presente; Os Vencidos”, *Álbum dos Vencidos*, Lisboa, 1913, n.º 10, p. 292. O sublinhado é nosso.

Importante notar que, além da alusão aos *Vencidos*, nesta época, de recém formada República, outrora esperada como se de algo iniciador e messiânico se tratasse, é relembrada a figura de Nun'Álvares: num tempo que se afirmava como novo, o passado era, todavia, buscado como exemplo. Por outro lado, nesta revista várias são as referências aos Vencidos da Vida, não obstante muitos deles já terem morrido. É o caso da homenagem prestada ao Conde de Arnoso que, tendo falecido em 1911, é lembrado no *Álbum dos Vencidos*, através de um excerto do jornal *O Dia*, do dia posterior à morte do Conde:

“De tão raro e puro quilate era a tempora moral do falecido Conde de Arnoso, que os jornaes dos mais variados matizes e entre eles *O Dia*, de 22 de maio de 1911, d’onde recortamos a magistral apreciação que segue, prestaram-lhe homenagem com as mais justas palavras:

*(...) a sua tempera moral tinha alguma coisa d’essa rijeza do aço que falta em tantos outros caracteres, provou-o (...) quando tendo já posto termo pela reforma, à sua carreira de distinto oficial da arma de engenharia, renunciou de todo à vida militar dimittindo-se do serviço do exercito portuguez, onde tinha ascendido ao generalato, porque nem mesmo reformado queria servir a republica. Aos olhos dos seus mais acérrimos adversários esta attitude d’intransigencia nobilitou-o.”*⁶²⁸

Todavia, a sua homenagem neste *Álbum*, não deixa de assumir a revelação do Conde de Arnoso, também ele, como um vencido:

“O Conde de Arnoso sofreu nos últimos anos dois golpes cruciantíssimos: a morte do rei D. Carlos (...); e antes d’isso, a morte do seu idolatrado filho primogénito o Conde João de Arnoso, sympathico e bello moço, que nas primícias d’uma carreira brilhante de oficial da armada, a morte veio roubar-lhe implacável. Se alguma vez o seu espírito desvairou, se o seu temperamento impulsivo, o levou em horas amargas da sua existência, a quebrar amizades e relações (...) leve-se-lhe em conta todo esse sofrer pungente vendo desvanecidos os melhores sonhos da sua vida (...). Raros terão tido um tão triste declinar de vida (...).”⁶²⁹

⁶²⁸ “Conde de Arnoso”, *Álbum dos Vencidos*, n.º 2, p. 32.

⁶²⁹ Idem, *ibidem*.



Conde de Arnoso

Doc. 42 – O Conde de Arnoso, *Álbum dos Vencidos*, n.º 1, 15-III-1913, pág. 31.

O *Álbum dos Vencidos* contou, ainda, com um artigo⁶³⁰ escrito pelo Conde de Sabugosa acerca da presa política D. Constança Telles da Gama, onde se nota a visão que Sabugosa tinha destes tempos de República:

“– *Escrever acerca dos Gamas só Camões* – Esta frase de bronze, (...) bateu-me como um martelo no craneo, quando recebi o convite, ao mesmo tentador e embaraçoso, de acompanhar com algumas linhas o retrato, d’quella, que ligou como um fio d’ouro o seu nome ao do glorioso avô, que encheu o mundo. Sim! O nome d’ella vem ilustre do passado, mas já a esta hora galgou as fronteiras, e jáe vae a prolongar no futuro, rompendo como um jacto luminoso as camadas da *apagada e vil tristeza* em que vivemos.”⁶³¹

É importante notar como o *Álbum dos Vencidos* contou com estas referências dos Vencidos da Vida, achando pertinente – ou crucial – a sua lembrança ou participação. Coincidência, ou não, certo é outro exemplo, neste *Álbum*, em que surge focado mais um dos Vencidos da Vida, o 4.º Conde de Ficalho, num artigo dedicado à família Ficalho, nomeadamente sobre a Senhora Condessa de Ficalho, “a primeira dama portuguesa que bate às portas dos carcereiros para auscultar a dor e mitigar os sofrimentos das centenas de presos políticos que a republica n’elles enjaoulou.”⁶³²; e sobre o Marquez de Ficalho:

“Quem era o Marquez de Ficalho? (...) Tivera um ideal, batera-se por ele como um heroe. (...) Seu pae, o primeiro Conde de Ficalho, morreu em Salamanca em consequência de ferimentos recebidos na batalha de Arapiles. Os nomes de seus avós encontram-se nas páginas mais brilhantes da nossa historia. (...) O Marquez de Ficalho entrou em quasi todas as batalhas do Porto e do Algarve, distinguindo-se especialmente na batalha de 11 de agosto na Ilha Terceira. (...) Em 1834 succedeu no titulo de Conde a seu pae, veador da princeza Maria Benedicta (...). O Marquez de Ficalho era pae de *Francisco de Mello, 4.º Conde de Ficalho, Gentil Homem da Camara d’El Rei D. Luiz, lente de botânica na Escola Polytechnica, Socio effectivo da Academia Real das Sciencias de Lisboa, Grã-Cruz e Cavalleiro de varias ordens, Embaixador de Portugal na coroação do czar da Russia, Nicolau II, e pae da actual Condessa de Ficalho, D. Maria de Mello Ficalho, a quem especialmente, como a seus ilustres filhos, o Marquez de Ficalho, Francisco Mello e Costa, enclausurado na Penitenciaria, e Carlos Mello e Costa, preso no Limoeiro, o Album dos Vencidos presta a mais significativa homenagem de apreço.*”⁶³³

⁶³⁰ Conde de Sabugosa, “D. Constança Telles da Gama (Cascaes), por Carlos Malheiro Dias, Conde de Sabugosa, Affonso Lopes Vieira, José d’ Arruela, Astrigildo Chaves, J.A. Moreira d’Almeida e Amelia Janny”, *Álbum dos Vencidos*, n.º 4, pp. 106-109.

⁶³¹ Idem, *ibidem*, p. 106.

⁶³² “Condessa de Ficalho (D. Maria de Mello Ficalho)”, *Álbum dos Vencidos*, n.º 7, p. 198.

⁶³³ Idem, *ibidem*, p. 196, 198.

O *Álbum dos Vencidos*, editado em 1913, dedicava-se, assim, a fazer valer publicamente, em forma de homenagem, personagens heroicas, mas vencidas. Repare-se neste excerto, ainda referente à Condessa de Ficalho e na insistência na palavra vencido (vencida, neste caso):

“Já lá vão 84 anos. Corria horrível, o tempo. (...) A primeira Condessa de Ficalho chamou os filhos e mandou-os partir. (...) Quando minutos depois os creados entravam no oratório, a Condessa de Ficalho estava desmaiada sobre os degraus do altar, hirta, *vencida*, enfim, mas tarde, para que os outros a não vissem, os outros que tinham de vencer.”⁶³⁴

Na introdução que é feita ao *Álbum dos Vencidos*, na sua primeira edição, surge uma estrofe de Afonso Lopes Vieira, representativa da visão destes homens sobre o Portugal da época:

“Ó Pátria minha, nau desmantelada
Deixa odiosas civilizações!
Volta a ser Portugal de CAPA e ESPADA
De assinaladas Armas e Brazões... (Lopes Vieira, *Naufrago*)⁶³⁵

A frequente alusão a decadência e vencidos e vencedores nestes primeiros tempos de República, acabam por demonstrar a ambivalência e a luta da intelectualidade – com grupos distintos nem sempre isentos de polémica – que passavam quer pelo desejo e a ânsia do novo, para Portugal, quer por um misto de saudade e glorificação do passado. Mas mais do que isso, era denunciar que na República, afinal, prolongara-se o período de crise em Portugal.

Repare-se neste exemplo, de António Sardinha, em 1915, quando escreve *O Valor da Raça*:

“Tenta-se na crise presente uma séria valorização nacional. Apenas pela volta ao fio interrompido da Tradição se atalhará o despenho acelerado para o abismo.”⁶³⁶

Mais adiante, continua,

⁶³⁴ Idem, *ibidem*, p. 193-194. O sublinhado é nosso.

⁶³⁵ *Álbum dos Vencidos*, 15-III-1913, p. 6.

⁶³⁶ António Sardinha (António de Monforte), *O Valor da Raça, Introdução a uma Campanha Nacional*, Lisboa, 1915, p. 22.

“Eu não compreendo o patriotismo da Revolução. Pátria vem de *terra patrium*, implica o reconhecimento dos valores afectivos e institucionais do Passado.”⁶³⁷

E, possivelmente pela primeira vez, fala-se em vencidismo, assumido em forma de crítica:

“No vazio absoluto em que um dia démos connosco, ao cabo de nos desbaratarmos atrás de mentiras doiradas e de cantigas pérfidas de sereia, entrou-nos até à medula dos ossos o *vencidismo* dos inúteis, que era o primeiro passo para a anulação cobarde dos suicidas. A série de desastres em que pouco e pouco se nos foi definhando a virilidade, oh, nós não a denunciámos como o fruto maldito das importações estrangeiristas que intimamente nos dessoravam e dessoram o sangue! Antes a levamos à conta da nossa incapacidade do povo, fadado, - dizíamos -, mais para se conduzir em rebanho, que para empunhar nas mãos desajeitadas o báculo erecto de pastor.”⁶³⁸

A forma como os Vencidos da Vida tinham sido vistos no passado, muitas vezes como um grupo de dândis que em nada cresciam ao seu país senão lamúrias, não era novidade. Contudo, esta alusão que nos surge com a palavra ‘vencidismo’ seria uma novidade, substantivação de uma atitude mental e a clara identificação de uma atitude com significado social, associada, assim, a um conceito de movimento regressivo. Por outro lado, o termo vencidismo aparece através de um dos mais influentes críticos da I República, António Sardinha, o que, associado à época difícil por que Portugal passava, é denunciador de que essa atitude tida como negativa por parte dos Vencidos da Vida, bem como a lembrança do próprio grupo, são recuperadas num momento-chave da nossa história: um momento de crise.

Em 1923, João de Barros vai mais longe na crítica e afirma sentir-se honrado por não ter pertencido à geração dos Vencidos da Vida, denunciando assim a percepção negativa que teve deste grupo e dos homens do seu tempo e dizendo que faz parte de uma “geração afirmativa”:

“Honrar-me-ei sempre de pertencer a uma geração que nunca desejaria para si o rótulo, aliás ilustre, de ‘vencidos da vida’. Geração que, dividida por diferentes credos sociais ou políticos, literários ou artísticos, nunca deixou, porém, de dizer a sua devoção à Pátria. (...) Geração afirmativa, quer fazendo amar e compreender os exemplos

⁶³⁷ Idem, *ibidem*, p. 23.

⁶³⁸ Idem, *ibidem*, p. 21. O sublinhado é nosso.

estimulantes do Passado, quer impelindo para um futuro mais belo a gente admirável da velha Lusitânia. Geração de apóstolos (...).”⁶³⁹

Esta afirmação de um republicano como João de Barros, salienta de forma significativa os distintos sectores que referenciam os Vencidos da Vida. Há, de facto, uma área alargada e distinta de intelectuais que tenta compreender, julgar ou honrar a memória dos Vencidos e o seu legado. Note-se também a ambivalência referente aos Vencidos da Vida: encarados de forma pejorativa, mas simultaneamente com um “rótulo ilustre”.

Mais uma vez, e agora em João de Barros, repetem-se as alusões a vencidos, a vencer e, neste caso, em vez de decadência, a morte: o autor tem dois capítulos de *Portugal, Terra do Atlântico*, explícitos, “Vencer (capítulo VI) e “Vontade de morrer...” (capítulo IX). Nestas passagens, não só menciona, como já vimos, o grupo dos Vencidos da Vida, como se debruça sobre a “falta de energia” do povo português. Repare-se na seguinte passagem, onde a crítica ao vencidismo – encarado como desistência e negativismo – permanece e até com alguma ironia, salientando, de novo, contexto de crise:

“É com certa volúpia que o português, sobretudo em dias de sol e céu azul, repete entre bocejos de scéptica elegância a frase célebre de Herculano: *Isto dá vontade de morrer*. Frase de um homem de prodigiosa e afirmativa vitalidade, frase de sentido transitório e de ocasião, ela caíu, no entanto, no sentimento público como a expressão mais justa do tédio que nos traz o sentimentalismo excessivo e a preguiça, inconsciente e subtil, que há dois séculos, pelo menos, faz do lusitano um sujeitinho esperto e malandraço, a quem todas as soluções para resolver a crise nacional parecem óptimas, com excepção da única verdadeiramente aceitável e digna: - trabalhar...”

(...) Em Portugal, parece muitas vezes que todos querem, na realidade, estar mortos. Mortos – para não sofrerem a inevitável necessidade do esforço, da energia, da acção.”⁶⁴⁰

João de Barros denuncia, desta forma, a realidade do seu presente:

“Mortos – para não verem o futuro (...) que espera os seus filhos, e que porventura será a vergonha e a ruína do país, se a tempo se não combatem os erros, as desgraças, as misérias do presente.

⁶³⁹ João de Barros, *Portugal, Terra do Atlântico*, Paris-Lisboa, 1923, p. 41.

⁶⁴⁰ Idem, *ibidem*, p. 57.

(...) Se numa ou noutra alma desperta a consciência do terrível momento que atravessamos, logo esse relâmpago de bom senso é esquecido ou voluntariamente apagado. Uma doença de inércia e de desmazêlo atacou toda a nação.”⁶⁴¹

No capítulo “Vencer”, da mesma obra, já João de Barros prenunciara esta “inércia” e aponta, de forma crítica quem fala em decadência, notando-se novamente a persistência no tema:

“Certo, não vivemos numa época vitoriosa. Superficialmente, parecem ter razão os profetas da nossa decadência. Mas – falar em decadência – é sobretudo cómodo. É dentro dessa falsa comodidade que se aconchegam os preguiçosos, com inefável delícia. Quando os ouço – a êsses preguiçosos lembro-me sempre dum caso sucedido com Sousa Martins, que nunca beijava um rapazinho, filho dum seu velho amigo, sem dizer: ‘Coitadinho! Êsse é um degenerado!’ Mesmo sem compreender o sentido destas palavras, o pequeno servia-se delas para desculpa e defesa das suas travessuras e desobediências! Como a grande maioria dos portugueses, tudo lhe parecia mais fácil do que ter de reagir contra as circunstâncias que o impeliam ao mal!... Assim nós temos andado (...)”⁶⁴²

A preocupação com a situação de Portugal era uma constante na intelectualidade. Nas suas manifestações, entendia-se um tom de crítica que chegou a atingir os Vencidos da Vida, e nesse contexto em que se falava sobre vencidos e vencer, ressalva-se o termo ‘vencidismo’ que, ainda longe da polémica dos anos 30, remete aqui para uma imagem inequivocamente negativa. Por outro lado, insistia-se no uso da palavra ‘decadência’ e ‘crise’.

É dentro deste quadro, na I República, num ambiente que os intelectuais continuavam a denominar de crise, que se situa, em 1922, a já referida escultura de Leopoldo de Almeida (1898-1975), “O Vencido da Vida”⁶⁴³. O nome atribuído à escultura é relevante neste contexto.

Em 1923, por ocasião da morte de Guerra Junqueiro, em jeito de homenagem, o jornal espanhol *El Sol*, lembrava, ainda, os Vencidos da Vida, demonstrando que também a nível internacional, quer o grupo, quer os seus membros – neste caso, Junqueiro – deixaram memória da sua marca numa determinada conjuntura:

⁶⁴¹ Idem, *ib.*, p. 58.

⁶⁴² Idem, *ib.*, p. 44.

⁶⁴³ Leiam-se, a este propósito, Fernando Pamplona, *Dicionário de pintores e escultores portugueses ou que trabalharam em Portugal*, Porto, 1987; Rita Maria Sequeira Mega da Fonseca, *Vida e Obra do Escultor Leopoldo de Almeida (1898-1975)* - Tese de Doutoramento em Belas Artes, Lisboa, 2011.

“Guerra Junqueiro habia entrado ya en la historia. En cietto modo se sobrevivia a sí mismo. Era el último del grupo de los *vencidos de la vida*, y el último también de la constelación de los cinco (Ramalho Ortigão, Eça de Queiroz, Oliveira Martins, Antero de Quental e Guerra Junqueiro), que fueron en Portugal los directores espirituales de una generación, una espécie de Gobierno de la inteligencia, aunque de ellos el único que llegó a gobernar, y sin grandes resultados, fué Oliveira Martins.”⁶⁴⁴

Ainda por esta mesma ocasião – pela morte de Guerra Junqueiro – uma outra publicação espanhola se destaca nas notícias em que dá conta do grupo dos Vencidos, significativo da projecção internacional deste grupo:

“No podemos ni debemos dudar de la buena fe republicana de Guerra Junqueiro. Todo le convidaba a permanecer en actitud expectante, si no quería ser un franco defensor del régimen y un palatino, que hubiera podido serlo. A su alrededor todo lo incitaba a ello. Pertencia al grupo de los *Vencidos da vida*, grupo de muchachos ricos y elegantes, flor de selección de la época...

Los Vencidos de la vida formaban una roda influente y *chic*... Eran personas de alta calidad, casi todas palaciegas o muy amigas del Rey. (...)”

⁶⁴⁵

E neste contexto, as convicções de Junqueiro e a sua posterior atitude perante o novo regime:

“El expresar sus convicciones republicanas le costó romper com estos amigos y camaradas de la juventud. Mas no creais que el se mordió los lábios al llegar la instauración de la República. (...) Durante el transito de la muerte de Don Carlos a la República, durante lo que la historia llamara de fijo de la ñoña interinidad del Rey Don Manuel, Guerra Junqueiro dijole un día, desalentado a un amigo: - ‘Esto está liquidado, pasó la ocasión...Ahora el rey se casa com una inglesa y viene aqui un dependiente cualquiera de Inglaterra, que manobra por detrás de la cortina.’

Antes de llegar el régimen nuevo, él habia vaticinado a João Chagas, com ironia simpar, sangrante hasta el sarcasmo ibérico: - ‘No, tranquilícense, cuando se haga la República, lo que se há de oir no es un grande ruído de espadas; es un grande ruído de cucharas...’⁶⁴⁶

⁶⁴⁴ *El Sol*, Madrid, Sábado, 14-VII-1923, p. 1. O sublinhado é nosso.

⁶⁴⁵ Andrés González-Blanco, “El gran poeta de Portugal – Guerra Junqueiro”, *Nuestro Tiempo*, n.º 200, Agosto de 1923, p. 135.

⁶⁴⁶ Idem, *ibidem*, pp. 136-137.

Facto é que a I República não agradou ou não correspondeu às expectativas de muitos dos que inicialmente creram nela e as dificuldades por que passou foram diversas, o que agravou as preocupações e reflexões das elites sobre Portugal. Algumas das mais influentes figuras que lutaram pela República, acabaram, também elas, vencidas, de certa forma, nos seus ideais, ou na sua luta, como foi o caso de Manuel de Arriaga. Num palco europeu que já era de guerra e com dificuldades económicas e sociais acrescidas, Portugal continuava a ver os seus meandros políticos cada vez mais agitados. É sobre este cenário que nos fala José Guilherme Reis Leite:

“(...) tanto Arriaga como os democratas e até vários sectores dos conservadores republicanos perceberam que era uma luta de vida ou de morte. Não poderia haver reconciliação desta vez (...) para se salvar uma República, inevitavelmente matava-se outra. A resposta do 14 de Maio é isso mesmo, uma resposta de desespero. (...) Manuel de Arriaga havia-se proposto a uma missão impossível: salvar a República dos perigos do republicanismo. Pagou por isso um preço elevado. (...) Acabou derrotado (...)”⁶⁴⁷

Face a toda a instabilidade vivida ao longo dos dezasseis anos de I República, que significou, portanto, momento de crise acentuada em Portugal – económica, social, política e, por conseguinte, das mentalidades –, surgiram grupos ideológicos distintos, (alguns suscitaram confrontos entre si) e que, acima de tudo simbolizaram a resistência, oposição ou negação do recente regime político ou do estado do país. Exemplos disso são o Integralismo Lusitano (1914-1932) e a Cruzada Nacional de D. Nun’Álvares Pereira (1918-1938). Segundo Ernesto Castro Leal, foram realizadas três revoluções (5 de Outubro de 1910, 5 de Dezembro de 1917 e 28 de maio de 1926), com “as suas respectivas propostas de Estado” e “modalidades de regime político”:

“(...) o cesarismo monárquico (Oliveira Martins e Franquismo), o parlamentarismo republicano (I República), a monarquia orgânica tradicionalista (Integralismo Lusitano), o presidencialismo republicano autoritário (Sidonismo/República Nova) ou o corporativismo autoritário republicano.”⁶⁴⁸

É nesse sentido que se inscreve toda uma nova ideologia por parte das elites, que se insurgem contra o presente, assumindo assim papel activo na luta contra a situação do

⁶⁴⁷ José Guilherme Reis Leite, “Manuel de Arriaga como presidente da República ou a missão impossível”, *O tempo de Manuel de Arriaga*, Lisboa, 2004, p. 349.

⁶⁴⁸ Ernesto Castro Leal, “Nacionalismo e invenção da Nação”, *Nação e Nacionalismos*, Lisboa, 1999, p. 34.

país, de assumida crise. E nesse contexto, ainda que o intuito fosse o tentar dar um novo rumo à situação do país, certo é que padrões como o nacionalismo ou o tradicionalismo, em que se insere o papel da memória, dos ritos, dos símbolos e dos heróis, foram fontes a beber do passado. E é ainda nesse contexto que os Vencidos da Vida não são esquecidos. Como escreveu Ernesto Castro Leal:

“Ramalho Ortigão tem, a propósito dos considerados ‘vícios da educação’ do seu tempo, uma reflexão que julgamos poder aplicar-se ao ambiente de ‘participação’ directa no significado’ dos símbolos sociais sujeitos a práticas comemorativas, abrangendo (...) o símbolo Nuno Álvares: ‘O poder do exemplo é de tal modo enérgico e decisivo que só o exemplo basta, actuando na virtude prolífica da imitação, para modificar e transformar em poucos anos o carácter de um país’. ‘Fundar exemplo’ e ‘espalhar lição’ constituíram, de facto, eixos estruturantes do comemorativismo enquanto ‘lugar simbólico da memória’, contribuindo, por meio da pedagogia cívica manifestada nas ritualizações públicas, para a configuração ideológica e mental dos nacionalismos lusos.”⁶⁴⁹

Repare-se que depois de uma recém implantada República, que parecia ser promissora para largas camadas das elites, a necessidade de seguir modelos de virtude cívica e heróis vencedores demonstra-se significativa da crise em que Portugal se encontrava. Foi o caso da Cruzada Nacional de Nuno Álvares Pereira, criada para agir – de acordo com preceitos conservadores e nacionalistas – face à instabilidade e grau de conflituosidade social e política, propondo uma solução ordeira de direita (que culminará na Ditadura do Estado Novo).

Mas também foi o caso do antagónico grupo do Integralismo Lusitano: sob uma capa azul, na sua revista órgão, *Alma Portuguesa*⁶⁵⁰, apareciam as ruínas do Convento do Carmo, e a alusão a D. Nuno Álvares Pereira e nas primeiras linhas a seguinte mensagem: “é preciso que a maravilhosa terra de Nun’Álvares ressurja; que volte a ocupar o lugar a que tem direito; que viva livre, próspera, honrada e feliz sob a bênção

⁶⁴⁹ Idem, *ibidem*, p. 51.

⁶⁵⁰ A revista *Alma Portuguesa*, com o subtítulo “revista de filosofia, literatura e arte, sociologia, educação, instrução e actualidades”, era uma revista de estudantes, exilados na Bélgica, Gand, cujo primeiro número saiu em Maio de 1913 e que pretendia o ressurgimento de Portugal na recém implantada República. Surge como oposição ao saudosismo de Teixeira de Pascoaes, e ao grupo portuense da “Nova Renascença”, pela ideia de que o ressurgimento pátrio só seria possível ressurgindo a integralidade do espírito católico inicial português. A *Alma Portuguesa* era dirigida por Domingos de Gusmão Araújo, Francisco Rolão Preto e Ramos Ribeiro e contava com participação de Ramalho Ortigão, Conde de Monsaraz, Luís de Almeida Braga. Os seus “depositários” apenas cobriam o norte e centro do país, através das livrarias em Braga, Porto e Coimbra. Cf. José Manuel Quintas, *Filhos de Ramires. As origens do Integralismo Lusitano*, Lisboa, 2004.

de Deus.”⁶⁵¹ Por outro lado, a crise em que Portugal se encontrava, era evocada, na pretensão do ressurgimento necessário. Repare-se neste excerto do poema de Alberto de Monsaraz (*Terra Mater*, ainda, então, em preparação) publicada nesse mesmo primeiro número da *Alma Portuguesa*:

“Naufrágios, bruma, eis tudo quanto avisto;
Meu Deus, perdão; valei-nos, Virgem pura,
Pelas chagas santíssimas de Cristo.
(...)
Cresça, por entre toques a rebate,
Um grito patriótico de alento,
Que aos nossos próprios olhos nos resgate,
E esse entusiasmo, esse ímpeto violento,
Como a aragem febril percorre o Oceano,
Percorra a Pátria e empolgue-a num momento!...”⁶⁵²

Rejeitando o parlamentarismo partidista, o Integralismo Lusitano, de cariz monárquico e tradicionalista, católico, incluiu no seu movimento inicial Ramalho Ortigão, já com idade avançada, e partilhava o mesmo ideário político que alguns membros do grupo dos Vencidos da Vida, o que se levou a considerá-lo como o grupo inspirador e mestre do primeiro.

Face à situação nova da República, José Manuel Quintas relembra a atitude de Ramalho Ortigão:

“Decorria já o mês de Janeiro de 1911 e Ramalho Ortigão, com setenta e quatro anos, pegava uma vez mais na pena para se dirigir aos leitores da *Gazeta de Notícias*: ‘Poucas horas depois de um breve tiroteio de barricadas no alto da Avenida e de um lacónico bombardeamento proveniente de uma insubordinação de marinheiros a bordo de um navio de guerra, proclamava-se perante Lisboa atónita e, imediatamente depois, perante a passividade do país inteiro, o triunfo dos revolucionários.

Este desenlace quase incruento é em sua aparente superficialidade o trágico desmoronamento instantâneo de todo um velho mundo.”⁶⁵³

O mesmo autor prossegue, reforçando que Ramalho não acreditava na mudança, permanecendo com o seu julgamento acerca da ‘embusteira tirania do sufrágio’⁶⁵⁴:

⁶⁵¹ *Cit. in* José Manuel Quintas, *op. cit.*, p. 92.

⁶⁵² *Idem, ibidem*, p. 93.

⁶⁵³ José Manuel Quintas, *op. cit.*, pp. 46-47.

⁶⁵⁴ *Id., ibidem*, p. 47.

“Era este um Ramalho em sintonia com o desgostoso Fialho de Almeida que haveria de denunciar no ‘diário do seu arrependimento’, pouco antes de morrer, ‘essa gente de fomes históricas, acostumada ao devorismo do erário’ que, acercando-se e cingindo a situação nova – ‘gritando que são republicanos desde a aparição dos dentes caninos, que toda a sua alma é jacobina e toda a sua caspa é democrática’ – acabara por operar, ao derribar o monarca para sentar no trono o presidente, ‘uma simples mudança de tabuleta à mesma droga’.”⁶⁵⁵

O mal estar no país, persistia. A ideia de ressurgimentourgia, diante da crise económica – entretanto agravada com a Grande Guerra –, da conflituosidade política, crise social, ataques bombistas, assassinatos a políticos inserido numa espiral de violência crescente (de onde se destaca o fatídico assassinato ao presidente Sidónio Pais, em 14 de Dezembro de 1918), e sucessão de governos. O rumo que o país foi tomando desde o conflito internacional do Ultimato Inglês até à crise instalada da I República (e notámos já que a denúncia de mal estar surge imediatamente após a Revolução do 5 de Outubro) vai aumentando a ideia premente de uma solução, de uma salvação, de um início para o fim:

“Depois de 1890 e nos primeiros anos do século, ao mesmo tempo que os sobreviventes da Geração de 70 iam tornando público o seu *vencidismo* e buscavam saída política para o regime da Carta no cesarismo régio e na superação da tradicional aliança inglesa, emergiam novas vias regeneracionistas pondo de lado a ideia do acertar do passo pela Europa. Era internamente que tinham de descobrir-se as condições de um ressurgimento.”⁶⁵⁶

Ora essa ideia de ressurgimento, passou, para muitos dos novos grupos político-ideológicos recém-formados, pela questão do tradicionalismo e outros pelo conservadorismo – defendendo o nacionalismo, o patriotismo e alguns o espiritualismo –, chocando, por isso, entre si e aumentando as animosidades já grandes na época. A questão mítica do sebastianismo – ligada ao messianismo – não escapava alheia a todo este contexto de ressurgimento, sendo trazida, de novo, às discussões e polémicas da época. Se já Sampaio Bruno, anos antes, se insurgira contra os escritos de Oliveira Martins no seu *Portugal Contemporâneo* acerca do sebastianismo, denominando-o com “mau gosto” e afirmando que

⁶⁵⁵ Id., *ib.*, p. 48.

⁶⁵⁶ Id., *ib.*, p. 245.

“O sebastianismo-sebastianismo é aquela crença insensata que nos fixa, para deprimentemente nos catalogar, Chamfort. Este azedado não gostava de nós outros; dizia que se tirassem ao espanhol as qualidades boas que ele possui, o que ficava era o português. E conservou essa anedota de que, perguntado em Paris, Lord Tirawley, embaixador de Inglaterra em Lisboa, o que pensava de Portugal e dos Portugueses, ele retorquira: - O que se há-de pensar de um povo a metade do qual está à espera do Messias e a outra metade à espera de um rei chamado Sebastião que morreu há duzentos anos?”⁶⁵⁷,

em anos de República, António Sérgio apontava a crença no messianismo como uma das raízes para a situação de crise em Portugal:

“(...) creio que na reforma da mentalidade, indispensável neste momento, em salvadora reacção contra os fumos do romantismo, um dos nossos lemas deverá ser este: não, senhores, não nascemos sebastianistas, - e não queremos, positivamente, não queremos, viver como se o fôssemos!”⁶⁵⁸

A questão da permanência do sebastianismo na cultura e mentalidade portuguesas pareciam ser negativas para algumas camadas intelectuais que buscavam ou idealizavam um rumo para esse ressurgimento almejado da pátria. Numa palestra, em 1926, Sérgio acabaria por afirmar que o problema da mentalidade, seria, aliás, o problema característico do Portugal moderno,

“o mais grave dos problemas da sociedade portuguesa. Com efeito, se olharmos o nosso passado, ver-se-á que até o fim do Quinhentismo Portugal acompanha galhardamente o melhor espírito europeu, a mentalidade dos povos cultos; então, pode-se dizer que ele está na Europa, e a muitos respeito na vanguarda dela; mas depois... Depois, desde essa data, o facho apaga-se; e o que se vê posteriormente é o estacar (o cair de golpe) desse Portugal do Renascimento. O espírito português do Quinhentismo – foi promessa que não se cumpriu.”⁶⁵⁹

Face a esta “decadência”, António Sérgio compara Portugal a

“um adolescente, talentoso e prometedor, a quem uma doença do sistema nervoso viesse arrancar subitamente os dotes físicos e mentais. Passa-se do Reino da Inteligência – para o Reino da Estupidez (...)”

⁶⁵⁷ Sampaio Bruno, “Introdução”, *O Encoberto*, Porto, 1983, p. 11.

⁶⁵⁸ Idem, *ibidem*.

⁶⁵⁹ António Sérgio, “O Reino Cadaveroso”, *Ensaio*, Tomo II, Lisboa, 1972-76, p. 27.

É relevante compreender como nos seus escritos, António Sérgio denunciava a sua opinião pelo Portugal do seu tempo:

“E agora? Agora no século XX? Agora, - estamos na mesma. Relativamente, no mesmo estado. Não nos iluda a existência de portugueses excepcionais, que se educaram nos laboratórios e nas leituras dos estrangeiros. (...) Somos o ‘Reino Cadaveroso’; somos o ‘Reino da Estupidez’.”⁶⁶⁰

António Sérgio, como pensador nacional, fez uma reflexão profunda sobre “este longo drama, ou tragédia”⁶⁶¹, como escreveu no prefácio a *Dispersos*, de Oliveira Martins. Sérgio, chamou aos representantes das Conferências do Casino, “facção de acutiladiços”⁶⁶² e afirmou que “os grandes homens da geração de Antero, ao que se nos afigura, não nos deixaram para a construção uma ideia concreta que se aproveitasse.”⁶⁶³ Debruçando-se sobre os escritos e os pensamentos de alguns dos Vencidos da Vida (chegaria a escrever que “Eça era mais inteligente que Ramalho e Martins, muito mais que Junqueiro”⁶⁶⁴), encara toda esta geração como a de homens “naufragados” (José Lins do Rego apelidou-os de ‘desajustados’⁶⁶⁵):

“Pondo de lado os que morreram cedo, os que viveram no estrangeiro, e os que não tiveram por assim dizer uma consciência social; os outros, na maioria, dão-nos a impressão de quem vê uma cripta, onde se passou um pouco antes qualquer lutuosa cena de angústia. *Esmagados, moral ou fisicamente*, D. Pedro IV, Mouzinho da Silveira, Costa Cabral, Oliveira Martins, João Franco, Arriaga, Sidónio Pais; fugidos nos cantos sombrios, protestando contra a realidade ou já estrangeiros no seu próprio sonho, - Herculano, Passos Manuel, Bento de Sousa, Sampaio Bruno, Basílio Teles; suicidas, enfim, - Camilo, Júlio César Machado, Antero de Quental, Soares dos Reis, Manuel Laranjeira, Mouzinho de Albuquerque, Trindade Coelho, Costa Ferreira... E muitos homens de verdadeiro mérito foram perdidos ou desaproveitados, dos quais uns buscaram no estrangeiro ambiente próprio para o seu espírito, e outros estiolaram-se aqui no país (...).”⁶⁶⁶

⁶⁶⁰ Idem, *ibidem*, p. 28.

⁶⁶¹ António Sérgio (pref.), Oliveira Martins, *Dispersos*, tomo I, Lisboa, 1923, p. 87.

⁶⁶² Cf. A. Campos Matos, “Eça lido por António Sérgio”, *Dicionário de Eça de Queiroz*, Lisboa, 1988, p. 327.

⁶⁶³ António Sérgio, “Sociedade e espírito, acção política e sinceridade intelectual”, *Seara Nova*, n.º 230, p. 213.

⁶⁶⁴ Cf. A. Campos Matos, “Eça lido por António Sérgio”, *op.cit*, p. 331.

⁶⁶⁵ “Eles eram assim uns desajustados que nos deram grandes poemas e grandes livros.”, José Lins do Rego, José Lins do Rego (pref.e selecção), Fialho de Almeida, *Os Gatos, Publicação mensal, d’inquerito à vida portuguesa*, Rio de Janeiro, 1942, p. 17.

⁶⁶⁶ António Sérgio, prefácio, *Dispersos*, de Oliveira Martins, Lisboa, 1923, p. 87. O sublinhado é nosso.

Referindo-se especificamente a Oliveira Martins, foca o seu caso como “exemplo típico de uma feição característica do Portugal contemporâneo: a queda, o abandono, o naufrágio miserável dos homens notáveis.”⁶⁶⁷ A insistência de António Sérgio na palavra “doença”, aplicada ao caso português nota-se ainda no seu prefácio à obra de Oliveira Martins:

“Digamos então: porque aparecem em Portugal tantos doentes e misantropos? Social ou fisiológica, há grave doença na nossa grei, além dos defeitos que lhe são comuns com os outros povos do mesmo tipo.”⁶⁶⁸

As críticas ao estado do país perduram, apesar da mudança de regime. Se por um lado as reflexões por parte da intelectualidade abordam figuras do passado, – quer para julgá-las sobre o negativismo com que encararam a sua pátria, quer para mostrar que foram grandes nomes que lutaram por Portugal, não obstante a inutilidade ou o vencimento dos seus esforços – por outro lado, ideologias como nacionalismo, patriotismo, tradicionalismo ou conservadorismo são colocadas em causa, como já vimos. Atente-se no caso de Fernando Pessoa, quando, em 1928 publica um texto sobre o provincianismo português, prova de que o problema de Portugal na modernidade persistia, e onde aponta criticamente a figura de Eça de Queirós:

“O exemplo mais flagrante do provincianismo português é Eça de Queirós. É o exemplo mais flagrante porque foi o escritor português que mais se preocupou (como todos os provincianos) em ser civilizado. As suas tentativas de ironia aterram não só pelo grau de falência, senão também pela inconsciência dela.”⁶⁶⁹

Por outro lado, nota-se também em Pessoa o recurso à palavra doença, aplicada a Portugal:

“O provincianismo vive da inconsciência; de nos supormos civilizados quando o não somos, de nos supormos civilizados precisamente pelas qualidades por que o não somos. O princípio da cura está na consciência da doença (...).”⁶⁷⁰

⁶⁶⁷ Idem, *ibidem*, p. 86.

⁶⁶⁸ Id., *ib.*, p. 88.

⁶⁶⁹ Fernando Pessoa, “O provincianismo português”, *Notícias Ilustrado*, n.º 9, série II, Lisboa, 12-VIII-1928.

⁶⁷⁰ Idem, *ibidem*.

Num contexto político-social conturbado como foi o da I República, também vários grupos ideológicos entravam em dissonância, alguns em ruptura. Em tempos de anunciado Modernismo, as elites confirmavam o prolema de Portugal face à modernidade, sendo a raiz deste problema a inevitável comparação de Portugal face a uma Europa culta, bem como à posição outrora ocupada por Portugal no palco das transformações europeias (o chamado “espírito de Quinhentos” – como já atrás notámos em António Sérgio). Deste ambiente cultural e político inconformado com a situação vigente, sairia uma nova escola literária na poesia portuguesa, como escreveu António Cândido Franco, “a da primeira geração de poetas que lhe deu largueza e profundidade e que é pela idade a primeira do século XX português.”⁶⁷¹ Foi a revolução poética do saudosismo, criada entre 1910 e 1913, com o seu antecedente em Leonardo Coimbra e o seu desenvolvimento crítico em Pessoa⁶⁷², e uma das tendências fundadoras da Renascença Portuguesa, um dos motores da “regeneração da alma pátria” como pretendia o seu principal mentor, Teixeira de Pascoaes. Na verdade, através do saudosismo, o grupo maioritário da Renascença Portuguesa⁶⁷³ pretendia “aportuguesar Portugal”, libertando-se, assim, das influências estrangeiras, reencontrando-se com a tradição, com aquilo que o grupo denominava de “alma portuguesa”. Sendo que cada tempo aporta consigo valores diferentes, a forma de Pascoaes e os do seu grupo olharem para o problema pátrio assumiu a originalidade do optimismo criador ou regenerador, através da Saudade. Repare-se que as iniciais do grupo – Renascença Portuguesa – coincidiam com as da República Portuguesa. Assim, o sentido de “renascer”, que se juntava a um novo regime, ligava-se à ideia implícita de que só precisa renascer quem já morreu, ou num sentido espiritual, num “sono profundo” ou “adormecido”⁶⁷⁴ como seria o caso de Portugal:

“Ao escolher a palavra *renascer* e o conceito de *Renascença* como soluções adequadas ao caso português. Teixeira de Pascoaes está não só a aceitar implicitamente a imagem decadente que os portugueses construíram de si mesmos, mas, principalmente,

⁶⁷¹ António Cândido Franco, “Saudosismo”, *Dicionário de Fernando Pessoa e do Modernismo Português*, Lisboa, 2008, p. 764.

⁶⁷² Cf. António Cândido Franco, *op. cit.*

⁶⁷³ António Sérgio e Raúl Proença não adoptaram esta posição, afastando-se dessa vertente do grupo da Renascença Portuguesa.

⁶⁷⁴ Cf. Maria das Graças Moreira de Sá, “Do Portugal Decadente ao Portugal Renascente – A magia do verbo em Teixeira de Pascoaes”, *Estudos Portugueses: Homenagem a António José Saraiva*, Lisboa, 1990, p. 338.

ao pôr acento no acto em si (o de renascer), a considerar aquela como factor positivo e dinâmico da nossa História (...).”⁶⁷⁵

Por isso, Maria das Graças Moreira de Sá afirma que, em Pascoaes,

“a ideia de decadência não é ponto de paragem, mas de partida. Partida necessariamente outra, visto que assimilar a ideia de decadência como sinónimo de morte implica apreender a de vida anterior ao momento de declínio. E vida pressupõe nascimento. O prefixo *Re*, já por si dinâmico, vem acentuar a dialéctica do acto em si (...): renascer é tornar a nascer, mas é também, ou pode ser também, o nascer de outra forma. Em última instância, nasce-se de outra forma porque se nasce num tempo outro.”⁶⁷⁶

Pascoaes apresentou uma outra perspectiva cultural longe daquela a Geração de 70 nos legara, na expressão de Eduardo Lourenço:

“Este Portugal dos fins do século XIX, princípios do XX, medíocre, mendigo político da Europa, assistirá, estupefacto e incrédulo, a uma operação de magia poética incomparável destinada a subtrair-lo para sempre àquele complexo de inferioridade anímico que a Geração de 70 ilustrara com tão negra e fulgurante verve. O verbo de Pascoaes rasura ou dissolve a nossa pequenez objectiva, onde enraízam todos os temores pelo nosso futuro e identidade (...).”⁶⁷⁷

Na *Arte de ser Português*, que Teixeira de Pascoaes escreveu em quinze dias por achar urgente a sua publicação⁶⁷⁸, o poeta apontou objectivos para o “ressurgimento pátrio”:

“O fim desta Arte é a renascença de Portugal, tentada pela reintegração dos portugueses no carácter que por tradição e herança lhes pertence, para que eles ganhem uma nova actividade moral e social, subordinada a um objectivo comum superior. Em duas palavras: colocar a nossa Pátria ressurgida frente do seu Destino.”⁶⁷⁹

Por outro lado, a *Águia* (considerado o órgão do grupo da “Renascença Portuguesa”), era radiada por um ideal nacionalista e messiânico, numa tendência sebastiânica

⁶⁷⁵ Maria das Graças Moreira de Sá, *op. cit.*, p. 339.

⁶⁷⁶ Idem, *ibidem*, p. 338.

⁶⁷⁷ Eduardo Lourenço, “Da literatura como interpretação de Portugal”, *O labirinto da saudade*, 5.^a ed. Lisboa, 2007, p.100.

⁶⁷⁸ “E julgámo-la tão urgente, que apressámos a publicação deste livro escrito em quinze dias. Nele tentei somente organizar as ideias que tenho espalhado em conferências e artigos publicados n’*A Águia*.”, Teixeira de Pascoaes, “Ser Português”, *Arte de ser Português*, Lisboa, 3.^aed., 1998, p. 9.

⁶⁷⁹ Teixeira de Pascoaes, *op. cit.*, p. 9.

portuguesa da procura de regeneração nacional. Assim, para além do político e social, era também nas crenças e mitos que a História – em processo dialéctico – se fazia⁶⁸⁰.

Numa alusão metafísica ao passado e ao destino de Portugal, Pascoaes relembra o trágico D. Carlos, no seu drama em verso, colocando-o como um homem moral, (um ser superior em que Deus se revelou através das circunstâncias) mais que um político, oferecendo a sua vida em holocausto, pelo remir da pátria:

“Cena II

Ao cair da tarde, n’um salão do palácio de Vila Viçosa

O Rei, a sós:

(...) Sozinho, estou comigo. Para um rei
Há poucas horas de íntimo convívio.
Pudesse um rei viver a sós, ouvir,
Interpretar as vozes que murmuram,
Na sua alma antiga e povoada
De espectros, como um velho cemitério
E as montanhas da lua...
Pudesse ele
Viver, a cada instante, com as sombras
Heróicas dos Avós... Aprenderia
A conhecer o Povo e o que ele trouxe
De eterno e original à vida humana...
(...)
Sinto crescer o ódio e a solidão
Em volta do meu ser. Odiado e só,
Hei-de baixar, em breve, à sepultura.

Conde de Arnoso, entrando na sala e ouvindo as últimas palavras do Rei:

Enorme sacrifício para aqueles
Que vos amam, Senhor!

O Rei

Ó nobre amigo!
A lealdade é o bronze do teu busto.
(...) A força do Destino...

⁶⁸⁰ Cf. Maria das Graças Moreira de Sá, *op. cit.*, p. 341. Para Pascoaes, o génio de um povo, estava nas suas crenças e lendas: “Bem sabemos que o Cristo de Ourique é uma lenda, o que ingenuamente demonstrou Alexandre herculano. Jesus Cristo, conforme este escritor, não apareceu a Afonso Henriques prometendo-lhe a vitória. Ele nega “apenas” a verdade material do facto. Mas é certo que a Lenda se formou, o que, para nós, tem mais valor que a realidade histórica daquela Aparição. A esta realidade preferimos a legendária. À intervenção espontânea do Redentor preferimos a sua intervenção “querida” pela alma popular...”, Teixeira de Pascoaes, *A Arte de ser Português*, Lisboa, 1998, p. 41.

Quando chega
A hora, a nossa hora, não podemos
Deixá-la ir em vão. É necessário
Conquistá-la ou perdê-la para sempre.

É chegado o momento da Certeza;
Hora de bronze e mármore em que nós,
Esculpimos, lutando e batalhando,
A nossa efígie eterna e verdadeira!

(...)

É a nossa hora grande e verdadeira;
A única talvez em que vivemos.
A hora espiritual do sacrifício,
Aceitá-la, sem medo, heroicamente,
É d' um homem que vence a Natureza.”⁶⁸¹

Note-se, ainda, no seguinte excerto, a referência a D. Sebastião, e as palavras do Conde de Arnoso, que na perspectiva de Pascoaes, ilustram o tempo de D. Carlos, o mesmo tempo dos Vencidos da Vida:

“Cena III

O mesmo cenário. O Príncipe Real entra na sala, com um livro na mão.

O Rei, ao vê-lo:
Trazes um livro

O Príncipe

Um livro que eu adoro...A crónica de D. Sebastião.

Conde de Arnoso

A história preferida e predilecta
De Sua Alteza Real...

O Rei

É natural
Que um Príncipe na flor da sua idade
Ame esse Rei da lenda e da aventura,
E o desejo imitar em seus desvarios
E sublimes loucuras de heroísmo.

⁶⁸¹ Teixeira de Pascoaes, *D. Carlos, Drama em verso*, Lisboa, 1925, pp. 85, 87-90.

Conde de Arnoso

Esses heroicos tempos já passaram.
Somos na idade trágica do ferro
E do carvão de pedra que derrama
Negras profanações no azul do céu.”⁶⁸²

A ideia de um rei como ser superior, de cariz espiritual, metafísico ou messiânico que se sacrifica em prol da pátria é algo que é retomado nestes tempos, por Fernando Pessoa (que acabará por distanciar-se do grupo da Renascença, por dissidências ideológicas, como atrás foi referido acerca de diversos intelectuais e grupos da época) na figura do “Presidente-Rei”:

“Quem ele foi sabe-o a Sorte,
Sabe-o o Mistério e a sua lei.
A Vida fê-lo herói, e a Morte
O sagrou Rei!

Não é com fé que nós não cremos
Que ele não morra inteiramente.
Ah, sobrevive! Inda o teremos
Em nossa frente.

(...)

Ainda de longe nos anima,
Inda na alma nos conduz –
Gládio de fé erguido acima
Da nossa cruz!

Nada sabemos do que oculta
O véu igual de noite e dia.
Mesmo ante a Morte a Fé exulta:
Chora e confia.”⁶⁸³

A crença messiânica em algo que foi e poderá ser, como a salvação ou o ressurgimento da pátria, adensa o tema de crise persistente em Portugal, durante a I República. É possível perceber que a fé é algo inerente a estes discursos, muito além da crítica negativa ou do pessimismo de gerações passadas acerca da situação do país. Palavras

⁶⁸² Teixeira de Pascoaes, *op. cit.*, p. 91.

⁶⁸³ Fernando Pessoa, *À memória do Presidente-Rei Sidónio Pais*, Lisboa, 2007, p. 7. Pessoa publicou este poema a 27 de Fevereiro de 1920 no n.º 4 do jornal *Acção*.

como morte ou noite abundam nos discursos da época. Na introdução que António Patrício fez a *D. João e a Máscara*, disse o seguinte:

“Morrer, diz a antologia grega, é ser iniciado. Mas para a sensibilidade moderna, que séculos de cristianismo hiperestesiaram, morrer é sentirmo-nos morrer a cada instante, olharmo-nos no supremo espelho em que não há possível narcisismo: a Morte. A iniciação começa deste lado.”⁶⁸⁴

Tomando a visão anterior trágica da vida, António Patrício alude à morte como algo que acompanha os seres, no pulsar de cada acontecimento, algo que está sempre eminente e que D. João (o velho mito de D. Juan retomado aqui por Patrício) respira e anseia, desde que visou a “Máscara”, no baile de máscaras de outono:

“A vida!...Um Escorial de tédio na minha alma. É,,isto a vida? (...) Não posso mais.... Qualquer coisa ou Alguém... Seja o que for.

D. Elvira – Ouves?... A matilha a uivar.... É um mau presságio. Vai morrer alguém... (...)

A Morte – Não é o instante ainda do meu beijo.

D. João – Sinto que te amo já para além do desejo. Dizem que a tua voz é um silêncio que gela, e é dentro em mim um céu que devagar se estrela. Falavam com terror, e baixinho, de Ti, e eu pensava: é mulher, e se é mulher, sorri: é mulher, é mulher: e se é mulher, é minha.”⁶⁸⁵

António Patrício fez o personagem sentir desejo da morte, como se da mulher desejada se tratasse. Contudo, é agora a morte que o toma [a D. Juan], ao contrário das paixões e desejos mundanos que lhe encheram uma vida de “tédios” e vazia, afinal. Este é um D. Juan com saudades do eterno, e nele se projecta. Só assim a morte poderá assumir um sentido iniciático. A ânsia de eterno é desejo: a eternidade que D. João procurou – porque desejou – na morte.

Atente-se, por outro lado, no poema que Jaime Cortesão dedicou a Fernando Pessoa:

“Trago dentro de mim a morte a rir/ E, como se minh’Alma se ajustasse/à íntima caveira, /É o seu riso que me ri na face.../Riso de fé, saudade e orgulho forte:/ É que o meu ser carnal, /Esta argila grosseira/ Fundiu-se com o Espírito Imortal:/ Sou rei...Senhor daquém e dalém morte!”⁶⁸⁶

⁶⁸⁴ António Patrício, “Prefácio”, *D. João e a máscara, uma fábula trágica*. Mem Martins, 1991, p. 15.

⁶⁸⁵ António Patrício, *D. João e a máscara, uma fábula trágica*, Mem Martins, 1991, pp. 44-4, 49-50.

⁶⁸⁶ Jaime Cortesão, *Daquém e dalém morte, contos*. Lisboa, 2000, p. 149.

Morte e imortalidade confundem-se neste Rei [Senhor daquém e dalém morte] que, com saudade, deseja ainda governar. Porém, é um rei que reina sem povo:

“Embora...Rei proscrito, Hei-de voltar à Pátria, hei-de reinar de novo:

Erro de noite, vago à toa e grito:

Sou o teu rei... Onde é que estás, meu Povo?!...”⁶⁸⁷

Lembremos, na tragédia *O Fim*, de António Patrício, em cenas de intensa carga dramática, o adensar de prenúncios de morte numa corte que espera o seu fim:

“Ficou isto!... Um rei antigo deu beija-mão a um carácter exumado. Agora é uma corte póstuma, um povo póstumo, no beija-mão de uma Estrangeira Louca!... (...) Venham os corvos!...!”⁶⁸⁸

Neste sentido, assumia a morte carácter de decadência de um regime. Na passagem transitória que é a vida (*sic transit gloria mundi*), a morte espreita sempre e a saudade do tempo passado confunde-se com desejos de eternidade. *Clepsidra*, de Camilo Pessanha, é um dos mais notáveis exemplos da ideia do tempo que passa, como água que corre: a passagem da vida, a contagem do tempo, e a inevitável aproximação da morte, a que o homem, frágil na sua condição, não pode escapar.⁶⁸⁹ O tempo futuro acaba por ser uma ilusão e tudo se resume ao que passou, transformado em desejo: “Vou a medo no rasto do futuro, embebido em saudades do presente.” Apesar de afastado da pátria, residindo em Macau, Pessanha é figura marcante do simbolismo português, no seu pessimismo e melancolia, deixando marca profunda na futura geração de Orpheu. A imagética que a escrita de Pessanha transporta, muitas vezes de uma tristeza profunda, inscreve-se nas expressões decadentistas da época, acentuando a particularidade do momento que Portugal vivia.

A incapacidade de agarrar a vida e a obsessão com o não vivido nota-se num outro autor: Raúl Brandão que, em Setembro de 1910, no seu primeiro *Livro de Memórias* afirmou:

⁶⁸⁷ Idem, *ibidem*, p. 147.

⁶⁸⁸ António Patrício, *O Fim*, Lisboa, 1990, p. 48.

⁶⁸⁹ “A hidra é um monstro marinho, uma serpente gigantesca, com inumeráveis cabeças que nascem e se desenvolvem à medida que são cortadas, simbolizando a inutilidade da vontade e do esforço humanos perante algo que lhes é adverso.” Tereza Coelho Lopes, “Apresentação crítica”, in Camilo Pessanha, *Clepsidra*, Lisboa, 1983, p. 31.

“Hoje acordei com este grito: eu não soube fazer uso da vida!” No entanto, é em Húmus que se atinge o paroxismo do caminhar para a morte, fazendo da vida um reduto de ausências e a saudade, o seu desejo: “Uma saudade da vida! Uma tristeza de não poder misturar-me à vida. A vida – e um cantinho do lume, a vida banal, a vida comezinha...Tenho saudades do muro a que costumava queixar-me ... Vive devagarinho. Aquece-te à réstia do sol como quem nunca mais tornará a aquecer-se; perde todas as horas a trespassar-te da vida.”⁶⁹⁰

E, mais adiante, Brandão continua: “Eu não sou nada. Sou o minuto e a eternidade.”⁶⁹¹
A par da morte, frequentes são as alusões à luz, como fundo de esperança e, acima de tudo, de fé:

“Quem quer que sejas, lá no abismo
Onde a morte a vida conduz,
Sê para nós um misticismo
A vaga luz.”⁶⁹²

Por outro lado, é importante o tema do sebastianismo, ora repudiado, ora trazido de forma apologética a estes discursos de ressurgimento:

“Sê estrada, gládio, fé, fanal,
Pendão de glória em glória erguido!
Tornas possível Portugal
Por teres sido!
(...)
E no ar de bruma que estremece
(Clarim longínquo matinal!)
O DESEJADO enfim regresse
A Portugal!”⁶⁹³

A memória ao presidente Sidónio Pais, que Pessoa recupera neste poema, era lembrar uma figura que significara esperança para um país que se encontrava em clara desorganização política e social, uma figura carismática que desaparecera precocemente à semelhança de D. Sebastião e que, porventura, simbolizaria um novo mito redentor:

⁶⁹⁰ Raul Brandão, *Húmus*, Lisboa, 2003, p. 224.

⁶⁹¹ Idem, *ibidem*, p. 226.

⁶⁹² Idem, *ibidem*, p. 15.

⁶⁹³ Idem, *ibidem*, p. 16.

“E, talvez tendo em conta as forças que se congregaram em torno deste militar, aquando da revolução de Dezembro (classes trabalhadoras que, até então, giravam em torno dos ideais anarquistas e sindicalistas, os partidos de oposição à política seguida pelo Partido Democrático, as vozes que se levantavam contra a participação de Portugal na Guerra, assim como as dificuldades económicas que a nação atravessava), e os resultados do sufrágio universal que legitimaram o mandato deste presidente, Pessoa tenha pensado em metamorfoseá-lo no salvador da pátria.”⁶⁹⁴

O lugar do vazio da sua morte, num país desorganizado, dava lugar, pela voz de Fernando Pessoa, à esperança, numa “hora” que haveria de chegar. Em torno dessa figura redentora que Pessoa criara, estava a crença num ressurgimento, num Portugal que continuava a debater-se com o seu lugar na modernidade. Pessoa chegaria a escrever:

“Estamos tão desnacionalizados que devemos estar renascendo. Para os outros povos, na sua totalidade eles próprios, o desnacionalizar-se é o perder-se. Para nós, que não somos nacionais, o desnacionalizar-se é o encontrar-se. (...) Chegámos ao ponto em que colectivamente estamos fartos de tudo e individualmente estamos fartos de estar fartos. Extraviámo-nos a tal ponto que devemos estar no bom caminho. Os sinais do nosso ressurgimento próximo estão patentes para os que não vêem o visível. São o caminho de ferro de Antero a Pascoaes e a nova linha que está quase construída.”⁶⁹⁵

O historiador Joel Serrão, afirmou que “a relação que Pessoa apreende com o passado nacional é (...) decadentista.”⁶⁹⁶

Segundo Fernando Pessoa, na sua visão do devir histórico português,

“Por decairmos, decaíram paralelamente o indivíduo português e o Estado português, administrado por esses indivíduos. E, decaindo o indivíduo e o Estado, deixou de haver uma consciência superior da nacionalidade e dos fins nacionais, porque um povo decadente servido por um estado indiferente, a não pode ter.”⁶⁹⁷

⁶⁹⁴ Luísa Medeiros, “À memória do Presidente-Rei Sidónio Pais”, *Dicionário de Fernando Pessoa e do Modernismo Português*, Lisboa, 2008, p. 24.

⁶⁹⁵ Fernando Pessoa, *Ultimatum e páginas de sociologia política* (Maria Isabel Rocheta, Maria Paula Morão, recolha de textos; Joel Serrão, introd.e org.), Lisboa, 1980, p. 133.

⁶⁹⁶ Joel Serrão (org.), *Fernando Pessoa – sobre Portugal. Introdução ao problema nacional*, Lisboa, 1978, p. 22.

⁶⁹⁷ Fernando Pessoa, “Fragmento 55 I - 25/26”, *cit. in* Joel Serrão (org.), *op. cit.*, p. 23.

A visão de Pessoa sobre o estado de Portugal é crucial no seu *Ultimatum*⁶⁹⁸, de 1917, em que Álvaro de Campos, vinte e sete anos depois do Ultimato inglês (1890), recupera um tema frágil do passado, fazendo, todavia, a clara alusão ao seu presente, republicano, numa Europa moderna:

“Ultimatum
Mandado de despejo aos mandarins da Europa!
Fora.
(...)
Ai! Que fazes tu na celebridade, Guilherme Segundo da Alemanha, canhoto maneta do braço esquerdo Bismark sem tampa a estorvar o lume?! (...)
E todos os chefes de estado, incompetentes ao léu, barris de lixo virados para baixo à porta da insuficiência da época!
(...)
Ultimatum a eles todos, e a todos os outros que sejam como eles todos! (...)
Falência geral de tido por causa de todos!
Falência geral de todos por causa de tufdo!
Falência dos povos e dos destinos – falência total!
(...)
E tu, Portugal-centavos, resto da Monarquia a apodrecer República, extrema-unção-enxovalho da Desgraça, colaboração artificial na guerra com vergonhas naturais em África! (...)
Onde estão os antigos, as forças, os homens, os guias, os guardas?
Vão aos cemitérios, que hoje são só nomes nas lápides! (...)
Sufoco de ter só isto à minha volta!”⁶⁹⁹

Repare-se que, apesar da rejeição ao presente, e mesmo com críticas prementes ao passado, é através deste que o futuro é olhado com esperança. Esta ideia de decadência que perpassou pelas elites, era sintoma de crise⁷⁰⁰. A entrada de Portugal na Guerra, o assassinato de Sidónio Pais, a sucessão de governos e as constantes conspirações, aliados à ideia recorrente de fracasso do regime, foram factores incontornáveis à definição de um mal geral a que as elites intelectuais não ficaram alheias. Álvaro de Campos escreveu

⁶⁹⁸ O texto *Ultimatum* foi publicado em Novembro de 1917, em Lisboa, no único número de *Portugal Futurista*.

⁶⁹⁹ Álvaro de Campos, “*Ultimatum*”, *Ultimatum e páginas de sociologia política* (Maria Isabel Rocheta, Maria Paula Morão, recolha de textos, Joel Serrão, introd.e org.), Lisboa, 1980, pp.113, 115, 116. O sublinhado é nosso.

⁷⁰⁰ Segundo Vítor Viçoso, “A modernidade estética passa então a ser um equivalente do espírito da decadência, isto é, da assunção consequente do facto de se ter nascido e de se viver numa civilização em declínio.”, *A máscara e o sonho. Vozes, imagens e símbolos na ficção de Raúl Brandão*, Lisboa, 1999, p. 32.

“fui em tempos poeta decadente; hoje creio que estou decadente, e já o não sou.”⁷⁰¹ Num tempo polémico como foi o da I República, a literatura não o foi menos.

Foram tempos de anunciado modernismo, mas que acusavam mais continuidade, do que ruptura. Segundo José António Saraiva e Óscar Lopes, sobre o primeiro grupo modernista português,

“Nestas e noutras personalidades do grupo via a opinião pública claros sinais de degenerescência, mas hoje é fácil reconhecer que as suas atitudes correspondem a um sentimento geral e ainda latente de crise.”⁷⁰²

Em 1913, três anos antes do seu suicídio, em Paris, Mário de Sá-Carneiro escreveu no seu poema “Dispersão”:

“E tenho pena de mim,
Pobre menino ideal...

Que me faltou afinal?
Um elo? Um rastro?...Ai de mim!...”⁷⁰³

O problema existencialista, profundamente moral, que já se colocara em outros intelectuais, num passado de crise em Portugal, parecia repetir-se em Mário de Sá-Carneiro. O ideal falhou (“somos todos nós que partimos, caminhantes ansiosos dum ideal áureo e enganador...”⁷⁰⁴), o que faltou, afinal, a estes homens, perante tais interrogações? Na obra que Sá-Carneiro deixou, destacamos o drama “O Vencido”, peça de teatro escrita e representada em 1905, sobre a falta de fé e crença do personagem Rodrigo, (“um sábio que só crê na ciência, em mais nada, de porte altivo e abundantes cabelos brancos⁷⁰⁵”), de um padre e de Daniel, de dezoito anos, filho de Rodrigo. Os ideais de Rodrigo vergam, perante a iminência da morte do filho, que só “um milagre pode salvar” e no final da cena, aquele que antes só acreditava na ciência, cambaleando, angustiado, soluçando, roga a Deus, perante um crucifixo, que salve o filho.

⁷⁰¹ Fernando Pessoa, *Aviso por causa da moral e outros textos de Álvaro de Campos*, Lisboa, 2007, p.17.

⁷⁰² José António Saraiva, Óscar Lopes, “Modernismo - Primeiro grupo modernista”, *História da Literatura Portuguesa*, Porto, 1979, p. 1043-1045.

⁷⁰³ Mário de Sá-Carneiro, *Poemas*, Lisboa, 2003, p. 22.

⁷⁰⁴ Mário de Sá Carneiro, “Carta a Luís de Montalvor, Paris, 5-XI-1912”, *Cartas de Mário de Sá Carneiro*, Porto, 1977, p. 47.

⁷⁰⁵ Mário de Sá-Carneiro, *O Vencido*, Lisboa, 2008, p. 35.

A notícia do suicídio de Mário de Sá-Carneiro, em 1916, teve eco internacional. O jornal *Le Temps* noticiou a sua morte da seguinte forma:

“Un jeune poète portugais, de l'école futuriste, M. Mario de Sa Carneiro, s'est suicidé hier dans l'hôtel où il habitait, rue Victor- Massé, en avalait le contenu de trois flacons de strychnine. La mort a été instantanée. Agé de vingt cinq-ans à peine, il était l'auteur de six volumes de contes et poésies.”⁷⁰⁶

A tragédia pessoal de Sá-Carneiro, que já trazia indícios na sua obra, contextualizava-se neste ambiente de “decadência”, sentido e vivido como um drama colectivo, pelas elites intelectuais portuguesas.

José de Almada Negreiros (1893-1970), da mesma geração do Modernismo português escreveu sobre o ser português no seu tempo:

“(…) creio-me, portanto, como português, com o direito de exigir uma pátria que me mereça. Isto quer dizer: eu sou português e quero portanto que Portugal seja a minha pátria. Eu não tenho culpa nenhuma de ser português, mas sinto a força para não ter, como vós outros, a cobardia de deixar apodrecer a pátria.

Nós vivemos numa pátria onde a tentativa democrática se compromete quotidianamente. A missão da República portuguesa já estava cumprida desde antes de 5 de Outubro: mostrar a decadência da raça. Foi sem dúvida a República portuguesa que provou conscientemente a todos os cérebros a ruína da nossa raça, mas o dever revolucionário da República portuguesa teve o seu limite na impotência da criação.”⁷⁰⁷

Apontando falhas à República, Almada Negreiros vai mais longe e aponta a falha fulcral a Portugal:

“Portugal é um país de fracos, Portugal é um país decadente: (...) o português como todos os decadentes, só conhece os sentimentos passivos: a resignação, o fatalismo, a indolência, o medo do perigo, o servilismo, a timidez, e até a inversão. Quando é viril manifesta-se instintivamente animal a par do seu analfabetismo primitivamente anti-higiénico.”⁷⁰⁸

Por outro lado, diz-se pertencer a uma geração construtiva, necessária para a regeneração da pátria:

⁷⁰⁶ *Le Temps*, Paris, I-V-1916, p. 3.

⁷⁰⁷ José de Almada Negreiros, “Ultimatum futurista às gerações portuguesas do século XX”, *Manifestos e Conferências*, Lisboa, 2006, p. 25.

⁷⁰⁸ Idem, *ibidem*, p. 30.

“Hoje é a geração portuguesa do século XX quem dispõe de toda a força criadora e construtiva para o nascimento de uma nova pátria inteiramente portuguesa e inteiramente actual prescindindo em absoluto de todas as épocas precedentes.”⁷⁰⁹

Tentando a ruptura com o passado e a afirmação do futuro, Almada escreveu: “Eu não pertença a nenhuma das gerações revolucionárias. Eu pertença a uma geração construtiva.”⁷¹⁰

Se por um lado, com esta afirmação prova que Portugal era ainda um problema para as elites intelectuais, que insistiam na sua “decadência”, por outro, Almada Negreiros assumiu o distanciamento com todas as outras “gerações”, onde se poderá incluir, acima de todas, a revolucionária Geração de 70. E nessa sua afirmação de pertença a uma geração construtiva, assumiu, portanto, o negativismo, ou vencidismo das gerações passadas, que, por isso mesmo, falharam. É neste contexto que lembramos a opinião do espanhol Antonio Trinidad Muñoz, em 2005, num estudo sobre a história da pintura portuguesa:

“Sin embargo, una vez instalada la República, com el humillante precedente del ultimátum inglés de 1890 y la confusa actividade que siguió a los eufóricos días del octubre revolucionário, las inquietudes culturales que mostraron las nuevas generaciones tenía muy poco que ver com las angustias de sus antecesores. Las preocupaciones de los veinteañeros modernistas, encontraban escasso estímulo en el ideário de los y a entonces ‘*vencidos de la vida*’. Ni los valores tradicionalmente sublimados por los hombres del *bom senso e bom gosto*, ni la anhelada institución republicana, encontraban en los jóvenes modernistas portugueses el eco y la inquietude que tanto había preocupado a los protagonistas de las conferencias de Casino.”⁷¹¹

Nome sonante do Modernismo em Portugal, e com olhos no futuro, Almada Negreiros, que muito se debruçou sobre o Grupo do Leão (1881-1889), acabou por proferir estas palavras:

“Da Arte dos componentes do Grupo do Leão direi apenas que este, com o Grupo dos Vencidos da Vida, são ambos e simultaneamente o Cabo Bojador e o Cabo da Boa Esperança de toda a Arte moderna portuguesa. (...) O melhor desses homens eram ainda as suas próprias pessoas. As suas ideias não os forçavam a deixar de ser pessoas como toda a gente.”⁷¹²

⁷⁰⁹ Idem, *ib.*, p. 25.

⁷¹⁰ Id., *ib.*

⁷¹¹ Antonio Trinidad Muñoz, *Historia de la pintura portuguesa – 1800-1940*, Cáceres, 2005, p. 130.

⁷¹² José de Almada Negreiros, “O Grupo do Leão visto pelos modernos”, *op. cit.*, p. 261.



Doc. 44 – “O Grupo do Leão”, Columbano Bordalo Pinheiro (1857-1929), 1885. MNAC, Lisboa, *in* Museu Nacional de Arte Contemporânea do Chiado, <http://www.museuartecontemporanea.gov.pt/ArtistPieces/view/26/artist>

Assumindo esse distanciamento de atitude, o futurismo e modernismo de Almada não se descolaram, contudo, de figuras do passado que serviram de modelo e inspiração para o artista, que falou no “véu azul dos Vencidos”⁷¹³, personagens que desapareceram, mas que, no entanto, perduram, com o seu legado:

“Isto de a Arte estar condenada a não ter sequer à vista a probabilidade de ser um dia a voz corrente de todos, não pode durar, e necessita de muitos santos, heróis e génios. É nesta atitude devota, heroica e genial que vemos sempre vigilantes os do Grupo do Leão, os dos Vencidos da Vida, e todos os outros que com eles participaram nas penas da Arte no caso português.”⁷¹⁴

Almada tomou como exemplo maior na arte portuguesa o pintor José Malhoa (1855-1933), demonstrando, mais uma vez, que a modernidade se revestia de continuidade, e não de ruptura. Malhoa, conhecido por muitos como o pintor de costumes e tradições

⁷¹³ Cf. José de Almada Negreiros, “Malhoa e o grupo do Leão”, *op. cit.*, p. 309.

⁷¹⁴ Idem, *ibidem*.

portuguesas – considerado o lídimo intérprete do sentimento nacional⁷¹⁵ –, retratava um mundo tradicional, em que buscava a essência e a “luz”, sobretudo do povo (do campo ou da cidade, lembremos como exemplo “O Fado”, pintado em 1910⁷¹⁶) no seu dia a dia:

“As suas personagens constituíam o povo da República, tal como tinham constituído o da Monarquia – idêntico povo que, assim miserável, subalimentado e subdesenvolvido, era apreciado em concorridas exposições.”⁷¹⁷

Diz-nos José Augusto França, nesta continuidade,

“O papel da República no governo das belas-artes, apesar de boas vontades e até da renovação imagética a que teve de proceder (ou por causa dela), foi, sem dúvida, incaracterístico. Ele terminou cronologicamente o século – mas este sobrevivia-lhe, negando os limites do calendário, nas imagens de Malhoa. E é através delas, para além de reformas e de novas iconografias, que nós veremos processar-se um tempo epigonal em que a sociedade portuguesa iria viver – mais reaccionariamente do que ela própria desejaria.”⁷¹⁸

Ora nesse “momento genesíaco e caótico da nossa pátria”⁷¹⁹, nas palavras de Teixeira de Pascoaes, que foram os anos da I República, a imprensa confirmava a continuidade de crise e a persistência da necessidade de um “ressurgimento”. O *Diário de Lisboa* dava conta da seguinte notícia, meses antes da revolução de 28 de Maio, que marcaria o término da República parlamentar:

“Passaram já quinze anos após a proclamação da República e ainda não foi possível realizar a plenitude do esforço nacional, para que o novo regime realize as esperanças e promessas que alentaram as horas febris da propaganda. As paixões, com a sua natural cegueira, tem-nos dividido e diminuído, impedindo que os homens se respeitem, mesmo na divergência das suas convicções. A nossa crise financeira, embora cheia de gravidade

⁷¹⁵ Cf. José Augusto-França, “Considerações finais sobre o século XIX”, *A Arte em Portugal no século XIX*, Lisboa, 1990, p. 361.

⁷¹⁶ “Anunciado como ‘Uma obra prima de Malhoa’ (...) o *Fado* teve primeira apresentação pública no salão da Sociedade de Artistas Franceses em 1912, e em Lisboa só em 1917 na 14.ª Exposição da Sociedade Nacional de Belas Artes. Ao desregramento colectivo consentido pelo vinho na sociedade rural figurada nos *Bêbados*, de 1907, parece responder o individualismo na transgressão moral e urbana do *Fado*, de 1910. De novo José Malhoa procurou modelos reais, agora na boémia popular da Mouraria, bairro mal afamado de Lisboa onde encontrou o Amâncio, arruaceiro e tocador de guitarra, e a sua amante, a Adelaide da Facada.”, Paulo Henriques, *Pintores portugueses. José Malhoa*, Lisboa, s.d., p. 64.

⁷¹⁷ José Augusto-França, “A República e as Belas-Artes”, *op. cit.*, p. 307.

⁷¹⁸ Idem, *ibidem*, p. 309.

⁷¹⁹ Teixeira de Pascoaes, *A Águia*, Janeiro 1912, p. 1.

(...) não é, certamente, o maior obstáculo que temos de vencer para se inaugurar uma política de realizações que marque, enfim, o início de uma época de ressurgimento.”⁷²⁰

No dia 28 de Maio, a imprensa noticiava em “Últimas notícias”, o “movimento militar”, que seria o culminar de toda a tensão, “crise” e “decadência” de que falavam as elites. Sobre o clima antecedente a esse movimento, registou o periódico o seguinte:

“O Parlamento hoje, à hora de se iniciarem os trabalhos, tinha um ar triste, cansado, de desolação. (...)”

A polícia exerceu uma rigorosa vigilância sobre as pessoas que entravam na Câmara dos Deputados para assistir à Sessão, sendo grande a quantidade de armas de fogo – revólveres e pistolas – que se juntaram no bengaleiro, para guardar, visto não ser permitida a entrada de quem se apresentasse armado.”⁷²¹

A 1 de Junho de 1926, noticiava-se a “renúncia presidencial”:

“Bernardino Machado declarou hoje ao *Diário de Lisboa*: - ‘Entreguei a plenitude do Poder Executivo ao comandante Cabeçadas para evitar quaisquer divergências funestas.’ (...) Como era de esperar, dado o carácter do movimento militar que estalou em Braga, sob o comando do general Gomes da Costa – a crise presidencial deu-se.”⁷²²

Ainda na mesma notícia, destaca-se a afirmação do general Gomes da Costa: “Os políticos monárquicos e os políticos republicanos constituem a mesma canalha.”⁷²³

Nesse momento histórico, o mesmo jornal relatou as perguntas colocadas ao “Sr. Presidente do Ministério”, e sobre as intenções acerca da formação do governo, ao que é respondido: “Inteiramente republicano, fora dos partidos, para realizar uma obra de salvação nacional.”⁷²⁴ Repare-se que a expressão escolhida, “salvação nacional” trazia em si o simbolismo de uma premissa de solução, de fim de crise, de início de uma nova era. O recurso à palavra “ressurgimento” também era frequente. Anos mais tarde, em 1945, num dos debates parlamentares, João Ameal proclamaria o seguinte discurso:

“Pertencço a uma geração que tem, pouco mais ou menos, a idade deste século. Quando em 1923, 1924, 1925, terminada a sua vida escolar, essa geração olhou à volta e só viu desorientação, incompetência, instabilidade, corrupção, anarquia, perguntou a

⁷²⁰ “A Nação”, *Diário de Lisboa*, II-I-1926, p. 1.

⁷²¹ “O Movimento Militar”, *Diário de Lisboa*, 28-V-1926, p. 1.

⁷²² “A renúncia presidencial”, *Diário de Lisboa*, 1-VI-1926, p. 1.

⁷²³ Idem, *ibidem*.

⁷²⁴ Idem, *ibidem*.

si própria em que bases havia de assentar a vida que queria viver e principiou logicamente a reagir contra a atmosfera caótica e ameaçadora (...). A intervenção *salvadora* do Exército, em 28 de Maio de 1926, veio desfazer o pesadelo, desafrontar a consciência nacional, estabelecer uma ordem (...). Portugal tornava a encontrar os seus caminhos – e nós vimo-nos chamados às tarefas viris da reconstrução.”⁷²⁵

Todavia, um ano depois do golpe de 28 de Maio, na imprensa continuavam a circular notícias sobre situação de violência e instabilidade, sendo que por essa altura, as publicações já eram visadas pela Comissão de Censura:

“O dispêndio de energias e valores morais tem sido feito entre nós, há longos anos, até à loucura. (...) O sector da cidade que foi mais atingido pela metralha, começou hoje, logo de manhã, a ser reparado. A rua Alexandre Herculano oferece ainda um aspecto desolador. Os fios dos eléctricos, quebrados e torcidos pela violência do tiroteio, dificultam a circulação de automóveis.”⁷²⁶

É pertinente a notícia que se segue, num final do ano 1927 e os anseios para o novo ano, tendo em conta todo o percurso de crise que ficara para trás, crise de Monarquia e de fim de século, desejos de República e posterior insatisfação com esse recém implantado regime e diante da “salvação nacional” acontecida com o 28 de Maio:

“Ano Novo: Ao minar-se o ano de 1928, o nosso coração esquece os incidentes e as incertezas do ano que finda, e quer albergar a esperança de que Portugal (...) entrará num caminho de mais franca claridade (...). Se as ilusões, como as flores, não morrem nunca (...) não nos fica mal confiar em que, dentro desta Pátria, que todos estremecemos, um novo sentido de entendimento se faça, de modo a tornar os portugueses contentes, e, dentro desse contentamento, dessa fé salutar e redentora, a Nação encontra (...) as energias para se redimir dos erros e para vencer as dificuldades.”⁷²⁷

A 31 de Dezembro de 1927, o *Diário de Lisboa* apontou os seus desejos para o ano vindouro, confirmando, nesses desejos, que as “desgraças” continuaram, afinal:

“Que a República que todos queríamos desanuviada, refulga em todo o poder da sua luz, e que Portugal, - hoje ao menos – estabeleça o compromisso de se integrar no seu verdadeiro plano de povo forte, digno e capaz de se libertar dos pessimismos cinzentos da dúvida.

⁷²⁵ *Diário das Sessões da Assembleia Nacional*, 17-V-1945, p. 455. O sublinhado é nosso.

⁷²⁶ “O dever dos portugueses”, *Diário de Lisboa*, 11-II-1927, p. 1.

⁷²⁷ “Ano Novo”, *Diário de Lisboa*, 31-XII-1927, p. 1.

(...) *O Diário de Lisboa* (...) deseja que o fim do ano, vencido com coragem, seja o prenúncio de uma nova jornada de 365 dias, vencidos com satisfação, os olhos postos na Pátria, que está acima de todas as nossas desgraças.”⁷²⁸

Num olhar retrospectivo, relembramos, de entre os inúmeros periódicos que se destacaram na imprensa da época, os seguintes: *Alma Nova: revista ilustrada: para ressurgimento das artes, letras, ciências e da pátria* (1915-1918)⁷²⁹; *Pela grei - revista para o ressurgimento nacional pela formação e intervenção de uma opinião pública consciente: órgão da Liga da Acção Nacional* (1918-1919)⁷³⁰; *A choldra: semanário republicano de combate e de crítica à vida nacional* (1926)⁷³¹; *Renovação* (1925-1926)⁷³²; *Princípio* (1930)⁷³³. Os nomes destes periódicos (jornais e revistas) são sintomáticos da época que se vivia: tempos de inquietação, tempos de crise, que buscavam um ressurgimento, uma renovação, um reinício, mas onde subsistia, ainda, a crítica. *A Choldra*, retomou, no seu título, a palavra que Eça utilizou, nos seus personagens, para adjectivar Portugal.

Também nestes tempos, várias vezes é lembrado Ramalho Ortigão, um dos Vencidos da Vida. A *Seara Nova*, ainda em 1926, recupera textos das *Farpas*, na secção “Páginas para serem meditadas”, de que destacamos os seguintes trechos:

“O grande mal que todos padecemos é o scepticismo abatido e estéril dos espíritos que perderam as antigas crenças e não entraram ainda nos novos princípios e nas grandes convicções...”⁷³⁴; “Com o hábito da intriga desenvolvem-se todas as fraquezas que são com elas solidárias; o espírito da aventura traz o espírito da vadiagem; vem a preguiça, vem o amor da vida repousada e farta, a avidez do lucro, o egoísmo, a pusilanimidade, a adulação, a mentira, a doblez, a cobardia, o desequilíbrio de cérebro, a inépcia e a imbecilidade.(...) Em Portugal a luta pela vida destrói a altivez moral e dá a sobrevivência à ignorância bajuladora e servil.”⁷³⁵

Apontando os males pátrios, como sendo, em última instância, problemas de cariz moral, causados, todavia, por vicissitudes políticas, sociais e económicas, as palavras de

⁷²⁸ Idem, *ibidem*.

⁷²⁹ Direc. A. Bustorff, M. Moreno e Saavedra Machado.

⁷³⁰ Direc. Alfredo Lamas.

⁷³¹ Ed. Eduardo de Sousa.

⁷³² Direc. Gonçalves Vidal.

⁷³³ Direc. Álvaro Ribeiro, Casais Monteiro e Maia Pinto.

⁷³⁴ Ramalho Ortigão, *cit. in* “Governos e governados”, *Seara Nova*, 13-II-1926, p. 37.

⁷³⁵ Ramalho Ortigão, *cit. in* “A história da nossa decadência oferece a mais perfeita...”, *Seara Nova*, 3-X-1929, p. 206.

Ramalho Ortigão, escolhidas pelos seareiros, denunciavam a decadência da situação de Portugal (o título do artigo incluiu exactamente a palavra decadência), parecendo afirmar que o pensamento – ou as preocupações – de Ramalho, permaneciam actuais.

Um novo regime estava próximo de se afirmar, neste interregno da ditadura militar, aquele que oficialmente vingaria a partir de 1933 e que duraria mais de quarenta anos, sob o cunho do “salazarismo”. O que o Estado Novo prometia e, sobretudo porque o país estava em crise, era a ordem. O regime afigurava-se promissor, as promessas assertivas e as hipóteses de não aceitação eram poucas, ou nenhuma, dado o estado vigente em que Portugal se encontrava. “O Ministro das Finanças vem trazer a Portugal uma era de confiança e de serenidade”, assim era um título do *Diário de Notícias*, a 28 de Abril de 1928, que dava conta da frase proferida pelo novo Ministro: “sei o que quero e sei para onde vou.”⁷³⁶

A figura de Salazar foi revestida de uma carga messiânica⁷³⁷ – sempre recuperada em épocas difíceis da história de Portugal – e de uma esperança redentora, que fazia sentido perante a realidade que se vivia, ou seja, a redenção é necessária diante da dificuldade:

“Para que amanhã não surja quem acuse o sr. Dr. Oliveira Salazar de ser uma esperança inútil, ousamos recomendar aos verdadeiros portugueses que se acautelem, para que se não sussurre, como no tempo de Oliveira Martins: - *Perdeu-se, porque quis governar com o país.*”⁷³⁸

⁷³⁶ “A Ditadura. O Ministro das Finanças...”, *Diário de Notícias*, 28-IV-1928, p. 5.

⁷³⁷ A figura do líder adquire, nos regimes autoritários um elevado grau de exaltação, revestido, por vezes, de cariz messiânico, místico ou mesmo religioso. Em 1945, nos debates parlamentares, era tido o seguinte discurso: “Bendita seja a paz, sim, mas bendita seja a providência, que à frente dos destinos do País, numa hora de terríveis convulsões e de esmagadoras perspectivas, colocou os homens que souberam inspirar-se nos seus preclaros desígnios. E, porque esta paz interna de que disfrutamos, sendo de inspiração divina, não deixa de ser de realização humana, por Portugal inteiro façamos os nossos votos: Deus guarde S. Ex.^a o Sr. Presidente da República! Deus guarde Salazar!”, *Diário das sessões da Assembleia Nacional*, 17-V-1945, p. 455.

⁷³⁸ “O novo ministro”, *Diário de Notícias*, 27-IV-1928, p. 1.

V - “É meu e vosso este Fado – destino que nos amarra”
(Amália Rodrigues, *Ó gente da minha Terra*)

1 - A história-tribunal: o apontar de culpas

“As sociedades perdidas não querem
de modo algum reforma:
preferem o cataclismo.”

Antero de Quental, “Carta a Oliveira Martins”
(29-VI-1887), *Cartas II*

Porque as ideias e as atitudes mentais só podem ser compreendidas num contexto amplo, é importante enquadrar em que situações renasce ou evolui o vencidismo e enquadrar essa atitude em momentos de crise, mas o próprio conceito de “crise” pode ser entendido e utilizado em contextos limitativos ou não. Tendo em conta que este vencidismo sobressai ou ressurge em épocas de “crise”, atente-se também um pouco a este último conceito. Segundo o historiador Sérgio Campos Matos,

“No sentido original (do grego, *krisis*), o termo crise significa escolha, decisão. Como é sabido, nas ciências sociais e no discurso político aplica-se a múltiplas áreas de expressão de uma sociedade (economia, finanças, política, mentalidade, etc.). Ora o sentido etimológico da palavra adequa-se inteiramente à conjuntura portuguesa do decénio de 1890 (...). Ainda hoje os historiadores discutem se a crise foi global, ou se se manifestou profundamente em certos domínios. Certo é que envolveu opções a diversos níveis. Deixou marcas duradouras na consciência nacional.”⁷³⁹

Diante das escolhas ou decisões que foram levadas a cabo ao longo do contexto finissecular português, um grupo de onze homens, elegantes e bem posicionados na sociedade, assume, pelo nome dado ao grupo, o seu vencidismo. Longe de qualquer juízo, que não cabe ao historiador fazer, sabe-se efetivamente que quer na política, quer na literatura, e até na vida palaciana, alguns destes homens demonstraram-se “vencidos”, “desanimados”, “abatidos”, utilizando os termos dos dicionários. Independentemente dos lugares que ocupavam ou do seu prestígio, do que relatavam nos jornais (como o caso da criteriosa escolha dos sítios luxuosos onde jantavam a ser divulgada ao público), certo é que seria dito pela boca dos próprios (neste caso, Eça de Queiroz), que “para um homem, o ser vencido ou derrotado na vida depende, não da realidade aparente a que

⁷³⁹ Sérgio Campos Matos, “A crise do final de oitocentos em Portugal: uma revisão”, *Crises em Portugal nos séculos XIX e XX*, Lisboa, 2012, p. 99.

chegou – mas do ideal íntimo a que aspirava”. Ora diante do clima que se vivia e do grau de possibilidade de intervenção destes homens na sociedade, possivelmente o vencidismo, como ato de desalento, ou sentimento de falha terá existido neles, sim. Possivelmente, como grupo não terão tido essa consciência, mas marcarão a mentalidade coletiva portuguesa com o sentimento do “vencidismo”. Muitas vezes foram criticados, julgados, mas fica a questão aberta da tentativa de compreensão da importância do grupo para afirmar, talvez através do nome a que se atribuíram, o vencidismo como atitude. Um dos erros comuns encontrados ao longo da investigação é o julgamento do “vencidismo” como o acto pessimista de denegrir a pátria. E por isso, talvez, se diga - à semelhança do messianismo - que ressurgiu em épocas de *crise*, sendo este conceito, muitas vezes ligado ou indissociado ao de decadência. Mas como observou Roberto Lopez, o especialista em história económica medieval, com este exemplo, a sociedade italiana do início da época moderna, em período de recessão (“crise”), apostou na cultura e nas artes, elevando a Itália à glória do Renascimento. Onde o cuidado com a apropriação e contextualização do termo “crise”. Citando o historiador Sérgio Campos Matos,

“Nas ciências sociais e humanas o conceito de crise tem sido utilizado em sentidos bem diversos. Associado durante muito tempo à noção de decadência, o conceito biológico alimentou não raro um juízo de valor, crítico e negativo, acerca das sociedades e do seu passado. Desenvolveu-se no âmbito de uma concepção de história-tribunal e traduziu-se, no caso português, na procura obsessiva das causas ou dos responsáveis pelo declínio.”⁷⁴⁰

Em Portugal, as “horas” de pessimismo parecem suceder-se ou prologar-se, pela pena dos intelectuais, aparentando uma pátria em processo contínuo de *crise*: instabilidade governativa da I República, uma ditadura num país de economia rural e com alta taxa de emigração, liberdades sufocadas e vozes que ecoaram em “baladas de intervenção”, treze anos de guerra colonial, descrédito num catolicismo vigente, vazio de referências, crise de valores, e muitas vezes, de indiferença pública. Nesse ‘nevoeiro’ do Portugal de Pessoa, “sem rei nem lei, nem paz nem guerra”, “é preciso um país”, nas palavras de Manuel Alegre: “Não mais Alcácer-Quibir/ é preciso voltar a ter uma raiz.”

De facto, depois do fim da promissora (primeira) República, e com o decorrer dos tempos, a questão sobre a viabilidade de Portugal continuou. Do comum dos cidadãos,

⁷⁴⁰ Idem, *ibidem*.

ao mais brilhante intelectual, os queixumes permaneceram, fazendo crer que esta era a questão fundamental sobre a pátria. Drama ontológico que o país dos três “F’s”, Fado, Futebol e Fátima, não conseguiu resolver e que se manifesta, desde o tempo dos Vencidos, na indiferença política de largas camadas da população portuguesa, no pensamento dos intelectuais, na taxa cada vez mais emergente de abstenção eleitoral... Porque parte do povo português, queixa-se, mas não atua, segundo as críticas. Num Portugal que sofre revoluções (quase) pacíficas, que arrasta quatro décadas de ditadura, numa população que se acusa a si mesmo de inércia e de não ir além da crítica. Desde *grafittis* nas ruas da capital, às notícias dos escândalos políticos e corrupção, passando pelas obras literárias pátrias contemporâneas, o drama da existência de Portugal parece ainda o mesmo. “Quem não Alcácer, não alcança”. Eis a frase repetida pelo personagem Sebastião de *Jornada de África*, de Manuel Alegre. Ainda a figura lendária, ainda o mito sebastianista, ainda África colonial, ainda a mágoa da vivência nos anos repressivos da ditadura. Dois passados históricos a serem lembrados, magistralmente, na obra literária, num país que não esquece. Até onde e quando, o papel da memória? Vitorino Magalhães Godinho, ao escrever sobre o “naufrágio da memória nacional”, referiu que “um dos nossos grandes problemas é o do esquecimento contra a recordação.”⁷⁴¹ Mais adiante, prossegue:

“Destruição sistemática, esquecimento, a perda da memória. A perda da memória que leva necessariamente à saudade, ao impossível: como dizia Guerra Junqueiro nas horas de combate, *o nosso patriotismo de ontem, a saudade*. E o louco nesse poema extraordinário, que Vianna da Motta pôs em sinfonia, *À Pátria* (1894) *a perguntar, a perguntar como me chamo, como me chamo? Ai, não me lembro, perdi o nome na escuridão*.”⁷⁴²

Num passado recente, ainda vivo na memória de muitos portugueses, o Estado Novo, ou como foi denominado, Salazarismo e Fascismo, é uma sombra que paira, pulsante, nas mentalidades. Lembrar, neste caso, não traz “a saudade”. Por outro lado, não contrariando a tese de Magalhães Godinho, poder-se-á acrescentar à sua listagem (que vai do desaparecimento da chancelaria aos enigmáticos Painéis de S. Vicente)⁷⁴³ a

⁷⁴¹ Vitorino Magalhães Godinho, “O naufrágio da memória nacional e a Nação no horizonte do marketing”, *A memória da nação*, (org. Francisco Bethencourt e Diogo Ramada Curto), Lisboa, 1991, pp. 20-21.

⁷⁴² Idem, *ibidem*, p. 21.

⁷⁴³ Idem, *ibidem*.

questão da “Ponte 25 de Abril”⁷⁴⁴. E nesta linha de seguimento, podem ser tomados os exemplos da toponímia de Lisboa, foco alvo de alterações em mudança de regimes: por Edital de 5-XI-1910 (o primeiro após a revolução republicana), foram criadas 15 novas designações (11 permanecem na actualidade), sendo que 9 delas dizem respeito aos “valores republicanos”, no sentido do enaltecimento de personagens “heróis” e da afirmação ideológica do recém implantado regime. Exemplos: a outrora Avenida Ressano Garcia passa a Avenida da República; a António Maria d’Avellar passa a 5 de Outubro; a Avenida D. Amélia passa a Avenida Almirante Reis⁷⁴⁵; a Avenida Hintze Ribeiro passa a Miguel Bombarda; a Avenida José Luciano passa a Elias Garcia. Na Baixa, as ruas Bela da Rainha, de El-Rei e da Princesa, passam, respectivamente a rua da Prata, do Comércio e dos Fanqueiros⁷⁴⁶. Por outro lado, a 24 de Outubro de 1910, o Teatro D. Maria II, passa a ter a denominação de Teatro Nacional. Já na mudança do Estado Novo para a democracia, o Edital n.º 161/74, e a 30-XII-1974, deu orientações a uma nova toponímia: a primeira das mudanças seria a placa com o nome Avenida 28 de Maio, mudar para 25 de Abril, que viria, ainda, a mudar para o nome actual, Avenida das Forças Armadas. Importava eliminar “os nomes afrontosos para a população”, conforme o primeiro edital pós 25 de Abril⁷⁴⁷, que mudou o nome de cinco ruas e avenidas: Rua General Sinel de Cordes para Rua Alves Redol; Avenida 28 de Maio para Avenida das Forças Armadas; Avenida Marechal Carmona para Avenida General Norton de Matos; Calçada de Santos para Calçada Ribeiro Santos; Rua de Malpique para Rua Dr. João Soares⁷⁴⁸. De facto, sabe-se que

“a Primeira República mudou o nome a 126 ruas lisboetas, a maioria para depor topónimos monárquicos ou religiosos. No Estado Novo, numa tentativa de repor algumas das referências religiosas e tirar símbolos emblemáticos da República, alterou-se a designação de 57 ruas.”⁷⁴⁹

⁷⁴⁴ O nome da ponte foi alterado após a revolução democrática. A ponte foi mandada construir no regime de Salazar, a partir de 1962, terminando em 1966. Até à revolução do 25 de Abril tinha a designação de “Ponte Salazar”.

⁷⁴⁵ A designação anterior a Avenida D. Amélia foi Avenida dos Anjos e, ainda anteriormente, Avenida no prolongamento da Rua da Palma até à Estrada da Circunvalação.

⁷⁴⁶ Cf. C.M.L., <http://www.cm-lisboa.pt/toponimia>.

⁷⁴⁷ Cf. Margarida David Cardoso, “O 25 de Abril também revolucionou os nomes das ruas de Lisboa”, 25-IV-2017, *Público*, <https://www.publico.pt/2017/04/25/local/noticia/a-vontade-de-afirmar-abril-tambem-se-ve-nos-nomes-das-ruas-de-lisboa-1769580>

⁷⁴⁸ C.M.L., Edital n.º 161/74, 30-XII-1974, Núcleo de Toponímia do Departamento de Património Cultural.

⁷⁴⁹ Margarida David Cardoso, “O 25 de Abril também revolucionou os nomes das ruas de Lisboa”, 25-IV-2017, *Público*, <https://www.publico.pt/2017/04/25/local/noticia/a-vontade-de-afirmar-abril-tambem-se-ve-nos-nomes-das-ruas-de-lisboa-1769580>

Seria, segundo as palavras de Pierre Nora, “non plus une continuité rétrospective, mais la mise en lumière de la discontinuité.”⁷⁵⁰

Estes exemplos mostram mudança de política de memória e, portanto, de política de esquecimento. Portugal é um país que esquece, dizem alguns intelectuais. Um país em que a intelectualidade continua a questionar a sua existência. Um país “da não inscrição”, “do medo de existir”, ou ainda, um Portugal que fala da sua “morte”. Portugal é um país que esquece, mas quando não o faz, volta à questão da saudade, à crítica à sua existência e, porventura, ao debate da desmistificação do sebastianismo e do messianismo. Por isso, Portugal é, também, e apesar de tudo o que é dito em contrário, um país que não esquece, ou que, por outras palavras, lembra as partes da história que lhe trazem a saudade, ou que sugerem a afirmação de símbolos ou ideologias, consoante o tempo (histórico-político) que se vive⁷⁵¹. De onde se torna fulcral repensar o papel da memória para Portugal. Não é por acaso que o poeta Camões, que cantou a glória e grandeza lusitanas, foi lembrado no seu tricentenário, em vésperas de implantação da República, quando a monarquia apresentava sintomas de fragilidade. Não é, talvez, por acaso que na letra da canção que foi tornada hino nacional com a implantação da República, se apagou a inicial expressão “contra os bretões”, substituída pela actual e conhecida “contra os canhões”. Para quê lembrar, em pleno início de República, a questão da fraqueza⁷⁵² pátria? Importava, sim, lembrar e marcar para a posteridade, na bandeira de Portugal, os castelos tomados aos mouros e o milagre de Ourique⁷⁵³, como se desde sempre Portugal fosse um país predestinado e o seu povo, incumbido divinamente duma missão. Ali está, bem central, a esfera armilar e tudo o que ela simbolicamente traz à mentalidade coletiva. Como se em momentos de crise, Portugal

⁷⁵⁰ Pierre Nora, *Les lieux de la memoire*, vol. I, p. XXXI.

⁷⁵¹ 90 anos depois da revolta do 31 de Janeiro, em 1981, a Secretaria de Estado da Comunicação Social e a Direcção Geral da Divulgação trazem a público um folhetim com diversas publicações de número único em memória e homenagem aos “vencidos” do 31 de Janeiro, de 1911 a 1933, onde se lêem títulos como “31 de Janeiro. Aos Vencidos precursores da República”, “Glória aos Vencidos!”, “Nunca esquecendo! Em homenagem aos heróis...”, *31 de Janeiro 1891-1981, 90 anos depois*, Secretaria de Estado da Comunicação Social, Direcção-Geral da Divulgação, Porto, Lisboa, 1981. Esta forma de perpetuar a memória ao movimento do 31 de Janeiro, e exaltar, desta forma, os valores da República, aconteceu em pleno regime democrático.

⁷⁵² Lembre-se, no entanto, que perante a fatalidade do *Ultimatum*, a consciência portuguesa agitou-se contra o “inimigo” e não contra a sua fragilidade de poderio político, militar e colonial, como muitos intelectuais notaram na época.

⁷⁵³ Milagre que não aparece documentado antes do séc. XV, nas crónicas de Fernão Lopes, exatamente quando a crise política, económica e social assolava o reino de Portugal.

tivesse de se confrontar com o seu destino. Sobre a crise finissecular portuguesa, escreveu Borges de Macedo na sua obra *Portugal, um destino histórico*:

“Em 1890, com aquilo a que se quis chamar a crise do *ultimatum*, ao lado de uma crise geral, quanto aos critérios de intervenção, acentuou-se a desorientação no limitado e pouco eficaz escol político português. Continuava a não existir a percepção da necessidade de uma análise crítica e amiga, mas em profundidade, dominados como todos estavam pelo furor de encontrar *responsáveis*.”⁷⁵⁴

Ora a “história-tribunal”, de que falou Sérgio Campos Matos, aquela que busca responsáveis e as causas do declínio, não se ficou na época crítica e avassaladora do ultimato britânico, quando, como apontou Eça na época, os portugueses estavam mais empenhados em manifestar a revolta contra os bretões do que propriamente interiorizar e modificar o mal interno. Citando Borges de Macedo acerca da crise do final do século XIX, à irremediável decadência “a nova pergunta tornara-se quase um julgamento: quem são os responsáveis?”⁷⁵⁵ Na verdade, esta busca obsessiva pelos culpados da situação pátria foi-se manifestando em tempos que convergem exatamente com sintomas de “crise”, e os intelectuais não deixaram de falar em “decadência portuguesa” e de debater a “essência de Portugal”, até chegar aos dias de hoje. E é, curiosamente, através dessa “história-tribunal” que a memória tem um papel crucial e decisivo na questão ontológica da pátria. Inúmeros são os exemplos existentes e que poderiam ser evocados, mas atente-se em discursos profundamente credíveis e fundamentados de autores como Jorge Borges de Macedo, Vitorino Magalhães Godinho, Manuel Antunes (SJ), Baptista Bastos, Manuel Clemente, Eduardo Lourenço, Fernando Catroga, João Medina, José Gil, entre tantos outros intelectuais que refletiram ou refletem ainda a sua preocupação acerca de Portugal, no seu papel de inquietadores de mentalidades. Nessas suas indagações, não deixa de existir uma busca ou um apontar de culpas, ou um desenrolar dos males de que Portugal padece. Seja a “inércia” dos portugueses, sejam os políticos e governantes, seja um passado de ditadura, o certo é que há culpas implícitas a esses males e há o apontar desses males. E nesse sentido, na preocupação vigente e muitas vezes emergente com Portugal nota-se que o mesmo fundo persiste nos intelectuais. A existência de culpas é um fantasma que paira nos discursos da intelectualidade, nem sempre de forma evidente ou flagrante, por vezes mais discreta, outras, mais gritante.

⁷⁵⁴ Jorge Borges de Macedo, *Portugal, um destino histórico*, Lisboa, 1990, p. 313.

⁷⁵⁵ Idem, *ibidem*, p.274.

Mas nesse debate vencidista porque assume a questão ontológica do país num tom ou de lamento, ou de crítica – nem sempre necessariamente derrotista – existe uma eloquência de história-tribunal.

Numa reflexão, onde o papel da memória, a culpa e o carácter do povo português se cruzam com a situação de um Portugal em crise, volta-se ao debate sobre o nevoeiro a que já Pessoa aludia. Para José Gil, este nevoeiro é uma multiplicidade de “brancos psíquicos”⁷⁵⁶ que explicam a consciência dos portugueses:

“É o que explica ao mesmo tempo a esperteza e a estupidez propriamente lusitanas, a coexistência do chico esperto e do burgesso (muito próximos um do outro como dois extremos que se tocam e quase se confundem) como o mostram bem as expressões populares *carapau de corrida* ou *esperteza saloia*.”⁷⁵⁷

Segundo o mesmo autor,

“Este tipo de humor transferiu-se para o teatro de revista e, de uma maneira geral, para a cultura de massa da televisão. O riso obtido, explorando a esperteza estúpida dos outros, revela um traço típico do burgesso português: é que, para ele, há sempre um burgesso mais burgesso do que ele.”

Se remontarmos ao final do séc. XIX, facilmente identificamos as personagens de Eça de Queiroz – e não só – com as atualmente caricaturizadas pelos *mass media*, particularmente as figuras políticas. O que denuncia, no mínimo, duas situações: que Portugal continua a utilizar o humor para se rir de si próprio (lembremos as palavras de Oliveira Martins a caracterizar o povo português:

*um povo que [...] se compraz em escarnecer de si próprio, com os nomes mais ridículos e o desdém mais burlesco. Quando uma nação se condena pela boca dos seus próprios filhos, é difícil, se não impossível, descortinar o futuro de quem perdeu por tal forma a consciência da dignidade coletiva*⁷⁵⁸)

e nesse sentido “o riso que peleja” é, ainda, prolongamento desse vencidismo vindo de trás; por outro lado, se as mesmas figuras persistem, é porque algo continua errado para os intelectuais, ou, pelo menos, que há coisas que não mudaram no pensamento dessas elites.

⁷⁵⁶ Idem, *ib.*, p.19.

⁷⁵⁷ Id., *ib.*, p.19.

⁷⁵⁸ Oliveira Martins, *História de Portugal*, Lisboa, 1968, p. 570.

Manuel Antunes questionava “que espécie de sociedade deseja o povo português”:

“Uma sociedade que não dê azo a que, com tanta frequência como hoje, a memória, o amor e a morte se vão tornando sinónimos do absurdo da existência. Uma sociedade em que a política não se encontre desvinculada da ética nem a ética se encontre desvinculada da política. Uma sociedade não cindida escandalosamente em duas: a da miséria e a do consumo.”⁷⁵⁹

Na presente denúncia ao seu Portugal contemporâneo, Manuel Antunes questionou se será uma utopia, este Portugal desejado, ou realidade possível:

“(…) Utopia, esta sociedade dos nossos desejos e aspirações? Talvez, em parte. Mas, sem um mínimo de utopia, as sociedades humanas em geral e a sociedade portuguesa em particular ou caem na greve dos braços caídos ou entram pelo labirinto de todos os maquiavelismos e oportunismos ou, mais gravemente ainda, sentam-se à beira-nada, esperando, num desespero tranquilo, a própria morte.”⁷⁶⁰

E nesta reflexão, o Padre Antunes continua:

“Atrevo-me a dizer provocativamente: o Portugal de hoje tem necessidade não de saciados mas de famintos em espírito; não repetidores de gestos próprios ou alheios mas de pesquisadores; não de mandarins mas de profetas; não de *reformados da vida* mas de comprometidos até ao fundo com a mesma vida (...).”⁷⁶¹

Guilherme de Oliveira Martins, viria abordar de uma outra forma, mais prática e não tão sonhadora ou utópica, esta questão: Portugal tem de superar as suas feridas históricas e, no fundo, unir pensamento e acção⁷⁶². Repare-se que, em todos estes discursos, coesos, fundamentados e até inspiradores, a história- tribunal aponta o português pelo estado do seu país.

Em 2015, Baptista Bastos escreveu acerca da imprensa nacional:

“Se quiser saber o que realmente ocorre, tem de frequentar a imprensa estrangeira, tal como no fascismo. Este *reino cadaveroso* está envolvido num *lamaçal* de condescendências e de cumplicidades, que afeta a própria *alma* do que somos.”⁷⁶³

E o jornalista continua o discurso, apontando os sintomas da “decadência” do país:

⁷⁵⁹ Padre Manuel Antunes (SJ), *Repensar Portugal*, cit. in José Eduardo Franco, “Portugal ou a viabilidade de existir livre”, *Brotéria*, vol. 174, Lisboa, Março de 2012, p. 269.

⁷⁶⁰ Idem, *ibidem*, p. 269.

⁷⁶¹ Id., *ibidem*, pp. 269-270.

⁷⁶² Guilherme de Oliveira Martins, *Portugal, Identidade e Diferença*, Lisboa, 2007, p.19.

⁷⁶³ Baptista Bastos, *Jornal de Negócios*, 31-VII-2015, p. 28. O sublinhado é nosso. As palavras sublinhadas lembram termos utilizados por Eça e mesmo Junqueiro, nos fins do séc. XIX, acerca de Portugal.

“A *decadência* portuguesa acentuou-se nos últimos quatro anos. O universo de embuste criado com o ‘empobrecimento’ da população; a ‘austeridade’ imposta por uma ideologia que ignora as características, a cultura e a História do país criaram uma apatia de *desistência*, já marcada anteriormente e acentuada agora. Não há debate político ou cultural; inculcou-se no português médio o fetiche do futebol; as revistas cor de rosa deram lugar a um universo fantasioso; e a imprensa, aquela que tinha por dever, obrigação e destino, está *moribunda* (...).”⁷⁶⁴

Atente-se nos termos usados por Baptista Bastos: *decadência* e *desistência* e mesmo a palavra *moribunda*. Em 2015, numa apontada época de crise em Portugal, o intelectual recorre aos mesmos termos utilizados no passado dos Vencidos da Vida. O tom denota crítica e até lamento ao focar tudo o que afeta “a alma do que somos.” Mas Baptista Bastos aplica, também o adjectivo “cadaveroso”, o mesmo com que António Sérgio designara Portugal, num dos seus ensaios (“O Reino Cadaveroso”, *Ensaaios*, II).

A modernidade continua a ser um foco complexo nesta problematização do que é o ser português ou da viabilidade de Portugal, questão ontológica colocada já com os Vencidos da Vida, num desalentado ou céptico final do séc. XIX. Diante da modernização, várias, afinal, são as visões dos intelectuais, contudo, num ponto comum convergem: exatamente na dúvida ontológica acerca de Portugal, bem como no apontar dos males de que o seu país padece. Repare-se que, se para uns, o estado do país deve-se a essa inércia, falta de acção, conformismo do povo português, para outros, essas características que, no fundo, ditam a *alma* do povo e fazem Portugal, estão em vias de desaparecer diante da incerteza do futuro:

“Assim, o problema que se nos põe é o de se será possível construir uma memória nacional e memórias de entidades para o nosso tempo, que forma e papel cabem à nação na crise actual que desfaz os laços nacionais.”⁷⁶⁵

Para Magalhães Godinho, “Respostas que exigem colocarmo-nos em função do futuro, dos projetos, mas projetos que não cortem com as raízes porque, senão, teremos de dizer que a modernização é a morte do legado da nossa pátria.”⁷⁶⁶

⁷⁶⁴ Idem, *ibidem*. O sublinhado é nosso.

⁷⁶⁵ Vitorino Magalhães Godinho, *op. cit.*, p. 20.

⁷⁶⁶ Idem, *ibidem*.

Diante destes exemplos tiramos algumas conclusões e levantamos questões. Parece-nos que as mesmas dúvidas persistem em épocas diferentes: a identidade pátria comporta ou não riscos de diluição perante a modernidade, com tudo aquilo que ela traduz? O discurso dos intelectuais denuncia uma eloquência de história-tribunal onde a culpa pelos males de Portugal, nota-se, em última instância, como sendo também do povo português. Assim, culpa dos governantes e líderes que governam o país, dos intelectuais que agitam as mentalidades, da própria modernização com o cientismo e tecnologias, das aberturas de fronteiras e europeização de Portugal (lembramos o apontar da decadência portuguesa por parte de Antero de Quental e ainda António Sardinha) ou culpa, afinal, das características da “alma portuguesa”? As mesmas a que Junqueiro se referia ao escrever acerca de um povo

“imbecilizado e resignado, humilde e macambúzio, fatalista e sonâmbulo, burro de carga, besta de nora, aguentando pauladas, socos de vergonhas, feixes de misérias, sem uma rebelião, um mostrar de dentes, a energia dum coice, pois que nem já com as orelhas é capaz de sacudir as moscas; um povo em catalepsia ambulante, não se lembrando nem donde vem, nem onde está, nem para onde vai; um povo, enfim, que eu adoro, porque sofre e é bom (...)”⁷⁶⁷

Denota-se um dualismo de aceitação/ negação por parte da intelectualidade portuguesa a estas características do povo português. Dualismo que, implicitamente, se cruza com o discurso pessimismo/optimismo ou decadência/regeneração presente em épocas de crise. Por outro lado, uma outra questão essencial sobressai: será o vencidismo, afinal, um sentimento e atitude das elites ou de todo um povo? Porque, repare-se, a partir de todos os exemplos dados, desde a crítica à imprensa, aos políticos corruptos, à crise económica, à desvinculação de raízes nacionais, não persistirá, noutros moldes, mas também quase omnipresente, a mesma busca de culpados para o “povo”? Para o popularmente chamado “Zé-povinho”, indiscutível é que os políticos são sempre os culpados. Mas quem é o povo português? É o povo a parte menos rica, privilegiada e ilustrada da população, a “plebe”, ou a coletividade duma nação, que a compõe no seu todo? Perante a busca obsessiva por culpados e a descrição em tom de lamento, crítica ou ironia acerca dos males de Portugal, afinal, de quem é a culpa, pulsante para a intelectualidade nacional, e omnipresente nos queixumes do duro dia a dia do povo?

⁷⁶⁷ Guerra Junqueiro, *Pátria*, Porto, 1925, p. 129.

Por outro lado, damos um exemplo, merecedor de atenção. Em 2010, Mário Soares escrevia, na revista *Visão* um artigo intitulado “Os *vencidos da vida* de hoje”:

“Irritam-me os portugueses que se comprazem em dizer mal de Portugal. Tudo é negro no nosso país e tudo vai ser pior. Esta moda, snob, vem desde os ‘vencidos da vida’, uma tertúlia chique, criada em finais do século XIX, por reputados intelectuais, (...) que marcaram a sociedade portuguesa com o seu aristocrático pessimismo e a necessidade que sentiam de idolatrar a França e a cultura francesa.[...] Vem isto a propósito da irritação - e da tristeza- que me provocam as diatribes de muitos comentadores encartados e economicistas (...) que nos procuram convencer que Portugal está falido , vai deixar de ser um país independente e outras diatribes sem sentido. Até porque não nos dizem nunca o principal, isto é: como vamos sair da crise que nos afeta (...)”.⁷⁶⁸

Mário Soares avança com a crítica à própria intelectualidade do seu tempo:

“A verdade é que a maioria dos portugueses, das nossas elites, não conhece o que se passa em Portugal e os progressos incomparáveis que fizemos desde o 25 de abril. Desprezam os progressos materiais – que são incontestáveis – e o salto imenso que demos, quanto ao prestígio de Portugal no mundo. [...] os derrotistas, que todos os dias entram pelas nossas casas, pelas televisões, não conhecem, porque nada sabem das pessoas – o capital mais precioso – e só se ocupam dos dinheiros e das taxas dos juros, que todos os dias sobem ou descem, na economia virtual em que persistimos viver.”⁷⁶⁹

Ora nestas passagens, detemos duas ideias importantes: a visão que Mário Soares aponta acerca dos Vencidos da Vida (grupo de aristocratas, pessimistas, dândis, que inculcam na cultura nacional uma moda snob de dizer mal do país, adeptos da “civilização” ou modernização que se fazia sentir em França); e um apontar de culpas às elites, aos “derrotistas” que “nada sabem das pessoas”. “Pessoas” estas que se poderão traduzir como sendo o povo português - a massa das gentes - pouco conhecido por essas elites. Números.

Por fim, notem-se, ainda, as últimas palavras citadas: uma “economia virtual em que persistimos viver.” Estamos diante de um discurso com a eloquência de história-tribunal.

Já não é, seguramente, um fim de século XIX. O país mudou – e muito, repetindo a questão dos “progressos materiais – que são incontestáveis”. Mas, parece persistir a mentalidade de crítica ao país, ao *povo* – seja ele a plebe (com a sua característica de

⁷⁶⁸ Mário Soares, “Os Vencidos da Vida de hoje”, *Visão*, n.º 929, Dezembro de 2010, p. 32.

⁷⁶⁹ Idem, *ibidem*.

conformismo, de povo que trabalha e sofre), sejam as gentes que na coletividade fazem Portugal —, aos governantes e até aos próprios intelectuais que, no seu inconformismo questionam a existência da sua pátria que não pode apenas “durar”. E, por isso, todas estas questionações e reflexões, cruzam-se com as do passado. Há, efetivamente, uma mesma linha comum de pensamento, apesar de, tal como no passado, nem todos estes intelectuais pertencerem à mesma geração, terem os mesmos ideais, partilharem as mesmas escolas.... E, fundamentalmente, nem todos assumirem o mesmo tom nos seus pensamentos.

2 – Portugal: persistência de vencidismo?

“Tenho uma dor chamada Portugal
país defunto talvez unto para nações vivas
portugal meu país de desistente
terra mordida por soares dos reis
por antero camilo ou trindade coelho
Suicidou-se nestes homens o país
(...) Enche-se o peito de ar noutros países
onde fora de nós em nós buscamos portugal
longe do desgastante dia-a-dia português
falhámos também nós ó nobre somos uma geração perdida.”

Ruy Belo, “Pequena história trágico-terrestre”, *País Possível*

Ousamos, então, dizer que, apesar dos tempos serem outros, os moldes do vencidismo persistiram. A crítica, o desânimo e, muitas vezes, o riso “que peleja”, mantiveram-se para além dos Vencidos da Vida, em tempos críticos como foram os da I República e posteriores, chegando, inclusive, aos nossos dias.

Em 1888, *O Repórter*, noticiando uma conferência do professor José Júlio Rodrigues⁷⁷⁰, abordava os temas dessa conferência, descrevendo a posição do professor:

“Insurge-se contra o carácter exclusivamente teórico do ensino em Portugal, sendo vulgar dizer-se que o bacharel em leis ao sair da universidade não sabe fazer um requerimento. Ele professor, pasma dos erros crassos que os alunos dos cursos superiores, aliás, de incontestada aptidão, escrevem nos seus trabalhos práticos, tanto na ortografia como na sintaxe, além d’isso quando vão para a vida prática não sabem resolver simples problemas que outros, com menos estudos, resolvem n’um abrir e fechar d’olhos. [...]”⁷⁷¹

O jornalista que assinou “Til”, terminou o artigo com a sua opinião: “(...) estas e outras lições ajudarão a levantar-nos d’este abatimento a que o paiz parece estar de há muito condenado (...)”⁷⁷²

⁷⁷⁰ José Júlio de Bettencourt Rodrigues (1843-1923) foi um cientista, professor e político português (deputado às Cortes pela Índia e pelo Funchal e nomeado Conselheiro de Sua Majestade Fidelíssima).

⁷⁷¹ “Conferências de José Júlio Rodrigues”, *O Repórter*, 23-VII-1888, p.1.

⁷⁷² *Idem, ibidem.*

É nessa crítica ao país, que o tom de ironia e o mesmo riso e comédia que os autores do século XIX utilizaram, perduram, remetendo para a ideia de fracasso e vencidismo.

Uma expressão perfeitamente flagrante é a que Ricardo Araújo Pereira utiliza, lembrando os termos de Junqueiro (povo “burro de carga”) e de Eça (Portugal tem a vida “duríssima”): “Portugal é burro. Esta é a dura realidade.”⁷⁷³ As críticas a Portugal subsistem, e em tempos difíceis para a humanidade, em geral, como estes que vivemos hoje com a pandemia do COVID-19, Araújo Pereira insiste em não deixar à margem a ideia repetida de Portugal, nem mesmo quando o país é elogiado no exterior:

“Dizem que Portugal é um milagre...só que é capaz de não ser um elogio. (...) Uma vez que ninguém sabe bem o que está a fazer, é um milagre a catástrofe não ser ainda maior.”⁷⁷⁴

A permanência do tema é uma constante. Anteriormente, já tínhamos visto como os Vencidos foram recepcionados no seu tempo, mas é fulcral relembrar que, ao longo do século XX e mesmo já no século XXI, os Vencidos da Vida são várias vezes abordados, de várias formas e em várias fontes, sendo uma delas, imprescindível para a leitura desta persistência: os debates parlamentares. Na pesquisa efetuada na Câmara dos Deputados e dos Pares, nas Sessões do Senado, no Diário da Assembleia Nacional e da Assembleia da República, relativamente à expressão “vencidos da vida”, verificamos que ao longo da Monarquia Constitucional, surgem 10 referências à expressão; na I República raras vezes surge, contando-se em 3 vezes; no Estado Novo, a expressão surge 11 vezes; na República Democrática (denominada por 3.^a República nos debates parlamentares), contam-se 18 vezes:

⁷⁷³ Ricardo Araújo Pereira, *op. cit.*, p. 389.

⁷⁷⁴ <https://sic.pt/Programas/isto-e-gozar-com-quem-trabalha/videos/2020-04-19-Dizem-que-Portugal-e-um-milagre-so-que-e-capaz-de-nao-ser-um-elogio>

Debates parlamentares	Datas em que surge a expressão “Vencidos da Vida”
Diário da Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa (1822-1910)	1889-06-12 1889-06-27 1890-05-20 1890-05-21 1903-04-21 1908-05-19 1908-08-28
Diário da Câmara dos Pares do Reino (1842-1910)	1888-07-03 1893-05-31 1894-11-24

Tabela 12 - A expressão “Vencidos da Vida” nos debates parlamentares: Monarquia Constitucional, n.º de vezes/ Total: 10 vezes

Debates parlamentares	Datas em que surge a expressão “Vencidos da Vida”
Diário das Sessões do Senado (1911-1926)	1922-10-25 1923-05-22
Diário da Câmara dos Deputados (1911-1926)	1922-10-25

Tabela 13 - A expressão “Vencidos da Vida” nos debates parlamentares: I República, n.º de vezes/ Total: 3 vezes

Debates parlamentares	Datas em que surge a expressão “Vencidos da Vida”
Diário da Assembleia Nacional (1935-1974)	1938-04-27 1951-04-26 1958-02-04 1958-02-05 1958-02-13 1958-04-09 1958-10-31 1959-02-18 1963-02-05 (2x) 1964-02-04

Tabela 14 - A expressão “Vencidos da Vida” nos debates parlamentares: Estado Novo, n.º de vezes/ Total: 11 vezes

Debates parlamentares	Datas em que surge a expressão “Vencidos da Vida”
Diário da Assembleia da República (1976-2020)	1977-08-11 1978-04-06 1978-05-06 1979-03-23 1979-01-19 1980-11-21 1984-03-21 1985 -05-29 1985-11-22 1989-03-01 1990-12-13 1992-06-25 1998-04-24 2002-12-20 2003-03-29 2003-11-07 2004-03-19 2011-12-22

Tabela 15 - A expressão “Vencidos da Vida” nos debates parlamentares: 3.ª República, n.º de vezes/
Total: 18 vezes

Da análise dos dados acima, resultam os seguintes gráficos:

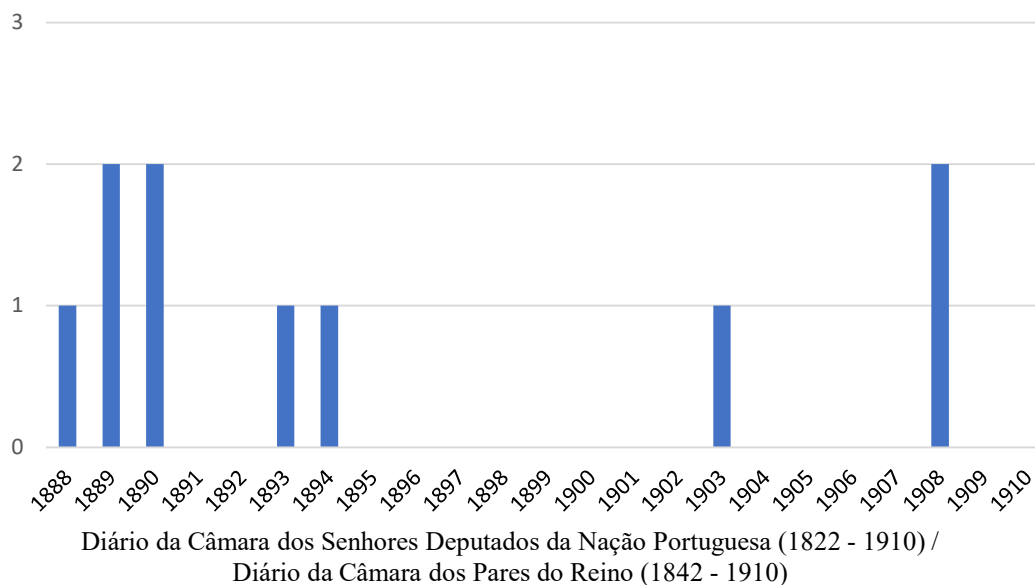
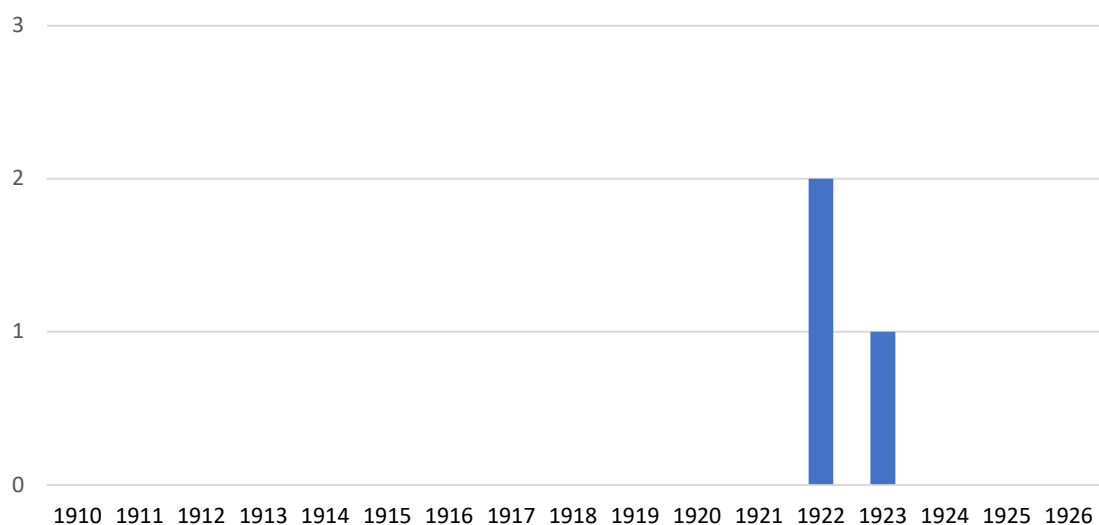
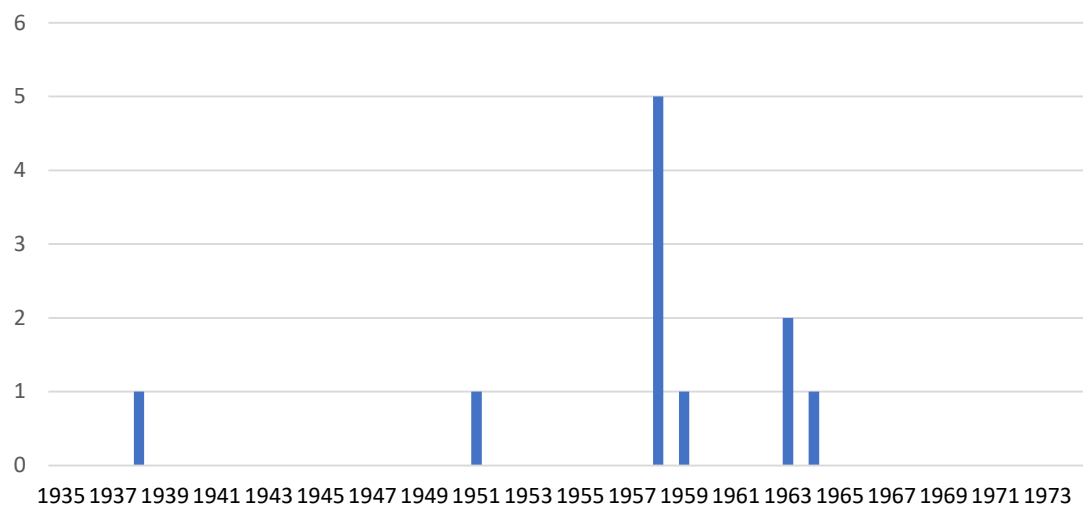


Gráfico 20 - A expressão “A expressão “Vencidos da Vida” nos debates parlamentares: Monarquia Constitucional, n.º de vezes/ Total: 10 vezes



Diário das Sessões do Senado (1911 - 1926) / Diário da Câmara dos Deputados
(1911 - 1926)

Gráfico 21 - A expressão “Vencidos da Vida” nos debates parlamentares: I República, n.º de vezes/
Total: 3 vezes



Diário da Assembleia Nacional (1935 - 1974)

Gráfico 22 - A expressão “Vencidos da Vida” nos debates parlamentares: Estado Novo, n.º de vezes/
Total: 11 vezes

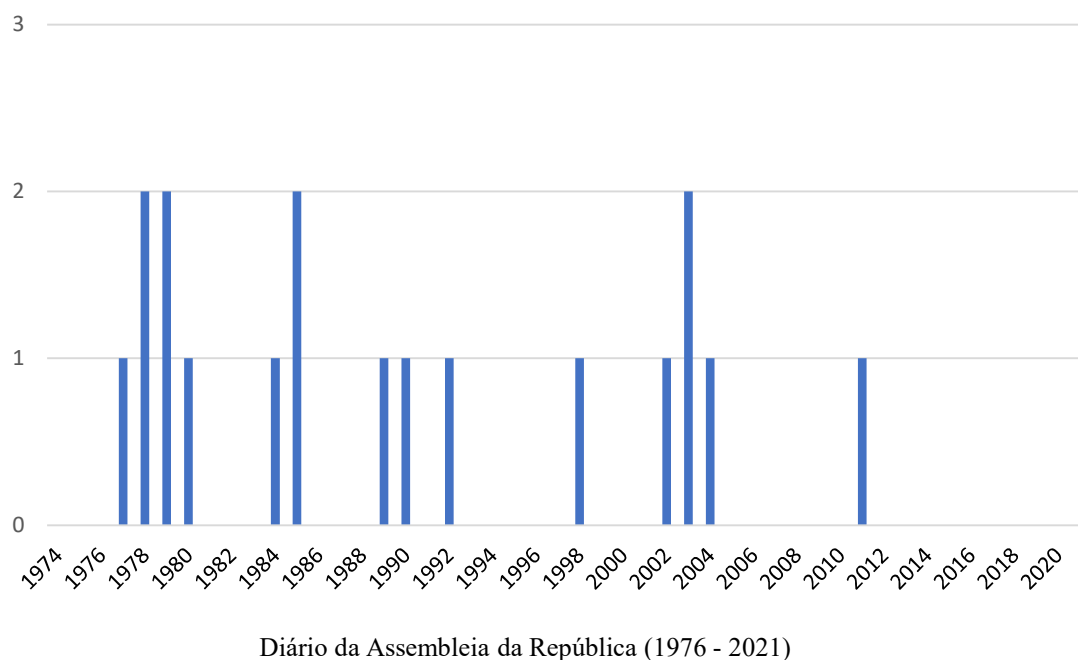


Gráfico 23 - A expressão “Vencidos da Vida” nos debates parlamentares: 3.ª República, n.º de vezes/
Total: 18 vezes

Estes números não podem ser compreendidos num enquadramento de proximidade temporal aos Vencidos, até porque a época em que mais são lembrados é, precisamente, a mais distante, em democracia. Apesar da I República ter sido marcada por momentos de grande tensão social, económica e política e de viragem na história sendo, portanto, momento chave de crise, houve um certo afastamento face ao grupo dos Vencidos da Vida nos debates parlamentares. Cremos que, exactamente devido a essa proximidade temporal, pois alguns ainda eram vivos e as manifestações evidenciadas face ao grupo eram, maioritariamente, elogiosas ou em tom de homenagem. No Estado Novo, sucedem-se repetidas alusões aos Vencidos, numa época densa e tensa, como foi o ano de 1958, coincidente com a candidatura do General Humberto Delgado. Neste regime, acentua-se a ambiguidade sobre os Vencidos e o vencidismo: se por um lado, há uma evidente recuperação da imagem dos Vencidos da Vida com o propósito da afirmação da ditadura (alguns dos Vencidos defendiam a centralização do poder, como já atrás verificámos, e António Cândido chega a falar abertamente em ditadura nos debates parlamentares), por outro lado a apropriação da atitude do vencidismo numa clara conotação negativa é também evidente, referências que se notam sobretudo a partir dos

anos da guerra colonial, em que a crise de regime está instalada. E muitas são as referências aos Vencidos, como um grupo de dândis. Curiosa é a constatação face à Democracia: nunca os Vencidos da Vida foram tão mencionados no parlamento como na actualidade. A que se deverá este facto? O que torna este grupo e o seu vencidismo tão actual? Cremos que a recuperação da memória dos Vencidos nesta época em particular da história contemporânea deve-se, em parte, à efectiva reflexão e discussão do que é o ser português na modernidade face à pluralidade de factores que, a um ritmo acelerado, integram Portugal no mundo. Na democracia a abertura ao exterior é um facto cada vez mais urgente. Donde, a velha questão do que Portugal é e pode ser face ao mundo.

Importa, por isso, compreender de que forma a expressão é utilizada neste meio político, porque de facto, ao longo dos diferentes regimes, as abordagens são distintas. Se durante a sua época o grupo é duramente criticado e até ridicularizado nos debates parlamentares, nas épocas em estudo que se seguem, verificam-se diferenças de tom no seu uso. Na I República, a expressão surge, efetivamente, ligada ao grupo, e em associação a personagens do mesmo, nomeadamente António Cândido, Conde de Sabugosa e Guerra Junqueiro, aludindo, em homenagem, ao talento e notabilidade dessas figuras que ainda se encontravam vivas. Note-se a seguinte passagem, como exemplo:

“(O Orador: Morais Carvalho⁷⁷⁵) - Sr. Presidente: António Cândido fez parte, com outros espíritos superiores, dum grupo de homens de raro talento e larga influência na sociedade portuguesa dos últimos tempos, e que a si próprios se cognominaram “os vencidos da vida”, grupo esse que, além do seu, contava os nomes gloriosos na ciência, nas letras, na política e na diplomacia do Marquês de Soveral, de Eça, de Ramalho Ortigão, do Conde de Ficalho, de Carlos Mayer, de Oliveira Martins, do Conde de Arnoso, de Carlos Lobo de Ávila, e que bem poderíamos hoje denominar os “vencidos da morte”, se não restassem ainda, felizmente, os nomes prestigiosos do Conde de Sabugosa, o fidalgo de linhagem e de espírito, e de Guerra Junqueiro, o poeta de génio, os quais, ambos Deus os conserve por muitos anos. São os homens superiores os que caracterizam uma época, influndo poderosamente pela sua maneira de agir, de sentir e de pensar, nas ideias, sentimentos e acções dos seus contemporâneos.

Prestar-lhes homenagem é dever das sociedades fortes, que recorrendo as virtudes grandes que elas tiveram e os altos exemplos que deixaram - recordação que se aviva à

⁷⁷⁵ Arthur de Moraes Carvalho (1884-?) foi um deputado português do tempo da I República. Em 1903 publicou uma tese sobre o colonialismo português, na Universidade de Coimbra, no âmbito da cadeira de Economia Política da Faculdade de Direito da Faculdade de Coimbra: *Companhias de colonização*.

hora misteriosa da morte – procuram copiar-lhes as virtudes e seguir-lhes os exemplos.”⁷⁷⁶



Fig. 3 - Busto de António Cândido no Palácio de S. Bento, obra de Maximiano Alves (1888-1954), (<https://www.parlamento.pt/VisitaParlamento/Paginas/BiogAntonioCandido.aspx>)

Já durante o Estado Novo, regime, contudo, mais duradouro no tempo, as referências existentes dão conta da diversidade de formas com que os Vencidos são vistos. Na verdade, essa diversidade pode ser explicada de acordo com os objetivos e intuítos dos discursos e não só como o grupo dos Vencidos da Vida foi compreendido pela época, sabendo-se já que é precisamente no Estado Novo que muitas são as polémicas que surgem, por parte dos intelectuais, em torno do grupo, bem como acerca do Fado e do “vencidismo”. Vejam-se alguns exemplos:

“(O Orador: João Ameal) - Pouco tempo depois (Oliveira Martins), por 1885, esboçava o programa que presidiria ao movimento chamado da *Vida Nova* – programa de largas reformas sociais, económicas e ultramarinas, a executar por um Governo autoritário sob a égide da coroa, um pouco segundo a inspiração recebida do regime

⁷⁷⁶ *Diário da Câmara dos Deputados*, 25-X-1922, p. 0012.

então existente na Alemanha e cujos protagonistas eram o imperador Guilherme I e o chanceler de Bismarck.

Aos desígnios de Oliveira Martins aderiram alguns parlamentares, aristocratas e homens de letras – que preponderaram no famoso grupo dos *Vencidos da Vida*. Habituaamo-nos, até certa altura, a considerar os Vencidos como simples bando elegante e frívolo, o “grupo jantante” da síntese já clássica de Eça de Queirós, unicamente desejoso de estreitar um convívio intelectual e mundano e ao mesmo tempo divertido com a estranheza e a irritação provocadas no burguesismo lisboeta.

À luz dos estudos e documentos publicados nos últimos anos é fácil descobrir, por detrás dessa fachada superficial, um pensamento e uma intenção muito mais sérios: o de ir além da crítica ou da ironia ante o marasmo circundante e promover, resolutamente, um impulso nas estradas da Vida Nova.”⁷⁷⁷

Para além da habitual imagem de um “simples bando elegante e frívolo”, o orador vê intuitos políticos na formação do grupo. Por outro lado, é clara a alusão ao grupo para a afirmação da ditadura. Repare-se nas seguintes palavras do discurso do orador, o ex-integralista João Ameal, remetendo claramente, para a apologia da ditadura:

“António Cândido, nos quadros da *Vida Nova*, que incluía *a maior e melhor parte dos Vencidos*, não se limitava, porém, a mero papel de comparsa. Era um dos corifeus. No seu notável discurso de 15 de julho de 1887, proferido na Câmara, ao falar do constitucionalismo liberal, afirmara sem eufemismos: A vida política portuguesa considero-a como degeneração psicológica de um sistema que nunca pôde aclimatar-se e desenvolver-se em Portugal. [...] Se não tivesse receio de melindrar...diria até que a ditadura aberta e franca é...a única forma útil que a política tem assumido entre nós.”⁷⁷⁸

Por explicar, fica a expressão “a maior e *melhor* parte dos Vencidos”. Ainda sobre essa imagem de snobismo e dandismo acerca dos Vencidos, note-se a seguinte passagem a propósito do reinado de D. Carlos, no ano do centenário do seu nascimento (1963)⁷⁷⁹:

“A crise do Ultimato enreda-se-lhe nos primeiros passos de monarca. Hora torva, em que as ambições e a cobiça das potências rondavam o nosso ultramar, com a vida política decorrendo entre o rotativismo partidário, que ora elevava um ou outro dos chefes de fila – o regenerador e o progressista – ou às cadeiras do Poder, ou simplesmente à gerência do crédito público, esperando vez...Ressaibos ainda do ‘bom senso e do bom gosto’, dando tom à vida intelectual, na elegância frustrada dos Vencidos da Vida, enquanto já se iam afirmando os ‘vencedores da morte’ – os que nos sertões africanos,

⁷⁷⁷ *Diário da Assembleia Nacional*, 26-IV-1951, pág. 938.

⁷⁷⁸ *Idem, ibidem*. O sublinhado é nosso.

⁷⁷⁹ Várias são as vezes em que o rei D. Carlos é relembrado nos debates parlamentares na época do Estado Novo, de forma honrosa e prestigiante. Lembre-se que o regresso de D. Amélia a Portugal, numa visita a convite do Estado, aconteceu em Maio 1945, de uma forma distinta, precisamente durante este regime.

haveriam de acrescentar à história pátria mais glória e mais feitos nunca feitos –, varões ilustres ainda não assinalados.”⁷⁸⁰

O contexto histórico desta passagem era já de guerra colonial. E sobre este acontecimento, a expressão “vencidos da vida” é aproveitada nos discursos políticos:

“(O Orador: Sr. Júlio Evangelista) - Heróis, heróis autênticos, rebrilhando ao sol dos combates! Estes não são os heróis húmidos, descalcificados, os anti-heróis (...) que certos grupos intelectualizados e estéreis pretenderam impor na literatura de ficção. (...) Um Maciel Chaves morre em Goa, aquando dos primeiros golpes terroristas; e anos depois, em Dezembro de 1961, ali tomba, no seu posto, António Abreu Abrantes; Nascimento Costa, cavaleiro da Torre e Espada, não tergiversa durante o assalto ao seu paquete *Santa Maria* e cai varado, no seu posto. Algures em Angola, um militar lança-se sobre a granada prestes a explodir, cobre-a bem com o corpo, que fica esfacelado, em holocausto, para salvar os seus soldados: chama-se José Paula Santos. Um José Ferreira de Almeida, um Chaves Retorta, um João Macias, mortos na Guiné; um Castelo da Silva e um Berque de Faria, mortos em Angola; um Mota da Costa, morto em Angola, e tantos, tantíssimos, impossíveis de enumerar! (...)”⁷⁸¹

É no seguimento deste registo que o Orador Júlio Evangelista⁷⁸², apoiante do regime, afirma numa significativa alusão negativa:

“Heróis de carne e osso, heróis com o corpo cinzelado de estrelas, raiado de sangue como arrebol. Heróis de tal quilate, que nem a indiferença ou o nefelibatismo de quaisquer *vencidos da vida* conseguirão macular as épicas vibrações que nele repercutem!”⁷⁸³

Por outro lado, num debate acerca de outro tema recorrente do Estado Novo, a emigração, são proferidas as seguintes palavras, por Manuel José Archer Homem de Mello⁷⁸⁴, opositor ao regime, em 1958:

⁷⁸⁰ *Diário das Sessões*, 05-II-1963, pág. 1984.

⁷⁸¹ *Diário das Sessões*, 04-II-1964, p. 3116.

⁷⁸² Júlio Alberto da Costa Evangelista (1927-2005), nascido em Valença do Minho, foi advogado, jornalista (subdirector do jornal católico *A Voz*), poeta (amigo de David Mourão-Ferreira e Matilde Rosa Araújo) e político. Foi deputado da Assembleia Nacional, pelo círculo de Viana do Castelo, de 1957 a 1974. Acabaria por deixar a poesia para dedicar-se apenas à advocacia e política. Foi uma figura muito próxima de Marcello Caetano.

⁷⁸³ *Idem, ibidem*. O sublinhado é nosso.

⁷⁸⁴ Manuel José Archer Homem de Mello (1930-2019), filho do Conde de Águeda (Manuel Homem de Mello da Câmara) foi um político português que participou na ‘Abrilada’ de 1961 e em várias tentativas de depôr Salazar do poder, sendo amigo pessoal de Craveiro Lopes.

“(O Orador: Sr. Homem de Melo - integrados nas rotinas próprias dos serviços, os funcionários chegam a perder a noção da transcendência e da tragédia do acto, não reconhecendo no emigrante, nem no *vencido da vida* que desistiu de lutar e de viver na pátria comum, nem o homem ofuscado pelas riquezas (...)”⁷⁸⁵

Nas duas últimas citações acima, discursos proferidos por figuras com diferentes perspectivas face ao regime, nota-se também a diferença do uso da palavra vencidos: se para Júlio Evangelista, adepto do regime, os *vencidos* remetem para uma conotação negativa, já para Homem de Mello, opositor ao regime – sobretudo na questão do Ultramar – os *vencidos* eram as vítimas das circunstâncias.

Em 1963, também acerca da emigração, surge a palavra “vencidos” numa clara evidência de desencanto e “desilusão”:

“Neste momento, em que nós no ultramar somos tão poucos para enfrentar o importante problema da ocupação de vastas regiões, à espera de braços fortes que explorem as suas riquezas, não se compreende que se possa dar a eventualidade de esses colonos regressarem às suas terras metropolitanas porque não encontraram trabalho em Moçambique; que possam regressar à metrópole, *desiludidos e vencidos*, onde se tornarão, certamente, em péssimos elementos de propaganda contra a emigração para o ultramar, enquanto todos os anos perto de 40 000 portugueses emigram para o estrangeiro.”⁷⁸⁶

Ainda no Estado Novo, duas referências são de apontar. A primeira, data de 1958, numa reflexão sobre o ‘atraso’ do país:

“(O Orador: Sr. Homem de Melo) – (...) A denúncia de *decadência* em relação à evolução de outras nações que nos foram inferiores não era admitida pelo nosso orgulho, que preferia, em torrentes de dialéctica, ocultar uma capacidade estéril de realizações. Os que apareciam a comentar as coisas eram os *vencidos e os derrotistas* e a sua influência julgada nefasta, mesmo quando punham no confronto com o estrangeiro toda a amargura e desgosto que a conclusão impunha.

Como a doença se não cura tentando demonstrar a sua inexistência, um país não evolui se não lhe apontarmos o seu atraso. Por isso (...) o projeto do II Plano de Fomento (...) mostra corajosamente os males do País.”⁷⁸⁷

⁷⁸⁵ - *Diário das Sessões da Assembleia Nacional*, 09-IV-1958, p. 656.

⁷⁸⁶ *Diário das Sessões da Assembleia Nacional*, 27-III-1963, p. 2197. O sublinhado é nosso.

⁷⁸⁷ *Diário das Sessões da Assembleia Nacional*, 30-X-1958, p.1272. O sublinhado é nosso.

A outra, em 1961, acerca “do modelo de valentia e de virtudes”, exemplo de “patriotismo”, que foi D. Nuno Álvares Pereira:

“(Orador: Sr. Alberto Carlos de Figueiredo Franco Falcão⁷⁸⁸ - A mesma decisão e os mesmos fervorosos sentimentos patrióticos que levaram D. Nuno a vencer nos Atoleiros, em Aljubarrota e em Valverde continuam a pulsar no coração dos portugueses, e por isso não admitimos nem admitiremos ingerências estranhas e tendenciosas na vida política e administrativa do País, venham elas de espectaculares ditadores, que, arvorados em paladinos de uma falsa liberdade, apenas espalham o terror e a confusão, ou sejam instigados por portugueses adulterados, que, *vencidos pela vida* ou dementados por fanatismos satânicos, não hesitam em atentar criminosamente contra o bom nome e a segurança da Pátria.”⁷⁸⁹

Estes dois exemplos, acabam por ilustrar o dualismo ou ambivalência com que os Vencidos da Vida foram aceites, bem como o seu vencidismo e que apropriações destes fizeram os vindouros. Foram vistos como homens profundamente críticos, fazendo jus à situação do seu país, ou então como um grupo de intelectuais dândis, cujas opiniões repletas de pessimismo denegriam a pátria.

É, contudo, ao longo da República Democrática, que esse dualismo se desfaz e não deixa margem para dúvidas, face à insistência sobre a mesma visão dos Vencidos, a de um grupo de homens janotas, “velhos do Restelo”, “pessimistas”, que apontam o seu país como uma “choldra”. E neste sentido, tomamos como relevantes os seguintes exemplos, que são sintomáticos:

No ano de 1977 - “(O Orador: Sr. Jaime Gama, PS) - A consciência do trabalho feito obriga-nos a prosseguir e a enfrentar com vontade o futuro – não seremos os *vencidos da vida* no Portugal do século XX.”⁷⁹⁰

Em 1978 - “(O Orador: Sr. José Rodrigues Vitoriano, presidente da sessão) - (...) têm a desfaçatez de se apresentar como nova ‘classe política’, como alternativa nacional à actual situação (e isto à margem dos grandes partidos), numa mascarada dos oitocentistas ‘*vencidos da vida*’ (risos do PSD) e como alguns deles procurando no autoritarismo os remédios para os males da Pátria.”⁷⁹¹

Em 1985 - “(O Orador: Sr.^a Helena Cidade Moura – MDP/CDE) - Se o Sr. Ministro Coimbra Martins não tivesse uma vida inteira dedicada ao estudo da geração daqueles

⁷⁸⁸ Alberto Carlos de Figueiredo Franco Falcão (1911-?), Natural de Castelo Branco, foi deputado por esta localidade até 1965. Tinha como profissão Conservador do Registo Predial e Comercial e lavrador.

⁷⁸⁹ *Diário das Sessões da Assembleia Nacional*, 01-II-1961, p.389. O sublinhado é nosso.

⁷⁹⁰ *Diário das Sessões da Assembleia da República*, 11-VIII-1977, p. 5104. O sublinhado é nosso.

⁷⁹¹ *Diário das Sessões da Assembleia da República*, 06-V-1978, p. 2599. O sublinhado é nosso.

que a si próprios se intitularam ‘*vencidos da vida*’ porque os seus ideais se encontravam tão afastados do presente contemporâneo que por eles tiveram de lutar até à exaustão; se o Sr. Ministro não fosse um especialista dessa geração cuja luta tem perpetuado através dos seus estudos, correria o risco de lhe ser aplicável, neste momento, a frase de Antero de Quental (...): “V. Ex.^a ficará na história apenas por ter encerrado as Conferências do Casino.”⁷⁹²

Em 1989 - “(O Orador: Sr. Adriano Moreira, CDS) - (...) Aquilo que, talvez por falta de paciência, em face da tradicional instabilidade política e do consequente tempo perdido para as tarefas da modernização, se traduziu no desabafo de *vencidos da vida* ao dizerem que a África começava nos Pirinéus, era tomado como definição de um novo mito de descobridores.”⁷⁹³

Em 1990 - “(O Orador: Sr. Valente de Oliveira, Ministro do Planeamento e da Administração do Território) - Há aqui um problema de princípio, Sr. Deputado. Devemos é dar uma ideia de optimismo. Há século e meio que padecemos daquilo a que chamo ‘síndrome dos vencidos da vida’, o que tem feito muito mal ao país! Esses ‘*vencidos da vida*’ escreveram coisas óptimas, mas numa perspectiva aniquiladora do entusiasmo, olhando sempre para o copo meio vazio, em vez de se olhar para o copo meio cheio!...”⁷⁹⁴

Em 1992 - “(O Orador: Sr. Cipriano Martins, PSD) - Julgo que, por Coimbra e sua região, não devemos ater-nos à inércia dos atavismos entorpecentes, nem comprazer-nos – hieráticos e *vencidos* – a pessimismos dissolventes, fonte de ambientes românticos e de uma tradição poética de ‘*vencidos da vida*’. A hora é de renovação, de luta e de fé.”⁷⁹⁵

Em 1993 - “(O Orador: Sr. Arlindo Cunha, Ministro da Agricultura) - O que me recuso – o que sinceramente me recuso – é a pensar que o miserabilismo, a autodestruição ou o fatalismo derrotista sejam solução para alguma coisa. Podem ser solução para os *vencidos da vida*...”⁷⁹⁶

Em 1998 - “(O Orador: José Magalhães, PS) - Creio que seria péssimo que se teorizasse o medo da representação mais próxima e o medo da personalização do mandato. Desde logo, Sr. Deputado, porque não há que adoptar a atitude de ‘*vencidos da vida*’, de que ela só estará reservada ao PS ou ao PSD.”⁷⁹⁷

Em 2002 - “(O Orador: Sr. Durão Barroso, 1.º Ministro) - Tomada que está a histórica decisão do alargamento da União Europeia, o Programa de Estabilidade e Crescimento representa uma aposta vencedora no combate a qualquer ideia de resignação ou

⁷⁹² *Diário das Sessões da Assembleia da República*, 29-V-1985, p.3236. O sublinhado é nosso.

⁷⁹³ *Diário das Sessões da Assembleia da República*, 01-III-1989, p. 1625. O sublinhado é nosso.

⁷⁹⁴ *Diário das Sessões da Assembleia da República*, 13-XII-1990, p. 94 - (213). O sublinhado é nosso.

⁷⁹⁵ *Diário das Sessões da Assembleia da República*, 25-VI-1992, p. 2577. O sublinhado é nosso.

⁷⁹⁶ *Diário das Sessões da Assembleia da República*, 01-VII-1993, p.2955. O sublinhado é nosso.

⁷⁹⁷ *Diário das Sessões da Assembleia da República*, 24-IV-1998, p. 2075. O sublinhado é nosso.

pessimismo. (...) Contra os ‘*vencidos da vida*’, oferecemos confiança, exigência e ambição.”⁷⁹⁸

Em 2003 - “(O Orador: Sr. Carlos Tavares, Ministro da Economia) - Temos pela frente uma grande oportunidade – a oportunidade do progresso, da esperança e do desenvolvimento – e vamos aproveitá-la. Os *vencidos da vida* – pessimistas, resignados e azedos – cruzam os braços e olham para o passado.”⁷⁹⁹

Ainda em 2003 - “(O Orador: Sr. Jorge Neto, PSD) - Ou apostamos num modelo de desenvolvimento económico assente na oferta, na libertação de recursos para o sector privado, no investimento e nas exportações, ou regredimos ao modelo do passado, assente na procura interna, no endividamento, na manutenção da carga fiscal, no desequilíbrio externo e na perda da competitividade. O primeiro é o novo paradigma de desenvolvimento económico sufragado pelo Orçamento deste Governo. O segundo é a despudorada rendição requintada de um modelo exaurido, esgotado, caduco, sem alma, sem rasgo, sem visão, acomodado no torpor da falta de ideias, acurvilhado pela pusilanimidade dos *vencidos da vida*.”⁸⁰⁰

Em 2004 - “(O Orador: Sr. Carlos Tavares, Ministro da Economia) - Ao contrário dos ‘velhos do Restelo’, dos *vencidos da vida* e da nossa oposição, os bons empresários e os bons investidores nacionais e estrangeiros apostam em Portugal.”⁸⁰¹

E, na última referência encontrada nos debates parlamentares sobre os Vencidos da Vida, que data de 2011,

“(O Orador: Sr.^a Ana Drago, BE) - Como dizia a geração de ‘*Os vencidos da vida*’, as políticas que são geridas e lançadas pelo PSD e pelo CDS-PP vão transformar o país numa *choldra*.”⁸⁰²

É, assim, marcante a forma como se alude ao famoso grupo oitocentista dos Vencidos da Vida e onde a dissociação deste ao sentimento de pessimismo não existe. Estes usos políticos do tópico Vencidos da Vida remetem para a necessidade de afirmar, muitas vezes, o falhar quer dos próprios ideais das elites, quer dos regimes nos diversos momentos de crise por que Portugal vai passando. No entanto, o reacender da velha polémica do “vencidismo dos inúteis” – originalmente adjectivado por António Sardinha – serviria, também, para apontar culpados (o sintoma de história-tribunal) numa expectativa de esperança: a denúncia do vencidismo como atitude negativa pejorativa,

⁷⁹⁸ *Diário das Sessões da Assembleia da República*, 20-XII-2002, p. 2913. O sublinhado é nosso.

⁷⁹⁹ *Diário das Sessões da Assembleia da República*, 21-II-2003, p.3736. O sublinhado é nosso.

⁸⁰⁰ *Diário das Sessões da Assembleia da República*, 07-XI-2003, p.1178. O sublinhado é nosso.

⁸⁰¹ *Diário das Sessões da Assembleia da República*, 19-III-2004, p.3618. O sublinhado é nosso.

⁸⁰² *Diário das Sessões da Assembleia da República*, 22-XII-2011, p.40. O sublinhado é nosso.

seria também a denúncia de que os momentos de crise são, precisamente, pontos chave de possibilidade de mudança. Por isso, o famoso grupo dos Vencidos da Vida tornaram-se tão actuais no seu vencidismo – e, por isso, também, tão interessantemente recuperados –, neles se investindo uma ambiguidade e dicotomia únicas.

Damos de seguida conta de dois exemplos, em tempos de República democrática, em que se verifica novamente um dualismo elogio/crítica ao grupo dos Vencidos da Vida:

Em 1978 - “(O Orador: Sr. Vasco da Gama Fernandes, presidente da sessão) - Se (...) focarmos o 1820 e o 1891, cuida-se preferentemente de um elogio exultante das virtudes, sem cuidar dos defeitos, e nessas virtudes o que significou para Portugal a paciente investigação histórica do autor de *Eurico, o presbítero* e das *Lendas e Narrativas*, para seguidamente, como era dever imperioso, debruçarmo-nos sobre a estruturação europeia dos *vencidos da vida*, não só para os guindar à nossa admiração e respeito, como também para os criticar, até pelo nome com que passaram à história, o que por si só define um estado de neurastenia e abandono impróprios de um verdadeiro intelectual, tanto mais que Antero [sic] Junqueiro, Eça de Queirós ou Ramalho Ortigão tiveram o privilégio de interpretar as ansiedades dispersas de um povo mortificado (...).”⁸⁰³

Em 1985 - “(O Orador: Sr. Vasco da Gama Fernandes, PRD) - A República foi (...) a evolução fatal de uma evolução cultural. A coisa vem de trás, vem dos ‘*Vencidos da Vida*’, cujo nome é pejorativo, porque não compreendo que ninguém que tenha ideias se possa considerar vencido. Mas a eles se deve a clarificação europeia de um grande sentimento de liberdade e de república também.”⁸⁰⁴

Na citação acima, torna-se pertinente a ligação que é feita entre a república e os Vencidos, porque do grupo, efectivamente, só Guerra Junqueiro viria a ser republicano. Apesar do elogio estar presente, este acaba por diluir-se, face à forma como o grupo dos Vencidos e a sua atitude foi compreendida ou apropriada.

O decadentismo e pessimismo que foram tendência nas elites de finais do século XIX, associaram-se a um estigma dos Vencidos da Vida. Essa associação vencidismo-cepticismo-pessimismo, permaneceu numa cultura de elite e paira, flagrante, nos debates parlamentares da democracia portuguesa. É desta forma que muito para além do seu tempo, o nome do grupo é lembrado e utilizado, com claros objetivos políticos. De facto, esta associação de pessimismo a vencidismo, é comum na actualidade, sendo que estudos vários indicam que Portugal é um país pessimista: “Em 2004, um estudo sobre

⁸⁰³ *Diário das Sessões da Assembleia da República*, 26-IV-1978, pp. 2457-2458. O sublinhado é nosso.

⁸⁰⁴ *Diário das Sessões da Assembleia da República*, 22-XI-1985, p. 251. O sublinhado é nosso.

‘Felicidade Científica’ colocava Portugal como o quinto país mais pessimista entre 60 países do mundo ...”⁸⁰⁵ Notícias na imprensa divulgam, com frequência este tema, como neste exemplo, datado de 22 de fevereiro de 2006:

“O pessimismo e uma visão negativa do futuro marcam as expectativas dos portugueses analisadas no Eurobarómetro número 64, um estudo semestral que avalia vários temas junto da opinião pública na União Europeia (UE). Um inquérito realizado em Portugal entre 17 de Outubro e 18 de Novembro de 2005, com 1003 entrevistas, assinala que *existe um pessimismo em relação ao futuro próximo substancialmente superior ao resto dos países da União Europeia*”.⁸⁰⁶

E é neste contexto que, em 2012, no século XXI, mais uma vez, os Vencidos da Vida são lembrados, pela escrita do jornalista Fernando Sobral:

“Depois de anos de falsa modéstia, Portugal começou a encontrar excelentes razões para ser pessimista. Perdemos a pimenta, perdemos o ouro, perdemos as colónias e gastámos o dinheiro que veio da UE. E não conseguimos acumular riqueza que redundasse em investimento produtivo. Esbanjámos tudo o que estava à mão. (...) O legado de D. João II deixou poucas raízes. A crise actual é grave e enorme. Virtualmente tudo parece ir mal. E a austeridade sem fim à vista vai fazer minguar ainda mais a nossa economia. O primeiro-ministro pede, em nome da pátria, que cada um cumpra o seu destino: emigre.

A Jerónimo Martins, tal como outras empresas, buscam o dinheiro noutras paragens mais paradisíacas. Portugal tornou-se um inferno fiscal. Onde os portugueses que não podem emigrar vão expiar as culpas que lhes imputaram. Só nos falta um clube dos *Vencidos da Vida*.”⁸⁰⁷

Por outro lado, é ainda na área da política que o país se dá por “vencido”, exatamente onde entra o lugar da modernidade:

“É a grande questão ideológica do nosso tempo: escolher se queremos um país moderno e uma política exigente, para um serviço público que protege os de baixo e lhes dá oportunidades iguais, ou se se quer privatizar os bens públicos, em nome de um capitalismo ‘pedinte’, protegido, habituado ao monopólio (...). A escolha é entre a justiça e decência ou atraso e abuso. Com este Orçamento, o Governo escolheu. (...) O PS quer garantir em dois anos de mandato o século XXI dos grandes negócios de um *país vencido*.”⁸⁰⁸

⁸⁰⁵ “Diário das Sessões da Assembleia da República”, 08-VI-2007, p.50.

⁸⁰⁶ https://www.rtp.pt/noticias/pais/pessimismo-marca-expectativas-dos-portugueses_n26178

⁸⁰⁷ https://www.jornaldenegocios.pt/opiniao/detalhe/o_pessimismo_portuguesecircs_08-I-2012

⁸⁰⁸ *Diário das Sessões da Assembleia da República*, 07-XI-2007, p. 67. O sublinhado é nosso.

Lembremos, a este propósito, a anterior alusão a um ‘país vencido’, por Ruy Belo (em 1977, na sua última obra *Despeço-me da Terra da Alegria*): “Que me importa que no mundo morram os ministros?/ É patriótico negar a nacionalidade/aos naturais de um *país vencido*/que só buscou no mar a razão de ser.”⁸⁰⁹

A imagem do vencidismo foi, muitas vezes, sinónimo de pessimismo, descrença, desistência. Mas é numa outra face da mesma moeda que essa desistência ganha relevo: para Francisco Salgado Zenha, Mário Soares ou Manuel Alegre “só é vencido quem desiste de lutar”⁸¹⁰. Máxima dos socialistas, a expressão é frequente nos debates parlamentares da 3.^a República:

“(O Orador: Salgado Zenha) – É certo que tivemos a descolonização, a demagogia do gonçalvismo e o afluxo dos refugiados. Mas, de qualquer modo, nunca escapáramos à crise mundial que nos afeta hoje de forma brutal. Marcelo Caetano sabia-o tão bem que nem tentou lutar, deixou-se cair. Não podemos recuar, nem chorar de desespero. Há que marchar em frente. E vencer. Vencer não a crise mundial, mas a parcela de crise que nos agride. (...) Acentuemos bem a gravidade da *crise*. Mas para a vencer. (...) Pela nossa parte, nós, socialistas, não nos deixaremos morrer por entre lamúrias, lágrimas e apelos sebastianistas e fantasmas infantis. *Só é vencido quem desiste de lutar.*”⁸¹¹

Máxima que, anos antes, Ruy Belo recuperara num dos seus discursos:

“Não vamos ganhar as eleições não porque nós não queremos, mas porque eles [o regime] não querem. E enquanto depender da vontade do inimigo a sorte das eleições, o sufrágio não será prova real de coisa alguma porque estará viciado desde a origem. Mas, no fundo, não faz mal. Como diz um nosso slogan, *só é vencido quem desiste de lutar*. É esta máxima a raiz do nosso optimismo fundamental. Porque contra tudo e contra todos, nós não deixaremos de lutar. *Nós somos, portanto, vencedores. É esse o nosso nome.*”⁸¹²

⁸⁰⁹ Ruy Belo, *Obra poética de Ruy Belo* (Org. e posf. Joaquim Manuel Magalhães), 2.^aed., Vol. 2, Lisboa, 1990, p. 321. O sublinhado é nosso.

⁸¹⁰ “(O Orador: Manuel Alegre) – Sr. Deputado, já alguns de nós travaram muitos combates, mas temos uma máxima: só é vencido quem desiste de lutar.”, “Diário das Sessões da Assembleia da República”, *Debates Parlamentares*, 24-VI-1993, p. 2744. “(Orador: Sr. José Niza, P.S) - Como dizia o nosso antigo colega Salgado Zenha, só é vencido quem desiste de lutar.”, *Diário das Sessões da Assembleia da República*, 04-IV-1996, p. 1752; “(O Orador: Sr. Eduardo Luís Barreto Ferro Rodrigues) – O lema de vida de Mário Soares foi sempre o mesmo: só é vencido quem desiste de lutar.”, *Diário das Sessões da Assembleia da República*, 12-I-2017, p. 3.

⁸¹¹ *Diário das Sessões da Assembleia da República*, 14-IV-1978, p. 2338. O sublinhado é nosso.

⁸¹² *Obra poética de Ruy Belo*, Org. e notas de Joaquim Manuel Magalhães, Maria Jorge Vilar de Figueiredo, vol.3, Lisboa, 1984, p.227. O sublinhado é nosso.

É bastante pertinente este uso do tópico do vencidismo num lema que remete exactamente para o seu contrário: a recuperação da expressão vencido é aproveitada para a afirmação da ideia de luta face ao fracasso.

Ruy Belo foi, em tempos modernos de crise, o autor do poema “Nós, os vencidos do catolicismo” (publicado em 1970 no livro *Homem de Palavra[s]*). Parte da intelectualidade portuguesa herdou o legado dos Vencidos da Vida. Eles subsistem, sim, na memória das elites⁸¹³ e as apropriações ao seu vencidismo relacionam-se com os objetivos políticos da época, ou com as vivências e o sentir dos intelectuais, poetas, artistas, dentro de um contexto temporal específico. Existem, contudo, – e daí a persistência do legado – dois conceitos que poderão fazer toda a diferença na compreensão do ‘vencidismo’: desistência e luta.

⁸¹³ Para além dos exemplos da actualidade portuguesa reportados ao longo deste estudo, existem ainda outros, em que os Vencidos da Vida são lembrados ou pelo menos, a expressão é utilizada: o caso do romance *Os Vencidos da Vida*, do músico e poeta canadiano Leonard Cohen escrito em 1966 e publicado em Portugal em 2011 (que sem ser o nome, em nada está ligado ao tema dos Vencidos, tratando-se de um romance experimental revelador da realidade dos anos sessenta do século XX); ou nas Jornadas do Património, no âmbito do projeto “Casas com Memória”, em 2012, o descerramento evocativo na Casa S. Bernardo, onde vivera o Conde de Arnoso, acompanhado de uma sessão intitulada “Os Vencidos da Vida - Mito e realidade dum grupo intelectual áulico”, pelo Professor Doutor João Medina.

3 – “Eu vi a luz em um país perdido”: desistência ou fé?

“Meu Povo
de cabeça pendida, mãos caídas, de olhos sem fé
— busca, dentro de ti, fora de ti, aonde
a causa da miséria se te esconde.”

Sebastião da Gama, “Meu país desgraçado”,
in Cabo da Boa Esperança

Conclui-se que é precisamente em épocas de “crise” que ressurge o vencidismo.

O vencidismo assume um lado real, mas também retórico. E é também por isso que, nesta complexa rede de problemas, o vencidismo remete para o campo da regeneração: seguindo a ideia apocalíptica de fim, é preciso que se morra para que se regenere. Portugal teve um momento em que ganhou a História e chega um momento em que a perde, logo, há que reagir. O messianismo, a saudade – na poesia e no Fado –, os queixumes e as críticas (muitas vezes através do *riso que peleja*), serão, porventura, as formas mais evidentes de intenção de reação a uma situação de crise. Poderão não significar, contudo, desistência, mas desilusão. Desistir implica largar, deixar, abandonar, significa “perder toda a esperança de conseguir fazer alguma coisa, deixando de efectuar qualquer esforço nesse sentido.”⁸¹⁴. Por outro lado, o antónimo de desistir é, precisamente, insistir. A intelectualidade, nunca deixou de parte o tema Portugal, pelo contrário, à medida que a crise se adensa, maior o volume de produções textuais, artísticas, políticas acerca da situação pátria, que se mostram, sem dúvida, como uma reação ao presente. Ora, se não se trata de desistência, até que ponto essas formas de desilusão e desencanto, queixumes, lamento, saudade (do que foi e já não se tem), assumem formas de luta? Até que ponto, a tentativa de “reaportuguesar Portugal” por Eça, difere do saudosismo regenerador de Pascoaes num Portugal onde a tradição se recompõe com o futuro, ou dum “Meu Deus meu deus porque me abandonaste?” do desiludido e vencido (do catolicismo) Ruy Belo? Que luta haverá na frase que a figura de Sebastião, criada por Manuel Alegre em *Jornada de África*, proferiu, em desalento: “Não há aqui epopeia para dizer. Somos lusíadas do avesso, ninguém nos cantará.”⁸¹⁵? A verdade é que à luz da distância do tempo, e apesar das dúvidas, críticas e até

⁸¹⁴ Cf. *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea*, Academia das Ciências de Lisboa, 2001, p. 1194.

⁸¹⁵ Manuel Alegre, *Jornada de África*, Lisboa, 1989, p.186.

confrontos que sofreram na sua época, muitos intelectuais mantiveram a esperança numa regeneração, mesmo sendo evidente a desilusão com o seu presente. Todos eles, de uma forma ou outra, acabaram por demonstrar que a luta continuou, dado o tema persistir, e as suas obras provarem que não houve desistência. É precisamente nesses momentos críticos da história de Portugal, que as dúvidas e as incertezas trouxeram o vencidismo como portador de ideia de recomeço, de regeneração, afinal. Nas tentativas de Eça ou Oliveira Martins, de “reaportuguesar” Portugal, não são alheias as figuras de cariz religioso, como Nun’Álvares Pereira – figura que será recuperada num sentido mítico, conservador, nas primeiras décadas do século XX⁸¹⁶ –, mas também de santos e, até, de Jesus (em Eça). À visão redutora de que Eça e os da sua geração foram anticlericais, contrapõem-se diferentes perspetivas⁸¹⁷ sobre a espiritualidade desses homens. Não sendo o propósito da nossa tese o enfoque neste tema, importa, contudo, relembrar, exemplos significativos, num contexto de fim de século, no tempo dos Vencidos, em que a modernidade se fazia anunciar, de forma ambígua, pelas enormes transformações materiais, científicas e tecnológicas, mas, simultaneamente, por um cansaço por essa mesma “civilização”, trazendo, por consequência, transformações sociais, ideológicas, morais e profundamente espirituais. Era um tempo em que se apregoava a “morte de Deus” e em que as teorias niilistas estavam em voga.

No caso de Eça, o desencanto com a vida urbana, a civilização, mas também com os costumes de uma sociedade que não mudou, levou, no final da vida, a que as crianças – (*N’A ilustre Casa de Ramires*, a personagem Gonçalo proferia as seguintes palavras: “As crianças são os únicos seres divinos que a nossa pobre humanidade conhece.”) –, os pobres, os santos, os heróis, se sucedessem aos Acácios, Basílios, Amaros, Julianas... E, para além de todo este rol de personagens, a figura de Jesus, essência de toda a Verdade, símbolo de todo o Bem. Na pobreza, na dor, na doença, na solidão, procura-se algo exemplar, uma identificação salvífica e redentora para as sociedades, para os homens. Não terá sido este o propósito de Eça, à semelhança do que fizera outrora Renan com Jesus, ou Oliveira Martins com Nun’Álvares Pereira? Estes homens trouxeram não a ruptura, mas sim o anúncio de modernidade⁸¹⁸. O movimento social é o alvo de toda a

⁸¹⁶ Veja-se, a este propósito, o estudo de Ernesto Castro Leal, *Nação e nacionalismos: a Cruzada Nacional D. Nuno Alvares Pereira e as origens do Estado Novo (1918-1938)*, Coleção de História Moderna e Contemporânea, Editora Cosmos, Lisboa, 1999.

⁸¹⁷ Já o P. Moreira das Neves em *O Grupo dos Cinco, dramas espirituais*, Lisboa, s.d., focara a dimensão da espiritualidade no grupo, não na totalidade dos Vencidos, mas dos “cinco”, de que o “Mestre” Antero fazia parte.

⁸¹⁸ Cf. Elisabete Francisco, A religião em Eça de Queiroz, *Brotéria*, vol. 173, Lisboa, Julho de 2011, p. 76.

obra de Eça de Queiroz, sendo o humanismo pano de fundo sobre as injustiças sociais, as angústias individuais, as ironias e as misérias da vida:

- “A criança, com duas longas lágrimas na face magrinha, murmurou:
- Oh, mãe! Jesus ama todos os pequeninos. E eu ainda tão pequeno, e com um mal tão pesado, e que tanto queria sarar!
E a mãe, em soluços:
- Oh, meu filho, como te posso deixar? Longas são as estradas da Galileia e curta a piedade dos homens. Tão rota, tão trôpega, tão triste, até os cães me ladrariam da porta dos casais. Ninguém atenderia o meu recado, e me apontaria a morada do doce rabi. Oh, filho! Talvez Jesus morresse...Nem mesmo os ricos e os fortes o encontraram. O Céu o trouxe, o Céu o levou. E com ele para sempre morreu a esperança dos tristes.
De entre os negros trapos, erguendo as suas pobres mãozinhas que tremiam, a criança murmurou:
- Mãe, eu queria ver Jesus...
E logo, abrindo devagar a porta e sorrindo, Jesus disse à criança:
- Aqui estou!”⁸¹⁹

Neste contexto, de militância cívica em tempos anunciadores de modernidade, note-se a relevância destas passagens *d'A Correspondência de Fradique Mendes*:

“Decerto Fradique não era um santo militante, (...): mas nunca houve mal, por ele conhecido, que dele não recebesse alívio. [...] A sua máxima para com os *pobres* (...) era que ‘à hora das comidas mais vale um pataco na mão que duas filosofias a voar’. As *crianças*, sobretudo quando necessitadas, inspiravam-lhe um sentimento infinito (...). Nos últimos tempos preocupava-o sobretudo a *miséria das classes* – por sentir que nestas democracias industriais e materialistas, furiosamente empenhadas na luta pelo pão egoísta, as almas cada dia se tornam mais secas e menos capazes de piedade.”⁸²⁰

Atente-se, desta forma, à actualidade do pensamento de Eça:

“A fraternidade (dizia ele numa carta de 1886 que ainda conservo) vai-se sumindo, principalmente nestas vastas colmeias de cal e pedra onde os homens teimam em se amontoar e lutar; e, através do constante deperecimento dos costumes e das simplicidades rurais, o mundo vai rolando a um egoísmo feroz.”⁸²¹

Para além da crítica mordaz a uma sociedade “decadente” – tão característica da ironia de Eça – que foi ficando para trás, os problemas morais dessa mesma sociedade davam lugar a reflexões não menos humanas, mas mais espirituais:

⁸¹⁹ Eça de Queiroz, “O suave milagre”, *Contos*, Lisboa, 2008, p. 255.

⁸²⁰ Eça de Queiroz, *A Correspondência de Fradique Mendes*, Lisboa, 2002, pp. 92-93. O sublinhado é nosso.

⁸²¹ Idem, *ibidem*, p.94.

“ – Era necessário que viesse outro Cristo! – murmurei eu um dia.
Fradique encolheu os ombros:
- Há-de vir; há-de talvez libertar os escravos; há-de ter por isso a sua igreja e a sua liturgia; e depois há-de ser negado; e mais tarde há-de ser esquecido (...).”⁸²²

Poderá colocar-se a hipótese da imagem de Jesus, aqui, simbolizar também a de um homem vencido? Que teve ideais, aspirações, e que perto da morte questionou o abandono de Deus face à realidade vivida: “Meu Deus, meu Deus, porque me abandonaste?”⁸²³

A figura de Fradique Mendes, o heterónimo de Eça retratado como um *dandy* vencido, morreu no inverno de 1888⁸²⁴, exatamente no mesmo ano dos famosos jantares do grupo dos Vencidos da Vida. Algo findava, para algo iniciar.

Nesta realidade do vencidismo, onde muitas vezes só se revela a crítica e o pessimismo face à ideia de decadência que perpassava na época, em ambiente de crise, uma outra vertente poderá estar bem presente. Nessa ambiguidade do vencidismo em que a morte se cruza com a vida, o pessimismo com a esperança, a descrença com a crença, um Abranhos com um Nun’Álvares ou Jesus, o suicídio e o isolamento com jantares e encontros hedonistas, poderá aí estar velada uma outra realidade, as raízes religiosas e espirituais desta antropologia.

Até que ponto, o vencidismo, muito para além de uma atitude política ou literária, mas profunda e humanamente moral, não transporta em si uma enorme carga de espiritualidade? A manifestação do desalento e do fracasso poderá não ser traduzida em desistência, mas em fé, porque reveste-se de acção e, por isso mesmo, de luta. Nem sempre a fé é meramente contemplativa.

O vencidismo pode incluir em si, por isso mesmo, a componente de apocalipse: a ideia vencidista não implica só desistência e finitude. Pode ser também portadora de ideia de recomeço. É necessário desacreditar, para voltar a acreditar. Esse dualismo esteve presente em Eça. Na ambiguidade em que Eça de Queiroz sempre viveu, Isabel Pires de Lima, lembra em 2000, em plenos debates parlamentares que este autor

⁸²² Id., *ibidem*.

⁸²³ As mesmas palavras que inspiraram o intelectual Ruy Belo, em tempos de crise e desencanto, no seu poema “Os Vencidos do Catolicismo”.

⁸²⁴ “Assim, cheios de ideias, de delicadas ocupações e de obras amáveis, decorreram os derradeiros anos de Fradique Mendes em Paris, até que no inverno de 1888 a morte o colheu (...).”, Eça de Queiroz, *A Correspondência de Fradique Mendes*, Lisboa, 2002, p. 95.

“(…) soube criar tipos sociais e humanos que são do seu e de todos os tempos. Conselheiros Acácios, Condes Abranhos, Primos Basílios não faltavam no seu tempo, não faltam hoje, não faltarão amanhã, mas essas personagens dão-nos também e vivamente um retrato do século XIX, através da *mundividência de um intelectual vivendo em contradição o facto de se sentir simultaneamente empenhado e desencantado, crente na mudança e desiludido (…)*”.⁸²⁵

E mais adiante, Isabel de Lima conclui:

“Este é o Eça irónico, contraditório, ambíguo, dialecticamente duplo, que detesta e ama o seu país, que acredita na sua regeneração e se desencanta, se ilude e se desilude, se sente vencido e com isso ironiza.”⁸²⁶

A ironia sobre esse vencidismo, esteve latente na obra *Os Maias*, de teor descrente ou pessimista acerca do seu país. Repare-se neste trecho:

“- Não vale a pena, sr. Afonso da Maia. Neste país, no meio desta prodigiosa imbecilidade nacional, o homem de senso e de gosto deve limitar-se a plantar com cuidado os seus legumes. Olhe o Herculano... (…)
– A única coisa a fazer em Portugal – dizia ele (Carlos da Maia) – é plantar legumes, enquanto não há uma revolução que faça subir à superfície alguns dos elementos originais, fortes, vivos, que isto ainda encerre lá no fundo.”⁸²⁷

Para lá da aparente realidade vencedora, a problemática da decadência e da derrota, esteve presente no grupo, quer nas obras quer na vida de todos eles. Nessa militância cívica, que foi o seu papel como intelectuais, eles procuraram modelos exemplares, na busca duma moral cívica. E neste ponto, verifica-se que eram questões formuladas pela intelectualidade e não pelo povo. A dúvida ontológica da pátria era – e é – neste sentido, um problema da intelectualidade. Mas é precisamente nesse drama ontológico que residem raízes morais e profundamente espirituais. Segundo a tradição cristã, existe a crença na redenção porque o tempo é degradação, significa que se caminha para um fim. A ideia apocalíptica de fim é portadora de vida, de início e recomeço. O mesmo para a história. Para o historiador Fernando Catroga,

⁸²⁵ *Diário da Assembleia da República*, 20-X-2000, p. 459. O sublinhado é nosso.

⁸²⁶ *Idem, ibidem*, p. 460.

⁸²⁷ Eça de Queiroz, *Os Maias*, Lisboa, 2006, p. 391.

“Como se escrevia em 1880 (...) as comemorações cívicas deviam ser promovidas ‘em honra e para glória da humanidade para nortear estádios nesse caminhar incessante da civilização universal..., não para impor, em nome de um passado irrestaurável, às novas gerações, a adoração dose seus ‘fetiches’, a idolatria dos seus deveres...mas para lhes apontar o exemplo dos seus beneméritos’ (Manuel Emídio Garcia, 1880). A esta luz, explica-se que elas se objetivassem em ritualizações que enaltecessem figuras modelares, ou momentos de fastígio, para, escondendo o lado mais sombrio das coisas, exorcizar (e criticar) decadências do presente e alentar crenças na redenção futura, marcando, assim, os ritmos ascendentes (e, por contraste, os descendentes) da história.”⁸²⁸

As transformações enormes que a sociedade europeia vivia, no fim do século, trouxeram mudanças ao nível das mentalidades. O fim de uma civilização composta por uma ordem estabelecida pelas autoridades, monarquias e igrejas, pareciam ruir. Eram tempos de crise. E a “morte do cristianismo” era amplamente divulgada. É neste contexto que a ambiguidade morte/vida, crença/descrença, optimismo/pessimismo se afirmam como nunca. E a descontinuidade não é verdadeira, a descontinuidade está na retórica. O vencidismo nem sempre assume cariz pessimista. As dúvidas face ao destino de Portugal, que durante os tempos, de crise sobretudo, os intelectuais assumiram, não foram senão, e tomando as palavras de Eduardo Lourenço,

“a forma mais radical de recusar a sociedade portuguesa enquanto sociedade amorfa, sem ideal, interiormente satisfeita com a glosa do seu interminável crepúsculo de nação que há séculos entristeceu.”⁸²⁹

Essa recusa, que implica luta por um Portugal melhor, ou até mesmo pela sua viabilidade ou o seu destino⁸³⁰, não assume sempre tom pessimista. Um dos mais notórios exemplos é o de Teixeira de Pascoaes, o poeta da saudade, em que o passado é futuro. Através do saudosismo e de uma nostalgia pelo passado, que Teixeira de Pascoaes acreditava estar apegada ao povo português (nostalgia que já António Nobre pronunciara, sobretudo em *O Desejado*), este poeta simbolizou, pela saudade, uma nova religião, necessária a este ressurgimento de Portugal. O *Saudosismo* viria, desta forma, trazer a “criação, na alma do Povo, dum ideal religioso, que lhe provoque os sentimentos de heroísmo e sacrifício, sem os quais nenhuma nação pode viver.”⁸³¹

⁸²⁸ Fernando Catroga, *Memória, História e Historiografia*, Coimbra, 2001, p. 61.

⁸²⁹ Eduardo Lourenço, *O labirinto da saudade*, Lisboa, 2007, p. 114.

⁸³⁰ Cf. Fernando Catroga, *op. cit.*, p. 62.

⁸³¹ *Cit. in* José Mattoso (direc.), “A traição dos intelectuais – A Renascença Portuguesa”, *História de Portugal, A segunda fundação (1890-1926)*, vol.VI, Lisboa, 1994, p.533.

Numa época em que se fazia ressentir essa “morte do cristianismo” que os filósofos anunciaram em pleno século XIX, reforçava-se a crença coletiva no “nacionalismo político”. Um povo deveria ser detentor dessa crença ou sentimento. Muitos foram os intelectuais que, desta forma, procuraram nas tradições, na terra, nas lendas e mitos (como foi o caso de Garrett, Herculano e o próprio Pascoaes⁸³²), o fundamento de uma cultura nacional. Para Spengler, as culturas “são plantas que só vivem no solo donde brotam. A cultura significava a continuidade de um povo através da história e da sua ligação a uma terra.”⁸³³ Aquilo a que T.S. Eliot viria a descrever como “a encarnação de uma religião”.⁸³⁴ Ora o fundamento de um sentimento colectivo residiu, para Pascoaes, no saudosismo português. Algo metafísico que animava a alma da pátria. A sua religião.⁸³⁵ E é assim que, para Eduardo Lourenço, “entre a *Pátria* de Junqueiro e a *Mensagem* há a invenção suprema – e porventura a mais genial jamais saída da imaginação lusíada – a da *Pátria Saudade* de Teixeira de Pascoaes.”⁸³⁶

Enquadrando o destino pátrio numa aventura metafísica, Pascoaes encara D. Sebastião como “a maior saudade da alma portuguesa”. Para o poeta “ele (D. Sebastião) não morrera, desaparecera somente. E quem desaparece, deixa na sombra da sua ausência, a esperança d’um novo aparecimento.”⁸³⁷ Assim, a ideia criadora de um novo Portugal – ou o seu ressurgimento – defendido pela elite intelectual que o acompanhou, estava nesse optimismo que irradiou das palavras – paradoxalmente tristes e saudosas – da obra de Pascoaes. A sua obra só pode ser verdadeiramente compreendida, como diria Jorge de Sena, numa perspectiva histórica.⁸³⁸

Sobre este optimismo, Eduardo Lourenço escreveu que

⁸³² “O seu panteísmo saudosista, que estabelece uma dialéctica singular entre as coisas (a paisagem) e as palavras poéticas, combina-se também com o nacionalismo linguístico que revela a magia e a introduzibilidade de certos lexemas como saudade, ermo, remoto, luar, sombra, nevoeiro, medo, oculto, etc., aliás recorrentes nos seus poemas.” Vítor Viçoso, “O saudosismo de Teixeira de Pascoaes e a identidade cultural portuguesa.”, *Encontro com Teixeira de Pascoaes no cinquentenário da sua morte*, Lisboa, 2004, p.100.

⁸³³ Cf. José Mattoso (direc.), “A invenção de Portugal – a religião dos tempos modernos: a ideia de cultura”, *op. cit.*, p. 566.

⁸³⁴ Idem, *ibidem*, p.567.

⁸³⁵ Contradição aparente do republicanismo, que parecia encerrar em si uma análise científica da sociedade, que se opunha teoricamente às ideias tão espirituais e metafísicas que muitos dos seus homens partilhavam, como o caso de Junqueiro, Sampaio Bruno e Pascoaes, entre outros. Veja-se, a este propósito, Fernando Catroga, *O Republicanismo em Portugal – da formação ao 5 de outubro de 1910*, Coimbra, 1991.

⁸³⁶ Eduardo Lourenço, “Da literatura como invenção de Portugal”, *O labirinto da saudade*, Lisboa, 2007, p. 99.

⁸³⁷ Teixeira de Pascoaes, “A essência poética do sebastianismo”, *cit. in* Fernando Pessoa (compil.), *Regresso ao sebastianismo*, [s.l.], 1950, p. 207.

⁸³⁸ Jorge de Sena, *A poesia de Teixeira de Pascoaes*, Porto, Brasília, 1982, p. 26.

“Portugal dos fins do século XIX, princípios do XX (...), assistirá, estupefacto e incrédulo a uma operação de magia poética incomparável destinada a subtraí-lo, para sempre àquele complexo de inferioridade anímico que a Geração de 70 ilustrara com tão negra e fulgurante verve. O verbo de Pascoaes rasura ou dissolve a nossa pequenez objectiva, onde enraízam todos os temores pelo nosso futuro e identidade.”⁸³⁹

Para Jacinto do Prado Coelho, a mensagem de Pascoaes não foi só poética, mas social, política e religiosa⁸⁴⁰. A saudade adquire, assim, uma dimensão espiritual. Saudade, que tantas vezes é lembrada pela intelectualidade portuguesa, e que, estaria intimamente ligada à vocação de Portugal como destino. É precisamente neste ponto, Portugal como destino, e nesse cruzar da inquietação da viabilidade da existência pátria, de onde sobressai o vencidismo, que temas como a saudade, messianismo e sebastianismo emergem. Repare-se que um sentimento recorrente nas elites (em tempos de crise) é a saudade dos tempos áureos da pátria, saudade que só faz, portanto, sentido, face a um passado e, deste modo, a um presente de crise (e por isso, na maioria das vezes acaba por estar intimamente ligada às acusações da história-tribunal). Nesses momentos, é reavivado o messianismo, quase como que uma necessidade na imagética pátria, onde o sebastianismo ocupa um lugar muito próprio. A questão da decadência e o vencidismo seriam, porventura, o fio nivelador de todo este quadro. Ora vejamos: sobre a palavra saudade, Carolina M. de Vasconcelos, escreveu o seguinte,

“(...) o representante moderno, nascido da fusão de *soidade* com *saudade-salutate* *saudar saúde saudações*, ficou apenas com os sentidos derivados de *a)* lembrança dolorosa de um bem que está ausente, ou de que estamos ausentes, e desejo e esperança de tornar a gozar dele *b)* expressão desse afeto dirigido a pessoas ausentes. Esse bem desejado, ausente, pode ser: tanto a terra em que nascemos, o lar e a família, os companheiros da infância, como a bem-amada, ou o bem-amado. Com respeito a este sentido, designa sobretudo o vácuo nostálgico ou o peso esmagador que nas ausências dilata ou oprime o coração humano – agravado, quantas vezes, pelo arranhar da consciência (o ‘gato’ de Heine); pelo remorso que nos acusa de não havermos estimado, aproveitado e efusivamente reconhecido o bem que possuíamos.”⁸⁴¹

Joaquim de Carvalho, ao abordar a “problemática da saudade”, implica-a no próprio percurso da modernidade:

⁸³⁹ Eduardo Lourenço, *op. cit.*, p. 100.

⁸⁴⁰ Jacinto do Prado Coelho, *cit. in* Manuel Almeida Freire, *Para uma leitura da poesia de Antero de Quental, Teixeira de Pascoaes, Afonso Duarte, Poetas do Sagrado*, Lisboa, 1996, p. 60.

⁸⁴¹ Carolina M. de Vasconcelos, *A saudade portuguesa*, Lisboa, 1996, pp.55-56.

“A presença espiritual da ausência outrora vivida e agora desejada, que é porventura a essência da saudade, desentranha alguns problemas, como o da realidade vital do tempo, o da realidade da mudança e da alteração.”⁸⁴²

Segundo Joaquim de Carvalho, a saudade é a consciência de perda de bens de outrora, logo, está intimamente relacionada com o momento presente, assume-se como atitude perante o que se vive:

“O estar saudoso exprime psicologicamente um estado em que a consciência opõe ao que lhe é dado na experiência patente a preferência de algo já vivido e ausente. O passado é representado em conexão de algo actual e presente, cuja dimensão afectiva é inferior à dimensão afectiva do passado representado.”⁸⁴³

Mário Garcia (S.J.) define a saudade – “a palavra intraduzível por excelência” – como sendo “filha da nossa iniciativa aventureira que nos lança na Descoberta do mundo. As palavras intraduzíveis fluem do inconsciente quimérico, são portadoras de vida humana (...).”⁸⁴⁴

A modernização é uma constante, é necessária. Contudo, é em momentos de crise que surgem as alusões às épocas de ouro que Portugal teve, às suas glórias e grandezas passadas⁸⁴⁵. O decadentismo alimenta-se, porventura, desse mito. E a crise de decadência gera um problema de consciência cívica e um problema moral e espiritual: as saudades do que se tem e se perdeu. Há, nestes períodos críticos da história de Portugal, a exaltação em torno de figuras que não vingaram, como o caso do rei D. Pedro V em que foram colocadas tantas expectativas, ou de um passado D. Sebastião, fonte de inspiração de lendas, mitos, quimeras e de uma espiritualidade únicas. Todos estes mitos abordam uma complexa rede de problemas, mas um deles é, inequivocamente, o da fé. Fé pelo que não se vê, não se tem, mas espera-se. As trovas de Bandarra foram reimpressas em 1603, por D. João de Castro, em pleno domínio filipino; e em 1809, aquando das invasões napoleónicas. Depois do desaparecimento misterioso de D. Sebastião em Alcácer-Quibir, o libertador era o Rei derrotado, mito nacional, designado por sebastianismo, que, para José Hermano Saraiva

⁸⁴² Joaquim de Carvalho, “Problemática da saudade”, *Obra Completa*, V, Lisboa, 1978, p.114.

⁸⁴³ Idem, *ibidem*, p. 119.

⁸⁴⁴ Mário Garcia (S.J.), *Um olhar sobre Pascoaes*, Braga, 2000, pp.35-36.

⁸⁴⁵ Para Herculano “A glória adquirida nessa época foi das maiores que o mundo tem visto; mas comprámo-la com a desgraça futura, com a morte de toda a esperança, com o tragar golo a golo, por séculos, um cálix imundo de males e afrontas.”, *Opúsculos*, t. VI, p.35, cit in Joel Serrão, “Decadência”, *Dicionário de História de Portugal*, Lisboa, 1971, p.786.

“É uma maneira cómoda de falar do povo sem fazer nada por ele. É um alibi que prefere interpretar como mito poético ou aceitar como tema de ensaio uma atitude cujas verdadeiras raízes são o subdesenvolvimento, a credulidade, a conformação que nem sequer há a coragem de se confessar abertamente, porque se ilude a si mesma com a esperança de uma libertação gratuita, vinda de fora, descida do céu (...). Mas sempre uma libertação em que não tenhamos de correr grandes riscos, abdicar seja do que for, assumirmo-nos a nós próprios ou à nossa verdade. Que nos dispense, em suma, de sermos nós o D. Sebastião.”⁸⁴⁶

António Nobre, Sampaio Bruno e mesmo Fernando Pessoa, foram algumas das muitas figuras da intelectualidade que se debruçaram sobre este mito⁸⁴⁷. Oliveira Martins teve um outro tipo de messianismo sebástico⁸⁴⁸, mas não menos espiritual.

Também foi a aura de messianismo que envolveu o político João Franco, quando o Rei o chamou ao poder em 1906. Rocha Martins escreveu sobre este “Messias legalista”: “Por todo o país o enalteciam; realmente uma aura de messianismo passava, chegava como uma fé de outras idades nesse homem.”⁸⁴⁹ A ponto de, por seu turno, o Teatro do Príncipe Real, fazer chacota do caso, através do ator Eduardo Vieira:

“Eu xá fui um dictador
Mas na época atual
Xou Messias salvador
Xiou um grande liberal.”⁸⁵⁰

Já para António Sérgio, “O Messianismo terá vida (ou poderá tê-la) enquanto se impuser a este povo, para comparar e contrapor à sua efémera grandeza, o espectáculo persistente da sua lúgubre decadência.”⁸⁵¹ Donde, o exemplo da República, que simbolizou para alguns uma esperança, tornada realidade:

⁸⁴⁶ José Hermano Saraiva, *Outras maneiras de viver. Temas portugueses*, Lisboa, 1979, p. 121. Manuel Laranjeira foi também uma das figuras que mais rejeitou o messianismo: “Eu não sou duvidando da redenção messiânica da nação, somente porque me repugne acreditar que os milagres lendários de Moisés se repitam nestes escabrosos tempos de determinismo. A razão é sobretudo outra: a experiência da nossa salvação messiânica está tristemente feita. O messianismo em Portugal faliu.” Manuel Laranjeira, *O Norte*, 7-01-1908, cit. in “Pessimismo Nacional”, *Regards sur deux fins de siècle (XIX-XX)*, p. 130.

⁸⁴⁷ Também Luiz de Magalhães, em 1898, publicou o poema *D. Sebastião*.

⁸⁴⁸ Um messianismo sebástico quase “obsessivo”, para António Bettencourt Machado Pires, *A ideia de decadência na Geração de 70*, Lisboa, 1980, p. 255.

⁸⁴⁹ Rocha Martins, *João Franco e o seu tempo*, Lisboa, s.d. p. 55.

⁸⁵⁰ Cit. in Rocha Martins, *op.cit.*, p. 246.

⁸⁵¹ António Sérgio, “Interpretação não romântica do sebastianismo”, *Ensaaios*, Tomo I, Lisboa, 1972-76, p. 250.

“Raramente uma mudança de regime terá sido recebida com raro entusiasmo, com tão unânime alegria, por Portugal inteiro, de lés a lés, como se, de facto, o país inteiro aguardasse há muito a queda da monarquia de quase oito séculos para expandir enfim o seu incontido júbilo, como se aquela tivesse sido efectivamente uma lóbrega opressão sobre um povo insofrido, cativo e infeliz, que assim davas largas a um apoteótico sentimento de resgate.”⁸⁵²

Ainda sobre o sebastianismo, em 2004, num congresso promovido pela Academia Portuguesa de História subordinado ao tema “O sebastianismo. Política, Doutrina e Mito (séc. XVI-XIX)”, Maria do Rosário Themudo Barata associou o Sebastianismo às crises, associando-o a uma dinâmica de esperança e resistência. Leia-se, contudo, o que escreveu Luís Farinha:

“E podem ainda hoje subsistir dúvidas sobre se D. Sebastião sobreviveu a Alcácer-Quibir? Pelos vistos, podem, como decorre da comunicação de Maria Leonor Machado de Sousa (UNL) sobre a lenda do “Prisioneiro de Veneza”, um D. Sebastião peregrino, que viajou pela Dalmácia, pela Sicília, antes de aportar a Roma como um cativo fugido de Fez. Uma interpretação que pretende ‘manter’ vivo D. Sebastião, mesmo para lá de todas as possibilidades reais – militares, humanas... Assim se (re)constrói o mito.”⁸⁵³

As múltiplas interpretações dadas ao sebastianismo não são o foco deste estudo, todavia, importa reter a questão da crença e da descrença do messianismo, em épocas de crise e, sobretudo as inúmeras alusões a D. Sebastião, sendo-lhe favoráveis ou não. Relembremos a figura de Sebastião criada por Manuel Alegre, em *Jornada de África*. De facto, a questão da grandeza pátria passada e a questão da saudade que lhe está intimamente ligada, é uma constante nas obras dos intelectuais portugueses: um império perdido, a grandeza de um passado heroico, mitos nacionais, personagens históricas homenageadas e exaltadas, como modelos de virtude cívica, um novo regime político encarado como salvador (tanto no caso da República Parlamentar como no caso do Estado Novo)... Parece-nos que nesse seu desencanto de um Portugal em crise, a luta persiste, ocultando a esperança, e porventura, a fé, ainda que sob o signo do vencidismo. Através da poesia, também o decadentismo e o simbolismo, trouxeram consigo essa enorme carga mística. Tornaram-se conhecidas as palavras de Luís de Montalvor, na sua *Tentativa de um ensaio sobre a Decadência*, em 1916: “Só são decadentes os que

⁸⁵² João Medina, “Oh! A República!...” *Estudos sobre o Republicanismo e a Primeira República Portuguesa*, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1990, p.43.

⁸⁵³ Luís Farinha, “O sebastianismo”, *História*, novembro 2004, p. 17.

receberam o mandato de Deus e da Beleza.”⁸⁵⁴ Em 1916 Portugal entrou na Grande Guerra, por outro lado, foi um tempo em que a República germinava já fragilidades que lhe haveriam de ser fatais.

Adoptando a clássica figura órfica cuja missão é não olhar para trás, a geração de homens como Almada Negreiros, Mário de Sá-Carneiro, Fernando Pessoa⁸⁵⁵ – apropriou-se do epíteto de Modernistas, rumo a um novo caminho para a sua pátria:

“Uma época não é apenas uma questão de tempo, mas essencialmente um sentido de novo no eterno. (...) Isso de ser moderno é como ser elegante: não é uma maneira de vestir, mas sim uma maneira de ser.”⁸⁵⁶

A esta afirmação de Almada Negreiros, parece-nos, contudo, que num contexto de crítica às crises que Portugal vinha a sofrer de uma forma mais ou menos intensa desde meados do século XIX, impõe-se uma leitura legitimadora de que o presente estava decadente e de que era preciso inovar⁸⁵⁷. Ora, este desejo de inovação, que de certa forma Pascoaes já apregoara com a sua ideia de “regeneração criadora”, associado às mudanças culturais por que a Europa passava propiciaram esse “novo caminho” que esse grupo de homens revolucionariamente apontou. Repare-se, contudo, segundo a expressão de Álvaro de Campos no seu *Ultimatum*: “Se eu soubesse o método, seria eu próprio toda esse geração! Mas eu só vejo o caminho; não sei onde ele vai ter.”⁸⁵⁸

Mas seria novo, contudo, o motivo de contestação destes homens, ou o seu desejo de ruptura? Repare-se que a abordagem do problema nacional, bem como a dualidade pessimismo/optimismo e decadência/regeneração, continuaram a atormentar os homens do Orpheu, como décadas antes acontecera com a Geração de 70. As suas preocupações não eram novas, apesar dos ideais serem revestidos de mudança:

“Nós vivemos numa pátria onde a tentativa democrática se compromete quotidianamente. A missão da República portuguesa já estava cumprida desde antes do 5 de Outubro a mostrar a decadência da raça. Foi sem dúvida a República portuguesa que provou conscientemente a todos os cérebros a ruína da nossa raça, mas o dever

⁸⁵⁴ Luís de Montalvor, “Tentativa de um ensaio sobre a Decadência”, *Revista Centauro*, Edição facsimilada, Lisboa, 1916, pág. 12.

⁸⁵⁵ Segundo Oscar Lopes, esta geração “terá produzido a maior revolução poética portuguesa do século XX”, “Geração de Orpheu”, *História da Literatura Portuguesa*, Porto, 2008, p. 993.

⁸⁵⁶ Almada Negreiros, *Manifestos e conferências*, Lisboa, 2006, p. 306.

⁸⁵⁷ Cf. Elisabete Francisco, “Sinais de vencidismo na literatura da I República”, *Letras com vida*, 2.º semestre 2010, pp. 217-218.

⁸⁵⁸ Álvaro de Campos, *Ultimatum*, Lisboa, 2006, p. 16.

revolucionário da República portuguesa teve o seu limite na impotência da criação. Hoje é a geração portuguesa do século XX quem dispõe de toda a força criadora e construtiva para o nascimento de uma nova pátria *inteiramente portuguesa e inteiramente actual*, prescindindo em absoluto de todas as épocas precedentes.”⁸⁵⁹

Aos termos *decadência* e ruína (da nossa raça), da citação de Almada, opõe-se a teoria desta nova geração: apropriados dessa “força criadora e construtiva”, estes homens, à semelhança da própria figura de Orfeu que simbolizaram em si, desprenderam-se – ou tentam desprender-se – do passado. Contudo, a questão é polémica se tomarmos o caso de Fernando Pessoa: “Onde estão os antigos, as forças, os homens, os guias, os guardas?”⁸⁶⁰ Apesar da iminente crítica ao presente, Pessoa alude aos “antigos” e não rejeita a sua “raça”: “Eu, raça dos Descobrimentos, desprezo o que seja menos que descobrir um mundo novo.”⁸⁶¹

À inadaptação pessoal de Pessoa, juntou-se a essência da saudade de “qualquer coisa”, que se associaria ao messianismo político nacional. Por isso, quando em 1912 o poeta profetiza, no seu “Super Camões”, um futuro glorioso para Portugal, não lhe é alheia a ideia do retomar a grandeza nacional passada. De facto, como se nota em Álvaro de Campos, não é o passado que é rejeitado: “Dai Homeros à Era das Máquinas, ó Destinos Científicos! Dai Miltons à Época das Coisas Eléctricas, ó deuses inferiores à matéria!”⁸⁶²

Com o nostálgico tom português do messianismo, o desejo do futuro, em Pessoa, passaria por uma recuperação mítica do passado. E, nesse sentido, aproximou-se de Pascoaes (com o seu “futuro, aurora de passado”), afastando-se dos futuristas. O seu tom é contrário à “reductora e decadentista leitura”⁸⁶³ – nas palavras de Vítor Viçoso –, de Almada Negreiros sobre o saudosismo: “A saudade prejudica a raça tanto no seu sentido atávico porque é decadência, como pelo seu sentido adquirido, porque definha e estiola.”⁸⁶⁴

Talvez, por isso, Pessoa tenha afirmado: “os artistas de ORPHEU pertencem cada um à escola da sua individualidade própria, não lhes cabendo, portanto (...) designação

⁸⁵⁹ Almada Negreiros, *op. cit.*, p. 25.

⁸⁶⁰ Álvaro de Campos, *op. cit.*, p. 5.

⁸⁶¹ Idem, *ibidem*, p. 10.

⁸⁶² Id., *ibidem*, p. 9.

⁸⁶³ Vítor Viçoso, “O saudosismo de Teixeira de Pascoaes e a identidade cultural portuguesa”, *Encontro com Teixeira de Pascoaes no cinquentenário da sua morte*, Lisboa, 2004, p. 101.

⁸⁶⁴ Almada Negreiros, *Portugal futurista*, Lisboa, 1917, p. 37.

alguma colectiva.”⁸⁶⁵ Repare-se que um dos principais mentores do Modernismo português, Mário de Sá-Carneiro, criticou o “novo” porque de diferente e tentativa de ruptura se tratava:

“Desse Amadeo Cardoso tenho ouvido falar muito elogiosamente ao Santa-Rita e vi uns quadros dele, sem importância e disparatados, no Salão de Outono. Tratava-se de uma turbamulta de bonecos – era um inferno, um purgatório ou qualquer coisa assim.”⁸⁶⁶

Num desprezo pelo presente que as gerações do passado também cometeram, a I República apontou, assim, pela pena dos intelectuais, o seu contributo cultural e cívico. O drama espiritual era, pois, de dimensão colectiva. As dores que num contexto literário pareciam ser individuais, porque vindas de autores literários de cariz único, tornavam-se, diante duma análise do contexto histórico dos tempos, que eram de crise, dramas colectivos. E o pessimismo das suas palavras, buscava “composição numa grande religiosidade poética”⁸⁶⁷. Revestindo o Amor de mágoa, incerteza, dor, saudade, sonho e as palavras aportando consigo metáforas de pessimismo e nostalgia, os poetas da dor falavam de si, num contexto pátrio conturbado:

“Eu sou a que no mundo anda perdida,
Eu sou a que na vida não tem norte,
Sou a irmã do Sonho, e desta sorte
Sou a crucificada...a dolorida...
(...)
Sou aquela que passa e ninguém vê...
Sou a que chamam triste sem o ser... Sou a que chora sem saber porquê...”

(Florbela Espanca, “Eu”, *Livro de Mágoas*⁸⁶⁸)

“Deixai entrar a Morte, a Iluminada,
A que vem para mim, pra me levar.
Abri todas as portas par em par

⁸⁶⁵ Fernando Pessoa *cit.in* Fernando Cabral Martins, “Vanguarda”, *Dicionário de Fernando Pessoa e do Modernismo Português*, Lisboa, 2008, p. 568.

⁸⁶⁶ Mário de Sá-Carneiro, *Cartas a Fernando Pessoa*, Lisboa, 1979, p. 91.

⁸⁶⁷ José Carlos Seabra Pereira, *Decadentismo e Simbolismo na Poesia Portuguesa*, Coimbra, 1975, p. 122.

⁸⁶⁸ Florbela Espanca, *Sonetos*, Lisboa, 2001, p. 27. Na introdução a esta edição de *Sonetos*, Ângela Marques contextualiza o tempo histórico da poetisa: O período em que viveu Florbela Espanca foi conturbado em Portugal, pois entre o ano de 94 no século XIX e 1930 quase só houve tempo para mudanças, tanto a nível histórico-político, quanto cultural. A década de 90 ficaria marcada pelo *Ultimatum* inglês, que contribuiu para a vaga de desalento nacional, e define-se também pelo decadentismo mais ou menos inevitável nos fins de século. Por isso o nascimento da poetisa quatro anos mais tarde surge num contexto pouco promissor. “Introdução”, *Sonetos*, Lisboa, 2001, p. 6.

Como asas a bater em revoada.

Que sou eu neste mundo? A deserdada
A que prendeu nas mãos todo o luar,
A vida inteira, o sonho, a terra, o mar
E que, ao abri-las, não encontrou nada!”

(Florbela Espanca, “Deixai entrar a Morte”, *Reliquiae*⁸⁶⁹)

Repare-se, ainda, em Florbela Espanca, a seguinte estrofe do poema “Loucura”, em que fala de Deus - como em tantos outros poemas, aliás -, no meio da “derrocada”:

“Tudo cai! Tudo tomba! Derrocada
Pavorosa! Não sei onde era dantes.
Meu solar, meus palácios, meus mirantes!
Não sei de nada, Deus, não sei de nada!...”⁸⁷⁰

Contemporânea de Fernando Pessoa e de Mário de Sá Carneiro (dois dos maiores vultos do Modernismo português), a sua poesia buscou forte inspiração na poesia do “Santo Antero” e, sobretudo naquele que foi o seu ídolo poético, António Nobre⁸⁷¹, cujo poema sobre o pessimismo do ser português, escrito em 1889, marcaria a literatura e a história da cultura em Portugal:

“Em certo Reino, à esquina do Planeta,
Onde nasceram meus Avós, meus Pais,
Há quatro lustres, viu a luz um poeta
Que melhor fora não a ver jamais.

Mal despontava para a vida inquieta,
Logo ao nascer, mataram-lhe os ideais,
À falsa fé, numa traição abjecta,
Como os bandidos nas estradas reais!

E embora eu seja descendente, um ramo

⁸⁶⁹ Florbela Espanca, *Sonetos*, Lisboa, 2001, p. 187.

⁸⁷⁰ Florbela Espanca, “Loucura”, *Reliquiae, op.cit.*, p. 186.

⁸⁷¹ “O seu primeiro livro caracteriza-se pela forte influência de Antero, por exemplo, na escolha do soneto e do tom tardo-romântico, “*Livro de Mágoas...Dores...Ansiedades!// Livro de Sombras..Névoas e Saudades!*”, de Camões, “*Sou aquela que passa e ninguém vê.../ Sou a que chamam triste sem o ser...*” e sobretudo daquele que declaradamente é o seu ídolo poético, António Nobre, “*Tarde de sonho, as tardes de novenas/Tardes de Portugal, as tardes de Antão*”, mas a quem deseja ultrapassar no sofrimento, como se vê no último soneto: “*Os males de Antão toda a gente os sabe!// Os meus...ninguém...A minha Dor não cabe/Nos cem milhões de versos que eu fizera!...*”, Ângela Marques, “Introdução”, *Sonetos*, Lisboa, 2001, p. 17.

Dessa árvore de heróis que, entre perigos
E guerras, se esforçaram pelo Ideal:

Nada me importas, País! Seja meu Amo
O Carlos ou o Zé da Teresa...Amigos,
Que desgraça nascer em Portugal!”⁸⁷²

No entanto, todos eles foram marcados por um contexto histórico e social, em que a religião e Deus eram postos em causa. “Mágoas; dores; ansiedades; noite; nevoeiro; morte...” foram palavras comuns à poesia de muitos destes intelectuais. Florbela Espanca denunciou, ao falar de si, este complexo paradoxo da ambiguidade optimismo/pessimismo e crença/descrença existente em autores passados e nos seus contemporâneos, caracterizando-se como “uma céptica que crê em tudo, uma desiludida cheia de ilusões”⁸⁷³. Chegará a escrever, numa carta ao seu apaixonado Battelli datada de 26-VIII-1930: “Não, não falaremos de política nem de religião; não nos entenderíamos. Sou pagã e anarquista (...).”⁸⁷⁴

Fernando Pessoa nota o mesmo registo:

“Não acredito em Deus porque nunca o vi.
Se ele quisesse que eu acreditasse nele,
Sem dúvida que viria falar comigo
E entraria pela minha porta dentro
Dizendo-me *Aqui estou!*”⁸⁷⁵

As contradições reveladas por uma série de poetas e escritores, mostravam também os tempos dúbios que se viviam, entre a realidade de um Portugal em crise e a esperança e, paradoxalmente a fé, sendo precisamente em tempos difíceis que se falava de Deus. Em “Tabacaria” (1928), Álvaro de Campos deixa antever nas suas palavras essa dicotomia:

“Não sou nada.
Nunca serei nada.
Não posso querer ser nada.

⁸⁷² António Nobre, “Sonetos, 2”, *Só*, Porto, 1999, p.131. O sublinhado é nosso.

⁸⁷³ Florbela Espanca, “Carta de 27-07-1930”, *cit in* Ângela Marques, “Introdução”, *Sonetos*, Lisboa, 2001, p. 15.

⁸⁷⁴ *Cit. in*, Ângela Marques, “Introdução”, *op. cit.*, p. 16. Em carta ao pai, contudo, Florbela acabaria por escrever: “Eu continuo conservadora, pois que tenho um medo que me pélo dos bombistas, dos revolucionários civis e desses diabos todos que me parece que têm o diabo no corpo; só fui vermelha nos tempos da monarquia. (...)”, *Idem, ibidem*, p.14.

⁸⁷⁵ Fernando Pessoa, “O Guardador de Rebanhos”, *in* Adolfo Casais Monteiro (introd.) *Poesia de Fernando Pessoa*, Lisboa, 2006, p. 122.

À parte isso, tenho em mim todos os sonhos do mundo.”⁸⁷⁶

E confessa-se, neste seguimento, um “vencido”: “Hoje estou vencido, como se soubesse a verdade.”⁸⁷⁷

Repare-se na seguinte estrofe, ainda do mesmo poema (“Tabacaria”):

“Quantas aspirações altas e nobres e lúcidas
(...) Nunca verão a luz do sol real nem acharão ouvidos de gente?
O mundo é para que nasce para o conquistar
E não para quem sonha que pode conquistá-lo, ainda que tenha razão.”⁸⁷⁸

Se tivermos em conta as palavras do “vencido” Eça de Queiroz, décadas antes, acerca dos objetivos e sonhos que muitas vezes acabam em desilusão, encontramos paralelismo na metáfora: “Para um homem, o ser vencido ou derrotado na vida depende, não da realidade aparente a que chegou – mas do ideal íntimo a que aspirava.”⁸⁷⁹

Tal como em Nobre, que fala dos “ideais” que lhe foram mortos à nascença (“Soneto 2, *Só*), há um desencontro nítido entre o que o homem sonha, e o que a realidade é, em Pessoa:

“Tenho sonhado mais que o que Napoleão fez.
Tenho apertado ao peito hipotético mais humanidades do que Cristo.
Tenho feito filosofias em segredo que nenhum Kant escreveu.
Mas sou, e talvez serei sempre, o da mansarda,
Ainda que não more nela;
Serei sempre *o que não nasceu para isso*;
Serei sempre *só o que tinha qualidades*;
Serei sempre o que esperou que lhe abrissem a porta ao pé de uma parede sem porta,
E cantou a cantiga do Infinito numa capoeira,
E ouviu a voz de Deus num poço tapado. Crer em mim? Não, nem em nada.”⁸⁸⁰

Neste registo, muitos eram os poetas que desacreditavam Deus e nessa descrença, paradoxalmente afirmavam a Sua existência. Repare-se que, nesse seu vencidismo, Pessoa insiste em falar de Deus:

“Fogem desmantelados, últimos restos,
Da ilusão final,

⁸⁷⁶ Álvaro de Campos, “Tabacaria”, in Adolfo Casais Monteiro (introd.) *op.cit.*, p. 169.

⁸⁷⁷ Idem, *ibidem*.

⁸⁷⁸ Id., *ib.*, p.170.

⁸⁷⁹ *O Tempo*, 29 -III-1889, p. 1.

⁸⁸⁰ Álvaro de Campos, “Tabacaria”, in Adolfo Casais Monteiro (introd.) *op.cit.*, p. 171.

Os meus exércitos sonhados, derrotados sem ter sido,
As minhas coortes por existir, esfaceladas em Deus.”⁸⁸¹

E fala sobre a sua cidade, Lisboa, em jogos de palavras:

“Outra vez te revejo,
Cidade da minha infância pavorosamente perdida...
(...)
Outra vez te revejo,
Sombra que passa através de sombras, e brilha
Um momento a uma luz fúnebre desconhecida,
E entra na noite como um rastro de barco se perde,
Na água que deixa de se ouvir...”

Outra vez te revejo,
Mas aí, a mim não me revejo!
Partiu-se o espelho mágico em que me revia idêntico,
E em cada fragmento fatídico vejo só um bocado de mim –
Um bocado de ti e de mim!...”⁸⁸²

Sobressaem os termos “sombras”, “luz fúnebre”, “noite”, e expressões pessimistas: um barco que se perde, a água que deixa de se ouvir, um espelho que se parte, fragmentos e bocados (do poeta e da sua cidade) ... Se lembrarmos a seguinte passagem d’*Os Maias*, de Eça, novamente encontramos paralelismo de pensamento:

“Depois ao fundo, encaixilhada como uma tela marinha nas cantarias dos dois altos prédios, a curta paisagem do Ramalhete, um pedaço de Tejo e monte, tomava naquele *fim de tarde* um tom mais *pensativo e triste*: na tira de rio um pacote fechado, preparado para a vaga, ia descendo, *desaparecendo logo, como já devorado pelo mar incerto*; no alto da colina *o moinho parara*, transido na larga friagem do ar; e nas janelas das casas, à beira da água, *um raio de sol morria*, lentamente sumido, esvaído na primeira cinza do *crepúsculo*, como um resto de *esperança* (...)”⁸⁸³

Há todo um cariz místico nestas passagens, prenunciadoras de um fim, anunciador de morte. A morte de algo, que implica um renascer, uma esperança.

O rasto deixado pela “primeira grande geração” – a “primeira geração perdida de Portugal (gloriosamente perdida)”⁸⁸⁴, nas palavras de Eduardo Lourenço que questionou a viabilidade de Portugal e apontou a sua “fragilidade ôntica”, persistiu, portanto, na

⁸⁸¹ Idem, *ibidem*, p.167.

⁸⁸² *Id. ib.*, p. 168.

⁸⁸³ Eça de Queiroz, *Os Maias*, Lisboa, 2006, p. 719.

⁸⁸⁴ Eduardo Lourenço, *O labirinto da saudade*, Lisboa, 2007, p.92.

literatura⁸⁸⁵. Note-se esta marca na poesia de Ruy Belo, onde além das referências implícitas a membros da Geração de 70, e aos Vencidos da Vida, são flagrantes as expressões utilizadas por essa mesma “geração”:

“Epopéia de um povo e epitáfio
era o poema para o despedido antero
e o herculano reformado pensaria o mesmo
Em vez de renegar a nacionalidade não será melhor
sondar o insondável oceano que separa
homens privados da sua condição de portugueses
por décadas sovados humilhados arrasados
(...)”

Porco adormecido do eça não será a nossa pátria?
Mas a terra é pequena e não é grande a gente
Desde o tormento metafísico de antero
até ao *dias irae* destes dias
em que mãos desabrocha algum possível Portugal?
A mesma gente sonolenta interminável passa
Junto do pétreo rosto triste de camões
*Vencidos pela vida vence-nos a morte (...)*⁸⁸⁶

A crise sentida na época em que viveu Ruy Belo, levou a que muitos intelectuais continuassem a falar de morte. Teria, provavelmente, essa simbólica da morte um sentido iniciático e fê, uma esperança, encerradas nessas palavras desiludidas, pessimistas, vencidistas dos poetas e intelectuais, como neste exemplo, ainda, de Ruy Belo, o descrente do catolicismo vigente:

“Falhámos também nós ó nobre somos uma geração perdida
uma lua amarela e tibia amordaçada
na noite de um país retrógrado e agrário
Saia das nossas mãos inúmeras se não
já a revolução uma atitude ou maldição
ou de contrário a demissão da qualidade de país (...)⁸⁸⁷

⁸⁸⁵ Eduardo Lourenço apontou esta realidade em *O labirinto da saudade*: “Este sentimento de fragilidade ôntica relativo à existência pátria durante todo o século XIX, a consciência de uma permanente ameaça, atingiram proporções que hoje nos parecem absurdas, descabeladas (românticas, no sentido desorbitado da expressão), mas as suas ondas de choque vão contaminar quase todas as grandes manifestações literárias capitais do século, de Garrett a Pascoaes, passando pelo poema antiespanhol em primeiro grau de Tomás Ribeiro (...). Nesta estrutura de pânico anímico se inscrevem autores tão diversos como Garrett, Herculano, Antero, Eça, Oliveira Martins, mas igualmente Nobre, Junqueiro, Sampaio Bruno.” Eduardo Lourenço, *op. cit.*, p. 87.

⁸⁸⁶ Ruy Belo, “Pequena história trágico-terrestre”, *País Possível, Obra poética de Ruy Belo*, Lisboa, 1998, p.77. O sublinhado é nosso.

⁸⁸⁷ Idem, *ibidem*.

A referência à morte, é uma constante:

“Vivemos convivemos resistimos
sem bem saber que em tudo um pouco nós morremos (...)”

(Ruy Belo, “A flor da solidão”)⁸⁸⁸

O poeta é explícito nestas suas palavras: “Aqui em Portugal aqui na vasta praia portuguesa/aqui nasci e ao nascer morri.”⁸⁸⁹

Exemplo de vencidismo, a poesia de Ruy Belo contempla as metáforas da morte:

“Tudo é alegre e triste como o é lisboa
cidade de pessoa e de cesário
tudo é desgraçado como ter nascido
amigos meus e de anto em portugal
país que só existe em pensamento
país morto no mar ou na memória (...)”⁸⁹⁰

“Saudade” e “morte”, associados ao mar estiveram presentes na intelectualidade portuguesa, em diferentes épocas. Repare-se quando em 1951, na Arrábida, Sebastião da Gama escreveu o poema “Nosso é o Mar”:

“Nosso é o Mar. Nosso e renosso.
P’la dor, p’la teimosia, pela esperança.
Nosso até onde a vista o não alcança.
Nosso até onde é nosso o que for nosso.

Mas depois de o ter ganho abandonámos
Alma e corpo à fadiga de o ter ganho.
Bartolomeu, não olhes. Não despertes
Do sono que te dorme há cinco séculos.
(...)

Nós mortos! Nós sem força! Nós, sem fogo,
De uma saudade mole possuídos!”⁸⁹¹

⁸⁸⁸ Ruy Belo, “A flor da solidão”, *cit. in* Joaquim Manuel Magalhães (introd.) *Obra poética de Rui Belo*, vol. 2, Lisboa, 1990, p.15.

⁸⁸⁹ Ruy Belo, “Ódio este tempo detergente”, *País Possível*, *Obra poética de Ruy Belo*, Lisboa, 1998, p.66.

⁸⁹⁰ Ruy Belo, “Pequena história trágico-terrestre”, *op. cit.*, p. 78.

⁸⁹¹ Sebastião da Gama, “Nosso é o Mar”, *in* Ruy Belo (pref.), *Obras de Sebastião da Gama, Pelo sonho é que vamos*, Lisboa, Sintra, 2004, p. 41.

Denota-se uma esperança velada – “nosso até onde é nosso o que for nosso” –, sentido de pertença e património, que remete para uma parte mística, a morte, falta de força e, novamente, a saudade, com uma presença/tema assídua: o mar. Décadas antes, Miguel de Unamuno, ao caracterizar o povo português como um povo triste, um povo de suicidas, chegaria a escrever, num dos seus ensaios filosóficos que o mar, o mesmo que tinha dado a glória a Portugal, era o cemitério dos portugueses:

“É o oceano um vasto cemitério, sobretudo para Portugal. O mar é a ‘campa’, é o cemitério desta *desgraçada pátria* de Vasco da Gama, de João de Castro, de Albuquerque, de Cabral, de Magalhães, de todos os maiores navegadores do mundo, desta pátria do infante D. Fernando, do rei D. Sebastião, que além do mar morreram. Nesse imenso cemitério vivo que, murmurando fados, vem beijar as praias (...), repousa a glória de Portugal, cuja história é um trágico naufrágio de séculos. E este murmúrio do oceano, estes queixumes que vêm do seu seio quando o Sol nesse se reclina, não são acaso as vozes das pobres almas portuguesas que vagueiam errantes pelas suas ondas?”⁸⁹²

Por outro lado, o mar como ponto de partida e de chegada, é simbolicamente utilizado como alegoria da saudade dos que partiram e dos que desejam voltar - ou não - para a sua pátria. Em tempos mais próximos, temos este exemplo:

“Eu sou o solitário o estrangeirado
o que tem uma pátria que já foi
e a que não é. Eu sou o exilado
de um país que não há e que me dói
(...)
E a nau que me levou não voltará.”

(Manuel Alegre, “O primeiro soneto do português errante”)⁸⁹³

Neste poema de Manuel Alegre (de Melo Duarte, n. 1936), que data, contudo, de 1981, repare-se nos verbos referentes à pátria, conjugados no passado e no presente, remetendo para a já discutida questão sobre a comparação de um passado bom e saudoso, face a um presente, que é rejeitado. Implícita também, é a mágoa pela situação do seu país (“que

⁸⁹² Miguel de Unamuno, “As almas do Purgatório em Portugal”, *Por terras de Portugal e de Espanha*, Lisboa, 2009, p. 42. O sublinhado é nosso.

⁸⁹³ Manuel Alegre, “O primeiro soneto do português errante”, *Atlântico*, Lisboa, 1981, p. 18.

não há e que me dói”). O mar remete para problemas existenciais do ser português e é onde, também em Manuel Alegre, se verifica a figura do “Desejado”:

“Já fui o Desejado. E sou Proscrito.
Eu sou o subversivo o peregrino.
Olhai: venho de Alcácer-Quibir.
(...)
Lisboa Nau Parada Nau Partida
Ai festa interrompida (há uma aragem).
E cheira a mar e terra prometida.
Lisboa Nau Partida. E sem viagem.”

(Manuel Alegre, “O quarto soneto do português errante”)⁸⁹⁴

Poemas e palavras que fazem sentido quando lembram uma vivência difícil, no tempo da repressão e ditadura do Estado Novo. Era um tempo muito específico, como mostrou Sophia de Mello Breyner Andresen:

“Tempo de solidão e de incerteza
Tempo de medo e tempo de traição
Tempo de injustiça e vileza
Tempo de negação

Tempo de covardia e tempo de ira
Tempo de mascarada e de mentira
Tempo que mata quem o denuncia
Tempo de escravidão

Tempo dos coniventes sem cadastro
Tempo de silêncio e de mordaza
Tempo onde o sangue não tem rastro
Tempo de ameaça”⁸⁹⁵

Tempos difíceis para Portugal, em que a “luz” era, para os intelectuais, uma palavra presente, a par de palavras como “morte”, “descrença”, “desilusão”, “noite” e “sombras” e o mar, que outrora Unamuno considerou ser o cemitério das almas portuguesas, palco de glórias e tragédias, ponto de partida e de chegada, de sonhos iniciados e de sonhos findados, motivo de saudade (quer pelo naufrago que não volta, quer pelo exilado que

⁸⁹⁴ Manuel Alegre, *op.cit.*, p.33.

⁸⁹⁵ Sophia de Mello Breyner Andresen, “Data”, *Cem poemas de Sofia*, Lisboa, 2004, p.63.

partiu), permanece na imagética cultural portuguesa, como pano de fundo, sempre presente, em todos os tempos:

“Quando a pátria que temos não a temos
Perdida por *silêncio* e por *renúncia*
Até a voz do *mar se torna exílio*
E a *luz que nos rodeia é como grades*”⁸⁹⁶

Nesse silêncio e renúncia, a luz estava presente. Quer como fé, quer como esperança, nas palavras escritas pelos poetas e cantadas no Fado, denunciadoras de uma renúncia ao presente. Portugal como problema continuou a ser o principal tema e dúvida das elites intelectuais. O tom nem sempre era necessariamente pessimista, como já vimos. Muitos ficavam-se pela nostalgia, pela saudade, pelas lembranças de um passado de ouro, nesse cenário denunciado. Mas, em qualquer que fosse o discurso, essa denúncia, ou recusa, ou saudade, pressupunham uma saída, nem que fosse a morte, ou o fim, como, afinal, algo libertador. Tal era o papel do intelectual, motor da sociedade, voz ativa nos “silêncios” da história. Pressupunha, talvez, a busca duma paz, sem “vencidos” e sem “vencedores”, como escreveu Sophia de Mello, em 1972:

“Dai-nos Senhor a paz que vos pedimos
A paz sem vencedor e sem vencidos
Que o tempo que nos deste seja um novo
Recomeço de esperança e de justiça
Dai-nos Senhor a paz que vos pedimos
A paz sem vencedor e sem vencidos”⁸⁹⁷

Assim, a fé expressava-se na poesia, onde, em muitos intelectuais, as referências a Deus persistiam. Repare-se novamente nas palavras de Sophia:

“Escuto mas não sei
Se o que oiço é silêncio
Ou Deus”⁸⁹⁸

⁸⁹⁶ Sophia de Mello Breyner Andresen, “Exílio”, *op. cit.*, p. 62.

⁸⁹⁷ Sophia de Mello Breyner Andresen, “A paz sem vencedor e sem vencidos”, *op. cit.*, p. 85. O sublinhado é nosso.

⁸⁹⁸ Sophia de Mello Breyner Andresen, “Escuto”, *op. cit.*, p. 68.

Relembremos, neste registo, o poema “Fado Peniche”, quando David Mourão Ferreira escreve sobre aquilo que se ouve:

“Ouço apenas o silêncio
Que ficou em teu lugar.
Ao menos ouves o vento!
Ao menos ouves o mar!”

Será o barulho do vento e do mar, essa quebra de silêncio possível? Repare-se nas palavras sublinhadas. Haverá, certamente, uma esperança que resiste, nas entrelinhas deste poema tornado Fado, que foi também uma canção de protesto. Por outro lado, o poema expressa em palavras a dor desse “exílio” dentro da própria pátria, onde a imagem da fortaleza de Peniche – fortaleza feita prisão – traz a paradoxal simbologia entre o silêncio forçado do interior com a liberdade do mar e do som do vento e das gaivotas que se sente no exterior. A questão do silêncio, que poderá também simbolizar o vazio, não deixa de ser pertinente. No poema “Trova do vento que passa”, o silêncio também é lembrado, quer pelo vento que passa e cala a desgraça, quer pela gente, que vai de olhos postos no chão (sinal de submissão, servidão, desalento, desistência):

“Pergunto ao vento que passa
notícias do meu país
e o vento cala a desgraça
o vento nada me diz.
(...)
Pergunto à gente que passa
por que vai de olhos no chão
Silêncio – é tudo o que tem
Quem vive na *servidão*.
(...)
E o vento não me diz nada
ninguém diz nada de novo.
Vi minha pátria pregada
nos braços em cruz do povo.
(...)
E o vento não me diz nada
Só o silêncio persiste.
Vi minha pátria parada
à beira de um *rio triste*.
(...)
E a *noite* cresce por dentro

dos homens do meu país.
Peço notícias ao vento
e o vento nada me diz.
(...)”⁸⁹⁹

A alusão a um rio triste, remete-nos para a mesma cidade triste de que falava Ruy Belo, no seu *País Possível*, ou David Mourão Ferreira, sobre a cidade triste do Fado (“Romance da beira Tejo”). Por outro lado, a esperança subsiste e, neste sentido, talvez as chamadas canção de protesto acabem por ter um cariz não tão pessimista, apesar de denunciador da realidade - velado, é certo - quanto os escritos de gerações passadas, em épocas críticas da história, nomeadamente os dos tempos dos Vencidos da Vida, em que a crítica e ironia apagaram qualquer ponta de optimismo e, por isso mesmo foram generalizadamente encarados como anunciadores de um fim, como pessimistas, sem qualquer esperança de salvação, como dândis denunciadores de um país em crise. Vejamos o final do poema de Manuel Alegre, “Trova do vento que passa”:

“Mas há sempre uma candeia
dentro da própria desgraça
há sempre alguém que semeia
canções no vento que passa.
(...)
Mesmo na noite mais triste
Em tempo de servidão
Há sempre alguém que resiste
Há sempre alguém que diz não.”⁹⁰⁰

Uma candeia que prenuncia luz, na sombra, na noite e na desgraça. Essa resistência de alguém “que diz não”, é sem dúvida, fio condutor em muitas das poesias de intervenção ou manifestos, como é o caso de “Cântico Negro”, de 1926 (ano da queda da I República), em que José Régio (pseudónimo de José Maria dos Reis Pereira), reveste de religiosidade a sua mensagem:

“Vem por aqui” – dizem-me alguns com olhos doces
Estendendo-me os braços, e seguros
De que seria bom que eu os ouvisse
Quando me dizem: “vem por aqui”!

⁸⁹⁹ Manuel Alegre, “Trova do vento que passa”, *Praça da Canção*, Coimbra, 1965, pp. 90-92. O sublinhado é nosso.

⁹⁰⁰ *Idem, ibidem*, p. 92.

Eu olho-os com olhos lassos,
(Há, nos meus olhos, ironias e cansaços)
E cruzo os braços,
E nunca vou por ali...
(...)
Deus e o Diabo é que me guiam, mais ninguém.”⁹⁰¹

Nesses *olhos lassos*, com *ironias e cansaços* há, contudo, um outro caminho e mesmo não se sabendo qual, seguramente não será o imposto ou forçado:

“Não sei por onde vou,
não sei para onde vou,
- Sei que não vou por aí!”⁹⁰²

Lembremos, a este propósito as palavras do “vencido” Guerra Junqueiro, no final do século XIX sobre “um povo (...) não se lembrando nem donde vem, nem onde está, nem para onde vai.”⁹⁰³

Encontramos, de facto, analogias entre autores de épocas díspares, em que se apontavam sintomas de crise. Todavia, e lembrando, também, a conhecida alegoria do gigante e do pigmeu, sabemos que a sabedoria dos de hoje provém do conhecimento construído para trás, e como tal, nada tem origem no nada, sendo a história uma sequência de tempos em que os vindouros sempre se apropriam das dores e vivências dos seus antepassados para construírem o seu legado.

Todavia, através da análise feita e pelos estudos dos muitos intelectuais da nossa actualidade que se debruçam sobre o problema de Portugal, ou de Portugal como problema, rapidamente detectamos um denominador comum: o Império. Aquilo que definia a grandeza e identidade de Portugal, para o Estado Novo, ruía diante de uma sangrenta e longa guerra colonial (1961-1974). Próximo desse tempo (1956) é também o poema de Rómulo de Carvalho - cujo pseudónimo foi António Gedeão (1906-1997) - e que, amplamente divulgado, se tornaria um hino de liberdade, tornado música por Manuel Freire (n. 1942). Quando no poema, Rómulo de Carvalho se referia a “eles”, certamente combatia, por palavras, o estado dum país que o inquietava, não era uma luta

⁹⁰¹ José Régio, “Cântico Negro - Poemas de Deus e do Diabo”, *Cântico Negro. Antologia Poética*, Vila Nova de Famalicão, 2005, pp. 22-23.

⁹⁰² *Idem, ibidem*.

⁹⁰³ Guerra Junqueiro, *Pátria*, Porto, 1925, p. 129.

silenciosa, pelo contrário, os intelectuais davam voz aos silêncios, e “eles” seriam todos aqueles que, não sabendo sonhar, deixaram-se, portanto, guiar:

“*Eles não sabem, nem sonham que o sonho comanda a vida
Que sempre que um homem sonha
O mundo pula e avança
Como bola colorida
Entre as mãos duma criança*”.⁹⁰⁴

O sonho era, para o poeta, esperança, nessa denúncia ao seu país. A alusão ao mundo a avançar tal como uma “bola colorida entre as mãos duma criança”, remete para a modernidade. Nas estrofes anteriores do poema, há um desenrolar de avanços científicos, do tempo dos gregos, das catedrais góticas, do átomo, radar, televisão e “desembarque em foguetão na superfície lunar”. Poema integrado no conjunto “Movimento Perpétuo”, associa o sonho, não como utopia, mas algo definido e concreto “como outra coisa qualquer” ao desenrolar da vida, como se de motor desta se tratasse. Nessa temática da modernidade, o poeta denuncia esse travão à liberdade trazido pelo seu tempo presente. Esta denúncia poderia acalentar mágoa, lamento “eles não sabem...” (inclui o negativo), contudo, traz em si a esperança. O sonho corta com qualquer fatalismo determinista de fim.

Em 1977, em momento de comemoração do 25 de Abril, o presidente da Assembleia da República, Vasco da Gama Fernandes, proferiu as seguintes palavras, ao referir-se à

“valentia dos que não se rendem – vencidos mas não convencidos – esse povo que povoara os campos de extermínio, e vivera doridamente exilado dentro da sua própria Pátria. (...) Fora sempre assim, aliás, a história desse povo que se batera nas barricadas de 1383 e nas barricadas de 1640, nas agruras das lutas liberais, vencendo os ditadores do tempo e que, em 5 de outubro de 1910, maltrapilhos e deserdados, ergueram nos seus punhos a República, fincando para sempre na Rotunda um regime, que, empobrecido e desfeitoado, nunca deixou de ser um símbolo, com o seu hino e com a sua bandeira, o grande farol rotativo de *fé inabalável*.”⁹⁰⁵

Face à vitória da democracia, Vasco da Gama Fernandes, fala em fé. E sobre essa vitória “irreversível”, conclui:

⁹⁰⁴ António Gedeão, “Pedra Filosofal”, *A poesia de António Gedeão* (análise de Jorge de Sena), Lisboa, 1983, pp. 20-21. O sublinhado é nosso.

⁹⁰⁵ *Diário da Assembleia da República*, 26-IV-1977, p. 3368.

“Irreversível porque ela, a vitória, resultou da argamassa feita com sangue, suor e lágrimas de tantas gerações. (...) Tratava-se e trata de resistência. A resistência física infelizmente falível em alguns, e a resistência espiritual que não escolhe idades.”⁹⁰⁶

Importa aqui reter a alusão à espiritualidade, como se a vitória da liberdade assentasse em princípios metafísicos, e a resistência dos portugueses, povo muitas vezes considerado “amorfo” pelos intelectuais, se insurgisse e trouxesse ao de cima toda a sua força moral (resistência) como algo espiritual.

A dor, a mágoa e a saudade evocadas trouxeram essa imagética construída precisamente porque de um oposto vivido se tratou: a saudade existe porque algo de bom se teve, a mágoa existe em contraposição à felicidade, e a fé é vinda duma força motriz contrária às vicissitudes: “Lembrei-me das cadeias, minhas e dos outros, as nossas deportações, os longos exílios, a odisseia das famílias, a dor dos amigos.”⁹⁰⁷

Atente-se nos depoimentos de políticos da época sobre esta “amarga experiência coletiva” (como escreveu Mário Soares), denunciadora, por isso mesmo, desses tempos de crise para Portugal:

“Fui doze vezes preso, perseguido, sujeito à tortura do sono, deportado sem julgamento por tempo indeterminado e, depois, compelido ao exílio. (...) Milhares e milhares de portugueses passaram pela PIDE e conheceram os seus horrores apenas por desejarem a liberdade, às vezes mesmo por simples denúncias e sem praticarem quaisquer actos políticos. Milhares e milhares de famílias conheceram na carne a repressão da ditadura. Todos os portugueses, em maior ou menor escala, souberam o que era ter medo, ser condicionado nas suas opiniões e silenciado quando isso convinha ao poder instalado. Trata-se de uma amarga experiência colectiva que não deve ser esquecida – para que não possa vir a repetir-se. (...)”⁹⁰⁸ – Mário Soares.

“A primeira vez que fui preso fui violentamente espancado desde cerca da meia noite a cerca das quatro horas da manhã por uma roda de agentes que se foram revezando. Agrediam a murro e a pontapé, com cassetetes e grossas tábuas com cabo, para as empunharem. Deitaram-me no chão, imobilizaram-me, descalçaram-me os sapatos e com essas tábuas davam violentas pancadas de cutelo nas solas dos pés que se ressentiam violentamente por onda de choque na cabeça. Depois o espancamento continuava de pé no meio da roda dos torcionários. Repetiram a operação até perder os sentidos. Voltei a mim numa cela de segredo duma outra prisão (Aljube). Quando cerca de 15 dias depois me pude ver ao espelho, não reconhecia a própria cara. (...)”

⁹⁰⁶ *Idem, ibidem.*

⁹⁰⁷ *Idem, ibidem.*

⁹⁰⁸ Mário Soares, “A superioridade moral da democracia. O regime, a PIDE e as suas vítimas – 20 anos depois”, *Público*, 22-IV-1994, p. 8.

A última vez que fui preso, a tortura foi diferente. Mantiveram-me num total de quase oito anos (dos quais cerca de um ano e meio incomunicável) isolado numa cela da Penitenciária de Lisboa. Numerosos camaradas meus, assim como outros democratas, sofreram torturas mais requintadas: tortura do sono, tortura da estátua, choques eléctricos, queimaduras com borrões de cigarros, além de torturas psicológicas de extremas crueldade. Outros estiveram muito mais tempo presos que eu. Até mais de 20 anos. (...) É nossa obrigação, daqueles que resistiram e estamos vivos, lembrar os mortos. ”⁹⁰⁹ – Álvaro Cunhal.

Foi considerada uma época de “decadência”, como afirmou em 1985, Manuel Alegre, na Assembleia da República, como deputado do PS:

“A conclusão das negociações para a assinatura do Tratado de Adesão à CEE constitui uma dupla vitória da Comunidade e de Portugal. (...) Vitória de Portugal sobre a tentação isolacionista e as quimeras e os fantasmas do Quinto Império e seus sucedâneos. (...) De certo modo, é como que uma desforra histórica dos vencidos de Alfarrobeira, de todos aqueles que, em todos os tempos, desde o malogrado Infante D. Pedro até António Sérgio, sempre consideraram um erro trocar a boa capa por mau capelo e sempre defenderam o primado da fixação metropolitana e europeia de Portugal. Com efeito (...) não é menos verdade que a política de conquista foi, como assinalou Antero, uma das causas fundamentais da *decadência*. Uma *decadência* gravada por 48 anos de ditadura e isolacionismo e por 13 anos de guerras coloniais cujas consequências haviam de refletir-se *dolorosamente* na vida nacional (...)”⁹¹⁰

Percebemos, assim, que em discursos próximos do nosso presente, ainda é viva essa dor da “decadência”. Segundo Margarida Calafate Ribeiro, o golpe final para a questão ontológica de Portugal estaria na crise do Império colonial, aquilo que simbolizava, aliás, a grandeza da identidade de Portugal que durante séculos se definia como império ultramarino.⁹¹¹

Em todo este contexto cultural, o sentimento de crise era associado à dicotomia entre decadência e regeneração, a que a ideia de fim pressupunha um sinal de esperança, muitas vezes com uma simbologia de religiosidade e misticismo. Por outro lado, essa religiosidade, e a frequente alusão a Deus, cruzaram-se, paradoxalmente, com uma grande carga de descrença, de desdém, por vezes, de ódio. Muitos foram os poetas/intelectuais que da denúncia passaram à recusa (“É patriótico negar a

⁹⁰⁹ Álvaro Cunhal, “A pergunta não tem resposta. O regime, a PIDE e as suas vítimas – 20 anos depois”, Público, 22-IV-1994, p. 8.

⁹¹⁰ *Diário da Assembleia da República*, 12 -IV-1985, p. 2799. O sublinhado é nosso.

⁹¹¹ Veja-se Margarida Calafate Ribeiro, *Uma história de regressos: Império, Guerra Colonial e Pós-colonialismo*, Lisboa, 2004.

nacionalidade/aos naturais de um *país vencido*/ que só buscou no mar razão de ser”⁹¹²), e nesse registo estavam muito próximas do pessimismo do tempo dos Vencidos da Vida. Eram, portanto, palavras que pareciam repetir-se no tempo, sob um pano de fundo comum: Portugal como tema. Repare-se neste exemplo, do poema de Jorge de Sena, “A Portugal” (1961), que, pela relevância do conteúdo e da crueza das palavras, optamos por citar na íntegra:

“Esta é a ditosa pátria minha amada. Não.
Nem é ditosa, porque o não merece.
Nem minha amada, porque é só madrasta.
Nem pátria minha, porque eu não mereço
A pouca sorte de ter nascido nela.

Nada me prende ou liga a uma baixeza tanta
Quanto esse arrote de passadas glórias.
Amigos meus mais caros tenho nela,
Saudosamente nela, mas amigos são,
Por serem meus amigos e mais nada.

Torpe dejecto de romano império;
Babugem de invasões; salsugem porca
de esgoto atlântico; irrisória face
de lama, de cobiça, e de vileza,
de mesquinhez, de fátua ignorância;
terra de escravos, cu pró ar ouvindo
ranger no nevoeiro a nau do Encoberto;
terra de funcionários e de prostitutas,
devotos todos do milagre, castos,
nas horas vagas de doença oculta;
terra de heróis a peso de ouro e sangue,
e santos com balcão de secos e molhados
no fundo da virtude; terra triste
à luz do sol caiada, arrebicada, pulha,
cheia de afáveis para os estrangeiros
que deixam moedas e transportam pulgas
oh pulgas lusitanas, pela Europa;
terra de monumentos em que o povo
assina a merda o seu anonimato;
terra - museu em que se vive ainda,
com porcos pela rua, em casas celtiberas;
terra de poetas tão sentimentais
que o cheiro de um sovaco os põe em transe;
terra de pedras esburgadas, secas

⁹¹² Ruy Belo, “Enganos e desencontros”, *cit. in* Joaquim Manuel Magalhães (introd.) *Obra poética de Rui Belo*, vol.2, Lisboa, 1990, p. 321.

como esses sentimentos de oito séculos
de roubos e patrões, barões ou condes;
ó terra de ninguém, ninguém, ninguém:

eu te pertenço. És cabra, és badalhoca,
és mais que cachorra pelo cio
és peste e fome e guerra e dor de coração.
Eu te pertenço: mas ser's minha, não.”⁹¹³

Apesar da evidente negação à Pátria, em que os termos “não” se evidenciam –, bem como a insistência das palavras na expressão “terra de ninguém, ninguém, ninguém”, facto é que o poema é dedicado a Portugal. Como se de um alerta ou um pedido se tratasse, face a um presente rejeitado. Cremos, por isso, e à semelhança da poesia da época analisada, tal como dos escritos da intelectualidade ao longo destes determinados tempos críticos da história de Portugal que, em todos estes legados persiste, efectivamente, a esperança, independentemente do tom usado (jocoso, irónico, pessimista, desiludido ou acusador). Uma esperança, muitas vezes, revelada em fé, pela utilização positiva ou aparentemente negativa ou descrente de Deus. Tal como Deus é muitas vezes negado na Sua existência, ou colocado em situação de dúvida quando, no entanto, continua a ser referido, chamado, apregoador, prova efectiva da colocação prática da sua existência, também a pátria muitas vezes quando negada, é prova da real dimensão do problema ontológico que acalenta para os intelectuais. De tal forma, e com tal ênfase, que se torna, portanto, um problema profundamente moral e quando a imagética da queda (do homem, da sociedade, do Império) e o pecado, se cruzam nesse registo, o problema torna-se, também, de cariz espiritual. Cremos que, a partir do momento em que a intelectualidade aborda o problema – para lá do tom com que o faz –, assume, realmente, a luta pela sua pátria. E nesse âmbito, a fé, ou a luz, ou a esperança, em qualquer que seja a forma, estão presentes na constante dicotomia e ambiguidade daquilo que Pessoa definiu o ser português: “Porque é do português, pai de amplos mares/ querer poder só isto:/ O infinito mar ou a orla vã desfeita- / O todo, ou o seu nada.”

Em épocas distintas, a mágoa persiste, o tema Portugal permanece, mas é importante distinguir, muitas vezes, o tom desses lamentos, desse sentir de desânimo, tristeza e desalento, de crítica, acusação, rejeição. Torna-se pertinente, neste enquadramento, o

⁹¹³ Jorge de Sena, “A Portugal”, *40 anos de servidão*, Lisboa, 1989, pp. 85-86.

seguinte excerto do poema de Ruy Belo “Enganos e desencontros”, escrito em Madrid, em 1977:

“Dobra-se a brisa à mão do *meio dia*
a fantasia é fértil em verdade
e do *presente obscuro português*
algum futuro há-de enfim nascer
Do salmo *lúgubre da luz final do dia*
Que já há quatro séculos se entoa (...)”⁹¹⁴

Para lá de toda a banalização e generalização em que parte da intelectualidade pareceu ser vista e encarada, para lá de um julgamento pouco criterioso, ou do vulgar e conhecido “Portugal é um povo de gente triste” ou, como chamou Unamuno, “um povo de suicidas”, a verdade é que à luz da distância no tempo, e dos factos, não houve, efetivamente desistência. Tanto, que o tema permanece. Mas o mais importante é notar que nessa luta activa da intelectualidade, uma luz permaneceu, apesar da aparente tristeza que parte da intelectualidade tomou como herança. Uma herança que se enraizou na imagética popular, como Amália Rodrigues escreveu em poema e que passou para Fado, “Ó gente da minha terra”, associando a tristeza ao Fado e a um povo unido pela mesma “herança”:

“É meu e vosso este fado
Destino que nos amarra
Por mais que seja negado
Às cordas duma guitarra

Sempre que se ouve um gemido
Duma guitarra a cantar
Fica-se logo perdido
Com vontade de chorar

Ó gente da minha terra
Agora é que eu percebi
Esta tristeza que trago
Foi de vós que a recebi
(...)”⁹¹⁵

⁹¹⁴ Ruy Belo, “Enganos e desencontros”, *op. cit.*, pp.321-322.

⁹¹⁵ Amália Rodrigues, *Versos*, Lisboa, 1999, pp. 93-94.

Verifica-se, que, ao longo das épocas estudadas, a par dessa tristeza, existe a presença de uma “luz”, seja em forma de alerta, optimismo, esperança, ou solução, como um apontar de futuro. Muitas vezes, as simples palavras de desânimo, ou crítica, provam a vontade de se ter o que se perdeu. Tal como o Fado e a saudade que, segundo Vítor Viçoso

“não é apenas o desejo de retorno ao passado mítico (a nostalgia), é sobretudo uma inquietação que se projecta para lá do tempo. Encarna a dor do tempo, mas para a superar.”⁹¹⁶

Outras vezes, as palavras de ódio e negação revelam a recusa do presente, logo, implicando uma vontade de futuro. No seguinte poema de Sebastião da Gama – remete para a imagem da escultura de *O Vencido da Vida* (1922), de Leopoldo de Almeida e *O Desterrado* (1872), de Soares dos Reis–, além da “cabeça pendida” de um “povo anémico”, das suas “mãos descaídas e olhos sem fé”, a luz persiste no discurso, sob a forma de esperança (vai-te de novo ao mar!”):

“Meu país desgraçado!....
E no entanto há Sol em cada canto
E não há Mar tão lindo noutro lado.
Nem há Céu mais alegre do que o nosso,
Nem pássaros, nem águas...
(...)
Meu povo, de cabeça pendida, mãos caídas,
De olhos sem fé
- busca, dentro de ti, fora de ti, aonde
A causa da miséria se te esconde

E em nome dos direitos
Que te deram a terra, o Sol, o Mar,
Fere-a sem dó
Com o lume do teu antigo olhar.

Alevanta-te, Povo! (...)
Povo anémico e triste
Meu Pedro Sem forças, sem haveres!
- olha a censura muda das mulheres!
Vai-te de novo ao Mar! (...)”⁹¹⁷

⁹¹⁶ Vítor Viçoso, “Exílio”, *Dicionário do romantismo literário português*, Lisboa, 1997, p. 179.

⁹¹⁷ Sebastião da Gama, “Meu país desgraçado”, *Cabo da Boa Esperança*, Lisboa, 1993, pp. 62-63.

O seguimento do presente estudo, teve como mote inicial as palavras de Camilo Pessanha, enquadradas também no mesmo registo temporal de um país em crise, em que os lamentos, o pessimismo, o desalento e as acusações vingavam. Todavia, contrariamente ao que verificámos nos poemas anteriores, o poeta não inicia com a desgraça, mas com essa visão da luz, num país que considera perdido, ao que se sucede, então, o paradoxal desenrolar do seu lamento:

*“Eu vi a luz em um país perdido.
A minha alma é lânguida e inerme.
Oh! Quem pudesse desligar sem ruído!
No chão sumir-se, como faz um verme...”*⁹¹⁸

Segundo a tradição judaico-cristã, luz é sinal e presença divina. Por isso, o significado de luz remete para fé. Por outro lado, esse langor de desistência, a busca do “desligar” e “sumir”, do ansiar o nada e do fim, alude à queda do homem, ao seu pecado e erros, sendo que depois do Apocalipse, sucede-se um novo início: depois das trevas, a luz, depois da morte, a vida. Assim, depois do fim há o início:

“No princípio, quando Deus criou o céu e a terra, a terra era um caos sem forma nem ordem. Era um mar profundo coberto de escuridão (...). Então Deus disse: ‘Que a luz exista!’ E a luz começou a existir. Deus achou que a luz era uma coisa boa e separou-a da escuridão. E Deus chamou à luz ‘dia’ e à escuridão ‘noite’.”⁹¹⁹

É exatamente do silêncio e da treva (as sombras e os silêncios a que a poesia portuguesa nos habituou, conforme já vimos) que começa a iniciação, relembre-se a escolha da data de 25 de Dezembro para o Natal cristão, o nascimento do Menino-Luz, que coincide com a festa pagã do solstício de Inverno. Segundo o Apocalipse: “Não vai haver mais noite, nem eles terão necessidade da luz da lâmpada ou do Sol porque o Senhor Deus será a sua luz...”⁹²⁰

Lembremos como termina o conto “Última Nau”, de Júlio de Vilhena, publicado em 1916, na *Revista Centauro*, dando conta de que a luz vence sobre a treva e que o sol vem sempre a seguir à escuridão da noite:

⁹¹⁸ Camilo Pessanha, “Inscrição”, *Clepsidra e outros poemas*, org. João de Castro Osório, 9.ª edic. Lisboa, 2003, p. 27.

⁹¹⁹ “Génesis, 1, 1-5”, *Bíblia sagrada*, Lisboa, 1993, p. 1.

⁹²⁰ “Apocalipse, 22,5”, *Bíblia sagrada*, Lisboa, 1993, p. 1372.

“Não tarda aí a manhã, - o sol...

E a Noite, moribunda, agonizante, em confidências finais, pálida e morte, reza as últimas confidências...:

- Sabes quem sou?

- Sou a Noite. Fecho na minha boca a essência de toda a Vida, os segredos de todos os segredos, os segundos de todos os segundos... O dia morre em meus braços...

A manhã vinha subindo...

Ouviu-se então, em voz débil, muito débil, a última palavra da Noite:

- Sou a Noite, símbolo da Decadência...

Uma onda sobe mais alto do que todas as ondas e saúda a manhã.

(...) Há sorrisos de Deus em meu olhar. Reza Gageiro! É dia.”⁹²¹

O vencidismo dos intelectuais é revestido, muitas vezes de uma carga simbólica significativa. Nos debates parlamentares, constatamos que, com frequência surgem alusões a termos bíblicos como “calvário”, “redenção”, “penitenciar”, “pecados”, “salvação” ou “cruz”, presentes não só nos discursos de Oliveira Martins, como em outros políticos da sua época:

30-I-1892 (Orador: Oliveira Martins) - “É necessário penitenciarmo-nos dos erros passados e emendarmo-nos para sempre, se com effeito queremos honrar a história heróica de sete séculos que nos legaram os nossos maiores. (...) talvez se consiga subir os primeiros degraus d’este *calvário* doloroso em que a nação aparece *crucificada*.”⁹²²

12-II-1892 (Orador: Sr. Ministro das Obras Públicas, Visconde de Chancelheiro) – “O país vê (...) que é chegado um momento de crise em que lhe é necessário sofrer, em que lhe é indispensável fazer sacrificios para remir os *pecados* de muitos e *salvar* o futuro de todos.”⁹²³

29-V-1893 (Orador: Sr. Matheus dos Santos) – “Como não estamos aqui a tratar de questões políticas, mas financeiras (...) com a firme intenção de nos auxiliarmos uns aos outros para levar esta *cruz* ao *calvário*, qual é a da *salvação* do país.
(...) Eu vim aqui, porque entendia que era um dever único, impreterível associar-me àquelles que com tantas contrariedades, como eu, se sujeitaram a carregar com esta *cruz* e a subir com elle ao *calvário*.”⁹²⁴

⁹²¹ Júlio de Vilhena, “Última Nau (Poema Nocturno), *Centauro*, Edição fac-similada, Lisboa, 1916, p. 81.

⁹²² *Diário da Câmara dos Senhores Deputados*, 30-I-1892, p. 19. O sublinhado é nosso.

⁹²³ *Diário da Câmara dos Senhores Deputados*, 12-II-1892, p. 15. O sublinhado é nosso.

⁹²⁴ *Diário da Câmara dos Senhores Deputados*, 29-V-1893, p. 37. O sublinhado é nosso.

6-VI-1891 (Orador: Sr. Manuel da Assumpção) – “As nações não morrem como os homens. Os povos têm lutos e dores; há também para eles a *noite* e o *dia*; esperaremos. É terrível lei da história que não haja *redemptor* sem ter *calvário*!”⁹²⁵

Na mesma linha, situa-se João de Barros, que sobre a I República, escreveu sobre uma fé nova que surge, quase como se o país tivesse pecado – pecado causado pelo pessimismo dos descrentes – e essa fé significasse a redenção do país:

“podiam-se contar, em todo o país, aqueles que resistiram à invasora maré cheia de descrença (...). No entanto, foram as minorias que venceram: - e a pouco e pouco, uma nova fé se ergueu, criadora e fiadora dum Portugal *redimido*.”⁹²⁶

Mais tarde, aquando do Estado Novo e da promessa de reposição da ordem, fala-se precisamente em fé, mas denota-se o seguimento de um problema que, sendo nacional, torna-se *moral*:

“São estes homens que do Portugal vencido pela desordem e pelo desalento fizeram o Portugal ufano da sua fé e da sua grandeza cívica e moral.”⁹²⁷

Num outro prisma, quando as palavras dos intelectuais, na época em estudo, parecem denotar apenas pessimismo e desalento, será errado apontar esse vencidismo, de uma forma generalista, como desistência. Há, para lá desse sentimento de vencidismo, algo mais que pessimismo. Na negação, existe afirmação. Há uma presença constante da mágoa sentida pelo seu Portugal, uma dor que se tornou moral, mas também profundamente espiritual e que, sem dúvida, implica luta, porque nessa escrita, os intelectuais estão, na verdade, a fazer viver Portugal, e não a desistir dele. A sombra existe, porque existe luz, da mesma forma que existe a escuridão, porque a luz já iluminou:

“O Doido na escuridão:

Tive castelos, fortalezas pelo mundo...
Não tenho casa, não tenho pão!...

⁹²⁵ *Diário da Câmara dos Senhores Deputados*, 6-VI-1891, p. 30.

⁹²⁶ João de Barros, *Portugal, terra do Atlântico*, Lisboa, 1923, p. 40. O sublinhado é nosso.

⁹²⁷ *Diário da Assembleia Nacional*, 17-V-1945, p. 455.

Tive navios...milhões de frotas...
Mar profundo, onde é que estão?
...onde é que estão?...
(...) E tive um nome...um nome grande...
E clamo e clamo,
Que expiação!
A perguntar, a perguntar como me chamo!...
Como me chamo? Como me chamo?
Ai, não me lembro!...perdi o nome na *escuridão!*...”⁹²⁸

Há dor, mágoa, lamento. Mas há também a afirmação da presença dessa existência (Portugal), para lá de toda a negação, uma afirmação latente no sofrimento, que assume cariz espiritual. Nesta ambivalência da intelectualidade, notemos um exemplo actual, revelado na música, através do *rapper* Mancallas⁹²⁹ que, denominado “ex-ateu”, é na luz de Cristo que procura a salvação para o país que ama:

“(...) Os Descobrimentos mostraram
que o valor do povo português era demonstrado
pela coragem e o desejo de conhecer mais.
Ao invés de crermos no amor que Cristo nos ensinou
optámos por nos corrompermos à cobiça,
ao orgulho e ao ódio.
Não foi por isso que as naus partiram,
misericórdia, o teu caso está morto
e vive das glórias do passado:
Somos sócios do Benfica
à espera do Eusébio ressuscitado,
500 anos passaram e ainda esperam o adormecido,
‘tá na hora de darmos ao D. Sebastião
o descanso merecido (...)

Portugal eu te amo
Eu clamo misericórdia do meu povo
Ergue o meu país de novo
Portugal eu te amo
Por isso eu clamo
Ergue o meu país de novo.

Eu sei que somos um nobre povo,
Nação valente e imortal

⁹²⁸ Guerra Junqueiro, *Pátria*, Lisboa, 1925, p. 29. O sublinhado é nosso.

⁹²⁹ Mancallas (“Mano Carlos”) é o nome artístico de Carlos Franqueira, nascido em Cascais em 1985, que, convertido ao cristianismo (ex-ateu) lançou-se no *hip hop* e através dele, passa a mensagem da temática de Jesus. Veja-se, do autor, o álbum *Ex-Ateu*, “rap Cristocêntrico”, de 2014.

Não será fácil, mas vamos levantar o esplendor de Portugal
Os anos passam, o sofrimento parece eterno
Será que vamos continuar a caminhar rumo ao inferno?
(...)
Sente a libertação,
Não fiques preso ao senhor que reina e oprime esta nação
(...)
Portugal está morto por causa das tradições
Até os seus valores estão corrompidos (...)
Mostram o final dos tempos (...)
Para vos apresentar Jesus Cristo,
O único salvador disto, por favor, mano, pensa,
Ele é a única esperança para o mundo decadente,
Pensa nisto,
Quem é o teu Deus?...
Portugal eu te amo!”⁹³⁰

Contrariamente ao Fado que é da ordem da renúncia, o *rapp* (bem como o *jazz*) é da ordem da denúncia⁹³¹. Assim, a denúncia de um cristão assumido (ex-ateu) sobre o seu Portugal, revela-se sob a forma de música, tendo como público-alvo, sobretudo as camadas jovens da população, instigando-as a refletir nas glórias passadas da pátria com olhos postos num futuro, com fé, sendo apenas através dela que o autor vê salvação para o seu país (“Eu clamo misericórdia do meu povo/ergue o meu país de novo”). Segundo Cátia Tuna, “o que tem lugar no género musical português é talvez o trânsito de uma ética da fatalidade para uma estética da fatalidade.”⁹³² E quer no Fado, quer no *rapp*, quer, afinal, na generalidade das áreas culturais (e políticas), o tema persiste, marcando presença, no quotidiano dos portugueses, onde a voz – quer pessimista, ou não – da intelectualidade se faz ouvir.

⁹³⁰ Mancallas, “Portugal eu te amo”, https://www.youtube.com/watch?v=sgKfx-X4zgI&feature=emb_title&ab_channel=MancallasOficial

⁹³¹ Cf. Cátia Tuna, *op.cit.*, p. 439.

⁹³² *Idem, ibidem.*

VI - Conclusão – “Falta cumprir-se Portugal!”

“Esse sentimento consiste em crer que a Nação não tem futuro (...). No programa da existência dos mais eminentes destes homens vemos, com a mais sincera mágoa, a inspiração de um desespero que chega já a formular-se em sistema filosófico.”

Basílio Telles, *Do Ultimato ao 31 de Janeiro*

O grupo dos Vencidos da Vida, formado em 1888, fez parte de um tempo considerado de crise. Numa época, em que Portugal sofria problemas financeiros, sociais, políticos, num fim de século conturbado, a intelectualidade afirmou-se, fazendo valer o seu sentido crítico perante a situação vigente e, por vezes, o desânimo numa esperança de ressurgimento. Neste contexto, quando um grupo de onze homens, denominados como os Vencidos da Vida, com nomes sonantes na cultura, sociedade e política do tempo, veem divulgados os seus encontros nas zonas mais chiques e distintas da elite lisboeta, são sujeitos a duras críticas por parte da intelectualidade. Incompreendidos, foram alvo de chacota, e até de suspeitas de formação de um novo partido político, diante da proximidade de alguns dele ao recém-empossado D. Carlos I, que se dizia como o ‘vencido suplente’. As críticas que sofreram, vieram das áreas mais distintas – da política ao teatro. Contudo, confirmamos que na sua época, o tom da crítica era, essencialmente, pejorativo.

Apesar de se afirmarem apenas como um grupo jantante, faziam parte de uma elite intelectual com afirmação na sociedade e, por isso mesmo, com influência política e cultural. Cremos que por isso, chegaram a ser temidos. Partindo da análise prosopográfica, elaborada duma forma sistemática e prática, deduzimos que o grupo dos Vencidos não formou uma camada de intelectuais orgânicos. Tinham idades distintas, ocupações distintas e encontravam-se longe de pertencer a uma classe ou um grupo político específico de acção social. No entanto, algo os uniu, para além da amizade. Quando Eça justificou o epíteto com que se auto-intitularam – epíteto gerador de controvérsia e polémica face ao lugar distinto que ocupavam na sociedade do seu tempo – focou a questão do ideal, sendo a sua frase amplamente criticada, e comentada ao longo dos tempos e quando se alude aos Vencidos da Vida: “Para um homem, o ser vencido ou derrotado na vida, depende, não da realidade aparente a que chegou – mas

do ideal íntimo a que aspirava.”⁹³³ Este ponto, o ideal que se busca e que não se atinge, foi a base para o desenvolvimento de críticas quer negativas quer elogiosas face aos Vencidos da Vida, ao longo dos tempos. Muitos apontaram-nos como vítimas, de um tempo, da política, da própria modernidade. Outros, como desconstrutores. Aquilo que mais tarde viria a chamar-se de vencidismo está longe de ser um conceito generalizado: ausente de qualquer dicionário de língua portuguesa, a sua subalternidade é também evidente na sua ausência nos debates parlamentares nacionais. No entanto, o termo foi apropriado por intelectuais, em estudos, em polémicas e em críticas, como uma atitude mental que foi conceptualizada. E ousamos afirmar que, pelo teor pessimista, descrente, com que foi assumido, ligando-se ao sentimento que existia na época dos Vencidos sobre a situação de Portugal, bem como pela origem do termo, que implicitamente remete para ‘vencido’, o vencidismo como atitude, nasceu com os Vencidos da Vida. A posterior apropriação – e sendo assim, até invenção do termo – deu-se, não com os Vencidos, mas em representações sobre eles. Lembramos que encontrámos a primeira referência ao termo em António Sardinha, quando se refere ao “vencidismo dos inúteis”, na sua obra *O Valor da raça – Introdução a uma campanha nacional*, em 1915. Não podemos, contudo, afirmar com certeza se foi a primeira vez que foi mencionado o termo ‘vencidismo’, como atrás referimos, já que, quando em 1931 Manuel da Silva Gaio se debruçou sobre o vencidismo, fê-lo duma forma retrospectiva, partindo da sua convivência com alguns dos Vencidos. Este facto, permite-nos supor que Silva Gaio poderá terá sido um dos primeiros a falar em vencidismo, associando esta atitude como algo intrínseco ao grupo dos Vencidos da Vida. Não encontrámos em fontes qualquer registo da palavra por parte dos elementos do grupo, à parte a referência de Silva Gaio aos Condes de Arnoso e Sabugosa, que possivelmente terão sido os únicos a utilizar e definir a palavra vencidismo.

A mais intensa polémica em torno do vencidismo aconteceu perto do final da década de trinta do século XX, inicialmente entre Sílvio Lima e Rodrigues Lapa no jornal *O Diabo*, estendendo-se, depois à *Seara Nova*, ainda no mesmo ano. Ora, em 1937, aquando do debate, ambos eram opositores ao Estado Novo, tendo acabado por ser expulsos do ensino. Para Lima, esse vencidismo era o assumir doloroso de um desalento, de ideais que não se alcançaram, sempre confundidos com a problemática da questão da identidade pátria. Para Lapa, não passavam de dândis, que de uma forma irónica,

⁹³³ Carlos Lobo d’Ávila (direc.), “Os Vencidos da Vida”, *O Tempo*, 29-III-1889, p. 1.

acabavam por fazer chalaças sobre a sociedade da época, e que a formação do grupo tinha sido “uma brincadeira aristocrática de homens bem instalados na vida”⁹³⁴. Ambos juntos na oposição frontal ao regime, debateram-se numa polémica que era, acima de tudo, moral. A polémica intensa que se desencadeou nessa mesma década sobre o Fado – canção de vencidos ou vencedores – colocou de novo na ribalta a questão sobre o que é ser vencido, que já décadas antes tinha sido o alvo principal da crítica ao grupo dos Vencidos da Vida.

A expressão “vencidos, mas não convencidos” é recorrente ao longo dos debates parlamentares das três repúblicas⁹³⁵. Cunha Leal, num dos seus momentos de oratória na Assembleia da República, e referindo à memória de Baltasar de Almeida Teixeira e Nuno Simões, acabaria por sintetizar a ideia de luta dos ‘vencidos’, focando o ideal implícito nessa luta:

“E quando a ditadura fascista, inexorável, tombou sobre Portugal, nem por isso eles, que mais não fosse por uma comodidade a que renunciaram, se quiseram remeter àquele remorso dos batalhadores cansados (...). *Vencidos, mas não convencidos*, derrotados mas nunca humilhados, eles continuaram a ser sempre o que foram: cavaleiros dos ideais (...). Exemplos de dignidade, de perseverança, e de inabalável fé nos destinos da República, da Democracia e da própria Pátria.”⁹³⁶

Se tivermos em conta o ideal de que Eça falava quando se referiu ao nome do grupo dos Vencidos, torna-se pertinente analisar estas expressões na perspectiva de luta, e nesse sentido, o vencidismo pode, efectivamente, não significar desistência, como aliás, sempre tem sido entendido. Foi precisamente essa a questão que afastou Sílvio Lima e Rodrigues Lapa, apesar de estarem juntos na oposição ao Estado Novo⁹³⁷. Por isso, Rodrigues Lapa abandonou a direcção do *Diabo*, logo após a polémica sobre o vencidismo: aos jovens, não bastava admirar o talento dos grandes intelectuais, era necessário seguir-lhes a luta⁹³⁸.

⁹³⁴ Rodrigues Lapa, “A filosofia do vencidismo”, *O Diabo*, n.º 137, 7-II-1937, p. 1.

⁹³⁵ Da República parlamentar à República democrática, o termo é recorrente. O mesmo não acontece com a Monarquia Constitucional.

⁹³⁶ Cunha Leal (PPD), “Diário da Assembleia Constituinte”, *Debates Parlamentares*, 7-VIII-1975, p. 672. O sublinhado é nosso.

⁹³⁷ “Porque, naquele momento, mesmo que Rodrigues Lapa e Sílvio Lima estivessem juntos na oposição ao Estado Novo, a firmeza de um e o desespero de outro afastava-os irremediavelmente. O activismo era o novo pressuposto para a identificação entre os intelectuais.”, Luís Trindade, *O espírito do Diabo: discursos e posições intelectuais no semanário O Diabo, 1934-1940*, Porto, 2004, p. 133.

⁹³⁸ Cf. Luís Trindade, *op. cit.*, p. 133.

Apontámos, ainda, na presente tese, a associação desta luta, implícita no vencidismo, a fé. Constatámos que o vencidismo teve apropriações vindouras, mas até mais do que uma polémica, o vencidismo dos intelectuais foi uma constante, ao longo de vários momentos críticos da história portuguesa, desde finais do século XIX ao século XXI. E crise, no sentido etimológico, como decisão, anuncia mudança. Foram tempos anunciadores de modernidade, em que o factor crise dava voz a muitos intelectuais, para manifestarem o seu desalento, ou vencidismo. No entanto, defendemos a tese de que o vencidismo, apesar de assumir uma vertente pessimista, não se resume a uma atitude de abandono ou descrença, face à continuidade da problemática sobre Portugal e a sua viabilidade. Há uma permanência, de facto, uma persistência do tópico, não só em polémicas, discussões e apropriações (como é o caso dos debates parlamentares) mas também na própria atitude da intelectualidade. É desta forma que vencidismo se cruza com modernidade, e esta só se afirma quando há, efectivamente, um confronto entre o passado e o futuro. É nesse limbo que se situa o presente, quase sempre rejeitado ou alvo de crítica pessimista. A esperança num futuro passa também por essa crítica, muitas vezes desconstrutora – lembremos o caso do vencidismo de Ruy Belo, ou dos poemas de Jorge de Sena. Essa persistência do vencidismo na cultura portuguesa só se explica diante do contexto temporal em que se insurge, épocas de crise em que a mudança é necessária. Daí as épocas escolhidas para o estudo, até à actualidade, representativas de período de mudança significativa para Portugal.

Por outro lado, procurámos rever a semântica e simbologia de certos conceitos frequentes por parte da intelectualidade, de Junqueiro a Florbela Espanca, de António Nobre a Manuel Alegre: dor, saudade, fado, mar, morte, sombras e luz. Quando n’*Os Maias*, as personagens centrais da obra, Carlos e Ega, assumem ter falhado a vida, diante da constatação do filósofo, de que tudo acaba em ‘desilusão e poeira’, há toda uma simbólica do passado, do velho Ramalhete na penumbra, arruinado:

“O quarto escurecia no crepúsculo frio e melancólico de Inverno. (...) desceram pelas escadas (...) onde ainda pendia, com um ar baço de ferrugem, a panóplia de velhas armas. (...) Depois na rua Carlos parou, deu um longo olhar ao sombrio casarão, que naquela primeira penumbra tomava um aspecto mais carregado (...) mudo, para sempre desabitado, cobrindo-se já de tons de ruína.”⁹³⁹

⁹³⁹ Eça de Queiroz, *Os Maias*, Lisboa, 2006, p. 723

É, contudo, contrapondo-se à ideia de ruína, de morte e de fim, que Eça termina o romance, com esperança, com a ideia da luz que clareia a penumbra:

“A lanterna vermelha do americano, ao longe, no escuro, parara. E foi em Carlos e em João da Ega uma esperança (...). De novo a lanterna deslizou e fugiu. Então, para apanhar o americano, os dois amigos romperam a correr (...) sob a primeira claridade do luar que subia.”⁹⁴⁰

Exemplo posterior a esse tempo, o de António Sérgio (conforme tantos outros, como atrás verificámos): “Portugal, por enquanto, é ainda o Reino da Estupidez: mas espero para breve (e para muito breve) a aurora do dia em que o não será.”⁹⁴¹

O pessimismo e a esperança não se dissociam, portanto, do discurso da intelectualidade, desde os Vencidos da Vida. Por isso mesmo, defendemos que o vencidismo, além de um problema moral, remete para a fé, contrariamente à descrença de que se faz valer. A simbólica da luz é uma constante face à iminência da morte e por isso escolhemos como mote a *Clepsidra*, de Camilo Pessanha, quer pelo tempo que passa e remete para a transformação que causa nos homens e nas sociedades, mas também pela fé implícita naquilo que se afirma perdido: “Eu vi a luz em um país perdido”. Essa dualidade, também está presente na atitude do hedonismo face ao suicídio: se por um lado está o prazer do convívio, da amizade e da gastronomia, por outro, o isolamento (como Herculano) e o suicídio (como Antero), como se fossem duas formas opostas de atitude face ao desalento. Dualidade que poderá estender-se ao próprio nome Vencidos da Vida.

Relembramos que a questão dos jantares, que cronologicamente seguimos no jornal *O Tempo*, foram amplamente divulgados⁹⁴² seguindo um critério que até hoje desconhecemos, pois, os supostos jantares nas “hortas arrabaldeiras”, que vários autores mencionam, nunca os conseguimos encontrar em fontes primárias. Onde resta a pergunta: por que razão foram documentados os seus jantares apenas em locais luxuosos

⁹⁴⁰ Idem, *ibidem*, p. 725.

⁹⁴¹ António Sérgio, “O reino cadaveroso”, *Ensaaios*, I, Lisboa, 1972-76, p. 28.

⁹⁴² A informação e publicidade dos encontros dos Vencidos da Vida partiam do ‘órgão’ do grupo, o jornal *O Tempo*, dirigido por Carlos Lobo d’Ávila, sendo que nenhum artigo relacionado com os encontros, da secção ‘Vida elegante’, está assinado. Ainda que, como hipótese, estas notícias tenham sido escritas por jornalistas dedicados aos *faits divers* do meio intelectual, o certo é que os jantares foram anunciados exclusivamente n’*O Tempo*, e só depois comentados noutros periódicos. Os encontros vêm descritos por ordem cronológica, o que denota uma preocupação, de certa forma, um intuito, na sua divulgação. O mesmo sucedeu com os retratos de grupo, em que foi feita uma escolha particular do fotógrafo (Augusto Bobonne –1825-1910 –, fotógrafo da Casa Real), e que saíram a público.

e na secção ‘Vida elegante’, na imprensa? Curiosamente, os sítios das tascas e lugares de pasto, nas ‘hortas’ onde o grupo se reunia para as patuscadas (e que nada tinham a ver com luxo, antes com o país real de que falava Herculano) estavam ligados, na época, ao Fado – eram locais onde se comiam torresmos e sardinha frita, enquanto se ouvia o fado e se esperava a largada dos toiros. Fado esse, que foi alvo de polémica, anos mais tarde, como canção de vencidos ou de vencedores.

Procurámos, enfim, provar a persistência do tema e tentar compreendê-lo no âmbito de contextos de crise, em determinadas épocas ou momentos-chave de mudança para Portugal. Concluímos que as lembranças dos Vencidos da Vida nem sempre se assumem de forma pejorativa, consoante as épocas e as apropriações que delas fazem: quer a I República, quer o Estado Novo, nos debates parlamentares, fizeram referências honrosas aos Vencidos da Vida, apesar das polémicas mais acesas revelarem-se nas décadas de trinta, exactamente neste último regime: sobre o Fado, entre Luís Moita e Alberto Victor Machado, desencadeando a intervenção de uma série de intelectuais como defensores ou detractores; e sobre o vencidismo, no *Diabo* e na *Seara Nova*. Daí que seja fulcral compreender que os dois tópicos são distintos: as representações dos Vencidos da Vida e a atitude do vencidismo.

Na actualidade, e falamos já do séc. XXI, as referências que surgem relativas aos Vencidos da Vida são maioritariamente em termos pejorativos – e aí, estão claramente associadas à atitude do vencidismo – e passam além do literário, centrando-se, sobretudo, em discursos políticos, como neste exemplo, em que o economista Miguel Pinto-Correia afirma, em 2018:

“Portugal vive desde 25 de Abril de 1974 sob o jugo da geração dos vencidos da vida, a geração à qual lhes foi prometido os gloriosos frutos da Revolução e que depressa os viu esfumar como mera miragem, fruto do desastre político que se instalou em Portugal. (...) Abril nunca se cumpriu. Abril será sempre mera miragem enquanto houver *vencidos da vida*.”⁹⁴³

Assim, seguimos uma linha orientadora que nos permitiu responder às questões inicialmente colocadas: o estudo e análise da componente sociológica dos Vencidos da Vida permitiram-nos confirmar a diferente composição do grupo. A biografia de cada um

⁹⁴³ Miguel Pinto Correia, “Vencidos da Vida”, 7-II-2018, https://www.jm-madeira.pt/opinioes/ver/978/Vencidos_da_Vida. O sublinhado é nosso.

dos Vencidos, a sua formação académica, os papéis que desempenhavam na sociedade, os *clubs* e associações que frequentavam, a sua origem geográfica e as idades à época dos jantares revelam que o grupo estava longe de ser homogéneo. Nem todos eram aristocratas e repare-se que os jantares luxuosos que tinham, não era prática individual comum de alguns deles, como o caso de Oliveira Martins, cujo ideal de vida e trabalho não passava pelo luxo e ostentação. Isso demonstra, por sua vez, que a questão destes encontros é fundamental face à indagação do intuito que estes homens tinham em jantar, e em divulgar esses jantares (apenas os luxuosos) num quadro em que se auto-intitularam vencidos quando aparentemente tudo indicava que fossem vencedores. Por outro lado, como intelectuais, jornalistas, políticos, aristocratas (próximos ao rei e à corte) e pelos meios em que se moviam e que frequentavam, tinham, sem dúvida, um grau inegável de intervenção na sociedade da sua época. E foi exactamente por isso que começaram a ser olhados com desconfiança, ironia e sátiras. Verificámos, contudo, que devido a condicionantes várias, cada um dos Vencidos acabou por sofrer vicissitudes que os levaram a uma desilusão com a sociedade do seu tempo.

Existem vários momentos fulcrais da nossa história e que foram de crise assumida em que quer os Vencidos da Vida, quer o vencidismo como atitude são reavivados, e de formas diferentes: repare-se no tempo contemporâneo à existência do grupo dos Vencidos da Vida, em que estes são mordazmente satirizados e ironizados. Esse mesmo olhar continuou nos tempos próximos ao fim do grupo, com o eco dessas sátiras, justificadas, precisamente pela ironia com que os Vencidos da Vida assim se intitularam e pelo alarido criado à volta dos seus encontros gastronómicos. Num segundo momento, a crise da I República: foi uma época muito conturbada, em que já poucos dos Vencidos eram vivos. Na política, são por isso lembrados em forma de homenagem, elogiosa e honradamente. No entanto, é fora do parlamento, que surge, efectivamente, a ‘construção’ da ideia de vencidismo. Quando a modernidade parecia já não só trazer o novo, mas paradoxalmente a saudade do antigo, as dúvidas (que a intelectualidade tinha face à questão ontológica da pátria) adensaram-se e envolveram-se com outros ‘ismos’ – como o saudosismo, trazendo à tona o messianismo e sebastianismo a que a imagética nacional sempre se apropria em tempos de crise –, de que o vencidismo foi exemplo. Todavia, face a esse novo que o modernismo anunciava, o vencidismo surge como um movimento regressivo, algo que só faz sentido quando enquadrado no seu contexto temporal: Sardinha fala no “vencidismo

dos inúteis”⁹⁴⁴, mas era um integralista, cuja crítica à república foi claramente assumida no seu percurso. É numa época muito específica de afirmação de ditadura que as polémicas vencidos-vencedores e a canção do fado emergem. Portanto, o que é importante, sem dúvida, face a este quadro na época contemporânea, são as representações que dominam num e noutro regime e que contrastam: conforme o estudo feito sobre as referências aos Vencidos da Vida nos debates parlamentares, o vencidismo é visto de forma negativa e sem dúvida, quase sempre associado directamente aos Vencidos da Vida de uma forma muito acentuada em tempos de democracia. Qual o sentido destas mudanças de representações nos diferentes regimes? Sem dúvida, estão relacionadas com o tipo de apropriação política que têm, todavia, as circunstâncias e características do regime são fundamentais para entender essas mudanças. Há, sem dúvida, uma conotação negativa vincada face ao vencidismo como atitude, ao longo dos diferentes regimes, mas nos debates parlamentares as representações dos Vencidos assumem diferenças relevantes e até uma certa ambiguidade: a I República, sobretudo, mas também o Estado Novo, afastam-se da dimensão crítica que a Democracia assume. Há, portanto, representações positivas e negativas dos Vencidos que se justificam pelas características de que cada momento de crise é revestido e pelas orientações ideológicas de quem se pronunciou, tal como a oposição vencido-vencedor e o contraste entre aqueles que foram os críticos dos vencidos e os que os enalteceram. Na actualidade, poderemos até falar, face à permanência do tema, no recuperar do vencidismo como uma tendência de que a intelectualidade se apropria, com usos políticos de conotação negativa.

Lembremos a afirmação de Carlos Malheiro Dias, próximo do tempo dos Vencidos, sobre o grupo: “o papel político do grupo foi nenhum” e “dos jantares dos Vencidos da Vida nunca saíram conspirações”⁹⁴⁵. Esta afirmação assume-se como um dos principais tópicos sobre os Vencidos da Vida: as críticas de que os seus encontros foram objecto, encontros esses que, posteriormente, dariam origem àquilo que foi chamado de vencidismo e as dúvidas sobre os intuítos deste grupo.

Defendemos, assim, a tese de que o vencidismo é uma substantivação posterior aos Vencidos da Vida, mas que vingou, exactamente, tendo neles a sua raiz. Torna-se uma tipificação, uma representação duma atitude com dimensão mental, política, mas também ética. Afirmamos mesmo, espiritual. E que emerge em períodos de crise, precisamente

⁹⁴⁴ António Sardinha (António de Monforte), *O Valor da Raça, Introdução a uma Campanha Nacional*, Lisboa, 1915, p. 22.

⁹⁴⁵ Carlos Malheiro Dias, *Cartas de Lisboa (1905-1906)*, Lisboa, 1907, p. 260.

porque assume essas dimensões: não há crise (política, social ou moral) sem vontade de mudança, não há desânimo sem questionação de fim ou de início e, por isso mesmo, não há sombras, sem luz, assumindo o vencidismo um cariz profundamente moral, onde a fé se coloca como questão fundamental.

É importante salientar, numa outra perspectiva, que quer o vencidismo, através das polémicas e apropriações que teve (e tem), quer a memória dos Vencidos da Vida, são presença na memória social, apesar desta ser muito desigual. Repare-se que, sobretudo Eça de Queiroz e Oliveira Martins – pelo evidente papel que desempenharam na época – e em menor grau Ramalho Ortigão e Guerra Junqueiro, têm uma diferente projecção, enquanto a maior parte dos restantes Vencidos acabaram por cair no esquecimento. A toponímia e a estatuária confirmam essa diferença de projecção dos Vencidos da Vida na posteridade.

Em síntese: “decadência” e “regeneração” foram dois tópicos-chave na cultura de elite no Portugal dos finais do século XIX. A ideia do fim da pátria, a crise finissecular, ou a “nevrose do século”, levaram a que o desânimo e o vencidismo deixassem marcas profundas e duradouras na consciência nacional e na história cultural portuguesa. Entre a insegurança do presente, num imprevisível quadro de transformação das sociedades e o olhar sobre um passado de glória, Portugal procurava a sua identidade, no século XIX.

Desde o “isto dá vontade de morrer!”, de Herculano, à “choldra” a que Eça se referia, as elites intelectuais portuguesas colocaram a questão ontológica da viabilidade de Portugal como pátria. O resultado foi uma extensa e rica produção literária, política e jornalística, testemunha de uma descrença no futuro e na possibilidade de progresso.

Assim, em contextos de profunda crise social, económica e política, como as de 1890-92, 1914-21, ou momentos como a queda da I República, fizeram sentir-se ecos de vencidismo num Portugal que assistiu à ocupação estrangeira de alguns dos seus territórios coloniais, recorreu a empréstimos externos, viveu o *Ultimatum*, a bancarrota, revoltas populares, a crise e queda de regime político, o sonho da República mas, com ela, novos prenúncios de dificuldades. Quando Pessoa falou na “hora” de Portugal, para além do messianismo presente nas suas palavras (messianismo sempre recuperado em momentos de crise), implicou a questão identitária da pátria, que já Teixeira de Pascoaes e os homens da *Renascença Portuguesa* – referindo ainda os da *Seara Nova* – recolocaram, em tempos da I República.

O vencidismo como atitude não se esgota no pessimismo da hora presente, transporta consigo e suscita, por vezes, atitudes de regeneração, de luz e esperança e, por isso

mesmo, da vida que contraria a morte. Foi esse dualismo o objecto do nosso estudo, que pretendeu remeter para uma problematização nacional que atravessa o pensamento português, e atinge um ponto alto com os Vencidos da Vida e a crise de 1890-92, não terminando, afinal, com o fim da Monarquia, tida como a fonte de todos os males.

No final do século XIX, a ideia de *fim* atravessava a cultura nacional: fim de século (no original que coube à França, *fin de siècle*), *Finis Patriae*, mas também o fim da monarquia e, até, fim de mundo. Essa obsessão pelo “fim”, tornou-se dominante neste período e em termos como “decadência”, “suicídio” “patologia social”, tal como em obras de Guerra Junqueiro, Gomes Leal, António Patrício ou Camilo Pessanha, entre tantos outros, em que a imagem da morte paira sobre uma pátria que espera a regeneração. A Geração de 70, da qual mais tarde saiu parte do grupo dos Vencidos da Vida, quis “resolver problemas”. Estes homens agitaram o cenário cultural do país e lutaram, da cómica ironia à mais dolorosa tragédia, de Eça a Antero, para que a crise finissecular não fosse o fim da pátria. Mas a sua visão decadentista perpassou os tempos. Para além do clima suicidário que Unamuno caracterizou, em que se inscrevem Soares dos Reis, Camilo, Antero ou Manuel Laranjeira, outras vozes se ergueram sob o signo do vencidismo, que muitas vezes encerrou em si a esperança da vida contra a morte, da salvação face à decadência. Nas obras de António Nobre, Camilo Pessanha ou António Patrício, estão palavras amarguradas sobre um país que, à maneira de Junqueiro na sua *Pátria*, não sabe “donde vem, nem onde está, nem para onde vai.” Mas nesse desalento e nessa amargura perpassa uma mística vontade de salvação, de recusa do fim, apesar da aceitação da iminência de um fim...

O vencidismo daqueles que representaram toda uma geração em desalento, nos finais do séc. XIX, teria continuidade. Desalento que, fruto talvez da consciência de uma identidade nacional em risco de se perder, persistiu para além dos Vencidos da Vida, através de vintouros, também eles desalentados e, muitas vezes, *vencidos* (lembremos as palavras de Ruy Belo, “Nós, os vencidos do catolicismo”).

Pretendeu-se, desta forma, abordar um problema de fundo que se prende com um dos grandes debates culturais da modernidade sobre a ideia da queda do homem, em que fim, decadência ou morte fazem parte da própria vida das sociedades e das nações e, indo mais longe, da própria condição humana. Nesse sentido, o vencidismo poderá ser encarado como uma resposta ao sintoma do próprio processo da humanidade e, não sendo um mero sintoma geracional, foi formulado por uma das mais marcantes gerações portuguesas da modernidade. Uma geração de “gigantes”, como aliás foi notado.

Fica assim a tentativa de uma nova luz sobre o que foi o *vencidismo*, tema recorrente na história da cultura portuguesa contemporânea. Longe da pretensão de encerrar respostas e dar o conhecimento como definitivo, esta tese pretende abrir novos caminhos para futuras perspectivas. Diante da ainda imensidão de questões e problemas que se colocam, resta a certeza desafiante de que “a História permanece paixão, empenho e deslumbramento.”⁹⁴⁶

⁹⁴⁶ A.A. Marques de Almeida, “A escrita da História: questões de teoria e de problematização”, *Clio*, Vol. 5, 2000, p.17.

VII – Fontes e Bibliografia

Fontes

1 - Fontes manuscritas

BIBLIOTECA NACIONAL de Portugal, A.C.C.P., *Espólio de Oliveira Martins*, Lisboa, B.N., s.d., E 20, doc. 541-548.

2 - Fontes Impressas

2.1. Dicionários

1. Língua Portuguesa

ACADEMIA das Ciências de Lisboa, FUNDAÇÃO Calouste Gulbenkian, *Dicionário da Língua Portuguesa da Academia das Ciências de Lisboa*, vols. I-II, Verbo, 2001.

BASTOS, J.T. da Silva, *Diccionario da língua portugueza: etymologico, prosódico e orthographico*, 9.^a ed. correcta e augmentada, Lisboa, A. Editora, 1909.

_____, *Diccionario etymologico, prosódico e orthographico da língua portugueza: contendo grande cópia de novos termos e accepções e um suplemento*, Lisboa, Parceria António Maria Pereira, 1928.

BÍVAR, Artur, *Dicionário Geral e Analógico da Língua Portuguesa*, coord. Manuel dos Santos Ferreira, e Maria Vitória Garcia dos Santos Ferreira, pref. Gaspar Machado, Porto, Edições Ouro LDA, vol. II, 1948-1958.

COSTA, Faria da (coord.), *Grande Dicionário da Língua Portuguesa*, Porto, Porto Editora, 2010.

FIGUEIREDO, Cândido de, *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*, 1.^a ed., Lisboa, Livraria Tavares Cardoso & Irmão, 1899.

_____, *Dicionário de Língua Portuguesa*, 10.^a ed. revista, corrigida, muito aumentada e actualizada, vol. II, Lisboa, Bertrand, 1949.

_____, *Grande Dicionário de Língua Portuguesa*, vol. IV, Venda Nova, Bertrand, 1966.

_____, *Grande Dicionário da Língua Portuguesa*, 15.^a ed., vol. II, Amadora, Livraria Bertrand, 1973.

GONÇALVES, Francisco Rebelo, *Vocabulário da Língua Portuguesa*, Coimbra, Ed. Lda, 1966.

- HOUAISS, António, *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*, Rio de Janeiro, Objetiva, 2001.
- _____, VILLAR, Mauro de Salles (co-autor), *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*, Lisboa, Temas & Debates, 2003.
- _____, *Grande Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*, 1.^a ed., Lisboa, Círculo de Leitores, 2015.
- MACHADO, José P. (coord.), *Grande Dicionário da Língua Portuguesa*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996-1997.
- _____, *Grande Dicionário da Língua Portuguesa*, Lisboa, Amigos do Livro Editores, 1981.
- _____, *Dicionário etimológico de Língua Portuguesa com a mais antiga documentação escrita e conhecida de muitos dos vocábulos estudados*, 8.^a ed., Vol. V, Lisboa, Livros Horizonte, 2003.
- MICHAELIS - *Moderno Dicionário da Língua Portuguesa*, S. Paulo, Dinapress, Melhoramento, 1998.
- ROQUETTE, José Inácio, *Diccionario da Língua Portuguesa de José da Fonseca: feito inteiramente de novo e consideravelmente augmentado*, Paris, 1852.
- _____, *Diccionario da Língua Portuguesa: e dicionário de synonymos; seguido do dicionário poético e de epithetos*, Paris, Aillaud, 1883.
- _____, FONSECA, José da, *Diccionario da Língua Portuguesa e diccionario de synonymos seguido do diccionario poético e de epithetos*, Paris, Aillaud, 1885.
- SÉGUIER, Jaime de (direc.), *Dicionário prático ilustrado. Novo Dicionário enciclopédico luso-brasileiro*, Porto, Lello & Irmão, 1968.
- SILVA, António de Moraes e, *Diccionario da Língua Portuguesa*, 9.^a ed. ver. e melhorada, Lisboa, 1889.
- _____, *Diccionario de Língua Portuguesa*, 8.^a ed., vol. II, Lisboa, Ed. Empreza Litteraria Fluminense, 1891.
- _____, *Diccionario da Língua Portuguesa*, 10.^a ed. rev. corrig.muito aum. e actualizada, Augusto Moreno Cardoso Júnior, José Pedro Machado, Lisboa, Ed. Confluência, 1949-1959.
- _____, *Novo Dicionário compacto da Língua Portuguesa*, 9.^a ed., vols. II e V, Lisboa, Ed. Confluência, 1999.
- SILVA, Fernando J. da, *Dicionário de Língua Portuguesa: ortoépico, ortográfico, etimológico e arcaico*, Porto, Manuel Barreira, 1956.

VITERBO, Fr. Joaquim de Santa Rosa de, *Elucidário das palavras, termos e frases que em Portugal antigamente se usaram e que hoje regularmente se ignoram*, 2.^a ed., vol. II, Lisboa, A.J. Fernandes Lopes, 1885.

_____, *Elucidário das palavras, termos e frases que em Portugal antigamente se usaram e que hoje regularmente se ignoram*, 1.^a ed. crítica, Vol. II, Porto-Lisboa, Livraria Civilização, 1966.

2. Dicionários e Enciclopédias

ANDRADE, Adriano da Guerra, *Dicionário de pseudónimos e iniciais de escritores portugueses*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1999.

AZEVEDO, Carlos Moreira de (dir.de), *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, vol. 3, Lisboa, Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa/ Círculo de Leitores, 2001.

BUESCO, Helena Carvalhão (coord.), *Dicionário do romantismo literário português*, Lisboa, Caminho, 1997.

GRANDE *Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. 34, Lisboa-Rio de Janeiro, Enciclopédia, s.d. [195-].

GRANDE *Enciclopédia Portuguesa e Brasileira: Ilustrada com cerca de 15000 gravuras*, vol. XII, Rio Tinto, 1998.

LAPA, Albino, *Dicionário de pseudónimos*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1980.

MARTINS, Fernando Cabral (coord.), *Dicionário de Fernando Pessoa e do Modernismo Português*, Lisboa, Ed. Caminho, 2008.

MATOS, A. Campos (org. e coord.), *Dicionário de Eça de Queiroz*, 3.^a ed., Lisboa, I.N.C.M., 2015.

MÓNICA, Maria Filomena (direc.), *Dicionário biográfico parlamentar (1834-1910)*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais e Assembleia da República, 2004.

PAMPLONA, Fernando de, *Dicionário de pintores e escultores portugueses ou que trabalharam em Portugal*, Porto, Livraria Civilização Editora, 1987.

PEREIRA, José Costa, MARTINS, José Frederico Ferreira (coord.), *Dicionário Ilustrado da História de Portugal*, vol. II, Lisboa, Alfa, 1986.

_____, *Dicionário Enciclopédico da História de Portugal*, vol. II, Lisboa, Alfa, 1990.

PIRES, Daniel, *Dicionário da Imprensa Periódica literária Portuguesa do séc. XX*, Lisboa, Grifo, 1996.

RAFAEL, Gina Guedes (cord. e org.), *Jornais e revistas portuguesas do século XIX*, vol. II, Lisboa, B.N., 2002.

SERRÃO, Joel (direc.), *Dicionário de História de Portugal*, Lisboa, Figueirinhas, 1981.

SOUTO, José Correia do, *Dicionário da História de Portugal*, Lisboa, Zairol; Ponta Delgada, Atlantilivro, 1985.

2.2. Imprensa Periódica

1. Portuguesa

ABC, 1922.

A Águia – Revista quinzenal ilustrada de literatura e crítica,
http://ric.slhi.pt/A_Aguia/revista, 1910; 1912; 1923; 1932.

A Província, 1890.

A tarde, 1892.

A voz pública, 1892.

Diário de Lisboa, http://casacomum.org/cc/diario_de_lisboa/ - 1922; 1933; 1937; 1938; 1941; 1949.

Diário de Notícias, 1896; 1911; 1927; 1928; 1933; 1934; 1943.

HEMEROTECA Digital, Câmara Municipal de Lisboa,

<http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt> :

- *Álbum das Glórias*, 1880; 1881.
- *Álbum dos Vencidos*, 1913.
- *Aqui d'El Rei*, 1914.
- *A choldra: Semanário republicano de combate e crítica à vida nacional*, 1926.
- *A Comédia Portuguesa*, 1889.
- *A Illustração Portuguesa: semanario, revista litteraria e artistica*, 1890.
- *A Lanterna Mágica*, 1875.
- *A Lucta*, 1908.
- *A monarquia: diário integralista da tarde*, 1917.
- *A paródia*, 1900-1907.
- *A opinião*, 1890.
- *A Revolução Nacional*, 1934.

- *A sátira*, 1911.
- *A voz do operário*, 1936.
- *As Quadras do Povo*, 1909.
- *Branco e Negro: Semanário Ilustrado*, 1896.
- *Diário Ilustrado*, 1889; 1908.
- *Galeria Republicana*, 1882.
- *Ilustração Portuguesa*, 1903; 1904; 1905; 1923.
- *Notícias Ilustrado*, 1928; 1929.
- *Nova Silva*, n.º 1 ao n.º 5, 2 de Fev. a 10 de Abril de 1907.
- *O António Maria*, 1889-1891.
- *O Berro*, 1896.
- *O Occidente, Revista Ilustrada de Portugal e do Estrangeiro*, 1885-1908.
- *O Século*, 1888-1896.
- *Papagaio real: semanário monarchico: política, caricatura e humorismo*, 1914.
- *Pontos nos ii*, 1886; 1888; 1889; 1890.
- *Olisipo: Boletim do Grupo “Amigos de Lisboa”*, n.º16, 1941; n.º 149, 1986.
- *Revista Brasil Portugal*, ano II, 1900.
- *Sol Nascente*, 1937.

História, 2004.

Jornal da noite, 1889.

Jornal de Letras, 2007.

Jornal de Negócios – “Opinião”,

https://www.jornaldenegocios.pt/opiniao/detalhe/o_pessimismo_portuguecirs

Jornal de Notícias, 1981.

Novidades, 1885; 1892.

O Diabo, 1937; 2014.

O Independente, 1997.

O Repórter, 1888; 1889; 1892.

O Tempo, 1889; 1890.

Público, 1994; 2003; 2008.

Público, <https://www.publico.pt/2017/04/25/local/noticia/a-vontade-de-afirmar-abril-tambem-se-ve-nos-nomes-das-ruas-de-lisboa-1769580>

Seara Nova,

<http://searanova.publ.pt/espilio-digital/> - 1921-1937.

Vanguarda, 1903.

Visão, n.º 929, 23 a 29 de dezembro 2010.

Visão História - Portugal há 100 anos, n.º 7, Fev. 2010.

2. Internacional

El Sol, 1923

La Gaceta Literaria, Letras-Arte-Ciência, 1928.

Le Journal, 1908.

Le Temps, 1916.

Nuestro Tiempo, 1923.

3 – Ensaios, historiografia, crónicas

ALEGRE, Manuel, *Contra a corrente, discursos e textos políticos*, Lisboa, Publicações D. Quixote, 1997.

ALMEIDA, Fialho de, *Pasquinadas: jornal d'um vagabundo*, Porto, Livraria Civilização, 1890.

_____, *Os Gatos, Publicação mensal, d'inquerito à vida portuguesa*, Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1911.

_____, *Saibam quantos... (cartas e artigos políticos)*, 4.ªed., Lisboa, A. M. Teixeira, 1924.

_____, *Os Gatos, Publicação mensal, d'inquerito à vida portuguesa*, (pref. e selecção de José Lins do Rego), Rio de Janeiro, Livros Portugal, 1942.

ARNOSO, Conde de, *Azulejos*, Lisboa, Portugal-Brasil, s.d.

ASSUMPÇÃO, T. Lino d', *Fim de século (Histórias do meu tempo)*, Lisboa, Typ. da Companhia Nacional Editora, 1891.

BARROS, João de, *Portugal, terra do Atlântico*, Paris-Lisboa, Livrarias Aillaud e Bertrand, 1923.

BASTOS, Teixeira, “A crise do Partido Republicano”, *Almanach Republicano*, Lisboa, Nova Livraria, 1886.

_____, *A crise. Estudo sobre a situação política, financeira, económica e moral da nação portuguesa nas suas relações com a crise geral contemporânea*, Porto, Chardron, 1894, p. VIII.

- BRAGA, Teófilo, *História das ideias republicanas em Portugal*, Lisboa, Vega, 1983.
- BRUNO, Sampaio, *O Encoberto*, Porto, Lello & Irmão, 1983.
- CABRAL, António, *Em plena República*, Lisboa, Imprensa Lucas, 1932.
- CAMPOS, Álvaro de, *Ultimatum*, Lisboa, Editorial Nova Ática, 2006.
- CAMPOS, Carlos Augusto da Silva (dir.), *Almanach Comercial de Lisboa*, Lisboa, Typ. Universal, 1884, p. 140.
- CÂNDIDO, António, *Discursos Parlamentares (1880-1885)*, Porto, Empreza litteraria e Typographica, s.d.
- CARVALHO, Coelho de, *Carta de Conselho a El-Rei*, Lisboa, Minerva Avenida, 1889.
- CARVALHO, Pinto de (TINOP), *História do Fado*, Lisboa, Empreza da História de Portugal, 1903.
- CASTELLO-BRANCO, João Franco, *Cartas d'El Rei D. Carlos I a João Franco Castello-Branco, seu último presidente do Conselho* (pref.de Rui Ramos), Lisboa, Bertrand Editora, 2006.
- CHAGAS, João, *Cartas de um condenado político. 1892-1893*, Lisboa, Livraria Internacional de Ernesto Chardron, Casa Editora, 1894.
- CHAGAS, João e COELHO, Ex-Tenente, *História da Revolta do Porto de 31 de Janeiro de 1891* (Depoimento de dois cúmplices), Lisboa, Empreza Democrática de Portugal, 1901.
- CHAGAS, Manuel Pinheiro, *Historia de Portugal: popular e illustrada. Continuada desde a chegada de D. Pedro IV à Europa até à morte de D. Manuel II por J. Barbosa Cohen; e d'ahi até aos nossos dias por Marques Gomes*, XII vol., Lisboa, Empreza da Historia de Portugal, 1907.
- CHRISTO, Francisco Homem, *Os acontecimentos de 31 de Janeiro e a minha prisão*, Lisboa, Empreza J.J. Nunes, 1891.
- _____, *Monarchicos e Republicanos (Apontamentos para a História Contemporânea)*, Porto, Livraria Escolar Progrédior, 1928.
- CLARETIE, Jules, *La vie à Paris: 1880-1895*, vol.1881, Année 2, Paris, Victor Havard Éditeur, 1881.
- CORDEIRO, J. A. da Silva, *A crise em seus aspectos morais* (introd., org. e notas de Sérgio Campos Matos), Lisboa, 1999 (1.^aed. 1896).
- COSTA, Afonso, *Discursos Parlamentares, 1900-1910*, vol. I., Lisboa, Publicações Europa-América, 1973.

- COSTA, João Marques da, *Os preciosos/ Comédia em três actos*. Lisboa, M. Gomes, 1894.
- COSTA, Leonildo de Mendonça e, *Almanach dos theatros para 1881*, Lisboa, Typ. de S.F.R. Teixeira, 1881.
- DIAS, Carlos Malheiro, *Cartas de Lisboa (1905-1906)*, Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1907.
- _____, *Em redor de um grande drama: subsídios para uma história da sociedade portuguesa (1908-1911)*, Lisboa, Aillaud & Bertrand, 1920.
- FONSECA, Martinho Augusto, *Subsidios para um diccionario de pseudonymos iniciaes e obras anonymas de escriptores portuguezes: contribuição para o estudo da literatura portugueza* (prol. Pelo Dr. Teophilo Braga), Lisboa, Typografia da Academia Real das Sciencias, 1896.
- FUSCHINI, Augusto, *O presente e o futuro de Portugal*, Lisboa, Companhia Tipográfica, 1899.
- GARRETT, Almeida, *Portugal na balança da Europa*, Lisboa, Livros Horizonte, 2005.
- GOMES, José Bento, *Crise económica: alguns meios de attenuar*, Lisboa, Minerva Peninsular, 1898.
- LACERDA, José Maria de Almeida e Araújo Correia de, *Diccionario Encyclopedico ou novo diccionario da língua portugueza, seguido do diccionario de synonymos com reflexões críticas*, Lisboa, Imprensa de J.G. Sousa Neves, 1874.
- LAPA, Manuel Rodrigues, *As minhas razões: memórias de um idealista que quis endireitar o mundo...* Coimbra, Coimbra Editora, 1983.
- LIMA, Archer de, *Magalhães Lima e a sua obra: notas e impressões*, Lisboa, A. Editora, 1911.
- MACHADO, Alberto Victor, *Ídolos do Fado*, Lisboa, Tipografia Gonçalves, 1937.
- _____, *Ídolos do Fado*, Edição em fac-símile de 1937, Lisboa, INCM, 2012.
- MAGALHÃES, Luiz de, *D. Sebastião*, Coimbra, França amado - Editor, 1898.
- _____, *A crise monarchica. Documentos para a História e liquidação de responsabilidades*, Lisboa, Aillaud & Lellos, Limitada, 1934.
- MANTA, João Abel, *Cartoons: 1969-1975*, Lisboa, O Jornal, 1975.
- MARTINS, Francisco José da Rocha, *João Franco e o seu tempo*, Lisboa, Ed. do Auctor, Oficinas Gráficas do “ABC”, s.d. [1925?].
- MARTINS, Joaquim Pedro de Oliveira, *Os Filhos de D. João I* (2.^aed.), Lisboa, Parceria António Maria Pereira, 1901.

- _____, *História de Portugal* (8.^a ed.), Lisboa, Parceria António Maria Pereira, 1913.
- _____, (pref. por António Sérgio e Faria de Vasconcelos), *Dispersos: artigos políticos, económicos, filosóficos, históricos e críticos*, Lisboa, Oficinas Gráficas da Biblioteca Nacional, 1923.
- _____, (pref. e anotações por Francisco d'Assis Oliveira Martins), *Correspondência*, Lisboa, Parceria António Maria Pereira, 1926.
- _____, *O Repórter, Obras completas de Oliveira Martins II*, Guimarães Editores, 1957.
- _____, *Portugal Contemporâneo*, Lisboa, Guimarães Editora, 1953, vol. 3.
- _____, *Portugal em África*, Lisboa, Guimarães Editora, 1953.
- _____, *História de Portugal* (15.^aed.), Lisboa, Guimarães Editores, 1968.
- MOITA, Luís, *O Fado, Canção de vencidos*, Lisboa, Empresa da Emissora Nacional, 1936.
- MONTALVOR, Luiz de (direc.), *Centauro: Revista trimestral de literatura*, n.º 1 (Outubro-Dezembro 1916), edição facsimilada, Lisboa, Contexto, 1986.
- NEGREIROS, Almada, *Manifestos e conferências*, Lisboa, Assírio & Alvim, 2006.
- NOBRE, António, *Correspondência* (org., introd. e notas de Guilherme de Castilho), Lisboa, Portugália Editora, 1967.
- OLIVEIRA, Alberto d', *Pombos Correios (Notas Quotidianas)*, Coimbra, F. França Amado, Editor, 1913.
- OLIVEIRA, Lopes d', *...E mesmo contra a maré!: memórias, crítica, paisagem*, Lisboa, Editora Universo, 1945.
- ORTIGÃO, José Duarte Ramalho, *Folhas soltas (1865-1915)*, Livraria Clássica Editora, Lisboa, 1956.
- ORTIGÃO, José Duarte Ramalho, *Últimas Farpas*, Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves, 1916.
- PASCOAES, Teixeira de, *O génio português na sua expressão filosófica, poética e religiosa*, Porto, Edição da Renascença Portuguesa, 1913.
- _____, *A saudade e o saudosismo*, Lisboa, Assírio & Alvim, 1988.
- _____, *Arte de ser Português*, Lisboa, Assírio & Alvim, 1998.
- PESSOA, Fernando (compil.), *Regresso ao sebastianismo*, [s.l., s.n.], 1950.
- _____, *Aviso por causa da moral e outros textos de intervenção de Álvaro de Campos*, Lisboa, Editorial Nova Ática, 2007.

- _____, *À memória do Presidente-Rei Sidónio Pais*, Lisboa, Editorial Nova Ática, 2007.
- _____, *O provincianismo português*, Lisboa, Editorial Nova Ática, 2007.
- _____, *Sobre Portugal. Introdução ao problema nacional* (introd. e org. Joel Serrão), Lisboa, Ática, 1979.
- PIMENTEL, Alberto, *A triste canção do Sul; subsídios para a história do Fado*, Lisboa, Livraria Central de Gomes de Carvalho, 1904.
- _____, *A triste canção do Sul; subsídios para a história do Fado*, 1.^a ed., Lisboa, Dom Quixote, 1989.
- PINHEIRO, Rafael Bordalo, *Álbum das Glórias* (1.^a, 2.^a e 3.^a séries, conforme as edições de 1880-1883, 1885 e 1902), Lisboa, Frenesi, 2003.
- PINTO, Silva, *Combates e críticas: 1875-1881*, Lisboa, Parceria A. Maria Pereira, 1907.
- PORFÍRIO, Carlos Filipe (direc.), *Portugal Futurista*, n.º 1, Lisboa, S. Ferreira, 1917.
- QUEIROZ, Eça de, *Revista de Portugal*, Porto, Lugan & Genelioux, 1889-1892.
- _____, *Prosas Bárbaras*, Porto, L. Chardron, 1928.
- _____, *Correspondência*, Editora Livros do Brasil, 2001.
- _____, *Ecos de Paris*, Porto, Lello & Irmão Editores, s.d.
- _____, Emília de Castro, *Correspondência epistolar*, Porto, Lello Editores, 1996.
- _____, *Notas Contemporâneas*, Editora Livros do Brasil, 2000.
- _____, *Novos factores da política portuguesa*, Lisboa, Editorial Nova Ática, 2007.
- _____, *Correspondência*, org. e anotações de A. Campos Matos, Lisboa, Editorial Caminho, 2008, vol. I.
- QUEIROZ, Eça de, ORTIGÃO. Ramalho, *As Farpas* (coord. de Maria Filomena Mónica), Cascais, Principia, 2004.
- QUENTAL, Antero de, *Cartas (1842-1891)*, (leit., org., pref. e notas de Ana Maria Almeida Martins), Lisboa, Imprensa-Nacional Casa da Moeda, 2009.
- _____, *Causas da decadência dos povos peninsulares*, Lisboa, Ulmeiro, 2001.
- RODRIGUES, José Júlio, *Coisas Portuguesas* (Conferência realizada no Salão do Teatro da Trindade aos 8 de Junho/Julho de 1884), Lisboa, David Corazzi Editori, 1885.
- SÁ-CARNEIRO, Mário de, *Cartas de Mário de Sá-Carneiro a Luís de Montalvor, Cândida Ramos, Alfredo Guisado, José Pacheco*, (leitura, selec. e notas Arnaldo Saraiva), Porto, Ed. Limiar, 1977.
- _____, *Cartas a Fernando Pessoa*, I vol., Lisboa, Ática, 1979.

SABUGOSA, Conde de, *Historiadores portugueses*. Conferência realizada na Liga Naval em 25 de Abril de 1909, Lisboa, Livraria Ferreira, 1909.

SARDINHA, António (António de Monforte), *O Valor da Raça - Introdução a uma Campanha Nacional*, Lisboa, Almeida, Miranda & Sousa, Editores, 1915.

SÉRGIO, António, *Ensaio*, Vols. I-III, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1972-1976.

TELES, Basílio, *Do Ultimatum ao 31 de Janeiro: esboço d'história política*, Porto, Bazilio Telles, Editor, 1905.

_____, *Do Ultimatum ao 31 de Janeiro: esboço d'história política*, (pref. e índices por Augusto da Costa Dias), Lisboa, Portugália Editora, 1968.

UNAMUNO, Miguel de, *Escritos de Unamuno sobre Portugal* (estúdio, recopilación y notas de Ángel Marcos de Dios), Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, 1985.

_____, *Por terras de Portugal e de Espanha*, Lisboa, Nova Vega, 2009.

VALÉRIO, João, *Prato d' "O Dia", Caricaturas políticas publicadas no Jornal "O Dia"*, 1.^a série (15 de Abril a 1 de Agosto de 1914; 24 de Fevereiro a 14 de Maio de 1915), Lisboa, Ed. e propriedade do Auctor, 1916.

4 – Obras literárias

ALEGRE, Manuel, *Praça da canção*, Coimbra, Cancioneiro Vértice, 1965.

_____, *O canto e as armas*, Mem-Martins, Europa-América, 1974.

_____, *Atlântico*, Lisboa, Moraes, 1981.

_____, *Atlântico*, Lisboa, Publicações D. Quixote, 1989.

_____, *Jornada de África (Romance de amor e morte do Alferes Sebastião)*, Lisboa, Publicações D. Quixote, 1989.

_____, *Livro do português errante*, 2.^a ed., Lisboa, Publicações D. Quixote, 2001.

_____, "Pátria expatriada", *O canto e as armas*, Lisboa, D. Quixote, 2017.

ANDRESEN, Sophia de Mello Breyner, *Cem poemas de Sophia*, Lisboa, Visão e JL, 2004.

BELO, Ruy, *Obras poéticas de Ruy Belo*, (org. e notas de Joaquim Manuel Magalhães, Maria Jorge Vilar de Figueiredo) vol.3, Lisboa, Presença, 1984.

_____, *Obras poéticas de Ruy Belo*, (org. e notas de Joaquim Manuel Magalhães) vol.2, Lisboa, Editorial Presença, 1990.

- _____, *Homem de palavra [s]*, Lisboa, Presença, 1997.
- _____, *País Possível*, Obra poética de Ruy Belo, Lisboa, Editorial Presença, 1998.
- BÍBLIA Sagrada*, Lisboa, Ed. Sociedade Bíblica, 1993.
- BRANDÃO, Raul, *Húmus*, Lisboa, D. Quixote, 2003.
- _____, *Memórias: três volumes*, 1.^aed., Lisboa, Quetzal, 2017.
- CORTESÃO, Jaime, *Daquém e dalém morte, contos*, Lisboa, Imprensa-Nacional-Casa da Moeda, 2000.
- COSTA, João Bénard da, *Nós, os vencidos do catolicismo*, Coimbra, Edições Tenacitas, 2003.
- ESPANCA, Florbela, *Sonetos*, s. l., Moderna Editorial Laves, 2001.
- FERREIRA, David Mourão, *Obra Poética (1948-1988)*, Lisboa, 2006.
- GAMA, Sebastião da, *Cabo da Boa Esperança. Obras Completas de Sebastião da Gama, III*, Lisboa, Ática, 1993.
- _____, *Obras de Sebastião da Gama. Pelo sonho é que vamos* (pref. Ruy Belo), 6.^a ed., Mem-Martins (Sintra), Edições Arrábida, 2004.
- GEDEÃO, António, *A poesia de António Gedeão* (análise de Jorge de Sena), 9.^a ed., Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1983.
- JUNQUEIRO, Abílio Guerra, *Finis Patriae*, (2.^aed.) Porto, Emp. Lit. e Tip. Editora, 1891.
- _____, *Pátria*, Porto, Livraria Chardron, 1925.
- _____, *Pátria*, Porto, Lello & Irmãos, 1945.
- _____, *Antologia Poética*, Lisboa, Guimarães Editora, 1998.
- LARANJEIRA, Manuel, (pref. Miguel de Unamuno) *Cartas*, Lisboa, Portugália Editora, 1943.
- _____, *O pessimismo nacional, ou de como os portugueses procuram soluções de esperança em tempos de crise nacional*, Lisboa, Padrões Culturais Editora, 2008.
- LEAL, António Duarte Gomes, *Verdades cruas*. Lisboa, Livraria Económica, 1909.
- _____, *Fim de um Mundo. Sátiras modernas*, Lisboa, Assírio & Alvim, 2000.
- _____, *Memórias de uma época maldita*, Lisboa, Assírio & Alvim, 2007.
- NOBRE, António, *Só*, (introd.de Augustina Bessa Luís), Porto, Civilização Editora, 1999.
- _____, *Poesia completa* (pref. Mário Cláudio), Lisboa, D. Quixote, 2000.
- OLIVEIRA, Alberto d', *Pombos-Correios (notas quotidianas)*, Coimbra, F. França Amado Editora, 1913.

- PASCOAES, Teixeira de, *Livro de Memórias*, Lisboa, Ed. Assírio e Alvim, 2001.
- _____, , *D. Carlos, Drama em verso*, Lisboa, D. Manuel de Castro e Guilherme de Faria Editores, 1925.
- PATRÍCIO, *Poesia completa*, Lisboa, Assírio e Alvim, 1980.
- _____, *Poesia Completa*, 2.ªed., Lisboa, Assírio e Alvim, 1989.
- _____, *O Fim. Pedro, o Cru*, Lisboa, Assírio & Alvim, 1990.
- _____, *António D. João e a Máscara*, Mem-Martins, Pub. Europa-América, 1991.
- PESSANHA, Camilo, *Clepsidra* (apres. crítica e notas de Tereza Coelho Lopes), Lisboa, Editorial Comunicação, 1983.
- _____, *Clepsidra e outros poemas*, org. João de Castro Osório, 9.ºedic. Lisboa, Editorial Nova Ática, 2003.
- PESSOA, Fernando, *Poesia de Fernando Pessoa* (introd. e selecção de Adolfo Casais Monteiro), Lisboa, Ed. Presença, 2006.
- _____, *Mensagem*, Lisboa, Assírio & Alvim, 2007.
- QUEIROZ, Eça de, *A Ilustre Casa de Ramires*, Lisboa, Editora Livros do Brasil, s.d.
- _____, *O Conde de Abranhos e A Catástrofe*, Lisboa, Editora Livros do Brasil, s.d.
- _____, *Os Maias*, Lisboa, Editora Livros do Brasil, 2006.
- _____, *O crime do Padre Amaro*, Lisboa, Editora Livros do Brasil, 2008.
- _____, *Contos*, Lisboa, Editora Livros do Brasil, 2008.
- _____, *A correspondência de Fradique Mendes (Memórias e Notas)*, ed. Crítica de Carlos Reis, Irene Fialho e Maria João Simões, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2014.
- _____, *Contos*, Editora Livros do Brasil, 2020.
- RÉGIO, José, *Cântico Negro, Cântico Negro. Antologia Poética*, Vila Nova de Famalicão, Quasi, 2005.
- RIBEIRO, Aquilino, *Um escritor confessa-se*, (pref. de Mário Soares), Lisboa, Bertrand Editora, 2008.
- RODRIGUES, Amália, *Versos*, Lisboa, Cotovia, 1999.
- SÁ-CARNEIRO, Mário de, *Poemas, Obras Escolhidas*, (ed. Teresa Sobral Cunha, Lisboa, Relógio D'Água Editores, 2003.
- _____, *“Feliz pela infelicidade” seguido de “O Vencido”*, Lisboa, Padrões Culturais Editora, 2008.
- SENA, Jorge de, *O reino da estupidez*, Lisboa, Moraes, 1961.
- _____, *40 Anos de Servidão*, Lisboa: Edições 70, 1989.

TORGA, Miguel, *Diário, X*, 6.^a ed., Coimbra, Atlântida, 1968.

5 – Fontes digitalizadas

ARQUIVO Municipal do Porto (documentos com referência a 31 de Janeiro, Porto),

<http://gisaweb.cm-porto.pt/topics/8426/documents>

ARQUIVO Nacional da Torre do Tombo,

<http://digitalq.arquivos.pt/>

BIBLIOTECA Digital del Patrimonio Iberoamericano,

<http://www.iberoamericadigital.net/BDPI/Search.do?field=autor&text=Martins,%20Rocha,%201879-1952&pageSize=10&pageNumber=1>

BIBLIOTECA Nacional Digital,

<http://catalogo.bnportugal.gov.pt/ipac20/ipac.jsp?session=16M66V361V556.2516&profile=bn&menu=tab20&ts=1606693666404>

BIBLIOTECA Nacional de España,

<http://www.bne.es/es/Catalogos/>

BIBLIOTHÈQUE National France,

<https://catalogue.bnf.fr/index.do>

DEBATES Parlamentares,

<https://debates.parlamento.pt>

_____, Monarquia Constitucional, *Diário da Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa* (1822-1910),

<https://debates.parlamento.pt/catalogo/mc/cd>

_____, Monarquia Constitucional, *Diário da Câmara dos Pares do Reino* (1842-1910),

<https://debates.parlamento.pt/catalogo/mc/cp2>

_____, 1.^a República, *Diário da Câmara dos Deputados* (1911-1926),
<https://debates.parlamento.pt/catalogo/r1/cd>

_____, 1.^a República, *Diário do Senado* (1911-1926),
<https://debates.parlamento.pt/catalogo/r1/cs>

_____, Estado Novo, *Diário das Sessões da Assembleia Nacional* (1935-1974),
<https://debates.parlamento.pt/catalogo/r2/dan>

_____, Estado Novo, *Actas da Câmara Corporativa* (1935-1974),
<https://debates.parlamento.pt/catalogo/r2/acc>

_____, 3.^a República, *Diário da Assembleia Constituinte* (1975-1976),
<https://debates.parlamento.pt/catalogo/r3/dac>

_____, 3.^a República, *Diário da Assembleia da República* (1976-2020),
<https://debates.parlamento.pt/catalogo/r3/dar>

6 – Cartografia

Planta da cidade de Lisboa, com os diferentes melhoramentos introduzidos e projectados, 1888.

Bibliografia

1 - Obras de carácter geral

MEDINA, João, *História de Portugal Contemporâneo: Político e Institucional*, Lisboa, Universidade Aberta, 1994.

LOPES, Óscar, SARAIVA, António José, “Modernismo – Primeiro grupo modernista”, *História da Literatura Portuguesa*, Porto, Porto Editora, 1978, pp. 1043-1045.

_____, “Época Contemporânea”, *História da Literatura Portuguesa*, Porto, Porto Editora, 2008, pp. 937-1047.

MATTOSO, José (dir.), *História de Portugal. A segunda fundação (1890-1926)*, Vol.VI, Lisboa, Ed. Estampa, 1994.

SERRÃO, Joel, *Temas oitocentistas II: Para a História de Portugal no século passado*, Lisboa, Portugália, 1962.

RAMOS, Rui, SOUSA, Bernardo Vasconcelos e, MONTEIRO, Nuno Gonçalo (coord.), *História de Portugal*, 8.ªed., Lisboa, A Esfera dos Livros, 2015.

2 - Teoria e Método

AMEIDA, A.A. Marques de, “A escrita da História: questões de teoria e de problematização”, *Revista Clio*, Lisboa, Centro de Estudos de História da Universidade de Lisboa, vol. 5, 2000, pp. 9-18.

BETHENCOURT, Francisco e CURTO, Diogo Ramada, *A memória da nação: Colóquio do Gabinete de Estudos de Simbologia*, Lisboa, Liv. Sá da Costa, 1991.

CALINESCU, Matei, *As cinco faces da modernidade: modernismo, vanguarda, decadência, kitsch, pós-modernismo*, Lisboa, Vega, 1999.

CARTER, Alfred Edward, *The idea of Decadence in French Literature – 1830-1900*, Toronto, University of Toronto Press, 1958.

CATROGA, Fernando, *Memória, História e Historiografia*, Coimbra, Quarteto Editora, 2001.

_____, *Os passos do Homem como restolho do Tempo. Memória e fim do fim da História*, Coimbra, Edições Almedina, 2009.

CHARLE, Christophe, *La naissance des intellectuels-1880-1900*, Paris, Edition de Minuit, 1990.

- COMELLAS, José Luis, *Del 98 a la Semana Trágica (1898-1909). Crisis de consciência y renovación política*, Madrid, Biblioteca Nueva, 2002.
- CUCHE, Denys, *A noção de cultura nas Ciências Sociais*, Lisboa, Fim de Século, 2006.
- DUMMONT, Louis, *Ensaio sobre o individualismo. Uma perspectiva antropológica sobre a ideologia moderna*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1992.
- FARGE, Arlette, *Lugares para a História*, Lisboa, Teorema, 1999.
- GASSET, Ortega Y, *El tema de nuestro tiempo*, Madrid, Revista de Occidente, 1928.
- GIDDENS, Anthony, *Modernidade e identidade pessoal*, Oeiras, Celta Editora, LDA, 1994.
- _____, *As consequências da modernidade*, Oeiras, Celta Editora, LDA, 1995.
- GRAMSCI, António, *A formação dos intelectuais*, Coleção 70, Amadora, 1972.
- GULLÓN, Ricardo, *La invención del 98 y otros ensayos*, Madrid, Gredos, 1969.
- JULIÁ, Santos (coord.), *Debates en torno al 98: Estado, Sociedad y Política*, Madrid, Comunidade de Madrid, Consejería de Educación y Cultura, 1998.
- MARÍAS, Julián, *El método histórico de las generaciones* [1949], 4.^aed., Madrid, Revista de Occidente, 1967.
- MARTINS, Guilherme de Oliveira, *Portugal, identidade e diferença*, Lisboa, Gradiva, 2007.
- MATOS, Sérgio Campos, “Narrativas históricas, nação e identidades – Uma identidade ibérica oitocentista?”, *Nação e identidades. Portugal, os portugueses e os outros*, Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa, Caleidoscópio, 2009, pp. 307-320.
- MEDINA, João, *Portuguesismo (s). Acerca da identidade nacional*, Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa, F.L.U.L., 2006.
- MORIN, Edgar e outros, *Os problemas do fim de século*, 2.^a ed., Lisboa, Ed. Notícias, 1993.
- NORA, Pierre, *Les lieux de la memoire*, vols. 1 e 3, Paris, Gallimard, 1984-1992.
- KOEHN, Barbara (direc.), *La crise de la modernité européenne*, Rennes, Presses Universitaires de Rennes, 2001.
- KOSELLECK, Reinhart, *Le futur passé. Contribution à la sémantique des temps historiques*, Paris, Ed. EHESS, 1990.
- RENAN, Ernest, *Qu'est-ce qu'une nation?*, Paris, Pierre Bordes et fils Éditeurs, 1991.
- SERGI, Giuseppe, *La decadência de las naciones latinas*, Barcelona, António López-Librería Española, 1901, p. 75.

TRAVERSO, Enzo, *O passado, modos de usar: história, memória e política*, 3.^aed., [s.l.], Tigre de Papel, 2020.

3 - Portugal nos séculos XIX e XX

ALEXANDRE, Valentim (coord.científica), *O Império Africano (séculos XIX e XX)*, Lisboa, Edições Colibri: Instituto de História Contemporânea, Universidade Nova de Lisboa, 2000.

BAENA, Miguel Sanches de, *Diário de D. Manuel e estudo sobre o regicídio*, Lisboa, Alfa, 1990.

BONIFÁCIO, Maria de Fátima, *O século XIX português*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2002.

CAETANO, Marcello, *Constituições portuguesas*, 4.^aed., Lisboa/S. Paulo, 1978.

CARMO, José Pedro do, *Evocações do Passado*, Lisboa, Tipografia da Empresa Nacional da Publicidade, 1943.

CARVALHO, João Pinto de, *Lisboa de outrora*, Lisboa, Amigos de Lisboa, 1938.

CASTRO, Armando, *A revolução industrial em Portugal no século XIX*, Lisboa, D. Quixote, 1971.

CATROGA, Fernando, *O Republicanismo em Portugal – da formação ao 5 de Outubro de 1910*, Coimbra, Faculdade de Letras, 1991.

_____, *Entre deuses e césores: secularização, laicidade e religião civil: uma perspectiva histórica*, (pref. Anselmo Borges), Coimbra, Almedina, 2006.

CEREJEIRA, Manuel G., Cardeal Patriarca de Lisboa, *A Igreja e o pensamento contemporâneo*, Vol. I, Coimbra, Coimbra Editora, 1944.

COUTINHO, Lourenço Pereira, *Do Ultimato à República: política e diplomacia nas últimas décadas da monarquia*, Lisboa, Prefácio, 2003.

CORDEIRO, Joaquim António da Silva, *A crise em seus aspectos morais (1860-1915)*, Lisboa, Cosmos, 1999.

DIAS, Marina Tavares, *Lisboa Desaparecida*, [v. I], 2.^a ed., Quimera, Lisboa, 1987.

FERNANDES, Paulo Jorge; ALMEIDA, Pedro Tavares de; SANTOS, Marta Carvalho dos, “Os Deputados da I República Portuguesa: inquérito prosopográfico”, *Revista de História das ideias*, Lisboa, 2006, vol. 27, pp. 399-417.

- FERREIRA, Ana Maria Alves Pedro, “Os hotéis de Lisboa no contexto das políticas e das culturas urbanas do séc. XIX”, *Revista Turismo e desenvolvimento*, n.º 21/22, Aveiro, 2014, pp 355-364.
- FERREIRA, António Matos, “Repercussões do *Ultimatum* no meio católico: notas acerca do nacionalismo católico”, *Lusitânia Sacra*, 2.ª série (6), Lisboa, 1994, pp. 31-45.
- FONSECA, Rita Maria Sequeira Mega da, *Vida e Obra do Escultor Leopoldo de Almeida (1898-1975)* - Tese de Doutoramento em Belas Artes, Lisboa, FLBA, 2011.
- FRANÇA, José Augusto-, *A Arte em Portugal no século XIX*, 2.º vol., Lisboa, Bertrand Editora, 1990.
- GODINHO, Vitorino Magalhães, *Estrutura da Antiga Sociedade Portuguesa*, Lisboa, Arcádia, 1975.
- HENRIQUES, Paulo, *Pintores portugueses. José Malhoa*, Lisboa, Edições Inapa, s.d.
- HOMEM, Amadeu Carvalho, *A ideia republicana em Portugal: o contributo de Teófilo Braga*, Coimbra, Minerva, 1989.
- _____, *Da Monarquia à República*, Braga, Palimage Editores, 2002.
- LEAL, Ernesto Castro, “Opinião pública na província em 1890: elementos de agitação e antropologia do português durante a crise do *Ultimatum* inglês”, *Clio*, vol. 3, Lisboa, C.H.F.L.U.L., 1998.
- _____, *Nação e nacionalismos: a Cruzada Nacional D. Nuno ‘Alvares Pereira e as origens do Estado Novo (1918-1938)*, Lisboa, Edições Cosmos, 1999.
- LEONE, Carlos, *Crise e crises em Portugal*, Lisboa, Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2016.
- LOURENÇO, Eduardo, *Economia e Império no Portugal Contemporâneo*, Lisboa, Cosmos, 1994.
- MACHUQUEIRO, “*Nos bastidores da Corte*”: *O Rei e a Casa Real na crise da Monarquia 1889-1908*, Tese de Doutoramento em História, especialidade em História Contemporânea, FCSH, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2013.
- MAGALHÃES, Joaquim Romero, *Vem aí a República! 1906-1910*, Coimbra, Almedina, 2009.
- MARTINS, Rocha, *D. Carlos: História do seu reinado*, Estoril, Oficinas do “ABC”, 1926.
- MATA, Eugénia, *As finanças públicas portuguesas da Regeneração à Primeira Guerra Mundial*, Lisboa, Banco de Portugal, 1993.

- MATOS, A. Campos, *Roteiro da Lisboa de Eça de Queiroz e seus arredores*, Lisboa, Parceria A. M. Pereira, 2015.
- MATOS, Álvaro Costa de; MELO, Ana Homem de; OLIVEIRA, João Carlos, (coord.), *Relatórios sobre a Revolução de 5 de Outubro*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 2010.
- MEDINA, João, “*Oh! A República!...*”, Lisboa, Centro de Arqueologia e História da Universidade de Lisboa, INIC, 1990.
- _____, *Caricatura em Portugal*, Lisboa, Edições Colibri, 2008.
- MUÑOZ, Antonio Trinidad, *Historia de la pintura portuguesa -1800-1940*, Cáceres, Univ. de Extremadura, 2005.
- MUSEU José Malhoa, *Imagens da Família [Visual gráfico] – Arte Portuguesa, 1801-1992*, Caldas da Rainha, M.J.M., 1994.
- PORTO, Biblioteca Pública Municipal do, *O Ultimatum e o 31 de Janeiro: catálogo da exposição*, Porto, B.P.M.P., 1991.
- NERY, Rui Vieira, *A propósito do Fado*, Lisboa, Público, Corda Seca, 2004.
- QUADROS, António, *Portugal entre ontem e amanhã: Da cisão à revolução, dos absolutismos à democracia*, Lisboa, Sociedade de Expansão Cultural, 1970.
- _____, *A ideia de Portugal na literatura portuguesa dos últimos 100 anos*, Lisboa, Fundação Lusíada, 1989.
- REBELLO, Luiz Francisco, *O teatro naturalista e neo-romântico: 1870-1910*, Lisboa, Instituto de Cultura Portuguesa, 1978.
- REIS, Jaime, *O atraso económico português em perspectiva histórica: estudos sobre a economia portuguesa na segunda metade do século XIX, 1850-1930*, Lisboa, INCM; 1993.
- RIBEIRO, Armando, *Começo de um reinado. Elementos para a história do reinado de D. Manuel II*, Lisboa, Edição Romano Torres, s.d.
- RIBEIRO, Margarida Calafate, *Uma história de regressos: Império, Guerra Colonial e Pós-colonialismo*, Lisboa, Afrontamento, 2004.
- RODRIGUES, Teresa, *Lisboa no século XIX: dinâmica populacional e crises de mortalidade*, Lisboa, 1993.
- _____, *Nascer e morrer na Lisboa oitocentista*, Lisboa, 1995.
- _____, *População Portuguesa no século XIX*, Porto, 2004.
- ROLLO, Maria Fernanda e AMARO, António Rafael (coord.), *República e Republicanismo*, Caleidoscópio, Casal de Cambra, 2015.

ROSAS, Fernando, ROLLO, Maria Fernanda, (coord.), *História da Primeira República Portuguesa*, Lisboa, Tinta-da-china, 2009.

SEQUEIRA, Gustavo de Matos (direc), OLISIPO, Boletim do Grupo “Amigos de Lisboa”, n.º 16, Lisboa, Ed. do Grupo “Amigos de Lisboa”, Outubro de 1941.

SERRÃO, Joel Justino Baptista, “Decadência”, *Dicionário de História de Portugal*, vol. I, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1971, pp. 784-788.

_____, *Do sebastianismo ao socialismo em Portugal*, Lisboa, Livros Horizonte, 1973.

_____, *A emigração portuguesa*, Lisboa, Livros Horizonte, 1974.

_____, (compil.) *Testemunhos sobre a emigração portuguesa: antologia*, Lisboa, Livros Horizonte, 1976.

_____, *A emigração portuguesa: sondagem histórica*, Lisboa, Livros Horizonte, 1982.

_____, *Da Regeneração à República*, Lisboa, Livros Horizonte, 1990.

SUCENA, Eduardo, “Os antigos retiros das hortas. Palestra proferida no Quebra Bilhas no dia 26 de Abril de 1986”, *Olisipo: Boletim do Grupo “Amigos de Lisboa”*, n.º 149, Lisboa, 1986, pp.117-122.

TEIXEIRA, Nuno Severiano, *O Ultimatum inglês. Política externa e política interna no Portugal de 1890*, Lisboa, Publicações Alfa, 1990.

TELO, António José, *Decadência e queda da I República*, Lisboa, A regra do jogo, 1980.

TENGARRINHA, José Manuel M., *História da imprensa periódica portuguesa*, 2.^a ed. revista e anotada, Lisboa, 1989.

4 - Cultura política e literária

BALTAZAR, Isabel, *Repensar Portugal e a ideia de Europa: pensamento contemporâneo* (pref. Eduardo Lourenço), Lisboa, Theya Ed., 2019.

BELCHIOR, Maria de Lourdes, *Os homens e os livros II (séc. XIX e XX)*, Lisboa, Verbo, 1999.

CAL, Ernesto Guerra da, “Questão Coimbrã”, in *Dicionário de Literatura*, (dire.de Jacinto do Prado Coelho), Porto, Ed. Figueirinhas, 1983, p. 897.

CALAFATE, Pedro, *Portugal como problema, Século XIX – A Decadência*, vol. III, Lisboa, Público e Fundação Luso-Americana, 2006.

CARVALHO, Joaquim de, *Obras Completas*, Vol. V, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1978.

_____, *Silvio Lima: um místico da razão crítica – da incondicionalidade do Amor intelectuallis*, Coimbra, Faculdade de Letras, 2009.

_____, Coimbra, Revista Filosófica de Coimbra, n.º 39, 2011, pp. 213-244.

CATROGA, Fernando, “O problema político em Antero de Quental – um confronto com Oliveira Martins”, *Revista de História das Ideias*, vol. III, Lisboa, 1981, pp. 437-457.

_____, “Decadência e Regeneração no imaginário do republicanismo português dos finais do século XIX”, *Los 98 Ibéricos y el mar. El Estado y la Política – Actas*, Tomo III, Lisboa, Fundación Tabacalera, 1998.

_____, “Portugal como corpo e como alma (sécs. XIX e XX)”, *Revista de História das Ideias*, vol. 28, Coimbra, 2007, pp. 245-275.

CIDADE, Hernâni, *Século XIX em Portugal. A revolução cultural em Portugal e alguns dos seus mestres*, Lisboa, Editorial Presença, s.d.

CLEMENTE, Manuel, *Repensar Portugal* (pref. José Eduardo Franco), 3.ªed., Lisboa, Multinova, 2006.

COELHO, Jacinto do Prado, *A poesia de Teixeira de Pascoaes. Ensaio e Antologia*, Coimbra, Atlântida, 1945.

_____, “Teixeira de Pascoaes”, *Dicionário de Literatura*, Porto, Figueirinhas, 1976, pp. 795-97.

COLÓQUIO Letras, *A Geração de 70*, nº 204, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, Maio/Agosto 2020.

CRUZ, Eduardo da, “O século da Imprensa n’Os Maias”, *Revista Convergência Lusíada*, n.º 28, julho/dezembro, 2012, pp. 94-107.

FERNANDES, Hermenegildo; HENRIQUES, Isabel Castro; HORTA, José da Silva; MATOS, Sérgio Campos, *Nação e identidades - Portugal, os portugueses e os outros*, Lisboa, Caleidoscópio, 2009.

FRANCO, António Cândido, “As duas leituras de Teixeira de Pascoaes”, *Encontro com Teixeira de Pascoaes no cinquentenário da sua morte* (org. Paula Morão e Maria das Graças Moreira de Sá), Actas do Colóquio (Fac. de Letras de Lisboa, 29 de Abril de 2003), Lisboa, Edições Colibri, 2004, pp. 9-28.

FRANCO, José Eduardo, “Portugal ou a viabilidade de existir livre”, *Brotéria*, Lisboa, vol. 174, Março de 2012, pp. 263-272.

FRANCISCO, Elisabete Correia Campos, “Sinais de vencidismo na literatura da I República”, *Revista Letras com vida*, Lisboa, CLEPUL, Gradiva, 2.º semestre 2010, pp. 213-220.

_____, “A religião em Eça de Queiroz”, *Brotéria*, Lisboa, vol.173, Julho de 2011, pp. 65-77.

_____, “Teixeira de Pascoaes: um espiritualismo cívico ou laico ou a tradição como recomposição espiritual”, *Lusitânia Sacra*, Lisboa, 2.ª série, tomo XXIV, Julho-Dezembro de 2011, pp.243-251.

FREIRE, Manuel Almeida, *Para uma leitura da poesia de Antero de Quental, Teixeira de Pascoaes, Afonso Duarte, Poetas do Sagrado*, Lisboa, Editorial Presença 1996.

GARCIA, Mário (S.J.), *Um olhar sobre Pascoaes*, Braga, Faculdade de Filosofia da U.C.P., 2000.

GIL, José, *Portugal hoje: o medo de existir*, Lisboa, Relógio d’Água, 2007.

GOMES, Jesué Pinharanda, *A “Renascença Portuguesa”: Teixeira Rego*, Lisboa, Instituto de Cultura Portuguesa, Ministério da Educação, 1984.

HOMEM, Amadeu Carvalho, *Teófilo Braga – filosofia e pensamento político-social*, Coimbra, Faculdade de Letras, 1988.

LIMA, Isabel Pires de, *As máscaras do desengano: para uma abordagem sociológica de Os Maias de Eça de Queiroz*, Lisboa, Caminho, 1987.

_____, “Tempos sebásticos: os fins de século”, *Regards sur deux fins de siècle (XIX-XX)*, Bordeaux, Maison des Pays Ibériques, 1996, pp. 57-70.

LOURENÇO, Eduardo, “Eça entre deux fins de siècle”, *Regards sur deux fins de siècle (XIX-XX)*, Bordeaux, Maison des Pays Ibériques, 1996, pp. 11-15.

LOURENÇO, Eduardo, *O labirinto da saudade*, Lisboa, Gradiva, 2007.

LUZES, Pedro, *Sob o Manto Diáfano do Realismo. Psicanálise de Eça de Queiroz*, Lisboa, Ed. Fim de Século, 2001.

MACEDO, Jorge Borges de, *Portugal como destino histórico*, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1990.

MACHADO, Álvaro Manuel, “A Geração de 70: uma literatura de exílio”, *Análise Social*, V, n.º 16, Lisboa, 1980, pp. 383-396.

MAIA, Câmara Municipal da, *Eça de Queiroz e os valores de fim de século. Actas do Congresso*. C.M.M., Pelouro da Cultura, 2001.

MARTINS, Ana Maria Almeida, *Antero de Quental – Fotobiografia*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda e C.M.de Ponta Delgada, 2008.

- MARTINS, Liliana Carla Oliveira, *António Nobre e o Simbolismo em Portugal*, Funchal, Centro de Artes e Humanidades- Universidade da Madeira, 2014.
- MATOS, A. Campos, *Portugal Queiroziano*, (pref. João Medina), Lisboa, Terra Livre, 1976.
- MATOS, Sérgio Campos, *Historiografia e memória nacional no Portugal do século XIX (1846-1898)*, Lisboa, Edições Colibri, 1998.
- _____, “A crise do final de oitocentos em Portugal: uma revisão”, *Crises em Portugal nos séculos XIX e XX* (coord. de Sérgio Campos Matos), Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa, 2002, pp. 99-115.
- _____, (coord.) *O tempo de Manuel de Arriaga, Actas do Colóquio organizado pelo Centro de História da Universidade de Lisboa e pela Associação dos Antigos Alunos do Liceu da Horta – 24 a 26 de Setembro de 2003*, Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa e Associação dos Antigos Alunos do Liceu da Horta, Colecção *Coloquia*, 2004.
- MEDINA, João, *Eça de Queiroz e o anarquismo: 1892-1894*, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, 1972.
- _____, *Eça político*, Lisboa, Seara Nova, 1974.
- _____, *Herculano e a geração de 70*, Lisboa, Terra Livre, 1977.
- _____, *Eça de Queiroz e a Geração de 70*, Lisboa, Moraes Editores, 1980.
- _____, *Reler Eça de Queiroz, das Farpas aos Maias*, Lisboa, Livros Horizonte, 2000.
- MESQUITA, António Pedro, *O pensamento político português no século XIX: uma síntese histórico-crítica*, Lisboa, Imprensa Nacional- Casa da Moeda, 2006.
- MONTOITO, Eugenio, *Manuel Laranjeira e o sentimento decadentista na passagem do século XX*, Lisboa, Heuris, 2001.
- MORÃO, Paula, *Retratos com sombra: António Nobre e os seus contemporâneos*, Porto, Edições Caixotim, 2004.
- PEREIRA, José Carlos Seabra, *Decadentismo e simbolismo na poesia portuguesa*, Coimbra, Centro de Estudos Românicos, 1975.
- _____, *O tempo republicano da literatura portuguesa*, Lisboa, Colóquio Letras, Fundação Calouste Gulbenkian, 2010.
- PEREIRA, Ricardo Araújo, *Novíssimas Crónicas da boca do inferno*, Lisboa, 2013.
- PIRES, António M. Bettencourt Machado, *A ideia de decadência na Geração de 70*, Ponta Delgada, Inst. Univ. dos Açores, 1980.

_____, *Luz e sombras no século XIX em Portugal*, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 2007.

_____, *O essencial sobre Raul Brandão*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2007.

PORTUGAL, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa (co-autor); Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (co-autor), *Estudos Portugueses: Homenagem a António José Saraiva*, Lisboa, I.C.L.P., F.L.U.L., 1990.

QUINTAS, J. Manuel, *Filhos de Ramires*, Lisboa, Ed. Nova Ática, 2004.

_____, *O Integralismo lusitano e a herança dos Vencidos da Vida*, Sintra, Academia da Força Aérea, 1997.

RAMOS, Rui, “A formação da intelligentsia portuguesa (1860-1880)”, in *Análise Social*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, vol. XXVII, 1992, pp. 483-528.

REAL, Miguel, *Portugal: Ser e representação*, Algés, DIFEL, 1998.

_____, *O último Eça*, Lisboa, Quidnovi, 2006.

_____, *A morte de Portugal*, Lisboa, Campo das Letras, 2007.

_____, *O pensamento português contemporâneo 1890-2010*, Lisboa, Imprensa Nacional- Casa da Moeda, 2011.

REIS, Carlos, *As Conferências do Casino*, Lisboa, Publicações Alfa, 1990.

_____, “Figurações da personagem realista. Os bigodes e os rasgos de Tomás de Alencar”, *Pessoas de livro. Estudos sobre a personagem* [2015], 3.ªed., Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2018.

REVEZ, Jorge, *Os “Vencidos do Catolicismo”. Militância e atitudes críticas (1958-1974)*, Lisboa, C.E.H.R. da Universidade Católica Portuguesa, 2009.

RODRIGUES, Urbano Tavares (selecção e prefácio), *A saudade na poesia portuguesa, Colecção Antologia Universais*. Lisboa, Portugália Editora, 1967.

SACRAMENTO, Mário, *Eça de Queirós: uma estética da ironia*, (pref. Carlos Reis), Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2002.

SAMUEL, Paulo, *A Renascença Portuguesa: um perfil documental*, Porto, Fundação Eng. António de Almeida, D.L., 1991.

SANTANA, Maria Helena, *Literatura e ciência na ficção do século XIX. A narrativa naturalista e pós-naturalista portuguesa*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2006.

- SANTOS, Alfredo Ribeiro dos Santos, *A Renascença Portuguesa, um movimento cultural portuense*, Porto, Fundação Eng.º António de Almeida, 1990.
- SANTOS, Lúcia de Lurdes Oliveira Tavares, *Fialho de Almeida e as vivências históricas do seu tempo*, Ponta Delgada, [s.n.], 2003.
- SANTOS, Maria de Lourdes Lima dos, “Sobre os intelectuais portugueses no século XIX (do Vintismo à Regeneração)”, *Análise Social*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, vol. XV, n.º 57, 1979, pp. 69-116.
- SARAIVA, António José, *A Tertúlia Ocidental: Estudos sobre Antero de Quental, Oliveira Martins, Eça de Queiroz e outros*, Lisboa, Gradiva, 1990.
- SENA, Jorge de, “Sobre a ideia de decadência nas artes e nas letras”, *Dialécticas da literatura*, Lisboa, Ed. 70, 1973.
- SENA, Jorge de, *A poesia de Teixeira de Pascoaes*, Porto, Brasília, 1982.
- SERRÃO, Joel, *O primeiro Fradique Mendes*, Lisboa, Livros Horizonte, 1985.
- SILVA, José Ferreira da, “Sílvio Lima – História de um Professor Universitário”, *Biblos*, vol. LV, 1979, pp. XXXV- LIII.
- SIMÕES, João Gaspar; MANTA, Abel, *A Geração de 70: alguns tópicos para a sua história*, Lisboa, Inquérito, 1970.
- _____, *Fernando Pessoa na perspectiva da Presença*, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, 1978.
- TRINDADE, Luís, *O espírito do Diabo: discursos e posições intelectuais no semanário O Diabo, 1934-1940*, Porto, Campo das Letras, 2004.
- TUNA, Cátia, *Não sei se canto se rezo: ambivalências culturais e religiosas do Fado (1926-1945)*, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2020.
- TORRES, Flausino, *Notas acerca da Geração de 70*, Lisboa, Portugália Editora, s.d.
- VIÇOSO, Vítor, “A literatura portuguesa e a crise finissecular”, *Crises em Portugal nos séculos XIX e XX* (coord. de Sérgio Campos Matos), Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa, 2002, pp. 117-138.
- _____, *A máscara e o sonho. Vozes, imagens e símbolos na ficção de Raul Brandão*, Lisboa, Edições Cosmos, 1999.
- _____, “O saudosismo de Teixeira de Pascoaes e a identidade cultural portuguesa”, *Encontro com Teixeira de Pascoaes no cinquentenário da sua morte* (org. Paula Morão e Maria das Graças Moreira de Sá), Actas do Colóquio (Fac. de Letras de Lisboa, 29 de Abril de 2003), Lisboa, Edições Colibri, 2004, pp. 93-103.

5 – Os Vencidos da Vida

- A.A., *Conde de Sabugosa, In memoriam*, Lisboa, Portugalíia, 1924.
- A.A., *Os Vencidos da Vida. 1.º Ciclo de Conferências promovido pelo Século*, Lisboa, Século, 1941.
- _____, *Os Vencidos da Vida. Ciclo de Conferências promovido pelo Círculo Eça de Queiroz*, Lisboa, C.E.Q., 1989.
- ALMEIDA, Amadeu Ferreira d', *O Marquês de Soveral em Londres*, Lisboa, [s.n.], 1950.
- AMARAL, João, *O Conde de Sabugosa: profeta do passado*, Lisboa, Lumen, 1923.
- CABRAL, António, *A Águia do Marão: o grande orador António Cândido – O único vencido dos Vencidos da Vida, cartas inéditas, política de outrora...*, Lisboa, Livraria Popular de Francisco Franco, 1943.
- CÂMARA Municipal de Lisboa, 1991, *1.º Centenário da morte de Antero de Quental - Catálogo*, 3.ªed., Lisboa, C.M.L. Imprensa Municipal, 1995.
- _____, *Eça de Queiroz*, Lisboa, Livrarias Aillaud e Bertrand, 1916.
- CHAVES, Castelo Branco (pref. e coord.), *Eça de Queiroz visto por quem o conheceu*, Lisboa, Contemporânea, 1944.
- CLARO, João J., *Os Vencidos da Vida: verdadeiras causas do derrotismo duma geração*, Lisboa, [s.n.], 1941.
- CORTESÃO, Jaime, *Eça de Queiroz e a questão social*, Lisboa, Portugalíia, 1970.
- COSTA, Francisco, *Eça visto por si próprio*, Lisboa, Parceria A. M. Pereira, 1946.
- GAIO, Manuel da Silva, *Os Vencidos da Vida*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1931.
- _____, *Os Vencidos da Vida*, Lisboa, Alma Azul, 2004.
- FIGUEIREDO, Fidelino de, *História d'um "Vencido da Vida"*, Lisboa, Parceria António Maria Pereira, 1930.
- FRANCO, António Cândido, *O essencial sobre Guerra Junqueiro*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2001.
- GONÇALVES, Caetano, *As Conferências do Casino e os Vencidos da Vida*, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 1955.
- GUIMARÃES, J.A. Gonçalves, *Marquês de Soveral – Homem do Douro e do Mundo*, Município de S. João da Pesqueira, Gailivro, 2008.

HOMEM, Amadeu Carvalho, *O primeiro Conde de Arnoso e o seu tempo*, Famalicão, C.M.F., 1998.

_____, *Ramalho Ortigão: evolução do seu pensamento político e social*, Porto, Fundação Eng. António de Almeida, 2019.

LIMA, Veva de, *O único vencido da vida que também o foi da morte*, [Portugal?], [s.n.], 1945.

MARTINS, Francisco A. Oliveira, *D. Carlos e os Vencidos da Vida*, Lisboa, Parceria António Maria Pereira, 1942.

_____, *Eça de Queiroz, Oliveira Martins e a Vida Nova*, Lisboa [s.n.], 1950.

MATOS, A. Campos, *Diálogo com Eça de Queiroz*, Lisboa, Caminho, 1998.

_____, *Eça de Queiroz – Ramalho Ortigão: retrato da “ramalhal figura”*, Lisboa, Livros Horizonte, 2009.

MATOS, Sérgio Campos, “A ideia de ditadura no círculo dos Vencidos da Vida”, *Revista Clio*, Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa, vol. 5, 2000, pp. 73-91.

MEDINA, João, *A Geração de 70 uma geração revolucionária e europeísta*, Cascais, C.M.C., 1999.

MÓNICA, Maria Filomena, “Os Vencidos da Vida”, *Conversas no Turf em torno de Os Vencidos da Vida*, Lisboa, Tribuna, 2008.

MAURÍCIO, Carlos, *A invenção de Oliveira Martins: política, historiografia e identidade nacional no Portugal Contemporâneo (1867-1960)*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2005.

MONTEIRO, Gomes, *Vencidos da Vida, relance literário e político da segunda metade do século XIX*, Lisboa, Ed. Romano Torres, 1944.

NEVES, P. Moreira das, *O Grupo dos Cinco, dramas espirituais*, Lisboa, Livraria Bertrand, s.d.

PAIXÃO, Braga, *Entre D. Carlos e Soveral, um incidente desconhecido*, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 1978.

QUEIROZ, Eça de; MARTINS, Oliveira, ORTIGÃO, Ramalho; ÁVILA, Carlos Lobo de; & outros, *Os Vencidos da Vida*, Porto, Fronteira do Caos Editores, 2006.

RAMOS, Feliciano, *A expressão da liberdade em Antero e os “Vencidos da Vida”*, Lisboa, Império, 1942.

REAL, Miguel, *O último Eça*, Matosinhos, Quidnovi, 2006.

REIS, Carlos, (org., introd. e notas), *Polémicas de Eça de Queiroz 1887-1890*, Odivelas, Ed. Heuris, 1988, Vol. IV, Tomo II.

_____, *O essencial sobre Eça de Queirós*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2005.

ROSA, J. Mendes, *Das Conferências do Casino aos Casinos da Vida: itinerário ideológico da Geração de 70*, Fundão: Real Associação da Beira Baixa, 1998.

SACRAMENTO, Mário, *Eça de Queirós, uma estética da ironia*, Lisboa, INCM, 2002.

SEQUEIRA, Gustavo de Matos, *Fradique Mendes, símbolo dos Vencidos da Vida*, Lisboa, Ciclo de Conferências do jornal “O Século”, 1941.

SILVA, Augusto Santos, *Oliveira Martins e o Socialismo. Ensaio de leitura crítica*, Porto, Afrontamento, 1979.

_____, “Morte, Mediação, História: uma viagem tanatológica ao pensamento de Oliveira Martins”, *Revista de História Económica e Social*, n.º 14, Julho-Dezembro, 1984, pp. 1-38.

SILVA, Fernando Emygdio da, *Um perfil do Conde de Sabugosa*, Coimbra, Coimbra Editora, 1924.

6 - Referências bibliográficas electrónicas

BIBLIOTECA Nacional,

<http://catalogo.bnportugal.gov.pt/ipac20/ipac.jsp?profile=>

C.M.L., <http://www.cm-lisboa.pt/toponimia>.

ESTÁTUAS e Esculturas,

<https://www.igogo.pt/estatuas-e-esculturas/>

MANCALLAS, “Portugal eu te amo”,

[https://www.youtube.com/watch?v=sgKfx-](https://www.youtube.com/watch?v=sgKfx-X4zgI&feature=emb_title&ab_channel=MancallasOficial)

[X4zgI&feature=emb_title&ab_channel=MancallasOficial](https://www.youtube.com/watch?v=sgKfx-X4zgI&feature=emb_title&ab_channel=MancallasOficial)

MODERNITÉ,

<https://www.universalis.fr/encyclopedie/modernite/>

MUSEU de Arte Contemporânea do Chiado,
<http://www.museuartecontemporanea.gov.pt/>

OLIVEIRA, Mónica, “Qual o papel da escultura pública para a educação do cidadão?”,
ERAS, *European review of artistic studies*, 2015, vol. 6, n.2 pp. 54-67.
<http://eras.mundis.pt/index.php/eras/article/view/83>

RESTAURANTE TAVARES, <https://restaurantetavares.pt/>

RETIROS alfacinhas (tascas e casas de fado),
<https://biclaranja.blogs.sapo.pt/142232.html>

RTP NOTÍCIAS, 22-02-2006,
https://www.rtp.pt/noticias/pais/pessimismo-marca-expectativas-dos-portugueses_n26178

RUAS de Portugal,
<https://ruas.openalfa.pt/>

SIC Vídeos, “Isto é gozar com quem trabalha”,
<https://sic.pt/Programas/isto-e-gozar-com-quem-trabalha/videos/2020-04-19-Dizem-que-Portugal-e-um-milagre-so-que-e-capaz-de-nao-ser-um-elogio>

VANITY Fair (British magazine) caricatures (1905-1909),
[https://en.wikipedia.org/wiki/List_of_Vanity_Fair_\(British_magazine\)_caricatures_\(1905%E2%80%931909\)](https://en.wikipedia.org/wiki/List_of_Vanity_Fair_(British_magazine)_caricatures_(1905%E2%80%931909))

VENCIDOS da Vida no Cinema, 2020, <https://44.mostra.org/filmes/vencidos-da-vida>